

Marta Magda Antunes Machado

**A ARTE DE SER PARENTE:
Negros/as açorianos/as no sul do Brasil**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do Grau de doutora em Antropologia Social.

Orientadora: Prof.^a Dra. Miriam Furtado Hartung

Florianópolis, 2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Machado, Marta Magda Antunes

A ARTE DE SER PARENTE : negros/as açorianos/as no sul do Brasil / Marta Magda Antunes Machado ; orientadora, Miriam Furtado Hartung - Florianópolis, SC, 2016.
427 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

Inclui referências

1. Antropologia Social. 2. Etnografia. 3. Negros/as. 4. Parentesco. 5. Açorianidade. I. Hartung, Miriam Furtado. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós Graduação em Antropologia Social. III. Título.

“...sei que amo, porque tenho saudade”.
1993. Roberto Damatta. *Conta de mentiroso: sete ensaios de antropologia brasileira*.

Para minha mãe (*in memoriam*), Aracy, de quem uma palavra e inumeráveis atitudes em vida me moveram a concluir esta tese, como generosidade à sua dádiva.

Para meu pai (*in memoriam*), Antônio, por quem o olhar de afeto, quando só isso nele restava, me deu alento e coragem para seguir adiante, como dádiva à sua generosidade.

Para um amigo, meu “mano” José Antoracy (*in memoriam*), o primogênito, com quem partilhei melodias e aprendi alegrias, como um abraço do tamanho da nossa imensa saudade.

AGRADECIMENTOS

“Cada uma dessas coisas preciosas têm dentro de si, aliás, uma virtude produtora”. 1923-24.
Marcel Mauss. *Ensaio sobre a dádiva*.

Aqui, agradecer é também dedicar! E, sobretudo, reconhecer com gratidão e alegria que esta etapa do trabalho termina como ele começou: em meio a relações. A muitos modos, trata-se de uma obra coletiva! Sem medo de leviandade, eu diria que a tese é um “fato social total”, por essa razão (e tantas outras) o longo processo que culmina com a sua escrita, a mim, evoca oportunamente uma antropologia da dádiva e, por que não dizer, dos abraços. Tomo a liberdade de parafrasear o título das crônicas poéticas de Eduardo Galeano para pensar que esta é “a tese dos abraços”. Foram muitos, múltiplos, em distintos momentos, por diferentes razões, em formas diversas e com suas devidas peculiaridades: das formalidades institucionais e/ou acadêmicas às trocas pessoais, afetivas e efetivas. Tanta gente tem o seu rosto, a sua palavra e a sua marca neste que é também um longo percurso de pesquisa e estudo, e, como não poderia deixar de ser, se mistura e constitui de formas plurais da vida e da morte que abraçamos. Do coração cheio das lembranças dos tempos (bons e ruins) compartilhados, vem o sentido destes agradecimentos:

À minha orientadora, professora Miriam Furtado Hartung, que tem um olhar silencioso pelo qual se envolveu com esse projeto, por vezes, acreditando muito mais do que eu pude fazê-lo. Nunca desisti de mim (e talvez ela tenha pensado em diversas ocasiões), fazendo dos limites das relações orientadora-orientanda as relações para superar os nossos limites, especialmente os meus. Obrigadíssima pela amizade, pelos abraços, pelas risadas e também pelas caras de “galega braba”, como diz o professor Mármio Teixeira-Pinto (o marido) a quem agradeço pelo apoio em diferentes momentos, muito particularmente, por sua presença excelente na minha banca de qualificação, cujas críticas, sugestões e pistas estão, na medida do meu possível, incorporadas nesta tese. Saibam que muito admiro e tenho vocês em alta conta!

Às moradoras e aos moradores da Freguesia do Ribeirão, a vila-sede, de cuja generosidade e compreensão para com as minhas insistentes e persistentes indagações se faz esta etnografia da gente que se interessa pela pesquisa e espera (com muita torcida!) por sua forma escrita: “Esse teu trabalho vai ficar uma maravilha”, dizia o saudoso seu Agenor Firmino da Silva. Muitas outras são as pessoas, mulheres e homens, que quiseram falar e “contribuir”, e/ou que, depois de fugir sem sucesso da “pesquisadora”, sorriam aliviadas por terem feito “a sua parte”. Obrigadíssima a todos e a

todas, vocês estão aqui no desejo de que a “comunidade” seja conhecida em Florianópolis (e no Brasil) por suas falas e contribuições.

Gratidão pelo apoio constante de várias pessoas: seu Agenor Firmino da Silva (*in memoriam*), dona Iracy dos Santos Silva e sua família, em especial, o filho “Desinho” e a neta Camila; seu João Manoel Fraga Filho (*in memoriam*), dona Desalda Januária Fraga e sua família, particularmente, as filhas Claudete e Cláudia Fraga e seus filhos, Claudinei Carlos (*in memoriam*); seu Osmarino Avelino Vieira (*in memoriam*) e sua família, especialmente, a nora Bernadete, o filho César e a filha Vera Vieira e suas/seus filhos; dona Noêmia Santos Fraga (*in memoriam*) e sua família, em particular, Nilson e Zito Nerto Fraga, e suas esposas, Dilma e Rosângela, respectivamente, e suas/seus filhos; dona Lídia Fraga dos Santos (*in memoriam*), seu João Lino dos Santos e sua família, em especial, a neta Marieta Santos de Souza, a filha Maria de Fátima Santos, e o filho Luiz Carlos dos Santos; dona Ilda Maria da Silva (*in memoriam*) e sua família, particularmente, seus netos, o filho Mário da Silva, a filha Virginia Maria da Silva e o genro Cláudio Batuel da Cunha; o pai deste, Batuel Apolônio da Cunha (*in memoriam*); Ada Jesuína dos Santos (*in memoriam*) e sua família; Lídia Solange Fraga (“a Didi”) e sua família, muito especialmente, o genro Norberto Cardoso de Souza e as filhas Lídia Solange Fraga de Souza (“Lidinha”) e Maria da Glória Solange Fraga (“Glorinha”); Jean André de Maria; Maria Aparecida Garcia (*in memoriam*) e sua família; Arnoldo Manoel Feliciano (“Dedinha”) e sua família, a nora Paula Sofia Torrado, o filho Fabiano Arnoldo Feliciano e a neta Yasmin; Ivonira Julieta da Silva, seu esposo Damião Andrade (*in memoriam*), a filha Cleuza da Silva Andrade e demais familiares; muito especialmente Inês Maria da Silva, as filhas Jane Maria e Joyce Maria dos Santos e o genro Alceu Ebel; Alice Maria Martins (“Licinha”) e Alcides Silva Filho (*in memoriam*); Delurdes Vieira, os netos, as filhas Claudiana Vieira Mehverstil e Cristiane Vieira (“Tite”) e família; seu Roberto Avelino Vieira (*in memoriam*) e sua esposa; Auréia (“dona Léia”) Rios Pereira e seu Marivaldo Pereira e filhos; Flávio Alcides da Silva (“Cavinha”); dona Adir Florisbela Cardozo (“dona Di”) e sua família, especialmente, a filha Silvana Adir Santiago, o genro Vanderlei Santiago, o filho Leopoldo Júlio Cardozo Filho e a nora Rita de Cássia Cardozo, e as/os filhos desses casais. Enfim, é possível mesmo que me escape à memória algum nome, mas certamente não me falta a convicção de que todas as pessoas que se dispuseram a “ajudar” são parte fundamental deste trabalho. Gratidão a todos! Fica a saudade dos “cafezinhos”, das tardes em volta da mesa!

Fica também uma enorme (e confortadora) dívida com Osvaldo Laurindo (“Vadinho”) e família; Anita Lopes Moraes e família; Claudionor Andrade (“Nonô”) e Maria Sousa Andrade, “a Cida”, e a família do casal; Elsom Bertoldo Passos e família, seus pais Bertoldo Manoel dos Passos e

dona Edite Verônica Passos e demais familiares; Alécio Heidenreich (o contador de histórias), Marly D’Avila Heidenreich (a poetisa), Alexandro Heidenreich (o grande poeta “Kalunga”) e família; Igor Farias e família; Ana Falcão; Marilei Silva; Jaime José de Barcelos e família; Adão de Souza, Jacinto, Sérgio Luiz, Edson José e demais funcionários da Intendência distrital; senhor Adir Belarmino; dona Margarete e seu Gentil Mendes e família; seu Vilson Roberto Xavier e família; seu Vilmar Alves da Silva e família. O casal Eva e Max Mendes e sua linda família (da Caieira da Barra do sul), em especial o meu ajudante de pesquisa, Fernando Mendes; Custódio André Martins (*in memoriam*), morador da Caieira da Barra do Sul; diácono Hélio Pinheiro (morador do Alto Ribeirão). O casal Olga e Jorge (donos da casa onde morei na Freguesia). Grata pelas colaborações e generosidades!

Entre as felizes e boas dívidas, estão aquelas com músicos, musicistas e diretoria da Banda da Lapa: José Carlos (o “Zé”) e Bernadete Correa, e a querida “família” de integrantes (sempre acolhedores!) da sociedade musical, especialmente, Valéria Valdeci Martins e Wellinton Carlos Correa, Laurinda Silveira Martins e José Carlos Dutra Martins; Alécio Heidenreich, Arnaldo Manoel Feliciano (o “Dedinha”), Fabiano Arnaldo Feliciano e Dárcio Arcelino Nunes Filho. Obrigada pelas trocas!

Sou grata ao professor Nereu do Vale Pereira pela instigante tarde de conversas e pelas informações importantes que são referenciadas neste texto. Ao Padre Siro Manoel de Oliveira, obrigada pelas histórias ricas em detalhes! E pelo apoio. Agradecimento especial a Rosendo (o pai) e a Santiago (o filho) Yunes, ambos, professores da UFSC, pelo incentivo, pela força e cara (rara!) amizade, aliás, também da sua grande e bela família, gracias!

Gratidão às/aos professores/as da UFSC, instituição onde realizei boa parte da minha formação intelectual (e humana), especialmente àquelas/es que foram diretamente responsáveis pelas enormes contribuições de que me privilegiei no doutorado do PPGAS. Alguns de maneira direta, como Ilka Boaventura Leite, Miriam Pillar Grossi, Theophilos Rifiotis, Miriam Furtado Hartung, Óscar Calavia Sáez, Maria Amélia Dickie, Alberto Gröismann, Márnio Teixeira-Pinto, Rafael José de Menezes Bastos, Sônia Weidner Maluf, Jean Langdon, Alicia Castells. Outros docentes contribuíram indiretamente, mas fundamentalmente, e dirijo os meus agradecimentos a todos, professoras e professores de ontem e de hoje, por entender que a sua presença no PPGAS é igualmente importante.

Uma palavra especial vai à professora Sônia Maluf que, junto com o professor Márnio Teixeira-Pinto (já citado), integrou a banca de qualificação do meu projeto de tese, fazendo várias críticas e sugestões, incentivando a pesquisa na Freguesia do Ribeirão e oferecendo-me uma leitura detalhada à qual recorri para incorporações nesta tese.

Obrigadíssima! Os muitos limites do trabalho são da minha inteira responsabilidade.

Tenho dívidas para com professoras e professores do Curso de Pós-Graduação em Ciência da Religião (CRE) da PUC de São Paulo onde frequentei o mestrado (1999), cuja excelência me desvelou também o mundo da antropologia. Agradeço especialmente os diálogos, as trocas, os estudos, as inúmeras contribuições que recebi e recebo da professora Maria José Rosado (Zeca), então orientadora do mestrado (aliás, eu sou uma pessoa de sorte com as duas orientadoras, a de ontem e a de hoje), obrigada pela amizade, o apoio e a confiança! Gratidão ao professor Fernando Torres-Londoño, historiador das religiões com quem muito aprendi sobre o Brasil e esse campo de estudos, e, sobretudo, me beneficiei da sua amizade, suas leituras e instigantes contribuições. Agradeço, com enorme estima e consideração, igualmente ao professor José Queiroz e Ênio Brito, eles saberão por que os referencio nesta etapa do doutorado.

Agradeço à banca reunida para a defesa desta tese: professora Miriam Furtado Hartung; professora Maria José Fontelas Rosado Nunes; professor Fernando Torres-Londoño; professora Sônia Weidner Maluf (já citados); professora Maria Bernadete Ramos Flores; professor Jeremy Paul Jean Loup Deturche; professora Ciméa Barbato Bevilaqua; professora Vânia Zikan Cardoso, pela pronta resposta ao convite feito, por sua leitura crítica e colaborações ao estudo. É preciso dizer que o exame cuidadoso e as instigantes provocações das/dos docentes ao trabalho, por ocasião da defesa, culminaram com uma tarde (início de noite!) de excelente proveito para o ensino das Ciências Sociais contemporâneas.

Obrigada à Coordenação do PPGAS na pessoa da professora Edviges Marta Ioris e do professor Rafael Victorino Devos, e à Secretaria do Programa, especialmente, ao José (Zé) Carlos Mendonça e à Ana Corina Silva. Igualmente à Secretaria do Departamento na pessoa de Éder Luiz, pelas ajudas (nesses meus longos anos de Instituição), mais recentemente, no processo de encaminhamento da defesa e da tese. Muito grata a vocês!

Reconhecimento especial à professora Ilka Boaventura Leite, que me recebeu no PPGAS como sua orientanda, encaminhou boa parte da minha formação nas disciplinas e nos cursos, estudos e eventos do Programa, muitos dos quais por ela coordenados, encaminhando-me, finalmente, para a professora Miriam Hartung cuja pesquisa e área de atuação corresponderiam às pretensões do meu projeto de tese. Obrigadíssima!

A Óscar Calavia Sáez, eu agradeço as inúmeras observações, críticas, sugestões, interlocuções, e tantas prosas, desde a elaboração do projeto de tese na disciplina de Métodos coordenada por ele, e o apoio prestado em diferentes ocasiões (fora e dentro do campo) nas primeiras versões dos capítulos aqui apresentados. Pela parceria de algum tempo e pelo tempo das muitas parcerias, gracias!

Gratidão às/aos funcionários da UFSC, especialmente, as/os servidores da Biblioteca Central, e da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, em particular, pelo atendimento exemplar de Vladimir Verzola e da secretária Maria Zelânda Espíndola.

Agradeço a CAPES pela paciência e oportunidade que me foi concedida de realizar estágio doutoral na França. É bom lembrar que o tempo “não tem pontos fixos”, e, nesse sentido, a demora tem aqui as suas virtudes. Obrigada e que saibamos defender a escola pública e de qualidade!

Gratidão à professora Elza Dorlin, minha tutora na Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) durante o estágio doutoral, cuja acolhida e orientação me levaram a outras pesquisadoras e instituições. Agradeço também a professora Maria da Glória Espigado Tocino, da Universidade de Cádiz, que me respondeu prontamente a um pedido de tutoria nessa instituição. Infelizmente, a morte repentina da minha mãe interrompeu os planos de continuidade da pesquisa no exterior.

Agradeço muitíssimo a colegas de moradia na Maison du Brésil pela amizade, solidariedade e pelo suporte fundamental quando da notícia do iminente falecimento da minha mãe, em especial: obrigada, Adriana Cristina Repelevicz de Albernaz (e Gerson, seu marido); Adailton Santos (Dadau); Sérgio Lizias Rocha; Dion Monteiro; João Fernando Igansi Nunes.

Quando eu retornei do estágio doutoral na França, eu trouxe dois enormes pesos na bagagem: um era o da morte da minha mãe e da dor do pai que eu encontraria sem ela e mais vulnerável pela doença de Alzheimer. O outro peso era o de artigos e livros comprados ou recebidos por doação feita por instituições de ensino daquele país, muitos dos quais vão referenciados nesta tese. Sou muitíssimo grata a diversas pessoas e instituições que encontrei pelo caminho, especialmente a Bibliothèque Nationale de France (BnF) e seus funcionários, a Maison du Brésil e seus funcionários, a Cité Internationale Universitaire de Paris e seus funcionários.

Agradecimento ao então Instituto Teológico de Santa Catarina (ITESC), hoje FACASC, por intermédio do qual recebi uma bolsa de estudo nos inícios do doutorado, e, sobretudo, sou grata ao meu querido amigo e professor (orientador também!) Vitor Galdino Feller, que me apoiou em diversas e adversas situações.

Muitíssimo agradeço as impagáveis ajudas do Técnico em Informações e Estatísticas do IBGE, Luiz Paulo Vieira, a quem fiz constantes consultas e de quem recebi todo apoio. Sou grata também a Diego Fabrício Damiani, então funcionário do IBGE quando lá estive, primeiramente, em 2011.

Agradecimento aos funcionários da Câmara Municipal de Florianópolis (CMF), Setor de documentação e fotocópias, em particular, Luciano da Silva e Valdelino Antônio Nunes (Cebinho); e Assessoria de

Engenharia, Urbanismo e Arquitetura, na pessoa do engenheiro Antônio José da Silva Filho, de Joelton José Martins e Márcio da Silva.

Agradeço às/aos funcionários da Biblioteca do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), Maria de Fátima (chefe de setor) e Vinicius (estagiário em 2013), e aos funcionários do setor de Cadastro do Instituto, Maria das Dores Bastos, Gilberto Costa e Valtair da Silva. Grata a todos/as pela atenção, pelos materiais e informações dadas.

Agradecimento às/aos funcionários do Patrimônio da União/PU em Florianópolis, especialmente, Tereza Cristina Godinho Alves, pelas informações e esclarecimentos sobre terrenos de uso público na Freguesia do Ribeirão.

Gratidão à minha amiga Silvana Cardozo Santiago (informante!), funcionária da Biblioteca da Assembleia Legislativa (ALESC) e às suas colegas de trabalho, Cristiane de Souza Paiva e Lise Helena Paim (Técnica Legislativa do setor de documentação), pelas gentilezas e ajudas diversas.

Gratidão a Janice Marli da Silva Vieira, do Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina (AHESC) e demais funcionários, pela sempre disponível atenção e “caça” aos documentos e às histórias da gente e da igreja católica no Ribeirão.

Agradeço às/aos companheiros (e amigos) de turma de doutorado (turmas 2004/2011), por tantas descobertas, debates, solidariedades e alegrias compartilhadas. Barbara Bustos Barrera, Andrea Lisset Pérez, Fernando Bittencourt, Mirella Alves de Brito, Fernando Fernandes, Renata Apgaua, Kátia Bárbara Santos, Adriana Albernaz, Maria Eugenia Dominguez, Geraldo Locks, Raquel Mombelli, Dagoberto Bordin (o Beto), Emilene Sousa, “Fernandinha” Cardoso, Tatyana Jacques e Ari Ghiggi, Marcelo Silva, Isis Garcia e Carlos, Tatiana Dassi e Marcelo, Augusto, Simone Lira e Rudemar... E as/os que me fogem à memória exausta. Também à gente amiga e companheira do Núcleo A-Funda, agradeço os incentivos de Marcel Gutιά, Adriana Athila, Tiago (“Velho”), Rafael Buti e a especial colaboração de Juliana Caruso (e a amizade de Tiago Hyra, seu marido). Gratidão a todos/as!

Sou tão grata e feliz por ter amigos e amigas com quem partilho sonhos, invento vidas e me sinto consolada: Bárbara Bustos Barrera e Mauricio Valdez, pelo amor, pela forte amizade, os estudos e o ombro carinhoso nas horas de intensa dor. Amo vocês! Obrigada às suas famílias (“os chilenos”) e pela oportunidade de conhecê-las, em especial, Sandra e Ernesto, queridos!

Renata Apgaua, amiga queridíssima (também nas dores), e Nado (o marido!), meus interlocutores, porque temos muitas coisas em comum e laços de carinho, respeito e admiração. Vocês são “de casa”. Obrigada!

Gratidão também às amigas de outros cantos do Brasil e do mundo: minha amiga de longa data (desde o mestrado) Rosangela Borges e sua

amável família que se tornou também minha (Zeza, Teresinha, Edivaldo, Felipe e Tetê); a querida parceira Tânia (das risadas e dos sonhos!), o doce Kawel, David e suas famílias lindas; Maria Fernanda Vásquez (Mafe), queridíssima, pelas trocas intelectuais e pelos diversos socorros técnicos à preparação da versão final da tese; Daniela Almeida (“brasileira-estrangeira”), de muitos risos e partilhas desde muito longe; Oscar (“o argentino”), dos bons conselhos e da força nas horas de incerteza, gracias!

Minhas queridíssimas amigas de muitas gentilezas e de inúmeros apoios: Verônica Siqueira (filha) e Mariana Almeida (mãe); Helena Velloso (filha) e Bianca Quiumento (mãe), as duplas (de quatro) dinâmicas, solidárias e constantes, obrigada por tudo! Gratidão também a Zeila Costa (a Zê) e a Liliane Brum, pelos estímulos!

Agradeço a amizade, os apoios e a torcida (organizada!) de tantos quantos acompanham esse longo processo de diversas formas e há muito tempo: Denise Maria Ruiz, amiga (parceira de campo!) que já é “irmã”, e sua acolhedora família, em especial, M. Alzira, Jovaniro e Rafael Ruiz. Lídia Martins e Amídia (“Midinha”) Nascimento e suas famílias (os “de casa”); seu Amauri Lopes, dona Maria José Lopes (informantes!) e família; Eliane e Plínio Bordin (“primos”); Gilberto Bittencourt e família; Sayonara e Élcio Marimoto; Lu Menezes, Eduardo e família; Lenita Fortkamp; Adalmir Flores (informante!); Vilson Groh (amigo dileto, sempre!); Luiz Prim (presença constante na vida da gente); os meus queridos de há muito, João Carlos de Souza, Maria Soave Buschemi, Hermes Tonini e Roberto Moreira (quarteto de enorme peso afetivo e efetivo!); “dona Nércia” (*in memoriam*) e “seu Ernesto” Eichenberger e querida família. Enfim, a todos/as, pelo carinho, o respeito e as antropologias ao redor das mesas, muitas mesas...

Muito grata eu sou a Diana Farias Garcia (à filha, Livia, e à sua família, também ao Crisanto): foi minha aluna, tornou-se uma diletta amiga e faz parte dos “parentes” combinados pelas correntezas da vida; “assistente de pesquisa”, ela me prestou inúmeros e inestimáveis apoios, além dos bolos e dos cafês saborosos. Há também os familiares que se tornam amigos: minha “tia Avelina” (de 93 anos, que me espera na finalização da tese), meus primos e suas “famílias”, pela força vinda do sul (de Tubarão); minha prima Maria Araújo (a “Tata” primeira), seus filhos, Jacyara e José Francisco, amigos queridos em todas as horas. Obrigada a todas/os!

Sou eternamente grata a quatro pessoas que foram fundamentais nos momentos de composição, formatação e impressão final da tese: Maria Angélica Antunes Machado, a minha irmã Maeka (que há muito recolhe bibliografias, livros e artigos, e outros documentos etc.); Thiago Ouriques Machado, meu sobrinho, autor do “abstract”, que fez o doloroso trabalho de digitar, acrescentar e descobrir referências (está ensaiando para a sua tese!); Márcio da Silva, o meu amigo das cópias e das correrias; e a minha

queridíssima amiga (“irmã”) Andrea Eichenberger. Andrea é fotógrafa e antropóloga (doutora!), autora do “résumé” e da arte final da tese (com todos os seus detalhes e acabamentos), agradeço muitíssimo todo o seu empenho e dedicação, e também ao meu amigo querido, seu marido, Alex Bresson, por fazerem parte desta tese de muitas formas (algumas dadas ao conhecimento da/do leitor/a), mas, sobretudo, porque, como amigos, nos tornamos parentes! E que venham outras parcerias! Merci beaucoup!

Agradeço a presença nesta tese do também jovem doutor Gustavo Andrade Neto (arquiteto), junto com a Andrea, desenhando e dialogando com o meu trabalho e se juntando a nós pela amizade e pelo riso. Obrigadíssima!

Por fim, nesta lista que se tornou tão longa pelos longos anos de espera, penso naquelas e naqueles que construíram comigo os meandros dessa vida de estudos e pesquisas e de tantas coisas mais, e que costumamos chamar de “família”. Pela saudade e imensa gratidão, lembro a minha mãe (falecida em 2007), o meu pai (falecido em 2008), e o meu irmão mais velho (falecido em 2010), deles recebi amor e amizade, especialmente o consolo da leal presença! É uma linda família!

Em meio às dores, ficamos nós outros, ligados pela esperança: Aracy Iara, Walkiria (as que muito “cuidam” de mim!), Antônio Carlos e Ivana (dos vinhos, papos e divertidos cafés), Maria Angélica (Maeka, a companheira de todas as horas), Marcos Aurélio e Anelize (“a minha irmã” e o meu porto seguro), Débora Patrícia e Heitor Cláudio (meus interlocutores, quase “mexicanos”, e solidários!), e Vera Lúcia Kroëff (são meus irmãos e cunhadas, esta última bem cuidou do meu saudoso irmão); as novas gerações da família: Eduardo e Débora, Thais e Rafael, Gabriel e Joana, Caroline, Thiago, Bruno (grandes e divertidos); Laura, Clara e Catarina (as trilindas, triqueridas, cobrando o final “daquela coisa!”); para a minha afilhada, Cacá, um recado: terminei “a tésia” (brabinha!); a muito doce Sophia (“Tata, eu só queria um jeito de te ajudar!”) e a furacão (belezura) recém-chegada Analiz! (as cinco últimas meninas são as caçulas das/dos sobrinhos, a nossa festa!). É muito difícil dizer o quanto e o como cada um/uma me ajudou (e ajuda!), são tantas e incondicionais formas (por vezes, adversas!), e, sobretudo, o quanto são fundamentais na minha vida. Cada uma/um saberá por que cito, agora, Mário Quintana: “A amizade é um amor que não acaba nunca!” Obrigadíssima! Um forte abraço a todos! MM.

“Falei da inutilidade da Arte mas esqueci-me de reconhecer as consolações que ela proporciona. O alívio que deriva do gênero de trabalho que produzo com o cérebro e o coração reside nisto: só no silêncio activo do pintor ou do escritor é que a realidade pode ser reelaborada e revelada no seu aspecto verdadeiramente significativo. As nossas acções quotidianas nada mais são do que os ouropéis que velam o vestido de ouro – a essência da forma. É na sua arte que o artista encontra, pela imaginação, um feliz compromisso com tudo quanto o feriu na vida quotidiana, e não para escapar ao seu destino, como faz o homem vulgar, mas para realizá-lo da forma mais adequada e completa que lhe for possível. Senão, porque nos havíamos de ferir uns aos outros?” 1986. Lawrence Durrell. *Justine*.

“Acredito firmemente na existência de esquemas interiorizados que organizam a percepção e a ação das pessoas e que garantem um certo grau de comunicação em grupos sociais, ou seja, algo no gênero do que se costuma chamar de cultura. Mas acredito igualmente que esta última não coincide com “cultura”, e que existem disparidades significativas entre as duas. Isso não quer dizer que seus conteúdos necessariamente difiram, mas sim que não pertencem ao mesmo universo de discurso, o que tem consequências consideráveis”. 2009. Manuela Carneiro da Cunha. *Cultura com aspas e outros ensaios*.

RESUMO

Esta é uma etnografia de relações familiares cuja pesquisa foi realizada em uma localidade do sudoeste da Ilha de Santa Catarina, capital do

Estado catarinense, no sul do Brasil. Conhecida por todos como Freguesia do Ribeirão da Ilha, a vila-sede do Distrito de mesmo nome, muitas vezes, faz parte de um discurso corrente em diferentes meios por suas riquezas etnoculturais legadas de um passado açoriano, sobretudo da imigração açoriana em Santa Catarina no século XVIII. Nesse sentido, explica-se o hoje do lugar e de seus moradores pelo ontem dos que aí teriam enraizado modos e formas de vida social e/ou cultural. Este estudo propõe um ponto de partida diverso para conhecer as famílias da sede distrital. Adotando uma perspectiva da antropologia do próximo, e inspirando-se nas virtudes comparativas de um pensar etnográfico no mundo contemporâneo, a presente tese descreve a socialidade local partindo do que pensam, dizem e vivem suas/seus moradores atualmente, em particular, as negras e os negros de quem muito pouco se sabe. Uma nova paisagem física, social, econômica e cultural (suas transformações e seus meandros nos últimos 40 anos) ganha elementos outros de uma história contada segundo os próprios sujeitos. Assim, emerge a memória dos pais e avós e dos antepassados pelos quais a “luta” e o “trabalho”, dentre outros, são aliados simbólicos numa rede complexa de valores, concepções e formas distintas de existência na vila-sede e na cidade de Florianópolis. Nessa configuração, fé, religião, família e arte têm contornos próprios, aqui vistos como importantes para alguma antropologia brasileira.

Palavras-chave: etnografia; negros/as; parentesco e família; memória; religião; arte.

ABSTRACT

This is a Family relationship ethnography which research was performed in a locale placed in southwest of Santa Catarina Island, capital of Santa

Catarina State, in south Brazil. The so-called *Freguesia do Ribeirão da Ilha*, the seat of the District by same name, is frequently included in a current discourse by different means due to its ethnocultural richness of an Azorean heritage, especially from the Azorean immigration to Santa Catarina in the XVIII century. In this sense, it is explained the current reality of the place and its residents through the past of those whom have rooted means and manners of social and/or cultural life. This study proposes a diverse start-point to introduce the families from the seat of the District. The present thesis describes the local sociality from the thoughts, the speech, and the life experiences from its current residents, in particular, African descendants. In this context, it is adopted a perspective of anthropology and it is inspired in the comparative virtues of a ethnograph thinking of the contemporary world. In the last 40 years, new physical, social, economy and cultural landscapes, their transformations and their meanders gain elements anew of a history told by the subjects themselves. Thus, the memories emerge of parents and grandparents and ancestry whereby “struggle” and “work”, among others, are symbolic allies in a complex net of values, conceptions, and distinct forms of existence in the seat of the District and in the city of Florianópolis. In this configuration, faith, religion, family and art possess their own outlines, seen, herein, as important for Brazilian anthropology.

Keywords: ethnography; African descendants; kinship and family; memory; religion; art.

RÉSUMÉ

Ceci est une ethnographie de relations familiales développée dans le cadre d'une recherche effectuée dans une localité du sud-ouest de l'île

de Santa Catarina, capitale de l'état de Santa Catarina, au sud du Brésil. Connue comme la Freguesia do Ribeirão da Ilha, la ville-siège du district du même nom fait souvent partie d'un discours commun à des différents médias en raison de ses richesses ethnoculturelles héritées d'un passé açorien, en particulier de l'immigration açorienne à Santa Catarina au XVIII^{ème} siècle. En ce sens, l'actualité du lieu et de ses habitants est expliquée par le biais du passé de ceux qui y auraient enraciné certains modes et formes de vie sociale et/ou culturelle. Cette étude propose un autre point de départ pour connaître les familles du siège du district. En adoptant comme perspective une anthropologie du proche, et en s'inspirant des vertus comparatives d'une réflexion ethnographique dans le monde contemporain, cette thèse décrit la socialité locale en partant de ce que pensent, disent ou vivent aujourd'hui ses habitants et habitantes, en particulier les personnes noires, que l'on connaît très peu. Un nouveau paysage physique, social, économique et culturel se forme avec différents éléments provenant d'une histoire racontée par les sujets qui l'ont vécue au fil des 40 dernières années. Ainsi, l'on voit l'émergence de la mémoire des parents, des grands parents et des ancêtres, pour qui la « lutte » et le « travail », parmi d'autres, sont des alliés symboliques dans un réseau complexe de valeurs, de conceptions et de modes d'existence distincts dans la ville-siège et dans la ville de Florianópolis. Dans cette configuration, la croyance, la religion, la famille et l'art ont leurs propres contours, et sont vus ici comme des éléments importants pour une anthropologie brésilienne.

Keywords: ethnographie; personnes noires; parenté et famille; mémoire; religion; art.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – “Centrinho” da vila-sede: Rodovia Baldicero Filomeno	112
Figura 2 – “Centrinho” da vila: família Silva e família Fraga	112
Figura 3 – Freguesia do Ribeirão, detalhe do “centrinho”	114
Figura 4 – Os distritos do município de Florianópolis, destaque para o Distrito Sede e o Distrito de Ribeirão da Ilha	118
Figura 5 – Centro histórico da Freguesia do Ribeirão	120
Figura 6 – Mapa com os limites territoriais do Distrito de Ribeirão da Ilha (“cabeça de macaco”)	123
Figura 7 – Praia da Freguesia	124
Figura 8 – Morro do Ribeirão	124
Figura 9 – Entrada da Freguesia do Ribeirão	125
Figura 10 – Mapa com as rodovias estaduais Baldicero Filomeno e Aparício Ramos Cordeiro	126
Figura 11 – Freguesia do Ribeirão	128
Figura 12 – Mapa da Freguesia do Ribeirão elaborado por Elsom Bertoldo Passos	130
Figura 13 – Sequência de casas na Rodovia Baldicero Filomeno	133
Figura 14 – Mapa de ruas da Freguesia do Ribeirão	135
Figura 15 – Beco Martimiano Manoel Fraga	138
Figura 16 – Mapa de ruas da Freguesia do Ribeirão, detalhe para o Beco Martimiano Manoel Fraga	138
Figura 17 – “Casa da dona Chiquinha” e “casa do Funga-Funga” no centrinho da vila	140
Figura 18 – “Rua de baixo” e “rua de cima”, parte central da vila-sede	141
Figura 19 – “Casa da Virgínia” e “casa do seu Agenor”	142
Figura 20 – Recorte de jornal com a foto do seu Agenor Firmino da Silva e da neta Camila em 1999	144
Figura 21 – Praça Dona Chiquinha	145
Figura 22 – Praia da Freguesia vista da Praça Dona Chiquinha	146
Figura 23 – Rodovia Baldicero Filomeno com a praça, a praia e algumas casas	148
Figura 24 – Detalhe da Praça Dona Chiquinha	151
Figura 25 – Praça Dona Chiquinha vista da “casa da dona Desalda” e do “seu Manoel Fraga”	151
Figura 26 – Amendoeirinhas-da-praia plantadas pelos moradores na Praça Dona Chiquinha	154
Figura 27 – Moradoras e moradores desfrutando da Praça Dona Chiquinha durante o verão	155

Figura 28 – Carnaval do “Zé Pereira”, 2013	155
Figura 29 – Praça Hermínio Silva	158
Figura 30 – Praça da “Praia do Rita” durante o carnaval do “Zé Pereira”	158
Figura 31 – Igreja Matriz Nossa Senhora da Lapa antes da reforma	160
Figura 32 – Igreja Matriz Nossa Senhora da Lapa depois da reforma	161
Figura 33 – Casas de famílias à entrada da vila-sede, na “praia de lá”	162
Figura 34 – Entrada da Freguesia do Ribeirão	163
Figura 35 – Casa da família Heidenreich	163
Figura 36 – Cultivo de ostra à entrada da Freguesia	173
Figura 37 – Lídia Solange Fraga, “Lidinha”	174
Figura 38 – Festa do Divino Espírito Santo, 2015	175
Figura 39 – Restaurante no centrinho da vila, de propriedade de uma família local	177
Figura 40 – Igreja Nossa Senhora da Lapa durante a reforma	186
Figura 41 – Detalhes do espaço interno da igreja matriz Nossa Senhora da Lapa	187
Figura 42 – Celebrações comunitárias na igreja matriz; festa do Divino de 2008; e missa da festa de Nossa Senhora do Rosário de 2007	190
Figura 43 – Expressões de fé: a religião popular e a igreja católica “oficial”. Tocadores do Divino. Procissão da festa de Nossa Senhora da Lapa, 2015	193
Figura 44 – Famílias durante procissão da festa de Nossa Senhora da Lapa, 2015	194
Figura 45 – Fiel carregando uma imagem de Nossa Senhora de Fátima em dia de missa festiva na matriz	196
Figura 46 – Expressões de fé dentro das casas das fiéis Ivonira Julieta da Silva e Desalda Januária Fraga	199
Figura 47 – Escultura da “Mãe Iemanjá” na entrada da Freguesia, e imagem corrente atribuída a Iemanjá na cidade de Natal/RN	201
Figura 48 – O “terreiro” Ilê de Xangô nas imediações da entrada da vila-sede	202
Figura 49 – “Terreiro” Ilê de Xangô no “Ribeirão da Ilha”	203
Figura 50 – Atual “comissão da igreja”: Zito Nerto Fraga e esposa (Rosangela); Leopoldo Júlio Cardozo Filho e esposa (Rita de Cássia)	205
Figura 51 – Zito Nerto Fraga e Anita Lopes Moraes durante um “bingo da igreja”	206
Figura 52 – Moradores na “praça da igreja”: Praça Hermínio Silva	208

Figura 53 – Cláudia Fraga com a sua tia e o seu filho; “Didi” com a sua filha e a sua irmã; “Maria do Tetéi” em evento na Semana Santa de 2013	209
Figura 54 – Famílias reunidas durante evento religioso da igreja católica	211
Figura 55 – Preparação para o teatro religioso na Praça Hermínio Silva	214
Figura 56 – Encenação da “Paixão de Cristo” na frente da igreja matriz, 2015	216
Figura 57 – Plateia e elenco do teatro da Paixão acompanham a procissão do “Senhor Morto” pelas ruas da vila-sede, 2015	218
Figura 58 – Procissão do “Senhor Morto” na sexta-feira santa de 2013	222
Figura 59 – Croqui do percurso, em geral, realizado durante as procissões na vila-sede	223
Figura 60 – Imagem original de Nossa Senhora da Lapa, e fiéis diante da imagem na festa da santa	226
Figura 61 – Banda da Lapa na festa de Nossa Senhora da Lapa	228
Figura 62 – Imagem de Nossa Senhora do Rosário, protetora “dos pretos”, e da padroeira Nossa Senhora da Lapa	229
Figura 63 – Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora da Lapa no altar principal. Nossa Senhora do Rosário sendo carregada pelos fiéis, à frente, Zito Nerto Fraga	231
Figura 64 – Panfletos de divulgação da festa do Divino, preparados pelo “casal festeiro”, 2006 e 2013	239
Figura 65 – Família festeira no ano de 2008, e a pomba símbolo do Divino	241
Figura 66 – Igreja matriz decorada para os festejos do Divino em 2015	242
Figura 67 – Moradoras e moradores participando da “Festa do Divino” de 2015	245
Figura 68 – Fiéis da Irmandade do Divino, e pessoas da comunidade durante a festa do Divino de 2008	246
Figura 69 – Símbolos do Divino	248
Figura 70 – Cortejo da festa do Divino de 2013	250
Figura 71 – Cemitério municipal da Freguesia do Ribeirão	254
Figura 72 – Sepultura do “seu Agenor” Firmino da Silva, e a do “seu Manoel” João Fraga Filho	256
Figura 73 – Panfletos distribuídos à entrada do cemitério da Freguesia no dia de “Finados”	257
Figura 74 – Vistas internas e detalhes do cemitério da Freguesia	261

Figura 75 – Desalda Januária Fraga e Anita Lopes Moraes	270
Figura 76 – Casas: as pessoas da vila-sede e a vida local	271
Figura 77 – Ada Jesuína dos Santos; Alice Maria Martins (“Licinha”); Maria Solange [da Silva] Fraga (“Didi”)	273
Figura 78 – Delurdes Vieira; Cláudio Agenor da Silva e Iracy Maria dos Santos Silva; Alécio Heidenreich e Arnaldo Manoel Feliciano (“Dedinha”)	274
Figura 79 – Arnaldo Manoel Feliciano (“Dedinha”); Nilson Nerto Fraga e Agenor Firmino da Silva Júnior (“Desinho”)	275
Figura 80 – Marivaldo Pereira e Auréia (“dona Léia”) Rios Pereira; Alice Maria Martins (“Licinha”)	281
Figura 81 – Cláudia Fraga e o seu filho Jonathan mostrando fotos à pesquisadora; retratos de família	283
Figura 82 – Virgínia Maria da Silva Cunha e Agenor Firmino da Silva Júnior (“Desinho”); Maria Aparecida Garcia (“Cida”) e Carlos Eduardo Cunha (“Pitu”); Jean André de Maria e Norberto Cardoso de Souza	284
Figura 83 – Silvana Adir Cardozo Santiago e Vanderlei Santiago com a filha e o namorado desta	286
Figura 84 – Lídia Solange Fraga (“Lidinha”) tecendo renda de bilro	291
Figura 85 – “Casa do Nilson” Nerto Fraga	293
Figura 86 – Modos de ver (e dizer) “a família” na Freguesia do Ribeirão	296
Figura 87 – “Casa do seu Alécio” Heidenreich, e retrato deste com integrantes da Banda da Lapa	298
Figura 88 – “Casa dos paulistas”; e casa alugada de um casal “paulista” para a moradia da pesquisadora durante o trabalho de campo	300
Figura 89 – Bertoldo Manoel Passos e Edite Verônica Passos	304
Figura 90 – “Casa do seu Osmarino” e “casa da Licinha”	306
Figura 91 – Camila Regina Santana e Iracy Maria dos Santos Silva; “Imperador e Imperatriz” da festa do Divino de 2008; Lucas Vieira e a filha Dandara	308
Figura 92 – Praça “Dona Chiquinha”	312
Figura 93 – Famílias de “pretos” na Freguesia: distribuição por casa (casais)	313
Figura 94 – Diferentes modos de relacionar casa e “família”	317
Figura 95 – Registro de batismo de seu Firmino Manoel Ignacio da Silva (pai do “seu Agenor” Firmino da Silva)	324
Figura 96 – Maria Solange [da Silva] Fraga, “Didi”	326
Figura 97 – Terreno onde se encontram três casas distintas da “família da Didi	330

Figura 98 – Maria Solange [da Silva] Fraga (“Didi”); Norberto Cardoso de Souza; Maria da Glória Solange Fraga (“Glorinha”); “Didi” e sua irmã	331
Figura 99 – Casa do “seu Antônio Antunes” da Cruz	334
Figura 100 – Pessoas da “comunidade” aguardando o início do teatro religioso na sexta-feira santa de 2013	344
Figura 101 – “Casa da mãe do Nilson”, dona Noêmia Fraga (falecida)	348
Figura 102 – “Casa da Cida” (Maria Aparecida Garcia, falecida)	349
Figura 103 – Moradoras e moradores “do Ribeirão” durante o carnaval do “Zé Pereira” de 2013	352

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relação dos distritos de Florianópolis/Santa Catarina e sua população, fonte IBGE 2010	113
Quadro 2 – Denominação das vias públicas na Freguesia do Ribeirão e seus homenageados	137
Quadro 3 – Designação das praças e seus homenageados na Freguesia do Ribeirão	159
Quadro 4 – Visão parcial das religiões em Florianópolis, extraída da Tabela do IBGE, 2010	204
Quadro 5 – Domicílios particulares permanentes (unidades), fonte IBGE 2010	303
Quadro 6 – Número de moradores por domicílio, fonte IBGE 2010	316
Quadro 7 – Número de mulheres e homens por cor ou raça, fonte IBGE, 2010	345
Quadro 8 – Média de rendimento por domicílio, fonte IBGE 2010	350

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AÇOR – Festa da Cultura Açoriana de Santa Catarina
A-Funda – Núcleo de Pesquisa em Antropologia Fundamental
AHESC – Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina
ALESC – Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
ALP's – Áreas Legalmente Protegidas
AMPROSUL – Associação de Maricultores e Pescadores Artesanais da Região Sul da Ilha
AVC – Acidente Vascular Cerebral
BO – Boletim de Ocorrência
CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina
CFH – Centro de Filosofia e Ciências Humanas
CMF – Câmara Municipal de Florianópolis
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPC – Conselho Paroquial Comunitário
CRE – Curso de Pós-Graduação em Ciência da Religião
DOU – Diário Oficial da União
ELETROSUL – Centrais Elétricas S.A
EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FACASC – Faculdade Católica de Santa Catarina
FCC – Fundação Catarinense de Cultura
FENAOSTRA – Festa Nacional da Ostra e da Cultura Açoriana
FFC – Fundação Franklin Cascaes
i.e. – isto é
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPUF – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis
ITESC – Instituto Teológico de Santa Catarina
NEA – Núcleo de Estudos Açorianos
NUER – Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PFL – Partido da Frente Liberal
PL – Projeto de Lei
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMF – Prefeitura Municipal de Florianópolis
PPB – Partido Progressista do Brasil
PPGAS – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
PPS – Partido Popular Socialista
PSD – Partido Social Democrático

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
PUCSP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PU – Patrimônio da União
PV – Partido Verde
RBSC – Revista Brasileira de Ciências Sociais
RN – Rio Grande do Norte
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
TELESC – Telecomunicações de Santa Catarina
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina
UDP – União Democrática Nacional
UEPs – Unidades Espaciais de Planejamento
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	36
Uma leitura outra	38
Uma proposta	39
Contornos locais	40
Pelo campo do olhar e da pesquisa	42
Da etnografia	44
CAPÍTULO I: RIBEIRÃO DA ILHA EM HISTÓRIAS AS COISAS LEMBRADAS E OS FATOS CONHECIDOS NA FREGUESIA	46
1.1 Pessoas e coisas açorianas na Freguesia do Ribeirão	46
Alguma fala e seus sentidos para a vida local	46
Do que se conta: os diferentes modos de narrar uma história	48
Para uma história “do Ribeirão”: famílias e a Freguesia	53
1.2 Histórias em prosa: pelas conversas com moradores/as do Ribeirão	54
O espaço ocupado pela experiência: viver “desde sempre” na vila	54
Um relato daqui: nascer, criar-se e morrer “no Ribeirão”	56
À beira d’água: de redes e parentescos	60
Da “pobreza” de ontem à “riqueza” de hoje	63
1.3 História seletiva: por entre narrativas da historiografia catarinense	66
Por uma história de açorianos em Santa Catarina	66
De estratégias e ocupação territorial: os casais, as famílias, os açorianos	70
Na rota do litoral sul do Brasil: o Ribeirão	73
Sobre a presença de escravos negros na Ilha de Santa Catarina	76
Negros/as no sul do Brasil: alguns estudos, abordagens diversas	80
Para ribeironense ver: uma narrativa de escravos na Ilha	83
1.4 Memória seletiva: como é o ser “ribeironense” na Freguesia?	84
Das coisas lembradas pela gente da vila-sede	84
A “experiência” (vivida) na Freguesia do Ribeirão hoje	87
Contornos da memória e da história açoriana em Santa Catarina	90
A invenção do ribeironense	95
1.5 Memória e história vivida: nascimento, vida e morte no Ribeirão	96
Do lugar de uma vida lembrada: ser ribeironense	96
Para além de uma açorianidade inventada	99
Pelas relações de família no sul do Brasil: um “ponto” em vista	103

CAPÍTULO II: FREGUESIA DO RIBEIRÃO	
DA PLACA À VIDA, UM LUGAR TRANSFORMADO	110
2.1 À vista da vila: a localidade e seus arredores	110
Um distrito e sua sede	110
No contexto distrital: o “como se fosse” das/dos moradores	116
A Freguesia no Ribeirão: entre paisagens, coisas e pessoas	121
Em direção à Freguesia: estradas, novos caminhos e transformações	124
2.2 Espaços da rua: as casas, a igreja, as praças, as praias, a Freguesia	131
Impressões e expressões locais: os sinais de mudança	131
De ruas e nomes: os “do Ribeirão”	133
Sobre a igreja, casas antigas e suas/seus moradores: a “vila”	139
O “centro” da sede distrital: um ponto de trocas	142
À sombra das árvores: o encontro entre o mar e a praça	151
Pelos sentidos da socialidade na vila-sede	160
2.3 A Freguesia do Ribeirão de ontem para hoje	163
Por uma história das/dos moradores no lugar	163
Negociantes e o comércio local no passado recente: a força da Freguesia	166
Para além do isolamento: em direção à “cidade”	169
E a cidade se volta para a “comunidade”: novos tempos	171
De dentro de relações e agências: a configuração atual da vila	179
CAPÍTULO III: QUANDO A FÉ REMOVE MONTANHAS	
RELIGIÃO, CRENÇA, ORAÇÃO E PRÁTICAS DE FÉ	184
3.1 A Freguesia das/dos católicos/as	185
Do catolicismo: a fé e sua celebração comunitária	185
Pelos caminhos da igreja: as fiéis entre outros	190
Formas religiosas e práticas de fé: para além da religião católica	194
De estatísticas e religiosidades praticadas na vila-sede	200
O social (ou a via de acesso às) das religiões: pelas relações de parentesco	206
3.2 Fervor religioso: a Semana Santa, o teatro da Paixão, as procissões e a Senhora	213
A Paixão pelo teatro	213
O amor em cena: religião e a “verdade” compartilhada na Freguesia	219
Em procissão: uma presença religiosa nas ruas da vila	221
Vem chegando a Senhora: alguns traços da devoção católica local	225
Da devoção ao milagre: a fé que (re)move pessoas	232
3.3 Pelo sopro do Divino: o Espírito da vida	238
Divina festa: a família na comunidade	238
Do tempo e espaço: quando e onde “tudo” é feito para o Divino	243
A devoção pela prática religiosa: as gentes, a fé e os símbolos do Divino	247
Uma cerimônia solene para o “Espírito Santo”: a divina “Corte Imperial”	249

“Deu tudo certo, graças a Deus!”: a festa, o Divino e o humano na vila	250
3.4 Ventos contrários entre divino e humano: o bem contra o mal	253
O que (re)suscitam os “finados” na Freguesia do Ribeirão?	253
Quem é contra nós? De feitiçarias, “macumbarias” e bruxas	259
Como dizer a fê: as esperanças por entre o efêmero e o “eterno”	265
CAPÍTULO IV: DAS RAÍZES NO RIBEIRÃO	
FAMÍLIA, PARENTE E COMUNIDADE	268
4.1 Em família: a “minha casa” e o meio doméstico	268
Para início de conversa	268
Entre perspectivas e expectativas familiares	276
Uma casa e seus múltiplos significados	281
Conjugal ou extensa? “É tudo família!”	287
4.2 Entre parentes: algum parentesco na rede	297
A composição residencial (as casas) na vila-sede	297
Residência e dinâmicas familiares	302
Da raiz a uma nova família: sobre a hora de casar e morar	307
Um nome e lugar próprios do ramo familiar	314
Pela herança espiritual: um nome recebido no batismo	318
Outros bens herdados: relações e transformações	326
4.3 De mulheres e relações familiares: para as/os “filhas/os”	328
Primeiro exemplo: um casamento com residência virilocal	328
Segundo exemplo: uma herança (“do pai”) entre duas irmãs	331
Terceiro exemplo: quem casa e quer casa	333
Por princípio: a/o última/o filha/o	335
Pontos fixos para a mudança: regras e exceções	336
4.4 Na comunidade: as casas, os casamentos e outras alianças	338
Os/as negros/as dentre “antigos” moradores: no “centro” da Freguesia	338
Por diferentes raízes e sobrenomes: modos de família	342
Entre números e vivências: matizes da vida na vila-sede	345
Família, casa e casamento: parentescos, lealdades e alianças do cotidiano	352
CONCLUSÃO	354
REFERÊNCIAS	370
ANEXOS	398

PROÊMIO

“...a terra da mitologia é redonda”. 1967.
Claude Lévi-Strauss. *Mitológicas II*.

Não é raro ver em trabalhos como os da antropologia autores/autoras revelando ou expondo algumas das razões por que a sua pesquisa teria levado mais tempo do que o esperado para a sua apresentação pública. A presente tese faz fileira com estudos dessa natureza. Ela demorou tantos anos para chegar a seu termo, que eu deveria começar estas palavras iniciais pelo mito de origem. Em 2004, então inscrita, como aluna regular, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da UFSC, eu iniciaria os primeiros contatos com a gente da Freguesia do Ribeirão dois anos mais tarde, em 2006. De lá para cá, muita água correu e, a despeito das fortes correntezas e dos imponderáveis da vida, este é um estudo que se beneficia (bem e mal) desse prolongado período de idas e vindas e visitas constantes à sede distrital, onde fiz também boas amizades, algumas das quais reacendidas do passado, já que na vila reencontrei velhos conhecidos e conhecidas da época de estudante do ensino médio. Aliás, não fui eu quem achou, mas uma colega de sala de aula (Jane Heidenreich) me reconheceu em um dia das minhas visitas às casas das famílias. E mais tarde, eu viria a reencontrar um casal de amigos (Vanderlei e Silvana Santiago) cuja família compõe o grupo de pessoas de que me ocupo nesta tese.

Contudo, o mais curioso estaria por vir após vários anos desde a entrada em campo, ou seja, mais recentemente. Investigando as genealogias e interessando-me pelas famílias ditas de raiz no lugar, descobri que o nome da “praça da igreja” (Hermínio Antônio Silva) faz homenagem ao bisavô do meu cunhado (casado com a minha irmã mais nova) cuja mãe era natural da Freguesia e neta de Hermínio por parte de pai. Claro que, mais tarde, refletindo com o meu cunhado Heitor sobre a minha imperícia para algumas de suas falas (ele afirma que me “falou”), eu me daria conta de que havia estado muito ocupada com os membros das famílias aqui privilegiadas. Tudo isso para dizer, com Lévi-Strauss, que a terra da mitologia definitivamente é redonda. E que todo o tempo aguardado como longo e demorado ganha, hoje, outros sentidos e possibilidades outras. Dessas virtudes do trabalho etnográfico, vem a

minha deliberada preocupação em escrever a tese partindo das falas, vivências e dos conhecimentos da gente da vila.

A minha experiência acadêmica anterior ao doutorado esteve ligada à PUC de São Paulo (PUCSP). Lá recebi excelente formação e fui motivada, pela então orientadora de mestrado, a buscar o PPGAS (ela dissera, certa vez, que eu tinha uma escrita que lembrava as de “antropólogas”). Assim, eu voltaria às origens, à UFSC, onde eu já havia frequentado a graduação. Foi depois dos estudos de mestrado na PUCSP, portanto, que eu viria a conhecer e integrar o PPGAS como pesquisadora discente. Já na pós, por orientação da professora Miriam Furtado Hartung, eu procedi às primeiras visitas de uma série incontável de idas à Freguesia do Ribeirão. Nessa perspectiva, o mito de origem da pesquisa é a própria “comunidade”, que, agora, passo a examinar etnograficamente.

Para tanto, neste trabalho, utilizo alguns marcadores. Mais comumente, uso aspas duplas para falas, categorias e/ou expressões locais, i.e., tomadas das/dos moradores da Freguesia, ou lá encontradas; também para citações no corpo do texto e nas notas de rodapé; aspas simples serão utilizadas quando (e se) elas se fizerem necessárias pelas regras de emprego das mesmas. O itálico será de uso para títulos em geral.

Quanto às referências feitas a moradoras e moradores, distintamente, utilizo as marcas de gênero para especificar pessoas ou grupos considerados desde os discursos locais quando isso se fizer necessário. No entanto, de maneira geral, farei referência aos/às moradores/as da Freguesia utilizando como regra da gramática de língua portuguesa, nesse caso, o masculino plural, por questões de praticidade. Não obstante, por reconhecer a relevância das categorias de gênero, farei menção a elas por meio de desinências, diferenciando pessoas, homens e mulheres, tal como acima, sempre que desejar destacar os/as agentes.

Por fim, devo informar que, nesta etnografia, recorro ao uso dos nomes próprios aos moradores e às moradoras da vila-sede. Consultando, tempos atrás, diversas pessoas sobre a questão, respondiam-me que não teria por que deixar de utilizar os nomes delas/deles. Decidi manter os nomes dos indivíduos e das famílias, porque, de fato, esta é uma forma de oportunizar que as famílias “do Ribeirão” sejam conhecidas.

INTRODUÇÃO

Por uma antropologia de relações familiares

“Nessa primeira tarde ela falou sobre os seus ancestrais. – Esta casa pertenceu à minha tia – disse, olhando em volta da sala e em direção a um retrato oval de mulher que pendia da parede oposta”. 2002 [1947]. Ruth Landes. *A cidade das mulheres*.

Em seu breve ensaio intitulado *As três ecologias*, referindo-se ao meio ambiente, às relações sociais e à subjetividade humana, Félix Guattari (1990) já lembrava as transformações aceleradas de um planeta, a Terra, cujo avanço técnico-científico estaria colocando em risco a vida de maneira geral. Assim, um intenso discurso do filósofo sugere o que parece ser algo muito pouco otimista: “[...] os modos de vida humanos individuais e coletivos evoluem no sentido de uma progressiva deterioração”. Dentre outros aspectos desta “evolução”, estariam as redes de parentesco, as quais tenderiam “a se reduzir ao mínimo, a vida doméstica vem sendo gangrenada pelo consumo da mídia”, perturbação esta num quadro em que “a vida conjugal e familiar se encontra frequentemente ‘ossificada’ por uma espécie de padronização dos comportamentos”. Nesse sentido, “as relações de vizinhança estão geralmente reduzidas a sua mais pobre expressão...” (GUATTARI, 1990, p. 7-8, grifo do autor). Sem pretender aprofundar aqui o argumento do autor (de fato, um convite a repensar formações “ético-políticas” no mundo contemporâneo), creio que a sua provocação mais interessante para este texto é permitir uma pergunta sobre quais (ou como) seriam “os modos de vida” em “deterioração” atualmente. E se as relações de parentesco-família “evoluem” para isso, i.e., tendem a se deteriorar.

Quando li esse trecho do texto de Guattari, tempos atrás, de imediato, veio à minha memória uma conversa que tive com um morador nascido no Distrito de Ribeirão da Ilha, o qual procurava explicar certas especificidades da gente da Freguesia. Entre outras coisas, ele entendia que as pessoas da vila-sede não tinham “evoluído”.

Se isso tem alguma importância – como eu creio existir – para o estudo das famílias no lugar, a um só tempo, é possível matizar uma afirmação (talvez totalizante) do referido filósofo e tentar compreender o que o morador local teria desejado dizer com essa afirmação. De todo modo, sabe-se que as questões de parentesco e família têm uma pauta relevante na vida hodierna (BUTLER, 2014; STRATHERN, 2015), esta das mutações técnico-científicas a que faz alusão Guattari.

Esta é uma etnografia que tem por objetivo apresentar uma parte importante das famílias – as das/dos negras/os – da Freguesia do Ribeirão, mapeando nomes das chamadas famílias “de raiz” na vila-sede do Distrito de Ribeirão da Ilha. De fato, procura-se compreender suas práticas cotidianas e refletir sobre os sentidos de família, casamento, parente, vizinhança e comunidade, dentre outros “valores” caros aos “ribeironenses”, nesse caso, apontando a sua relevância para a socialidade local. Focando nas relações familiares, a presente pesquisa foi desenvolvida numa “vila” do sudoeste da cidade de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, no sul do Brasil. Conhecida por todos simplesmente como “Ribeirão da Ilha” ou “Ribeirão”, a localidade é a sede do distrito de mesmo nome, um dos mais populosos do município. Privilegio aqui, portanto, um experimento etnográfico (WAGNER, 2014) que deseja mapear, pelo menos inicialmente, as famílias de negras e negros na Freguesia do Ribeirão partindo de seus discursos (LATOURET, 2004) e/ou de suas práticas, seus costumes e “habitus” (BOURDIEU, 2000 [1972], p. 256). Nessa perspectiva, uma história que dá sentido à existência das pessoas na vila-sede hoje, e que as diferencia no lugar (e no mundo), se confunde com fatos e acontecimentos evocados pela memória, primariamente, aquela ligada à “família”, e compartilhada pela “comunidade” e nela. Em outras palavras, os “parentes” e membros “da família” cujos nomes fazem parte de uma espécie de lembrança coletiva na vila são, na atual época, algo como o elo para a memória que vê no parentesco e nas relações familiares aquilo que organiza o seu mundo, a sua vida social.

De modo geral, isso é o que procuro sugerir nesta tese. Razão por que o tema será evocado ao longo do estudo, tentando compor os diversos capítulos em ordem à culminância das relações familiares especialmente descritas no quarto capítulo deste trabalho. Por outro lado, junto a uma bela paisagem litorânea avizinhada por morros e costeiras, em geral, a Freguesia é vista como comunidade tradicional pertencente a uma das mais antigas regiões da Ilha de Santa Catarina, outrora ponto de entrada e estabelecimento de colonizadores europeus, particularmente, de imigrantes açorianos aí introduzidos no século

XVIII. Nessa pequena localidade, atualmente, vivem cerca de 500 famílias, das quais algo em torno a 23 unidades domésticas (IBGE, 2010) corresponderia ao grupo de moradoras e moradores contemplados nesta etnografia. O significado da presença das negras e dos negros no chamado “centrinho” da vila será oportunamente retomado, assim como algumas discrepâncias com relação a números e pessoas. Importa neste momento observar que a propaganda do lugar, muitas vezes, sobrevaloriza a categoria de “açoriano” – cartão de visita para o comércio, o turismo e a culinária “típica” local –, tomando como pressuposto histórico-cultural “no Ribeirão” formas de vida, por assim dizer, assentadas localmente desde uma ascendência trazida de Açores e hoje representada na vila-sede por “descendências” diversas situadas além-mar. Os nomes e sobrenomes das “famílias” assim o confirmariam.

Ora, este estudo procura mostrar que não é um discurso em torno do “açoriano” colonizador a ter significado para as famílias aqui estudadas. Ou melhor, esse é um argumento homogeneizante que serve a alguns propósitos e, como tal, pode ser acionado eventualmente também por algumas pessoas dessas famílias, porém, não é algo que se confunda com ou substitua a história que as famílias têm para contar do/no lugar e sobre si mesmas, como se depreende dos capítulos da tese e dos vários pontos de reflexão oferecidos neles, em particular no quarto capítulo, onde eu procuro sublinhar, de um lado, um vínculo estreito na vila entre casa e casamento, e, de outro, uma constituição das famílias locais de modo abrangente, i.e., para além dos limites da casa.

Uma leitura outra

Sem negar “a história açoriana” que algumas pessoas gostam de evocar como uma espécie de marca autoexplicativa do distrito e sua sede hoje, e recorrendo a uma antropologia das sociedades complexas (AUGÉ, 1999; LATOUR, 2008; MALUF, 2011; WAGNER, 2014; STRATHERN, 2014), cabe observar um acento linear e totalizante de uma leitura, em geral, feita de fora para dentro da “comunidade”, sem considerar o universo plural e/ou as respostas diversas que os moradores locais podem dar às vicissitudes do tempo e do espaço (SAHLINS, 2003). Ao sugerir um estudo que considera alguma etnografia do “próximo” (AUGÉ, 1999; MALUF, 2011) e deste retira os elementos

comparativos para descrição da configuração local,¹ entendo ser possível não apenas desconstruir uma suposta linearidade histórica (DUARTE, 1988; CALAVIA SÁEZ, 1996) que exclui formas alternativas de vida, mas, particularmente, recolocar o que pode ser específico de dada figuração na vila-sede. Ou seja, são as agências e os agentes (LATOURE, 2008) da Freguesia do Ribeirão que estão implicados na invenção (WAGNER, 2014) do que a antropologia busca conhecer. Esta, por sua vez, implica-se igualmente por ela (a invenção). No caso das famílias da vila, como foi supramencionado, é preciso notar que um discurso sobre açorianos não se confunde com as histórias que a gente narra sobre si e sobre o lugar. Nessa perspectiva, o assunto da memória (POLLAK, 1989; 1992; NORA, 1993) aparece em primeiro plano. Por ela, uma história desses moradores pode e, frequentemente, é contada na vila-sede. O como isso acontece é um dos desafios desta etnografia. De fato, acredito que esta (a etnografia) seja uma forma privilegiada de fazer antropologia (HARTUNG, 2000; FONSECA 2004; GOLDMAN, 2006).

Uma proposta

Com efeito, em nível mais amplo, esta tese pretende dar a conhecer uma significativa parte das/dos moradores da Freguesia do Ribeirão, descrevendo a socialidade² local e, particularmente, redirecionando o lugar comum (aliás, pouco operacional) da categoria totalizante de “açorianos” para aquela da memória diretamente ligada aos discursos (LATOURE, 2004) e às práticas (BOURDIEU, 2000 [1972]) de parentesco e família, segundo as quais os sujeitos em pauta dão sentido às suas existências hoje. Quanto à antropologia, é ainda um escopo maior a defesa e escolha da elaboração etnográfica que, ao

¹ Nesta tese, utilizo a ideia de configuração tendo em conta o que anota Miriam Furtado Hartung (2000): “[...] ao mesmo tempo que o termo remete a um conjunto organizado, também considera a possibilidade de reordenamento, isto é, pressupõe mobilidade, reconstrução, reavaliação da ordem e dos esquemas de significado” (HARTUNG, 2000, p. 5-6).

² Neste estudo, socialidade será preferível à sociabilidade (SIMMEL, 2006 [1917]), no caso, uso inspirado em Marilyn Strathern (2006) que, por sua vez, se inspira em Roy Wagner. Remetendo a uma nuance diversa daquela de sociabilidade presente nas ciências sociais – esta última de conotação mais positiva, referente aos afetos, sentimentos, por exemplo –, e que nesta pesquisa eu sublinho. No sentido aqui privilegiado, socialidade comportaria, portanto, um significado mais dinâmico das relações sociais, correspondendo a um conjunto complexo de fatos e práticas constituídos desde uma rede de relações múltiplas, o que supõe, além do seu sentido socialmente positivo, um significado outro, negativo, das relações sociais.

colocar o outro em perspectiva (GOLDMAN; LIMA, 1999; GOLDMAN; VIVEIROS DE CASTRO, 2006) reversa, simétrica, próxima etc., pergunta aos sujeitos quem elas/eles são e como eles/elas são. No caso, encontra-se num experimento tal a possibilidade de romper com a fixidez de uma presumida identidade (a açoriana), para privilegiar a multiplicidade das situações e/ou figurações contemporâneas adequadas ao conhecimento dos outros e de nós mesmos, para além de grandes e pequenos divisores (GOLDMAN; LIMA, 1999). Isso, a um só tempo, revela a riqueza de uma etnohistória (SAHLINS, 2003), e, mais, a dos sujeitos envolvidos nas relações familiares de cuja dinâmica vêm o sentido de uma figuração local outra, alternativa inclusive a formas hodiernas de agrupamento familiar, e assim por diante.

Nessa direção, o presente estudo se alinha a um número relevante de pesquisas desenvolvidas na Ilha de Santa Catarina (BASTOS, 1989; 1993; RIAL, 1988; GIMENO, 1992; MALUF, 1993; FLORES, 1993; 1997; LACERDA, 2003; FERREIRA, S. 2006; WIGGERS, 2006, CARUSO, 2011, BRITTO, 2012, entre outros), procurando dispor de trabalhos diversos e de distintas abordagens para fins comparativos quanto ao que se observa nas “comunidades” da Ilha acerca de sua socialidade no sul do Brasil. Assim, busca-se o percurso das interações comunitárias na Freguesia do Ribeirão, hoje, esperando apreender especificidades e/ou distintividades características à vila-sede. No caso, outras etnografias podem servir ao debate dos temas investigados, concorrendo para o conhecimento do que é peculiar à localidade. Dessa maneira, evita-se tratar as partes pelo todo e vice-versa, rompendo com certa rigidez de categorias classificatórias (e excludentes) das relações no lugar. Um exercício tal se faz por dentro mesmo de conexões, “atores” e “agências”, relativamente aos próprios arranjos locais (LATOUR, 2005; STRATHERN, 2006).

Contornos locais

Dos anos 1970 para cá, melhorias de várias dimensões e tipos foram ocorrendo na cidade de Florianópolis, em particular, algumas mudanças atingiriam também o Distrito de Ribeirão da Ilha. Por outro lado, sobretudo na década de 1990, ver-se-ia uma crescente valorização de costumes tidos como típicos da população catarinense, atrelados que seriam às características específicas da gente de Santa Catarina, ligando esta, cada vez mais, à presença pretérita de “açorianos” no sul do Brasil

(século XVIII). Na capital do Estado catarinense, o “Ribeirão da Ilha” seria destacado como ponto de partida do que é hoje a Ilha de Santa Catarina (PEREIRA, N.; PEREIRA, F.; SILVA NETO, 1990, dentre outros). Ou seja, com o passar do tempo, as/os moradores teriam aprendido a falar também de suas “tradições”, as da gente “da Freguesia” e/ou “do Ribeirão”, como dizem os do lugar. Certamente, dentre estes, há quem dê importância à qualidade açoriana da “vila” habitada, em suas origens, por portugueses e/ou açorianos cujos modos de viver teriam deixado vestígios na localidade até o presente momento. Porém, esse não é um discurso unânime e/ou recorrente. Colocando uma linearidade histórico-cultural em suspenso (e tudo o que se depreende disso), este estudo propõe descrever as relações familiares na vila-sede. Nesse caso, levando em conta as/os moradores e o seu modo próprio de pensar a existência no lugar. Poder-se-ia, nesse sentido, indagar: as pessoas fazem memória de que eventos? Ou, como é essa memória local? Que histórias a gente narra para falar como/o que é “o Ribeirão”? Qual o “ponto” de suas falas, i.e., aquele que importa discorrer quando o assunto é a existência na vila?

Assim, procuro compreender o que confere certa unidade (EVANS-PRITCHARD, 1972) à vida das pessoas na Freguesia, o modo como estas se organizam na localidade, o que lhes permite experimentar (ou não) alguma estabilidade no tempo e no espaço. Nesse sentido, o tema da “tradição açoriana” coloca um problema interessante à minha pesquisa. Em outras palavras, por assim dizer, o horizonte último da pergunta primariamente sugerida neste estudo é a percepção das pessoas quanto àquilo que lhes toca como uma identificação local. Como elas se apresentam e/ou o que falam de si “no Ribeirão”? Em tal perspectiva, a memória das relações de família culmina com uma hipótese apreendida ao longo do trabalho de campo. Ou seja, sugiro que uma forma local de unidade dos diferentes grupos familiares nessa configuração é dada, antes de tudo, pelas relações de parentesco e família,³ sendo estas

³ Na Freguesia do Ribeirão da Ilha, os moradores usam ambos os termos para falar das relações locais, razão por que, nesse caso, os conserto relacionados, indicando certa correspondência entre eles. Em geral, a gente do lugar aponta para o “conceito restrito de ‘nós’” em referência à “família” cujos membros são pai, mãe, filhos e os que com estes habitam a mesma casa. No entanto, em diferentes ocasiões, outros parentes (primos, filhos casados, netos, irmãos casados, tios, avós etc.) são igualmente inseridos nesses grupos, ainda que não vivam nas mesmas residências. Além disso, outras pessoas (vizinhos e/ou amigos) podem ser consideradas como parentes pelo “modo especial e particular” com que se relacionam a “nós”. Neste trabalho, procuro utilizar ambos os termos, família e parentesco, conforme o uso feito pela gente da vila, mantendo certa tensão entre estes, que caracterizaria algum “grau limitado” das relações locais

atualizadas e/ou alimentadas pela memória dos eventos cotidianos que, a um só tempo, dão sentido às famílias e à “comunidade” (ELIAS; SCOTSON, 2000). Junto e relacionalmente às formações familiares, a fé e as religiosidades cultivadas na vila-sede, assim como os valores aí vinculados ao trabalho, ao sustento da “família”, às lealdades cotidianas ou políticas ou afins, permitem acessar questões complexas que se desenham em dada figuração. Nesta, arte e política revelariam igualmente uma faceta importante das relações de família no lugar. Este é, pois, o eixo que articula a existência dos que são “da Freguesia”:

Mas eu vivi bem com essa família... O papai me deixou essa mensagem. Marta, a coisa mais querida do mundo foi cuidar do papai, e o papai deixar essa faculdade, esse testemunho bom de cuidar bem da família... Ser amigo do pessoal da comunidade. (Agenor Firmino da Silva, informação verbal em 22 de outubro de 2007).

Pelo campo do olhar e da pesquisa

Quanto ao trabalho de campo que daria sequência às investigações iniciais no lugar, como foi supramencionado, ele foi a termo na localidade da Freguesia do Ribeirão, particular e formalmente, entre os anos de 2006-2007, tendo eu morado na vila precisamente em dois períodos de três meses cada um,⁴ igualmente distribuídos nesses

(LEACH, 1982, p. 129). As relações familiares, o parentesco e os arranjos de família e vizinhança serão descritos no quarto capítulo da tese.

Discorrendo sobre *Família e parentesco na antropologia brasileira contemporânea*, Claudia Fonseca (2010) lembra que, no final de 1990, “família” e “parentesco” são praticamente inseparáveis: “Essa reconfiguração do campo temático, que ocorreu em graus variáveis nos diferentes países, tem grande relevância para a análise de estudos sobre família e parentesco no Brasil” (FONSECA, 2010, p. 125s).

⁴ Na sede distrital, à época, havia algumas opções de imóvel para aluguel, cheguei a verificar algumas. Entretanto, como eu desejava estar o mais perto possível das famílias investigadas, decidi por alugar a casa de um casal “paulista” (Olga e Jorge, citados no texto), até porque ela me permitia estar na parte central da vila. Aliás, a casa deste não estava disponível nesse sentido, a proposta de aluguel partiu de mim, por intermédio de uma vizinha (“Maria do Têtei”) que trabalhava para “a dona Olga” nas temporadas de verão havia muitos anos. Não foi muito fácil convencer a dona do imóvel (ela me disse, por telefone, que experiências anteriores haviam sido negativas, daí a decisão do casal de manter a casa fechada), mas, “confiando” na minha palavra (de que seria para trabalho de campo e que eu não traria outras pessoas para

anos de referência para o trabalho formal de campo. Ou seja, grosso modo, isso corresponderia a seis meses de residência temporária entre as famílias da sede distrital, numa casa alugada de um casal (“dona Olga” e “doutor Jorge”, “os paulistas”) residente no Estado de São Paulo, e situada nas imediações da chamada “rua de cima” onde moram diversas famílias ouvidas para este estudo. De fato, sabe-se que o período de contatos com a gente em pesquisa de campo, muitas vezes, extrapola uma delimitação apenas formal contada pelos meses e/ou anos “em campo” (FAVRET-SAADA, 2005 [1985]; GOLDMAN, 2006). No meu caso, em especial, isso tem lá mais do que relevância quantitativa, afinal, desde 2006, foram anos de encontros esporádicos com o lugar. Mas especialmente, para além dos referidos seis meses de instalação na vila, o fato de voltar a ela repetida e informalmente levou-me a ser vista de outras formas pelas/pelos moradores, não mais (ou tão somente) como “a pesquisadora”.

Eu passaria a ser uma “amiga” do lugar, demonstrava “gostar” da Freguesia, aí se “sentir bem”: “Bebesse água do Ribeirão?”, insistia César Moraes (“filho da dona Anita”). “Queres comprar a casa da minha mãe (‘dona Noêmia’ Santos Fraga)?” Perguntou-me Zito Nerto Fraga, o filho “mais novo”, algum tempo depois da morte dela. Assim, outros tipos de relação iam se esboçando. O que muitos tinham certeza é que eu “já era da família!” Daí que diversos assuntos algo proibitivos na vila foram se revelando gradativamente após uma espécie de teste de comprovação da confiança que as pessoas iam, aos poucos, depositando na “pesquisadora”, enquanto eu procurava me deixar “afetar” (FAVRET-SAADA, 2005) pelas coisas do campo e por aquilo que era importante para as pessoas da vila na opinião delas.

Efetivamente, nessas idas e vindas, de 2006 até a presente data, conta-se um longo tempo de contato com a gente da localidade. Não obstante, é prudente guardar aqueles dois anos, que eu chamo de trabalho formal de campo, como alguma referência para tarefas específicas desenvolvidas naquele período. Por exemplo, um contato mais intenso com as famílias (e suas casas) aqui privilegiadas. Só com estas, são mais de 43 conversas em pelo menos 86 horas gravadas de

morarem comigo, além da família e do namorado, esses poderiam!), ela aceitou a locação em 2006, contudo, avisando-me previamente que eu teria de sair do imóvel no início de dezembro, quando ela chegaria com a sua “família” para passar o verão em Florianópolis, o que fazia desde os anos 1980. No ano seguinte, segundo a proprietária, tendo correspondido à sua confiança, ela própria tomara a iniciativa de me dizer que eu poderia alugar a sua casa novamente, o que aconteceu de modo semelhante ao da primeira vez, entre setembro e dezembro (nos anos de 2006 e 2007, portanto).

áudio (com a autorização prévia das pessoas entrevistadas)⁵ com as/os moradores, encontros iniciados com algumas perguntas mais pessoais (nome, idade, profissão, escolaridade, estado civil e relações familiares imediatas na Freguesia etc.),⁶ e desenvolvidas com prolongadas falas das/dos informantes. Alguns destes indicaram nome de outras pessoas interessantes com quem eu poderia conversar, e, em diversos casos, fizeram a intermediação da conversa com as pessoas indicadas. No geral, tendo em conta todas as pessoas e todos os diálogos gravados, o material de que disponho hoje é vasto e é, para mim, de enorme valor documental, além do que ele significa nos meandros do experimento (LATOURE, 2008; WAGNER, 2014) aqui empreendido.

Da etnografia

Como penso, e escrevo acima, este é um experimento que, como tal, tem seus próprios contornos e suas escolhas (teórico-metodológicas), cujo conjunto pretende ser um modo – dentre tantos outros – de apresentar as/os moradores da Freguesia do Ribeirão da Ilha, desde os quais questões e temas “clássicos” da antropologia social, como o parentesco, a família e a religião, por exemplo, são percorridos pelo olhar etnográfico. Este, que se transforma e inventa continuamente no encontro com a gente da vila-sede e nas relações multiplicadas pelas virtudes e perspectivas do encontro (VIVEIROS DE CASTRO, 2002; WAGNER, 2014), é muito mais que um simples olhar (EICHENBERGER, 2011), e se desdobra em percepções diversas

⁵ Na medida do possível, eu procurava evitar a palavra “entrevista”, embora ela já fosse velha conhecida das/dos moradores, habituados a receberem “repórteres” e “muitos pesquisadores” interessados, segundo os do lugar, em conhecer “o Ribeirão da Ilha”, suas “belezas” e “tradições”. Eu desejava que as pessoas estivessem tranquilas quanto ao que “precisavam” falar. Por vezes, senti que havia certo receio de não saber responder a perguntas de uma “pesquisadora”. Quando, mais tarde, a confiança mútua já havia se instalado entre “nós” e “eles” (STRATHERN, 2006; GOLDMAN, 1999; 2006), várias pessoas achavam muita graça de me ouvir dizer que elas haviam fugido de mim. E, numa espécie de confissão (como fez Ivonira Julieta da Silva), sorriam reconhecendo que a minha presença de “entrevistadora” era incômoda enquanto não faziam ideia do que “poderiam” falar. De todo modo, é interessante ver que, afinal de contas, as pessoas gostam de falar de si e dos seus.

⁶ Não necessariamente as perguntas seguiam uma ordem, ou, a mesma ordem sempre, porque, como se sabe, na prática a teoria é outra, e, às vezes, o que as pessoas respondiam inicialmente já suscitava um trajeto particular quanto à continuidade das perguntas mais gerais. De fato, o tema das entrevistas é um desafio que tem sido examinado pelos antropólogos atualmente (por exemplo, GOLDMAN, 2006), e a/o antropólogo/a aprende com os seus próprios limites, como foi no meu caso.

alcançadas também – e de forma singular – pelos discursos, vistos aqui não apenas como falas, mas como formas distintas e plurais de linguagem (LATOURE, 2004). Nos capítulos que seguem, procuro os contornos da vida local na Freguesia do Ribeirão, sul do Brasil, por este exercício de tentar deixar falar o “outro” no qual, por vezes, encontramos a nós mesmos. A tarefa hercúlea de pensar etnograficamente uma figuração local tendo os “próximos” (AUGÉ, 1999; MALUF, 2011) como ponto de partida evoca toda uma tradição disciplinar que discute, a muitos títulos, como fazer (e o que é) antropologia.

Creio que eu tenha buscado um caminho aberto ao debate, às intervenções das/dos leitoras, como uma construção móvel (LATOURE, 2008) que, em si, já fala de seus limites e modestas pretensões. Trata-se de um pequeno estudo (ELIAS; SCOTSON, 2000) que permitirá futuros trabalhos mais pontuais e em continuidade com o que aqui me foi possível realizar. Nesse sentido, advirto que não apenas o texto escrito foi pensado nessa expectativa, as fotos e os retratos, os mapas desenhados (e os institucionais), as figuras, as ilustrações, as fotomontagens etc. convidam a inventar (WAGNER, 2014) a antropologia como “relações em relações” (STRATHERN, 2015), assim como acontece nos estudos de parentesco e família. Por fim, lembro que dispensei nesta introdução, deliberadamente, uma apresentação de cada capítulo da tese, para não cair em redundâncias (outras mais além daquelas certamente presentes em um trabalho dessa natureza), haja vista que, à entrada de cada capítulo (em número de quatro), apresento, em separado, a proposta do mesmo.

CAPÍTULO I

RIBEIRÃO DA ILHA EM HISTÓRIAS:

As coisas lembradas e os fatos conhecidos na Freguesia

“As datas deveriam nos fixar no tempo como as coordenadas geográficas nos fixam no espaço, mas a analogia não funciona. O tempo não tem pontos fixos, o tempo é uma sombra que dá a volta na Terra. Ou a Terra é que dá voltas na sombra. Nossa única certeza é que será sempre a mesma sombra – o que não é uma certeza, é um terror.” 2011. Luis Fernando Veríssimo. *Em algum lugar do paraíso*.

Este capítulo procura apresentar uma perspectiva histórica da Freguesia do Ribeirão partindo das histórias contadas por seus moradores, das narrativas que os/as situam no contexto local, dos eventos que para eles/elas marcam sua trajetória de vida até os dias de hoje. Por outro lado, busca-se compreender um passado contado nos livros de história que acendem a herança açoriana na vida e nos costumes da gente catarinense, especialmente no litoral sul da Ilha de Santa Catarina. Conta-se “um conto para aumentar um ponto” à reflexão que compara modos diferentes de narrar uma história do Distrito de Ribeirão da Ilha e de sua sede, a Freguesia. Nesse sentido, o capítulo pretende matizar relatos de acontecimentos notáveis dos que teriam sido os primeiros habitantes dessa região da Ilha, valorizando as memórias dos/das moradores/as quando estes contam e recontam suas existências hoje.

1.1 Pessoas e coisas açorianas na Freguesia do Ribeirão

Alguma fala e seus sentidos para a vida local

Perguntar pela história do lugar na Freguesia do Ribeirão faz moradores lembrarem fatos ligados à época colonial do Brasil mais para acentuar a vocação tradicional dessa vila que teria “muita história, muita

história mesmo” acumulada ao longo dos tempos. Dessa história de reis e rainhas, pouco ou quase nada se narra, a não ser por ocasião da festa do Divino, quando a simbologia dos festejos permite também imaginar a pompa na vida da realeza. Mas os idos tempos são evocados algumas vezes para uma observação peculiar, a de existir na sede do Distrito de Ribeirão da Ilha uma “comunidade açoriana”, ou uma “vila colonizada por açorianos”, ou “um bairro açoriano”. Em 2006, quando iniciava os contatos com a gente da Freguesia, este clima de açorianidade parecia estar nas coisas e nas pessoas da sede distrital, pelo menos era o que se podia supor em várias conversas, quando os habitantes indicavam algumas de suas características, ainda que não as expusessem em seu conjunto. Elas surgem entre diferentes falas, como observações pontuais cuja ênfase é dada à colonização açoriana.

Anotam-se o jeito de ser brincalhão e o falar rápido; a intimidade com o mar e a terra; o modo de vida simples; as construções centenárias; os trabalhos artesanais, como a renda de bilro e a rede de pesca dentre outros; as cantorias, como o terno de reis e a cantoria do Divino; as danças, como a do pau-de-fitas; a inclinação para as brincadeiras e a poesia, e o “talento” para a liderança, para a arte etc. Enfim, uma “cultura” que seria própria àquele lugar. Nesse sentido, como a percepção do que seria próprio ao lugar acontece? Ou melhor, os moradores veem tudo isso como “açoriano”? Ser açoriano está na bagagem de “muita história” que guarda a Freguesia? Por que e como isso faz parte de suas histórias contadas hoje?

Para falar do lugar, em geral, indicam-se pessoas mais velhas, as que teriam vivido “sempre aqui no Ribeirão”, aí nascidas e identificadas como “do Ribeirão”. É muito comum as pessoas citarem os nomes de alguns/algumas moradores/as antigos. Foi assim que eu ouvi, pela primeira vez, o nome de Agenor Firmino da Silva. Segundo alguns de seus vizinhos, ele saberia contar “tudo sobre o Ribeirão”.⁷ Nascido na sede distrital no dia 13 de setembro de 1931, “o seu Agenor” (hoje falecido) era casado com “a dona” Iracy Maria dos Santos Silva (hoje com 84 anos), nascida na Costeira do Ribeirão, localidade contígua à

⁷ Já nas primeiras vezes de contato com os moradores da vila-sede (2006), o nome do “seu Agenor” foi recorrentemente mencionado, em especial pelos negros/as do lugar, como o da pessoa que saberia narrar muitas coisas sobre “o Ribeirão”. Em vários momentos, porém, ele não foi encontrado na praça onde costumava ficar diariamente. Tempos depois, o próprio morador explicaria que, à época, ele estava fazendo consultas, exames e tratamento de saúde na “cidade” e/ou no “centro da cidade” (Florianópolis), como dizem as pessoas do lugar. No segundo capítulo, será importante refletir sobre uma antiga relação entre a Freguesia e a “cidade”.

Freguesia. O casal teve quatro filhos (dois homens e duas mulheres), cinco netos e quatro bisnetos. Agenor se aposentou como “auxiliar técnico de laboratório da UFSC”, e, desde então, passava os dias em casa “cuidando da saúde” e aproveitando a “tranquilidade” do lugar para fazê-lo.⁸ Quando, no ano de 2007, encontrei esse morador de 76 anos no portão da sua residência, indagando-o sobre como é a vida nessa “vila”, entre outras coisas, ele afirmava com certo entusiasmo: “Esta é uma casa açoriana, e eu sou um chefe açoriano”.⁹ Imagina-se que detalhes sobre o significado dessa frase do seu Agenor poderiam estar no que narram os da Freguesia, e o morador naquele momento, quanto a uma história local engendrada ao longo dos tempos, desde a presença de açorianos nessa região no século XVIII. No entanto, com raras exceções entre moradores mais velhos e/ou pessoas com certo grau de escolaridade, não é nessa perspectiva de indagação que se chega a obter, no lugar, alguma resposta mais detalhada. Ou melhor, dizer açoriano parece, para as/os moradores, uma marca autoexplicativa. Voltarei a este ponto mais adiante.

Do que se conta: os diferentes modos de narrar uma história

Muito falante e disposto a contar pormenorizadamente acontecimentos marcantes na vida do Ribeirão, o ponto de partida do seu Agenor – assim como dos moradores locais – é a sua própria história nessa localidade do distrito. Na ocasião, em sua fala, ele deu destaque ao “emprego” na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), instituição pela qual se aposentou, permitindo-lhe chegar onde estava “hoje”; e, inclusive, seu Agenor teria, ele também, “arranjado” trabalho para vários “parentes” indicando seus nomes na mesma universidade; referiu-se a algumas de suas relações de “família” na Freguesia; falou também de “amigos” dentro e fora da vila-sede, por intermédio dos quais ele teria conseguido entrar na UFSC, tornando-se um funcionário respeitado na “universidade”, onde foi admirado pela atuação profissional por mais de 30 anos; nesse sentido, seu Agenor

⁸ Agenor Firmino da Silva faleceu em casa no dia 03 de maio de 2010, vítima de infarto fulminante.

⁹ Mais tarde, numa conversa gravada em 22 de outubro de 2007, seu Agenor chegaria a lembrar sobre a vida de seus familiares na Freguesia do Ribeirão: “Eu acho que o meu bisavô, o Manoel Rosa, eu tenho pra mim que o pai dele era escravo, que eu não conheci o pai dele, eu conheci ele”. O tema da presença de escravos/as na vila-sede será contemplado apropriadamente neste capítulo.

sublinhava a sua especial estima pela figura “política” do lugar – Antônio Antunes da Cruz, chamado de “Funga-Funga”,¹⁰ um morador muito popular no Ribeirão e fora do distrito, falecido havia 12 anos – que o “ajudou” a ser quem ele era atualmente; Agenor recordou, particularmente, sua trajetória como “músico” da Banda Nossa Senhora da Lapa participando de diversos eventos realizados na Freguesia e fora dela.¹¹

Neste último assunto, seu Agenor vibrava, os olhos se enchiam de brilho, e ele demonstrava enorme empolgação pela música, pela “arte” e pelos instrumentos musicais da banda. Era capaz de ficar horas desfilando histórias da banda e a fé na Senhora da Lapa; das músicas tocadas, reproduzindo sons dos instrumentos; dos resultados obtidos em suas apresentações públicas e do prestígio alcançado por meio da Banda da Lapa em décadas passadas etc. Não obstante, depois de ter tocado por mais de cinco décadas na banda, havia alguns anos,¹² seu Agenor já não fazia parte da sociedade musical. Dizia-se adoentado e chateado com a doença inesperada. Ele lembrava também que as pessoas mais velhas do lugar estavam “tudo indo embora” (morrendo), e que agora era a vez dos mais novos, era hora de deixar a banda para “a mocidade”. Os relatos do seu Agenor misturam um entusiasmo saudoso por sua experiência como músico “naquela época”, e certa tristeza pela doença e pelas limitações impostas hoje. De fato, estas últimas narrativas são dos momentos mais poéticos dos relatos de carne e osso

¹⁰ O morador é conhecido por todos tanto por seu nome completo quanto pelo apelido (“Funga-Funga”). No caso deste último, as pessoas costumam explicar que tal designação popular foi “colocada” pela gente da Freguesia “por causa” de um “costume” que tinha o morador de falar e fungar ao mesmo tempo. Em momento conveniente, a figura e a importância da liderança política do senhor Antônio Antunes da Cruz, especialmente na sede distrital, serão lembradas em outras seções e/ou capítulos deste trabalho.

¹¹ É oportuno salientar que os temas elencados por seu Agenor vão ser retomados em outros capítulos da tese, à medida que avançar a descrição das famílias e suas relações no lugar, e assim o exigir essa tarefa, para alguma compreensão da socialidade desde a configuração local.

¹² Em 2007, quando conversamos sobre o assunto, infelizmente, eu perdi a chance de perguntar ao seu Agenor quanto tempo fazia de seu afastamento da Banda da Lapa. A razão é simples: não quis interrompê-lo em sua empolgação ao falar sobre música e instrumentos musicais. Recentemente, indaguei a seus familiares, mas um de seus filhos me disse: “Ah, isso eu não sei, pergunta para o seu Alécio, ele deve lembrar quando o meu pai deixou de tocar na banda”. Seu Alécio disse-me que não lembra, mas observou que, em 1996, quando a banda completou 100 anos, foi realizada uma missa na Freguesia. Na ocasião, tocaram na banda Agenor, Osmarino (ambos falecidos) e Alécio. Visivelmente emocionado, seu Alécio afirmava: “A banda era a nossa vida!” Repetindo uma ideia manifestada também pelo seu Agenor tempos atrás, seu Alécio disse ainda que eles – os mais velhos da banda – já não tocavam mais, para dar a vez aos mais novos: “Agora, as músicas que eles [os jovens] tocam são outras, mudou tudo” (Alécio Heidenreich, informação verbal em 10 de janeiro de 2014).

da gente da Freguesia. Em outras palavras, a história do lugar coincide com a história no lugar para os moradores da Freguesia do Ribeirão.¹³ A experiência¹⁴ aí vivida e contada por quem a vive é o que conta. Assim:

É por isso que eu sou um homem nervoso, a família morreu tudo, tudo nas minhas mãos. [...] Eu fiquei estourado, porque perder dois primos em 70 dias... [...] Eu fico sentido. [...] Um homem que tocou cinquenta e poucos anos naquela banda, passa a banda, eu choro. [...] Quando essa banda toca, eu já me arrepio todo, porque eu tocava nessa banda. [...] Não dá mais [pra tocar] [...] Eu tenho que me tratar. [...] Eu fiquei um pouco, meio medroso por causa dessa doença. [...] Depois que eu deixei a banda, e ando meio sentido também, não com a banda, mas fiquei doente, fiquei chateado. [...] Depois que eu fiquei doente, eu fiquei muito desanimado. [...] Eu não esperava por isso, essa lambada agora. (Agenor Firmino da Silva, informação verbal em 22 de outubro de 2007).

Outra forma de falar da localidade¹⁵ recomenda a leitura de um livro que foi publicado mais recentemente, “nesse livro tem tudo sobre o

¹³ Lévi-Strauss, no capítulo conclusivo de *O pensamento selvagem*, faz uma reflexão sobre *História e dialética*, onde se lê: “Ora, o que é verdadeiro para a constituição do fato histórico não o é menos para sua seleção. Também desse ponto de vista, o historiador e o agente histórico escolhem, destacam e recortam, pois uma história verdadeiramente total os poria perante o caos. [...] O que torna a história possível é que um subconjunto de fatos tem, num dado período, aproximadamente a mesma significação para um contingente de indivíduos que necessariamente não viveram esses fatos e que podem mesmo considerá-los a vários séculos de distância. Portanto a história nunca é a história mas a história-para” (LÉVI-STRAUSS, 1989 [1962], p. 285-286).

¹⁴ Em suas *Notas sobre a experiência e o saber de experiência*, Jorge Larrosa Bondía (2002) sublinha: “A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece. Dir-se-ia que tudo o que se passa está organizado para que nada nos aconteça. Walter Benjamin, em um texto célebre, já observava a pobreza de experiências que caracteriza o nosso mundo. Nunca se passaram tantas coisas, mas a experiência é cada vez mais rara. [...] A experiência é um encontro ou uma relação com algo que se experimenta, que se prova” (LARROSA BONDÍA, 2002, p. 21s). Dentre os muitos sentidos possíveis de se apreender pelo termo experiência, nas falas das/dos moradores da Freguesia do Ribeirão, algo parece haver de um “significado mais básico”, referindo-se “[...] à apreensão que os sujeitos fazem da realidade. Tem a ver com a forma de sentir, conhecer e fazer do sujeito. É um modo imediato de ‘saber’ que antecede ao enjuizamento reflexivo do objeto apreendido” (VALLE, 1998, p. 37, grifo do autor).

Ribeirão”, ressaltam diversas pessoas, entre jovens e adultos. O trabalho a que se referem se intitula *Ribeirão da Ilha - vida e retratos: um distrito em destaque*, obra assinada em coautoria por estudiosos da cultura açoriana na Ilha de Santa Catarina, sendo “uma contribuição para a construção e institucionalização das tradições ilhoas (relativas à Ilha de Santa Catarina)” (PEREIRA, N.; PEREIRA, F.; SILVA NETO, 1990, p. 13),¹⁶ e integrando um projeto cujo objetivo corresponderia à “[...] meta da administração do Prefeito Esperidião Amin Helou Filho [1990], que é a de registrar a memória cultural dos munícipes a partir de livros sobre cada um dos distritos, ou subdistritos [...]” (PEREIRA, N.; PEREIRA, F.; SILVA NETO, 1990, p. 16). Não por acaso, o então prefeito de Florianópolis “à época do projeto de editoração” do livro faz a apresentação do mesmo nestes termos: “[...] é um esforço de idealistas acolhido por um Poder Público que se sente ‘docemente constrangido’ a preservar informações, notícias e memórias da nossa Terra e da nossa Gente” (grifo do autor).

Caracterizada como etnografia catarinense, essa obra composta por uma equipe procura oferecer um quadro amplo de registros, realizações e memórias, que “retrata uma paixão pela tradição”

¹⁵ Logo à entrada deste capítulo, faço menção a uma espécie de argumento proloquial (“contase um conto para aumentar um ponto”) ao qual recorrem os autores do livro “sobre o Ribeirão” (como diz a gente da vila), citado na sequência do texto. De fato, na obra em questão, procura-se dar “voz” ao “popular”, capturando formas livres de discurso que ajudariam a compor uma narrativa “etnográfica” das manifestações cultural, religiosa, política, familiar etc. no Distrito de Ribeirão da Ilha – nada melhor do que um rifão para fazê-lo (?). Ao trazer o detalhe (não desimportante) do adágio, pretendo, antes, evitar um paralelo banal com essa ideia homogeneizante e simplista de popular, por entender que o elemento surpresa da Freguesia do Ribeirão não está propriamente no “conto”, mas, particularmente, num “ponto” que esta tese objetiva examinar. O que se depreenderá – assim o desejo – com o estudo etnográfico (e comparativo) das relações familiares na vila-sede hoje.

¹⁶ Os autores da obra são assim apresentados: “Professor Nereu do Vale Pereira, Docente e Doutor pela Universidade Federal de Santa Catarina. Nasceu em Florianópolis, Ilha de Santa Catarina; tem descendência açoriana [...]. Dedicase aos estudos de etnografia, centrando interesse, desde 1965, na cultura açoriana presente na Freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha, tendo nessa localidade organizado um Museu onde expõe os acervos resultantes de suas pesquisas. [...] É o coordenador geral do presente livro. Dr. Waldemar Joaquim da Silva Neto, formado pela Universidade Federal de Santa Catarina e com Especialização em Saúde Pública. Médico [...] prestando atendimento nos postos médicos do Ribeirão. [...] e descende de tradicional família ribeironense e com raízes na Ilha Terceira, dos Açores. Dedicase há 15 anos aos estudos culturais do Ribeirão da Ilha [...]. Professor Francisco do Vale Pereira – Licenciado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina [...]. Nasceu em Florianópolis [...]. Desde cedo vem acompanhando a comunidade do Ribeirão da Ilha, convive com os moradores e lá escolheu sua esposa, Maria Salete, descendente do famoso poeta Marcelino Antônio Dutra que, seu lado, tem origem faialense – Ilha do Faial, Açores” (PEREIRA, N.; PEREIRA, F.; SILVA NETO, 1990, p. 15).

(PEREIRA, N.; PEREIRA, F.; SILVA NETO, 1990, p. 13).¹⁷ De fato, trata-se de um trabalho de fôlego que coleciona inúmeras informações, depoimentos, fotografias e documentos os mais diversos, procurando mostrar que “é, o Ribeirão, na atualidade [1989], o mais populoso e o mais rico em tradições açorianas, marco fundamental da colonização da Ilha de Santa Catarina” (PEREIRA, N.; PEREIRA, F.; SILVA NETO, 1990, p. 16).¹⁸ Certamente a pesquisa que culminou com a publicação do livro e ele próprio contribuíram, e muito, para promover o sentido de açorianidade junto aos moradores da Freguesia do Ribeirão. Este esforço de valorização da cultura açoriana no distrito, que se radica num movimento mais amplo em Santa Catarina, tem na referida obra uma marca de registro histórico da vida local na contemporaneidade. O coordenador do projeto que resultou nesse trabalho – professor Nereu do Vale Pereira –, dono de uma antiga propriedade rural na Costeira do Ribeirão onde está instalado o ecomuseu do Ribeirão da Ilha,¹⁹

¹⁷ O sumário do livro é apresentado por cinco títulos. O *Título 1* refere-se a “Vida”, onde se concentra a maior parte das informações, grosso modo, assim organizadas: aspectos institucionais, geográficos, viário e paisagístico do Distrito; síntese histórica; vida econômica; vida social; as estruturas de saúde (p. 19-251). O *Título 2* refere-se a “O que dizem os ribeironenses”, trazendo um total de 11 entrevistas, contos e histórias narradas e/ou escritas por diferentes pessoas do Distrito (p. 253-339). O *Título 3* refere-se a “Retratos”, apresentando um registro iconográfico que resultou das pesquisas locais e dos contatos com os/as moradores/as do Ribeirão da Ilha (p. 341-477). O *Título 4* refere-se a “Conclusão”, fechando a obra com menção ao título de uma música de autoria desconhecida: “Assim é que é o Ribeirão” (479-486). Finalmente, o *Título 5* refere-se a “Anexos”: bibliografia, relação dos desenhos e das fotografias (p. 487-502). É importante esclarecer que essa obra, enquanto sugerida por vários moradores, fornece a esta tese, por um lado, alguns indicadores quanto ao conjunto de informações e dados sobre o Distrito de Ribeirão da Ilha, que, de acordo com os do lugar, foram obtidos com a colaboração de pessoas “nascidas no Ribeirão”. Por outro lado, ela permite fazer um contraponto entre o “tudo” que contém o livro, nas palavras da gente da vila-sede, e aquilo que contam sobre a Freguesia as pessoas das famílias aqui descritas. Nesse caso, advirto que, por ambas as razões, eu farei menção à referida obra nos diversos capítulos deste estudo, oportunamente valendo-me também de um exame crítico da mesma. Porém, não é meu propósito esmiuçar o conteúdo do livro, haja vista que as questões privilegiadas na minha tese tomam outra figuração com a sua culminância. Além disso, a indicação do “livro do professor Nereu” não é exclusiva, eventualmente as pessoas citam uma e outra pesquisa de autoria conhecida na localidade.

¹⁸ A recorrência da indicação desse livro feita por vários moradores tem a ver com alguma tentativa das pessoas de explicar as origens açorianas da Freguesia do Ribeirão. Talvez até porque se torna mais fácil para elas recomendar a leitura da obra que teria nascido com o propósito de ajudar a “construir” e “institucionalizar” as “tradições ilhoas” no Estado catarinense. Voltarei a esse assunto, como já foi lembrado, em momento oportuno.

¹⁹ Nos cartões postais da “Pousada e restaurante do Museu”, encontra-se escrito: “A natureza em estado puro, em harmonia com o passado e o futuro”. Essa frase remete o visitante a um lugar que, além da natureza, procura conservar uma “arquitetura do século XIX”, oferecer “as delícias dos pratos típicos da colonização açoriana”, e preservar “lembranças do tempo em que os primeiros imigrantes portugueses aterraram em Florianópolis, entre 1748 e 1756”.

lembrando que antigamente os terrenos locais eram oferecidos pelos moradores “a preço de banana”, observa: “A valorização dos terrenos também só começa a ocorrer depois que eu vim pra cá [1963-64], que eu comecei a valorizar o Ribeirão de tudo que foi maneira possível, imprensa, trabalhos acadêmicos, tudo isso [...]”. E acrescenta: “Eu me considero assim como um promotor, um protagonista da mudança da valorização do Ribeirão da Ilha”.²⁰

Para uma história “do Ribeirão”: famílias e a Freguesia

Por um lado, o livro (recomendado) procura registrar um modo de vida na região, valorizando costumes e práticas locais. Por outro, ele suscita a indagação: o que/como é este ser açoriano ou de tradição açoriana? Melhor dizendo, para quem e/ou para que (LÉVI-STRAUSS, 1989 [1962]) um açoriano – e sua história – ganharia algum sentido no lugar? Como o livro onde “tem tudo”, no dizer dos moradores, poderia contar (tudo) sobre estes e sua vida na Freguesia do Ribeirão hoje? Ou, ainda, “tudo” o quê? Não menos interessante é o fato de que, ao me apresentar às pessoas na sede distrital, à medida que me inseria na sua vida cotidiana, sabendo que a minha pesquisa procurava se ocupar das famílias que habitam a localidade, em especial dos negros do lugar, com os quais havia contatos frequentes, várias pessoas, sobretudo entre os mais velhos e adultos, afirmavam: “É a primeira vez que alguém faz pesquisa sobre os negros do Ribeirão”.²¹ E certa vez uma moradora observou: “O livro do professor [Nereu] fala mais dos brancos...”.

²⁰ Nereu do Vale Pereira, informação verbal em 31 de julho de 2012 (conversa gravada numa sala do ecomuseu).

²¹ Um estudo, especificamente, do distrito e da sua sede, a Freguesia, que pretende ser “etnográfico”, só existe no livro já citado neste capítulo: *Ribeirão da Ilha - vida e retratos: um distrito em destaque* (1990). Embora os negros apareçam aí muito pouco como protagonistas das narrativas sobre o lugar, podem ser vistos em fotos de eventos locais e ao lado de outros moradores. Há, ainda, uma pesquisa em história de Sérgio Ribeiro da Luz, dissertação de mestrado defendida pelo autor na UFSC em 1994, intitulada *Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha e sua população: 1810-1930*. O estudo procura contribuir com “a evolução histórico-demográfica” da Freguesia. No segundo capítulo do trabalho se lê: “Dois grupos étnicos marcaram a paisagem humana na Freguesia de Nossa Senhora da Lapa: o branco, em maioria de origem açoriana; e o negro, escravo, africano ou crioulo, trazido à Freguesia para atender aos interesses da população branca. Coube aos primeiros traçar as características culturais que são peculiares à região. Características estas, ainda visíveis aos nossos olhos, sejam na arquitetura, ou na cultura popular transmitida pelas famílias da localidade” (p. 30). Existe também uma tese de doutorado em antropologia social de Eugênio Pascele Lacerda (2003), cujo trabalho “assume o tema da açorianidade como horizonte etnográfico”. Nesse sentido, o autor procura oferecer uma contribuição ao “estudo da diáspora açoriana e, em

Agora, mais do que identificar uma ausência no referido livro, entendo que é importante perceber a possibilidade de comparar distintos modos de contar uma história do distrito e de sua sede, a Freguesia, compreendendo também o(s) contexto(s) das escolhas das pessoas no momento de narrar daqueles/as que contam, estando suas distintas escolhas, por exemplo, na voz (e na vida) de um morador, como seu Agenor e tantos/as outros/as que contam suas histórias – modo de narrar que será sublinhado neste estudo –, ou estando elas (as escolhas) na letra de um livro, como o “do professor” e de outros estudiosos da tradição açoriana no Estado e da história de Santa Catarina.

1.2 Histórias em prosa: pelas conversas com moradores/as do Ribeirão

O espaço ocupado pela experiência: viver “desde sempre” na vila

Considerando o clima de açorianidade, acima mencionado, presente à vida dos moradores da Freguesia do Ribeirão, eu havia imaginado que os aspectos históricos referentes ao lugar e às tradições locais – evocadas em certas ocasiões por alguns moradores para lembrar sua origem açoriana – seriam de simples abordagem. Eu acreditava mesmo que seria relativamente fácil eleger relatos diversos de moradores/as sobre acontecimentos da história do Ribeirão que procurassem reconstruir aquelas narrativas organizadas numa história escrita sobre a colonização açoriana em Santa Catarina e o povoamento do Distrito de Ribeirão da Ilha. De maneira geral, as minhas expectativas foram frustradas. O que se sabe mostra-se fragmentado e insuficiente para reunir num relato corrente. Os moradores da Freguesia não sabem contar a história do lugar e do surgimento das famílias na localidade onde vivem? A pergunta é interessante para assinalar o problema de como uma história pode ser (e eventualmente é) contada seguindo a narração (ou quase isso) dos moradores. Quem conta? Como narra? O que relata? Que coisas alguém escolhe para contar? Entre as

particular, ao estudo da cultura açoriano-brasileira” (p. 11-12), tomando como uma das localidades de pesquisa no sul do Brasil o Ribeirão da Ilha. Mais adiante, essas e outras pesquisas sobre o Ribeirão serão mencionadas adequadamente às questões em debate neste capítulo.

pessoas que dizem viver “desde sempre” no Ribeirão, algumas delas narram o que sabem sobre o lugar.

Há fatos que, em geral, são repetidos pelos moradores: “os açorianos” teriam vindo para viver e trabalhar nessa região, trazendo os negros como escravos. O Ribeirão foi colonizado pelos portugueses. O imperador do Brasil descendente da corte portuguesa, D. Pedro II, teria visitado a Freguesia, daí também a importância histórica da localidade etc. Um jovem – que afirma ter descendência açoriana e alemã – e mais dois amigos procuram esclarecer quem seriam açorianos os que se fixaram no Ribeirão. Tratar-se-ia, muitos deles, de criminosos ou condenados da justiça que, em Portugal, não se ajustavam à vida social como cidadãos comuns.²² Por essa razão, eles teriam sido trazidos para o Brasil, a fim de trabalhar nas terras que pertenciam à coroa portuguesa. Nesse sentido, lembravam também que os negros teriam vindo como escravos junto com os portugueses colonizadores. Aqueles teriam edificado a igreja, datada de 1806, cuja construção teria levado cerca de 40 anos (ou mais). Assim, entre uma frase e outra, eles procuravam explicar o porquê de ser a Freguesia uma “comunidade açoriana”. Os jovens tinham conhecido a história contada por intermédio de “pesquisas sobre o Ribeirão”, e também em cursos regulares de história em escolas de Florianópolis, especialmente no centro da cidade.

Mas, essas observações rápidas sobre açorianos e o povoamento do distrito soam como curiosidades que bem poderiam ser utilizadas para o turismo local. E, de fato, o são. Lideranças nascidas na Freguesia e mesmo algumas que não são “daqui”,²³ como dizem os moradores,

²² Quanto à referência a criminosos condenados da justiça, imagino que os jovens estivessem lembrando informações sobre uma prática de coação comum na expansão territorial da coroa portuguesa no decorrer do século XVIII: “Diante do pequeno número de alistados, as autoridades [da Ilha do Pico, 1718] sugeriram, então, a saída compulsória de prisioneiros e marginais. Alegavam que essa medida traria dois benefícios: a melhoria do convívio social nos Açores e o reforço da ocupação humana no Brasil. Mas, embora esta fosse uma prática comum em Portugal para colonizar suas possessões, a coroa não aceitou que as populações fossem coagidas. Alegava que isso iria diminuir o ímpeto dos voluntários. O soberano adiou, então, o projeto da colonização açoriana no Brasil meridional” (FLORES, 2000, p. 32-33).

²³ Ao longo da tese, a palavra “daqui” pode aparecer em diversas ocasiões nas referências, diretas ou indiretas, às falas das/dos moradores, porém, não exatamente para fazer uma discussão dessa categoria em oposição ao termo “de fora”, como acontece em vários estudos (MALUF, 1993; BASTOS, 1993; FANTIN, 2000; WIGGERS, 2006, entre outros). Por outro lado, nos demais capítulos, oportunamente quando (e se) o assunto surgir referentemente à descrição das relações locais, será possível anotar o uso dessas expressões pela gente da Freguesia do Ribeirão, sem, contudo, dar a elas especial atenção, uma vez que, diferentemente de outras localidades de Florianópolis, como sugerem as citadas pesquisas, o tema não é recorrente e/ou saliente na sede distrital.

mas aí vivem há algum tempo, usam informações como essas ou para aguçar o interesse dos visitantes e fazer propaganda do lugar, ou para desenvolver atividades culturais que divulguem a história do Ribeirão e o seu nome a pessoas “de fora” – de outros bairros de Florianópolis, outras cidades, outros Estados, outros países. O mesmo acontece com restaurantes e certos espaços públicos que cultivam informes da história escrita sobre essa tradição da comunidade como uma espécie de marca autoexplicativa desta, independentemente de se mostrar amplo saber histórico ou ainda de querer contar algo mais implicado com a vida local quanto à presença de açorianos no passado, e com o como estes teriam vivido no Ribeirão. Ou melhor, é sabido que “os açorianos” estiveram no Ribeirão da Ilha, que eles aí povoaram as terras, que trabalharam no lugar e nele teriam vivido. Este é um saber atual, (auto) explicativo da sua história remota. Todavia, isso que se sabe não se confunde com as histórias vividas de cada um/uma hoje, e também não as substitui. Talvez por isso a obra publicada com a coordenação do professor Nereu, acima mencionada, seja tomada como uma referência segura (explicativa) de onde se acha tudo para informar o que são as pessoas e as coisas açorianas. Quando a coisa aperta, no sentido de dar a alguém detalhes sobre as peculiaridades açorianas herdadas desta que seria uma história local, indica-se a leitura do livro do professor, “ali tem tudo”.

Outros são os relatos de quem vive as experiências na localidade, e que as conta como uma história do lugar e da sua vida, como “a verdade”, que, por isso, pode ser por ele/a narrada. Nesse tipo de narração, os personagens alcançam uma concretude que procura dizer como era a vida dos moradores no Ribeirão “antes” e como ela é hoje. São histórias que, em algumas falas das pessoas, muitas vezes, mais parecem fragmentos; porém, ao tempo de suas narrativas, são cheias de eventos, de curiosidades, de intimidade, de significados, como tentei sinalizar acima com as primeiras falas do seu Agenor, por exemplo, e como se vai ver em seguida.

Um relato daqui: nascer, criar-se e morrer “no Ribeirão”

Moradora antiga da Freguesia do Ribeirão, dona Anita Lopes – muito conhecida por todos como alguém que dá entrevistas²⁴ sobre o

²⁴ Certa vez, a dona Anita me contou que ela tinha um livro onde “tem tudo” sobre o Ribeirão, e ela iria procurá-lo para me emprestar. Fiquei curiosa com a oferta e perguntei à moradora,

Ribeirão – recentemente lembrou: “Eu sou moradora do Ribeirão, nasci aqui e aqui me criei. Sou Anita Lopes Moraes, faço bastantes entrevistas, eu tenho 82 anos”.²⁵ Em 2006, quando dos inícios da pesquisa na Freguesia, ela observava: “Eu fiz até o terceiro ano do primário. Mas a gente tem experiência. O pouco que a gente sabe, [a gente] transmite, né?” É, pois, esta autoridade da experiência vivida no lugar que permite contar, é ela que autoriza alguém a relatar o que viu, o que sabe, ou o que recebeu como herança familiar na localidade. É ela que fala do lugar, das suas transformações, das suas diferenças. Diversas vezes, sobretudo entre as pessoas mais velhas da Freguesia, contam-se suas histórias acompanhadas por um adendo: “O que eu te conto é a verdade”; “o que eu te digo é a verdade”. E as histórias seguem o ritmo das coisas do cotidiano e das escolhas de fatos feitas por aquele/a que os conta. Nessa perspectiva, importa captar o ritmo e o(s) contexto(s) das escolhas de histórias que trazem “a verdade” – ou alguma “verdade” diferente daquela do livro que “tem tudo” – das famílias e das pessoas consideradas neste estudo.

No seu dia-a-dia, os moradores da sede distrital veem como história local as suas experiências passadas na Freguesia de “antigamente”, junto àquelas pessoas imediatamente ligadas a si pela memória das relações de família, parentesco, vizinhança, amizade etc.; da devoção fervorosa que, há muito, move e alimenta a vida da “comunidade”;²⁶ da Banda da Lapa, que, como todos os que são “do Ribeirão”, teria aí existido “sempre”; das brincadeiras, dos bailes, das festas de igreja e de outros eventos sociais importantes que foram perdendo força ao longo dos tempos e que deixam saudade. Seu Agenor recomendava vivamente: “Fala com o Alécio, ele tem tudo escrito”.

mais tarde, se tinha encontrado o tal livro. Ela me disse, então, que não o havia encontrado – o que era uma pena –, mas começou a descrevê-lo. E eu falei à dona Anita: “Eu tenho esse livro, é o do professor Nereu, certo?” – como dizem os da Freguesia. Ela confirmou, satisfeita, o fato de eu possuir a obra: “É esse mesmo, que bom que tu já tens, ali tem tudo”. É também com base em vários relatos contidos nessa obra que a dona Anita fala sobre o lugar, em especial, para grupos visitantes de alunos em atividades “culturais” desenvolvidas na sede distrital.

²⁵ Conversa gravada em 17 de novembro de 2012. Anita Lopes Moraes é viúva há 45 anos, nasceu na Freguesia em 1930. Casou-se com um morador (que era viúvo) também nascido no lugar, com quem teve três filhos, e criou ainda um enteado (falecido aos 50 anos de idade). Dos seus filhos, a moradora tem seis netos e uma bisneta. Vive hoje com a pensão deixada pelo marido, que era funcionário do Correio.

²⁶ O termo (corrente no lugar) “comunidade” se faz ouvir em inumeráveis vezes nas falas dos moradores, e, neste estudo, vai aparecer constantemente em referências diversas. Em momento oportuno, voltarei ao assunto quando algumas particularidades do uso local da palavra (por exemplo, para definir uma comunidade de fiéis, “a igreja”) podem ser apreendidas relativamente a outras maneiras de emprego do vocábulo pelos/as moradores.

Quando, muitas vezes, havia dúvidas sobre narrativas envolvendo datas ou peculiaridades locais – como a origem do nome “Zé Pereira” dado ao carnaval do Ribeirão –, ele lembrava imediatamente que “o Alécio escreveu” sobre as coisas da vida das famílias na Freguesia.

Seu Alécio²⁷ – ele mesmo lembrava em 2008 numa conversa em sua casa – foi “criado junto com o Agenor”. Ambos eram quase da mesma idade e vizinhos. Naquele ano em que completaria 80 anos, seu Alécio me emprestou um caderno grande de capa dura – uma espécie de livro de atas – onde organiza seus relatos, são histórias vividas diretamente por ele ou por pessoas próximas ao morador, informações, curiosidades, registros sobre a sua experiência de vida – o que ele viu e/ou ouviu de seus antepassados e contemporâneos, e sabe contar – no Ribeirão. Ele tem um modo de narrar bem humorado citando pessoas, descrevendo costumes e lembrando hábitos das famílias locais e da “comunidade”. Numa das narrações, seu Alécio escreve sobre o “Ribeirão da Ilha e suas baleeiras”, diga-se de passagem, o primeiro título e tema de suas histórias guardadas nesse caderno.²⁸ Deste é extraído o seguinte trecho:

²⁷ Alécio Heidenreich nasceu na Freguesia do Ribeirão em 18 de dezembro de 1929. O morador é casado com Marly d’Avila Heidenreich (nascida na Freguesia), com quem teve seis filhos e cinco netos. O casal mora na casa que pertenceu aos avós paternos, e, depois, aos pais do seu Alécio, tendo sido por este modificada mais recentemente. Aposentou-se como secretário do Departamento de Ciências Contábeis da UFSC em 1992, ano em que aí concluiu também o seu curso universitário, obtendo o diploma de contador. É interessante notar que, diferentemente do seu Agenor e de vários de seus parentes empregados na UFSC, seu Alécio frequentou um curso superior num lugar (a UFSC) onde se produz “ciência”, e de onde uma “história de açorianos” surge. Poder-se-ia pensar, nesse caso, que as relações do morador com a universidade igualmente deram a ele um instrumento para contar e escrever a sua história de “portugueses açorianos”, acima transcrita, na Freguesia (diga-se de passagem, muitos detalhes que se encontram no “livro” do seu Alécio [2005] aparecem no “livro do professor Nereu” [1990], assim como o nome do morador e a referência a este como um dos “colaboradores” da obra à época da pesquisa [1989] no distrito). Não obstante, é sabido, existem outras formas de se aprender, como afirma, por exemplo, uma parenta do seu Agenor, que também trabalhou na universidade (CFH), Ada Jesuina dos Santos (hoje falecida): “[...] Só conversando com os professores, a gente aprende muita coisa”. Assim ela me explicava onde e como havia aprendido o uso do termo “nativos”, que a moradora buscou para se referir às pessoas junto às quais a minha pesquisa teria lugar na vila-sede (informação verbal em 30 de outubro de 2007).

²⁸ Com iniciativas e políticas públicas para preservar uma tradição local e valorizar a história da colonização açoriana no Ribeirão da Ilha, nos últimos anos, várias pessoas sentem-se ainda mais motivadas a contar o que sabem sobre o lugar. Seu Alécio, assim como outros moradores mais familiarizados com a escrita, coloca no papel seus relatos sobre o que viu, ouviu e viveu, e os guarda como registros que ficam para a posteridade. Ele lembra: “Eu tenho aqui neste livro a minha história, a minha vida, que a minha filha pediu pra eu escrever pro meu neto [para] quando ele fosse grande. Mas eu ri tanto fazendo essa história, porque a diferença daquela época pra hoje, meu Deus do céu!” (informação verbal em 15 de julho de 2008).

Freguesia de Nossa Senhora da Lapa era o nome deste bairro habitado principalmente por pescadores, que era a sua atividade [pesca] favorita. Naquela época, a maioria tinha a sua canoa e um ranchinho para abrigá-la e guardar os seus apetrechos de pesca. Foi nessa época que começaram a chegar os portugueses açorianos também, em sua maioria, pescadores, e trouxeram consigo a famosa baleeira. Essa embarcação, pelas qualidades que possuía, conquistou a simpatia de todos os pescadores, que, segundo eles, tinha tudo o que era bom, ou seja: era bonita, boa de vela, boa de remo, cargueira, valente pro mar, enfim, tudo. Entretanto, longe das posses do pobre pescador nato, pois eles [pescadores natos] sabiam que seria impossível adquirir a sua própria baleeira e por isto tentavam participar de uma maruja, como era denominada a tripulação de uma baleeira que era composta de quatro remadores e um patrão. Assim, os pescadores da Freguesia de Nossa Senhora da Lapa ficaram por muito tempo pendendo de uma vaga na tripulação. (Alécio Heidenreich, 2005, p. 1).

A narrativa procura atingir uma dimensão concreta das relações locais, por um lado, ao descrever o fascínio de pescadores pobres da Freguesia pela baleeira, uma novidade que ultrapassava as pretensões da gente simples do lugar; por outro, mostrando que essa novidade tocava a “todos os pescadores natos”, porque era da pesca que a gente vivia: “A paixão era pescar numa baleeira daquela [...]”. Era do mar que vinha o sustento das famílias locais, inúmeras vezes as pessoas da Freguesia lembram esse dado tão importante nas suas histórias. E é de pobreza que se fala, em geral, quando se lembra da época em que se comia “muito peixe com pirão d’água”. Mais ou menos pobres, em todo caso, os da Freguesia falam deste tempo de antigamente referindo-se às condições precárias da vida no Ribeirão. Mas, há mais: uma relação com o mar, uma identidade construída à beira d’água e por meio dela. Seu Alécio conta que os pescadores “normalmente” se reuniam “para tomar a cachacinha, contar as suas façanhas e também muitas mentiras, e ainda discutir a previsão do tempo”. Numa dessas ocasiões, “no boteco”, um dos moradores do lugar – “homem curioso e de muito respeito” – teria dito que ele “ia construir uma baleeira”, causando um falatório em torno do tema. Uns “teimavam” que ele seria capaz de cumprir o propósito, e

outros teimavam que não, duvidando que a curiosidade do senhor Manoel Ignacio “chegaria a tanto”. Cinco meses depois de ter preparado os materiais para a construção da embarcação, quando esta finalmente ficou pronta, recebeu o nome de “Tira-Teima, a primeira baleeira construída na Freguesia de Nossa Senhora da Lapa”.

À beira d’água: de redes e parentescos

Os fatos que o seu Alécio organiza em torno de uma história mais geral do lugar, por assim dizer, levam-no aos aspectos mais específicos da sua experiência no Ribeirão, lembrando, por exemplo, a construção de baleeiras que se seguiu àquela primeira como uma atividade iniciada por um homem curioso e de respeito na Freguesia, o qual a teria passado para seus pares, e destes, após a morte de Manoel Ignacio, teria sido transmitida a filhos e genro. Ora, são relações de parentesco as que, no caso do seu Alécio, descrevem alguma história do Ribeirão nesse relato; é por onde ele puxa uma rede local de relações: pais, filhos, vizinhos, amigos, pescadores natos: “Com o sucesso, iniciou a segunda, a terceira, e, com os ajudantes Paulo Pedro Heidenreich e Hermínio Teófilo Heidenreich, chegou a construir 149 baleeiras”. Ele conta que os dois irmãos – seu pai e seu tio – permaneceram junto com o “velho mestre [Manoel Ignacio] até a sua morte”, posteriormente eles prosperaram nessa atividade, cada qual montando o seu “estaleiro”, e passaram tal ofício para outros parentes, alcançando grande sucesso “por todo este Brasil” na produção das embarcações.²⁹ O morador fala ainda dos “construtores” que deixaram alguma baleeira “em acabamento”:

Paulo Pedro Heidenreich e Hermínio T. Heidenreich terminaram a baleeira iniciada sob a orientação de Manoel Ignacio. Oscar Silva terminou a baleeira iniciada por seu pai Hermínio Silva; Alberto Cavalheiro terminou a baleeira iniciada por seu sogro Hermínio T. Heidenreich; Alécio Heidenreich e Cyde A. Heidenreich terminaram a baleeira deixada

²⁹ O morador também registra neste seu “livro” de histórias: “A Freguesia de Nossa Senhora da Lapa foi responsável pela construção de aproximadamente mil (1000) unidades [de baleeiras] espalhadas por todo este Brasil” (Alécio Heidenreich, 2005, p. 3). Contudo, ele ressalta: “É um serviço que nunca foi de muito futuro” (informação verbal em 15 de julho de 2008).

por seu pai, e Bertinho terminou a baleeira deixada por Alberto Cavalheiro, e a baleeira iniciada por Oscar Silva foram Alécio e Alberto que terminaram. Isto significa que morreram trabalhando e, para não quebrar o tabu, a última baleeira iniciada pelo construtor Alécio Heidenreich foi também vendida pela metade para o velejador Amyr Klink e encontra-se exposta no museu do mar em São Francisco do Sul. Esta foi a única que o construtor não morreu deixando pela metade. (Alécio Heidenreich, 2005, p. 2, grifo meu).³⁰

Num lugar, a Freguesia do Ribeirão, onde se “morre” trabalhando, não é de se admirar que o seu Agenor tenha começado a sua conversa comigo, em 2007, falando do trabalho na UFSC, arrumado por seu vizinho falecido havia anos – o senhor Antônio Antunes da Cruz, homem influente à sua época. E não é de se admirar que o seu Alécio tenha procurado descrever, com indisfarçável orgulho, as atividades de construção de baleeiras, “sob a orientação” do senhor de respeito, Manuel Ignacio, no bairro onde viveram também pescadores “portugueses açorianos”, porém enfatizando as habilidades dos moradores locais para o trabalho e a pesca. No caso, moradores ligados ao seu Alécio por laços de parentesco, vizinhança e/ou amizade. Foi nesses termos que o seu Agenor, certa vez, me explicou o “amor” e o respeito que ele tinha por seus vizinhos e amigos, dentre eles a filha de “um querido”, do estimado Antônio Antunes da Cruz³¹: “[Por] ela,

³⁰ O que o seu Alécio quer dizer com a frase “não morreu deixando pela metade” é que o construtor da baleeira – ele – continua vivo, porque, de fato, como ele afirma um pouco antes, a embarcação foi “vendida pela metade”, mas não por causa de uma morte, como aconteceu com os seus pares. Na conversa que tivemos, ele esclareceu isso: “O Amyr Klink comprou [a baleeira] pela metade para deixar no museu [em São Francisco do Sul/SC], para mostrar como era feita. Então, não quebrou o tabu, né?” [o “tabu” de deixar a embarcação pela metade] (informação verbal em 15 de julho de 2008).

³¹ O senhor Antônio Antunes da Cruz “era muito político”, assim dizem os da Freguesia, embora ele mesmo não tenha se candidatado a cargos públicos na política catarinense ou de Florianópolis. Figura muito popular, “o Funga-Funga”, como ficou conhecido no meio político e do povo, é lembrado por muitos moradores locais como um “homem do bem”, um filho do Ribeirão que morreu “ajudando” as pessoas. Nascido em 1899, aos 18 anos, seu Antônio Antunes foi feito eleitor pelo avô do mais importante líder político do lugar nos inícios do século XX – Hermínio Antônio da Silva –, tornando-se eleitor deste. Mais tarde, quando aí surgiu o Partido da Frente Liberal (1930), ele se integrou a este partido, opondo-se

Alécio e Amantino [amigo que morava no Alto Ribeirão, e que trabalhou na UFSC com o seu Agenor]... eu derramo as minhas lágrimas... eu tenho amor. [...] Ela é prima-irmã do Alécio. Ele [Alécio] é um compadre³² de estimação que eu tenho”. E acrescentava sobre o pai [Antônio Antunes da Cruz] da vizinha: “Ele era meu querido, meu pai, um homem sério” (informação verbal em 11 de novembro de 2007).

Nas relações tecidas à beira d’água, as lealdades vão se desenhando (e transformando) no cotidiano do trabalho e da sobrevivência das famílias igualmente como laços de amizade e vizinhança. Seu Alécio afirma que seu pai e seu tio, embora soubessem construir “sozinhos” a baleeira, continuaram trabalhando com o homem que lhes havia ensinado o ofício, “em consideração” ao mestre. E seu Agenor manifesta uma efusiva gratidão àquele que, como diz, “arrumou” um bom emprego para ele e para sua família. Graças ao seu Antônio Antunes, ele tem uma boa vida de aposentado. A estima a este “líder” de Santa Catarina estende-se à sua filha na amizade a ela dedicada hoje. Por outro lado, seu Alécio lembra seu parentesco com Antônio Antunes: “Ele era meu tio. A mulher dele era irmã do meu pai”. Recorda também que foi ele – Alécio – a indicar o nome do seu Agenor para o trabalho na UFSC, já que seu emprego na citada universidade também foi por indicação desse tio, que, aliás, “arrumava emprego pra todo mundo”, completa o morador.

Isso significa que uma rede de relações locais permitiu, no passado evocado pelos moradores para falar de suas existências, a saída de moradores para trabalhar “na cidade”, como os da Freguesia costumam dizer. Daí a possibilidade de garantir melhores condições de vida para as famílias do Ribeirão. Relações de parentesco, vizinhança e/ou amizade que, no passado, beneficiaram muitos moradores, hoje, permitem que estes falem de “uma riqueza” relativa àquela situação de antigamente em que faltava de tudo. Além disso, elas (as relações) contam atualmente histórias que se mantêm na memória dos da

politicamente àquela antiga liderança local (PEREIRA, N.; PEREIRA, F.; SILVA NETO, 1990, p. 256-261). Seu Antônio Antunes, segundo os moradores, teria sido o “cabo eleitoral” mais importante do sul da Ilha e na cidade de Florianópolis, e, mais recentemente, é também lembrado como forte aliado político da família Amin (entre inúmeros outros cargos públicos, Esperidião Amin era o Prefeito Municipal de Florianópolis por ocasião do “projeto” de publicação do livro, supracitado, que “tem tudo”, como diz a gente do lugar). O chamado “Funga-Funga” faleceu aos 96 anos em 1995 na Freguesia do Ribeirão.

³² Seu Alécio e seu Agenor lembravam, em suas conversas, os laços de amizade e vizinhança que os unia ao longo dos anos de vida na Freguesia do Ribeirão. Seu Alécio é também padrinho de batismo de uma das filhas do seu Agenor (a mais nova das duas filhas que o morador teve).

Freguesia. Como dizem, “hoje, todo mundo tem tudo”. Mais do que falar sobre a riqueza em si, definindo-a ou mostrando-a em termos quantitativos, o que parece saltar aos olhos são redes de lealdades que se configuram a todos como possibilidade de ter acesso a uma vida de mais qualidade.

Por outro lado, claro está, como de resto é possível supor, que há contrastes entre as famílias nativas também em termos econômicos – e isso será oportunamente descrito no segundo e quarto capítulos da tese. No entanto, de modo geral, são estas redes locais de parentesco, vizinhança e amizade que parecem incorporar as diferenças econômicas remetendo-as a um plano em que “todo mundo tem tudo”. Ou seja, cada família sabe das suas limitações financeiras, por exemplo, porque, em seu dia-a-dia, as dificuldades são sentidas e, algumas vezes, expressadas verbalmente. Mas não é comum entre os da Freguesia escutá-los lamentando a falta de dinheiro ou qualquer outra coisa, ou mesmo a pobreza nos termos em que se recorda “antigamente”. Comum é ouvi-los dizer que “hoje se vive numa riqueza”, ainda que a afirmação possa vir de alguém cujas condições de vida estejam muito aquém daquelas observadas em boa parte dos moradores locais. Em outras palavras, poder-se-ia pensar essa questão lembrando:

[...] Os horizontes deles [os do Ribeirão] se ampliaram. Isso dá também uma ideia de riqueza. Riqueza não é você ter uma grande quantidade de bens, é você ter um nível de vida que conviva com todo mundo. Isso dá outra configuração do entendimento deles de riqueza. Então, riqueza não consiste em só ter um poderio financeiro, com um grande volume de bens, mas aquilo que tem uma vida confortável com seus amigos, com seus parentes, com seus vizinhos etc. (Nereu do Vale Pereira, informação verbal em 31 de julho de 2012).

Da “pobreza” de ontem à “riqueza” de hoje

Ora, as anotações sobre o que os moradores lembram hoje com relação ao que era antes a vida na Freguesia não têm o intuito de comparar passado e presente e/ou explicar um pelo outro, estabelecendo um par de oposições. Antes, é importante perceber o modo de narrar os fatos da vida pelos moradores, e o que suas narrativas significam no

contexto de suas existências na Freguesia do Ribeirão atualmente. Nessa perspectiva, duas observações mais parecem interessantes numa comparação entre as escolhas dos referidos moradores sobre o que narrar em seus relatos sobre “o Ribeirão”. Enquanto, em suas lembranças, ambos se aproximam por escolher falar do trabalho e da sobrevivência das famílias, seu Agenor e seu Alécio se diferenciam pelas histórias que esclarecem os pormenores dessa vida de “lutas”, nos planos em que estas foram travadas no lugar. Tomando alguns aspectos concretos das falas dos dois moradores da sede distrital, é possível notar que o seu Agenor e sua família de origem – assim como os demais negros das famílias locais – dependiam necessariamente de alguns recursos naturais existentes na terra e no mar do Ribeirão, para sua sobrevivência. Dependiam ainda mais que outras famílias nativas – como a do seu Alécio e de outras pessoas que tinham mais recursos financeiros –, em muitos casos, a ponto de deixar os estudos para ajudar os pais. Como descreve seu Agenor:

Eu não fui pro segundo grau [no Exército, com 18 anos, em Curitiba], eu fui pro quarto [ano] primário e não alcancei muita nota pra fazer [os estudos], porque eu ainda tinha que estudar um pouco. [...] Parei um pouco de estudar, porque eu tinha que ajudar o meu pai aqui [na Freguesia]. A gente era pobre, sabe? Nós somos de família pobre. A gente tinha que tirar lenha, “faxo” [feixe] de lenha no morro, tinha fogão de lenha. Nós, naquela época, não tínhamos luz elétrica... . Hoje, eu estou numa riqueza! [...] [A gente] ia tirar pra gente se alimentar, comer. Não tenho vergonha de dizer pra senhora, estou falando pra senhora a verdade, comi muito berbigão cozido com pirão d’água. [...] Eu mais o meu irmão não tivemos estudo, porque fomos obrigados a trabalhar com o meu pai, pra gente viver, né? Se a gente não trabalhasse, ninguém vivia. Como é que a gente ia comer? (Agenor Firmino da Silva, informação verbal em 22 de outubro de 2007).

Diversas vezes, este quadro de “muita pobreza” é evocado por diferentes pessoas, para enfatizar as mudanças percebidas por elas hoje na Freguesia e no Distrito de Ribeirão da Ilha. Moradoras mais velhas, entre 60 e 70 anos de idade, recordam a escassez de alimentos nas suas

casas: “A gente não passava fome, porque a gente ia para a casa delas”, referindo-se a outras moradoras de idades próximas às suas. Algumas mulheres lembram que “os pretos trabalhavam para os brancos”, muitas vezes, em troca de comida. Assim, se uns recordam o “pirão de farinha num alguidar” onde “todos comiam com peixe”, e se há os que lembram as vezes que ficaram esperando “o pai que vinha do mar, para comer” – como ouvi de parentes do seu Agenor e dele próprio –, outros falam dos alimentos “daquele tempo” em termos mais variados, assim como o faz seu Alécio:

Aqui, ou era pescador ou lavrador, né? A maioria era pescador. Há muita zona de pesca. Depois, todo mundo teve baleeira. Quando começaram a fazer aqui, já foi mais fácil de comprar uma baleeira. [...] A maioria comprou um barquinho, pescavam cinco pessoas em cada baleeira. [...] A família toda [pescava]: pai, filho, tudo, não tinha outra coisa a fazer [senão] pescar. [...] Cada um tinha sua hortazinha atrás de casa, com cebolinha, salsa e coisa parecida; o aipim, que era a comida deles; o amendoim, que eles plantavam, às vezes, para ajudar. Café com pão e amendoim, café com melado, essas coisas assim. E o resto era carne seca, que chamavam, carne seca é o charque hoje, que a gente compra, que hoje é cara, naquela época, o que era mais barato era a carne seca, todo mundo comia. [...] Naquele tempo, era um cheiro nesta rua! Todo mundo assando carne seca, era uma beleza! (Alécio Heidenreich, informação verbal em 15 de julho de 2008).

Nota-se que as experiências narradas hoje na Freguesia falam dos indivíduos e de suas famílias “aqui no Ribeirão”, mas falam igualmente do lugar, da sua história acumulada pelo modo de vida à beira d’água, pelas relações que aproximam as diferenças nos relatos de solidariedade entre famílias (mais e menos pobres), de ajuda entre parentes e vizinhos, de colaboração entre pares. As histórias contadas na prosa do cotidiano mostram que a palavra de quem é “do Ribeirão” é o que vale. Essa

pertença passa pela experiência no/do lugar. E pertencer ao Ribeirão, ser “daqui”, implica conhecer uma história que não se confunde com a de portugueses açorianos e que não pode ser por esta substituída. Embora a história de açorianos possa ser incorporada às narrativas em alguns momentos pelos moradores, em geral, ela não faz parte do que os da Freguesia identificam como “ribeironense”, quando assim se denominam. Talvez esta maneira de contar dos ribeironenses como é a vida “no Ribeirão” seja, inclusive, uma forma de diferenciar-se do que se tem chamado de “açoriano”. E talvez seja igualmente uma identificação pessoal-familiar-comunitária construída para além de categorizações étnicas e nacionais (ou transnacionais). Aqui, busca-se compreender a configuração local das relações que apresentam os ribeironenses da Freguesia do Ribeirão hoje.

1.3 História seletiva: por entre narrativas da historiografia catarinense

Por uma história de açorianos em Santa Catarina

A historiografia catarinense também conta. É interessante pensar como ela narra, por quais fios puxa uma rede de informações que tecem um quadro histórico da colonização açoriana no sul do Brasil, em especial, no litoral sudoeste da Ilha de Santa Catarina, onde se localiza a Freguesia do Ribeirão. Nesse sentido, há inúmeros trabalhos que discorrem sobre a presença de “casais açorianos” no Estado. Eles teriam sido trazidos para Santa Catarina, de maneira significativa, no século XVIII, a fim de garantir a posse portuguesa das terras (e dos mares) do Brasil em disputa com os espanhóis. As narrativas são diversas. Dentre livros antigos e publicações recentes que escrevem essa história, encontram-se relatos ora mais apaixonados pela descrição dos eventos como “a saga” ou “a epopeia açórico-madeirense” na região sul do país entre 1748 e 1756, num impulso colonizador de cujas origens alguns historiadores locais procuram mostrar os benefícios políticos e culturais para Santa Catarina e para o Brasil (VÁRZEA, 1900; CABRAL, 1987; PIAZZA, 1992; 1994 [1982]; FARIAS 1998; PEREIRA 2003, dentre outros); ora mais comprometidos com uma história social ou próximos de uma descrição etnográfica orientada pelo interesse em mostrar de forma mais simples e direta – sem ser simplista e ingênua – as políticas de povoamento em que pessoas de carne e osso e seus dramas humanos são analisados criticamente em contextos sociopolíticos determinados

(PEDRO et al. 1988; FLORES, 1997; 2000; SANTOS, 2004; CARDOSO, P. 2008; MAMIGONIAN; VIDAL, 2013, entre outros).

Agora, em se tratando de história escrita, os diversos autores procuram organizar os eventos que apontam para um marco inicial da presença europeia em Santa Catarina, falando das peculiaridades que teriam envolvido a colonização e o povoamento das regiões litorâneas do Estado, particularmente do estabelecimento de povoadores em Desterro (antigo nome de Florianópolis) e suas áreas insulares. Nesses relatos, europeus e açorianos são indicações recorrentes para descrição da origem dos primeiros habitantes das terras cobiçadas por espanhóis e portugueses.³³ Uma história que procura se aproximar de uma descrição etnográfica olha as práticas, os discursos e as narrativas dos agentes históricos, e seus significados nos contextos em que se produzem. Assim procuro fazê-lo nesta seção, elegendo algumas formas de contar uma história escrita de “portugueses açorianos”, tal qual o modo de contar (uma história vivida hoje) dos ribeironenses me permite pensar.

Açores dá nome ao arquipélago formado por nove ilhas que foi descoberto e povoado pelos portugueses nos inícios do século XV.³⁴ As ilhas açorianas tornaram-se região de comércio para as muitas rotas que atravessavam o Oceano Atlântico, no meio do qual está situado o

³³ Privilegio, aqui, uma síntese tomada de relatos históricos que, de maneira geral, tentam capturar os inícios do povoamento de Santa Catarina, no sentido de compreender alguns dos aspectos sociopolíticos da colonização açoriana lembrados pela historiografia quanto às povoações no litoral sul do Brasil. Certamente, por se tratar de um recorte que procuro compor com os demais itens deste capítulo, ele tem os limites de tal propósito. Contudo, é oportuno anotar que, antes das viagens marítimas de exploradores europeus (desde o século XV) e de povoadores açorianos (século XVIII), ou, antes desse processo de conquista do Brasil por quase cinco séculos, já havia outros habitantes nessa região: indígenas viviam também na Ilha de Santa Catarina e no litoral fronteiro, e foram chamados de “carijó” pelos europeus (SANTOS, 2004, p. 21-27; ver também VÁRZEA, 1900; PEREIRA, N.; PEREIRA, F.; SILVA NETO, 1990, p. 50-52; mais recentemente, MAMIGONIAN; VIDAL, 2013). Por outro lado, europeus desbravadores dessas terras e mares não eram somente portugueses e espanhóis, como é sabido (SANTOS, 2004, p. 15-18). Quanto a estes, representando diferentes interesses ligados à coroa portuguesa e à coroa espanhola, em relações mais ou menos tensas, os navegadores cumpriam determinações reais, cujo objetivo era fixar direitos e legalizar junto ao papa, desde a Europa, as terras descobertas (SANTOS, 2004, p. 29-33; ver também PIAZZA, 1994, p. 19-22; mais recentemente, MAMIGONIAN; CARDOSO, VH. 2013; na perspectiva da cristianização espanhola da Amazônia colonial [século XVII], ver TORRES-LONDOÑO, 2008, p. 165-186, dentre outros). Há igualmente que lembrar o estabelecimento de vicentinos no sul do Brasil (século XVII), em particular no litoral de Santa Catarina (PEDRO et al. 1988, p. 12-14; PIAZZA, 1994, p. 29-33; FLORES, 2000, p. 35-42; SANTOS, 2004, p. 37-40; MAMIGONIAN; CARDOSO, VH. 2013). Por fim, é oportuno observar que alguns moradores da Freguesia do Ribeirão falam da presença de “índios” no lugar em tempos longínquos, embora não saibam detalhar a informação.

³⁴ Para conhecer outros pormenores sobre as características gerais do arquipélago dos Açores, ver FARIAS, 1998, p. 27-37; e LACERDA, 2003, p. 40-45.

referido arquipélago. Este se transformou num ponto de trocas para vários lugares do mundo (Europa, Índia, China, Brasil dentre outros). A agricultura era promissora, sendo o trigo a produção mais importante das ilhas, embora a acumulação de muita terra em mãos de poucos proprietários tenha desencadeado um problema social grave, sobretudo em épocas de crise na agricultura:

O memorialista conta, ainda, outro fato que demonstra a escassez de alimentos no ano de 1751 [Ilha Terceira]. Em 16 de maio, muitos casais açorianos estavam alistados para embarcarem rumo à Santa Catarina, no Brasil. O administrador do contrato da viagem havia comprado uma grande quantidade de trigo para a provisão de viagem, mas o presidente da câmara quis embargar a carga, alegando que havia falta de alimentação na Ilha. Para ter suas sacas de trigo liberadas para a viagem, o administrador precisou explicar que era para alimentar os colonizadores durante a viagem. (FLORES, 2000, p. 9).

A falta de terra e de trabalho para grande parte dos moradores das ilhas, os momentos de crise econômica pelo esgotamento das terras cultiváveis, e a necessidade de sobrevivência diante da inexistência de opções aos mais pobres teriam imprimido na gente açoriana uma prática emigratória, que era promovida pelas autoridades locais sob a égide da coroa portuguesa.³⁵ Nesse sentido, o surgimento das baleeiras em fins do século XVIII também iria alimentar as esperanças dos ilhéus que desejavam ganhar mundo e buscar melhores condições de vida. Ilhéus, açorianos e africanos, trabalhavam na caça às baleias, estes últimos, como escravos. A captura das baleias e a extração do óleo eram atividades que interessavam muito ao comércio da época:

Nesse tempo não havia proteção às baleias, e elas eram apanhadas para fornecer óleo. A caça era

³⁵ A historiadora Maria Bernadete Ramos Flores (2000, p. 21-22) lembra que, na literatura açoriana, a prática emigratória nos Açores recebe diversas explicações. Uma delas seria a questão econômica ligada às crises na agricultura, gerando problemas de alimentação para os habitantes; outra seria a insegurança provocada na população pelas histórias de vulcões característicos às terras que formam o solo das ilhas, e a dúvida sobre um possível despertar de fenômenos devastadores; ou, as histórias de piratas (final do século XVII) e seus ataques a navios de mercadorias; ou ainda, uma razão psicológica, que compreenderia o mar e a visão cotidiana do mesmo como “um eterno convite para a aventura”.

feita em canoas, equipadas de arpões, lanças, linhas e tudo o mais que era necessário para prender e matar cetáceos gigantes e pesados. Uma vez morta, a baleia era presa ao casco do navio e a gordura retirada e derretida a bordo. De uma maneira geral, um navio baleeiro não regressava ao porto de origem senão quando estivesse com os porões cheios de barris de óleo. Na Nova Inglaterra, no Brasil, em vários portos do globo, armavam-se os navios baleeiros, onde a tripulação matava as baleias, derretia o toucinho e extraía o óleo. (FLORES, 2000, p. 14).

Nos séculos XVIII e XIX, viajantes estrangeiros registravam em seus relatos sobre as ilhas aspectos particulares dos seus habitantes. Assim, com seu “caráter alegre e expansivo”, eles são lembrados pelo amor: à música, à dança, às representações teatrais, aos encontros de mascaradas, ao carnaval, às cavalhadas e corridas de touros, ou ainda, às festas do Espírito Santo e às festas de São João, como também às “reuniões em família” (FLORES, 2000, p. 18). Outro aspecto peculiar atribuído à vida dos ilhéus açorianos é um constante dilema entre partir ou permanecer no arquipélago. Ou seja, “uma cultura migratória já faz parte dos Açores: partir ou esperar por alguém que volta, trazendo notícias, riquezas ou novos parentes que falam outra língua e vestem trajes diferentes” (FLORES, 2000, p. 20). A gente das ilhas que sonhava com uma nova vida teve, para além-mar, o Brasil colonial como destino no século XVIII, cuja possessão Portugal queria garantir com uma política de povoamento, assegurando os limites territoriais pela ocupação humana e pela exploração econômica dos territórios conquistados.³⁶ Igualmente, o envio de casais, de famílias inteiras e de outros povoadores para as colônias portuguesas era motivado por uma estratégia de equilíbrio demográfico nos Açores em tempos de crise na agricultura e de consequente escassez de alimentos para seus habitantes (FLORES, 2000, p. 23-42). Em outras palavras:

Por decisão do Conselho Ultramarino, Portugal, em 1746, resolveu promover a emigração de açorianos para a Ilha de Santa Catarina, litoral fronteiro e Rio Grande. [...] Havia escassez de

³⁶ A colonização portuguesa no Brasil foi inicialmente motivada “pela produção do valor através da intensiva exploração de produtos agrícolas tropicais e de minérios” (PEDRO et al. 1988, p. 12).

terras agricultáveis e de criação e, não raro, a miséria era vivida por muita gente. Portugal imaginou resolver de uma só vez dois problemas. Diminuir a pressão demográfica e suas consequências no arquipélago, e garantir a infraestrutura necessária aos seus projetos de expansão e domínio no Sul do Brasil. (SANTOS, 2004, p. 49).³⁷

De estratégias e ocupação territorial: os casais, as famílias, os açorianos...

A Ilha de Santa Catarina – onde a povoação efetiva por portugueses teria se dado somente em meados do século XVII³⁸ – tornar-se-ia, no século seguinte, um lugar estratégico para uma ação mais planejada da coroa portuguesa, no sentido de ocupação das áreas de fronteira em disputa com espanhóis no sul do Brasil (PEDRO et al. 1988, p. 12-15; FLORES, 2000, p. 36-39; MAMIGONIAN; CARDOSO, VH. 2013). Os colonos açorianos e madeirenses eram, assim, trazidos para a Ilha e para o litoral fronteiro de Santa Catarina, a fim de cumprir o propósito do rei de Portugal, i.e., estabelecer uma colonização estável que lhe garantisse a posse do território catarinense: “O rei queria famílias jovens e numerosas, com homens experientes no amanho das terras e na criação de gado, e mulheres habituadas às lides domésticas e destros na arte de fiação” (FLORES, 2000, p. 39s). Casais jovens, famílias e pessoas solteiras, respondendo aos apelos do rei, alistavam-se para a viagem ao Brasil, confiantes nas ofertas régias: transporte gratuito; terras; armas; ferramentas agrícolas e outros objetos; animais; alimentos etc. Muitas das coisas prometidas ficaram apenas como promessa. E as famílias de colonos frustravam-se quanto às expectativas de dias melhores no Brasil (FLORES, 2000, p. 43-67; SANTOS, 2004, p. 47-51).

³⁷ O povoamento do litoral de Santa Catarina foi motivado por disputas político-militares entre Espanha e Portugal. Este tratou de organizar núcleos povoadores para apoio de atividades militares que fossem desenvolvidas nas lutas por conquista do território catarinense: “Assim foi lógica a decisão portuguesa de trazer para Santa Catarina moradores que viessem a desenvolver uma economia voltada para o abastecimento das tropas militares aqui estacionadas. E, eventualmente, também garantir apoio ao exército em guerra” (SANTOS, 2004, p. 47).

³⁸ Sobre a instalação de Francisco Dias Velho Monteiro na Ilha de Santa Catarina, e seus desdobramentos, ver VÁRZEA, 1900, p. 9-10s; FLORES, 2000, p. 37s; SANTOS, 2004, p. 38-39; MAMIGONIAN; CARDOSO, VH. 2013, p. 17-42.

A viagem para o Brasil era outro capítulo difícil nos editais do rei (D. João V). De fato, para além das coisas prometidas (e que viriam a não ser cumpridas), havia as condições concretas em que as pessoas se encontravam quando da travessia do Atlântico. Muitos ficavam pelo caminho.³⁹ De Açores ao sul do Brasil, as viagens foram iniciadas em outubro de 1747 e se estenderam a novembro de 1753. Entre o primeiro (1748) e o último desembarque (1756) de açorianos, chegaram à Ilha de Santa Catarina 6071 pessoas, número que aumentaria significativamente a população de Santa Catarina à época (FLORES, 2000, p. 49-53). Esse número importante de açorianos desembarcados na Ilha marcaria o empreendimento colonizador português no sul do Brasil de várias formas.⁴⁰ Ora, cabe notar que, ao sublinhar em seus escritos diversos desses acontecimentos no sul do Brasil, Virgílio Várzea (1900) acaba por reforçar certo repertório de valores, qualidades e/ou aptidões que operam a construção de uma imagem dos “imigrantes açorianos e madeirenses” introduzidos em Santa Catarina, os quais teriam, por sua vez, legado ao “povo catarinense” as características e o modo de ser “ilhéu”, tal como se lê abaixo:

Foi só então que a população de Santa Catharina se accentuou, tomando um caracter estavel e proprio, localisando-se permanentemente em cada sitio um nucleo de povoadores. [...] Em pouco, sob a acção dos immigrantes açorianos e madeirenses, as casas do Desterro (que era freguezia desde 1732) augmentaram de numero e

³⁹ A travessia pelo oceano em precárias galeras levava cerca de três meses, tempo agravado pela falta de água e de alimentos frescos, além da superlotação das embarcações, cujo desconforto debilitava os viajantes. Na chegada do primeiro navio, em 1748, o governador da Ilha de Santa Catarina era José da Silva Paes, que, ao receber os casais açorianos, lamentou as mortes ocorridas na viagem e a saúde débil dos que haviam sobrevivido (FLORES, 2000, p. 49-50).

⁴⁰ Evento importante lembrado na história da Ilha de Santa Catarina é a invasão desta pelos espanhóis em 1777. Como é sabido, Espanha e Portugal disputavam o litoral sul do Brasil. A quebra de boas relações entre os países e as consequentes disputas militares faziam parte das tensões em jogo no empenho de ambas as coroas pelo território catarinense, em que tratados, acordos e negociações eram firmados: “Em 1777, os espanhóis entraram na Ilha de Santa Catarina, não encontrando resistência. A defesa, composta por 2.000 homens, refugiara-se no continente para pôr-se a salvo do inimigo. Em pânico, a população civil acompanhou as tropas em retirada, abandonando seus domínios e suas fortunas. [...] Depois, por meios diplomáticos, a Espanha devolveu a Ilha aos portugueses, obedecendo ao Tratado de Santo Ildefonso” (FLORES, 2000, p. 66; ver também SANTOS, 2004, p. 59-62; MAMIGONIAN; CARDOSO, VH. 2013; para conhecer a história da conquista da Ilha de Santa Catarina pelos espanhóis, ver FLORES, 2004).

proporções, erigindo-se (1749) a igreja-matriz no mesmo lugar onde fôra a celebre ermida de Velho Monteiro [Francisco Dias Velho, 1675], e outros templos mais, como o da Ordem Terceira de São Francisco de Assis e o do Menino Deus. [...] Já por todo o littoral da ilha, a oeste, bem como no continente fronteiro, prosperavam pequenos outros povoados, sob a invocação de Santo Antonio, Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, São Francisco de Paula de Canavieiras, Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão, São João do Rio Vermelho, São Miguel, etc.

[...]

O povo catharinense, conforme se vio, descende em sua quase totalidade de ilhéos açorianos e madeirenses, principalmente dos primeiros, de quem herdou o caracter humilde e bom, as excellentes qualidades moraes, a indole trabalhadora e paciente, de uma rara tenacidade, affazendo-se facilmente ás difficuldades, ás privações e agruras do meio, conformando-se com tudo, pacifica e resignadamente.

[...]

Dahi o caracter tenaz e temerario, por vezes, do catharinense, sobretudo na sua grande aptidão para a vida do mar, que é ainda uma herança do povo açoriano e de toda a raça portugueza, que foi e é essencialmente matineira, embora Portugal conte hoje uma pequenissima marinha.

[...]

Nisto, como no fallar constante que o anima, particularmente na vida das praias, o barriga-verde se parece com os algarvios, de quem igualmente tem o sangue, pois os açorianos provêm em parte delles, que colonisaram tambem as suas ilhas. [...] É justamente o que se dá em Santa Catharina, onde o povo da zona littoral, com raras excepções, é constitucionalmente marítimo. (VÁRZEA, 1900, p. 17-18; 25-28).

Na rota do litoral sul do Brasil: o Ribeirão

Quanto ao Ribeirão, a região do litoral sudoeste da Ilha teria sido conhecida por navegadores europeus nos inícios do século XVI, tendo sido inclusive local de estabelecimento de alguns sobreviventes do naufrágio de um navio, à época, saído da Espanha (1515). Estes seriam dos primeiros habitantes europeus de Santa Catarina.⁴¹ Outra data destacada para mostrar a preferência do Ribeirão pelos exploradores europeus é o ano de 1526, da viagem que traria ao litoral sul do Brasil uma expedição espanhola conduzida pelo navegador veneziano Sebastião Caboto, o qual daria o nome de Santa Catarina à Ilha e às terras vizinhas (PEREIRA, N.; PEREIRA, F.; SILVA NETO, 1990, p. 50-52; SANTOS, 2004, p. 16-17).⁴² Caboto teria como destino o Atlântico Sul, aportando na região outrora denominada Simplício, no Ribeirão, hoje conhecida por todos como Barro Vermelho, localidade que fica a 660 metros da Freguesia, a sede do distrito.⁴³ Este seria, pois, um dos focos iniciais da “Póvoa do Ribeirão da Ilha”, região onde se encontra o rio que inspirou o nome Ribeirão ao lugar. Esse ponto “foi o que recebeu entre 1748 e 1756 o primeiro grupo de casais açorianos, sendo assim o embrião da organização definitiva da hoje Vila de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha”.⁴⁴ Nesse sentido, procura-se enfatizar certa precedência histórica da região onde hoje se encontra a

⁴¹ Dentre as viagens ao litoral sul do Brasil, há notícia da passagem de uma expedição cuja origem é o ano de 1515 na Espanha, comandada por Juan Diaz Solís. A viagem teve início em outubro do referido ano, chegando ao rio do Prata depois de quatro meses, mas fracassando no encontro com indígenas, do qual resultou a morte do navegador. Um dos navios da expedição que voltava para a Espanha, passando pela Ilha de Santa Catarina, naufragou, salvando-se 11 homens. Estes se fixaram na Ilha, juntando-se aos indígenas que aí viviam. Daí serem reconhecidos como “os primeiros” habitantes europeus das terras catarinenses (SANTOS, 2004, p. 17).

⁴² Sobre o nome dado por Sebastião Caboto à Ilha e regiões contíguas, há duas explicações. Uma delas sustenta que o nome seria uma homenagem à mulher do navegador, Catarina Medrano. A outra explicação defende a tese de que Caboto teria feito uma homenagem à Santa Catarina de Alexandria, até porque o navegador estaria na Ilha justamente no dia consagrado à santa, 25 de novembro, o que seria “procedimento cultural aceitável” à época (PEREIRA, N.; PEREIRA, F.; SILVA NETO, 1990, p. 51-52; SANTOS, 2004, p. 17).

⁴³ Em 1526, Sebastião Caboto foi enviado pela coroa espanhola ao Oceano Pacífico e às Ilhas Molucas, atravessando o Atlântico Sul. A expedição passou pela Ilha de Santa Catarina, chegando aí no dia 19 de outubro do referido ano. Este é lembrado como o ano de nascimento do Ribeirão da Ilha, e, portanto, “o povoado mais antigo da Ilha de Santa Catarina”. Para conhecer mais informações sobre a viagem de Caboto, e seus desdobramentos na Ilha, ver PEREIRA, N.; PEREIRA, F.; SILVA NETO, 1990, p. 50-52; consultar também CABRAL, 1987, p. 24-26.

⁴⁴ Atualmente, a região distrital e sua sede são denominadas simplesmente, em mapas e outros documentos oficiais, como Ribeirão da Ilha.

Freguesia: o “povoamento da Ilha de Santa Catarina, pelo homem branco originário da Europa, iniciou-se nas áreas que compõem o distrito do Ribeirão”. Por essa razão, “o Ribeirão marcou o limiar da história de Florianópolis e da Ilha de Santa Catarina” (PEREIRA, N.; PEREIRA, F.; SILVA NETO, 1990, p. 50-54).

Com a chegada dos açorianos, no século XVIII, teria vindo também para o Ribeirão a devoção a Nossa Senhora da Lapa, de acordo com o que registra em seus escritos Virgílio Várzea citando o geógrafo Saint-Adolphe:

Manoel de Vargas Rodrigues mandou fazer em 1760 uma capella para sua familia e visinhos e a dedicou a Nossa Senhora da Lapa. Como no principio do seculo presente a população do Ribeirão passasse de 1.200 almas, foi a capella substituida por uma igreja de pedra, a qual foi sagrada em 2 de Fevereiro de 1806. Solicitaram então os habitantes para ella o titulo de parochia, o qual lhe foi conferido por alvará de 11 de Julho de 1809. (SAINT-ADOLPHE apud VÁRZEA, 1900, p. 126).⁴⁵

A Freguesia de Nossa Senhora da Lapa passaria ao título de vila por meio de lei provincial de 1840: “O distrito da Vila do Ribeirão é formado da parte meridional da Ilha de Santa Catarina e acha-se separado da parte norte da cidade de Desterro pelos ribeiros Tavares e Caiacanga-mirim...”. Nessa exposição minuciosa que o citado geógrafo fez do lugar, sabe-se igualmente que o Ribeirão correspondia a uma região “quase toda agrícola”, por cujas encostas e planos floresciam plantações, como as de mandioca, cana, milho, feijão e de café (SAINT-ADOLPHE apud PEREIRA, N.; PEREIRA, F.; SILVA NETO, 1990, p. 60). Além da agricultura, o Ribeirão também se dedicou à pesca da baleia. Esta última atividade, diferentemente de outras iniciativas econômicas da colonização açoriana no sul do Brasil, foi exercida como

⁴⁵ Em seu estudo (PEREIRA, N.; PEREIRA, F.; SILVA NETO, 1990, p. 54, grifo dos autores), os pesquisadores que organizam uma história do Distrito de Ribeirão da Ilha levantam dúvidas quanto à existência de Manoel Vargas Rodrigues: “Teria mesmo existido esse personagem? A religiosidade popular idealiza muitas ‘verdades’ místicas e milagrosas!”. Apesar de duvidar, a referida obra faz menção, várias vezes, à informação que teria origem em relatos orais. Há, inclusive, referência a esse mesmo texto baseado em Saint-Adolphe citado por Virgílio Várzea, extraído do *Dicionário Geográfico e Histórico do Império do Brasil*, tomo II. Paris 1845, p. 396. Hoje, algumas pessoas da Freguesia lembram a história deste homem que teria trazido a imagem milagrosa da padroeira para a igreja do Ribeirão.

negócio lucrativo em Santa Catarina, e aparece descrita em relatos elaborados por alguns viajantes no início do século XIX:

[...] o empreendimento da caça à baleia e produção do óleo é grande e oferece trabalho e sustento a algumas centenas de almas, principalmente a muitos escravos negros, que têm a executar os trabalhos mais duros durante todo o ano, para ganhar o sustento de cada dia. (LANGSDORFF apud PEREIRA, N.; PEREIRA, F.; SILVA NETO, 1990, p. 56).

[...]

Durante esse encantador passeio [pela Freguesia de Nossa Senhora da Lapa, em 1820, junto com o vigário paroquial do Ribeirão], o Vigário me informou que sua paróquia, recentemente criada [1809], se estendia até a extremidade da ilha e media cerca de 5 léguas de comprimento mas sua largura era pouca. Contava com uma população de 1900 indivíduos dos quais 400 eram escravos do sexo masculino e 100 do sexo feminino. Se a proporção de escravos era maior em Nossa Senhora da Lapa do que nas outras paróquias, isso se devia ao fato de existirem ali vários engenhos de açúcar e uma armação, a da lagoinha [Campanha da Lagoinha do Peri fazia parte do distrito]. Aliás, como ocorria no resto da Ilha, não havia ali nenhuma família que possuísse mais de um ou dois escravos, mas o desejo de todos os agricultores era estar de posse de algo que satisfizesse ao mesmo tempo a sua vida e a sua indolência. (SAINT HILAIRE apud PEREIRA, N.; PEREIRA, F.; SILVA NETO, 1990, p.58-59).⁴⁶

⁴⁶ É interessante notar que o aspecto da “indolência” registrado pelo viajante contrasta com a imagem construída da “índole trabalhadora” que os catarinenses teriam “herdado” dos imigrantes açorianos, conforme se lê na passagem anteriormente citada da obra de Virgílio Várzea (1900, p. 17-18; 25-28). Oportuno observar ainda que estes e outros relatos de viajantes estrangeiros sobre a Ilha de Santa Catarina nos séculos XVIII e XIX – muitos dos quais aparecem em PEREIRA, N.; PEREIRA, F.; SILVA NETO, 1990, p. 54s, assim como em diversos estudos sobre a história da Ilha – são extraídos de: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. *A Ilha de Santa Catarina. Relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. Florianópolis: Assessoria cultural da ALESC (compilação de Paulo Berger), 1979.

Sobre a presença de escravos negros na Ilha de Santa Catarina

Os registros dos estrangeiros sobre a Ilha de Santa Catarina informam, como se lê no trecho acima, sobre a presença de escravos negros em terras catarinenses (e na Freguesia).⁴⁷ Nesse sentido, certa particularidade da escravidão no Estado é apontada em alguns estudos. Sublinha-se a produção de subsistência como condicionante para números reduzidos de escravos: “A vinculação à economia de exportação de forma subsidiária proporcionará um número de escravos reduzido, se comparado com áreas diretamente ligadas à produção de valores para o mercado mundial” (PEDRO et al. 1988, p. 16). No litoral, a escravidão teria sido, sobretudo, doméstica: “[...] os escravos estavam mais vinculados aos serviços da casa e a uma economia de subsistência do que sujeitos às atividades que caracterizam uma economia de exportação” (SANTOS, 2004, p. 55). Entretanto, um empreendimento econômico se mostraria como exceção a essa realidade predominante em Santa Catarina. Trata-se da caça às baleias. Como era um comércio rentável, a coroa portuguesa fazia concessão de arrendamento a particulares, cabendo a estes instalar e manter as armações destinadas à pesca dos cetáceos. Nessa atividade, a participação de escravos negros foi mais expressiva (PEDRO et al. 1988, p. 17; MAMIGONIAN; CARDOSO, VH. 2013, p. 21-22).⁴⁸

Referindo-se aos negros e pardos da Freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha nos séculos XIX e XX (1810-1930), o historiador Sérgio Ribeiro da Luz (1994) propõe algumas observações e, partindo destas, uma conclusão:

⁴⁷ Sabe-se que a escravidão de índios e negros no Brasil existiu por mais de 350 anos. Afirma-se que a escravidão de negros no país pode “ser medida e datada: teriam sido introduzidos no Brasil pouco mais de quatro milhões de africanos desde a chegada dos primeiros cativos, em 1531, com a expedição de Martim Afonso de Souza, até a chegada do último navio negreiro de que se tem notícia, em 1856, no porto do Rio de Janeiro” (PEDRO et al. 1988, p. 11; ver também SANTOS, 2004, p. 53-54; FLORENTINO; GÓES, 1997, p. 41-43; FLORENTINO (Org.), 2005; MAMIGONIAN; VIDAL, 2013, entre outros). No início do século XIX, em Santa Catarina, estima-se que, numa população de 30 mil pessoas, havia algo em torno a sete mil escravos negros. A maioria dos escravos trazidos para Santa Catarina era nascida no Brasil. Nesse caso, os escravos negros eram chamados de crioulos (SANTOS, 2004, p. 55-56; ver também CABRAL, 1987, p. 166-168; LIMA, 2013, p. 197-223).

⁴⁸ Para obter mais informações sobre o empreendimento da pesca às baleias no Brasil, no Estado catarinense, e, especialmente, na Ilha de Santa Catarina, ver CABRAL, 1987, p. 80-83; mais recentemente, MAMIGONIAN; CARDOSO, VH. 2013.

Parte integrante do universo populacional de Nossa Senhora da Lapa, a população de origem africana foi trazida pelos brancos para o trabalho compulsório nas pequenas lavouras, nas lidas da pesca da baleia, ou destinadas aos serviços domésticos. Sua presença efetiva na Freguesia remonta aos séculos XVIII e XIX, tratava-se de um movimento migratório ditado pelos interesses econômicos da população branca.

[...]

No século XIX, representavam [crioulos, negros nascidos no Brasil] a maioria da população escrava batizada na Freguesia. A partir da supressão do tráfico, cresceu a importância destes indivíduos que, ao lado dos pardos, constituíam as únicas saídas para a manutenção do trabalho escravo não só aqui como nas demais áreas do país.

[...]

Quanto aos africanos batizados na Freguesia, provinham dos mais variados pontos da África, é o que se pode constatar através das indicações contidas nos registros paroquiais. Esses negros eram discriminados popularmente em diversas nações que muitas vezes poderiam indicar a etnia, o porto de origem ou a região onde se efetuava o tráfico. [...] A frequência dos africanos nos registros de Nossa Senhora da Lapa foi maior no decênio 1810-20... .

[...]

Conclui-se a partir destas observações que os negros africanos introduzidos em Nossa Senhora da Lapa eram, na maioria, pertencentes ao grupo bantu [região de Angola-Congo, seguida pela região de Moçambique], fato que confere com as pesquisas de Piazza sobre as origens dos escravos introduzidos em Santa Catarina no século XIX. (LUZ, 1994, p. 52-57).⁴⁹

Em uma leitura mais recente sobre o “projeto” português para “ocupação” de Santa Catarina, os historiadores Beatriz Gallotti

⁴⁹ Sobre escravos em Santa Catarina, particularmente na Ilha, ver CARDOSO; IANNI, 1960; PIAZZA, 1975; 1999; PEDRO et al. 1988; CARDOSO, P. 2008; MAMIGONIAN; VIDAL, 2013, dentre outros.

Mamigonian e Vitor Hugo Bastos Cardoso (2013) destacam alguns aspectos interessantes quanto à presença de escravos trazidos para a Ilha:

Até as duas últimas décadas do século XVIII, existiam poucos escravos nos núcleos de povoamento de açorianos na Ilha de Santa Catarina e no litoral próximo. A mão de obra cativa apenas complementava o trabalho exercido pelos colonos recém-instalados. A própria Coroa portuguesa, no implemento da colonização açoriana, na década de 1750, reprovava o uso da mão de obra escrava pelos colonos. Oficialmente, o que incomodava era a “ociosidade” dos seus súditos, já observada em outras partes do Brasil onde a escravidão predominava. Mas é provável que a Coroa também receasse a formação de uma elite proprietária com maior capacidade para contestar o seu domínio.

[...]

Ao que parece, à medida que a Ilha de Santa Catarina foi se integrando a esse circuito comercial de gêneros de abastecimento [mercado colonial de alimentos], a população escrava foi se ampliando [final do século XVIII e início do século XIX].

[...]

Um levantamento dos registros de batismo de escravos em Desterro, na Lagoa e no Ribeirão da Ilha na primeira metade do século XIX aponta uma importação de africanos bastante regular entre 1810 e 1829, com picos em alguns anos. Nas três freguesias, o registro de africanos novos diminui drasticamente após a lei de proibição do tráfico de escravos, promulgada no ano de 1831, mesmo que tenha havido alguns africanos batizados até a década de 1840.

[...]

Tomando como base o batismo dos africanos novos que passaram pelas paróquias do Desterro, Lagoa e Ribeirão nas décadas de 1810 e 1820, período em que se registrou o maior fluxo de entrada de africanos na Ilha, é possível saber de que áreas do continente africano eles provinham.

Aproximadamente 69,4% eram da África Centro-Ocidental (Congo, Angola, Benguela); 21,7% eram da África Oriental (Moçambique); e 8,9% da África Ocidental (Costa da Mina). (MAMIGONIAN; CARDOSO, VH. 2013, p. 22-30, grifo dos autores).

Até aqui, ver-se-ia alguma síntese histórica de fatos que, organizados como relatos escritos em obras da historiografia do sul do Brasil, em especial de Santa Catarina e da Ilha, procuram mostrar o que teria marcado essa região e os referidos lugares ao longo dos tempos. No caso, os estudos compreendem os séculos XV aos inícios do XX. Certamente, muitos outros detalhes dos acontecimentos narrados poderiam ter sido escolhidos para o resumo aqui proposto. Ainda porque, dependendo dos autores selecionados, a ênfase em certos eventos e datas varia bastante. De qualquer forma, este é um apanhado que, por um lado, ao remontar a acontecimentos passados, informa também sobre a maneira como as fontes documentam a presença de açorianos na Ilha de Santa Catarina e no distrito do Ribeirão, colhendo delas elementos que, em geral, são privilegiados na composição de informações dos historiadores catarinenses ao referir-se à região em que a minha pesquisa foi desenvolvida.

Por outro lado, ciente de que esta abordagem, por razões óbvias, não pretende introduzir nenhuma novidade historiográfica, espera-se, entretanto, comparar diferentes modos de contar uma história da colonização açoriana vivida no sul do Brasil, observando questões, interesses e contextos, enfim, das escolhas feitas por quem narra os eventos. E, nessa visada, sim, parece importante fazer breves considerações sobre estudos e pesquisas cuja perspectiva crítica – inclusive a um modo tradicional e local de contar as histórias de Santa Catarina e de Florianópolis – inauguraria novos “modelos interpretativos” nas ciências sociais do Estado, especialmente quanto à presença dos negros no sul do Brasil, ao seu significado para a história dessa região brasileira, contada desde os referidos “sujeitos históricos”, e quanto às suas consequências (teóricas e práticas) para as políticas que engendram as transformações na vida e nas relações sociais contemporâneas.

Negros/as no sul do Brasil: alguns estudos, abordagens diversas

A pesquisa sobre as relações entre negros e brancos no Brasil Meridional (e mais especificamente em Florianópolis), de Octávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso (1960), propunha uma análise dos problemas presentes à vida brasileira na primeira metade do século XX, inspirando-se na sociologia crítica de estudiosos como Florestan Fernandes, Roger Bastide, Costa Pinto, dentre outros intelectuais que buscavam consolidar o campo das ciências sociais no país, comprometendo-se também “[...] com os esforços para o entendimento das dificuldades para o estabelecimento de uma dominação legítima, racionalizada e burocrática” no Brasil (CARDOSO, P. 2000, p. 16). Nesse sentido, a investigação dos referidos autores traria certo ineditismo metodológico e uma contribuição teórica inaugural, especialmente em Santa Catarina, quanto à pesquisa sobre relações “raciais” no Brasil, discutindo o “mito da democracia racial”, denunciando as diversas formas de racismo e de exclusão dos “afrodescendentes” no país, e apontando as suas estratégias de superação daquilo que os marginalizava socialmente (CARDOSO, P. 2000, p. 17). Em que pese o fato de propor um enfrentamento (metodologicamente inovador) das questões étnicas e raciais no Estado catarinense, movido pelo “ideal brasileiro de uma democracia social [...]” (FERNANDES, 2000 [1959], p. 25), o citado trabalho estaria aderindo acriticamente “a alguns marcos interpretativos da historiografia local tradicional”, contribuindo, assim, “para a invisibilidade histórica das populações de origem africana em Santa Catarina” (CARDOSO, P. 2000, p. 21).⁵⁰

Efetivamente, esta denúncia da “invisibilidade”⁵¹ dos negros no Estado tem marcado muitas gerações de pesquisadoras/es das ciências

⁵⁰ Para um exame mais detalhado acerca das inovações e dos pontos problemáticos do estudo de Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni (1960), ver Paulino de Jesus Cardoso (2000, p. 15-22). Consultar também o prefácio à obra dos autores, que foi escrito por Florestan Fernandes (2000, p. 23-35) à época.

⁵¹ É conveniente anotar, aqui, seguindo Ilka Boaventura Leite (1996, p. 41, grifos da autora), que o termo invisibilidade foi utilizado “[...] pela primeira vez na literatura ficcional americana por Ellison (1990) para descrever o mecanismo de manifestação do racismo nos Estados Unidos, sobretudo na entrada dos ex-escravos e seus descendentes no mercado de trabalho assalariado e as relações sociais decorrentes da sua nova condição e *status*. Ellison procura demonstrar que o mecanismo da invisibilidade se processa pela produção de um certo olhar

sociais interessadas/os em elaborar novas maneiras de interpretação da história desses sujeitos em Santa Catarina. A antropóloga Ilka Boaventura Leite (1996) coordena um debate iniciado pelo NUER/UFSC (Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas) desde 1986, colocando no centro das discussões os “descendentes de africanos” como tema de pesquisa. Ao propor uma cooperação entre estudiosos do sul do Brasil e estimular uma reflexão interdisciplinar, a iniciativa do NUER corrobora uma tendência mais recente de se questionar a chamada “ideologia do branqueamento”, bem como as “práticas de discriminação cotidianas” que são seu corolário. Nesse sentido, a antropóloga critica diversos estudos – como o de Fernando H. Cardoso e Octávio Ianni (1960) e os de diversos historiadores locais⁵² – que, por um lado, afirmariam a inexpressividade numérica dos negros partindo da história colonial nessa região, e explicando tal insignificância pelo sistema escravagista de reduzida proporção no sul do país. Além disso, segundo a autora, o seu pressuposto teórico-metodológico basear-se-ia na concepção de que o presente se explica tão somente pelo passado, assim como o particular pelo geral etc. Por outro lado, argumentos como o dos citados autores estariam ainda fundamentados na ideia de existirem “relações mais democráticas e igualitárias” em alguns “tipos de atividade” e em “algumas áreas”. E conclui a pesquisadora: “A invisibilidade do negro é um dos suportes da ideologia do branqueamento... [...] A invisibilidade pode ocorrer no âmbito individual, coletivo, nas ações institucionais, oficiais e nos textos científicos” (LEITE et al. 1996, p. 40-41).

Essa perspectiva crítica mais recente transformaria o modo de contar a história (e a vida) dos/as negros/as em Santa Catarina, e particularmente em Florianópolis, tentando inclusive contribuir para a superação das práticas, dos discursos, das ideias, enfim, dos expedientes políticos e sociais utilizados para discriminar esses “sujeitos” e invisibilizá-los. Em contrapartida, compreende-se “o território negro” como “o elemento de visibilidade [da população negra no sul do Brasil] a ser resgatado”. Assim, a territorialidade permitiria analisar as relações sociais e simbólicas, e desvelar as diferentes formas de segregação social (LEITE et al. 1996, p. 49-50; PEDRO et al. 1988; HARTUNG,

que nega a sua existência como forma de resolver a impossibilidade de bani-lo totalmente da sociedade. Ou seja, não é que o negro não seja visto, mas sim que *ele é visto como não existente*”.

⁵² Para conhecer mais detalhes da crítica feita pela pesquisadora a diversos estudos das ciências sociais quanto ao “silêncio” sobre a presença dos negros em Santa Catarina, ver LEITE, 1996, p. 43-49.

1996; MACHADO, 1999; CARDOSO, P. 2008, dentre tantos outros). Ultimamente, surge uma nova proposta no campo da história social que se dispõe a ir além da denúncia da invisibilidade dos negros – “africanos e seus descendentes” – no passado (e no presente), e da “demonstração” de sua presença na cidade em tempos idos, postulando que é preciso “formar outra imagem da história da cidade”, buscar uma “história diversa”, vale dizer, em distintos e “[...] todos os sentidos que a palavra possui: diversa porque diferente da história contada até agora; diversa porque múltipla e porque expõe a diversidade; diversa porque está mudada; e ainda, diversa porque é discordante” (MAMIGONIAN; VIDAL, 2013, p. 11).

No caso, um conjunto crescente de novas pesquisas⁵³ se ocupa de examinar, em documentos de arquivos diversos, as experiências de “africanos e afrodescendentes” superando o que seria uma preferência pelas narrativas de vitimização dos sujeitos e/ou de “contribuição de um grupo étnico” a uma cultura local (florianopolitana ou catarinense). Agora, procura-se pelos protagonistas de uma história que conta o enredo do “Atlântico Negro”, ou seja, “[...] uma história partilhada por habitantes da Europa, das Américas e da África, que enfatiza o protagonismo dos africanos e seus descendentes na formação do Novo Mundo” (MAMIGONIAN; VIDAL, 2013, p. 12).⁵⁴

⁵³ Além do livro organizado pelas historiadoras Beatriz Gallotti Mamigonian e Joseane Zimmermann Vidal (2013), que reúne 12 artigos de pesquisadores alinhados com a referida perspectiva, há outras publicações de alguns desses historiadores/as e outros mais, às quais é possível acessar pela internet: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti, 2004; 2010; ZIMMERMANN, Fernanda; MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti, 2004; ANTÔNIO, Jean Carlos, 2006; RABELATTO, Martha, 2006; SCHWEITZER, Maria Helena Rosa, 2009; LIMA, Henrique Espada, 2009; ESPÍNDOLA, Ariana Moreira, 2010; 2013; CARDOSO, Vitor Hugo Bastos, 2010; POPINIGIS, 2012, entre outros.

⁵⁴ Essa perspectiva considera o esforço de superar certa essencialização da cultura e das identidades étnicas, e/ou certo viés atemporal das práticas culturais dos indivíduos investigados e visibilizados na história, preocupando-se com os “processos, embates cotidianos e jogos de poder que envolveram sujeitos de diversas origens e culturas [...]” (MAMIGONIAN; VIDAL, 2013, p. 12-13). Não obstante o mérito crítico de tal abordagem, ao evocar “a história da experiência africana” situando Santa Catarina no “Atlântico Negro”, i.e., relendo as ações de “africanos e afrodescendentes sob a escravidão [...]”, tal abordagem ainda parece repousar em uma concepção de identidade étnica, por exemplo, dada desde fora por categorias construídas à revelia dos sujeitos que a elas são referidos. Ou, ainda, caberia perguntar a propósito deste “objeto histórico”, seguindo Marshall Sahlins (2003), se ele não seria mais bem explicado como etnohistória. Na Freguesia do Ribeirão, diga-se de passagem, as pessoas não se reconhecem como “afrodescendentes”, como fica claro ao longo da tese.

Para ribeironense ver: uma narrativa de escravos na Ilha

De fato, tudo isso aqui exposto corresponde a modos de narrar (e interpretar) que contrastam com a maneira de contar dos “ribeironenses” lembrando diversos eventos da/na Freguesia do Ribeirão como sendo a sua “história”. Assunto interessante, neste capítulo, para uma reflexão antropológica. A propósito, por ora, gostaria de finalizar esta seção com o depoimento do senhor Batuel Apolônio da Cunha Júnior, cujo nome foi a mim indicado por alguns moradores/as da vila-sede, dizendo-me que ele “sabia” contar histórias de escravos. O “seu Batuel” (hoje falecido) nasceu no Rio Tavares (localidade vizinha ao Distrito de Ribeirão da Ilha) em 26 de outubro de 1918, havia completado 89 anos quando da nossa conversa na casa da nora (Virgínia, esta nascida na Freguesia). “Pai do Cláudio da Virgínia”, como dizem os da vila-sede, ele falava sobre a presença de escravos no sul da Ilha, tomando como relato o que tinha ouvido particularmente do seu “papai”. Batuel Apolônio, nessa ocasião, afirmou ainda que “sempre” vinha à Freguesia, onde seus parentes haviam herdado terra no passado, e onde também conheceu o “avô” do seu Agenor (Silva), do seu Manoel (Fraga) e do seu Osmarino (Vieira).⁵⁵ Dentre outras coisas, ele recordava:

O meu bisavô era africano. Ele veio da África, foi vendido na Bahia como escravo, né? Naquele tempo, eles compravam os negos lá fora pra população do Brasil, né, pra aumentar a população. Então, ele era africano. Depois, ele chegou no Brasil, foi vendido pra Bahia. Depois, eles pegavam aquelas bugras do mato, né, pra acasalar com os negos que vinham de lá, que eles compravam, que era pra aumentar a população. Então, ele foi acasalado com uma bugra. E dessa bugra, então, nasceu o meu avô, Manoel Caetano da Cunha. Então, depois, ele [o avô] foi vendido para a guerra, né, do Paraguai – o Paraguai, quando brigou com o Brasil, perdeu, parece, 86 mil soldados, e o Brasil perdeu 85 ou 84 [mil]. Então, eu sei que... Depois, quando terminou a guerra, aí [o avô] foi liberto, não era mais escravo, não era mais escravo. Então, depois, ele trouxe de

⁵⁵ Nomes e sobrenomes das famílias locais aqui analisadas aparecem como um dos pontos de reflexão do quarto capítulo da tese.

lá uma paraguaia... . [E referindo-se a outro parente seu] Esse já era tio... irmão do papai, parece, ele era filho da paraguaia. E depois, então, o meu avô casou-se com a minha avó Justina. A minha avó acabou de criar ele [o tio]. Depois, ele formou-se músico, tal... Então, eu sei que ele foi para o Rio [de Janeiro] em 1915, no ano que o papai se casou. E depois nunca mais voltou aqui. [...] Foi tocar no Corpo de Bombeiros do Rio, ele era músico de primeira classe. Então, do Rio, em 1917, ele escreveu duas cartas para o papai. [...] O nome dele: Joaquim do Nascimento Cunha. (Batuel Apolônio da Cunha Júnior, informação verbal em 18 de dezembro de 2007).⁵⁶

1.4 Memória seletiva: como é o ser “ribeironense” na Freguesia?

Das coisas lembradas pela gente da vila-sede

Quando, hoje, alguém narra fatos sobre sua existência na Freguesia do Ribeirão, escolhe para contar coisas que marcam uma experiência de vida na localidade ao longo dos anos, e, ao mesmo tempo, acredita estar falando do lugar, dizendo algo sobre como é este, ou, pelo menos, apontando nesse sentido. Memória e história, nessa perspectiva, não surgem como um par de oposições,⁵⁷ ou melhor, elas fazem parte de uma mesma dinâmica de elaboração simbólica daquele/a que conta. Lembrança e herança (do passado, das tradições, das famílias

⁵⁶ Embora seu Batuel não fosse da Freguesia, algumas pessoas da vila-sede, de certa forma, se mobilizaram (por conversas e comentários entre si) no sentido de incentivar a vinda dele à comunidade em 2007, para que eu o ouvisse. Alguém (no caso, o referido senhor) “saberia” me contar sobre escravos, afinal, como disse um morador: “Aqui no Ribeirão [Freguesia] é o único lugar que não se ouve falar de escravos”. De fato, hoje, moradores de mais idade (entre 60 e 80 anos) das famílias aqui examinadas, quando muito, sabem dizer que os avós ou bisavós falavam no assunto referindo-se a antepassados seus, porém não se trata de um relato corrente como este do seu Batuel Apolônio, acima transcrito. Voltarei ao tema em ocasião conveniente neste estudo.

⁵⁷ Em seu artigo *Entre memória e história: a problemática dos lugares*, Pierre Nora (1993) afirma que ambas, memória e história, estão “longe de serem sinônimos”, opondo-se uma à outra: “A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado” (NORA, 1993, p. 9).

locais etc.) aparecem relacionadas por um mesmo registro: o de quem é “do Ribeirão”,⁵⁸ e “sabe” contar porque viu, e aí vive e viveu o que narra, e, como “viu”, diz “a verdade”. A história é isso. E a memória também. Essa compreensão que parece óbvia – as pessoas falam sobre aquilo que sua memória alcança no tempo e no espaço⁵⁹ –, no entanto, indica que importa aos/às moradores/as do Ribeirão uma história aí vivida, desde a qual se torna possível uma relação de intimidade ou mesmo identificação com o lugar. Assim, ao falar de si, alguém fala da Freguesia do Ribeirão, e vice-versa. Os moradores da sede distrital parecem mais interessados em narrar os eventos que atualizam essa relação com a “comunidade”, algo que eles reconhecem como “desde sempre”. Ivonira Julieta da Silva, nascida na Freguesia do Ribeirão, hoje com 73 anos de idade, lembra que a vida da sua família foi de muito trabalho e muita pobreza. Recorda que o pai trabalhava na “Aviação”, segundo a moradora, antigo nome da Base Aérea, fazendo “serviços diversos, de tudo um pouco”. Quanto à sua mãe:

Uma luta... [a mãe sempre trabalhou] nas casas de gente que tinha dinheiro, né, porque nós não tínhamos nada. Então, a minha mãe apanhava café, lavava roupa... A renda [de bilro] nós deixávamos pra fazer à noite, nós não fazíamos renda à tarde [a moradora aprendeu a fazer renda com a sua mãe “desde sete anos de idade”]. A gente foi criada assim, né, a vida do pessoal do Ribeirão foi tudo assim, né? (Ivonira Julieta da Silva, informação verbal em 24 de setembro de 2012).

Mas é preciso notar que, se “a vida do pessoal do Ribeirão” foi “tudo” assim, tal como afirma a referida moradora, os “pontos de referência que estruturam” (POLLAK, 1989) a memória (coletiva) da “comunidade” local, muitas vezes, não são exatamente os mesmos

⁵⁸ Sobre as diversas referências feitas pelos moradores ao nome do distrito e, particularmente, ao da sua vila-sede, ver segundo capítulo da tese.

⁵⁹ Falando sobre o tema da “perda da identidade” [açoriana] na tese de doutorado de Sérgio Luiz Ferreira – um nativo de Santo Antônio de Lisboa –, o professor Nereu lembrava: “[...] Ele aborda, justamente, procurando identificar a perda da ligação. [...] O tempo foi quase 250 anos, agora que nós estamos conversando sobre isso. Ora, quem é que se lembra de 250 anos atrás, de seus antepassados? Poucas pessoas. Especialmente as pessoas que não se dedicavam a estudo, não tinham documentos escritos, não tinham registros ou qualquer fonte referencial, perdem totalmente [a ligação com os antepassados]. [...]” (Nereu do Vale Pereira, informação verbal em 31 de julho de 2012).

acionados pelas pessoas (individualmente) quando estas partem da sua história de família, por exemplo, no lugar.⁶⁰ Mais problemático ainda se torna esse exercício de relembrar fatos e eventos da vida local como uma “história de açorianos” dependendo de quem a conta, ou melhor, quando e se a conta. Talvez por isso alguma gente da vila-sede tenha resistido tanto – como foi o caso da Ivonira – a “dar entrevista”, embora eu tenha explicado a ela (e aos demais) que se trataria tão somente de uma conversa informal. Alguns até diziam de antemão que “não sabiam de nada”. Não obstante as complexas questões que envolvem o esforço de uma pessoa, dentre tantas outras reunidas como coletividade, para apontar acontecimentos importantes (pra quem? pra quê?) na vida “do Ribeirão” – sejam narrações sobre açorianos ou famílias locais –, quando indagados sobre alguma história da Freguesia no passado, as referências imediatamente acionadas são aquelas que vinculam pessoas e famílias como sendo do lugar e pelos laços de parentesco na sede distrital, como supramencionado. De todo modo, na esteira de Michael Pollak (1989), poder-se-ia salientar:

[...] não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas [Durkheim], mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade. Aplicada à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar portanto pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias. Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “memória oficial”, no caso a memória nacional. [...] O que está em jogo na memória é também o sentido da

⁶⁰ Seguindo Michael Pollak (1989, p. 9), no caso, entendo a memória como uma “operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar”, a qual “se integra em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc.” Sobre tal operação, o autor ressalta que o passado serve como referência para a coesão de grupos e instituições assim constituídos como sociedade, definindo “seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irredutíveis” (ver também POLLAK, 1992; SÁ, 2005).

identidade individual e do grupo. (POLLAK, 1989, p. 4-10, grifo do autor).⁶¹

A “experiência” (vívida) na Freguesia do Ribeirão hoje

Agora, na Freguesia, a ligação que permanece viva é, pois, esta que os situa hoje na localidade como um/a nativo/a do Ribeirão: o ser da Freguesia do Ribeirão é o que faz a diferença para quem conta uma história. Não é sem razão que a dona Anita tenha iniciado uma conversa dizendo: “Eu sou moradora do Ribeirão, nasci aqui e aqui me criei...”, como foi mencionado acima. Certa vez, outra moradora, conversando comigo à presença de seu marido, quando este tentava entrar na nossa conversa, ela logo dizia: “Ele [o marido] não sabe de nada, ele não está sabendo de nada, porque eu que sei contar, porque ele está aqui há poucos anos... Faz 28 anos que ele está aqui. Eu sei contar tudo, a verdade, né?” Foi igualmente nessa perspectiva que as falas do seu Agenor e do seu Alécio, acima citadas, mostravam as histórias vividas dos moradores no lugar. E, ao fazê-lo, diziam algo sobre a própria Freguesia do Ribeirão. Ora, a autoridade de relatar fatos sobre um passado e um presente na Freguesia é dada por esta relação nativa com a localidade. E mais: aí, coisas (o lugar, a natureza, o mar etc.) e pessoas (a “comunidade”) misturam-se, como se fossem feitas de uma mesma substância. Quando o filho mais velho da dona Anita me viu retornando à Freguesia nos momentos iniciais da minha pesquisa na sede distrital, não hesitou em perguntar: “Bebesse água do Ribeirão?” Este tema da água (beber água do Ribeirão), tão interessante à minha tese, será retomado mais adiante.

⁶¹ De acordo com Jacques Le Goff (2003, p. 466): “A memória coletiva sofreu grandes transformações com a constituição das ciências sociais e desempenha um papel importante na interdisciplinaridade que tende a instalar-se entre elas” (numa abordagem histórica, ver o ensaio do autor sobre o conceito de memória nas ciências humanas, destacadamente na história e na antropologia: LE GOFF, 2003, 419-476). De fato, as discussões e os debates contemporâneos em torno do assunto memória são interessantes e têm muitas facetas, como mostra, por exemplo, Michael Pollak (1989, p. 3-15) ao refletir sobre “memória, esquecimento, silêncio” (ver também POLLAK, 1992; SÁ, 2005, entre outros). Aqui, não vou aprofundar as questões acerca dessa discussão atual, por entender que isso exigiria outro plano de trabalho (por exemplo, CAVIGNAC; VALENÇA, 2005) que extrapola o propósito do meu estudo, tal como procuro conduzi-lo. É, porém, oportuno lembrar que o tema da memória é interessante à perspectiva adotada nesta tese, e que ele vai encontrar no quarto capítulo desta alguns pontos fundamentais da descrição etnográfica, que permitem refletir sobre a memória para as/nas relações de parentesco locais.

Por outro lado, os eventos passados de uma história escrita (datada) que lembraria a colonização açoriana no Ribeirão – tal como foi descrita antes, história acionada algumas vezes, pelos moradores, para caracterizar o tipo tradicional da comunidade ou a sua longa existência – não são nem mais e nem menos que suas próprias histórias, eles (os eventos passados) seriam uma história diferente daquela narrada pelas pessoas hoje. Em todo caso, uma história de açorianos no Ribeirão da Ilha, em particular, na Freguesia (a sede distrital) não é, em geral, contada. Isso pode ter a ver com o fato de que as pessoas esquecem mesmo acontecimentos longínquos e não documentados e/ou escritos. Mas, no caso da Freguesia, parece relacionado ainda mais àquilo (o contexto) que se escolhe para contar, ou com as coisas que realmente importam aos moradores, i.e., a experiência vivida na Freguesia do Ribeirão atualmente, e àquilo que se é agora na perspectiva das famílias locais e de seus antepassados recentes (duas ou três gerações). À pergunta como e por que se escolhe na vila-sede (?), é possível assinalar algumas formas narrativas recorrentes das pessoas do lugar (ou sua indicação de moradores com quem se poderia falar para obter uma “história do Ribeirão”) quanto ao que Michael Pollak (1989, p. 9-12) chama de “enquadramento da memória”,⁶² cujas funções mais importantes seriam a coesão interna de um grupo e a defesa do que este tem em comum. Ou seja, “o trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história” (POLLAK, 1989, p. 9). E a história (e memória) a que acessam os moradores da vila-sede tem a ver, muito mais, com o modo como as famílias se organizam enquanto “comunidade”.

⁶² Efetivamente, o debate proposto por Pollak tem, por assim dizer, uma maior proporção, revelando também a complexidade do fenômeno da memória pelas diversas questões que estariam em jogo nesse caso, como o que se depreenderia, seguindo o autor, das pesquisas históricas “atuais” quanto ao tema das disputas pela memória, por exemplo, em que seria preciso balizar as funções e os significados de aspectos como os “silêncios”, os “não-ditos”, os “esquecimentos”, enfim, “a memória em disputa” que mostra os conflitos e as concorrências pela mesma. Nessa perspectiva, a propósito de “um quadro de referências e de pontos de referência” (que estruturam a memória), o autor afirma: “É portanto absolutamente adequado falar, como faz Henry Rousso, em memória enquadrada, um termo mais específico do que memória coletiva. [...] Nas lembranças mais próximas, aquelas de que guardamos recordações pessoais, os pontos de referência geralmente apresentados nas discussões são, como mostrou Dominique Veillon, de ordem sensorial: o barulho, os cheiros, as cores” (POLLAK, 1989, p. 9-11). Ora, observadas as devidas implicações às quais o referido pesquisador procura chegar com diversos exemplos sobre “memórias coletivas” (nacionais), parece interessante pensar que, por meio da história oral, por exemplo, um estudo das “memórias individuais” poderia mostrar “as tensões e contradições” presentes entre uma “imagem oficial do passado” e as lembranças pessoais de alguém nesse caso.

No caso, por exemplo, indicar os nomes do seu Agenor, do seu Alécio e da dona Anita como pessoas “que sabem contar tudo” sobre “o Ribeirão” significa reconhecer que “a verdade” (ou outra verdade) existe segundo critérios que se alinham à maneira como as famílias do lugar concebem as suas relações e nelas se identificam como comunidade.⁶³ Melhor dizendo, uma identificação que é feita não por meio de uma origem açoriana – ainda que esta não seja totalmente negada, ou, seja eventualmente lembrada –, mas, sim, por meio da relação com o lugar – o Ribeirão –, com as famílias aí constituídas e com tudo o mais que isso signifique na Freguesia do Ribeirão hoje, inclusive as “disputas” (POLLAK, 1989) pelas memórias. Enfim, contar “a verdade” desde um ponto de vista de alguém que tem por referência a história vivida (e narrada) das famílias, muitas vezes, implica em lembrar o que não foi dito e/ou esquecer o que terá sido dito (e escrito) até então. Nesse sentido, porque é “ribeironense”, aquele/a que narra não se confunde com o ser açoriano. Ao indicar o nome do seu Alécio, para este falar sobre o Ribeirão, o amigo Agenor dizia: “Ele tem tudo isso [as coisas do Ribeirão] escrito”. E quando eu também busquei uma referência mencionando o “livro do professor Nereu”, assim recomendado por vários moradores, seu Agenor logo explicava:

O Alécio tem muita coisa escrita aqui da comunidade. Ele sabe, ele é inteligente... [...] O Nereu mora aqui no Ribeirão da Ilha, ele sabe um monte de coisa, porque contaram pra ele, ele escreveu. Mas o Nereu não foi ribeironense, o Nereu foi da cidade, não foi ribeironense. Ribeironense foi, sim, a comadre Nilza, ribeironense, que está com 88 anos; o seu Alécio, que está com 79 anos, é ribeironense; eu sou ribeironense, nasci aqui no Ribeirão. Quem nasceu aqui é que sabe de algumas coisas, tá? (Agenor Firmino da Silva, informação verbal em 11 de novembro de 2007).

Se o clima de açorianidade na Freguesia do Ribeirão aparece em certas situações para caracterizar este como um lugar antigo, histórico e

⁶³ Não é menos importante a advertência de Michael Pollak (1989) quanto a um “trabalho” que seria feito para enquadrar a memória: “Se o controle da memória se estende aqui à escolha de testemunhas autorizadas, ele é efetuado nas organizações mais formais pelo acesso dos pesquisadores aos arquivos e pelo emprego de ‘historiadores da casa’” (POLLAK, 1989, p. 10, grifo do autor).

de tradição, pelas histórias em prosa narradas por moradores/as nativos/as destacam-se uma “comunidade” ribeironense, pessoas ribeironenses e famílias “do Ribeirão”. Essa especificidade local – o ser ribeironense –, aqui, é compreendida na perspectiva dos moradores da Freguesia, pelo modo como estes contam suas histórias hoje. Uma compreensão que se espera ver no desenvolvimento deste e dos demais capítulos da tese. Mas, e a história de ontem? Ou melhor, como a açorianidade⁶⁴ entra na história escrita mais recente do Distrito de Ribeirão da Ilha? Acima, viu-se o registro documental de diferentes estudiosos sobre a presença de açorianos na Ilha de Santa Catarina no século XVIII. Agora, há um contexto histórico que ajuda a entender o que a historiadora Maria Bernadete Ramos Flores (1997) chama de “a seleção das tradições” para explicar “a invenção da açorianidade” em Santa Catarina, assunto que mostra, em particular, a dimensão política das escolhas feitas por historiadores catarinenses e outros intelectuais ao promoverem – como História – uma herança açoriana no sul do Brasil.

Contornos da memória e da história açoriana em Santa Catarina

Havia 200 anos que açorianos e madeirenses tinham sido trazidos para Santa Catarina, no âmbito de um empreendimento colonizador planejado da coroa portuguesa. Era, então, o ano de 1948. Em Santa Catarina, houve ampla comemoração desta data: o bicentenário da colonização açoriana no Estado. A programação dos eventos comemorativos girava em torno do *Primeiro Congresso de História Catarinense*. Ou melhor, ela correspondia a duas partes: 1) festas comemorativas, realizadas em fevereiro daquele ano; 2) e o próprio congresso de história, que aconteceu em outubro do referido ano. As comemorações mobilizaram muitas pessoas, entre autoridades civis, militares e religiosas, políticos e intelectuais, bem como o povo em geral. Todos eram convidados a prestigiar as mais diversas solenidades

⁶⁴ Segundo Eugênio Pascele Lacerda (2003), o termo açorianidade tem sua origem na década de 1930, quando o escritor português Vitorino Nemézio procurava traduzir, à época, “um esforço sistemático e permanente de intelectuais e organizações políticas açorianas para fixar, no imaginário nacional português, um espaço da diferença constitutivo da identidade cultural das populações do Arquipélago” (LACERDA, 2003, p. 10-11). O autor afirma, ainda, que esta “categoria de apelo identitário” teria sido incorporada por diferentes esferas globais e locais ao longo do século XX, aproximando, intercambiando e valorizando a cultura açoriana em várias partes do mundo, como um “mote unificador” entre os Açores, as comunidades de emigrantes e seus descendentes.

– com músicas, discursos, hino nacional português, pedra fundamental do monumento ao Segundo Centenário, exposição das sobrevivências culturais etc. –, tornando a data de chegada de açorianos e madeirenses ao sul do Brasil um marco histórico merecedor de honras e aplausos:

Assim, cada detalhe da faina colonizadora era enfatizado: o árduo trabalho da agricultura; o desenvolvimento de artes e ofícios, como a cerâmica, o engenho de farinha de mandioca, o tecido feito em tear doméstico, a renda de bilro etc.; a dedicação à pesca de subsistência ou à pesca da baleia em alto-mar; a defesa militar; o trabalho recrutado para as obras públicas; a sedimentação da língua, da cultura, da religião, das instituições de origem portuguesa. Diziam que os açorianos construíram um pedaço de Brasil no sul do continente americano. (FLORES, 2000, p. 71-72).

Parte fundamental desse ano célebre, o primeiro congresso de história em Santa Catarina tinha por objetivo afirmar a importância dos açorianos na colonização de Santa Catarina, enaltecendo, junto com as demais formas de celebração (acima lembradas), a presença luso-açoriana no Brasil, procurando mostrar para todo o país a brasilidade do Estado catarinense (FLORES, 1997, p. 114-115).⁶⁵ Houve, portanto, um esforço conjunto no sentido de despertar para uma açorianidade que estaria nas origens da gente de Santa Catarina, cujos sinais se fariam presentes também na vida diária do povo catarinense: “Com nova roupagem, várias práticas do passado de 200 anos sobreviviam como tradição e como atividade cotidiana” (FLORES, 2000, p. 73). A historiadora interpreta as comemorações do bicentenário como “um fenômeno de criação de memória”, em que “um grupo de investigadores empenhara-se para tirar do esquecimento a história do povoamento açoriano” (FLORES, 2000, p. 73-74). De fato, esta seria uma efetiva

⁶⁵ Maria Bernadete Ramos Flores refere-se a várias personalidades (intelectuais e políticos) participantes desse congresso comemorativo, cujas reflexões firmavam valores positivos da colonização açoriana em Santa Catarina. Além das figuras catarinenses, a historiadora cita Manuel de Paiva Boléo, professor da Universidade de Coimbra, que esteve presente ao evento, e, ao retornar a Portugal, publicou um relatório sobre o mesmo. Quanto ao congresso, lembrava o intelectual português: “[...] constituiu uma necessidade no Estado de Santa Catarina, onde a cultura luso-brasileira perigosamente enfrentou a cultura alemã. A finalidade suprema, embora não expressa, era a de mostrar para os outros Estados da União a brasilidade de Santa Catarina” (BOLÉO, 1950 apud FLORES, 1997, p. 115).

institucionalização da açorianidade que estaria na constituição da sociedade catarinense e florianopolitana.⁶⁶ Assim, os açorianos do século XVIII seriam: “[...] o principal e o mais expressivo contingente humano que construiu a base da gente ‘*barriga-verde*’” (PEREIRA, N. 2003, p. 11-12, grifos do autor).

É preciso lembrar, aqui, que o estado de Santa Catarina é descrito por muitos autores, sobretudo depois do primeiro congresso de história catarinense (1948), supracitado, como “um mosaico étnico-cultural” (SANTOS, 2004, p. 7), cujos núcleos de povoamento teriam sido formados por imigrantes de diversas partes do mundo, notadamente da Europa. Assim, “índios, portugueses continentais, vicentinos, espanhóis, portugueses dos Açores e Madeira, negros, alemães, italianos, belgas, austríacos, sírios, libaneses [...]”, dentre outros, comporiam este “mosaico cultural” no Estado (PEREIRA, N. 2003, p. 15-16).⁶⁷ Grosso modo, é possível situar a pluralidade da cultura e geografia catarinense descrevendo as diversas composições étnico-geográficas em Santa Catarina ao longo dos tempos (em particular entre o século XVI e o início do século XX). Assim, de acordo com a historiadora Maria Bernadete Ramos Flores (2000), no litoral, predominam habitantes de “origem portuguesa”; nos vales do Estado, mais especificamente em Itajaí, Itapocu e Tubarão, os habitantes são de origem alemã e italiana; já na região serrana, no planalto e no oeste catarinense os habitantes são de origem tupi-guarani, e oriundos também “dos primeiros povoadores, tropeiros e ervateiros, a antiga população cabocla como foi uma vez

⁶⁶ O primeiro congresso de história em Santa Catarina (meados do século XX) marcaria também a arrancada para uma série de iniciativas (projetos, ações e programas) cujos articuladores se empenharam na preservação das tradições luso-açorianas no Estado, incluindo igualmente reflexões sobre o tema da identidade cultural. Nessa perspectiva, consolidar-se-ia, nos anos de 1960-70, uma nova visão acerca da formação sociocultural do Estado catarinense, valorizando particularmente a cultura açoriana que estaria aí presente. Dentre pessoas e instituições envolvidas com essa proposta, nessa época e mais recentemente, são lembrados: historiadores como Nereu do Vale Pereira e Valmir Martins; a antropóloga Anamaria Beck; figuras como Franklin Cascaes e Gelsy Coelho (o chamado “Peninha”, do museu da UFSC); a Fundação Franklin Cascaes (FFC); a Fundação Catarinense de Cultura (FCC); o Núcleo de Estudos Açorianos (NEA/UFSC 1990), entre outras referências (FANTIN, 2000, p. 169; ver também PEREIRA, N. 2003, p. 25).

⁶⁷ Os chamados novos tempos no Estado (décadas de 1960-70) – quando Santa Catarina passou a ser vista como uma região do país constituída por “uma multiplicidade de culturas étnicas” – teriam trazido consigo fortes debates sobre uma identidade catarinense. Nereu do Vale Pereira (2003) atribui a si a criação do termo “mosaico cultural” para definir o contributo étnico formador do povo catarinense: “É uma nova realidade, não mais de ‘Ilhas Culturais’ [...] um todo culturalmente composto por diversas características etnográficas, isto é, um **mosaico cultural**, qualificação que criamos e divulgamos no início dos anos 70 do século XX” (PEREIRA, N. 2003, p. 15, grifos do autor).

nomeada”. Acrescente-se que esta última região recebeu, no final do século XIX e início do XX, “filhos e netos de imigrantes europeus que migraram para o oeste de Santa Catarina”, período em que a escassez de terras agricultáveis no estado do Rio Grande do Sul impelia “descendentes dos antigos colonizadores alemães e italianos” a buscar as terras catarinenses (FLORES, 2000, p. 75). Quanto ao que Nereu do Vale Pereira (2003) chama de “subárea” de imigração “ítilo-germânica” (regiões sul e norte do Estado), ela seria marcada pela implantação da “grande revolução industrial” trazida a Santa Catarina no século XIX especialmente pelos colonos alemães e italianos, embora estes tivessem “resistido” a uma aproximação com os habitantes do litoral (“açorianos”).⁶⁸ De acordo com a descrição do autor, apenas depois da Segunda Guerra, alemães e italianos vão se integrar “fortemente à gente catarinense e a enriqueceram sobremaneira com sua índole industrialista” (PEREIRA, N. 2003, p. 16-17).⁶⁹

Voltando ao assunto do primeiro congresso de história no Estado, a iniciativa do referido grupo de estudiosos envolvidos com o evento visava, por um lado, tornar positiva a figura dos catarinenses do litoral, atribuindo-lhes especial valor frente a certo juízo pejorativo que, então, pairava sobre eles, procurando assim superar a ideia de uma suposta superioridade cultural dos imigrantes alemães e italianos que, radicados em outras áreas de colonização do Estado,⁷⁰ emergiam como colonos da prosperidade e do progresso: “[...] havia uma forte preocupação em definir o assentamento do açoriano na região litorânea como uma empresa colonizadora, que serviu a fins nobres [...] à construção da

⁶⁸ Para uma análise crítica sobre a implantação do regime republicano (Primeira República) em Santa Catarina, remeto o leitor ao estudo de Roselane Neckel (2003), intitulado *A república em Santa Catarina: modernidade e exclusão (1889-1920)*.

⁶⁹ Esta espécie de reconhecimento ufanista sobre a presença de imigrantes europeus em Santa Catarina, entretanto, tem seu contraponto nas histórias relatadas por muitos dos que vieram para o Brasil, ou que nasceram das famílias de imigrantes constituídas no país, como se depreende do livro intitulado *Imigrantes: sua história, costumes, tradições*, de Quinto Davide Baldessar (2007), a propósito da imigração italiana no sul do Estado no final do século XIX. Afirmando sentir-se “privilegiado” por poder tratar o tema da imigração “de dentro para fora e não de fora para dentro”, o autor observa: “A história dos Imigrantes patrocinados pelo Governo [Imperial] é longa, é dramática, é diversificada, é cheia de sofrimentos e trabalho escravo da parte de quem se arriscava a deixar a sua terra natal no além-mar e aventurar-se ao desconhecido” (BALDESSAR, 2007, p. 9-15).

⁷⁰ Por ocasião das comemorações do segundo centenário da colonização açoriana, na cidade de Florianópolis (1948), voltava-se a atenção, em especial, para regiões catarinenses e do sul do Brasil colonizadas por alemães, que eram vistas como prósperas, economicamente avançadas, culturalmente coesas e isoladas das demais regiões do país. Por exemplo, Blumenau, Joinville e Brusque correspondiam a áreas de agricultura e indústria bem desenvolvidas no Estado (FLORES, 2000, p. 75-76; PEREIRA, N. 2003, p. 16).

brasilidade nesta região” (FLORES, 1997, p. 117). Era preciso, pois, valorizar o litoral catarinense mostrando a sua origem portuguesa e açoriana, como no restante do Brasil, para evitar um presumido isolamento cultural das regiões brasileiras colonizadas por alemães. O governo brasileiro já havia estimulado (1935) uma política de nacionalização do país, i.e., uma campanha de homogeneização cultural das tradições, da língua, da história e dos ideais nacionais. Santa Catarina aderiu fortemente a essa campanha: “Os políticos e os intelectuais pensavam que os alemães poderiam estar criando um Estado independente dentro do Brasil” (FLORES, 2000, p. 75-77).

Por outro lado, à época das referidas comemorações, os historiadores de Santa Catarina não haviam se detido na escrita dos acontecimentos passados da colonização açoriana, tal como teria se dado no sul do Brasil: “A história da saga açoriana em meados do século XVIII ainda não havia sido escrita” (FLORES, 2000, p. 73-74). Os apelos, nesse sentido, eram para que se colecionassem os mais variados elementos (documentos, testemunhos, objetos, práticas, vestígios etc.) da tradição açoriana, para que se escrevesse a história luso-brasileira da gente catarinense: “As várias histórias – dos negros, dos índios, dos povos de outras origens – cairiam no esquecimento para que a história do homem branco, de origem portuguesa fosse privilegiada” (FLORES, 2000, p. 76). A palavra de ordem era a brasilidade de Santa Catarina. Esta seria, assim, uma oportunidade de firmar a identidade luso-brasileira do Estado, e, portanto, a nacionalidade luso-brasileira do país. Nesses termos poder-se-ia compreender o que a citada historiadora chama de açorianidade inventada,⁷¹ apontando para os contornos políticos dessa invenção: “Foi num momento de luta pela hegemonia cultural em Santa Catarina, que o tema ‘açoriano’ ganhou importância para os intelectuais, e lugares de memória como os arquivos foram abertos e remexidos” (FLORES, 1997, p. 133, grifo da autora). E vale a sua observação:

Mas uma identidade catarinense era algo difícil de ser desenhada. O estado comportava uma multiplicidade de culturas étnicas. Apesar do esforço para amalgamar a diversidade cultural numa única – luso-brasileira –, os outros povos, bem ou mal, não abandonaram completamente suas tradições. No momento em que a proibição

⁷¹ Para obter mais informações sobre este “fenômeno de reconstrução de uma unidade cultural” (a açorianidade), ver FLORES, 1997, p. 113-141.

das suas manifestações culturais deixou de atuar, elas voltaram, embora não possamos afirmar que tenham retornado da mesma forma. Trazem suas modificações para servirem às novas experiências dos novos tempos. (FLORES, 2000, p. 77).

A invenção do ribeironense

Nas conversas pela Freguesia hoje, a atmosfera de açorianidade evocada algumas vezes para falar do lugar – como quando o seu Agenor diz ser um “chefe açoriano” numa “casa açoriana” (supramencionado) – parece resultar muito mais, como pode lembrar acima a fala do professor Nereu, desse esforço no passado recente, assumido por intelectuais e políticos catarinenses, no sentido de construir uma unidade cultural do que da vontade dos nativos ribeironenses de encontrar aí uma origem comum às famílias da localidade,⁷² ou mesmo de contar a sua história atual como história desta origem açoriana, e vice-versa.⁷³ De qualquer forma, é interessante perceber que os

⁷² Raquel Wiggers (2006) faz uma observação semelhante a essa quando das suas pesquisas junto aos moradores da Caieira da Barra do Sul, localidade também pertencente ao Distrito de Ribeirão da Ilha, e que está relativamente a pouca distância da Freguesia: “Neste embate [acerca de uma questão política de afirmação de identidade em Florianópolis] surge a reivindicação da açorianidade, e é construída a ideia de populações tradicionais, sendo que as populações como a da Caieira tornam-se seu exemplo maior uma vez que são identificadas como açorianos e como tradicionais. No entanto esta não é uma autoidentificação reivindicada pelo grupo que estudei, não se dizem nem reivindicam qualquer uma destas identidades, mas operam com noções semelhantes àquelas do contexto da cidade: ‘daqui’ e ‘de fora’ [...]” (WIGGERS, 2006, p. 11, grifos da autora).

⁷³ Em seu estudo, Maria Bernadete Ramos Flores (1997) lembra uma situação interessante durante suas entrevistas pelo interior da Ilha (1988-1990): “Quando perguntava: de onde vieram seus avós, seus pais... respondiam-me: nasceram aqui; são brasileiros; não sei de onde vieram; não são de origem (ser de origem é ser descendente de alemão ou outra etnia estrangeira). Então, percebi que nem todos que identificamos como descendentes de açorianos, ou portadores de uma cultura açoriana, guardam na memória suas origens e nem se reconhecem como tal” (FLORES, 1997, p. 120). Na recente entrevista que me concedeu, Nereu do Vale Pereira fez referência a um episódio semelhante: “Em 1970-71, fazendo uma pesquisa com alunos aqui no Ribeirão, pegamos um cidadão: ‘E pra você o que é açoriano?’ ‘Olha, eu não sei se tem algum açoriano aqui, não conheço. Se tem alguém aqui, não conheço’ [...] [e continua o pesquisador] E ele era de origem açoriana” (PEREIRA, N., informação verbal em 31 de julho de 2012). No caso do professor Nereu, ele interpreta essa resposta como uma “idiossincrasia” pela qual o cidadão mencionado procura não se identificar com a figura antipática do colonizador português e/ou açoriano, fazendo uma ruptura com o passado e buscando uma nova identificação, a de brasileiro. É oportuno salientar que, no caso da minha pesquisa, raramente eu ouvi em campo referências ao ser brasileiro. Predominantemente, os da Freguesia se dizem “ribeironenses”.

moradores da Freguesia do Ribeirão recorrem, em alguns momentos, ao que eu chamo de políticas da açorianidade sem confundi-la com a sua história de ribeironense, ou sem permitir que esta seja substituída por aquela. Esse é um ponto importante para entender como (ou o que) é o ser ribeironense na sede distrital do Ribeirão. As diversas facetas da vida local, que estão descritas neste capítulo e que o serão ao longo da tese, podem culminar com alguma compreensão nessa perspectiva. E o modo como os da Freguesia contam a história do lugar e a sua própria história – o que venho sublinhando neste capítulo – tem a ver com o ser do Ribeirão. Ora, como (ou o que) é o ser ribeironense? Procuo, pois, refletir sobre isso na próxima seção.

1.5 Memória e história vivida: nascimento, vida e morte no Ribeirão

Do lugar de uma vida lembrada: ser ribeironense

Até aqui, procurei mostrar como os da Freguesia contam suas histórias como uma história do lugar, e vice-versa, diferenciando-a daquilo que se tem chamado de história dos açorianos em Santa Catarina desde o século XVIII. Pelo caráter seletivo das coisas que se contam num relato narrado por moradores/as ou numa história escrita por especialistas – a dos livros, supramencionada –, interessa-me discutir aquilo que, de fato, importa hoje aos nativos da Freguesia do Ribeirão da Ilha. Repito, o meu ponto de partida neste trabalho são os/as moradores/as da sede distrital, no caso, o que estes contam quando narram suas histórias e o que sabem – pelo que escolhem narrar – sobre o lugar onde nasceram, vivem e onde vão morrer. Que escolhas essas pessoas fazem na hora de elaborar um relato? Que coisas puxam da memória e da história? Falando ou escrevendo, seu Alécio lembrava os mesmos fatos, estes anteriormente descritos. Nas conversas sobre histórias do lugar, eu tinha sempre duas curiosidades: onde os moradores se encaixariam na história de açorianos – se é que se encaixam –, e se assim se consideram hoje. Em várias ocasiões oportunas nesse sentido, perguntei a diversos moradores se eles/as se consideravam açorianos/as. Voltarei a este ponto mais adiante.

É importante, porém, lembrar que não havia inicialmente (e não há), de minha parte, atenção particular a uma discussão específica sobre identidade, seja lá o qualificativo que se lhe possa dar (étnica, cultural, catarinense etc.). No entanto, algumas situações em campo iam me

dando sinais acerca do assunto: ele surge ora em afirmações pontuais sobre um ser açoriano genérico (“os açorianos”), histórico (do século XVIII), que identifico algo como uma marca autoexplicativa do lugar, assinalada antes, ora em declarações recorrentes, e jocosas até, sobre um ser ribeironense, este aparentemente compreendido dia-a-dia pelos moradores numa relação de identidade local, i.e., de identificação⁷⁴ com o lugar pela natureza nativa da relação, pra dizer de algum modo. Por entender que este ser ribeironense tem suas particularidades,⁷⁵ e que estas, sim, são as mais interessantes para um estudo antropológico da socialidade na Freguesia atualmente, procuro dizer em que termos isso ocupa a minha tese. Em outras palavras, em quais sentidos há um discurso corrente sobre o ser ribeironense e suas práticas cotidianas, e o que este tem ou não tem a ver com a propalada açorianidade da Ilha e de Santa Catarina? Ainda permaneço neste último ponto: a açorianidade. Em seguida, discorro sobre o ser ribeironense.

Seu Alécio, que tem um sobrenome alemão (Heidenreich), escreveu no caderno de capa dura que guarda a história da sua vida, como ele próprio afirma, sobre portugueses açorianos, e, além disso, ele diz serem seu pai e sua mãe “daqui”, ou seja, da Freguesia. Ouvindo seus relatos sobre pescadores açorianos na Freguesia do Ribeirão, fiquei curiosa e perguntei a ele: “O senhor se considera açoriano, seu Alécio?” Ele respondeu: “Não sei, eu sou ribeironense, né? [risos] Eu nasci aqui, vou morrer aqui, é claro, então eu me considero ribeironense”. Outra resposta à mesma pergunta que chama a atenção é a de um interlocutor nascido no Distrito de Ribeirão da Ilha. Residindo hoje no centro de Florianópolis, onde também trabalha, Elsom Bertoldo Passos tem uma

⁷⁴ Uso livremente os termos identidade e identificação como categorias próximas, que correspondem a uma mesma ordem de coisas: as características que compreendem os moradores da Freguesia do Ribeirão, o reconhecimento destas pelos próprios moradores enquanto “comunidade”, e que são por estes definidas como o que revela um/a ribeironense hoje. Nesse sentido, mais do que estabelecer uma marca conceitual para falar sobre identidades e seus qualificativos (cultural, étnica, racial, nacional etc.), assunto por si só complexo, procuro tão somente pensar algumas dessas dimensões partindo do que entendo como um modo local de identificar-se que aponta para as especificidades dos da Freguesia. Contudo, é interessante ressaltar a importância dos debates contemporâneos para visitar esse tema: “Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de *identificação*, e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de *uma falta* de inteireza que é ‘preenchida’ a partir de *nosso exterior*, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por *outros*” (HALL, 2011, p. 39, grifos do autor; ver também OLIVEIRA, 2006).

⁷⁵ As particularidades a que me refiro serão descritas ao longo da tese. A ideia é a de compor uma espécie de mapeamento das relações locais pelos diversos temas que falam da vida dos moradores da Freguesia do Ribeirão. Assim, o conjunto do texto procura dar conta disso.

casa na Freguesia, aí faz questão de passar os finais de semana com sua “família” junto a muitos parentes (pai, mãe, irmãos, sobrinhos, sogro, sogra, cunhados etc.). Indagado, nos mesmos termos da questão dirigida ao seu Alécio, ele respondeu: “Eu digo que sou açoriano, porque alguém me disse que eu sou, mas eu não sei...”. Já a resposta da dona Anita Lopes foi lacônica: “É... hum-hum! Todos nós somos açorianos aqui”. Com que repliquei à moradora: “O que significa ser açoriano/a?” E a resposta foi surpreendente:

Não significa nada, tanto faz como tanto fez. Porque, naquele tempo, os açorianos vieram pra cá, né? Tu vêes que nós temos muita coisa com Portugal, muita coisa a ver aqui com Portugal. Eles vão pra lá, cantar lá, eles vêm aqui... É assim. (Anita Lopes, informação verbal em 17 de novembro de 2012).

Procurei saber o que era esta “muita coisa a ver com Portugal”, e a moradora fez menção a um elemento: “As músicas que eles cantavam lá, e que aqui se cantam e que cantam lá”.⁷⁶ Então, tentei continuar a conversa falando de algo mais: “E a festa do Divino também?” Ao que ela respondeu: “É... Já foi a bandeira [do Divino] daqui pra lá, pra eles verem como é que é a nossa”. Ora, como a dona Anita afirma que “nós temos muita coisa a ver aqui com Portugal”, outros moradores usam termos parecidos para sugerir uma ligação entre si, e especialmente entre o lugar, e portugueses açorianos lembrando a presença destes na Freguesia “naquele tempo”. O que acontece é que essa referência não é geral, i.e., articulada por todos os da Freguesia, e nem é habitual, ela surge eventualmente na fala de algumas pessoas. Por essa razão, importa saber em que sentidos o açoriano e/ou a açorianidade comparece atualmente na sede distrital. Antes, porém, é oportuno sublinhar o que tenho chamado de políticas da açorianidade na vida dos moradores da Freguesia do Ribeirão. Estas são, na prática, eventuais

⁷⁶ Quando a dona Anita se referiu às músicas cantadas lá e aqui, lembrei que esse é um tema muito familiar à moradora, pois, dona de uma linda voz e afinadíssima, o nome Anita Lopes foi e é bastante conhecido na Freguesia e em vários outros lugares como ligado à música. Segundo a dona Anita, ela já cantou em muitos casamentos pelos diversos cantos da cidade e de Santa Catarina até. Recentemente, ela afirmava que a sua “voz não dá mais”, e que deixava a função de “puxar canto” (estar à frente dos/as fiéis conduzindo os cantos na missa) para “os mais novos”. Apesar dos limites, dona Anita não esconde a sua paixão por música (inclusive é autora de algumas composições), e ainda hoje canta na igreja junto aos demais fiéis. A vida religiosa da gente da Freguesia será assunto para o terceiro capítulo.

estratégias de troca entre moradores nascidos na vila-sede e/ou entre estes e pessoas mais ou menos ligadas ao Ribeirão da Ilha, num contexto mais amplo em que a invenção da açorianidade ganhou status institucional e político (partidário inclusive) na cidade de Florianópolis e em Santa Catarina. Voltarei ao assunto de estratégias e trocas entre/pelos moradores na “comunidade” ao longo da tese quando falar sobre o ser ribeironense.

Para além de uma açorianidade inventada

Agora, na perspectiva da açorianidade inventada (FLORES, 1997), não é pouca coisa a dona Anita dizer “eles vão pra lá, cantar lá, eles vêm aqui”. Ela, que disse acima ser açoriana, nessa fala, não se inclui na ida deles pra lá, até porque a moradora nunca viajou para Portugal ou Açores; mas, ela está aqui, aonde “eles” vêm. É precisamente “aqui”, na Freguesia, que as práticas e seus significados devem ser captados para compreenderem não os açorianos, mas os ribeironenses. Aliás, a fala da moradora me reporta à tese de doutorado do historiador Sérgio Luiz Ferreira (2006), nascido em Santo Antônio de Lisboa, cujo título é *‘Nós não somos de origem’: populares de ascendência açoriana e africana numa freguesia do Sul do Brasil (1780-1960)*. Em linhas gerais, o autor faz a defesa dos estudos de origem, no caso, a açoriana e a africana – diga-se de passagem, por se basear em dados demográficos, há uma ênfase na “presença majoritária dos açorianos” (75%) na formação do atual distrito de Santo Antônio de Lisboa. Na conclusão do seu trabalho, o autor lembra que a “descoberta de suas origens açorianas” levou a comunidade de Santo Antônio de Lisboa, em anos recentes, a um intercâmbio com o arquipélago dos Açores e com “as comunidades da diáspora açoriana”. E informa sobre os diversos eventos ocorridos entre os anos de 1998 e 2006 na localidade com a apresentação de cantores, grupos folclóricos, sociedades musicais, anotando também a presença de autoridades, todos vindos dos Açores: “Dessa forma, podemos dizer que, nos últimos anos, os ‘açorianos’ de Santo Antônio de Lisboa têm entrado cada vez mais em contato com os açorianos dos Açores” (FERREIRA, 2006, p. 241-242, grifo do autor).

Ao ler as considerações finais de Sérgio Luiz Ferreira, lembrei-me de imediato da fala da dona Anita referindo-se às músicas como aquilo que mostra que os da Freguesia têm muito a ver com Portugal: “eles vão pra lá... eles vêm aqui”. Isso ajuda a examinar o tema que

sugeri acima e que procuro refletir aqui, a saber, as políticas da açorianidade⁷⁷ em Santa Catarina. Estas nascem de fora para dentro das localidades onde uma origem açoriana é descoberta. Explico. No caso desse pesquisador, em seu estudo, ele faz uma crítica ao que chama “o mito fundador da açorianidade em Santa Catarina” – o primeiro congresso catarinense de história –, ideia proposta por Maria Bernadete Ramos Flores (1997)⁷⁸ conforme exposição anteriormente feita neste capítulo. O pano de fundo que inspira ambos os historiadores é uma história social, mas suas perspectivas divergem, relativamente a seus objetos de estudo, quanto aos seus pontos de partida e às bases teóricas sobre as quais constroem seus argumentos, que, no caso, culminam com ênfases diferenciadas sobre o tema da açorianidade. O estudo de Flores (1997) sublinha as diferenças, e, por conseguinte, a dimensão local do fenômeno da farra do boi compreendido pela mídia brasileira como dado universal, homogêneo e substancial. Aí repousa uma força crítica de suas análises, rompendo com certa visão homogeneizante, por exemplo, do habitante da Ilha de Santa Catarina, chamado de “o manezinho da Ilha”, descendente do açoriano colonizador do sul do Brasil.

Ferreira (2006), ao contrário, enfatiza a identidade em seu estudo, examinando a dimensão global do fenômeno de “abrasileiramento” de açorianos e seus descendentes em Santo Antônio de Lisboa ao longo do século XIX, apontando para uma unidade cultural (açoriana)

⁷⁷ Denomino como políticas da açorianidade em Santa Catarina um conjunto de estratégias – discursos, ações políticas (partidárias inclusive), projetos, pesquisas e outras práticas coletivas ou individuais – que, desde o primeiro congresso de história catarinense (1948) até hoje, guardados alguns matizes, buscam identificar e divulgar uma origem açoriana comum aos moradores do litoral catarinense, particularmente aos nativos da Ilha de Santa Catarina, reconhecendo na açorianidade o “mote unificador” das características culturais que representariam determinadas regiões e gentes do Estado catarinense, em estreita vinculação com Açores e outras partes do mundo onde se encontraria uma diáspora açoriana (LACERDA, 2003).

⁷⁸ A historiadora Maria Bernadete Ramos Flores estuda *A farra do boi: palavras, sentidos, ficções*. Ela discute “a invenção da açorianidade” no terceiro capítulo (*A autoridade do passado*) desta que foi a sua tese de doutorado (1991), posteriormente publicada pela Editora da UFSC (1997). Nesse capítulo, a pesquisadora reflete também sobre o caráter seletivo das tradições, procurando compreender os contornos políticos de uma cultura. Em sua tese, Flores aponta para diferentes agentes, contextos e circunstâncias que envolvem discursos, significados e mitos sobre a farra do boi (e sobre outras festas populares) em Santa Catarina, bem como para os debates veiculados pela mídia (década de 1980) em torno do tema. Assim: “[...] as mensagens partem da ‘Fonte’ e chegam a situações sociológicas diferentes, onde agem códigos e culturas diferentes. As práticas sociais e as representações que as expressam são muito mais matizadas do que a utopia do progresso linear e homogêneo previu; a vida é muito mais rica, mais fértil, mais imprevisível e surpreendente” (FLORES, 1997, p. 227, grifo da autora).

redesenhada, no século XX, pelos trabalhos da Subcomissão Catarinense de Folclore e dos “movimentos de ‘resgate’ da açorianidade” nas décadas de 1980-90. Assim, o autor mostra esta que seria uma recuperação das origens açorianas e africanas no litoral catarinense, sobretudo, a partir dos anos de 1990: “[...] açorianos e africanos formaram a maioria absoluta da população desta freguesia, constituindo esta população que entrou no século XX dizendo não ‘ter origem’ e saiu deste século se dizendo açoriano-descendente e afro-descendente” (FERREIRA, 2006, p. 244, grifo do autor). Nessa perspectiva, o historiador fala dos eventos culturais dos últimos anos, acima lembrados, para exemplificar as relações de intercâmbio entre açorianos de Santo Antônio de Lisboa e aqueles de Açores e/ou de comunidades da diáspora açoriana.

Portanto, entendo que a afirmação acima atribuída à dona Anita Lopes quanto àquilo que lembra Portugal na Freguesia do Ribeirão hoje – no caso, as músicas cantadas “lá” e “aqui” –, bem como declarações nesse sentido de outros moradores, de certa forma, têm a ver com as influências resultantes de um longo e planejado esforço feito por pessoas e instituições que, mais ou menos ligadas a iniciativas e políticas de valorização da cultura açoriana em Santa Catarina, têm afirmado e firmado uma identidade cultural para o habitante típico do litoral catarinense, especialmente de Florianópolis, como sendo esta do açoriano colonizador, identidade obviamente atualizada nos últimos anos pelas ações, pessoas e pelos grupos que dão visibilidade ao assunto⁷⁹.

⁷⁹ Segundo Sérgio Luiz Ferreira (2006): “Será no final da década de 1980 e início da década 1990 que o açorianismo se tornará um movimento de massa. Neste período se firmará uma política de identidade, desenvolvida, sobretudo, pelo Núcleo de Estudos Açorianos da Universidade Federal de Santa Catarina - NEA criado em 1984. Foi, sobretudo, a partir de sua reestruturação em 1992, que o NEA se tornou um órgão atuante com conselho deliberativo, onde têm assento os representantes da maioria das prefeituras municipais do litoral catarinense. O NEA mais do que um núcleo de estudos universitário tornou-se um agente de ação cultural que tem como projeto prioritário o mapeamento da cultura de base açoriana do litoral catarinense. O NEA, através de convênios com todas as prefeituras do litoral catarinense, realiza atividades de capacitação de agentes comunitários, professores e alunos das redes municipais. O NEA articulou um ‘movimento regional açorianista’ através da formação de agentes locais, da produção de material didático sobre os Açores, como vídeos, cursos e oficinas. Realiza palestras sobre genealogia e tenta identificar a origem dos sobrenomes dos ascendentes nas ilhas do arquipélago. Organiza a criação de grupos folclóricos, associações e espaços de exposição. Desde 1994, o NEA, em parceria com as prefeituras municipais, organiza o AÇOR (Festa da Cultura Açoriana de Santa Catarina) que acontece cada ano em um município do litoral” (FERREIRA, 2006, p. 54-55, grifo do autor; ver também LACERDA, 2003, p. 95s).

Em sintonia com esta visão do açoriano-descendente estão outras tantas pesquisas realizadas em Santa Catarina nos últimos anos. Quanto ao Distrito de Ribeirão da Ilha e à sua sede (a Freguesia), há dois trabalhos importantes nesse sentido. O primeiro refere-se à pesquisa publicada com a coordenação de Nereu do Vale Pereira (1990), obra já mencionada antes ao longo do presente capítulo;⁸⁰ o segundo, mais recente, é o estudo de Eugênio Pascele Lacerda (2003) intitulado *O Atlântico açoriano: uma antropologia dos contextos globais e locais da açorianidade*, que foi defendido como tese de doutorado em antropologia social na UFSC. Guardadas as diferenças e particularidades de cada investigação em pauta, o que parece prevalecer no tipo de discurso criado em torno de uma ascendência açoriana é certa explicação linear e sequencial do presente à luz de um passado original. Encontra-se uma continuidade histórico-cultural no tempo e atribui-se a ela outra continuidade, a do espaço, que, aliás, não é outra, é a mesma continuidade identificada presentemente como “cultura açoriano-brasileira”, ou algo do gênero. Essa continuidade que qualifico como espaço-temporal leva a supor que as “populações descendentes de açorianos” denominadas de “açoriano-brasileiros ou açoriano-descendentes, mas que são conhecidas como ‘catarinas’, ‘ilhéus’, ou ‘manezinhos’, teriam seu estilo de vida e também sua forma de continuidade ancorados no plano destas formas elementares de interação” (LACERDA, 2003, p. 12, grifos do autor). Nesse caso, a açorianidade ou o açorianismo, “tanto faz”, como lembra a dona Anita, seria um fenômeno global ou transnacional com a possibilidade de compreensão e interpretação local ligada à “emergência da cultura açoriana” na Ilha de Santa Catarina, identificada em sua originalidade,

⁸⁰ Essa pesquisa sobre o Distrito de Ribeirão da Ilha (1989), como foi assinalado no início deste capítulo, é de responsabilidade coletiva, coordenada pelo professor Nereu do Vale Pereira, caracterizando-se como “etnografia catarinense”. A obra publicada (1990), como também já foi lembrado antes, traz inúmeros dados interessantes à reflexão dos capítulos que compõem esta tese, até mesmo por ter sido recomendada por diversos moradores. Agora, aqui, parece importante deixar registradas duas observações sobre o coordenador do livro: a primeira é a de que Nereu do Vale Pereira esteve, na condição de ouvinte, acompanhando o seu pai no primeiro congresso de história catarinense (1948), participação que o teria estimulado a estudar continuamente, dali em diante, a sua “açorianidade” (PEREIRA, N. 2003, p. 11-14; 24-37); a segunda é a de que a sua longa trajetória de pesquisa sobre a cultura açoriana em Santa Catarina resultaria em diversos trabalhos escritos, palestras, comunicações, participações em eventos etc. dentro e fora do Brasil, atuação lembrada atualmente por diversos pesquisadores que abordam o tema (FARIAS, 1998; FANTIN, 2000; LACERDA, 2003; WIGGERS, 2006 dentre outros). Essas informações que apontam para um longo trabalho construído e planejado de atenção à “cultura açoriana” ajudam a pensar, de certa forma, o que Maria Bernadete Ramos Flores (1997) descreve como “o caráter político da cultura”.

em sua etnicidade. Ou seja, seriam prerrogativas (a origem e a etnia) reconhecidas de fora para dentro, desde uma ocorrência geral do fenômeno, captado em seu contexto original (transnacional), para um contexto derivado localmente daquele, no caso, dos Açores (LACERDA, 2003).⁸¹

Pelas relações de família no sul do Brasil: um “ponto” em vista

Ora, o que é preciso ter em mente desde esta pesquisa é o ponto de vista dos moradores da Freguesia sobre a história que contam do Ribeirão da Ilha. É, pois, nessa perspectiva que as coisas ganham nova figuração. Em outras palavras, o que as diferentes abordagens sobre o tema da açorianidade na história de Santa Catarina ajudam a ver nesse caso? Ao “relacionar a dimensão temporal com a posição aberta pela antropologia” (DAMATTA, 1987, p. 87s), tornar-se-ia possível relativizar uma ideia recorrente e homogeneizante acerca deste ser açoriano que tipificaria, no caso, o litoral sul da Ilha, e dar lugar às percepções dos moradores da Freguesia do Ribeirão sobre os ribeironenses identificados hoje por eles próprios como os habitantes da Freguesia do Ribeirão. Ao invés de se falar, por exemplo, em etnização da identidade buscando uma origem açoriana para compreender o “fenômeno de emergência e afirmação étnicas” (LACERDA, 2003, p. 124) na sede distrital, seria interessante pensar o que significa tomar a referência local nas falas dos moradores como a mais importante, dentre outras, para apresentar as pessoas do Ribeirão da Ilha. Isso aponta, por um lado, para uma antropologia que leva em conta o que pensam os sujeitos sobre si mesmos e sobre a vida engendrada na localidade,⁸² o

⁸¹ Por mais que se faça uma crítica a formas “essencialistas” e homogeneizantes de pensar categorias como história, cultura, identidade, tradição, etnicidade etc., tal como aparece em Lacerda (2003, p. 118-120), o discurso em torno de uma origem açoriana que estaria na base das socialidades do litoral catarinense parece não escapar desse perigo, resultando numa interpretação que acaba comprometendo o conhecimento antropológico das especificidades locais compreendidas desde os sujeitos considerados nesse campo de pesquisa, por assim dizer. É o que vejo acontecer no caso da Freguesia do Ribeirão a propósito de um ser açoriano que explicaria as origens da gente da vila-sede (para um exemplo outro, em “contraponto” às falas acerca da “açorianidade” no litoral de Santa Catarina, ver GERBER, 2013, p. 91-95). Em ocasião adequada aos debates deste estudo, voltarei a essa questão.

⁸² Em seu artigo *O nativo relativo*, Eduardo Viveiros de Castro (2002) sugere que é preciso escolher entre duas concepções de antropologia, dada a incompatibilidade entre ambas: “A ‘arte da antropologia’ (Gell 1999), penso eu, é a arte de determinar os problemas postos por cada cultura, não a de achar soluções para os problemas postos pela nossa. E é exatamente por

que consideram na sua experiência das relações locais que permitem analisar as formas sociais aí prevalentes. Melhor dizendo, o que (e como) possibilita ir além daquilo que tem sido dito sobre descendentes de açorianos no sudoeste da Ilha? Nesse sentido, nuançar os traços de uma unidade (trans)cultural açoriana em Santa Catarina pode ser um exercício em proveito da diversidade e criatividade humanas.

Por outro lado, trata-se de perguntar quem é e/ou como é este ser ribeironense que hoje se confunde, de certo modo, com a história do lugar, uma história contada pelos moradores. Em outras palavras, o que é esta história dos ribeironenses? Nesse caso, uma “comparação relativizadora” permite ver o tempo como “[...] algo vital, mas dado socialmente! Do mesmo modo que existem vários modos e critérios para armar e articular os vários universos sociais humanos, há igualmente vários modos de conceber e de vivenciar a duração do tempo” (DAMATTA, 1987, p. 125). Eu gostaria de sugerir que o modo como os da Freguesia concebem e vivenciam o tempo não os reporta, pelo menos não imediata e atualmente, a uma origem açoriana, ou algo do gênero. Como afirmou Elsom Bertoldo Passos: “Sabe que esta maneira de dizer ‘ah, açoriano, não sei que...’. Não sei se isso é o ponto nosso, né? A gente não tem noção de qual é a nossa origem, se é origem açoriana. Ficou açoriano, porque a cidade tem origem açoriana, e parece que o Ribeirão é... [açoriano]”. Mais importante aos interesses do lugar seria, antes, perguntar como os da Freguesia são ribeironenses, e o que isso significa. Nesse caso, concordo com o meu interlocutor: o “ponto” é outro! É possível que alguns moradores nativos se ocupem com o tema de “sua” origem açoriana (ou não), num momento e outro, movidos até pela ideia de que “a cidade” é açoriana, mas o jogo em que isso pode emergir é mais complexo no contexto das relações locais. Além do mais, a configuração que os descreve como ribeironenses indica um lugar mais rico e diversificado. Ou, nas palavras de Roberto Damatta (1987) inspiradas em Claude Lévi-Strauss (1989 [1962]):

O significado só aparece como um jogo complexo entre o esquecido e o permanentemente recordado – aquilo que, por isso mesmo, está sempre presente. É pelo fato de não esquecer certos eventos que um grupo cria e descobre seu lugar numa sociedade e uma sociedade sua posição no meio das outras. (DAMATTA, 1987, p. 125).

isso que o postulado da continuidade dos procedimentos é um imperativo epistemológico” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 116-117).

Agora, ser ribeironense é não ser “da cidade”, como lembrava o seu Agenor Firmino da Silva (supracitado), o que quer dizer nascer “aqui no Ribeirão”, e saber de “algumas coisas” partindo dessas prerrogativas. O vínculo pelo nascimento torna-se, então, uma referência privilegiada dos moradores que contam suas histórias do/no lugar, este tão especialmente conhecido pelos “nativos”. Há, nesse sentido, uma expressão corrente no meio da gente da Freguesia que, segundo os moradores, fala da qualidade particular da localidade a alguém quando e se este a conhece mais de perto. Trata-se de “beber água do Ribeirão”, ou seja, provar algo que cria outro tipo de vínculo. Como disse recentemente um morador: “Quem bebe água do Ribeirão quer retornar toda vida”. Ao perguntar a ele sobre o sentido dessa afirmação, o morador explicou:

É porque a água do Ribeirão [a água do morro] é boa, né? É uma das melhores que existe aqui. [...] Toda parte da Ilha, a água é salobra. E a melhor água que tem é aqui no Ribeirão, que é água natural mesmo. [...] A expressão é essa... [...] Quem bebe água do Ribeirão voltará toda vida. (Osvaldo Laurindo, informação verbal em 02 de agosto de 2014)

De fato, quando me viu retornando à sede distrital várias vezes, o filho mais velho da dona Anita Lopes me indagou: “Bebesse água do Ribeirão?” Sua observação chama a atenção, por um lado, porque é uma pergunta, interpela alguém, e, ao fazê-lo, sugere a presença de uma relação. Por outro lado, ao fazer menção à água (dos morros, das “cachoeiras” do lugar) nascida e partilhada por todos no Ribeirão, ela fala também do próprio lugar, pois é nele que a água nasce. Ou, poder-se-ia dizer, ainda, a água é “do Ribeirão” como também o são os que aí nasceram, vivem e dela partilham. O vínculo pelo nascimento (das pessoas, da água etc.), mais uma vez, remete às relações locais. Em outras palavras, o que significa beber a água do Ribeirão? Melhor dizendo, quais as consequências (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 135-136) dessa formulação⁸³ para pensar a socialidade local? Esta

⁸³ Sobre um possível simbolismo que a afirmação do morador carregaria, lembro uma oportuna observação de Eduardo Viveiros de Castro (2002) no artigo já citado antes: “O simbólico não é o semiverdadeiro, mas o pré-verdadeiro, isto é, o importante ou relevante: ele diz respeito não

parece ser uma pergunta e uma pista interessante às reflexões que seguirão daqui em diante, e que vão culminar com uma descrição etnográfica das relações de família na vila-sede. Nessa perspectiva, o que (e como) os ribeironenses partilham tanto ou como a água que dá nome ao lugar?⁸⁴ O que se depreende disso? Ou, o que está “sempre” presente na Freguesia do Ribeirão e que nos permite falar hoje das relações locais e das suas transformações ao longo dos anos?

Ao apresentar uma perspectiva histórica dos moradores da Freguesia do Ribeirão, este capítulo pretende introduzir questões pontuais que, de fato, importam à compreensão da socialidade local. E a questão histórica, ela mesma, é um assunto relevante, no sentido em que “um exercício de relatividade”, no dizer de Marshall Sahlins (2003 [1987]), permite apontar deslocamentos interessantes sobre o que está em jogo nas relações do lugar. Sahlins discute “as supostas oposições entre história e estrutura ou entre estabilidade e mudança”, que nem teriam base fenomenológica e nem proveito heurístico para a análise do objeto antropológico. Ao criticar as “distinções ocidentais” pelas quais a cultura seria pensada, o antropólogo de *Ilhas de história* adverte:

O pensamento ocidental pressupõe, mais uma vez, que estas [estabilidade e mudança] sejam antitéticas: contrários lógicos e ontológicos. Efeitos culturais são identificados enquanto contínuos com o passado, ou descontínuos, como se existissem tipos alternativos de realidade fenomenal, em distribuição complementar em qualquer espaço cultural. [...] Porém, mais uma vez, a história havaiana certamente não é a única em demonstrar que a cultura funciona como uma *síntese* de estabilidade e mudança, de passado e presente, de diacronia e sincronia. (SAHLINS, 2003 [1987], p. 180, grifo do autor).

ao que ‘é o caso’, mas ao que importa no que é o caso, ao que interessa para a vida no que é o caso” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 137).

⁸⁴ Ao ouvir o meu comentário sobre a água do Ribeirão, Miriam Furtado Hartung lembrou-se da “anedota da água piro”, narrada por Viveiros de Castro (2002), que aqui eu destaco com um trecho nas palavras do antropólogo: “A anedota dos corpos diferentes convida a um esforço de determinação do mundo possível expresso no juízo da mulher piro [‘nossos corpos são diferentes dos corpos de vocês’]. Um mundo *possível* no qual os corpos humanos sejam diferentes em Lima e em Santa Clara – no qual seja *necessário* que os corpos dos brancos e dos índios sejam diferentes. [...] O que se trata é de encontrar o problema real que torna possível o mundo implicado na réplica da mulher piro” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 137-140, grifos do autor).

Ora, a possibilidade sugerida pelo estudo de Marshall Sahlins sobre o Pacífico Sul, de considerar “a existência de estrutura *na* história e *enquanto* história” (SAHLINS, 2003 [1987], p. 181, grifos do autor) ajuda a pensar, no caso da Freguesia do Ribeirão, a questão da “relação de conceitos culturais e experiência humana”, pela qual os moradores falam de sua existência no lugar.⁸⁵ Em outras palavras, como conceitos culturais operam “de forma ativa” para “engajar o mundo”? Para além de uma “história açoriana” (ou de açorianos), que histórias contam as/os moradores? Ou o que é essa história no “seu” tempo e no “seu” espaço, nas relações construídas dia-a-dia no lugar? Ou ainda, quais as relações entre estabilidades e mudanças reconhecidas como no/do lugar? Talvez aqui surjam aspectos não privilegiados em leituras anteriormente feitas, por exemplo, sobre o Ribeirão e seus vínculos (e suas diferenças) com a cidade de Florianópolis, entre outras coisas.

Os da Freguesia contam suas histórias dos últimos 40 anos relembrando especialmente as mudanças ocorridas no distrito e em sua sede. Evocam, muitas vezes, uma ascendência local para falar de sua presença contínua (“desde sempre”) no lugar, remontando aos inícios do século XX. Da memória das/dos suas/seus bisavós e avós paternos e maternos, as/os moradores relatam a sobrevivência das famílias na localidade, e procuram fixar, junto às narrações sobre a sua vida na vila, uma ideia de “valores” perenes pelos quais certa permanência e sobrevivência são possíveis até os dias de hoje. Fé, família, trabalho, amizade, respeito, talento, liderança, dentre outros, são apontados como qualidades encontradas “no Ribeirão”. A configuração que mostra o jogo complexo de alguns arranjos locais nessa perspectiva indica outros elementos igualmente significativos nas suas práticas diárias, como as relações de vizinhança, a jocosidade, os conflitos, a fofoca, os desafios da vida hodierna e o contorno político das trocas locais. Um quadro de descrição etnográfica pode sugerir a importância de apreender o que (como) é ser ribeironense na Freguesia do Ribeirão, e quais as consequências disso hoje. Para tanto, é bom lembrar também que se trata de uma localidade situada na parte insular de Florianópolis. A

⁸⁵ Como bem lembra Marilyn Strathern (2014): “Os eventos podem ser entendidos como resultados inevitáveis – e portanto ‘naturais’ – dos arranjos sociais ou, de forma ainda mais aguda, como o encontro fortuito que não havia sido previsto por esses arranjos. São esses os dois tipos de evento dos quais Sahlins (1985) trata no Pacífico. Eles são tomados como itens que devem ser levados em consideração em nosso sistema de conhecimento, assim como tantas matérias-primas, tantos fatos a sistematizar” (STRATHERN, 2014, p. 212-213, grifo da autora).

Freguesia do Ribeirão tem relações importantes com a cidade, que permitem relacionar o isolado e o próximo desde um antigo vínculo de coisas e pessoas, sobretudo, com o “centro” da capital catarinense. Agora, o que seria possível encontrar (ou não) nesse lugar a antropologia desafia a buscar. Como observa Roberto Damatta (1987):

O inverso pode ser encontrado entre nós, quando descobrimos no meio de nosso universo tão dominado pela ideologia da mudança e do futuro valores perenes, ‘eternos’, como os chamamos em nossos momentos de descuido. Que valores são esses? Eles são as ideologias relacionadas aos pontos fixos do nosso sistema, zonas que – paradoxalmente – irão permitir mudanças e transformações que tanto estimamos. (DAMATTA, 1987, p. 137).

São, pois, estes “pontos fixos do nosso sistema” que procuro captar, para descrever os próximos capítulos desta tese, findos os quais desejaria ter multiplicado o nosso mundo numa experiência antropológica (VIVEIROS DE CASTRO, 2002) interessante ao conhecimento da socialidade na Freguesia do Ribeirão da Ilha.

CAPÍTULO II

FREGUESIA DO RIBEIRÃO:

Da placa à vida, um lugar transformado

“É que, pela primeira vez na história do pensamento etnológico, um esforço era feito para transcender a observação empírica e atingir realidades mais profundas. Pela primeira vez, o social cessa de pertencer ao domínio da qualidade pura – anedota, curiosidade, matéria de descrição moralizante ou de comparação erudita – e torna-se um sistema, entre cujas partes pode-se descobrir, portanto, conexões, equivalências e solidariedades.” 1950. Claude Lévi-Strauss. *Introdução à obra de Marcel Mauss.*

Este pretende ser um capítulo contextual. Ele convida o leitor a conhecer um pouco do que é a Freguesia do Ribeirão hoje por uma espécie de fotografia (e cartografia) de algumas das coisas e pessoas, de lugares e eventos cotidianos que, aqui, ajudam a pensar como a sede do distrito se configura enquanto tal e acontece no sudoeste da Ilha de Santa Catarina. Nessa perspectiva, os registros tendem a apontar para alguns dos pontos centrais das relações das famílias do lugar, sobremaneira daquelas privilegiadas neste estudo, descrevendo a localidade, seus habitantes e suas particularidades que despertam a atenção no dia-a-dia. Tem-se em vista indicar, assim, um quadro de mudanças percebidas pelos moradores nos últimos 40 anos quanto às transformações por eles reconhecidas na “vila”. Uma visita panorâmica ao lugar, mediante o texto, permite compreendê-lo num enredo específico que a etnografia busca sublinhar apresentando a vila-sede, ao mesmo tempo em que desvela uma relação antiga entre esta “comunidade” e a “cidade”, como diz a gente aí nascida.

2.1 À vista da vila: a localidade e seus arredores

Um distrito e sua sede

Freguesia do Ribeirão é hoje o nome conhecido por todos como da vila-sede de um dos distritos de Florianópolis,¹ que se localiza no litoral sudoeste da Ilha de Santa Catarina, tendo este por topônimo Distrito de Ribeirão da Ilha – uma denominação oficial e atual. Já o título antigo de Freguesia de Nossa Senhora da Lapa teria sido oficialmente atribuído ao lugar em 1809.² Quanto a esta última designação, alguns moradores lembram-na ligada à história de um sujeito de nome Manoel de Vargas Rodrigues que teria vindo, em 1760, para a antiga localidade do Simplício – atualmente denominada Barro Vermelho, contígua à vila-sede – trazendo uma imagem milagrosa da santa da Lapa, e para esta construindo uma capela em honra e devoção a Nossa Senhora (VÁRZEA, 1900, p. 126; PEREIRA, N.; PEREIRA, F.; SILVA NETO, 1990, p. 21).³ Em geral, o que é mais lembrado pelas pessoas diz respeito aos milagres da santa cujos favores os moradores não se cansam de exaltar, pois aqueles revelariam a bondade de Nossa Senhora da Lapa para com os ribeironenses e o lugar em que vivem.⁴ Agora, neste momento, interessa-me ressaltar que o título Freguesia, o qual no passado remoto (início do século XIX) fazia referência à região hoje compreendida como o Distrito de Ribeirão da Ilha, descrevia à época um território pouco povoado, ou melhor, pode-se dizer em incícios de povoamento, portanto, muito diferente do que se vê atualmente como o distrito – onde existem distintas localidades, cada qual com seu nome próprio –, e especialmente algo diverso do que os moradores entendem

¹ Denominada Nossa Senhora do Desterro até o ano de 1894, quando por alteração legal passa ao atual topônimo, a cidade de Florianópolis está administrativamente organizada em 12 distritos, a saber: Sede (parte insular e continental), Lagoa da Conceição, Pântano do Sul, Ratonas, Ribeirão da Ilha, Santo Antônio de Lisboa, São João do Rio Vermelho, Campeche, Barra da Lagoa, Canasvieiras, Ingleses do Rio Vermelho e Cachoeira do Bom Jesus (IPUF; EDEME, 1999, p. 15; IPUF; ITIS, 2003). Com exceção da parte continental do Distrito Sede, todas as demais localidades encontram-se na Ilha.

² Ao falar sobre mudanças no “contexto geográfico do traçado urbano” da antiga vila de Desterro (atual cidade de Florianópolis) em 1740, a arquiteta Eliane Veras da Veiga (1993), seguindo a historiografia catarinense, lembra: “[...] De tal desenvolvimento [agrícola e manufatureiro] deriva que da freguesia ilha de N. Sra do Desterro desmembrou-se a de N. Sra da Lapa do Ribeirão e a da Santíssima Trindade detrás do Morro (1835)” (VEIGA, 1993, p. 35). Uma relação antiga entre a Freguesia do Ribeirão e a “cidade”, como dizem os moradores, será objeto de reflexão em momento oportuno.

³ No primeiro capítulo da tese, informações colhidas da historiografia catarinense lembram a figura de Manoel de Vargas Rodrigues, que, aliás, aparece em algumas narrações com uma variação em seu nome. Ora está escrito como Manoel de Vargas Rodrigo, ora como Manoel de Valgas Rodrigues ou, como acima, Manoel de Vargas Rodrigues (PEREIRA, N.; PEREIRA, F.; SILVA NETO, 1990, p. 54).

⁴ Quanto às questões religiosas propriamente ditas, tratar-se-ão no terceiro capítulo da tese.

hoje por Freguesia (a sede distrital),⁵ denominação que não tem mais sentido do ponto de vista legal, e que, no entanto, tem forte significado para os que nasceram nessa vila e habitam-na em nossos dias.



Figura 1 – “Centrinho” da vila - Rodovia Baldicero Filomeno ou “Rua de Baixo” (Fotomontagem Andrea Eichenberger)



Figura 2 – “Centrinho” da vila: família Silva e família Fraga (Fotos Marta Machado)

⁵ Por vezes, entre os/as moradores da Freguesia do Ribeirão, o nome popular que identifica hoje a sede distrital (Freguesia) é substituído pelo nome oficial que identifica o distrito (Ribeirão). Ou seja, o nome Ribeirão é usado pelos moradores tanto para designar uma localidade distrital (no caso, a vila-sede) quanto para indicar o distrito como um todo. Algumas vezes, em suas falas, parece que a parte (a Freguesia) é tomada como o todo (o distrito), e vice-versa. É comum ouvi-los chamar a sede distrital de: “Ribeirão”, “Freguesia”, ou mesmo “Ribeirão da Ilha”. Este último, aliás, é o nome que identifica a Freguesia (a vila-sede) nos mapas oficiais. Em conversa com Nereu do Vale Pereira, o pesquisador concordou com a observação feita por mim sobre essa impressão peculiar referente ao uso dos nomes do distrito e da sua vila-sede pelos moradores. Contudo, na prática, estes sabem as diferenças que comportam tais denominações. Nereu do Vale Pereira observa: “O Ribeirão é um distrito de Florianópolis, não é mais freguesia. [...] A sede do distrito tem o título de vila. Do ponto de vista legal, a palavra freguesia não existe, hoje só no popular. É mais uma identificação cultural, histórica. Para a prefeitura, [a Freguesia] é a sede do distrito. Atualmente, nem [se chama] Nossa Senhora da Lapa, é só Ribeirão da Ilha” (PEREIRA, N., informação verbal em 31 de julho de 2012). Algumas pessoas da vila-sede explicam que “historicamente” o Ribeirão era uma freguesia por conta da colonização açoriana no sul do Brasil, lembrando que esse era “o modo de organização administrativa nos Açores” (uma comparação entre sistemas locais de vilas e freguesias nos Açores e em Santa Catarina encontra-se em FARIAS, 1998, p. 71).

Tal observação é oportuna quando se pensa a Freguesia do Ribeirão como sede de um distrito cuja extensão territorial corresponde à área bem mais abrangente, apontando-a como uma dentre outras localidades distritais. Inclusive, é interessante notar em termos populacionais, de acordo com o IBGE (2010), que o Distrito de Ribeirão da Ilha figura hoje como o quarto maior em população no município,⁶ superado apenas pelo Distrito Sede (primeiro) e pelos distritos de Campeche (segundo) e Ingleses (terceiro), números que são apresentados abaixo:

Distritos de Florianópolis/SC	População residente (pessoas)
Florianópolis (Sede)	249.477
Campeche	30.028
Ingleses do Rio Vermelho	29.814
Ribeirão da Ilha	26.994
Cachoeira do Bom Jesus	18.427
Canasvieiras	18.091
São João do Rio Vermelho	13.513
Lagoa da Conceição	11.811
Pântano do Sul	7.397
Santo Antônio de Lisboa	6.343
Barra da Lagoa	5.674
Ratones	3.671

Quadro 1: Relação dos distritos de Florianópolis/SC e sua população (Censo Demográfico 2010)

⁶ Quanto ao município de Florianópolis, o seu território corresponde a uma área de 675,409 km² (IBGE 2010), sendo que a parte insular (o que é chamado “a Ilha”), “situada entre os paralelos de 27° 22’ e 27° 50’ de latitude Sul e entre os meridianos de 48° 20’ e 48° 35’ de longitude Oeste de Greenwich, possui uma área de aproximadamente 424,4 km², de forma alongada no sentido norte-sul (54/18 km)” (ORTH, 2005, p. 7). Sobre o número de habitantes da capital do Estado, segundo dados do Censo Demográfico do IBGE em 2010, ele era de 421.240 pessoas.

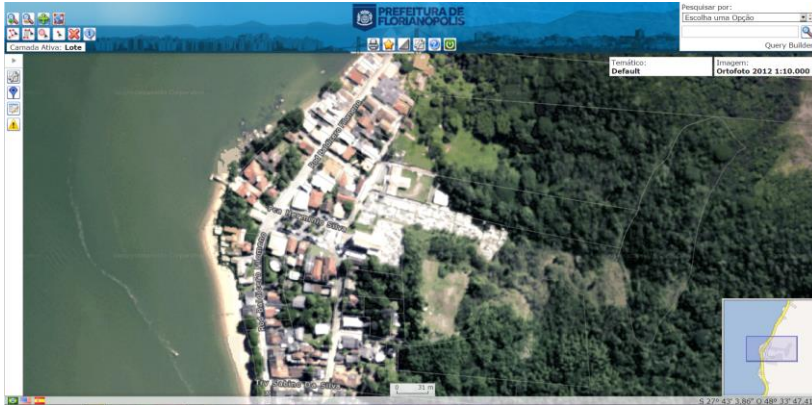


Figura 3 – Freguesia do Ribeirão, detalhe do “Centrinho” (Fonte: geo.pmf.sc.gov.br)

Ora, informalmente, muitos moradores lembram como lugares pertencentes ao Distrito de Ribeirão da Ilha apenas aqueles imediata ou mediatamente avizinhados com a Freguesia, ou seja, de modo particular os que estão situados ao longo da Rodovia Baldicero Filomeno,⁷ em geral, seguindo esta ordem de localização, “do trevo do Erasmo⁸ até

⁷ Em seu estudo “*Sou daqui, da Caieira da Barra do sul*”: parentesco, família, casa e pertença em uma localidade no sul do Brasil, Raquel Wiggers (2006) lembra a importância da Rodovia Baldicero Filomeno para as mudanças percebidas nessa localidade do Distrito de Ribeirão da Ilha a partir de 1978: “Em 1975 a Rodovia Baldicero Filomeno foi aberta respeitando um caminho antigo, uma trilha no mato, que costeava o mar e servia a todas as propriedades ao longo do trajeto até o centro da cidade [de Florianópolis]. [...] A estrada dividiu os terrenos em duas partes, uma para o lado da praia, outra para o lado do morro. [...] Assim, logo após a divisão dos terrenos pela abertura da estrada, aqueles localizados do lado da praia foram sendo vendidos para pessoas ‘de fora’ do bairro, que os procuravam para suas casas de veraneio. [...]” (WIGGERS, 2006, p. 26-28, grifo da autora). Cabe lembrar que, quando da sua abertura, essa estrada possuía outro nome, homenageando uma figura, segundo a história local, muito conhecida no Ribeirão e fora deste: o chamado “poeta do Brejo” (Rua Marcelino Antônio Dutra). Nascido na Costeira do Ribeirão (1809-1869), Marcelino tem, ainda hoje, seu nome ligado à estrada por diversos moradores da Freguesia, que lamentam a troca de nome. A questão dessa mudança e seus detalhes serão mencionados oportunamente. Quanto ao homenageado, além da poesia, ele desenvolveu atividades como político (vereador e deputado estadual), juiz de paz e promotor público em Florianópolis (ver mais detalhes sobre a vida do morador em PEREIRA, N.; PEREIRA, F.; SILVA NETO, 1990, p. 136-137).

⁸ O nome faz menção a um antigo morador local (Erasmo Antunes, nascido no distrito em 1923) que tinha comércio “bem no trevo”, i.e., nas imediações do lugar conhecido pelos moradores como Fazenda do Rio Tavares (sentido sul da Ilha), próximo ao entroncamento de vias (encruzo designado oficialmente como “Santa Cruz do Erasmo”) que dá acesso à Rodovia Baldicero Filomeno. Esta, que é uma rodovia estadual, começa na localidade de Alto Ribeirão (no trevo), e, logo no início da estrada, há uma placa indicativa de sua denominação. Mais

Naufragados”): Alto Ribeirão, Canto do Rio (ou Candonga),⁹ Barro Vermelho, Freguesia, Costeira do Ribeirão, Caiacangaçu, Tapera do Sul, Caieira da Barra do Sul e Naufragados. Algumas pessoas, porém, mostram conhecer a região em seus detalhes. Nesse sentido, elas falam das localidades distritais sublinhando, por exemplo, aquilo que identificam como mudanças vindas em consequência das melhorias do sistema viário no distrito em época recente, como é o caso da Rodovia Aparício Ramos Cordeiro, assim denominada oficialmente em 1998. Intendente no sul da Ilha entre os anos de 1997 e 2000, Osvaldo Laurindo observa sobre o traçado do Distrito de Ribeirão da Ilha hoje:

O distrito pega desde lá do Erasmo, ali das Areias (ali tem mais duas ruas, só) [...] Pega dali até a polícia rodoviária lá. Da polícia rodoviária pra cá, um pedaço é do Ribeirão, pega toda a área da Tapera (só que o asfalto, a manutenção é do Estado). [...] Que antigamente... Eles faziam [a delimitação dos lugares] pelo traçado dos rios. [...] Antes de chegar à polícia rodoviária, tu olhas, tem um riozinho lá. Então, eles faziam aquele traçado. Aquele traçado vai, vai, corre lá... Dali pra cá, pertence ao distrito do Ribeirão. Pra lá, já é uma parte do Pântano do Sul, outra parte, do Campeche – que pertencia à Lagoa, agora o Campeche é um distrito. Então, eles faziam o traçado pelos riozinhos. [...] Na polícia, ali tem um traçado, pega essa parte dali da Tapera, que vai ali pra Tapera – estrada nova que pertence ao distrito do Ribeirão –, e vem toda vida, vai até a Barra do Sul. [...] Carianos, tinha uma época, pertencia ao Ribeirão. Não pertence mais. Depois que fizeram a interferência [a construção da nova

informações sobre o referido morador podem ser encontradas em PEREIRA, N.; PEREIRA, F.; SILVA NETO, 1990, p. 134-135.

⁹ Candonga faz alusão ao apelido de um antigo comerciante (falecido) do Ribeirão que tinha armazém – de “secos e molhados”, como dizem os moradores – nessa região próxima à localidade designada Tapera (Mirim), também pertencente ao mesmo distrito. As pessoas da Freguesia usam também a expressão “lá no Zeca do Candonga”, reportando-se ao ponto cuja referência é o “filho do Candonga”, que continuou a tocar, por muitos anos, a venda do pai quando da morte deste. Hoje, o armazém não existe mais; o imóvel, que é ainda de parte da família, está alugado para outro comércio, mas esse trecho continua a ser chamado de Candonga, ou, mais frequentemente, Zeca do Candonga (segundo moradores, Zeca “deve estar” com mais de 80 anos). Agora, conforme a observação acima, é recorrente ouvir pessoas citando mais os lugares situados ao longo da Rodovia Baldicero Filomeno, o que é o caso, por exemplo, do Candonga (ou Canto do Rio), e não o da Tapera Mirim (ou da Base Aérea).

estrada, a Rodovia Aparício Ramos Cordeiro, em 1998], tiraram fora. Mas, na prefeitura, ainda consta como se fosse pertencente ao distrito do Ribeirão. Mas, aí, com essa interferência da estrada ali, eles botaram, a prefeitura botou [Carianos] como núcleo lá do centro, como pertencendo ao Saco dos Limões. [...] Sempre foi considerado do Ribeirão. Mas, depois, de uns anos pra cá, depois que houve essa interferência da estrada ali... [...] Dentro do contexto [local], podes colocar [Carianos] como [se] fosse... [do distrito]. (Oswaldo Laurindo, informação verbal em 02 de agosto de 2014).¹⁰

No contexto distrital: o “como se fosse” das/dos moradores

Embora as/os moradores da Freguesia reconheçam o importante papel das duas rodovias estaduais dentro do território distrital, por esse comentário acima, referindo-se à “estrada nova”, o morador lembra algo interessante, i.e., um aspecto de “interferência da estrada”, por assim dizer, na geopolítica de delimitação do distrito. Ou seja, uma interferência pode significar muitas coisas para as pessoas do lugar, desde os melhoramentos (reivindicados) dos acessos às localidades distritais até a reconfiguração destas, como resultado das transformações operadas no distrito pelos órgãos e agentes públicos de Florianópolis e de Santa Catarina nos últimos anos. Ou pode, ainda, apontar para o “contexto” local, onde algo simplesmente pode ser “como fosse” (ou como não fosse) do Distrito de Ribeirão da Ilha, como sugere finalmente o morador.¹¹ Em outras palavras, as relações estabelecidas

¹⁰ Conhecido por todos como “Vadinho”, Oswaldo Laurindo tem hoje 60 anos de idade, é nascido no bairro do Saco dos Limões (sua mãe nasceu na Freguesia do Ribeirão, e seu pai era de um dos morros do centro de Florianópolis). O morador lembra que foi criado na Freguesia. Casado, há 37 anos, com Angela Laurindo (nascida em Brusque/SC), o casal tem duas filhas (casadas) e dois netos, e até recentemente morava numa casa comprada por Vadinho (em 1977) de seu avô materno, que se localiza na parte central da vila-sede, de frente para o mar. Hoje, uma das filhas mora com a sua “família” (marido e filho) nessa casa, o Vadinho e sua esposa moram na casa de trás (no mesmo terreno), construída também em época recente.

¹¹ Sobre a informação, acima transcrita, da localidade de Carianos não pertencer mais ao Ribeirão, fiquei surpresa ao recebê-la, pois o que consta na prefeitura de Florianópolis é contrário a essa afirmação. Em visita recente a Câmara Municipal de Florianópolis/CMF, foi possível confirmar que Carianos pertence ao distrito. Na ocasião, comentei sobre essa suposta mudança no traçado distrital, informada por um morador. Um funcionário do setor *Assessoria de Engenharia, Urbanismo e Arquitetura* da Câmara lembrou, então, que, às vezes, pode

localmente pelos moradores de cada lugar é o que, de fato, importam ser pensadas aqui. Nessa perspectiva, parece apropriado refletir sobre o modo como os moradores da vila-sede falam das localidades que formam o distrito, em torno, ou melhor, ao longo da Rodovia Baldicero Filomeno. Na página seguinte, para ter-se uma ideia cartográfica da região em pauta, o mapa apresenta os 12 distritos administrativos municipais, destacando o Distrito Sede e o Distrito de Ribeirão da Ilha. Nesse caso, é possível notar os limites territoriais dos distritos, especialmente os do Ribeirão.¹²

acontecer das pessoas de determinada região não se “identificarem” com alguma localidade. Se as pessoas da Freguesia não se identificam com Carianos, ou, como procuro observar, se este lugar não faz parte dos nomes locais acionados frequentemente para indicar a formação do distrito, é algo interessante a ser pensado desde as relações locais ainda neste capítulo da tese.

¹² A região costeira do Ribeirão da Ilha na qual se avista uma única e longa estrada (de mão dupla) passando por diversas localidades, do “trevo do Erasmo” até a Caieira da Barra do Sul, é apenas parte do distrito do Ribeirão, que compreende outros trechos. Segundo o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis/IPUF, o distrito é constituído por: Alto Ribeirão; Barro Vermelho; Caiacangaçu; Caieira da Barra do Sul; Carianos; Costeira do Ribeirão; Freguesia do Ribeirão (sede distrital); Praia dos Naufragados; Tapera; Sertão do Peri (IPUF; EDEME, 1999, p. 84; IPUF; ITIS, 2003). A maioria dos nomes que é lembrada pelos moradores quando eles se referem à formação do distrito, de maneira particular, indica aqueles lugares pelos quais a Rodovia Baldicero Filomeno passa. Tal via se estende por vários desses trechos, situando-os, hoje, às suas margens e ao longo da estrada, em regiões contíguas, ou mais ou menos próximas da vila-sede. Já PEREIRA, N.; PEREIRA, F.; SILVA NETO (1990) apresentavam mais particularidades quanto ao número e aos nomes locais do distrito: “Freguesia-Sede, Alto Ribeirão, Areias do Morro das Pedras (parte), Areias, Carianos, Tapera do Sul, Tapera Mirim ou da Base [Aérea], Ressacada, Porto do Ribeirão ou Candonga ou Canto do Rio, Pedregal, Caiacanga-Açu, Caieira da Barra Sul, Naufragados, Barro Vermelho, Sertão do Peri ou Sertão do Ribeirão e Sertão dos Indaiá” (PEREIRA, N.; PEREIRA, F.; SILVA NETO, 1990, p. 25).

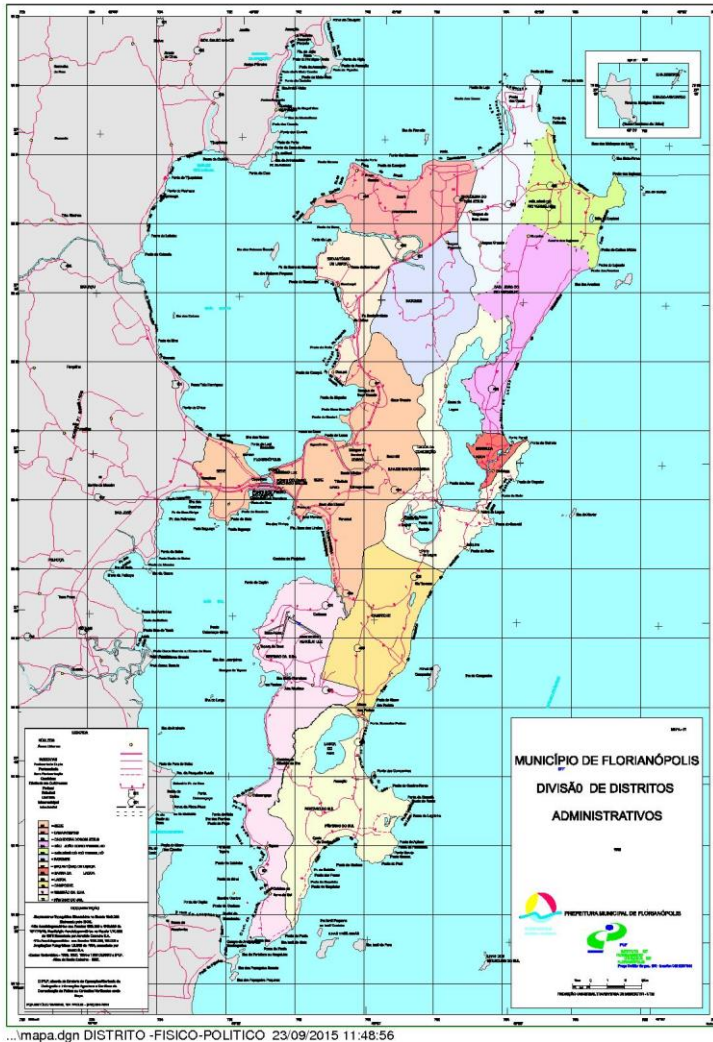


Figura 4 – Os distritos do município de Florianópolis, destaque para o Distrito Sede e o Distrito de Ribeirão da Ilha, fonte IPUF.

O curioso é perceber, pela fala dos moradores da Freguesia, o destaque para um traçado do distrito ligado à presença da citada Rodovia Baldicero Filomeno e dos trechos distritais referidos a ela nessa delimitação local. Ora, os moradores desconhecem os limites que corresponderiam ao seu distrito e/ou a existência de outras áreas a ele pertencentes? Creio não ser este o caso. Mais interessante seria anotar que os ribeironenses da sede distrital recorrem a uma aceção local de pertencimento ao Ribeirão que se faz sentir pelas relações de certa vizinhança¹³ entre os lugares supracitados, ou melhor, de mais ou menos proximidade entre os diversos locais e seus habitantes, e, em todo caso, pela importância de pertencerem todos ao “Ribeirão” – um lugar de “muita história”, de “antigamente” –, onde as famílias teriam se constituído e vivido “sempre”, de modo particular, reconhecendo nele a sua “casa”, a sua área, o espaço das suas relações de família. Manifestam também o seu entendimento de certo predomínio econômico e político da vila-sede com relação às demais localidades no contexto do distrito, e até no da cidade de Florianópolis (voltarei ao assunto mais adiante). Em outras palavras, a Freguesia do Ribeirão teria a sua precedência histórica marcada pelos inícios da vida das famílias no lugar e pela longa permanência das mesmas nessa região tão antiga da cidade.¹⁴ Como ressalta o morador:

[...] Aqui... é um distrito, né? [...] Por exemplo, se tu vens para cá, [tu dizes] “eu vou na Freguesia”. Que a Freguesia era conhecida antigamente como um ponto de troca de mercadorias. Por exemplo, o pessoal que vinha lá da Barra do Sul trazia a mercadoria – o que plantava, o peixe –, aqui seria o ponto de troca, já levava outras coisas daqui pra

¹³ Ao discorrer sobre os critérios de definição das Unidades Espaciais de Planejamento (UEPs) do município de Florianópolis, Amilton Vergara de Souza (1996), então arquiteto do IPUF, lembrava a concepção urbanística de “unidade de vizinhança”. E citando várias pesquisas na literatura especializada: “[...] estudos... detectaram que o ser humano só domina sensorialmente, só cria um sentido de lugar e só se identifica com territórios com área de até 2 km² e distâncias inferiores a 1500 metros. Foi comprovado que a orientação espacial nas cidades decresce de regiões para vias e, posteriormente, marcos visuais, podendo chegar a chaves visuais, conforme o tempo de residência e o domínio do espaço possuídos pelo cidadão” (SOUZA, 1996, p. 1-3).

¹⁴ Falando sobre a história de Florianópolis na segunda metade do século XIX, Paulino Cardoso (2008) lembra: “Ao Sul, embora o Rio Tavares fosse o mais importante curso d’água navegável, era a Freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão que constituía o principal núcleo populacional” (CARDOSO, 2008, p. 55).

lá... . Do Alto Ribeirão [também vinham pessoas]... . Como tem a Freguesia da Lagoa, a Freguesia de Canasvieiras... Então, existem as freguesias, de onde se formaram os distritos, né? (Osvaldo Laurindo, informação verbal em 19 de outubro de 2007).¹⁵



Figura 5 – Centro histórico da Freguesia do Ribeirão (Foto Marta Machado)

Talvez por ser a sede do distrito e ter a mesma referência toponímica (Ribeirão da Ilha), a Freguesia – uma parte – seja facilmente tomada pelo todo – o Distrito de Ribeirão da Ilha – na fala dos moradores em diversas ocasiões. Mas, efetivamente, atribui-se um mérito especial ao lugar pelo significado histórico que este carrega como “o ponto” em que a vida das famílias se desenvolvia no passado pelas trocas de mercadorias, por exemplo, como se leu acima. E, certamente, não só trocas desse tipo. Nos dias de hoje, a Freguesia

¹⁵ Funcionário aposentado da Prefeitura Municipal de Florianópolis/PMF, Osvaldo Laurindo (o “Vadinho”) foi intendente no sul da Ilha entre os anos de 1997 e 2000. Atualmente, segundo relato recente do próprio Vadinho, tendo aceitado um convite do prefeito de Florianópolis (César Souza Júnior), ele trabalha como “gerente de obras” na Secretaria de Obras do município. Mais informações sobre o morador são encontradas em nota anterior neste capítulo.

guarda ainda um valor distinto como um centro aglutinador de atividades comerciais e profissionais, de eventos religiosos, políticos e sociais, de vida familiar e comunitária enfim, obviamente marcada pelas transformações ocorridas ao longo dos últimos 40 anos. Ao descrever, neste capítulo, o lugar, seus moradores e algumas de suas atuais práticas, assim como as mudanças por eles percebidas na vila, apontar-se-ão aspectos que culminam com as particularidades desde as quais as pessoas da Freguesia se referem a ela com certo orgulho de viverem “no Ribeirão”, entenda-se um sentimento altivo expresso por elogios e palavras de enlevo a essa parte do Distrito de Ribeirão da Ilha, i.e., a vila-sede.

A Freguesia no Ribeirão: entre paisagens, coisas e pessoas

Quanto ao distrito, este ocupa evidentemente um espaço de maior extensão que o da sua sede. Dados recolhidos de um sítio da prefeitura de Florianópolis¹⁶ informam que o Distrito de Ribeirão da Ilha corresponde a uma área de 52.565 km² e a um perímetro de 70.191 km. Desse total, o bairro do Ribeirão da Ilha – a sede distrital – equivale a uma área de 4.511 km² e a um perímetro de 11.869 km. Diga-se de passagem, a palavra bairro, cuja definição é utilizada hoje pelo IBGE para designar as localidades intradistritais,¹⁷ quase nunca aparece nas falas dos moradores. Frequentemente, eles se referem ao lugar, como lembrou acima o morador, chamando-o de “Freguesia”, “comunidade” e/ou “vila”. Por essa razão, essas últimas denominações são mantidas também aqui. Para descrever o distrito caracterizando-o pelos contornos

¹⁶ Informações obtidas em <http://geo.pmf.sc.gov.br>, acesso em 03/04/2014.

¹⁷ Com relação ao Distrito de Ribeirão da Ilha, por exemplo, o que o IPUF (como órgão competente), há até bem pouco tempo, determinava de UEPs, i.e., Unidades Espaciais de Planejamento – divisão do território municipal, datada de 1980, com a finalidade de apurar dados estatísticos e de executar planejamentos gerais no município de Florianópolis (SOUZA, 1996) –, para o IBGE, são bairros. Ou seja, o Distrito Sede “é o único distrito que tem a denominação oficial dos bairros definida pela lei n° 5.504 de 21 de julho de 1999” (IPUF; EDEME, 1999, p. 38). Segundo Luiz Paulo Vieira (IBGE), quanto à geografia, em seus manuais, o Instituto “define as áreas de apuração que são áreas geograficamente delimitadas nos mapas e cadastradas para servir de unidade espacial de apuração de dados censitários”. Nesse sentido, dentre outras, o bairro figura como uma “área de apuração”, ou melhor, “subdivisão intraurbana denominada bairro, área de planejamento etc. legalmente estabelecida ou oficialmente informada pelo órgão competente (prefeituras municipais)” (informação obtida via email em 23/07/2014). Quanto às UEPs, de acordo com funcionários da Câmara Municipal de Florianópolis em agosto de 2014, essa definição já não aparece no texto do novo plano diretor do município, que entrou em vigor em janeiro de 2014. Essas (e outras) variações de nomenclatura e classificação entre órgãos oficiais, grosso modo, parecem interessantes para uma comparação dos descompassos entre categorias oficiais e locais.

de sua área, costuma-se indicar como peculiaridade do Ribeirão uma forma de macaco.¹⁸ Em geral, as observações acerca da geografia do distrito o destacam por sua formação da costa oeste da Ilha de Santa Catarina, parte meridional desta, definindo-o nos seguintes termos:

O Distrito do Ribeirão é banhado, na orla voltada para a Baía Sul, por uma sequência de dezenas de pequenas praias. A mais ao norte é Caiacangamirim, praia que contorna a ponta de terra desenhando a cabeça (mirim) pequena de um macaco, na expressão indígena, ou ainda, ponta de morro em forma de cabeça de macaco.

[...] o nome “Ribeirão” que fora dado a todo o Distrito provém de um pequeno rio ou ribeira, o qual nasce de uma forte cachoeira no alto de Santo Estevão (Alto Ribeirão) e que deságua em frente à Ilha D. Francisca, formando com a maré baixa uma pequena península no lugar chamado “Contrato” ou “Cadete”.

[...] O Distrito... é formado da parte meridional da Ilha de Santa Catarina, e acha-se separado da parte norte da cidade pelos riachos Tavares e Caiacangamirim. Primitivamente esta região foi habitada pelos índios Carijós.

[...] Encontra-se, em frente à ilhota Garcia, uma enseada onde deságua um pequeno rio, cuja foz terá de 5 a 7 metros de largura e onde se eleva o monte mais alto da Ilha, que mede 532 metros. No sopé deste monte se alojou a Freguesia do Ribeirão... (IPUF; EDEME, 1999, p. 84-86; IPUF; ITIS, 2003).

¹⁸ O termo indígena “caiaca” (guarani) – do qual vem a designação de Caiacangaçu, dada a uma das localidades intradistritais de Ribeirão da Ilha ainda hoje – significa “cabeça de macaco”, e, outrora, por lei estadual, serviu à modificação do nome do distrito entre os anos de 1943-1948, que passou a se chamar Caiacanga. Em 1949, o distrito restituiria o seu antigo topônimo, denominando-se Vila do Ribeirão (LUZ, 1994, p. 33-36).



Figura 6 – Mapa: a forma de uma “cabeça de macaco”, limites territoriais do Distrito de Ribeirão da Ilha (Mapa físico-político 1998, IPUF)

Nas linhas que demarcam o território distrital, além da figura de um macaco, sobressaem os contornos do mar e dos morros, das costeiras, do solo acidentado e da sinuosidade de uma paisagem habitualmente descrita por sua singular beleza: “[...] um traçado sinuoso contornado, oeste sul, pelo mar interno da Baía Sul, e a leste por um conjunto de elevações (morros)”. Assim sublinha-se também um enquadramento das qualidades naturais do lugar, feito pelo mar e pelos morros. E um traçado “pelo norte, fazendo limites com o Distrito da Capital demarcado pelos Rios Tavares e Fazenda. Limita-se [o distrito] ainda com os Distritos da Lagoa e do Pântano do Sul” (PEREIRA, N.; PEREIRA, F.; SILVA NETO, 1990, p. 27). Eis o distrito dos ribeironenses e a vila-sede dos moradores da Freguesia do Ribeirão singularizados pelo aprazimento dessa região: “O mar e o morro enquadram a bela paisagem” (IPUF; EDEME, 1999, p. 87; IPUF; ITIS, 2003). Nessa perspectiva, valoriza-se a região pelas “riquezas” da terra e do mar, pelos atrativos turísticos (e imobiliários), e igualmente por sua acolhedora gente. Muitas vezes, a propaganda que se encontra na mídia

e em diversos meios de divulgação sobre o distrito e a sua sede é também aquela lembrada pelos moradores da Freguesia em suas conversas. Esse aspecto será contemplado adiante. Abaixo, observam-se os traçados e contornos que são apontados com frequência na geografia local.



Figura 7 – Praia da Freguesia
(Fotos Marta Machado)



Figura 8 – Morro do Ribeirão

Em direção à Freguesia: estradas, novos caminhos e transformações

Esses lugares de natureza tão prodigiosa – o Distrito de Ribeirão da Ilha e, em especial, a sua vila-sede, a Freguesia – são descritos ainda, por diferentes atores da cidade de Florianópolis, pela exuberância das praias, das ilhas e dos rios, córregos e/ou ribeiros, dos morros, das pedras e matas, e do conjunto natural composto por tudo isso.¹⁹ Nas falas dos/das moradores/as da Freguesia, essa grande abundância da natureza aparece como o generoso presente de Deus a eles/as. E, muitas vezes, quando as pessoas se referem ao lugar como este onde nasceram, vivem e vão morrer, demonstram a sua satisfação por ver hoje certa superação de um tempo de antigamente em que faltava de “tudo” na casa das famílias. Pode-se, inclusive, compreender o seu reconhecimento da “abundância” em que se vive “agora” pela expressão simbólica de uma natureza “farta”, que recorrentemente sai da boca da gente do lugar, o que faz, em contrapartida, os/as moradores/as lembrarem das épocas de muita “luta” na localidade. Igualmente esses aspectos serão, a propósito, mencionados, assim como foram

¹⁹ Para mais informações sobre esses e outros aspectos geográficos e paisagísticos, ver PEREIRA, N.; PEREIRA, F.; SILVA NETO, 1990, p. 27-34; IPUF; ITIS, 2003.

inicialmente assinalados em algumas seções do primeiro capítulo da tese.



Figura 9 – Entrada da Freguesia do Ribeirão, imediações da “casa do Aurélio”

(Fotos Marta Machado)

É oportuno tocar ainda no assunto dos caminhos que podem levar à Freguesia do Ribeirão.²⁰ Nas primeiras vezes em que me dirigi ao local, em 2006, percorrendo vias asfaltadas no lugar denominado Fazenda do Rio Tavares (no sentido sul da Ilha), era preciso buscar uma entrada do distrito pelo “trevo do Erasmo”, acima referido, sendo que o melhor acesso à vila-sede se dava por esse trajeto mais antigo de cerca de nove quilômetros contados do início do tal encruzo até a sede propriamente dita, onde, na entrada, uma placa sinaliza: “Freguesia do Ribeirão”. Em anos recentes (entre 1998 e 2000), após reivindicações dos moradores dessa região do distrito – contando estes com o apoio de políticos locais e de Florianópolis –, o governo estadual abriu uma nova estrada (Rodovia Aparício Ramos Cordeiro),²¹ para facilitar o acesso de

²⁰ Refiro-me a um percurso feito, nos dias de hoje, por terra com carro próprio ou de ônibus. De fato, como se sabe da geografia e da história do lugar, antigamente, o acesso à Freguesia do Ribeirão era “muito difícil”, como dizem os moradores. Para transitar pelo distrito e/ou para deste sair, muitas vezes, recorria-se a barco, que era também o modo como os habitantes de outras regiões vizinhas conseguiam entrar na localidade. O mar era, portanto, um caminho privilegiado de entrada e saída do distrito. Hoje, o trânsito pelo mar é utilizado por moradores de áreas inacessíveis por terra, por trabalhadores da maricultura e também por turistas (PEREIRA, N.; PEREIRA, F.; SILVA NETO, 1990; WIGGERS, 2006; BRITTO, 2012).

²¹ O nome Aparício Ramos Cordeiro dado à “Rodovia Estadual Via Parque” foi proposto pelo então deputado estadual Cesar Souza (pai do atual prefeito de Florianópolis, Cesar Souza Júnior), mediante Projeto de Lei (PL 145/97) que, após aprovado pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina, resultou na Lei Nº 10.716 sancionada pelo então governador do Estado Paulo Afonso Evangelista Vieira, entrando em vigor na data de sua publicação no Diário

carros e ônibus a várias localidades distritais, encurtando assim o percurso antes feito apenas pelo “trevo do Erasmo”. Trata-se de uma via alternativa para se chegar à Rodovia Baldicero Filomeno, no caso, uma estrada que corta caminho pela localidade da Tapera (Mirim), também reduzindo hoje os quilômetros percorridos até chegar à vila-sede. Com essa nova opção viária, segundo moradores, o trajeto do centro de Florianópolis até a Freguesia do Ribeirão diminuiu para algo em torno a 23 km – pelo “trevo do Erasmo”, a distância entre centro e Freguesia é de 27 km (IPUF; EDEME, 1999, p. 92). A seguir, um mapa que identifica essas recentes mudanças viárias na região.



Figura 10 – Mapa e pormenor com as rodovias estaduais Baldicero Filomeno e Aparício Ramos Cordeiro: recentes mudanças no distrito (Mapa Google)

Quanto à entrada da sede distrital, a inscrição do nome da localidade contrasta com a placa em que a palavra “Freguesia” aparece

Oficial da União, i.e., em 13 de janeiro de 1998. Assim, em seu Art. 1º: “Fica denominado Aparício Ramos Cordeiro, o acesso Tapera - SC-405, conhecido como contorno do aeroporto, no Município de Florianópolis”. Quanto à justificativa para o nome do morador “homenageado” (nascido no Distrito de Ribeirão da Ilha em 1904 e aí falecido em 1959), que integra o referido projeto: “Durante sua vida exerceu várias funções, sempre na atividade privada foi comerciante, cerealista, possuiu uma torrefação de café, trabalhou no transporte de madeira, de combustível e foi um dos pioneiros no transporte coletivo de passageiros nesta Capital, sendo o fundador da Empresa Ribeironense de Transporte Coletivo” (ver documentos em anexo).

aos visitantes. A placa, tipo a de moderna sinalização de trânsito, foi aí colocada em anos recentes,²² nem mais a palavra “Freguesia” (1809) é escrita desse jeito, e, em particular, nem mais o lugar é considerado oficialmente como tal.²³ No entanto, a permanência do nome e a presença da placa marcam, para muitos moradores, o começo da localidade e uma de suas fronteiras simbólicas em relação ao distrito como um todo.²⁴ Há, porém, os que apontem como início da Freguesia um pontilhão localizado muito antes dessa placa, que indicaria a divisa entre a localidade de Alto Ribeirão e a sede distrital, aumentando, assim, o espaço que corresponderia à Freguesia do Ribeirão. Ora, de acordo com a definição da maioria dos moradores da vila-sede consultados, neste trabalho, considero como Freguesia o trecho que “começa na placa” (ou “na casa do Aurélio”, proprietário do imóvel que se localiza nas imediações da placa) e vai até “o final da Praia do Rita” e/ou “o começo do asfalto”, como indica algum detalhe no mapa abaixo.

²² Segundo Osvaldo Laurindo (“Vadinho”), a placa na entrada da Freguesia foi colocada recentemente (depois dos anos 1990) pela prefeitura de Florianópolis, para que visitantes ocasionais, turistas e demais pessoas de passagem pelo Ribeirão da Ilha pudessem saber se localizar nessa região (informação verbal em 02 de agosto de 2014).

²³ Como mencionado antes, frequentemente, os moradores se referem à localidade pelo nome de “Freguesia”, o que me levou a indagar ao professor Nereu do Vale Pereira se, em relação às demais antigas freguesias de Florianópolis, somente aquela permanecia com esse título: “Também não, oficialmente não é freguesia. Atualmente é a sede distrital”. Quando então questionei por que o nome permanece na placa de entrada do lugar, ele respondeu: “Tem uma placa para caracterizar o que é o Ribeirão da Ilha para o visitante. Havia até uma placa mais detalhada (nas prefeituras anteriores) que eu queria ter conseguido que fosse colocada ali. Essa [placa] atual está um pouco desprezada nesse detalhe. Havia um pouco mais de detalhes, por que é freguesia, essa coisa toda. Porque o Ribeirão não é só a Freguesia. [...] O termo freguesia é uma designação do direito público-administrativo, e a paróquia, do direito eclesástico. Então, no caso, toda comunidade que ascendia ao nível de paróquia, automaticamente, o poder político chamava essa comunidade de freguesia, e antes era só um povoado, era póvoa, vem [o termo] pra freguesia. Depois de ser freguesia, passa a ser conselho do paço, é o terceiro nível, então em nível de município” (PEREIRA, N., informação verbal em 31 de julho de 2012).

²⁴ A palavra freguesia, que significa “povoação, sob o aspecto eclesástico” (MINIAURÉLIO, 2008), como lembra a nota acima, não existe mais do ponto de vista oficial (legal). Em 1889, proclamada a República no Brasil, Igreja e Estado, então separados, utilizam respectivamente os termos paróquia e distrito para nomear o que era denominado freguesia à época da Colônia e do Império (FERREIRA, 2006, p. 27).

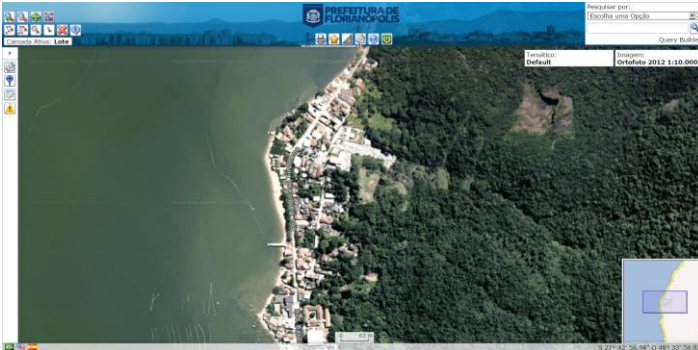


Figura 11 – Freguesia do Ribeirão, parte central da vila (Fonte: geo.pmf.sc.gov.br)

Agora, por aquilo que se observa nas considerações iniciais deste capítulo, nos dias de hoje, seguindo a fala dos moradores, é possível compreender fronteiras fluídas entre diversas localidades pertencentes ao distrito nessa região, haja vista que estas se avizinham num traçado local, como muitos afirmam, “do trevo do Erasmo até a Caieira da Barra do Sul” (ou o início do caminho para a Praia dos Naufragados), situando aí o Ribeirão, onde diferentes trechos dessa parte do distrito são identificados por um nome específico, como já foi assinalado anteriormente. Em outras palavras, o que nos primórdios fora designado como “Freguesia de Nossa Senhora da Lapa” e/ou “Freguesia do Ribeirão”, com o passar do tempo, se ampliou – se espalhou e se transformou – por essa longa e única via costeira outrora chamada de Marcelino Antônio Dutra (anos 1970), hoje conhecida como Rodovia Baldicero Filomeno.²⁵ Portanto, na atual configuração do distrito, ocupo-me do trecho delimitado pelos moradores como referente à sede

²⁵ Com frequência, quando se fala em Rodovia Baldicero Filomeno perguntando quem teria sido essa pessoa, os moradores vão logo lembrando que tal homem não tinha “nada a ver” com o Ribeirão, e que foi um erro mudar o nome antigo (Marcelino Antônio Dutra), o qual homenageava um importante filho do lugar chamado de “o poeta do Brejo”. Dizem ainda que a troca foi feita por ação de “políticos” que ignoraram a vontade dos ribeironenses, dando à rodovia o nome de uma pessoa “de fora” (alguns afirmam que o atual homenageado teria nascido no município de São José). De acordo com o relato do senhor Antônio Antunes da Cruz, morador da Freguesia hoje falecido (PEREIRA, N.; PEREIRA, F.; SILVA NETO, 1990, p. 259), Baldicero Filomeno “andava” com o “grande político catarinense” Aderbal Ramos da Silva, e um de seus filhos era amigo de Edison Andrino. Este, na condição de deputado estadual, teria sido o responsável pela “troca” de nomes. De fato, a proposta de denominação dessa estrada se deu por Projeto de Lei (PL 69/84) de autoria do referido político. A lei n. 6.393, que passou a vigorar em 16 de julho de 1984, foi sancionada pelo então governador do Estado Esperidião Amin Helou Filho: “Fica denominada Baldicero Filomeno, a via pública Estadual que parte do encruzo Santa Cruz do Erasmo, até a localidade de Caieira da Barra do Sul, nesta Capital” (ver documento em anexo).

distrital, por ser este o entendimento da maioria deles. O mapa, a seguir, procura apresentar a atual Freguesia do Ribeirão, a vila-sede do distrito.²⁶

²⁶ Mapa gentilmente elaborado por Elsom Bertoldo Passos. Nascido no Distrito de Ribeirão da Ilha, numa localidade (Barro Vermelho) contígua à Freguesia, em 1959, de onde se mudou ainda criança junto com os pais e irmãos para a vila-sede, Elsom é casado (sua esposa nasceu na Freguesia), tem um casal de filhos, e é engenheiro sanitarista da Prefeitura Municipal de Florianópolis. Atualmente, mora e trabalha no centro da cidade, e, como ele mesmo lembra sobre o lugar, está “sempre” lá aos finais de semana e em outras ocasiões em que pode estar, pois “adora o Ribeirão”, onde pretende viver depois de se aposentar.

Figura 12 – Mapa da Freguesia do Ribeirão, elaborado por Elsom Bertoldo Passos

2.2 Espaços da rua: as casas, a igreja, as praças, as praias, a Freguesia

Impressões e expressões locais: os sinais de mudança

Nas primeiras vezes que cheguei ao distrito entrando pelo “trevo do Erasmo” – portanto, fazendo o percurso mais longo (e mais antigo) de acesso à Freguesia²⁷ –, eu era tomada por uma sensação peculiar,²⁸ como se estivesse visitando uma cidadezinha do interior catarinense (lembrando lugares onde eu tinha estado havia anos), estrada de paralelepípedos²⁹ com pouco ou quase nenhum acostamento, margeando

²⁷ Com o tempo, indo e voltando regularmente à Freguesia, passei a buscar a já referida estrada alternativa (Rodovia Aparício Ramos Cordeiro), entrando pela Tapera, para alcançar a via principal de acesso à localidade, a Rodovia Baldicero Filomeno. Assim, é possível evitar o caminho mais longo pelo “trevo do Erasmo”, encurtando o trajeto até a vila-sede. Hoje, como se pode facilmente supor, o fluxo de veículos é muito mais intenso nessa nova estrada.

²⁸ Em diferentes ocasiões, semelhante sensação me foi narrada por diversas pessoas que estiveram comigo na Freguesia, passeando e conhecendo-a. O filho de um amigo, por exemplo, disse que lhe parecia estar em Ouro Preto, município mineiro conhecido por sua “arquitetura histórica”. Há uma ideia de localidade antiga e histórica, com características rudimentares, por assim dizer, que também faz parte das referências dos moradores locais quando estes falam de certa importância da Freguesia do Ribeirão atualmente, como venho enfatizando.

²⁹ Hoje, a Rodovia Baldicero Filomeno está quase totalmente asfaltada, exceto o trecho dentro da Freguesia, que se conserva com lajotas de cimento (de 40 anos atrás), como dizem os moradores, “da época do [prefeito] Nilton Severo” (1974). Há tempos, as pessoas explicavam que esse calçamento fora mantido por causa “dos casarios antigos”, observando, porém, que o mesmo apresentava “agora” muitos problemas de conservação, o que levaria à sua futura substituição. No caso, a prefeitura de Florianópolis colocaria um pavimento intertravado – o “paver”, blocos de concreto intertravados para revestimento de praças, passeios, pátios, ruas etc. – semelhante ao que teria sido colocado em Santo Antônio de Lisboa (norte da Ilha) quando da “revitalização” daquela localidade pela prefeitura. Nesse sentido, recentemente, os “moradores da comunidade” (Freguesia do Ribeirão) foram convidados a participar da “solenidade de assinatura de ordem de serviço para o início da implantação do novo pavimento” na vila-sede, marcada para 12 de junho de 2015 na “Praça da Freguesia do Ribeirão” (Praça Dona Chiquinha). O panfleto distribuído para a comunidade como convite vinha em nome do vereador Celso Sandrini, eleito em 2012. Este é nascido (1960) em Florianópolis e casado com uma “filha do Ribeirão”, morando atualmente na Freguesia. Funcionário público estadual, o vereador (PMDB) é apresentado (em sua biografia na Câmara Municipal) como “incentivador do resgate da cultura açorianana” e como “pioneiro na atividade da maricultura no sul da Ilha”. Sobre a referida solenidade na vila, à época, algumas pessoas informavam que a cerimônia contaria ainda com a presença do prefeito César Souza Júnior. Ultimamente, vários moradores manifestaram sua indignação (inclusive pela mídia) quanto ao assunto do “novo calçamento”, afirmando que, mal começou, o serviço teria sido interrompido pela empresa contratada pela prefeitura, porque “não tem dinheiro pra continuar a obra”, e parte dos moradores locais já vinha sofrendo com a “poeirada” do trabalho de retirada das lajotas, pó que entrava para as residências e atrapalhava também o comércio do lugar, além das

terrenos e casas antigas, muitas destas em madeira, alguns animais no pasto, um cenário rústico que me sugeria uma vida de sítio ou roça (como escutei tantas vezes a minha mãe contar sobre a sua vida de solteira em família no interior do sul de Santa Catarina). Pela forte impressão inicial, logo eu me acostumaria a esse longo caminho (o da Rodovia Baldicero Filomeno) dirigindo o carro ao som de alguma música clássica, era como se as notas musicais e a paisagem do lugar afinassem nas melodias do compositor³⁰ que, naquele momento, me permitia reparar (e apreciar) o percurso sinuoso, conhecendo as várias curvas, os morros verdosos e o mar até encontrar a placa indicativa da vila-sede do Ribeirão. Ora, para além desse olhar bucólico (e pessoal) inicialmente presente nos caminhos à Freguesia, há hoje outras impressões do Ribeirão da Ilha que dão lugar a uma visada interessante sobre o distrito e a sua sede, tendo-os em conta no contexto de várias mudanças locais e igualmente da cidade de Florianópolis nos últimos anos. Por outro lado, alguns lugares na vila-sede falam sobre como é a Freguesia atualmente. Nesse sentido, primeiramente, reporto-me aos espaços da rua, ampliando a vista para as referidas transformações no lugar.

Uma caminhada pelas ruas da Freguesia, em geral, leva um/a visitante a admirar a composição harmônica do seu conjunto de casas enfileiradas e prédios outros antigos, calçadas, arruamento, praças e praias à beira das quais essa arquitetura de paisagem interiorana teria surgido em importantes séculos da história de Santa Catarina e de Florianópolis. Diversos estudos procuram valorizar esse aspecto, inclusive para mostrar a permanência da tradição e/ou do tradicional em meio à vida moderna. A Freguesia do Ribeirão é vista como um lugar paradisíaco que resiste “no” tempo: “Mas os filhos destes [moradores mais velhos] vêm mantendo muitas coisas que permanecem em meio às mudanças”. A vila permitiria experimentar, pois, uma ligação (quase que direta) entre presente e passado: “Os ‘de fora’ que vêm conhecer o lugar são os que mais enxergam isto. Eles garantem que ali a história

inconveniências no trânsito local. Por solicitação dos próprios moradores, há pouco tempo, as lajotas foram recolocadas na rua, à espera da nova pavimentação.

Oportuno lembrar também que, antes do pleito de 2012 (eleição para prefeito e vereadores), em outubro do referido ano, foram executadas obras em áreas próximas à vila-sede, por onde passaria o “tapete preto” – expressão que ganhou popularidade na administração do prefeito Dário Berger (2005-2012), caracterizando uma “operação” de asfaltamento das ruas da cidade nesse período.

³⁰ Johann Sebastian Bach (1685-1750) – como lembrava Ariano Suassuna, em entrevista recentemente reexibida pela TVUFSC (29/11/2015) com o escritor e dramaturgo paraibano (falecido em 2014), Bach foi um mestre do “barroco”.

não acaba” (NOVA, 1997, p. 50, grifo da autora). Ou seja, haveria nesse lugar uma espécie de comprovação das origens histórico-culturais da vida na Freguesia, “[...] os traços deixados por nossos antepassados açorianos e seus descendentes ali estabelecidos a partir de meados do século XVIII” (LUZ apud FARIAS, 1998, p. 271). De fato, não se pode negar que se trata de um lugar especialmente bonito e que este evoca diferentes sensações. Mas o que é a Freguesia, a sede distrital, hoje? Como os/as moradores/as fazem-na sentir em suas palavras e práticas do dia-a-dia?



Figura 13 – Sequência de casas na Rodovia Baldicero Filomeno ou “Rua de Baixo” (Fotomontagem Andrea Eichenberger)

De ruas e nomes: os “do Ribeirão”

Tendo em conta o mapa da Freguesia do Ribeirão que foi apresentado anteriormente, pode-se falar, dentro do território da vila-sede, em duas vias longitudinais em sentido norte-sul, sendo uma delas – Rodovia Baldicero Filomeno – a via principal e a mais extensa, até porque, como se sabe das afirmações apresentadas acima, essa rodovia cobre um longo percurso do distrito na região costeira do sudoeste da Ilha de Santa Catarina – “do trevo do Erasmo até a Caieira”, como dizem as pessoas do lugar. Conhecida como “rua de baixo” (do lado de baixo), segundo os moradores, ela é assim denominada por ser a “rua geral”, que fica próxima ao mar. Quando a estrada foi aberta, nos anos 1970, só existiam as antigas construções e moradias da Freguesia voltadas para o mar, i.e., do lado esquerdo de quem entra na localidade (sentido norte-sul). Como lembrou um morador, “antigamente”, o mar “batia” bem perto das casas. Agora, diferentemente dessa, a “rua de

cima” (do lado de cima) é chamada assim em oposição à rua geral, que é a de baixo. De menor extensão e mais recente, aquela é uma via secundária, por assim dizer, e está próxima dos morros – estes onde, em outros tempos, os moradores plantavam, caçavam, lavavam roupas, e de onde tiravam água e lenha etc.³¹ A de cima é conhecida também como “rua da igreja”, embora ela tenha sido construída bem depois desta (1806), ou talvez precisamente por conta disso.³² As duas “ruas” (a de baixo e a de cima), até certo ponto, são paralelas entre si, sendo que existem outras vias de menor extensão – travessas e ruas – fazendo ligações entre ambas. Remeto o leitor ao supracitado mapa da vila-sede elaborado por Elsom Bertoldo Passos. Mais adiante, é possível também observar outros detalhes do traçado local de ruas, travessas etc. num mapa de ruas da Freguesia do Ribeirão.

De modo geral, quando se pergunta pelos nomes das ruas do lugar, os moradores citam Baldicero Filomeno (a “geral” ou “de baixo”) e Alberto Cavalheiro (a “da igreja” ou “de cima”), que, sem dúvida, são as ruas mais conhecidas (ou mais populares) na Freguesia. Não obstante muitos moradores não saberem (ou lembrarem) dizer que nomes têm os caminhos públicos internos da vila-sede, alguns informam que, frequentemente, o nome dado às ruas faz referência a pessoas do lugar,³³ cuja família quer homenageá-las. Nesse caso, alguém da família “pede” às autoridades públicas que se faça uma homenagem à determinada pessoa. Isso deveria significar, na prática, uma consulta junto à

³¹ Cabe salientar, a respeito dos antigos costumes e práticas da vida das famílias constituídas na sede distrital, que diversos aspectos assinalados pelos moradores em suas narrativas sobre “antigamente” serão lembrados oportunamente em diferentes seções dos capítulos da tese. Contudo, eu não pretendo desenvolver uma longa descrição quanto ao modo de vida das pessoas na Freguesia em tempos passados, ou melhor, isso aparece nas suas próprias considerações sobre o lugar quando se remetem, comparativamente, ao que este era “antes” e ao que é “hoje”.

³² As pessoas da Freguesia dizem que a “rua de cima” surgiu depois da “rua de baixo”, e, em comparação com esta última, o calçamento daquela demorou muito tempo para ser feito: “Se tem uns 20-25 anos, é muito!”, observa um morador. A pavimentação foi construída em mutirão pelos moradores, “na prefeitura do Andriño”. O prefeito fornecia os materiais e o “pessoal” da Freguesia ficava responsável pela mão-de-obra. Essa rua (a de cima) leva o nome de um morador local (falecido) que era carpinteiro naval (Alberto Cavalheiro), e que, não por acaso, aparece como um dos construtores de baleeiras saídas, no passado, da Freguesia para diversas partes do Brasil. Esse tema vai ser abordado oportunamente neste capítulo.

³³ Exceção feita no caso, por exemplo, da Rodovia Baldicero Filomeno, cujo homenageado não seria “filho do Ribeirão”. Os moradores dizem que ele “era de São José”, como foi supramencionado, mas, de fato, na biografia constante do Projeto de Lei (PL 69/84) que nomeia a via, afirma-se que ele nasceu em Florianópolis e se casou em São José. Outros exemplos estão no quadro apresentado adiante identificando os nomes de ruas na Freguesia e os respectivos homenageados.

comunidade, reunindo um abaixo-assinado representativo da vontade da maioria dos moradores. Entretanto, muitas vezes, um nome que foi indicado e/ou escolhido para as ruas da Freguesia (e não só para elas!) não tem representado a maioria; ou seja, “com meia dúzia de assinaturas” e por influência de algum vereador da/na localidade, a indicação passaria a ser nome de rua mediante lei municipal. A seguir, observa-se um mapa que desenha o arruamento no trecho correspondente à sede distrital, identificando nomes de rodovia, rua, travessa, servidão e beco existentes na Freguesia conforme regulamentação na Câmara Municipal de Florianópolis.³⁴



Figura 14 – Mapa de ruas fornecido pelo Setor de Engenharia e Arquitetura da Câmara Municipal de Florianópolis/CMF

Pelas informações cartográficas (e fotográficas), inicialmente, pode-se constatar que há um número expressivo de denominações para os caminhos públicos locais, os quais são diversos também em sua classificação (de rodovia a beco), como foi enumerado acima. Alguns pontos, no entanto, permanecem sem nomenclatura. Por outro lado, nota-se que a quase totalidade dos nomes dados às vias internas do lugar diz respeito a moradores falecidos que residiam e/ou tinham propriedades nas imediações das ruas, travessas, do beco etc. nomeados em sua homenagem – o que acontece igualmente no caso das praças, por exemplo, a “praça da igreja”, designada oficialmente como Praça Hermínio Silva (a mais antiga da vila) e a “Praça Dona Chiquinha”, Maria Francisca da Silva (mais recente) –, e cujas famílias, em sua maioria, mantêm alguma propriedade na vila-sede nos dias de hoje. Ainda sobre os nomes de rua, a maior parte deles pertence a pessoas de “ramo” familiar frequentemente associado, pela história local, a

³⁴ Mapa gentilmente fornecido por Antônio José da Silva Filho (engenheiro responsável) e Márcio da Silva (funcionário do setor), da Assessoria de Engenharia, Urbanismo e Arquitetura da Câmara Municipal de Florianópolis/CMF.

descendentes de europeus (portugueses, açorianos, espanhóis, alemães etc.) que teriam se fixado no Ribeirão da Ilha a partir do século XVIII. Além desses, uns poucos nomes completam, no quadro seguinte, a designação das vias internas da vila, apontando a pessoa homenageada, o local e ano de seu nascimento e morte, e a atividade profissional em que se destacou, conforme documentação fornecida pelos órgãos públicos competentes.³⁵

³⁵ Em geral, as informações apresentadas no referido quadro foram gentilmente fornecidas por funcionários/as da ALESC (no caso da Rodovia Baldicero Filomeno) e da Câmara Municipal de Florianópolis (no caso das demais vias públicas, por serem municipais). Entretanto, diversos dados e datas ou estão faltando em alguns desses documentos ou não coincidem com aqueles encontrados em outras fontes, como o livro de registro de sepultamento (no cemitério local) dos familiares dos moradores, disponibilizado na Intendência da Freguesia, ou mesmo a fala dos próprios moradores da vila-sede. Oportuno dizer também que as duas travessas (indicadas no quadro) foram criadas por Resolução (em 1934). Todas as outras vias foram criadas por lei estadual (a rodovia) e municipal (as ruas, a servidão e o beco), mediante Projeto de Lei (PL) de um deputado estadual e vereadores, respectivamente.

Denominação	Homenageado	Origem³⁶	Atividade
Rodovia	Baldicero Filomeno	Florianópolis (1907-1982)	Político
Rua	Oscar Gustavo da Silva	Ribeirão (1894-1966)	Construtor naval
Rua	João José D'Avila	Três Riachos (Biguaçu) (1905-1957)	Escrivão de Paz
Rua	Paulo Pedro Heidenreich	Ribeirão (1901-1966)	Construtor naval
Rua	Alberto Cavalheiro	Ribeirão (1923-1986)	Construtor naval
Servidão	Irani Antunes da Cruz	Ribeirão (1935-1995)	Comerciante
Travessa	Sabino Silva	Ribeirão (1848-1921)	Comerciante
Travessa	Padre Martins	Enseada do Brito (1833-1905)	Pároco (1858)
Beco	Martimiano Manoel Fraga	Ribeirão (1915-1976)	Funcionário público

Quadro 2 – Denominação das vias públicas na Freguesia do Ribeirão e seus homenageados

³⁶ Com exceção do primeiro homenageado da lista, todos os demais nomes de rua moravam e morreram na Freguesia do Ribeirão, inclusive o padre José Martins do Nascimento, que assumiu como pároco do Ribeirão da Ilha no ano de 1858, aí falecendo em 1905. Em um livro de registro de párocos e paróquias em Santa Catarina (AHESC/Florianópolis), uma breve biografia do Padre Martins indica a sua passagem também por outras paróquias catarinenses.



Figura 15 – Beco Martimiano Manoel Fraga
(Foto Andrea Eichenberger)



Figura 16 – Mapa de ruas fornecido
pelo Setor de Engenharia e
Arquitetura da Câmara Municipal de
Florianópolis

Sobre a igreja, casas antigas e suas/seus moradores: a “vila”

Quanto à disposição dos caminhos públicos na sede distrital, ao observar a parte central da Freguesia do Ribeirão atualmente – nos arredores de onde se encontra a Praça Maria Francisca da Silva –, é possível notar a rua de cima (a “da igreja”) passando nos fundos de várias das casas que, segundo narrações baseadas na história do lugar, teriam sido das primeiras construções da localidade quando da chegada dos colonizadores açorianos.³⁷ Alguns moradores sugerem, inclusive, que um conjunto de casas geminadas nesse ponto por eles considerado o “centro” da vila teria sido construído por escravos, e que, em dado momento do passado, aquelas teriam sido as moradias destes últimos. Para além das suposições, sabe-se pela historiografia catarinense que, desde os primórdios da ocupação de europeus no litoral catarinense (séculos XVII-XVIII), escravos vindos da África eram presença entre indígenas (escravizados) e colonizadores, porém fala-se em “poucos escravos africanos” no momento inicial da ocupação portuguesa. Nesse sentido, “até as duas últimas décadas do século XVIII, existiam poucos escravos nos núcleos de povoamento de açorianos na Ilha de Santa Catarina e no litoral próximo”. Já em 1796, o distrito do Ribeirão aparece com 1020 habitantes, dos quais quase 30% seriam escravos (MAMIGONIAN; CARDOSO, VH. 2013, p. 22-24).³⁸ Agora, se hoje os moradores atribuem à mão-de-obra escrava a construção (de cerca de 40 anos) da igreja e de várias moradias “antigas” da vila-sede, não sabem, contudo, informar como os escravos teriam sido trazidos para a

³⁷ Sobre a disposição das ruas, da igreja, das casas e de outros prédios antigos na Freguesia, afirma-se que, em seus primórdios, com a vinda dos colonizadores açorianos no século XVIII, as ordenações portuguesas constantes da Provisão Régia (1747) do rei de Portugal (D. João V) determinavam a organização do povoamento no Ribeirão: “No sítio destinado para o lugar se assinalará um quadrado para a praça de quinhentos palmos de face e em seus lados se porá a Igreja, a rua ou ruas se demarcarão ao cordel com largura ao menos de quarenta palmos, e por elas e nos lados da praça se porão as moradas com boa ordem, deixando umas e outras e para trás lugar suficiente e repartido para quintais atendendo assim ao cômodo presente como a poderem ampliar-se as casas para o futuro” (MATTOS, 1917 apud PEREIRA, N.; PEREIRA, F.; SILVA NETO, 1990, p. 35; ver também LACERDA, 2003, p. 287-288).

³⁸ No primeiro capítulo da tese, procuro oferecer informações e diversas fontes de pesquisa acerca da presença escrava em Santa Catarina, nesse caso, destacando alguns aspectos apontados pela historiografia catarinense. Aqui, é importante sublinhar igualmente que o “trabalho escravo”, em fins do século XVIII, se firmava como alternativa ao desenvolvimento da produção agrícola na Ilha. Nessa perspectiva, “[...] no momento em que os bons ventos da economia sopravam a favor da agricultura catarinense [século XIX], novas lavouras e engenhos de produtos da terra como farinha, cachaça e açúcar iam aos poucos se espalhando pelo território da Ilha. [...] Assim, o conjunto de escravos de cada proprietário ia apresentando um quadro social muito mais dinâmico” (MAMIGONIAN; CARDOSO, VH. 2013, p. 31-32).

Freguesia do Ribeirão ou com quem eles teriam vindo para a localidade. Considerando, por exemplo, o referido tempo em que teria ocorrido a edificação da igreja matriz e a data inscrita no edifício (1806) como o ano em que ela ficou pronta, é possível imaginar que os primeiros habitantes da região no século XVIII tenham sido os construtores da obra, ou, melhor dizendo, não apenas escravos teriam dela participado.³⁹

De todo modo, algumas vezes, a referência das pessoas evoca um tempo remoto antes mesmo de “antigamente”, ou quase próximo a este, que sugere a ocorrência de um fato “no tempo da escravidão”. Com efeito, hoje, quando os moradores remontam a uma época antiga que lhes parece mais familiar – lembrando algum passado da vida de suas famílias e seus vizinhos –, há uma ressalva sobre uma significativa presença dos negros no que consideram o ponto central (“miolo”) da localidade. Aí, conforme observam, vive a maioria das famílias dos “pretos do Ribeirão”. Quanto ao fato de estarem os negros nesse local, um morador recorda que “ali” existia um “engenho de farinha” onde os “pretos” trabalhavam. Por exemplo, o pai do seu Manoel Fraga “começou a trabalhar” num engenho fazendo farinha, e, mais tarde, depois de “muitos anos”, ele teria ganhado a propriedade em que estava instalado o referido engenho, na parte central da Freguesia. À medida que avançar a descrição sobre as famílias privilegiadas neste estudo, sobretudo no quarto capítulo, mais informações relacionadas à presença dos negros no “centrinho” e também em outros locais da vila-sede ajudarão a compreender a dinâmica das relações familiares no lugar. Por ora, abaixo, apresentam-se imagens de algumas casas atualmente.



Figura 17 – “Casa da dona Chiquinha” e “casa do Funga-Funga” no “centrinho” da vila (Fotos Marta Machado)

³⁹ Especificamente sobre a, então, denominada “Freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão”, Paulino de Jesus Francisco Cardoso (2008) informa: “[...] esta comunidade concentrava a sua atividade econômica nas fainas agrícolas. Data, também, do século XVIII, a criação da Armação de Sant’Anna da Lagoinha, empreendimento voltado para a pesca e produção de óleo de baleia. Elevada à Freguesia em 1809, esta comunidade agrícola contou durante o século XIX com um expressivo número de africanos e afrodescendentes cativos em sua população” (CARDOSO, P. 2008, p. 55-57; ver também LUZ, 1994, p. 77-82).

As casas que seriam centenárias se encontram, como acima lembrado, no lado esquerdo (sentido norte-sul) de quem adentra a Freguesia do Ribeirão pela rua de baixo, nesta chamada parte central da vila; ou seja, elas estão de frente para o mar (Praia da Freguesia), e, portanto, com sua fachada voltada também para a “rua geral” (Baldicero Filomeno) e para a praça supracitada, conhecida por todos como “Dona Chiquinha”, a qual será descrita adiante. Mas não acaba aí o que é denominado por alguns como o “miolo” da Freguesia. Juntam-se a essas casas antigas e geminadas, de frente para o mar, as residências da “rua de cima” (acima da geral) no mesmo citado trecho da sede e, por assim dizer, preenchendo os terrenos em direção ao morro, as quais, em sua maioria, surgiram recentemente (dos anos 1960-70 em diante) – um morador ressalta que são “casas modernas”. Esse aglomerado (o da rua de baixo e rua de cima) forma uma espécie de retângulo (às vezes, descrito pelos moradores simplesmente como um “quadrado”) onde diversas famílias são visivelmente identificadas pelas casas de parentes residentes nas imediações da Praia da Freguesia e/ou da Praça Maria Francisca da Silva. Se a rua de baixo é a mais antiga e conhecida como “a geral”, a título de descrição, pode-se falar num formato retangular da parte central da vila-sede partindo-se de “baixo” para “cima”, e tomando-se como referência para o desenho inicial do retângulo a extensão longitudinal das aludidas praia (da Freguesia) e praça (Dona Chiquinha) nesse local. A seguir, em breves traços, é possível se ter uma ideia do lugar.

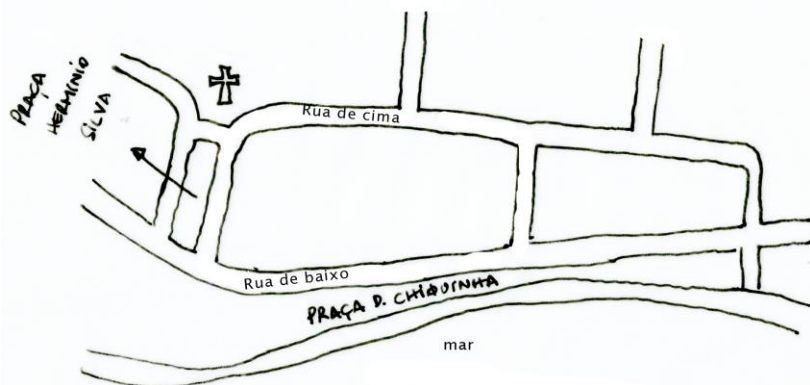


Figura 18 – Ruas “de baixo” e “de cima” num retângulo formado pela extensão da praia e da praça Dona Chiquinha no “centrinho” (Croqui elaborado por Andrea Eichenberger)

O “centro” da sede distrital: um ponto de trocas

Ora, é precisamente nesse ponto da rua de baixo – aliás, onde há maior movimento de pessoas e automóveis – que está o chamado “centrinho” da vila-sede, nas palavras de alguns moradores. Por exemplo, hoje, as procissões das festas religiosas da igreja católica contornam, em geral, uma parte desse retângulo delimitado por ambas as ruas, e dentro do qual está o conjunto de casas e outras construções antigas e mais recentes supramencionadas. Esses e outros eventos religiosos importantes serão, a propósito, descritos no terceiro capítulo. No “centrinho”, ocorrem também os encontros e as conversas da gente todos os dias. É oportuno sublinhar que diversas casas dessa parte da vila – mas não exclusivamente nessa parte, ver-se-á mais tarde – pertencem às pessoas cujas “famílias” serão apresentadas para frente, em especial, no quarto capítulo. No caso, existem outros trechos da Freguesia onde parentes dessas pessoas residem. De fato, das referidas famílias se diz serem todas “nascidas no Ribeirão”, como reafirmam os do lugar, e é delas que me ocupo nos relatos sobre os modos de vida local.



Figura 19 – “Casa da Virgínia” e “casa do seu Agenor” (Foto Marta Machado)

Por um lado, ao falar sobre os imóveis em que vivem, esses/as moradores/as procuram lembrar curiosidades dos edifícios – como grossas paredes e/ou largas colunas, passagens (que alguns dizem terem sido “secretas” no passado) entre as moradias etc. –, por vezes,

remetendo-se às épocas da “escravidão” no Brasil, e, nesse sentido, conforme se observou acima, ligando tais construções aos “pretos”, i.e., aos escravos que teriam vivido na vila, estes teriam edificado as casas e a igreja matriz. Aliás, sugerem que a eles cabia o trabalho mais árduo, embora reconheçam que histórias sobre escravos na Freguesia eram raras há 40 anos (ou mais) e que o são ainda hoje.⁴⁰ Por outro lado, às vezes, as pessoas apontam dificuldades supostamente características a essas épocas remotas – como, por exemplo, a geografia do lugar, as grandes pedras nos terrenos, muito “mato” etc. –, para mostrar que elas (as pessoas aí nascidas) acreditam terem sido as suas moradias edificadas por gente acostumada a usar muita força nos pesados trabalhos de construção, ou melhor, isso “só pode” mesmo fazer crer que foram escravos os seus construtores:

[...] naquela época, os pretos eram escravos... Até eu estou desconfiado [...] essas casas açorianas aqui... Esta casa aqui tinha um riacho, e era cada pedra... Coisa medonha! Só pode ser escravo que fez isso aí. [...] Eu já estou morando nesta casa há cinquenta e poucos anos, já passaram quantos pra morar aqui nesta casa? Esta casa era tudo pau-a-pique... Depois que eu entrei pra cá, fui arrumando um dinheirinho, devagarzinho, fui arrumando ela um pouquinho. (Agenor Firmino da Silva, informação verbal em 22 de outubro de 2007).⁴¹

⁴⁰ Talvez a relação que alguns moradores estabelecem hoje entre as construções antigas e os escravos negros seja uma das formas deles se diferenciarem de um discurso oficial que sobrevaloriza a presença de “açorianos” na localidade. Certa vez, um morador do Ribeirão fez um comentário aparentemente natural de que os “pretos” (escravos) não teriam “capacidade” para construir uma igreja como a que se encontra na vila, sugerindo que a matriz havia sido edificada por portugueses ou açorianos. Mais tarde, quando eu me ocupar da descrição de algumas famílias reconhecidas como “do Ribeirão” (capítulo quarto), voltarei a esse e outros assuntos correlatos à presença escrava na Freguesia.

⁴¹ Conversa gravada na casa do morador, uma das construções consideradas das mais antigas na Freguesia. Informações sobre “seu Agenor” encontram-se no primeiro capítulo.



Figura 20 – Recorte do Jornal Diário Catarinense com foto do seu Agenor Firmino da Silva e da neta Camila em 1999, fornecido pela família (não há referência ao fotógrafo)

Quanto ao que se vê, ainda, na rua de baixo (a geral), entre as casas e a praia, além da via pública pavimentada com lajotas de cimento,⁴² há uma praça muito frequentada pelos moradores locais todos os dias, em geral, ou pela manhã ou à tarde; às vezes, sobretudo em dias de sol, as pessoas aparecem em ambos os períodos diurnos. Já relembrada acima, a praça “Dona Chiquinha” é também utilizada por muitos outros que vêm das redondezas, assim como por turistas e/ou visitantes ocasionais. Na maior parte dos meses do ano, em um dos dois períodos do dia, casais e/ou pessoas mais velhas das famílias residentes, em especial (mas não exclusivamente), no “centrinho” da Freguesia e seus arredores podem ser vistas nesse local conversando, reunindo-se com vizinhos, parentes e amigos (de “turma” inclusive), jogando ou simplesmente apreciando o “movimento”, como dizem alguns moradores. Muitas vezes, a parte da tarde favorece a maior frequência e

⁴² De acordo com a gente da Freguesia do Ribeirão, a pavimentação das ruas da vila se deu “aos poucos”, grosso modo, ao longo dos últimos 40 anos, quando a rua mais antiga (a “de baixo” ou “geral”) recebeu lajotas de cimento. Por outro lado, a história local fala de um primeiro calçamento no lugar muito antes dessa época – que teria sido destruído pela prefeitura de Florianópolis nos anos 1970 –, com pedras de tipo colonial em um pequeno trecho de entrada à praça e à igreja matriz, para aí receber a visita de D. Pedro II no ano de 1845 (PEREIRA, N.; PEREIRA, F.; SILVA NETO, 1990, p. 37). Não deixa de ser curioso observar que, embora não façam qualquer alusão à existência desse antigo calçamento na vila-sede, por vezes, alguns moradores evocam o episódio da “visita” real para mostrar certa relevância histórica da Freguesia na atualidade (sobre a presença do monarca em Santa Catarina, ver também SOARES, 1990, p. 24-26; NUNES, 2010, p. 138).

permanência da gente na praça, por ser o período pós-almoço e quando já as tarefas domésticas (e seus correlatos) têm sido encaminhadas pela manhã. Nesse sentido, há aqueles momentos em que se diz por lá que ninguém tem nada para fazer, pois “todo mundo” está na praça. Mas, dias há também em que se pergunta: onde está “todo mundo”? A definição da figura de quem é “todo mundo” virá gradativamente, na medida das descrições que se seguem.



Figura 21 – Praça Dona Chiquinha (Fotos Marta Machado)

Com relação às crianças e às/aos adolescentes do lugar, eles/as também podem ser encontrados na praça, porém, com menos frequência que os adultos, e mais em horários e períodos (matutino, vespertino e noturno) de encerramento do turno escolar durante o ano letivo; ou, em particular, nos finais de semana, quando dividem seu importante tempo de lazer entre a praça e a praia, brincando e rindo com amigos enquanto mães, pais, avós, avôs etc. conversam e, à distância, cuidam deles/as, em particular das crianças. Sobre os/as jovens, que gostam igualmente de estar na praça, eles/as podem aí ser vistos em diferentes períodos, embora sua presença também seja menor relativamente aos moradores adultos da Freguesia. Por outro lado, diferentemente do maior número de moradores, alguns/mas jovens frequentam-na inclusive à noite, sobretudo em finais de semana, quando a maioria dos demais (senão todos) está recolhida em suas casas. Muitas vezes, entre os mais velhos – mães, pais, avós, avôs e tios/as – este chamado “ajuntamento” na praça (o noturno em especial) é fortemente criticado, por ser ocasião para as coisas ruins de “hoje em dia” que acabam com a juventude do Ribeirão: o uso de “drogas”, bebidas alcoólicas e seus corolários.⁴³

⁴³ Recentemente, uma neta (Camila Regina Santana, 22 anos) do seu Agenor Firmino da Silva afirmava: “Os jovens não moram aqui... Só nos finais de semana”, referindo-se a algumas pessoas da comunidade que ou têm residência também em outro bairro da cidade ou têm um

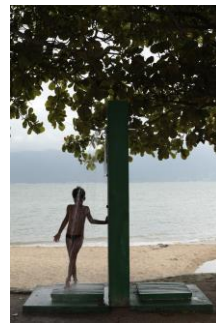


Figura 22 – Praia da Freguesia vista da Praça Dona Chiquinha
(Fotos Marta Machado, acima; Andrea Eichenberger, abaixo)

Com efeito, a chegada do verão anuncia frequências e vivências mais intensas e intensificadas pelo clima propício a andar e ficar na rua, especialmente na “geral”. Esta amanhece e adormece repleta de gente, as idades que circulam são diversas e as trocas na/da praça se multiplicam, em todos os períodos, ao sabor dos ventos e das coisas boas (frutos) que vêm do mar (não necessariamente só do mar da Freguesia) e do sol à beira da praia. Trocam-se conversas; comentários os mais variados, incluindo aqueles cujos personagens estão em

contato diário com a vida fora da Freguesia. No caso, a jovem diz que, também ela, busca “mais o centro” para atividades de lazer. Lembra que não tem muitos amigos na Freguesia, e que conversa mais com “primos” e uma “prima e amiga”. Não obstante, afirma que as pessoas da sua família (incluindo-a) costumam conversar com vizinhos e amigos (parentes ou não), em geral, na frente da casa e/ou na praça “Dona Chiquinha”.

evidência na vida local (uma pessoa doente, alguém que faleceu, uma “fofoca” como lembram muitas pessoas); jogos de cartas ou peças; bebidas e comidas etc. Nesse espaço, há modos diferenciados de ocupação que pode ser descrita ora por um aspecto geracional, quando moradores mais velhos preferem ficar sentados num lugar (em geral, o mesmo “de sempre”) em frente à sua casa, enquanto os mais novos podem ser vistos circulando livremente pelo largo. É bom lembrar que a maioria utiliza os bancos da praça para sentar-se, enquanto algumas pessoas trazem a sua cadeira de praia e nela se acomodam igualmente em direção à sua residência. Entre os mais velhos, diz-se costumeiramente ficar na praça para “apreciar o movimento”. Ora é possível observar na praça um aspecto familiar, para dizer de algum modo. Há casais (marido e mulher) que ficam juntos no largo, em volta dos quais filhas e filhos podem estar eventualmente.

Agora, é mais frequente ver as pessoas (sozinhas) buscarem um amigo, uma amiga, um parente ou um grupo que aí se tenha formado, por exemplo, para jogar, conversar ou bebericar. Ora pode-se notar, ainda, um aspecto de gênero, quando homens e mulheres agrupam-se distintamente. Nesse caso, eu diria que há certo predomínio de uso do espaço pelos homens, que, com frequência, ocupam bancos e mesa de pedra também para jogar dominó e cartas, ou seja, eles estão “sempre” na praça. Em contrapartida, embora compareçam ao largo e dele usufruam dia-a-dia, as mulheres nem sempre podem estar ali, haja vista os afazeres domésticos, ou, até mesmo, estando na praça, ocupam-se tão somente das conversas e/ou dos encontros com “parentes”, que, de fato, é uma forte explicação para estar no lugar. Ora é possível perceber, igualmente, um aspecto mais subjetivo, por assim dizer, das relações locais, quando algumas pessoas podem ficar mais afastadas ou mais próximas entre si na praça. Ainda que tensões e conflitos, em geral, não são objetivamente revelados – pelo menos, não de início e/ou sem haver alguma familiaridade entre pessoas que, eventualmente, possam dialogar sobre o assunto –, há o que chamo de marcar o seu quadrado, quando alguém habitualmente pode se encontrar com parentes e/ou vizinhos ou evitá-los. No caso, a uma distância afetiva corresponderia um distanciamento efetivo na ocupação da praça. Voltarei oportunamente a assuntos correlatos na conclusão da tese. Certamente, os dias de ventos muito fortes e frios (vento sul, por exemplo),⁴⁴ de

⁴⁴ Em geral, os dias de vento no Distrito de Ribeirão da Ilha, sobretudo os de vento sul, como assinala Raquel Wiggers (2006) em sua pesquisa sobre a Caieira da Barra do Sul, obrigam os moradores a manter suas casas fechadas e aí permanecerem enquanto o frio e a chuva,

chuvas e falta de sol na Freguesia resultam em praça vazia. Mas, sem dúvida, é possível constatar que se trata de um lugar particularmente cheio de significados para a socialidade local. Daí a importância de descrevê-lo de modo mais detido neste momento.



Figura 23 – Rodovia Baldicero Filomeno com a praça, a praia e casas (Foto Marta Machado)

De construção “recente”, como observam alguns, a Praça Maria Francisca da Silva seria da “época do [prefeito Sérgio] Grando” (Frente Popular),⁴⁵ datando de 1996. Seu nome é uma homenagem à “dona

característicos a tal ocorrência atmosférica, tomam conta da rua (WIGGERS, 2006, p. 28). Na Freguesia, as pessoas dizem que, além do vento sul, o nordeste é também um vento frequente nessa região do sul da Ilha.

⁴⁵ A administração do prefeito Sérgio José Grando ocorreu de 1993 a 1996. À época, a Frente Popular era composta por diversos partidos (PPS, PT, PDT, PV, PSDB, PCdoB) que fariam “oposição” às chamadas “forças conservadoras” na política da cidade de Florianópolis. Nesse momento (1996), era Angela Amin (coligação PPB e PSDB: Força Capital) uma das pessoas que disputaria a prefeitura, contra Sérgio Grando (Frente Popular) e demais candidatos de outros partidos (PMDB, PFL), para o quadriênio seguinte (FANTIN, 2000). A citada candidata é mãe do ex-vice-prefeito (João Amin) do município, e mulher de Esperidião Amin (ex-senador pelo Estado). Ambos, marido e filho, se elegeram no pleito do último dia 05 de outubro de 2014, para deputado estadual e deputado federal respectivamente. Essas pessoas

Chiquinha”, uma antiga moradora da vila que assumiu os negócios do marido, seu Norberto Euclides da Silva (ver abaixo a nota 46), após a morte deste na primeira metade do século XX. Os moradores recordam dessa pessoa duas curiosidades: era ela quem “cuidava da igreja”; ela recebia “os políticos” em sua casa. A história do lugar (PEREIRA, N.; PEREIRA, F.; SILVA NETO, 1990, p. 132) indica que a moradora exercia importante liderança política e religiosa na Freguesia do Ribeirão, onde faleceu em 1986.⁴⁶ Sobre a “casa da dona Chiquinha”, o imóvel em que ela morava faz parte do conjunto de casas, acima referido, que ocupa a parte central (o “centrinho”) da Freguesia, embora os moradores enfatizem que se trata de uma casa “mais recente” se comparada àquelas consideradas como as primeiras construções da vila. Dizem ser uma residência (“mansão”) de gente rica do lugar. De qualquer forma, “a casa da dona Chiquinha” (assim chamada por todos, embora não pertença mais à família da moradora falecida) está de frente para a “pracinha” que tem hoje o seu nome. No entanto, como já se assinalou aqui a questão, alguns moradores sublinham que a denominação da praça não resultou de uma consulta prévia à maioria das pessoas do lugar. Teria sido iniciativa de uns poucos e contra a vontade de muitos. Sem explicar o porquê dessa afirmação, diz-se apenas que esse nome “não tem nada a ver”. O fato da dona Chiquinha não ter sido uma “nativa” do Ribeirão, ou, dela ter atuado politicamente em favor de determinado partido no passado (PSD), ou, ainda, de ter

têm, entre muitos moradores da Freguesia, forte apoio à atuação política de sua família na cidade, sendo aí representadas por “lideranças políticas” locais, como lembra a gente do lugar.

⁴⁶ O assunto das lideranças religiosas e políticas, dentre outras, na sede distrital vai aparecer nos próximos capítulos e na conclusão da tese, lembrando também nomes de figuras locais importantes e sua atuação na Freguesia. Quanto à citada moradora, nascida em Garopaba (região sul do Estado) no ano de 1902, o nome “dona Chiquinha” é constantemente mencionado pelos moradores como da “mulher do seu Norberto [Silva]”. Este nasceu e morreu no Ribeirão (1900-1952), e é considerado por muitos como o mais destacado comerciante da Freguesia (e do sul da Ilha) nos inícios do século XX. Os do lugar costumam afirmar que “eles” (os da família do seu Norberto Silva) eram “muito ricos” – diga-se de passagem, seu Norberto Silva “vem a ser”, como diz a gente, o avô materno do seu Alécio Heidenreich (citado no primeiro capítulo). Nesse sentido, uma história escrita local procura identificar os vínculos familiares entre moradores socialmente notáveis no Distrito de Ribeirão da Ilha e na Freguesia e colonizadores de origem açoriana (PEREIRA, N.; PEREIRA, F.; SILVA NETO, 1990, p. 124-143). Agora, recorrentemente o que algumas moradoras de idade entre 50 e 60 anos (e seus filhos jovens) mais lembram quanto a histórias sobre a vizinha é que “na casa da dona Chiquinha”, elas (quando “pequenas”) e a vizinhança iam, todas as noites, assistir às novelas brasileiras, pois “só duas pessoas tinham televisão” na Freguesia. Sentavam-se no sofá e no chão da “sala da dona Chiquinha”, e deixavam os calçados à porta, “para não sujar a casa”. Hoje, a antiga residência não pertence mais à “família” da dona Chiquinha, como ressalta um morador, ela foi vendida (já há alguns anos) para outra família.

feito parte “dos ricos” da vila, talvez, uma das razões ou todos os motivos e outros mais velados estejam contribuindo hoje para que algumas pessoas do lugar eventualmente questionem a escolha do nome dado à praça. Com efeito, é possível que se consiga pensar melhor tal aspecto com o desenvolvimento do conjunto da tese. Por ora, é interessante conhecer outros elementos da vida local.

Quanto ao largo, ele é cercado pelas casas geminadas, e pelo mar calmo (próprio para banho), com uma orla de terra coberta de areia grossa. A praia e as casas em torno da praça vistas em seu conjunto, como se disse acima, chamam à atenção pela beleza. Na praça, o chão de barro socado tem pedriscos cobrindo toda a extensão do lugar onde há também numerosas árvores dividindo com bancos e mesas de concreto, entre outras coisas, os seus vários metros quadrados.⁴⁷ Ora, por vezes, a impressão que se tem é de ser a praça algo como o jardim das casas que estão no outro lado da rua, com suas fachadas voltadas para o largo; ora ela parece ser uma espécie de sala de estar ou antessala da praia e/ou do mar. Nesse espaço e à sua volta, como já foi descrito antes, há um fluxo diário de moradores – em especial os que moram imediatamente próximo à praça –, que observam, passam, se sentam, trocam conversas, se encontram ou, até mesmo – diria eu –, se desencontram, porque, de certa maneira, repito, todos marcam aí o seu quadrado, para dizer de algum modo. Interessante perceber que a possibilidade dos encontros (e des-encontros) é dada pela própria dinâmica de surgimento da praça, pelas raízes plantadas (literalmente) no lugar. Segundo a gente da Freguesia, as árvores – amendoeiras – que estão espalhadas por toda a extensão da praça foram cultivadas pelos próprios moradores, “cada morador em frente da sua casa”, razão por que há um cuidado ainda maior com a praça e sua vegetação.⁴⁸

⁴⁷ Conforme cálculos dos moradores, a praça “Dona Chiquinha” – cuja área pertence à União e foi por esta cedida à Prefeitura Municipal de Florianópolis para uso público nos anos de 1990 – tem um terreno de aproximadamente 100 metros de comprimento, e entre 10 e 20 metros de largura.

⁴⁸ Contam alguns moradores que certa amendoeira plantada na praça por um vizinho era motivo de “ciúme” por parte deste. Estando a árvore em frente à sua casa, como acontece com as demais cultivadas na direção das residências de outras pessoas, o tal “vizinho” (recentemente falecido) zelava pela árvore e seria capaz de brigar com quem estivesse – do seu ponto de vista – maltratando a “sua” amendoeira.

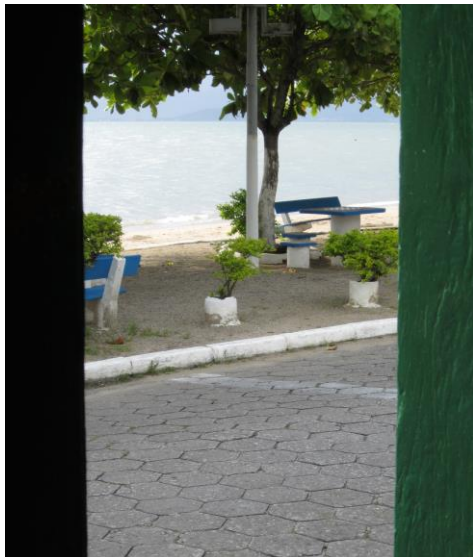


Figura 24 – Detalhe da Praça Dona Chiquinha
(Foto Andrea Eichenberger)

Figura 25 – Praça Dona Chiquinha vista da casa da “dona Desalda” e do “seu Manoel Fraga”
(Foto Marta Machado)

À sombra das árvores: o encontro entre o mar e a praça

De modo geral, os moradores sentam perto, ou melhor, embaixo da(s) árvore(s) que plantaram, e aí compartilham dos lugares da praça com vizinhos, parentes, amigos etc. Ou seja, grosso modo, as famílias (e alguns parentes) ficam em volta de sua(s) árvore(s). Há quem tenha plantado duas ou mais árvores, há quem tenha fincado na terra somente uma. Agora, independentemente do número, plantar uma árvore no largo garante, de certo modo, um lugar (físico e social) na praça e na vila-sede. Certamente, não se trata de simplesmente excluir os demais moradores e/ou usuários que procuram a praça sem, contudo, terem nela cultivado uma amendoeira. Como se sabe de sobejo, a praça é pública e todos nela podem circular e ficar. Talvez, precisamente por isso, seja interessante notar que, efetivamente, as árvores marcam os espaços referidos aos moradores que as semearam, enraizando-as na frente de suas casas. Há um lugar simbólico de cujas raízes essas árvores falam. Quando indagados sobre o porquê de ter sido escolhida a amendoeira⁴⁹

⁴⁹ A amendoeira é conhecida também como amendoeira-da-praia ou sombreiro. Árvore de grandes dimensões, ela se desenvolve no calor e oferece muita sombra, além de possuir

para toda a praça, respondem alguns com uma pergunta: “À beira da praia, no verão, tem outro lugar melhor pra ficar?” De fato, à sombra dessas árvores frondosas, em todas as épocas do ano, a vida na Freguesia ganha uma configuração especial. E quanto à ideia de fazer naquele local uma praça, semear árvores, equipá-la com bancos, mesas e outros aparelhos de utilidade pública, o morador que nela plantou três árvores, e que trabalhava como “intendente no sul da Ilha” à época dessa obra na Freguesia, explica:

Eu era intendente quando foi feito esta praça. [...] Aqui era depósito de lixo [os terrenos na orla]. [...] As casas aí, o que eles faziam? Tiravam o lixo, capinavam o terreno, quebravam vidro, quebravam qualquer coisa, jogavam [tudo] aqui pra frente. [...] O mar vinha, batia aqui. [...] Começaram a plantar uma árvore aqui. O falecido seu Ramão plantou uma árvore lá [aponta para a que foi residência do morador], aquela casa da esquina, lá... . Aí, depois, fizeram uma parte lá... . Nós que começamos a ajeitar, a aterrar. Aí, quando eu assumi a intendência [1997-2000], eu peguei... (Eu já tinha canalizado esta parte aqui, tinha feito uma parte também, isso aqui era um rio, né? Antigamente, era um rio, que a gente chamava, né?) [...] Aqui é o seguinte: quando a Marinha foi aqui de Santa Catarina para o Rio Grande do Sul (a Marinha que cuidava dessa área toda), ela fez um decreto passando [para as prefeituras do Estado] todas as áreas que não tivessem construção... [Elas] só serviriam para área de lazer... No tempo do [Sérgio] Grando, isso [o decreto]. [...] O que a gente fez? Como não podia construir na frente de casa – que todo mundo pagava! [para a Marinha do Brasil, aproximadamente até os anos 1980, uma espécie de imposto sobre os terrenos considerados patrimônio da União]. [...] Foi quando eu levei essa ideia para o secretário de obras [PMF], na época, pra nós melhorarmos isso aqui, fazer uma

madeira resistente à água, sendo um vegetal lenhoso considerado ideal para ser cultivado em regiões de praia. Em geral, “a emergência ocorre em 15-25 dias e a taxa de germinação geralmente é superior a 80%”, conforme informações do site <http://projetoFlorescer.com.br/arvores/especies/amendoeira-da-praia.html>.

praça, né? Naquelas partes que não tinha [uma área construída para a praça], a gente complementava, né? Aí começamos a complementar esta parte aqui, aumentar os muros [divisórios entre a praça e a praia], que era tudo baixinho... [...] Quando fizemos isso, aqui, tornamos praça. Aí, a gente colocou esses bancos, esses banquinhos [e também mesas de pedra], fizemos esses canteiros nas árvores, que não tinha. (Osvaldo Laurindo, informação verbal em 02 de agosto de 2014).⁵⁰

Com efeito, ao contar como as coisas foram sendo instaladas nos espaços da praça “Dona Chiquinha”, desde 1996, tal qual esta é vista hoje, o morador lembra o papel da Intendência e do administrador local

⁵⁰ Conversa gravada na Praça Maria Francisca da Silva – “Dona Chiquinha”. O morador (já citado antes), tratado por todos pelo apelido de “Vadinho”, conhece muito da região e das questões locais do distrito do Ribeirão, como diz ele, por ser “curioso” e ter interesse em perguntar e se informar sobre assuntos diversos do seu distrito. Nas palavras de um vizinho e amigo seu (“Desinho”, filho do seu Agenor Firmino da Silva): “Ele foi muito tempo intendente, ele sabe tudo, trabalhou o tempo todo aí”. Outras observações sobre Osvaldo Laurindo encontram-se no início deste capítulo.

Quanto à informação do morador sobre “uma espécie de imposto” referente aos terrenos na frente das casas e próximos à orla marítima, que seria pago à Marinha do Brasil, é oportuno esclarecer que essas terras pertencem ao Patrimônio da União/PU, ou seja, são áreas “de Marinha” (defesa e resguardo do bem público) e não “da Marinha”. Segundo Tereza Cristina Godinho Alves, Coordenadora de Destinação Patrimonial da Superintendência do Patrimônio da União em Santa Catarina (instalada na Praça XV de Novembro, centro de Florianópolis), de fato, o que há é uma cobrança da taxa de ocupação (renda patrimonial, não é tributo), recolhida aos Cofres Públicos da União, pelo uso do bem público, i.e., a ocupação dos terrenos pelo particular (seja o ocupante uma pessoa física ou jurídica), estes denominados terrenos de marinha e/ou acrescidos de marinha. Com a abertura da rua (hoje Rodovia Baldicero Filomeno), as terras da orla impróprias para ocupação pelo plano diretor do município passariam a ser de domínio público, caracterizando-se como de uso comum do povo, ou seja, para a utilização dessas áreas pela coletividade da região, como se dá no caso das praças na Freguesia do Ribeirão. Para conhecer mais detalhes sobre o que determina o Estado brasileiro quanto a esse assunto e outros temas afins, consultar o artigo 20 da Constituição Federal, artigo primeiro do Decreto-Lei 9760 de 05/09/1946. Ainda, sobre a definição de “praia” e/ou de áreas reconhecidas como de uso público e salvaguardadas pelo Patrimônio da União, ver a Lei 7661, de 16/05/1998 (Lei do Gerenciamento Costeiro, que, em seu artigo 10 e parágrafos, conceitua a praia, regulamentado pelo Decreto 5300, de 07/12/2004, artigo 21). De acordo com Tereza Cristina, além desses documentos disponíveis ao público na internet, é importante também o artigo 99 do Código Civil, nesse caso, para mais informações. Novamente, aqui, parece constatar-se certo descompasso entre categorias e concepções oficiais e aquelas encontradas junto à comunidade. Aliás, há quem leia tal questão como “falta de informação” dos moradores.

(no caso, ele) quanto às tarefas de execução da obra. Por exemplo, os bancos (com assento e encosto de madeira) e as mesas de pedra, os banquinhos de mesmo material em volta destas últimas, e outras “peças” do largo foram compradas pela prefeitura de Florianópolis e “montadas” pela Intendência. Nesse sentido, os objetos, aparelhos ou instrumentos, por assim dizer, dispostos no local, são apontados pelo morador com uma interessante observação sobre a época em que teriam nele aparecido: a praça é “da época do Grando” (1993-1996); as luzes são “da época da Angela Amin”, assim como os chuveiros para banhos pós-praia (1997-2000); já o ponto de ônibus é “da época do Dário” (2005-2012), e assim por diante. Daí surgir alguma relação dos moradores da Freguesia com as políticas e administrações municipais e estaduais da cidade e do Estado catarinense, o que será pontuado em outros momentos da tese.



Figura 26 – Amendoeiras-da-praia plantadas pelos moradores na Praça Dona Chiquinha (Fotomontagem Andrea Eichenberger)

Agora, hoje, as pessoas que usam a praça e nela circulam frequentemente costumam afirmar que esta é “para a comunidade”, e, por essa razão, deve ser bem cuidada por todos. No caso, algumas pessoas reproduzem um discurso oficial, particularmente de

administrações municipais nos últimos anos, reconhecendo os benefícios da praça para a/na vida local, i.e., “para as famílias” e/ou “a comunidade”. Outros simplesmente desfrutam desse espaço diariamente. Sentam-se nos bancos espalhados pela praça (alguns voltados para o mar, outros, para a rua geral). Usam as mesinhas de pedra e ocupam seus banquinhos para jogar dominó e dama, para fazer apostas no jogo do bicho, ou, simplesmente para conversar entre vizinhos, parentes e amigos. Há ocasiões em que aí se fazem também lanches e aperitivos (com direito a uma “biritinha”, as mais comuns são cachaça e cerveja), especialmente em finais de semana, e com maior frequência no verão e no carnaval (“Zé Pereira”). À variedade de coisas realizadas na praça corresponde uma diversidade das gentes que vivem na Freguesia do Ribeirão e que são vistas, repetidamente, na praça “Dona Chiquinha”. Delas (coisas e gentes) e de muitas outras a elas relacionadas de algum modo que procuro falar nos capítulos seguintes.



Figura 27 – Moradoras e moradores desfrutando da Praça Dona Chiquinha durante o verão, parte central da vila. (Foto Andrea Eichenberger)



Figura 28 – Carnaval do “Zé Pereira” 2013 (Fotos Marta Machado)

Por outro lado, há quem prefira trazer para a praça a sua própria cadeira de praia, para nela sentar-se, batendo papo e apreciando o “movimento” da rua, como costumam explicar. Algumas pessoas dizem, ainda, que acham melhor ficar no seu “cantinho” ou no seu sossego. Igualmente nesse caso a cadeira de praia é uma boa aliada na hora de escolher o canto onde acomodar-se. Assim, como sublinhado antes, a prática de estar na praça, entre muitos moradores da Freguesia, é constante, diária e, dependendo da hora do dia e da época do ano, ela se dá quase que em tempo integral. Em outras palavras, difícil é ver a praça sem ninguém, sobretudo, durante o dia e, particularmente, em dias ensolarados.⁵¹ Exceção feita a dias de baixas temperaturas de inverno, por exemplo, de ventos fortes e de temporais que impedem ou dificultam a permanência das pessoas no local. Virgínia Maria da Silva Cunha, nascida há 59 anos “no Ribeirão” (Freguesia), é casada com Cláudio Batuel da Cunha (bombeiro militar) – ele está com 63 anos de idade, e é nascido na localidade de Campeche,⁵² tendo se transferido

⁵¹ De fato, as horas do dia, mais prováveis, da praça “Dona Chiquinha” ser vista sem moradores, sobretudo adultos e mais velhos, são aquelas imediatamente antes e depois do meio-dia, por razões óbvias. Aliás, há um costume interessante de ser anotado nesse caso, que é o “descanso” após o almoço. Por vezes, ele se configura como uma prolongada sesta (algo em torno de duas horas ou mais), particularmente entre as pessoas mais idosas da Freguesia. Período após o qual vários moradores começam a sair de suas casas em direção à praça. Outra observação cabe neste momento quanto ao que Eugênio Pascele Lacerda (2003) caracteriza como um lugar que parece “esmorecer” em dias “não agitados”, à época de sua pesquisa de campo na sede distrital, aí restando “apenas” idosos e “poucas crianças”. O autor faz sua ressalva especialmente sugerindo a ausência das camadas economicamente produtivas dos moradores, ou seja, adultos e jovens que trabalham e/ou estudam (LACERDA, 2003, p. 180). No que concerne ao meu estudo, os chamados “mais velhos” da comunidade (60 anos ou mais), que não são poucos, estão aposentados ou em vias de. Além desses, há um número não desprezível de pessoas adultas que, hoje, ou trabalham diariamente na Freguesia (no posto de saúde, nos restaurantes e demais comércios, na escola etc.), ou aí residem e passam a maior parte do seu tempo. Em outras palavras, são muitos os que vivem na Freguesia: aposentados/as, donas de casa, jovens e crianças que estudam na localidade, e também muitos trabalhadores locais. O que me possibilita afirmar, do ano de registros feitos por Lacerda para cá, o movimento e a intensidade das relações na localidade permitem relativizar atualmente a ideia passada por uma moradora de uma “vila-dormitório” (LACERDA, 2003, p. 180-181), até porque, nesse período de tempo transcorrido, muitas pessoas foram ou voltaram a morar na vila. Ou seja, houve mudanças de lá para cá, como se verá adiante. Voltarei a temas correlatos em outros momentos da tese.

⁵² Na localidade de Campeche, onde Cláudio e seus 10 irmãos nasceram e cresceram, e onde seus “parentes” (por parte de pai) viveram por muitos anos, um beco no lugar em que ficava a casa de seu avô paterno recebeu o nome deste (Batuel Apolônio da Cunha) como denominação oficial. De acordo com Cláudio, ainda hoje há um irmão e primos seus morando no Campeche. Quanto ao fato dele ter ido residir atrás da casa dos sogros, na Freguesia do Ribeirão, tempos depois de seu casamento (em 1979) com a Virgínia, Cláudio afirma que não gostava do Rio Tavares (local de sua residência quando era jovem e solteiro), ele gostava mesmo era do

com a sua família, mais tarde, para Rio Tavares, este faz divisa com o Distrito de Ribeirão da Ilha –, com quem tem três filhos homens (um casado, um noivo e um solteiro) e uma neta, a moradora conta quando e como faz para aproveitar a “pracinha”, dividindo o seu tempo de dona-de-casa com aquele para ler, conversar e espiar o “movimento”:

No verão, sabe o que eu faço? Só vou [à praça] no verão mesmo, quando tá calor mesmo. No fim de tarde, seis horas, mais ou menos, eu gosto de fazer assim: pegar a minha cadeira de praia e sentar embaixo da amendoeira. Às vezes, eu gosto de ler uma revistinha, um livro, alguma coisa assim, coisas que me interessam... assuntos assim... [...] Então, eu fico mais nesse meu cantinho aqui... geralmente sozinha. [...] Eu fico ali. Se alguém quiser falar comigo, vem conversar comigo... Aí eu fico só naquele meu cantinho. Quando chega a noite... to vendo [fazendo] a janta, to beliscando alguma coisa. Aí, quando chega ali pelas oito horas, oito e pouco, escureceu, eu boto na calçada a minha cadeira de praia. Aí eu fico até uma da manhã, sentada ali, fico sentada ali [na calçada em frente à sua casa]. Quando começa a bater o sono, aí eu vou dormir. Aí a mãe [hoje falecida] tá dormindo, o Cláudio [marido] tá dormindo, tudo lá atrás [na parte de trás da casa], já! [...] Aí tem gente ali na pracinha. Lá pro mês que vem [dezembro], ali pelo dia 10, por aí, dia 15, o pessoal tá tudo de férias já. Aí o pessoal já começa a usar a pracinha. [...] Tem gente que fica jogando dominó, tem gente que fica sentada no banquinho conversando. Aí, eu pego, já que está aquele movimento, eu aproveito e fico na calçada sentada também. Aí fico. Às vezes, para um, senta perto de mim, fica conversando, não tem? [...]. (Virgínia Maria da Silva Cunha, informação verbal em 14 de novembro de 2007).⁵³

Campeche, e, em certa ocasião, já casado e com filhos, recebendo a aprovação do “sogro” e da “sogra”, preferiu trazer a “família” para a vila-sede, e aí gosta muito de viver.

⁵³ Conversa gravada na residência da moradora, uma das edificações consideradas das mais antigas da rua “de baixo” ou “rua geral” (Rodovia Baldicero Filomeno), aliás, casa de construção geminada (como foi lembrado antes) à do seu Agenor Firmino da Silva.

Para fechar esta seção, é importante observar que uma descrição da vila-sede não se reduz às casas antigas e/ou centenárias, à praça e à praia aqui citadas e ao “miolo” da localidade. Pelo mapa que serve de guia cartográfico à apresentação do lugar (apresentado nos inícios deste capítulo), como se vê, é possível ter noção acerca dos espaços da Freguesia de modo mais abrangente. Esta espécie de recorte descritivo feito neste momento procura indicar, por um lado, o ponto visto pelos moradores como o “centrinho” do lugar, pois aí está também, segundo eles, a maioria dos “pretos” e suas famílias nascidas “no Ribeirão”. Por outro lado, esse trecho concentra, do meu ponto de vista, uma dinâmica diária de relações sociais e simbólicas especialmente indicativas das mudanças experimentadas pela gente da Freguesia nos últimos 40 anos. O que procuro dizer com a culminância da tese, à proporção de suas descrições. Assim, o conjunto físico, social e/ou comunitário da vila, para dizer de algum modo, é ainda mais complexo nessa perspectiva, ou precisamente por conta disso.



Figura 29 – Praça Hermínio Silva, a “da igreja”
(Fotos Marta Machado)



Figura 30 – Praça da
“Praia do Rita” durante
o carnaval do Zé Pereira
2013

Agora, seguindo a fala de alguns moradores, parece conveniente salientar que, hoje, a Freguesia do Ribeirão tem quatro “pracinhas” dentro do seu território, três das quais, não por acaso, avizinhandose com algumas praias locais. As pessoas nomeiam informalmente cada uma das praias nos diferentes pontos da vila-sede (e do distrito). Assim, as praças que aí foram instaladas podem ter como referência não apenas um nome de morador/a homenageado/a, mas também uma designação local para as praias que lhes são vizinhas. Em outras palavras, na

entrada da localidade, está uma praça que, segundo os do lugar, se localiza na chamada “Praia de lá” ou “Praia do sobrado” (variação local para “assombrado”); no “centrinho” da vila, como foi apresentado antes, encontra-se a praça (Dona Chiquinha) da “Praia da Freguesia” (Ribeirão da Ilha); e mais ao final da vila-sede (sentido norte-sul) está a terceira praça (sem nome), vizinha à “Praia do Rita” cujo topônimo coincide também com essa parte da localidade assim denominada pelos moradores.⁵⁴ Abaixo, um quadro indica a localização das praças, a sua designação, quando esta existe oficialmente, a data de surgimento dos largos, o nascimento e falecimento dos homenageados, e a atividade profissional destes, conforme informações constantes nas leis municipais de criação desses lugares públicos.⁵⁵

Local	Designação/homenageado/data	Origem	Atividade
Frente à Igreja	Praça Hermínio Silva (1953)	Ribeirão (1865-1936)	Político
Entrada da vila (“Praia de lá”)	Praça Firmino Manoel da Silva (1996)	Ribeirão (1908-1992)	Funcionário público
Centrinho (Praia da Freguesia)	Praça Maria Francisca da Silva (“Dona Chiquinha”, 2003)	Ribeirão ⁵⁶ (1902-1985)	Comerciante
Praia do Rita	Praça sem designação oficial (1996)	-	-

Quadro 3 – Designação das praças e seus homenageados na Freguesia do Ribeirão

⁵⁴ O nome desse trecho da vila-sede, entretanto, não tem respaldo legal. Nem o IPUF e nem o IBGE reconhecem oficialmente a denominação “Praia do Rita” como uma divisão intralocal. Os moradores afirmam que isso é uma invenção muito antiga, uma maneira de nomear própria do lugar. Agora, como praia, sim, o referido nome aparece num mapa do município de Florianópolis, como resultado de um trabalho de localização das praias da cidade, que foi realizado pelo professor Nereu do Vale Pereira e colaboradores em 1999.

⁵⁵ Os documentos foram gentilmente fornecidos pelos funcionários Luciano da Silva e Joelton José Martins, da Câmara Municipal de Florianópolis/CMF. Remeto a/o leitor/a ao mapa da Freguesia elaborado por Elsom Bertoldo Passos, acima apresentado.

⁵⁶ Embora os documentos do Projeto de Lei (PL) referente à denominação da praça indiquem que a moradora homenageada nasceu no Ribeirão, moradores afirmam que a “dona Chiquinha” era natural de Garopaba, sul de Santa Catarina.

Pelos sentidos da socialidade na vila-sede

De certa forma, é possível dizer que as praias dão vida às praças (e vice-versa), pelo menos, em dois sentidos. Um fato primeiro lembrado pelos moradores é que as três praças vizinhas às praias (conforme o quadro acima) surgiram em anos recentes (1996 e 2003) nos terrenos à beira-mar destinados, pelo Patrimônio da União (e salvaguardados pela Marinha do Brasil), a áreas de lazer, como foi acima afirmado. Um segundo aspecto ligado às praias e praças locais é que, de algum modo, dependendo das épocas e dos dias, são as praias que dinamizam a presença das pessoas nas praças, é quando se pode notar nestas uma maior (ou menor) frequência das gentes do lugar e de usuários outros (pessoas das redondezas, visitantes e/ou turistas), em especial, nos finais de semana e no verão. Por outro lado, as praças também imprimem uma dinâmica particular entre os moradores, dando vida às praias locais.⁵⁷ Ora, a quarta “pracinha” – de fato, a primeira de todas e mais extensa que a maioria delas – é a “da igreja” (Praça Hermínio Silva), supramencionada, que é a mais antiga do lugar (1975) e se encontra em face da matriz Nossa Senhora da Lapa. Ela tem ao seu redor, além da igreja, muitas casas e ruas de lajotas de cimento. Aí, nessa praça, a praia (e a vizinhança) é outra.



Figura 31 – Igreja Matriz Nossa Senhora da Lapa antes da reforma (Foto Marta Machado)

⁵⁷ Os moradores mais velhos da Freguesia costumam lembrar que “antigamente, o mar batia nas casas”, ou seja, não existia uma estrada entre as residências tal como se vê atualmente. Com o tempo, o mar teria recuado, e, só depois de surgir uma estrada no lugar (1970), teria iniciado a construção de várias casas no lado da praia. Hoje, é possível imaginar que algumas famílias cujas propriedades antigas estão muito próximas da orla da praia tenham aí se fixado à época de abertura da estrada, ocupando as imediações de seus terrenos. À entrada da vila-sede, diversas residências amplas e em grandes terrenos (“casas de família” no dizer de LACERDA, 2003) contrastam com outras tantas construções mais modestas e em terrenos menos extensos do “centrinho” e de outros pontos da Freguesia.



Figura 32 – Igreja Matriz Nossa Senhora da Lapa depois da reforma (Foto Marta Machado)

A igreja é vizinha dos morros e destaca-se na vila por ficar num local mais alto com relação ao todo restante da Freguesia – alguns aspectos dessa construção secular serão mencionados no terceiro capítulo. A vila-sede, vista da igreja, estende-se longitudinalmente para norte (sua entrada) e para sul (seu centro e demais trechos), condensando nesse perímetro um conjunto complexo de relações interessantes à antropologia, como venho afirmando. Nesse lugar, cada uma das praças tem as suas particularidades, ou pelo tamanho, ou pela vegetação, ou por mais ou menos coisas e aparelhos disponíveis de utilidade pública a usuários diversos, ou por maior ou menor movimento de pessoas, ou mesmo pela dinâmica diária da vida na Freguesia do Ribeirão. Portanto, praças e praias compõem junto com as demais coisas na vila uma figuração importante da vida social.



Figura 33 – Casas de famílias à entrada da vila, na “praia de lá” (Foto Marta Machado)

Hoje, as/os ribeironenses nascidos/as e criados/as na Freguesia afirmam suas concepções e convicções de vida, grosso modo, pautados por valores que são cultivados na família (e no parentesco), na religião, na política e na arte. Melhor dizendo, a estas coisas a que se referem diferentes pessoas da sede distrital, enquanto algo que se torna estimável entre elas na vida em comunidade, é possível acrescentar a pergunta pelo modo como tal ordem de aspectos locais pode ser dita dessa e não de outra maneira, para alguma compreensão da socialidade. Nesta tese, proponho examinar as relações de família procurando tomar os referidos elementos (as coisas estimáveis) correlativamente. Ou seja, se Claude Lévi-Strauss (2003 [1950]), inspirado na obra de Marcel Mauss, nos fala da etnografia como “plano de trabalho” para conhecer a “vida social” enquanto “um mundo de relações simbólicas”, compreendo que é possível estabelecer etnograficamente correlações entre distintos componentes da configuração da vila-sede hoje, para pensar as relações no lugar. Nas palavras do antropólogo:

O lugar eminente da etnografia nas ciências do homem [sic], que explica o papel que ela já desempenha em alguns países, sob o nome de antropologia social e cultural, como inspiradora de um novo humanismo, deve-se ao fato de ela apresentar sob uma forma experimental e concreta esse processo ilimitado de objetivação do sujeito que, para o indivíduo, é tão dificilmente realizável. As milhares de sociedades que existem ou existiram na superfície da terra são humanas e, por essa razão, delas participamos de forma subjetiva: poderíamos ter nascido nelas, e podemos portanto buscar compreendê-las como se

nelas tivéssemos nascido. [...] (LÉVI-STRAUSS, 2003 [1950], p. 27).

2.3 A Freguesia do Ribeirão de ontem para hoje

Por uma história das/dos moradores no lugar

Há dentro da Freguesia e fora dela certa ideia de que existem na vila-sede duas partes distintas do lugar conhecidas uma como “praia (ou parte) dos ricos” (à entrada da vila) e a outra como “praia (ou parte) dos pobres” (especialmente no “centrinho” e daí em diante). É como explicam alguns moradores e como se lê em textos informativos e descritivos oficiais – acessíveis em páginas na internet, guias da prefeitura de Florianópolis e outros documentos – sobre curiosidades da arquitetura e das praias locais (IPUF; EDEME, 1999, p. 87; IPUF; ITIS, 2003, dentre outros). Contudo, para muitas pessoas da “comunidade”, pensado desde o centro da vila, o assunto das aparentes diferenças entre as casas e as famílias da localidade nesse sentido desaparece atualmente, aliás, alguns deles rejeitam essa afirmação até mesmo em se tratando de “antigamente”. No entanto, há moradores que eventualmente lembram ser essa caracterização algo surgido no passado, porque os “poderosos” do lugar moravam no início da vila, onde estavam as casas “dos ricos”. E algumas pessoas ainda preservam estas referências de ricos e pobres e suas respectivas partes e/ou praias nos dias de hoje.



Figura 34 – Entrada da Freguesia do Ribeirão
(Fotos Marta Machado)



Figura 35 – Casa da família
Heidenreich

Agora, quanto à presença de tal imagem na vila-sede, poder-se-ia considerar o que afirma Sérgio Luiz Ferreira (1998) no livro intitulado *O banho de mar na Ilha de Santa Catarina*, sua dissertação de mestrado, cujo terceiro capítulo discorre sobre as praias de Florianópolis no início do século XX como “lugar elegante”, i.e., “espaço de sociabilidade restrita”. Segundo o autor, a década de 1930 verá o banho de mar, efetivamente, “se firmar na Ilha de Santa Catarina, dando ênfase a novos problemas, que seriam expressos na imprensa local. [...] A elite que venceu com a Revolução de 1930 irá fazer do banho de mar um lugar por excelência de sociabilidade” (FERREIRA, 1998, p. 69). Talvez o que certa peculiaridade das praias locais, de acordo com alguns moradores, pudesse lembrar uma tendência a um modo de “sociabilidade” no início do século XX, aqui, nos remete a um tempo passado a que muitos fazem referência recordando não tanto as praias e uma elite local, mas especialmente algumas “famílias ricas” da Freguesia, como se observa em seguida.

Ao descrever a Freguesia de hoje, os moradores sublinham, em contrapartida, que o trecho central da vila-sede “é como se fosse o centro de Florianópolis”. Aí, num passado recente, remontando à primeira metade do século XX, “os ricos e poderosos do Ribeirão” tinham as suas “mansões”, onde as suas famílias residiam. Nessa área central, ocorriam as transações comerciais cujos produtos comercializados vinham das propriedades das famílias mais ricas “do Ribeirão”. Os estabelecimentos produtores, por assim dizer, ficavam nos “sítios”, nas “roças”, numa espécie de zona manufatureira (como se vê hoje indústrias ao redor de áreas urbanas) – onde se localiza o Alto Ribeirão, a Costeira do Ribeirão e outras áreas mais retiradas desse ponto de trocas –, em comparação com a região do “centrinho” onde estava o comércio. Ora, as informações e descrições sobre a localidade num passado recente, seguindo os moradores, e as suas observações sobre a vida das famílias residentes na vila-sede em tempos idos, permitem apreender alguns aspectos da situação econômica, social e política etc. na Freguesia de “antigamente”. Considerando as mudanças dos últimos anos, esses aspectos podem ajudar a perceber aquilo que diferencia (ou não) os sujeitos e suas famílias na Freguesia de agora, tal como eles procuram indicar em suas falas.

Assim como para muitos moradores não há sentido em fazer referência atualmente à parte “dos ricos” e à parte “dos pobres” na sede distrital, para tantos outros não cabe mais falar em clube (e baile) “dos brancos” e clube (e baile) “dos pretos”, que outrora marcaram a vida social da vila. Ao mesmo tempo, tais manifestações revelam que, em

dada época, a Freguesia “era assim”. Em outras palavras, ao evocar-se o passado que explicaria como as coisas de “antigamente” não são desse ou daquele jeito hoje, por um lado, procura-se advertir: “tudo está mudado”. Por outro, além das prováveis transformações locais, surge uma indagação sobre os elementos estruturais de configuração da “comunidade” nesse tempo pretérito a que muitos moradores, por vezes, recorrem.⁵⁸ Não se trata, aqui, de uma segunda perspectiva histórica da localidade, ou melhor, uma discussão desse assunto. Isso foi proposta específica para as reflexões iniciadas com o primeiro capítulo. Por ora, é importante pontuar, desde o olhar dos moradores, os matizes indicados por eles quanto a uma caracterização atual mais geral acerca do Distrito de Ribeirão da Ilha, e, em particular, da sua sede.

Melhor dizendo, a Freguesia de “antigamente” acionada com frequência pelos moradores chama à atenção para, pelo menos, três aspectos que interessam ao estudo dessa localidade e sua gente, e, talvez, possam ser vistos como imbricados pelos vínculos entre “comunidade” (Freguesia do Ribeirão) e “cidade” (Distrito Sede de Florianópolis). A primeira nota assinala isto: há uma antiga e constante relação (sobretudo político-econômica) entre ambas, cidade e comunidade. O segundo aspecto sublinha, em dado momento do passado (primeira metade do século XX), uma “relativa independência econômica” do Distrito de Ribeirão da Ilha, para além do que se poderia chamar de “atividades de subsistência”. E o terceiro ponto, corolário dos anteriores, indica que há efeitos sociais dessa relação para a vida das famílias “do Ribeirão”, em particular, da sede distrital.

⁵⁸ Nessa perspectiva, cabe a advertência de Norbert Elias e John Scotson: “Nos estudos de comunidade, tal como em muitas outras investigações sociológicas, é frequente analisar o desenvolvimento da organização das pessoas como se fosse desvinculada da sua estrutura num dado momento. De acordo com as convenções atuais do pensamento, a história não tem estrutura e a estrutura não tem história. O que foi dito até aqui sobre a evolução de Winston Parva e particularmente sobre os dois bairros operários, portanto, pode facilmente ser confundido com uma ‘introdução histórica’, como um acréscimo ‘puramente descritivo’ e alheio à investigação da estrutura dessa comunidade no momento da pesquisa – da ‘estrutura’ concebida como ‘fotografia’. Entretanto, sem uma referência ao desenvolvimento de Winston Parva, sua estrutura na ocasião da pesquisa permaneceria incompreensível. O esboço desse desenvolvimento foi parte integrante da pesquisa sobre a estrutura – sobre a configuração da comunidade num dado momento” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 67, grifos dos autores).

Negociantes e o comércio local no passado recente: a força da Freguesia

Rapidamente, grosso modo, enumeram-se as evidências acerca da importância da vida econômica do distrito e sua sede entre os anos de 1930-50. O “Ribeirão da Ilha” mostrava-se relativamente “independente”, desenvolvendo negócio de vestuário – destaque para o comércio da “dona Chiquinha” (Freguesia) e o do “seu Erasmo” (Alto Ribeirão) –, abrigando um entreposto de pescados (diferente da pesca artesanal do distrito), incrementando a fabricação local de café (de reconhecida qualidade), e inaugurando a construção das “famosas” baleiras, além, claro, da agricultura e da pesca de subsistência. Nesse sentido, note-se, há notícias da produção de vários produtos que, por muitas décadas, teriam assegurado não somente a sobrevivência das famílias locais, mas garantido também excedentes suficientes para remessa de gêneros agrícolas, da pesca e da pecuária para diferentes partes de Santa Catarina e até para fora do Estado.⁵⁹ Por outro lado, seguindo uma tendência geral na historiografia catarinense, diversos trabalhos sobre localidades na Ilha de Santa Catarina (CABRAL, 1979; GIMENO, 1992; FERREIRA, 2006; CARUSO, 2011, dentre outros) indicam certo declínio na produção agrícola (e pesqueira) a partir dos inícios do século XX, comparando esse período com aqueles imediatamente anteriores a ele. Ora, como foi mencionado antes, desde uma ótica local, o “centrinho” da Freguesia dava lugar a um forte “comércio”. Nas palavras do morador:

[...] Comércio forte era o quê? Da dona Chiquinha, ali, do seu Norberto, era o tempo do Norberto; depois [quando este veio a falecer em 1952], a dona Chiquinha tocou, mas... [...] A dona Chiquinha era de Garopaba, filha de lá, o seu Norberto era daqui (do Ribeirão). [...] Eles iam lá pra Garopaba, compravam cação (o peixe), escalavam e traziam pra cá. Daqui, eles trocavam o peixe escalado... Traziam feijão, o pessoal daqui

⁵⁹ A história local lembra que o Ribeirão da Ilha (o distrito) foi um “grande fornecedor de produtos diversos para os mercados catarinenses, centro de Florianópolis, Laguna, Imbituba e Terra Firme, como também Santos e Rio de Janeiro durante os séculos XVIII e XIX, declinou rapidamente no início do século XX, para hoje [1989] ter perdido totalmente essa característica a ponto de transformar-se de fornecedor e vendedor, para consumidor e comprador”. Outros detalhes acerca das atividades comerciais no Distrito de Ribeirão da Ilha antiga e mais recentemente se encontram em PEREIRA, N.; PEREIRA, F.; SILVA NETO, 1990, p. 71s.

comprava feijão, milho... Então, por isso que era freguesia, onde eles comercializavam, trocavam mercadorias. [...] Tinham fábrica de café, panificadora... [...] O centrinho mesmo é aqui, esta parte aqui, onde tinha comércio. [...] Fabricavam e traziam pra aqui. Aqui [pra trás, nos morros], eles plantavam (os pretos que moravam aqui à época, os escravos), e dali levavam pra fábrica lá [na entrada da Freguesia] o café pra torrar. Aí, lá no Alto Ribeirão, eles tinham a olaria, que era da família do seu Norberto também. Tinha a cana-de-açúcar, que eles faziam mel, melado... [...] Tudo da família deles, eles eram super-ricos. Depois, eles abriram venda de gás, assim que saiu o gás. Depósito de bebidas, tiveram [por] anos (representantes da Antártica). [...] A primeira linha de ônibus foi deles... [...] Mas era, assim, ônibus de carga, só tinham bem poucas vagas, que ninguém ainda ia para o centro [de Florianópolis] naquela época. Então, eles levavam a mercadoria pro centro [...] e traziam, de lá, outra mercadoria pra cá. [...] Eu trabalhei ali [no depósito de bebidas], muitas vezes, nós levávamos bebida pro centro. No final, trazíamos açúcar, arroz, que não existiam [aqui]. Comprávamos lá, pra trazer pra cá... Tinha dia que era só pra negociar. [...] Que aqui eles tinham o aipim, a batata, essas coisas, tinha tudo, né? (Oswaldo Laurindo, informação verbal em 02 de agosto de 2014).⁶⁰

Nesse ponto, é interessante perceber que os relatos dos moradores acerca das intensas atividades comerciais na Freguesia de “antigamente” levantam a possibilidade, por exemplo, de nuançar o que a maioria dos estudos tem afirmado quanto a certo isolamento das áreas interioranas de Florianópolis até os anos de 1970, quando uma onda de modernização aproximaria comunidades tradicionais,⁶¹ sítios e praias

⁶⁰ Conversa gravada na praça Dona Chiquinha, em frente à residência do morador.

⁶¹ Muitas vezes, na Freguesia, as pessoas recorrem à ideia de “tradição”, “tradicional”, ou mesmo a outros termos correlatos a esses, para falar da permanência de determinados costumes e/ou práticas locais dos moradores ao longo dos tempos “no Ribeirão”. Neste trabalho, uso livremente a palavra tradicional ou tradição no sentido indicado pelos do lugar quando (e se) isso se mostra relevante para compreender algumas de suas falas. Não obstante, parece oportuno fazer breves considerações aqui sobre o assunto das chamadas “comunidades

distantes etc. do centro da cidade.⁶² Aliás, é uma ideia acionada até os nossos dias por muitas pessoas, o centro versus o interior da Ilha, assinalando que as estradas e todo o sistema viário – como exemplo de novidade para as mudanças, inclusive aquelas chamadas de socioculturais – teriam dado às localidades rurais e/ou isoladas uma nova configuração. No caso da Freguesia, o passado recente do lugar, a que se referem os moradores para descrevê-lo em termos de “relativa independência” (econômica), como foi pontuado acima, permite pensar a socialidade local sem enfatizar, em primeiro plano, o isolamento, a dependência e/ou a falta – que por vezes servem aos argumentos, vindos de fora da referida comunidade, em defesa da preservação e valorização da cultura açoriana. Na letra de “dona” Marly d’Avila Heidenreich:

tradicionais”. De um lado, como lembram Carlos Guilherme O. do Valle e Rodrigo de A. Grünewald (2011) sobre “pluralismo rural” na apresentação de um conjunto de estudos dedicados ao tema: “No âmbito do rótulo genérico de povos e comunidades tradicionais, que hoje é uma categoria jurídica e um objeto de política pública, um amplo conjunto de grupos sociais se consolida, ressaltando, cada qual, características próprias quanto aos seus modos de vida e especificidades culturais e históricas. Esse movimento, contudo, se complexifica, ao notarmos tanto fluidez ou hibridismo entre tais grupos, quanto um conjunto de tensões na aplicação da própria noção de tradicionalidade” (VALLE; GRÜNEWALD, 2011, p. 6). Por outro lado, vale igualmente a advertência feita por Manuela Carneiro da Cunha e Mauro W. Barbosa de Almeida (2001) ao indagarem “quem são as populações tradicionais?” Assim: “Definir as populações tradicionais pela adesão à tradição seria contraditório com os conhecimentos antropológicos atuais. Defini-las como populações que têm baixo impacto sobre o ambiente, para depois afirmar que são ecologicamente sustentáveis, seria mera tautologia. Se as definirmos como populações que estão fora da esfera do mercado, vai ser difícil encontrá-las hoje em dia. É verdade, nos textos acadêmicos e jurídicos costuma-se descrever categorias por meio das propriedades ou características dos elementos que as constituem. Mas as categorias sociais também podem ser descritas ‘em extensão’ – isto é, pela simples enumeração dos elementos que as compõem. Por enquanto, achamos melhor definir as ‘populações tradicionais’ de maneira ‘extensional’, isto é, enumerando seus ‘membros’ atuais, ou os candidatos a ‘membros’. Esta abordagem está de acordo com a ênfase que daremos à criação e à apropriação de categorias. E o que é mais importante, aponta para a formação de sujeitos através de novas práticas” (CUNHA; ALMEIDA, 2001, p. 184, grifos dos autores). Enfim, no caso da Freguesia do Ribeirão, em especial, é importante ressaltar que o uso pelos moradores dos termos inicialmente apontados nesta nota corresponde, na prática, muitas vezes e contemporaneamente, a um movimento de sobrevalorização da “cultura açoriana” enquanto expressão atual da “tradição” na localidade e seus arredores. Esta tese, diferentemente desta última perspectiva, procura identificar “sujeitos através de novas práticas”, não necessariamente para “resgatar” uma “tradição”, antes para discutir modos de pensar a socialidade no lugar hoje.

⁶² A propósito dos temas do isolamento e/ou da modernização das localidades na Ilha de Santa Catarina, que são frequentemente apontados em muitos estudos, a título de exemplo, sobre o Distrito de Ribeirão da Ilha, cito as pesquisas de PEREIRA, N.; PEREIRA, F.; SILVA NETO, 1990; LACERDA, 2003; WIGGERS, 2006. Sobre a cidade de Florianópolis, ver BASTOS, 1993; FANTIN, 2000.

Antigamente, o Ribeirão era independente financeiramente. As pessoas trabalhavam aqui mesmo. Não iam e vinham pra cidade todos os dias como hoje. Não havia estrada boa, nem condução. Aqui existiam fábricas de anzóis, de café, de tijolos (olaria), engenhos de farinha de mandioca, estaleiros para construção de barcos e baleeiras; as mulheres faziam rendas; algumas lavavam roupas, apanhavam café, criavam galinhas para vender os ovos, engomavam roupas etc. Alguns homens eram operários, trabalhavam na base aérea, outros eram militares, e tinha o comércio, de varejo e atacado, a maioria, pescadores. Pela manhã, bem cedo já se escutava a cantoria das mulheres, apanhando café. A fábrica de café ficava em frente a chácara, onde hoje fica a casa do Carlito e do Nei. [...]. (Marly d'Avila Heidenreich, 2000, p. 34).

Daí também a possibilidade de captar alguns dos aspectos estruturais que caracterizam as relações entre “cidade” e “comunidade”, como dizem as pessoas nascidas “no Ribeirão”, e de examinar os efeitos sociais que resultam dos vínculos criados entre ambas ao longo dos tempos, e atualizados nos últimos 40 anos. Talvez essa maneira de alguns moradores compreenderem elementos da organização das pessoas na Freguesia aponte para respostas locais das famílias aí constituídas a muitos dos desafios colocados a estas pelas transformações da cidade de Florianópolis em diferentes épocas. Voltarei ao assunto da socialidade local na conclusão da tese.

Para além do isolamento: em direção à “cidade”

Outro marco das relações entre cidade e comunidade, seguindo algumas das ponderações que fazem os moradores sobre o assunto, é aquele que corresponde aos anos em torno de 1950-80, período no qual o distrito, particularmente a Freguesia, iria usufruir dos benefícios advindos do desenvolvimento de Florianópolis. Nesse sentido, o Distrito de Ribeirão da Ilha viria a se ligar economicamente ao “centro” da capital catarinense: “Os filhos de pescadores tradicionais se voltaram para empregos em atividades especialmente do comércio e serviço

público (atividades de nível primário a médio)”.⁶³ Ora, as épocas às quais remonta a gente da vila-sede, nesse caso, coincidem também com um dos períodos de fortes mudanças, em geral, apresentado nas pesquisas que indicam os anos de 1960-70 (e daí em diante) como o das transformações que levaram a cidade de Florianópolis a um novo perfil sociocultural e político-econômico. Os sinais dos novos tempos viriam, à época, com as iniciais políticas de incremento ao desenvolvimento do município, onde um conjunto de obras inaugurava os processos de modernização da Ilha e do continente.⁶⁴

Assim, grosso modo, sublinham-se ações municipais em nível global de urbanização, desenvolvimento e crescimento de formas modernas de vida: um conjunto de estratégias as mais diversas (políticas, econômicas, estruturais, culturais etc.), que transformariam Florianópolis. Ressalta-se, por exemplo, a construção de estradas pelos inúmeros cantos da Ilha em direção ao “interior” da cidade, caracterizando também a presença e fixação de novos moradores (vindos, pela BR-101, de diferentes partes do Estado e do país), bem como o acesso de turistas a praias e locais afastados (isolados) do centro. Tal ação aproximaria todas essas pessoas, os novos habitantes, de moradores e regiões antes ocupadas tão somente por famílias de pescadores e/ou pelas chamadas comunidades tradicionais. Dessa forma, surgiriam novos bairros para moradias e serviços (destaque à criação da UFSC e às instalações da ELETROSUL, assim como da CELESC e da

⁶³ Fragmento retirado de um texto informal escrito por Elsom Bertoldo Passos, que me foi por ele entregue em 12 de julho de 2012. Desse escrito, tomei também as indicações sobre os períodos que caracterizariam, segundo os moradores da Freguesia, as diferentes etapas, por assim dizer, das relações entre a “comunidade” e a “cidade” (Distrito Sede ou o “centro” de Florianópolis).

⁶⁴ Na introdução que faz a um conjunto de ensaios publicados sobre a farra do boi em Santa Catarina, Rafael José de Menezes Bastos (1993) critica a sua própria classificação inicial da farra (1990) em dois tipos básicos de manifestação, i.e., arcaico e moderno. Ao relativizar essas categorias, o autor lembra, dentre outras coisas, que o processo de urbanização, por um lado, não é monolítico; por outro, complementando a afirmação da frase anterior, o autor acrescenta que o que ele chamou de arcaico não desaparece nos processos de modernização da cidade – no caso, quanto à referida tipologia por ele sugerida da farra do boi (BASTOS, 1993, p. 9-33). Sônia Maluf (1993), na introdução do seu livro *Encontros noturnos: bruxas e bruxarias na Lagoa da Conceição*, chama à atenção para as categorias de rural e urbano, com referência ao estudo dos modos de vida nessa localidade, indicando uma relativização dos conceitos para análise da vida social: “[...] Rural e urbano não podem ser pensados aqui como duas realidades paralelas ou separadas, mas são integrantes de uma mesma sociedade global...” (MALUF, 1993, p. 13-17). No caso da Freguesia, tendo em conta a percepção dos moradores sobre as relações entre “a cidade” e “a comunidade”, como venho observando, esta estratégia de relativizar categorias parece algo indispensável ao exame de fenômenos, por vezes tomados acriticamente, e explicados em termos de isolamento, dependência, carência ou falta, e assim por diante.

então denominada TELESC). Haveria também um consequente aumento significativo da população residente no município, com a gradativa elevação do número de profissões e profissionais nesse contexto modernizante da Capital catarinense.

Os não poucos desdobramentos de tudo isso culminariam com o estabelecimento de novos hábitos, costumes, inúmeras demandas etc. Nessa configuração urbana em ascensão, cidadãos outros (os que migraram para a Capital) incrementariam a vida da cidade, o que se poderia ver, por exemplo, nos contrastes entre distintos modos de vida, valores e práticas diversas das pessoas vindas para Florianópolis e aqueles da gente nativa. As mudanças resultariam em situações ora de estranhamento e conflito, ora de disputas efetivas pelas terras da cidade e por seus espaços. Além disso, acarretariam problemas ligados à alta dos custos de vida e à introdução de novos comportamentos estranhos aos da população natural da Ilha, dentre outras questões e polêmicas, e para citar aqui apenas algumas das coisas mais gerais destacadas em vários trabalhos (BASTOS, 1993, p. 18-19; FANTIN, 2000, p. 36-37; LOHN, 2002; 2007; FONSECA, J. 2008; RIZZO, 2013, entre outros).

E a cidade se volta para a “comunidade”: novos tempos

Por fim, há uma terceira marca temporal lembrada pelos moradores da Freguesia, cujo período corresponderia aos anos 1980-90 até os dias de hoje. É oportuno observar, contudo, que sua delimitação acerca das diferentes épocas não encerra as referidas transformações, de maneira fixa, nessa ou naquela classificação que a gente da vila-sede faz quanto a datas. Antes, ela (a classificação) serve como baliza que aponta para o modo como muitos moradores enxergam o vaivém das relações entre ambas, a “cidade” e a Freguesia, ao longo dos tempos. Nesse sentido, as novas possibilidades vislumbradas, sobretudo, a partir da década de 1970 – assim como se vê em outras localidades da Ilha (RIAL, 1988; MALUF, 1993; FLORES, 1991; WIGGERS, 2006; CARUSO, 2011, dentre outros) –, levaram muitos moradores da vila-sede a experimentar, nos anos seguintes, as vicissitudes do chamado processo de urbanização de Florianópolis. Além da inserção no “comércio” e no “serviço público”, conforme citação anterior, um dado peculiar por vezes enfatizado pelas pessoas da Freguesia diz respeito às oportunidades de formação superior universitária e de trabalho profissional assalariado na UFSC, que teriam feito tanta gente do lugar se voltar para a cidade (como os exemplos mencionados no primeiro capítulo sobre o trabalho do seu Agenor Firmino da Silva e do seu

Alécio Heidenreich na universidade, este último chegando a concluir nessa instituição um curso de formação superior, graduando-se em Ciências Contábeis, conforme relato do morador).

Agora, quanto ao período em pauta (dos anos 1980 aos nossos dias), alguns moradores ressaltam que é “a cidade” que se volta para “o Ribeirão” onde existem atualmente importantes atividades econômicas surgidas na Freguesia (e em outros pontos do distrito) com a “modernidade”, i.e., nos últimos 40 anos, particularmente, com o cultivo e a comercialização de marisco e ostra.⁶⁵ O desenvolvimento das atividades ligadas à maricultura em diversas localidades intradistritais, de modo especial na Freguesia do Ribeirão, teria estimulado um crescente investimento de pessoas das famílias do distrito (e também de gente vinda de outros lugares de Florianópolis, Santa Catarina e do Brasil) em produção e venda de frutos do mar, abrindo restaurantes especializados em gastronomia “típica” dessa região litorânea. O incremento do negócio com alimentação, sobretudo partindo da criação de ostra e marisco, logo, renderia ao Distrito de Ribeirão da Ilha reconhecido sucesso, nacional e internacional, por suas “maravilhas gastronômicas”, como afirmam alguns. Presentemente, o turismo gastronômico ligado a sofisticadas culinárias com frutos do mar local, por exemplo, em restaurantes da vila-sede, tem recebido deferências constantes por parte de órgãos, empresas e/ou pessoas que fazem e vendem propagandas de controle de qualidade dos produtos e serviços oferecidos – acompanhadas pelo grande público, sobretudo, pelas redes da web, no Brasil e no mundo. O que envolve também um aparato de políticas técnico-científicas, comerciais e de vigilância de órgãos

⁶⁵ Em seu estudo, intitulado *Trabalho, família e amizade entre maricultores/as de uma associação do sul da ilha de Florianópolis: a AMPROSUL*, reportando-se à organização de “pequenos/as produtores/as” na região situada entre a ponta da Caiacanga e da Caieira da Barra do Sul, no Distrito de Ribeirão da Ilha, Renata Apgaua Britto (2012), dentre outras mudanças, sublinha o surgimento dessa atividade no sudoeste da Ilha de Santa Catarina, destacando sobre a maricultura no distrito: “Seo’ Max, associado e segundo-tesoureiro da AMPROSUL, marido da presidenta, conta que a maricultura chegou ao Ribeirão por meio da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), nos anos de 1980. Essas instituições, a partir de experimentos feitos e bem sucedidos, primeiro com marisco, depois com ostra, convidaram pessoas interessadas em implantar seus cultivos, dando continuidade à atividade iniciada” (BRITTO, 2012, p. 25). Os desdobramentos dessas relações entre o distrito e alguns dos seus produtores locais e outros atores (instituições, pessoas, grupos etc.) envolvidos nas referidas atividades nos últimos anos são analisados pela autora em sua pesquisa.

públicos algo bastante complexo para os que se lançam no ramo (BRITTO, 2012).⁶⁶



Figura 36 – Cultivo de ostra à entrada da Freguesia (Foto Marta Machado)

Ao mesmo tempo, essa onda de modernização e investimentos mais recentes em propaganda, acerca dos atrativos “turísticos” e “culturais” que seriam encontrados no Distrito de Ribeirão da Ilha e em sua sede, a Freguesia, têm estimulado novos pontos de comércio diversos que vão se fixando, cada vez mais, “no Ribeirão”, i.e., na sede distrital (assim como em outras localidades do distrito). Nesse caso, ampliam-se as possibilidades de mercado e comercialização de produtos os mais variados. Ou seja, além daqueles retirados do mar para a culinária local e/ou produzidos e vendidos em bares, restaurantes, cafés etc., há um crescente interesse, por exemplo, de moradores/as que

⁶⁶ Por exemplo, há restaurantes que se fazem notar, em suas instalações, pela exposição de certificados e/ou títulos concedidos à sua culinária por revistas de renome etc., investindo igualmente em reformas, publicidade e outros recursos propagandísticos. Em geral, esses investimentos de empresários da ou na Freguesia resultam importantes para diversas pessoas das famílias da vila-sede, que acabam empregadas nos estabelecimentos locais (em serviços de cozinha, limpeza, estacionamento etc.), especialmente as/os de famílias mais pobres (vários deles/as, pertencentes às famílias aqui examinadas, trabalham ou já trabalharam em restaurantes da Freguesia). A título de ilustração, podem ser percorridos alguns sítios na web referentemente à publicidade sobre “o Ribeirão da Ilha”, consultando: <http://www.caminhodasostras.com.br>; <http://www.guiafloripa.com.br>; <http://www.visitefloripa.com.br>, dentre outros.

trabalham com artesanato na exposição e venda local de suas diversas peças, como rendas de bilro de vários tipos e tamanhos, objetos de decoração feitos com conchas de ostra e de outros moluscos, trabalhos manuais com linhas, lãs e panos (crochê, tricô, costura em tecidos etc.), incluindo ao rol de produtos artesanais aqueles que resultam de atividades com pintura, montagem e plástica, e assim por diante.



Figura 37 – Lidia Solange Fraga, “Lidinha” (Foto Marta Machado)

Em particular, com os impulsos de transformação da “comunidade”, na esteira das mudanças ocorridas, de forma abrangente, na cidade de Florianópolis, o turismo na Freguesia passaria a crescer ainda mais, tornando-se matéria de interesse de políticos e políticas públicas da capital, mobilizando gestores das administrações municipais, dos governos estaduais etc. no sentido de incrementar ações de melhorias na vila-sede, e, muitas vezes, recorrendo aos atributos locais (a natureza preservada, o mar, a gente hospitaleira, as especialidades gastronômicas e a “história da cultura açoriana”, entre outras coisas) para estabelecer estreitas relações de cooperação com a localidade e várias lideranças no lugar. Agora, o turismo desperta igualmente a atenção de vários moradores nascidos na Freguesia, sobretudo de alguns mais jovens, haja vista as possibilidades futuras vislumbradas por eles diante do potencial turístico local, o que significaria oportunidade de obter alguma renda com negócios destinados a turistas e visitantes ocasionais. Embaladas pelo atual aproveitamento e exploração das virtudes de beleza e lazer da vila-sede para um público “visitante”, algumas lideranças locais, por exemplo,

ligadas à igreja católica e ao centro social, dedicam parte de seu tempo organizando, criando e/ou incrementando ideias em torno de eventos para valorizar a “cultura” (açoriana e religiosa) do lugar, enquanto procuram trazer e motivar mais e mais pessoas a conhecerem e apreciarem a lista das boas coisas oferecidas pela bela região de Ribeirão da Ilha em destaque na cidade, no Estado e no sul do país, sobremaneira em anos recentes.



Figura 38 – Festa do Divino 2015 (Fotos Marta Machado)

Enfim, o período (este último) em que a “cidade” teria se voltado para o “Ribeirão” abarca a contemporaneidade das diversas mudanças percebidas pelos moradores na Freguesia. No pulso de tantas transformações reconhecidas pela gente da vila atualmente, é bom salientar, as famílias da vila-sede têm acesso a serviços públicos básicos, como abastecimento de energia e água, rede de esgoto, telecomunicação, internet etc. Contam também com atendimento médico em um posto de saúde local; transporte coletivo regular;⁶⁷ escola de ensino fundamental e médio; um posto da polícia civil; uma intendência municipal, que administra o cemitério local e realiza atividades de manutenção e melhorias nas ruas e em obras públicas

⁶⁷ Como lembram as/os moradores, “a primeira linha de ônibus” inaugurada no Ribeirão foi trazida pela família Silva (a do “seu Norberto da dona Chiquinha”), cujo transporte se destinava a mercadorias que eram levadas do distrito para o “centro” da cidade, havendo “bem poucas vagas” para passageiros. Mais tarde, outra família “do Ribeirão” (a dos Cordeiro) seria considerada uma das pioneiras, em Florianópolis, no transporte coletivo de passageiros, tendo a pessoa de Aparício Ramos Cordeiro (1904-1959, já citado nos inícios deste capítulo) como a do fundador da Empresa Ribeironense de Transporte Coletivo, organização que prestou serviços aos moradores do distrito do Ribeirão, além de atender outras localidades do sul da Ilha, durante “longos anos”. Hoje, o transporte coletivo da capital, segundo as/os moradores, opera de maneira muito distinta do que era “antigamente”, e o chamado “sistema integrado de ônibus” no município tem à sua frente grupos de empresários e gestores públicos, como a Prefeitura Municipal de Florianópolis.

municipais na sede e demais localidades do distrito; um centro social, regido por uma “diretoria” formada por moradores e moradoras locais, disponibilizando suas dependências para diversas atividades e eventos da “comunidade” (exposição e venda de artesanatos; “grupo de idosos”; eventos “culturais”; festas e comemorações familiares etc.). Além desses serviços e atividades, há algum comércio que atende às urgências das famílias da vila, como pequenos mercados (“minimercado”), também com fornecimento de pães; loja de roupas e “presentes”; até um “salão de beleza”, dentre outras iniciativas que são desenvolvidas, algumas delas, nas próprias casas dos moradores – entre estes, estão pessoas das famílias aqui examinadas que, em momento oportuno, serão mencionadas no quarto capítulo da tese.

Quanto ao surgimento de pontos comerciais para o grande público na Freguesia do Ribeirão hoje – que têm como ponto alto a “gastronomia” baseada nos “frutos do mar” e nas habilidades de cultivo e pesca local⁶⁸ –, existem diversos restaurantes especializados em “comidas típicas”, como assinalado antes, alguns dos quais foram abertos mais recentemente. Há igualmente os que foram fechados, segundo as/os moradores, por falta de “movimento”. No presente momento, são quatro os estabelecimentos desse porte dentro da vila. Dois dos mais antigos costumam fazer parte das constantes referências das/dos moradores, até porque, como dizem, são de pessoas e/ou famílias “do Ribeirão”. Alguns restaurantes e cafés estão instalados em casas antigas que pertencem (ou pertenceram) a antigos moradores cujos familiares administram o atual uso comercial dos imóveis. Outros negócios do ramo alimentício são bares ou lanchonetes (dois), “cafés” (dois), além de uma “pizzaria”. De gênero diverso, existem quatro “lojinhas” de artesanato e comércio de rendas de bilro (a maioria, nas

⁶⁸ O Distrito de Ribeirão da Ilha, sobretudo nos últimos 30 anos, tornou-se um dos locais importantes em Florianópolis nas atividades de cultivo de ostras, mariscos e vieiras, desenvolvendo, a partir dos anos de 1980, ao longo da sua costa – às margens da Rodovia Baldicero Filomeno – inúmeras “fazendas marinhas” de produção (e venda) desses moluscos. Dentre os produtores locais que atuaram nesse ramo, alguns são nascidos e vivem na Freguesia do Ribeirão. No entanto, atualmente, só algumas pessoas mantêm o cultivo desses frutos no mar da Freguesia, especificamente nos inícios da localidade, trecho conhecido como “praia dos ricos”. Quanto às atividades pesqueiras, vale a observação que faz Renata Apgaua Britto (2012) citando um “nativo” em seu trabalho sobre a maricultura no distrito: “Antes da chegada da maricultura, ‘seo’ Max conta que praticavam a pesca: ‘Não. Na época, era peixe mesmo. Aí, hoje, ainda tinha gente que vive dessa atividade ainda, que pesca esse tipo de peixe, né, que é parati, é a cocoroca, que dava muito aqui, né, que hoje eu não sei como é que tá. E aí, depois, veio a parte da maricultura” (BRITTO, 2012, p. 28, grifos da autora). Consultar o referido trabalho, para maiores informações sobre a “rota da ostra do Ribeirão”, dentre outros assuntos afins.

casas das moradoras que as confeccionam). Ora, em geral, tudo isso é pensado para turistas, visitantes e/ou pessoas interessadas em produtos e artigos considerados pela propaganda turística do lugar como “heranças” da presença dos “açorianos” na vila em tempos idos.

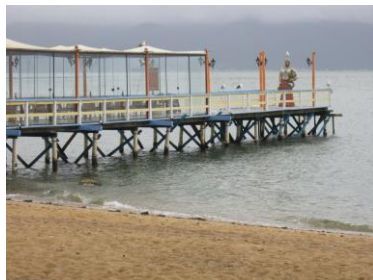


Figura 39 – Restaurante no centrinho da vila, de propriedade de uma família local (Fotos Marta Machado)

Nessa direção dos negócios locais, há pelo menos dois aspectos interessantes quanto ao comércio e aos comerciantes da vila-sede. Trata-se de empreendimentos de e em família,⁶⁹ envolvendo diversos parentes (pai, mãe, filhos etc.) que os tocam, ajudam a tocá-los ou mesmo apoiam as iniciativas, de algum modo, colaborando com o trabalho dos demais. Entre os apoiadores, às vezes, encontram-se também vizinhos e amigos que prestigiam, enquanto consumidores, determinados estabelecimentos comerciais, frequentemente, aqueles que oferecem produtos e serviços para pequenos consumos, por exemplo, “uma cervejinha” entre amigos ou um lanche eventual etc. Já os restaurantes direcionados ao público visitante (turistas, camadas médias de Florianópolis etc.), supraindicados, tornam-se proibitivos para grande

⁶⁹ Em seu estudo sobre “relações matrimoniais” na localidade conhecida como Costa da Lagoa, no distrito da Lagoa da Conceição, Juliana Pereira L. Caruso (2011) faz menção às tarefas que contam com “ampla participação” das famílias. Dentre elas, “os auxílios prestados entre os familiares obedecendo a critérios de gênero, que organizavam o trabalho do plantio ou nos engenhos, aparecem na atualidade organizando o trabalho nos restaurantes, nas atividades relativas ao turismo e à pesca. Todas essas atividades continuam sendo familiares e permanecem orientadas por uma divisão sexual” (CARUSO, 2011, p. 48-50). Quanto à Freguesia do Ribeirão, em regra, a divisão sexual do trabalho também opera nos negócios e em meio aos negociantes locais hoje. Há serviços que são considerados de “mulheres” (cozinhar, lavar louça, arrumar ambientes etc.), e aqueles que são identificados como de “homens” (gerir, cuidar das finanças, atender clientes etc.). Não obstante, atualmente, é possível observar, em algumas atividades comerciais levadas pelas famílias, que há menos exclusividade de mulheres e homens quanto a atribuições específicas referentes aos gêneros. De fato, no cotidiano das famílias aqui investigadas, elas e eles dizem haver certa cooperação entre si, por exemplo, quanto aos afazeres domésticos em geral.

parte das famílias locais quando se pensa no padrão elevado de preços por alimentos e serviços oferecidos. De fato, há uma compreensão de muitas pessoas, em particular das mais pobres da Freguesia, de que esses “restaurantes” são mesmo “para turistas”. Alguns, aliás, afirmam que eles são “bons” por atrair fregueses e garantir emprego para “muita gente” da vila.⁷⁰ Os do lugar que desfrutam dos restaurantes mais “chiques”, em geral, são seus próprios donos ou alguns parentes. Por outro lado, na esteira dos empreendimentos familiares – e este é o segundo dado relevante –, surgem os jovens negociantes que, apoiados e auxiliados pela “família”, se colocam à frente da administração de um restaurante, bar, café ou mesmo de uma atividade menos formal (um “carrinho de cachorro-quente”, por exemplo), que tem um traço familiar, envolvendo parentes na produção e venda de produtos.⁷¹

Assim, no espaço urbanizado da Freguesia, todo esse conjunto vem transformando as paisagens da localidade nos últimos anos, à

⁷⁰ Entre as famílias de que me ocupo nesta tese, várias pessoas afirmam que os restaurantes da vila não são para a “comunidade”. Por serem cuidadosamente preparados para receber turistas, tais estabelecimentos ganham fama de “chiques” e/ou “caros”. Ou seja, eles seriam tão somente para quem tem “muito dinheiro” para gastar. Os mais pobres da Freguesia os encaram como uma espécie de atrativo turístico local, que podem ser vistos e apreciados por todos. Até porque eles trariam melhorias e empregos para as pessoas da vila. Os moradores costumam citar como exemplo o “famoso” restaurante Ostradamus, pelo qual manifestam simpatia. Dizem que ele pertence a uma família “nascida no Ribeirão”, seu proprietário (nascido no Alto Ribeirão) é casado com “a neta do Funga-Funga”, o conhecido senhor Antônio Antunes da Cruz, natural da Freguesia e aí falecido (aos 90 anos de idade) na década de 1990.

⁷¹ Ultimamente, surgem diversas iniciativas assumidas por jovens (em geral, homens) de algumas das famílias mais pobres, ou seja, das que têm pouco recurso financeiro ou patrimônio, e que se lançam ao desafio de buscar um espaço no comércio local, melhorando a renda familiar e investindo num futuro melhor. Por exemplo, há jovens que se mobilizam na época do carnaval vendendo cerveja ou outras bebidas e comidas durante a badalada festa do “Zé Pereira”, festa “tradicional” que abre o carnaval de Florianópolis, todos os anos, na Freguesia. Mas há quem desenvolva uma atividade comercial de maneira continuada, ao longo do ano, complementando o salário de um trabalho formal que possui fora do Ribeirão ou da vila-sede. Assim a vila-sede pode ter um bom “carrinho de cachorro-quente”; um “café” montado em cômodos da casa de um jovem casal, e outras iniciativas embaladas pelo apelo turístico do lugar. Frequentemente, como assinalado, esses esforços contam com o apoio da “família” (mães, pais, irmãos e/ou outros próximos). Contudo, há entre alguns desses jovens negociantes das famílias aqui estudadas a afirmação (por vezes, indignada) de que “a comunidade não apoia”. Creio que isso demonstra, entre outras coisas, as não poucas dificuldades que enfrentam essas pessoas para “tocar” o seu negócio na vila. Por outro lado, há o exemplo de uma mulher cuja família a ajuda na tarefa de vender alimentos embalados produzidos com frutos do mar (ostras gratinadas, bolinhos de siri, camarão e peixe etc.). Alternativa de renda que ela e uma “sócia” buscam participando de uma “associação de maricultoras”, dentre diversas outras existentes no distrito (BRITTO, 2012). No caso, junto à associação, as referidas mulheres atuam na venda de produtos desse gênero durante a chamada “Festa Nacional da Ostra e da Cultura Açoriana” (FENAOSTRA), anualmente realizada em Florianópolis pela Prefeitura Municipal há mais de uma década (BRITTO, 2012, p. 73-74).

medida que as famílias se organizam e recriam suas propriedades para se adaptar e/ou adequar aos novos tempos. Por fim, cabe observar que algumas das anunciadas inovações na “comunidade” e na vida das famílias aí residentes, em tempos de urbanização e modernização da “cidade”, a propósito, podem ser evocadas em outros momentos dos capítulos da tese quando (e se) temas afins emergem nas falas e vivências das/dos moradores locais.

De dentro de relações e agências: a configuração da vila

Com efeito, neste segundo capítulo, que chamo de contextual, i.e., de apresentação da localidade e de alguns aspectos que aí são destacados por seus/suas moradores/as, procuro concatenar coisas, pessoas, fatos, situações, lugares, enfim, um conjunto de elementos que, desse modo, é capaz de descrever uma figuração local, no caso, informando sobre a Freguesia do Ribeirão aqueles traços que sugerem pensar como as relações são vividas na vila-sede nos dias de hoje, particularmente em perspectiva ao tema das transformações pelas quais passam as famílias e suas relações locais atualmente. Nesse sentido, parece ser possível, aqui, recorrer à ideia de “agência” nos termos em que a utiliza Bruno Latour (2008) ao redefinir o “social”:⁷²

Ahora, tendremos que aprender a explotar una segunda fuente de incertidumbre, que es aún más fundamental, y que reside en el centro de todas las ciencias sociales, a saber, aquella que ve a la acción como no transparente. La acción no se realiza bajo el pleno control de la conciencia; la

⁷² O autor propõe uma crítica ao princípio de assimetria que daria lugar às explicações das ciências “modernas” sobre aquilo que se tem chamado de “social” (vida, contexto, estrutura, sistema etc.) na antropologia comparada – portanto, entrando na complicada seara das epistemologias e seus representantes ilustres, e das políticas acadêmicas para defender aparatos teórico-metodológicos diferentes e até divergentes. Segundo Bruno Latour (1994), “no centro da questão do relativismo encontra-se, portanto, a questão da ciência” (LATOUR, 1994, p. 97). Nesse sentido, ele procura mostrar os limites do “relativismo cultural” levistraussiano, cuja matriz assimétrica reproduziria as “Duas Grandes Divisões” dos modernos: a divisão entre humanos e não-humanos, e a divisão entre os ocidentais e todos os outros. Nas palavras do sociólogo: “Lévi-Strauss, este advogado generoso, não consegue imaginar outras circunstâncias atenuantes [para ‘a falsa antinomia entre mentalidade lógica e mentalidade pré-lógica’] que não a de assemelhar seu cliente às ciências exatas” (LATOUR, 1994, p. 97-98). Dito isto, é oportuno lembrar que esta tese, por considerar que o problema da ciência é insolúvel, pelo menos aqui, procura aproveitar as boas consequências para a etnografia dos debates que me levam às obras de Lévi-Strauss e também às de Bruno Latour, sem, contudo, por razões óbvias, desenvolver neste estudo uma discussão sobre a questão.

acción debe considerarse en cambio como un nodo, un nudo y un conglomerado de muchos conjuntos sorprendentes de agencias y que tienen que ser desenmarañados lentamente. Es esta venerable fuente de incertidumbre a la que queremos dar vida nuevamente con la extraña expresión actor-red. [...] Un “actor”, tal como aparece en la expresión unida por un guión actor-red, no es la fuente de una acción sino el blanco móvil de una enorme cantidad de entidades que convergen hacia él. [...] (LATOURE, 2008, p. 70-73).

Para compreender algumas das relações e correlações na Freguesia do Ribeirão hoje, interessantes a este estudo, é oportuno ter em conta “os diferentes agentes atuantes” que ajudam a explicar como as “famílias” se organizam na sede distrital, como os moradores se veem enquanto “comunidade”, enfim, como se entendem enquanto grupo. Longe de serem ideias facilmente rastreáveis numa dada configuração, essas concepções (e outras mais que aí se encontram) implicam aquilo que o referido sociólogo tem chamado de social: “[...] no designa un dominio de la realidad o algún artículo en particular, sino que más bien es el nombre de un movimiento, un desplazamiento, una transformación, una traducción, un enrolamiento” (LATOURE, 2008, p. 97).

A descrição acima proposta procura, pois, identificar diferentes agências e diversos atores que permitem uma abordagem contextual e inicial do lugar. Assim, o presente capítulo privilegia aspectos que, fazendo parte do cotidiano dos/das moradores/as locais, servem de “mediadores”, ou seja, estes “transforman, traducen, distorsionan y modifican el significado o los elementos que se supone que deben transportar” (LATOURE, 2008, p. 63). Nesse sentido, o conjunto de coisas, pessoas, eventos, curiosidades etc. – “entidades” no dizer de Bruno Latour (2008) – a que recorrem os da Freguesia para falar da localidade hoje é exposto de forma a compor com os demais capítulos da tese não apenas um caminho pelo qual entendo ser mais importante conhecer o contexto em questão, mas especialmente o que torna possível falar como/o que é a Freguesia do Ribeirão para os/as seus/suas

moradores/as, como são as suas relações familiares e comunitárias partindo do que dizem, pensam e vivem os que aqui são examinados.⁷³

Uma perspectiva tal parece adequada para apreender nuances da “formação de grupos”, que os mostra mais complexos e móveis num contexto onde estes se mostrariam o oposto disso, i.e., como agrupamentos simples, estáveis e/ou imóveis. No caso da Freguesia do Ribeirão, esse entendimento torna-se relevante à análise dos grupos locais que atuam, por exemplo, na igreja, na banda, ou mesmo quando as pessoas que vivem no lugar ou que integram esses grupos a eles se referem recorrendo a ideias como a de “família” e “comunidade”, como será visto em capítulos subsequentes. Incrementar o tipo de atores e/ou de agências no exame das relações na vila-sede significaria, então, ampliar o número de “*participantes* en el curso de acción a la espera de que se les dé figuración”. Ou também, com relação às ações humanas, “[...] las cosas podrían autorizar, permitir, dar los recursos, alentar, sugerir, influir, bloquear, hacer posible, prohibir, etc.” (LATOURE, 2008, p. 107, grifo do autor). Entendo, por conseguinte, que a figuração sobre a localidade sugerida nesta seção compõe com os demais capítulos, no conjunto da tese, argumentos a favor da compreensão de aspectos fundamentais ao exame da socialidade na Freguesia do Ribeirão hoje. Agora, se é adequado pensar, com Roy Wagner (2014 [1981]), uma cultura como invenção, o modo de conceber o que ele chama de “uma base relacional coletiva” permite acessar um conjunto de “expressões possíveis” em dada configuração. Nas palavras do antropólogo:

Em toda “cultura”, em toda comunidade ou todo empreendimento humano de comunicação, o leque de contextos convencionais gira em torno de uma imagem generalizada do homem [sic] e das relações interpessoais humanas e articula essa imagem. Esses contextos definem e criam um significado para a existência e a socialidade humanas ao fornecer uma base relacional *coletiva*,

⁷³ É bem verdade que esta tese não pretende ser um exímio exemplo de como utilizar a chamada “teoria do ator-rede” (TAR) nos termos em que a apresenta Bruno Latour (2008) expondo-a em seus mínimos detalhes, o que poderia ser um limite ao uso de alguns de seus argumentos a favor desta etnografia. Não obstante, de certa forma, a possibilidade de referência ao estudo do autor vem do próprio quando lembra: “En muchos sentidos, la TAR es simplemente el intento de permitir a los miembros de la sociedad contemporánea tanto margen para definirse a sí mismos como el que les ofrecen los etnógrafos. Si, como lo sostengo, ‘nunca fuimos modernos’, la sociología podría finalmente llegar a ser tan buena como la antropología” (LATOURE, 2008, p. 66, grifo do autor; ver também p. 103).

uma base que pode ser atualizada explícita ou implicitamente por meio de uma infinita variedade de expressões possíveis. Eles incluem coisas como linguagem, “ideologia” social, aquilo que é chamado de “cosmologia” e todos os demais conjuntos relacionais que os antropólogos se deliciam em chamar de “sistemas” (embora, é claro, seu aspecto “sistemático” possa ganhar tanta importância ou desimportância quanto se deseje). Isso *não* significa, evidentemente, que o ideal e sua imagem do homem [sic] sejam os mesmos para todas as culturas humanas, ou que desempenhem em todas elas o mesmo papel na visão ou esquema da pessoa e de sua ação no mundo – ainda que os modos como diferem a esse respeito sejam cruciais para a nossa compreensão dessas culturas. Os significados convencionais, coletivos, do homem [sic] e de sua socialidade podem ser aspectos implícitos ou explícitos da ação humana, e portanto da própria invenção, mas estão sempre presentes. [...]. (WAGNER, 2014 [1981], p. 117-118, grifos do autor).

Nessa perspectiva, o trabalho descritivo ganha uma especial importância, para além de uma opção metodológica, e adquire, mesmo, um “conteúdo conceitual” resignificando a “[...] experiência: o reino do inato, ou ‘dado’, daquilo que é inerente à natureza das coisas, e o reino dos assuntos sobre os quais os seres humanos podem exercer controle ou assumir responsabilidade” (WAGNER, 2014 [1981], p. 367, grifo do autor). Ou, ainda, nas palavras de Marilyn Strathern (2014), quanto ao assunto da escala na escrita de alguém que se refere ao processo. Segundo a autora, “[...] expõe-se um argumento, a questão passa a ser o que o leitor precisa saber”. Nesse caso, “o contexto não pode ser dado como certo: é necessário explicitar agora o que estava implícito como razão inicial para eleger um caminho particular. [...]” (STRATHERN, 2014, p. 487). Tal foi como procurei compreender a figuração local nas páginas anteriores. Daí também, no tocante às relações na Freguesia do Ribeirão hoje, a relevância da pergunta por aquilo que se refere ao interior das casas, ou melhor, à vida familiar dos chamados ribeironenses, e seus desdobramentos nas e para as relações comunitárias (religiosas, políticas, artísticas etc.). É o que passo a fazer nos próximos capítulos deste estudo.

CAPÍTULO III

QUANDO A FÉ REMOVE MONTANHAS:

Religião, crença, oração e práticas de fé

“1984 tinha sido um ano de merda. Antes do infarto, tinham me operado as costas; e Helena tinha perdido um bebê no meio do caminho. Quando Helena perdeu o bebê, a roseira da varanda secou. As outras plantas também morreram, todas, uma atrás da outra, apesar de serem regadas a cada dia. A casa parecia maldita. E no entanto, Nani e Alfredo Ahuerma tinham passado por lá alguns dias, e ao ir embora tinham escrito no espelho: *Nesta casa fomos felizes*. E também nós tínhamos encontrado alegria naquela casa de repente amaldiçoada pelos ventos ruins, e a alegria tinha sabido ser mais poderosa que a dúvida e melhor que a memória, e por isso mesmo aquela casa entristecida, aquela casa barata e feia, num bairro barato e feio, era sagrada”. 2011. Eduardo Galeano. *O livro dos abraços*.

O terceiro capítulo ocupa-se de compreender algumas práticas religiosas da gente da Freguesia do Ribeirão hoje, procurando os sentidos da fé e de sua vivência cristã nas relações locais, observando a importância da oração, da experiência da fé e da religião na maneira de viver das famílias do lugar. Nessa perspectiva, ao contemplar alguns dos elementos destacados pelos/as moradores/as em sua religiosidade cotidiana e participação na comunidade de fiéis (“a igreja”), espera-se refletir sobre o modo como as/os do lugar concebem o compromisso com as coisas de Deus, como falam de valores e virtudes que acompanham a sua profissão religiosa e/ou que dela se originam, e como entendem a presença de igrejas, crenças e religiosidades na vila, no caso, sublinhando também os discursos acerca da centralidade da fé na vida das famílias “do Ribeirão”, sobremaneira, pela atuação de mulheres, homens, jovens e crianças na religião católica e em seus eventos litúrgicos, pastorais e/ou comunitários. Opta-se, portanto, neste capítulo, por fazer um experimento partindo da perspectiva religiosa na vila-sede hoje, que sugere uma das possibilidades de entendimento da socialidade local.

3.1 A Freguesia das/dos católicas/os

Do catolicismo: a fé e sua celebração comunitária

Quando se pergunta às pessoas da Freguesia do Ribeirão que religiões há no lugar, em geral, a resposta vem no singular: “Aqui, só tem a religião católica”. Assim dizem muitos. Ou, quando (e se) por ventura alguém se refere a outras religiões ou religiosidades presentes na vila-sede, acaba observando que se trata de “um número pequeno” de moradores, pois “a maioria” é de “católicos”. O que significaria: “Aqui, é tudo família tradicional católica, católico toda vida!” Certamente, de perto, a coisa é mais complicada que isso. De todo modo, uma das portas de entrada para o que a gente fala sobre “a religião” local é, sem dúvida, a chamada Semana Santa. Em abril de 2006, na noite da prestigiada quinta-feira santa, em família, muitas pessoas chegavam à igreja (católica) improvisada¹ onde aconteceria uma celebração litúrgica (antecedendo o domingo de Páscoa) denominada pelos católicos como missa do lava-pés.² Antes de começar a celebração, conversando com

¹ Nessa época, a igreja matriz da Paróquia Nossa Senhora da Lapa, situada na Freguesia do Ribeirão (ver mapa do lugar no segundo capítulo), estava fechada para reforma do teto e outros reparos necessários à construção centenária. Alguns moradores afirmavam que, como era uma edificação de cerca de 200 anos, a igreja precisaria de uma “boa reforma”, mas estaria faltando dinheiro para isso. Então, naquele momento, arrumava-se o que era mais urgente na visão dos responsáveis pelos cuidados da igreja. Assim, em 2006, as celebrações da Semana Santa e Páscoa aconteceram dentro do salão paroquial, e a igreja só foi liberada para uso das/dos fiéis por ocasião da festa do Divino, em junho do referido ano. Hoje, como resultado de um projeto de restauração da igreja local, subsidiado pelo governo do Estado e levado a termo entre os anos 2010-2014, a matriz exhibe pinturas novas, recuperação do trabalho artístico no interior desta, arte datada do período colonial, novo mobiliário e sistema de segurança de última geração, “moderno”, como se costuma dizer por lá. Além de câmeras e monitores, há alarmes e travas controladas por tecnologia de ponta na igreja e no “império”, construção igualmente antiga onde, segundo alguns fiéis, o cortejo de D. Pedro II teria se instalado na visita ao lugar em 1845, e onde atualmente fica a “corte” durante as festas do Divino (ver fotos da atual igreja matriz Nossa Senhora da Lapa na sequência do texto).

² A quinta-feira da Semana Santa na igreja católica é vista como um dia especial de celebração comunitária cuja liturgia introduz relatos e memórias sobre acontecimentos da vida de Jesus antes de sua paixão e morte, reunindo as/os fiéis em torno da cerimônia do lava-pés, evento celebrado antes da Páscoa para rememorar a última ceia de Jesus junto com os seus apóstolos. Segundo a teologia católica, grosso modo, trata-se de uma liturgia em que, de certa forma, o Jesus anteciparia os fatos de sua crucificação, morte e ressurreição cumprindo a vontade de Deus nesse sentido, e lavando os pés de seus discípulos em sinal de serviço (amor) à humanidade. Como ficou claro nos discursos da missa desse dia, o gesto do “Filho de Deus” deveria ser “repetido” na “comunidade”, entre “irmãos”, i.e., o de “lavar-se os pés” uns dos outros em sinal de “serviço e amor ao próximo”. Por outro lado, esse acontecimento (a última ceia) marcaria o dia da “instituição” dos chamados sacramentos da eucaristia e da ordem (sacerdócio) na igreja católica. Explicando toda essa simbologia para as/os fiéis, o padre que

uma moradora ao lado de quem eu havia me assentado, observávamos diversas pessoas (mulheres, homens, jovens e crianças) vestidas com roupas que procuravam caracterizá-las como o grupo de “12 apóstolos” com quem “Jesus” teria celebrado a “última ceia” antes de morrer na cruz. Usavam longas túnicas e alguns acessórios para cabeça, mãos e vestimenta. Sobre os cinco negros (duas mulheres, uma adolescente e dois rapazes) que atuariam na encenação do lava-pés, a mulher ao meu lado afirmava: “É tudo parente”. Eram parentes dela, Claudete Fraga Garcia,³ que se apresentara a mim como a “festeira da festa do Divino” da Freguesia para aquele ano. Interessante anotar as primeiras referências feitas pela moradora sobre o que a teria levado à condição de festeira dos festejos que ocorreriam naquele ano.



Figura 40 – Igreja da Lapa durante a reforma (Fotomontagem Andrea Eichenberger)

presidia a missa, padre Rafael (hoje falecido), representava Jesus na “Santa Ceia”, lavando os pés de 12 moradores/as – entre idosos, adultos, jovens e crianças – que, por sua vez, desempenhavam o papel de apóstolos.

³ Claudete é a filha mais velha do casal Manoel João Fraga Filho (hoje falecido, conhecido por todos como “seu Manoel”) e Desalda Januária Fraga (chamada de “dona Desalda”) de quem há informações também no quarto capítulo da tese. Irmã de Cláudia Fraga, hoje, Claudete está divorciada, dedicando-se junto com a irmã aos cuidados da mãe enferma. Em momento oportuno, farei menção mais detalhada a Claudete Fraga.



Figura 41 – Detalhes do espaço interno da Igreja Nossa Senhora da Lapa (Fotos Marta Machado)

Segundo Claudete, ela e o marido teriam aceitado ser o “casal festeiro” de 2006, por causa de uma promessa que ela havia feito ao Divino Espírito Santo, agradecendo a este “graças alcançadas” anos antes. A moradora teria ficado gravemente enferma, e, rogando “ao Espírito Santo e a Nossa Senhora”, ela teria obtido a cura de suas enfermidades. Em retribuição (por gratidão) a Deus,⁴ ela, o marido e demais familiares estariam à frente dos festejos em honra ao Divino. Claudete mostrava-se sorridente ao me dizer “eu sou a festeira” do evento que se seguiria, no calendário litúrgico da citada igreja, à Páscoa, como costumam lembrar alguns católicos do lugar.⁵ Mais adiante,

⁴ Examinando a tese apresentada por Adriana Albernaz Repelevic (em 19 de março de 2009) no PPGAS/UFSC, Tânia Stolze Lima observava o que chamou “a força do uso de um d maiúsculo” em referência à palavra “Deus” para descrever a crença dos “nativos” – no caso da Adriana, indígenas. Na presente tese, tendo em conta a pertinência da nota da antropóloga, é interessante ressaltar que, ao fazer o registro de termos e/ou palavras de cunho religioso, utilizados pelos/as moradores/as da Freguesia do Ribeirão, procuro alinhar com o modo como as/os católicos do lugar se referem aos/às santos/as de sua devoção, por vezes recorrendo, como neste capítulo, a letras iniciais maiúsculas para escrever (e falar) sobre os nomes que a tradição cristã local assim naturaliza em sua catequese.

⁵ Em seu estudo sobre “o Atlântico açoriano” (tese de doutorado já citada nos capítulos anteriores), referindo-se a uma história e etnografia do “modo de vida ilhéu”, no sul da Ilha de Santa Catarina, Eugênio Pascele Lacerda (2003) observa que os eventos rituais mais importantes dos “descendentes de açorianos na Ilha de Santa Catarina” conjugam três coisas: “o calendário oficial da Igreja, o catolicismo popular brasileiro e o antigo modo de vida agrário-pesqueiro, influenciado pelos ciclos das estações [do ano]” (LACERDA, 2003, p. 136-164). Nessa perspectiva, o autor discorre sobre o que denomina de “confluências histórico-culturais” mediante as quais Lacerda compreende “ciclos” de festas e ritos tradicionais da Ilha, procurando mostrar também – na esteira dos estudos de Moacir Palmeira (2001 apud LACERDA, 2003) – que “a sociedade é [...] percebida em *tempos* socialmente relevantes (da política, da festa, do padroeiro, da safra, da Quaresma etc.) que contaminam, englobam as outras atividades socialmente relevantes naquele momento (e aí, tudo vira política, tudo vira festa)”, no caso, indicando continuidades (culturais “açorianas”) presentes entre “ilhéus” do sul de Florianópolis (LACERDA, 2003, p. 138, grifo do autor). Embora o assunto tenha certo

voltarei ao assunto da festa do Divino.⁶ Por ora, é oportuno perceber um elemento relacional do que teria sido a primeira informação da referida moradora sobre a sua presença na igreja (católica) da vila naquele momento.⁷ Ou seja, inicialmente, há uma relação entre fé e vida desde a qual as pessoas falam de seus compromissos, por vezes chamados de “missão”, com as coisas de Deus e da igreja. A moradora afirma ter recebido favores divinos, e, uma vez atendida em seus pedidos, ela trazia consigo (e com sua família) o “sonho” de realizar a festa para agradecer ao Espírito Santo e a Nossa Senhora. Além do tema da retribuição na vinculação entre fé e vida, na fala de Claudete, existe ainda uma relação de continuidade entre diferentes momentos (litúrgicos) pelos quais as famílias da vila-sede participam da comunidade de fiéis, sendo ou não cristãos assíduos/as.

Em outras palavras, mais tarde, conhecendo melhor as/os moradores/as e suas atividades habituais (costumeiras) junto à igreja da Freguesia, seria possível perceber a ausência de Claudete em várias celebrações ordinárias na matriz. Ou melhor, ela não figurava, por exemplo, em “equipes de liturgia”, lendo e/ou “puxando canto” em missas semanais, nem era (ou foi por algum tempo)⁸ vista em atividades

interesse para o referido estudo, cabe lembrar, quanto à Freguesia do Ribeirão hoje, que as/os moradores com quem conversei não costumam fazer esse tipo de relação nem no presente e nem quando se referem ao passado recente de suas famílias. Dito isso, parece mais adequado sublinhar um modo local de perceber (e contar) os eventos religiosos e/ou festivos pelo calendário litúrgico atual da “igreja católica” no lugar, como sugerem alguns, ainda que outros acontecimentos não religiosos na “comunidade” sejam, por vezes, igualmente computados, como é o caso do “tradicional” carnaval (o “Zé Pereira”) e, mais recentemente, do festival de música instrumental (o “Floripa instrumental”), dentre outros.

⁶ Ainda neste capítulo, apresentar-se-ão alguns dos aspectos mais importantes da festa do Divino na Freguesia do Ribeirão, tendo em conta as falas e práticas dos moradores. Nesse sentido, certa relação entre o casal festeiro e os parentes próximos a ele é examinada. No caso, outros dados serão fornecidos também sobre a atuação de Claudete e seus familiares no contexto de realização da festa de 2006.

⁷ Além dos “parentes” que estariam na encenação bíblica dessa noite, outras pessoas da “família” de Claudete se juntariam a ela nessa missa, como os seus pais, por exemplo, que participavam frequentemente de missas e eventos da igreja local. O marido da “festeira” não estava, ao menos no início, na igreja. A moradora lembrou que ele estava trabalhando na “cidade”, daí a ausência do “festeiro” naquele momento.

⁸ É oportuno ressaltar que Claudete Fraga (hoje com 52 anos) afirma ter sido “sempre” uma pessoa religiosa, ligada às coisas de Deus e também da igreja local (por exemplo, como “filha de Maria” etc.). As observações sobre a moradora não têm o intuito de negar a sua participação na igreja. Bem ao contrário, elas procuram revelar um elemento móvel de presença/ausência nos eventos católicos do lugar, para uma reflexão etnográfica que é apresentada no texto. Também por isso, é oportuno registrar, até onde eu pude apurar, em anos recentes, Claudete tem estado mais próxima de atividades pastorais, por exemplo, como catequista, e de serviços litúrgicos, como “ministra da Eucaristia” e como “Verônica” (cantando e encenando a mulher que teria enxugado o rosto de Jesus no caminho para a cruz na sexta-feira santa).

religiosas diversas da igreja local em outras épocas do ano, especialmente no período subsequente àquele em que a vi e conheci como “a festeira”. Certamente, haveria uma série de possibilidades para explicar uma ausência tal em termos de “problemas na família” – como, de fato, eles teriam ocorrido “logo após a festa [do Divino]”, assunto que será retomado ainda neste capítulo. Não obstante, parece interessante pensar, aqui e desde a observação feita acima sobre um elemento relacional no modo de as/os moradores apreenderem a sua participação na comunidade de fiéis, que a presença mais intensa, por assim dizer, de Claudete nas celebrações da Semana Santa teria a ver, em continuidade a estas, com o seu compromisso imediato para a realização dos festejos do Divino. No caso, por ter sido “escolhida” como festeira, ela se fazia presente aos mais importantes eventos religiosos que antecediam a festa do Divino, até porque esta acontece, sem dúvida, com as diversas ajudas e os vários apoios de moradores que frequentam assiduamente “a igreja” ao casal festeiro todos os anos. Por outro lado, esse (momento litúrgico pascal anterior aos festejos) seria uma maneira de ela e sua família se deixarem ver pela comunidade local de cristãos na sua “missão” (a ser realizada) para com o Divino. De fato, alguns aspectos podem ser interessantes para compreender o que significa “a religião” na vida das famílias da vila-sede hoje.

Na Freguesia, a impressão (e expressão) de muitos de que “só tem a religião católica” vem, pois, das práticas fervorosas de muitas/os fiéis e do modo como essa religiosidade católica organiza o mundo das pessoas na conexão fé e vida. Outros há que dizem ser católicos guardando para si o direito de acreditar em Deus, fazer suas orações pessoais e respeitar as coisas da religião sem ir à igreja ou dela fazer parte como membros da comunidade de fiéis. Ou melhor, de certa forma, não estariam nem dentro e nem fora. Apenas não desacreditam da religião (ou mais propriamente da fé) e/ou a respeitam. De todo modo, sem dúvida, são os eventos religiosos – e os da igreja católica em particular – que dão o tom às dinâmicas familiares em torno da experiência de fé a qual tem nas festas e cerimônias religiosas da igreja um seu ponto forte. Certamente também nessa comunidade, como de resto se vê em outras localidades de Florianópolis (por exemplo, MACHADO, 1999), as mulheres correspondem à maioria numérica de fiéis nas práticas diárias de devoção, serviços à/na igreja, oração e presença nas celebrações comunitárias e em outras atividades afins. É bem verdade que o fato de estarem em maior número na comunidade de fiéis não significa, em geral, que as mulheres tenham acesso a certos postos ou que sejam responsáveis diretas por determinadas tarefas

ligadas a instâncias (hierarquizadas) de administração e/ou decisão na igreja local.

Pelos caminhos da igreja: as fiéis entre outros

Uma participação majoritária de mulheres nas atividades da religião católica na sede distrital hoje ajuda a pensar como elas se integram à igreja e quais são os contornos da contribuição feminina para essa “comunidade” no lugar. Muitas são as fiéis que colaboram de diversas maneiras com a vida da paróquia na vila. Por exemplo, assumindo diariamente as tarefas de cuidado e manutenção da matriz aberta à visitação pública; compondo a maior parte (ou a quase totalidade) de nomes ligados a grupos de oração, catequese, visita familiar, liturgia etc.; ou, ainda, realizando os mais variados serviços, especialmente em dias e celebrações festivas do calendário litúrgico da “igreja”. Em seu conjunto, as mulheres constituem uma força expressiva de colaboradoras, por vezes, reconhecidas em seu protagonismo e sua liderança destacada dentre tantos outros. Sem negar a existência de relações e/ou funções das/dos fiéis na igreja marcadas pela divisão de gênero (e poder) – assunto que suscitaria um exame crítico quanto a formas religiosas de exclusão das mulheres (ROSADO, 1996; 1998; 2006; BUSIN, 2011) –, é possível identificar na Freguesia alguns aspectos que aí são peculiares igualmente às suas concepções de família e parentesco, comumente partilhadas por todos, as quais ideias vão aqui se fazendo ver, gradativa e primariamente, nas descrições deste capítulo (assim como nas dos demais capítulos da tese).



Figura 42 – Celebrações comunitárias na igreja matriz, festa do Divino de 2008, e Missa da festa de Nossa Senhora do Rosário de 2007 (Fotos Marta Machado)

De todo modo, quanto ao catolicismo, um assunto interessante à reflexão das ciências sociais atualmente tem sido, por exemplo, o que privilegia, numa perspectiva histórica, questões referentes às relações de gênero – no caso, relações de poder entre mulheres e homens – na chamada Igreja Católica.⁹ Nesse sentido, em seu estudo sobre *Mulheres e catolicismo no Brasil: uma questão de poder*, Maria José Rosado (1996) percorre um determinado período da história da religião católica no país (do século XVI ao final do século XIX e início do XX), sublinhando aí o desenvolvimento, desde os seus primórdios, de “uma religião masculina, branca e marcadamente laical”. Nessa perspectiva, é possível compreender também certo “traço simbólico atribuído a cada século” da chamada “história da Igreja” (Torres-Londoño, 1999). Rosado ressalta alguns aspectos relevantes dessa história:

Somente no século XIX as mulheres foram incluídas no projeto de reorganização institucional e de recuperação do poder político, econômico e social da Igreja Católica. Tal incorporação, porém, não atingiu indistintamente toda a população feminina católica; diferenciou-se segundo a extração de classe e raça das mulheres.

⁹ Oportuno relembrar que o estudo aqui desenvolvido se ocupa, particularmente, das relações familiares e de parentesco na Freguesia do Ribeirão, desde as quais compreende a configuração local hoje e o modo de organização das famílias na vila-sede. Por essa razão, enquanto categoria, gênero – aqui entendido como construto histórico, social e político das diferenças entre sujeitos (RUBIN, 1975; SCOTT, 1995) – é examinado relativamente ao tema primeiro de abordagem da pesquisa. Melhor dizendo, tendo como ponto de partida, nesta seção, o que pensam e dizem os/as moradores sobre suas famílias e religião, procura-se apontar apenas algumas questões interessantes no campo do gênero, sugeridas por suas falas e/ou práticas, sem, contudo, desenvolver nesta tese (como mereceria), amplamente, a problemática de gênero, por entender que um exercício tal demandaria outros aprofundamentos e caminhos (ver, por exemplo, STRATHERN, 2006; MATOS, 2008; ver também ROSADO; LEONARDI, 2011). Numa perspectiva (auto) crítica, talvez fosse possível dizer que, enquanto o estudo do parentesco (LEVI-STRAUSS, 1956; 2003 [1949]) permite compreender a socialidade “de dentro” (LATOURETTE, 2004) de regras (e seus princípios), porém, reconhecendo o “lugar da sexualidade na sociedade” e as “profundas diferenças entre as experiências sociais de homens e mulheres” (RUBIN, 1975, p. 3), uma abordagem feminista a captaria, diferentemente, de dentro ou “partindo da” (LATOURETTE, 2004) sexualidade propriamente dita (por exemplo, RUBIN, 1975; ROSADO, 1996). O que tem lá grandes e penetrantes implicações (conceituais e políticas) deliberadamente não discutidas nesta tese e presentes atualmente a diversos e inúmeros estudos feministas no Brasil e no exterior (ROSADO, 1998; 2006; COLLARD, 2000; CARSTEN, 2004; FONSECA, 2003; HURTIG; KAIL; ROUGH, 2003; GROSSI; SCHWADE, 2006; GROSSI; LAGO; NUERNBERG, 2010; MALUF, 2011; STRATHERN, 2014; 2015, dentre outros exemplos). De fato, não obstante suas limitações, o presente experimento permite desvelar um conjunto de questões (incluindo as de gênero) para posteriores desenvolvimentos.

Deu-se, assim, no século XIX, um processo de “feminização” do catolicismo brasileiro, ao mesmo tempo em que este se “clericalizava”. Essa feminização coincide com o momento de constituição da família restrita no Brasil e com o confinamento doméstico das mulheres. A submissão das mulheres e sua transformação social em esposas e mães acontecem quando, para o clero católico, a obediência torna-se norma e virtude. (ROSADO, 1996, p. 74, grifos da autora).¹⁰

Com efeito, olhando para as práticas devocionais e de participação comunitária das/dos fiéis em distintos eventos religiosos na matriz local, os matizes sugeridos pela autora permitem examinar contornos diferentes da atuação religiosa e familiar de mulheres e homens na vila-sede hoje. Por outro lado, de modo geral, pode-se perceber em que termos tais contornos se fazem ver, por várias maneiras, na vida da igreja do lugar. Nesse caso, é interessante assinalar certa mistura de expressões de fé, por assim dizer, ora mais próximas de uma tradição cristã católica romana, aliás, mais clerical também (como, em regra, se vê na figuração das paróquias, suas igrejas e suas liturgias no Brasil),¹¹ ora mais ao gosto de uma “religião popular”¹² (catolicismo

¹⁰ Quanto à ideia de “família restrita no Brasil”, cabe aqui salientar que, atualmente, diversos estudos questionam certa polaridade presente a muitas pesquisas sobre o assunto, entre um modelo de “família patriarcal” e outro de “família conjugal moderna”, desconsiderando um leque amplo de alternativas familiares no país (ver, por exemplo, CORRÊA, 1994; TORRES-LONDOÑO, 1999; FONSECA, 2002; 2004, dentre outros). Aliás, observação que, nesta tese, no início do quarto capítulo, aparece subentendida pela minha definição de “clássica” a crítica feita por Martine Segalen (1994 [1981]) a um “modelo ocidental” de família. Não obstante, é oportuna a referência a um padrão familiar tal no que se refere à “Igreja Católica”, como observa a autora supracitada no texto, porquanto ele não apenas indica uma forma predominante de compreensão religiosa de família (e de mundo) no Brasil, mas, especialmente, por se tratar de um modelo recorrente (pelo menos idealmente) no modo de organização das famílias católicas (e cristãs) na Freguesia do Ribeirão hoje. Para uma crítica do “patriarcado”, ver RUBIN, 1975, p. 7-8.

Um exame mais detalhado sobre a implantação do catolicismo no Brasil, em particular nos séculos XIX e XX, encontra-se em ROSADO, 1996, p. 74-96. Remontando à “introdução do sagrado cristão no Brasil” (séculos XVI e XVII), para compreender o seu significado, ver TORRES-LONDOÑO, 1996, p. 57-73.

¹¹ Quanto a “uma história da paróquia no Brasil”, ver TORRES-LONDOÑO, 1997; nessa mesma perspectiva e obra, sobre a paróquia e a “paroquialização” da vida da igreja no país nas chamadas “reforma” e “restauração” católicas (séculos XIX-XX), ver SANZ DEL CASTILLO, 1997, p. 91-130; e DIEL, 1997, 131-170.

de cantos, rezas e crenças das famílias locais, às vezes lembrados como de herança “açoriana” e/ou dos “pretos” no lugar); ora mais adequadas (as manifestações religiosas) a uma igreja do Brasil contemporâneo (em parte, voltada para a juventude e para formas “modernas” de mobilizá-la, junto à comunidade de fé, em favor de uma concepção cristã de solidariedade para com pessoas e/ou grupos mais vulneráveis na “sociedade”, e, nesse sentido, de transformação das “injustiças” etc.), preocupada (e ocupada) com a família e com suas religiosidades individualizadas (DUARTE, 2006 apud BUSIN, 2011).



Figura 43 – Expressões de fé: a religião popular e a igreja católica “oficial”. Tocadores do Divino durante a festa de 2008. Procissão da festa de Nossa Senhora da Lapa de 2015 (Fotos Marta Machado)

Essas e outras expressões da fé católica na vila-sede hoje aparecem imbricadas num conjunto de atividades de caráter doutrinário, pastoral (e social) e litúrgico, que constitui a vida da igreja católica (de moradores/as idosos, adultos, jovens e crianças) na vila-sede e congrega as famílias locais em ocasiões e maneiras variadas, muitas vezes dando a supor que existe uma hegemonia religiosa (“a religião católica”) indicada por inúmeros moradores. Nas páginas seguintes, neste capítulo,

¹² Uso livremente o qualificativo “popular” para designar certos costumes locais que, em geral, têm sido assim descritos por algumas pessoas na Freguesia do Ribeirão, por exemplo, no caso da devoção ao Espírito Santo (com cantos, orações e promessas) e de outros santos/as em torno dos quais se formam procissões e piedade etc. No entanto, o assunto do termo é ainda mais complicado quando se fala em “cultura popular”, como adverte Ênio José da Costa Brito: “A compreensão da cultura popular, que a princípio parecia ser algo simples, torna-se complexa por ser algo construído socialmente. Esse fato questiona a impressão de homogeneidade que o termo ‘cultura popular’ sugere, uma vez que ela tem uma história da qual participam grupos diferentes dentro do povo. [...]”. E citando Peter Burke: “A dificuldade em se definir o ‘povo’ sugere que a Cultura Popular ‘não era monolítica nem homogênea. De fato, era (e é) extremamente variada” (BURKE, 1989 apud BRITO, E. 1998, p. 98, grifos do autor).

procurar-se-á sublinhar algumas peculiaridades da afirmação recorrente da gente da Freguesia do Ribeirão sobre a sua “fé em Deus” pelas práticas devocionais, pela religiosidade cultivada e pelo sentido de participação “na igreja” que acompanha as famílias, compreendendo diversos modos de fazer e dizer uma religião e/ou religiosidades na localidade.



Figura 44 – Famílias durante procissão da festa de Nossa Senhora da Lapa de 2015, “Rua de cima” e “Rua de baixo” (Fotos Marta Machado)

Formas religiosas e práticas de fé: para além da religião católica

Antes de prosseguir, é oportuno contemplar esta seção com duas observações que considero também importantes às reflexões a serem propostas para o capítulo em seu conjunto, haja vista a configuração local e as mudanças aí observadas nos últimos anos. Primeiramente, é possível dizer que, embora a igreja católica na Freguesia seja vivida em clima de maioria numérica, outras iniciativas e/ou profissões religiosas têm surgido entre as famílias da sede distrital e, muitas vezes, recebendo apoio ou o respeito de pessoas da vila, até mesmo daquelas vinculadas à igreja católica. Nessa perspectiva, num artigo resultante de sua dissertação de mestrado, intitulado *Religião, sexualidades e gênero*, após apresentar alguns dados e fazer vários comentários sobre a predominância em números de católicos/as no Brasil, e de chamar a atenção para “a religiosidade da população brasileira”, Valéria Melki Busin (2011) pondera: “Normalmente, tendemos a pensar que as denominações religiosas são responsáveis pelo comportamento de seus fiéis, como se [isso] se tratasse de uma via de mão única” (BUSIN,

2011, p. 113). E, na esteira do antropólogo Luiz Fernando Dias Duarte (2006 apud BUSIN, 2011), a pesquisadora ressalta:

[...] a liberdade religiosa instituída pela afirmação de um Estado laico, ainda que esse não seja completamente efetivado na prática, permite não só a convivência entre múltiplas denominações, mas também a legitimidade da existência de diversas crenças e diferentes pertencimentos religiosos. Dessa forma, o pertencimento religioso teria mais a ver com um *ethos* privado não confessional, ou seja, a pessoa escolhe continuar pertencendo a uma religião de atribuição (em que foi socializada, normalmente a mesma da família de origem) se encontra nela ressonância para seus próprios valores e forma de conduta. Caso não encontre afinidade com a sua maneira de ser, ela escolhe mudar para uma religião em que essa afinidade seja mais possível. Duarte, entretanto, enfatiza que é impossível se fazerem escolhas completamente individuais, pois o pertencimento à família e a uma localidade são [sic], também, determinantes. (BUSIN, 2011, p. 113, grifo da autora).

Dentre outras implicações (e complicações) do tema religião, que a autora analisa em seu estudo – pertencimento e trânsito religioso; questões transgeracionais; sexualidade; família etc. (BUSIN, 2011, p. 114-116) –, parece-me interessante reter a ideia de existirem diversos e inúmeros fatores a “determinar” as “escolhas” de alguém que faz parte de uma religião ou que a pratica. Acrescento, quanto à Freguesia do Ribeirão hoje, que as diferentes opiniões e/ou percepções sobre a religião e as religiosidades na localidade não podem ser compreendidas sem ter em conta as circunstâncias (pessoais, familiares, comunitárias etc.) pelas quais uma/um fiel afirma ser desta ou daquela religião, ou, no caso em que se diz serem os católicos “a maioria”, ela/ele firma na “religião católica” a sua profissão de fé. Tal pressuposto (MALUF, 2011a) é o que tenho procurado considerar na descrição das seções deste capítulo, como se verá igualmente daqui em diante.



Figura 45 – Fiel carregando uma imagem de Nossa Senhora de Fátima em dia de missa festiva na igreja matriz Nossa Senhora da Lapa (Fotos Marta Machado)

Agora, há duas ponderações que a referida autora faz, seguindo Luiz Fernando Dias Duarte (2006 apud BUSIN, 2011), com relação ao tema religião, família e sexualidade, e à “separação” entre as esferas pública e privada, passíveis de um exame mais cuidadoso relativamente à configuração aqui analisada. Uma primeira afirmação seria a de “um lugar bastante próprio e restrito” da sexualidade no meio familiar, i.e., “a relação do casal fundador da neofamília” – esta entendida como “família de escolha”, opondo-se à “família de origem”. Nesse caso, haveria uma “permanente tensão” em torno à sexualidade característica a um simultâneo “pertencimento familiar e religioso”, subordinando-a “à conjugalidade com fins reprodutivos” (BUSIN, 2011, p. 114). A despeito de sublinhar os limites de um “modelo católico de família nuclear (pai, mãe, filhos)” no Brasil do século XX operando como “ideal de família cristã” – algo que reconheço, particularmente, nas famílias da Freguesia do Ribeirão (e não só católicas) –, entendo, por um lado, ser preciso nuançar o que/como é o “público” e o “privado” em determinadas figurações. Ou seja, na vila-sede, onde o público é também o lugar da família e da religião (estes são assuntos de domínio público e privado entre as famílias examinadas), existem diferentes comportamentos – sobretudo entre casais mais novos – quanto ao exercício da sexualidade e questões afins referentemente a um conjunto de fatores familiares locais.

Por exemplo, há muitos casais jovens que são “casados” (ajuntados), assim considerados por suas famílias, e que, como observam algumas mães, “não querem saber de filhos” tão cedo, se

chegarão a tê-los um dia. Ou, há os que resolvem ter filhos e param no primeiro. Embora se veja isso, na vila-sede, como resultado de uma espécie de “casal moderno” (divergindo do ideal familiar e cristão local), não existem grandes conflitos e/ou tensões familiares por conta dessa tendência de “agora”, como dizem várias pessoas. Pode ser até que se considere o fato de haver influências de certo individualismo atual (onde cada qual faz suas escolhas etc.) e de um esvaziamento da igreja por parte daqueles/as que acreditam em Deus, mas preferem rezar em casa. A meu ver, no caso, as variáveis locais fundamentam-se no modo como a organização das famílias na vila, em muitos sentidos, aparece antes mesmo que a religião. Adiante desenvolvo este ponto. Aqui, por outro lado, entendo que é também importante matizar as relações locais quanto aos vínculos e às influências da religião sobre as famílias. Explico, e esta é a segunda ponderação a ser nuançada. Se, como salienta Valéria Melki Busin, “a família é, para diversas tradições religiosas, um *locus* privilegiado de transmissão e/ou socialização de valores e princípios religiosos”, sendo estes transmitidos às pessoas mediante “uma aliança [das religiões] com a família” (BUSIN, 2011, p. 115, grifo da autora), não é menos verdade que as famílias da Freguesia levam para as religiões os fortes valores familiares cultivados entre si. De certa forma, elas também fazem uma aliança (esta é recíproca, portanto) com a igreja em seus termos, i.e., os de parentesco. Laços que se podem ver rompidos em situações de crise ou conflitos familiares.

Uma segunda observação neste segmento deriva das instigantes reflexões de Bruno Latour (2004) quanto ao “debate ciência-religião”. Em uma conferência, publicada como artigo, de saída, o autor situa os seus trabalhos, no decorrer dos anos, como o estudo da “produção de verdades em ciência, religião, direito, política, tecnologia, economia etc.”, cujo “programa” tem em vista “uma antropologia do mundo moderno (ou melhor, não-moderno)” (LATOUR, 2004, p. 349). O plano comparativo em que se move o autor aponta para uma “antropologia comparativa bem idiossincrática”, apreendendo atividades culturais (no caso, religiosas) como agentes “capazes de suscitar a verdade” (LATOUR, 2004, p. 350). Diga-se de passagem, “a verdade” é um tema particularmente percorrido pelos/as moradores da Freguesia quando falam de suas existências, convicções e práticas na “comunidade”. Nesse sentido, parece interessante às reflexões deste terceiro capítulo a advertência do pesquisador:

Devo notar, de início, que não tenciono fazer uma crítica da religião. Que a verdade esteja em

questão na ciência assim como na religião é algo que, para mim, não está em questão. [...] estou interessado principalmente nas condições práticas do “dizer a verdade”, e *não* em denunciar a religião após haver contestado – é o que se diz – as alegações da ciência. Se já era necessário levar a ciência a sério sem lhe dar qualquer espécie de “explicação social”, mais necessária ainda é tal postura perante a religião: denúncias e desmistificações simplesmente passam ao largo da questão. De fato, meu problema é justamente como se pôr em sintonia com as condições de felicidade de diversos tipos de “geradores de verdades”. (LATOURE, 2004, p. 350, grifos do autor).¹³

Creio que exista, subentendido na afirmação e proposta do referido sociólogo, um elemento determinante concernente ao “dado” interessante de ser refletido também na perspectiva que Eduardo Viveiros de Castro (2000) – remontando ao trabalho de Marcel Mauss (2003 [1950]) – já assinala à entrada de um artigo seu onde delineia “uma teoria geral da socialidade amazônica” tendo por eixo “o processo do parentesco”. Segundo o antropólogo, no *Ensaio sobre a dádiva*, Mauss observa que o “dom não é dado”. E segue o pesquisador: “Mas seja o melanésio o dado para o antropólogo, como queria Mauss (que teve o cuidado de acrescentar: de tal ou tal ilha), ou coisa alguma, como vamos dando a impressão de crer, resta em aberto a questão de saber o que seria o dado *para o melanésio*” (VIVEIROS DE CASTRO, 2000, p. 7, grifos do autor). Assim pensado, o dado (o “inato”) seria compreendido por aqueles/as que os antropólogos privilegiam em suas descrições etnográficas etc., assim como o seria aquilo que “é percebido como construível” (pela ação dos agentes). O dado seria da ordem do “fato”, e o “construível”, da ordem do “feito” (e seus respectivos corolários). Na esteira de Roy Wagner (2014 [1981]), Viveiros de

¹³ O que Latour tem em mente, nesse caso, remete a uma descrição da fala religiosa partindo do que ele denomina “interpretações da prática científica” alternativas àquelas frequentemente “oferecidas”. Ou, nas palavras do autor: “Argumentarei que a religião – mais uma vez, dentro da tradição que é a minha [cristã] – não fala *a respeito de* ou *sobre* coisas, mas *de dentro de* ou *a partir de* coisas, entidades, agências, situações, substâncias, relações, experiências – chame-se como se quiser – que são altamente sensíveis aos *modos* como se fala delas. Estes são, por assim dizer, *modos da fala*, formas de discurso. [...]” (LATOURE, 2004, p. 351, grifos do autor).

Castro trabalha o “contraste” dado/construído partindo do parentesco nos termos em que o percebem os indígenas que ele estuda (VIVEIROS DE CASTRO, 2000, p. 5-46; ver também MALUF, 2011, p. 39-56).¹⁴

No que diz respeito às relações familiares na vila-sede hoje, é interessante ter em conta o como um discurso assumido por muitos, no dia-a-dia, em torno da força descomunal da fé – aquilo que esta opera na “vida” das pessoas, como ela transforma as/os fiéis e como se faz fundamento insubstituível das “famílias” do lugar etc. –, em suas falas e por elas, concorre para fazer da religião um espaço privilegiado das práticas comunitárias, apontando também para o modo como o parentesco (e as relações familiares) está intimamente relacionado à religião, e vice-versa. Em outras palavras, procurando dar conta de alguns sinais e entendimentos distintos (do catolicismo dominante) quanto às religiões e religiosidades na Freguesia atualmente, tornam-se presentes sentidos plurais do que é e de como é “a religião” para as pessoas na sede distrital e para a socialidade local.



Figura 46 – Expressões de fé dentro das casas das fiéis Ivonira Julieta da Silva e Desalda Januária Fraga (Fotos Marta Machado e Andrea Eichenberger, respectivamente)

¹⁴ Por razões óbvias, é oportuno salientar que os autores em pauta têm, em suas teorias e versões, especificidades e discussões irreduzíveis umas às outras. Contudo, o que os diferencia não impede (muito pelo contrário) de aproximá-los, por exemplo, ao se pensar a antropologia contemporânea cuja efervescência aponta para “os estudos no campo do perspectivismo ameríndio, o projeto de uma antropologia simétrica e outras abordagens que têm trazido um novo ar sobre a disciplina e resgatado a potência criativa e consequentemente a potência política da antropologia e da própria prática etnográfica” (MALUF, 2011, p. 41-42).

De estatísticas e religiosidades praticadas na vila-sede

Sobre religiões diferentes da “igreja católica” na vila, as/os moradores costumam afirmar: “Fora daqui há outras”. Frequentemente, indicam-se localidades contíguas à Freguesia, pertencentes ao Distrito de Ribeirão da Ilha, para explicar a presença de diversas práticas religiosas na região. “Outras” seriam igrejas pentecostais, em geral, lembradas como “Assembleia de Deus” ou igrejas afins; espiritismo; e, por último, umbanda e/ou candomblé, neste caso, por insistência da pergunta quanto à existência (ou não) de religiões “afro-brasileiras” em seu meio. Cabe enfatizar, nesse sentido, que só tardiamente – inclusive com relação ao tempo da minha entrada em campo na Freguesia do Ribeirão (2006) – eu soube por moradores locais que existiam terreiros (ou “tinha” algum em tempos passados) na Freguesia e no referido distrito. De fato, hoje, dentro de certa área reconhecida por muitos moradores como sendo a que corresponderia à “Freguesia” não há terreiros, de acordo com a gente da vila. Isso não significa, contudo, que tal assunto possa ficar distante (pelo menos fisicamente) das famílias da vila-sede. Explico. Recentemente, às portas de entrada da sede distrital, para dizer de algum modo, um terreiro de umbanda, que já era conhecido por muitos há mais tempo, ganhou maior visibilidade ou existência mesmo, especialmente em conversas minhas com as pessoas do lugar, quando uma escultura em pedra de Iemanjá foi colocada nas imediações da praia à frente da qual está uma “casa” onde se encontra o citado terreiro.¹⁵

¹⁵ Quanto à escultura de Iemanjá colocada nas imediações da praia, há um dado curioso sobre a sua figura trabalhada em pedra. Inicialmente, ela apareceu pintada de preto ao público (2012) nesse lugar. Algumas pessoas (não necessariamente da Freguesia) teriam criticado, então, a obra porque esta não representaria a imagem de Iemanjá, em geral, conhecida por todos. Em razão disso, mais recentemente, a peça teria passado por modificações (ver fotos que comparam a escultura local e uma imagem corrente, de domínio público, atribuída a Iemanjá). Quanto aos/as moradores da vila-sede, uns falam sobre o “mau gosto” do trabalho, outros/as dizem que ele não tem “nada a ver” com “o Ribeirão”, e há também aqueles/as que consideram a sua exposição nesse local como uma espécie de “afronta” à comunidade, especialmente, à “tradicional” religião católica da vila.



Figura 47 – Escultura da “Mãe Iemanjá” colocada nas imediações da entrada da Freguesia do Ribeirão em 2012, artista desconhecido/a, em foto acima. Imagem corrente atribuída à Iemanjá, Praia do Meio, Natal, RN, em foto ao lado (Fotos Marta Machado e Leandro Neumann Ciuffo, de cima para baixo)

Sem entrar em detalhes – em geral, as pessoas dizem não conhecer ou saber muito a respeito dos donos do imóvel (seriam dois irmãos “de fora”, pelo menos, um residente na “Praia do Rita”) –, as/os moradores somente informam: “É [o terreiro] do seu Tacques” (dos irmãos, o que seria “pai-de-santo”).¹⁶ Se as famílias do lugar,

¹⁶ “Seu Tacques” é uma personalidade bem presente, hoje, nas referências das pessoas quando estas fazem menção ao terreiro situado antes da entrada da Freguesia. Isso acontece, eu diria, apenas mais recentemente. Antes, evitou-se mesmo falar sobre o tema comigo. De fato, a não ser pela internet onde fui buscar informações mais precisas sobre o referido morador, nunca vi o seu Tacques circulando pelo lugar (nem a pé e nem de carro), jamais o encontrei em eventos locais e/ou pude aí contatá-lo. Ao expressar tal dificuldade a alguns moradores, estes me diziam que ele tem uma casa na Praia do Rita (“à beira da praia”) onde teria funcionado um seu terreiro tempos atrás. Nesse trecho também pertencente à Freguesia – citado no segundo capítulo – ficaria a residência do seu Tacques, que estaria “escondida” (no fundo do terreno) pela vegetação e com relação à estrada principal (Rodovia Baldicero Filomeno). Segundo essas informações, o seu Tacques ficaria, muitas vezes, “fora” ou “viajando” etc. Quanto ao que se lê

aparentemente, procuram não dar legitimidade ao terreiro como fazendo parte da “comunidade” (da sede distrital), por outro lado, não podem deixar de ver que este “funciona” no entorno da localidade, aliás, imediatamente antes da placa em que se lê “Freguesia do Ribeirão” (seu “início”). De toda forma, sugerindo que o tema é mais importante do que se imagina à primeira vista. Adiante, voltarei ao assunto quando temas afins forem examinados. Por outro lado, neste momento, seria oportuno pontuar alguns números que pudessem indicar estatísticas sobre as religiões ditas presentes à localidade, procurando definir o que os do lugar identificam, por exemplo, como “todos são católicos” (de nome e/ou de práticas), e quais seriam profissões de fé “outras”, muitas vezes, consideradas pelas pessoas como “minoria”.



Figura 48 – O “terreiro” Ilê de Xangô (Foto Marta Machado)

na internet, às primeiras informações cheguei – se bem me lembro, por sugestão de algumas pessoas da vila – pelo sítio <http://www.facebook.com/Ilê-de-Xangô-Ribeirão-da-Ilha-Florianópolis>. Nesse endereço, obtém-se a designação do “terreiro” indicado pelos moradores, a saber, “Ilê de Xangô - Ribeirão da Ilha - Florianópolis”. Há também várias descrições da “instituição religiosa” e uma breve apresentação da sua “missão”: “Ajudar e levar boas energias a quem procura nosso Ilê de Xangô”. E uma referência aos “produtos” oferecidos: “Jogam-se búzios, orientações espirituais, amorosas e doenças”. Indica-se igualmente o site <http://iledexango.com.br>, onde se encontram fotos, fatos e demais publicações referentes às atividades religiosas dele e do terreiro etc. Neste último endereço, é possível ler: “O templo foi fundado em Florianópolis em Julho de 1997 com o objetivo de ensinar e praticar a religião afro, ramo de nação oiô e jeje, originária do batuque [religião afro-brasileira] do Rio Grande do Sul. Sua bacia tem origem nas pessoas de: Babalorixá Joãozinho de Exubi Jeje; originário de Benin, Babalorixá Antoninho de Oxum Jeje, Babalorixá Acimar de Xango Tayó de Oiô; de origem Africana com entrada em Lagos, na Nigéria, Ialorixá Miguela de Xango Tayó, Ialorixá Eulinda de Oiô, Ialorixá Jane de Oxum e Babalorixá Chiquinho de Oxalá. O templo é dirigido pelo babá Tacques de Xango e presidente da sociedade cultural, religiosa e também é mentor espiritual” (último acesso aos referidos endereços em 27/11/2015). A gente da vila diz ainda que “o seu Tacques atendia” (o público em geral) na casa da Praia do Rita (em seu próprio terreiro), mas, “hoje em dia”, ele atende no terreiro do seu irmão (o situado à entrada da Freguesia), até porque ele (seu Tacques) já seria “um senhor” de mais idade. De fato, o que se vê pelas imagens da internet é que se trata de um simpático e jovem senhor.



Figura 49 – O “terreiro” Ilê de Xangô (Foto Marta Machado)

Com os números, talvez se pudesse não somente traduzir quantitativamente o que há de religiões no lugar em dados oficiais, mas, antes, como (e se) seria possível compreender diferentes modos de religiosidade dentre as famílias da vila-sede, em particular aquelas de que me ocupo neste estudo. Entretanto, esse tipo de informação e pesquisas do assunto específicas a determinados locais ou regiões dentro do município de Florianópolis não são disponibilizadas pelo IBGE e nem por outras instituições afins.¹⁷ Ou seja, apenas em relação aos números coletados em termos de cidade, pode-se ter uma visão de conjunto quanto ao quadro geral de religiões declaradas pelos informantes (IBGE, 2010) na capital catarinense. Assim mesmo (em perspectiva somente), abaixo, procuro listar algumas denominações religiosas¹⁸ sobre as quais, em diferentes ocasiões, ouvi moradores da Freguesia afirmando serem (ou terem sido) “religiões” existentes na sede distrital:

¹⁷ De acordo com Luiz Paulo Vieira, técnico em informações e estatística do IBGE, “o tema em questão [religiões na Freguesia do Ribeirão] não é tabulado e nem divulgado em nível de bairro e setor, por esse motivo as informações não existem para os níveis desejados [distrito e sede]” (informação obtida por correio eletrônico no dia 25 de novembro de 2015). Na sequência do texto, como anunciado acima, introduzo um pequeno quadro (fragmento da tabela completa do IBGE, 2010) com informações sobre “as religiões” que existiriam, segundo as/os moradores, na Freguesia, tomando como base de análise os dados referentes ao assunto no município de Florianópolis, material que me foi gentilmente fornecido pelo supracitado funcionário do Instituto.

¹⁸ Ver a tabela completa do IBGE (2010) sobre religiões em Florianópolis em anexo. Certamente, por razões óbvias, não há termos comparativos entre “cidade” e “comunidade”, e nem seria o caso. No entanto, informar os números da ocorrência de determinadas religiões citadas pela gente da vila, no município, pode fornecer uma ideia muito geral das proporções de incidência das religiões aqui listadas, referentemente ao universo populacional pesquisado em Florianópolis. Daí a importância de se ter em conta também a tabela completa do Instituto, apresentada em apenso.

População residente por religião em Florianópolis/SC (Fragmento da tabela completa)	Pessoas
Total	421.240
Católica Apostólica Romana	267.618
Evangélicas	54.720
Evangélicas de origem pentecostal – Igreja Assembleia de Deus	12.591
Testemunhas de Jeová	3.426
Espírita	30.793
Umbanda e Candomblé	2.832
Umbanda	2.553
Candomblé	226

Quadro 4 – Visão parcial das religiões em Florianópolis, extraída da Tabela do IBGE, 2010

É sabido que o tema religiões é algo de muitos complicadores, para figurar em números numa tabela. De todo modo, entende-se que elas (as religiões) são plurais (em diversos sentidos) também na vila-sede. Por outro lado, na Freguesia, tomando-se em conta o que dizem muitos/as moradores sobre “a igreja”, surgem a “matriz” (a igreja local) e as atividades cotidianas em torno dela como assunto importante acerca da vida de fé de inúmeras famílias no lugar. É assim que as/os fiéis começam a discorrer sobre: missas dominicais; celebrações litúrgicas em torno às festas religiosas do calendário anual católico; adorações ao “Santíssimo Sacramento” (Cristo na eucaristia); grupos “de igreja” e “serviços” – tais como “Apostolado da Oração” e “Legião de Maria” (mais antigos e constituídos por mulheres que rezam e visitam as famílias, em particular “os doentes”), “Movimento de Irmãos” (mais recente e constituído por casais/famílias),¹⁹ “grupo de jovens”, “equipe de liturgia”²⁰ (com destaque para “as/os jovens” na condução dos cantos

¹⁹ Grupos e movimentos “de igreja” têm maneiras diversas de organização, relativamente a seus objetivos e/ou “serviços” na comunidade cristã, por exemplo, quanto às atividades de oração, estudo bíblico-catequético, ação pastoral etc., o que se define também pelo tipo de membros atuantes em determinados agrupamentos. No caso, há grupos voltados à participação dos jovens, outros, do casal, e outros ainda, da família, e assim por diante. Existem iniciativas muito antigas, “tradicionalmente” presentes na igreja católica, como é o caso do supracitado “Apostolado da Oração” e da “Legião de Maria”. Embora essas atividades correspondam à boa parte da vida das famílias na igreja local, aqui, não vou me ocupar delas de maneira detalhada. Ou melhor, elas devem ser especificadas quando (e se) as/os fiéis as tomarem como referência de suas falas e/ou modos de viver a sua religiosidade na Freguesia.

²⁰ Liturgia refere-se a várias tarefas distribuídas entre fiéis – leitura de textos bíblicos; condução de cantos e uso de instrumentos musicais; auxílios outros no andamento das

etc.), “comissão da igreja”²¹ (administração, contabilidade e financeiro da igreja), e assim por diante. Por essas e diversas outras formas de participação na “comunidade” de fé, a gente da vila-sede aponta para o lugar privilegiado da religião na vida de suas famílias. Aliás, aí “igreja” é compromisso de/em família. Nesse sentido, costuma-se dar ênfase ao “temor” e “respeito” devidos, em primeiro lugar, a Deus pelos muitos e incessantes favores recebidos pelas famílias locais. Portanto, antes de tudo, vem a “fé”, ou melhor, em Deus, deposita-se a confiança. As práticas e as falas locais parecem repisar uma regra fundamental da religiosidade na Freguesia: o “amor” a Deus sobre todas as coisas, e, como consequência dessa profissão de fé, o amor aos “irmãos”. Quanto ao amor, será interessante retomar Bruno Latour (2004) mais para frente neste capítulo.



Figura 50 – Atual “comissão da igreja”: coordenador Zito Neto Fraga e sua esposa Rosângela; ecônomo Leopoldo Júlio Cardozo Filho e sua esposa Rita (Fotos Marta Machado)

celebrações etc. –, para os momentos de realização dos eventos comunitários (comumente “missas” da comunidade católica). Em geral, mulheres aparecem executando muitas dessas funções. Há também destaque para jovens (mulheres e homens) que assumem trabalhos na “equipe de liturgia” com frequência.

²¹ Assim denominada pelas pessoas do lugar, “a comissão da igreja” (local) é formada por algumas lideranças, quase sempre homens, que se encarregam de coordenar e gerir o conjunto das atividades realizadas pela comunidade de fé, ocupando-se especialmente das questões administrativas e econômicas, e zelando pelo patrimônio espiritual e material da igreja matriz e da paróquia na Freguesia. Seria uma espécie de coordenação geral da igreja, liderada por leigos (não clérigos e/ou religiosos) e atuando juntamente com o(s) padre(s) nos eventos da religião católica na vila-sede, para os quais todos as/os fiéis – grupos, equipes, movimentos e demais iniciativas – são convidados a participar de diferentes modos. O atual coordenador do chamado “Conselho Pastoral Comunitário” (CPC), Zito Nerto Fraga (55 anos), nascido na localidade, é “parente” das famílias examinadas neste estudo. Da mesma forma, o ecônomo da “comissão da igreja”, Leopoldo Júlio Cardozo Filho (55 anos), oriundos das famílias Fraga e Silva respectivamente. No caso, a “presidência” do CPC seria atribuição do sacerdote, i.e., do pároco.



Figura 51 – Zito Neto Fraga e Anita Lopes Moraes durante um “bingo da igreja” (Fotos Marta Machado)

O social (ou a via de acesso às) das religiões: pelas relações de parentesco

Assim como muitos adultos e moradores mais velhos do lugar, crianças e jovens compreendem, desde cedo, que fé e amor são “valores” para a vida da “comunidade”.²² Desse modo, a religião e/ou a

²² Na Freguesia do Ribeirão, o uso do vocábulo “comunidade” – ao qual se recorre repetidas vezes neste estudo – comporta uma pluralidade de significados, relativamente às circunstâncias em que o termo é evocado pelas pessoas no lugar. No segundo capítulo, por exemplo, faço rápida referência à utilização da palavra para definir uma totalidade de moradoras e moradores da vila-sede enquanto localidade intradistrital, e delimitada pelo conjunto de “famílias” e suas residências na sede do distrito, as quais são consideradas, conjuntamente e desde um discurso oficial, como “a comunidade do Ribeirão da Ilha”, o que remete também a um projeto de gestão pública municipal que teria se popularizado em Florianópolis, sobretudo, ao longo dos anos 1980-90 em diante (FANTIN, 2000). Ora, a polissemia do aludido termo (religioso, político, social etc.) não impede, contudo, que este seja empregado aqui em seus diversos sentidos, sem prejuízo dos mesmos, ou, precisamente pela importância de relacioná-los nesse caso, haja vista uma espécie de resíduo semântico (de significação atual) pelo qual as pessoas da vila explicitam “uma base relacional coletiva” (WAGNER, 2014, p. 117-118). No que diz respeito à igreja católica local, “comunidade” igualmente carrega consigo distintos significados, sendo estes correspondentes ou a uma particularidade do coletivo dentro da “paróquia” (onde existem outras comunidades específicas), ou a um corpo eclesial jurídica, comunitária e pastoralmente considerado (“a igreja”, comunidade de fé), ou, ainda, mais recentemente, a uma maneira de ver o catolicismo pelas lentes de um discurso pastoral mais (progressista?) envolvido e comprometido com a transformação das injustiças e desigualdades no mundo (comunidade eclesial, não necessariamente, no caso em questão, como se costuma qualificar, “de base”, por exemplo, DOMEZI, 1997, 209-247). Para uma abordagem histórica acerca das relações (e representações) entre paróquia e comunidade (e sua polissemia) no Brasil, ver a obra supracitada TORRES-LONDOÑO, 1997; especificamente, sobre “Paróquia e comunidade na representação do sagrado na colônia”, consultar o capítulo do referido autor às páginas 51-90 desse livro. Quanto aos aspectos de mudança (e continuidade) na igreja católica, sobretudo pós-Concílio Vaticano II, e sua extensão às chamadas “comunidades eclesiais de base”, ver PETRINI, 1984; DOMEZI, 1997; MACHADO, 1999, dentre outros. Ainda, acerca de transformações ocorridas na “comunidade local”, oriundas de práticas litúrgicas,

religiosidade andam de par com as “casas”, i.e., as famílias. Eu diria que, de certa maneira, entre todos há um discurso coeso nesse sentido. O que significa dizer igualmente que “a religião” (no dizer local e incluindo outras denominações para além do forte catolicismo) pode juntar, de partida, “os parentes” na Freguesia. Por exemplo, em diversos eventos da igreja católica, observam-se mãe, pai e filhos, parentes outros, vizinhos e amigos que se alinham (e se aliam) num mesmo espaço físico (e discursivo) destinado a reflexões sobre a indispensável presença de Deus na “família”, e, curioso, também na fala dos que – por uma razão ou outra – se fazem ausentes “na igreja”, i.e., nessas ocasiões e celebrações comunitárias. Voltarei a este último ponto mais adiante. Agora, parece óbvio afirmar que a religião une “a família”. Ou talvez seja importante lembrar tal afirmação (óbvia para os da vila) corrente na localidade, para mostrar, antes, os seus limites e/ou contornos nas relações locais. O que tenho em mente é apreender alguns modos na vila de como o parentesco precede o religioso em distintas situações, indicando que, se “a religião” dá o tom às experiências de fé dos parentes na sede distrital, por outro lado (ou seria o mesmo?), o parentesco antecede aquela de muitas formas.

Em se tratando de relações familiares, por exemplo, tempos atrás, Inês Maria da Silva (hoje com 59 anos), morando na Freguesia desde 1977, contava-me que havia se mudado para “o Ribeirão” quando se casou com um filho do lugar, tendo sido “trazida” por ele para aí viver juntamente à família do marido. Separada deste – anos mais tarde (2006), depois de várias “tentativas” dela de manter o matrimônio apesar das bebedeiras e atitudes violentas do marido contra ela, que “sempre o amou” –, à época da nossa conversa, a moradora afirmava “continuar” cuidando da “sogra” (naquele momento já vista como “ex”, e hoje falecida) por se sentir também responsável por ela (assim como pelo marido da sogra), pois, em cadeira de rodas, muitas vezes, a idosa precisava de ajuda da “família”. Afinal, “a sogra e o sogro” (“ou ex”!) eram “os avós” de suas duas filhas! Enquanto explicitava algumas das razões para as suas sistemáticas tarefas diárias na casa dos “ex” parentes, Maria – ainda chamada, presentemente, por muitos do lugar de “Maria do Tetéi” (apelido do “ex”) – partia também de certa convicção religiosa para falar da “caridade” (o amor) como um fundamental valor

na sua vida cristã de participação na “igreja”²³ e na “comunidade”. Nesse caso, seria isso o que se aprende “na igreja”, ou melhor, o que se deveria aprender e fazer com a/na religião.



Figura 52 – Moradores na “praça da igreja”: Praça Hermínio Silva (Fotos Marta Machado)

Expressão local recorrente, o “viver na igreja”, como afirma Maria referindo-se a si mesma, em algum momento, pode supor semelhança com outra frase dos da Freguesia – particularmente das mulheres (mas não só delas) – acerca de suas relações cotidianas “na casa”, por exemplo, dos parentes com os quais são mantidos estreitos laços de “sangue”, de afinidade pelo casamento e/ou pela filiação, e, ainda, de vizinhança e amizade. Em outras palavras, com relação a alguns familiares ou vizinhança, as pessoas costumam dizer que “vivem” (sem residir) na casa ou dos pais ou de avós, ou de uma vizinha, ou de uma comadre, ou de uma tia, e assim por diante – e, curiosamente, em regra, lembradas (a igreja, a casa e as pessoas que

²³ Maria ressalta que ela “sempre foi da igreja”. De onde veio – Morro da Caixa da Ilha (Comunidade “Monte Serrat”), centro de Florianópolis –, a moradora trouxe consigo a fé e o “temor/amor” a Deus. Lá, por exemplo, ela “já fazia parte” da Legião de Maria (ver MACHADO, 1999). Na igreja da Freguesia, portanto, Maria procura dar continuidade a uma prática religiosa cultivada, junto à sua família de origem, muitos anos antes de casar. Atualmente, a moradora dedica grande parte do seu tempo (de aposentada, por problemas de saúde) às coisas da igreja. Ela participa do “Apostolado da Oração”; também, como diz, é “legionária” (da “Legião de Maria”); compõe e coordena, ao lado de outras mulheres, grupos de novenas (rezas, leituras e reflexões bíblicas nas casas das famílias) em preparação a períodos litúrgicos específicos da igreja, por exemplo, o que antecede o Natal etc.; por vezes, a moradora faz leituras nas missas da igreja (embora confesse “tremar de medo” nessa incumbência), e tantos outros encargos. Além disso, Maria “trabalha” frequentemente em festas e eventos organizados pela igreja, em particular, nos festejos do Divino, na festa de Nossa Senhora da Lapa e em outras iniciativas dessa natureza que, enquanto celebram a fé e reúnem as famílias locais em torno desta e das festas religiosas, ajudam igualmente a manter a vida financeira da comunidade paroquial do lugar.

“vivem” nelas) no feminino:²⁴ fulana “vive na igreja” e/ou “na casa da sogra”, por exemplo. Um paralelo tal entre expressões locais que poderiam se constituir, na vila, pelo modo próprio de “viver” das famílias ajuda a pensar, por outro lado, numa dimensão familiar das práticas religiosas no lugar. Ou seja, se a moradora supracitada “ajuda” os (“ex”) parentes por motivações cristãs (por caridade, amor etc.), não é menos verdade que ela participa da igreja na Freguesia para ou por manter aí alguns vínculos com as redes de parentesco locais.



Figura 53 – Acima, Claudia Fraga com sua tia materna e com seu filho Jonathan; ao lado Maria Solange da Silva, “Didi”, com sua filha mais velha e sua irmã e “Maria do Tetéi” durante um evento da Semana Santa de 2013
(Fotos de Marta Machado)



²⁴ A igreja (no caso, a católica) pensada como lugar usualmente frequentado por mulheres, e vista em continuidade ao lar ou a casa onde elas seriam definidas por seus papéis de mãe e esposa, não é assunto novo nas ciências sociais, como foi supramencionado. Quanto à “feminização do catolicismo brasileiro”, observa-se: “[...] Esse sucesso [do “projeto eclesial conservador” durante o século XIX e no início do século XX] teve suas raízes num poderoso processo social, de enormes consequências: o estabelecimento da família nuclear urbana e a construção ideológica da ‘mãe dedicada ao lar’, da ‘esposa fiel’, como figuras ideais. [...]” (ROSADO, 1996, p. 87-88, grifos da autora). Na esteira dessa abordagem, já refleti alhures (MACHADO, 1999) a respeito do espaço (físico e social) da igreja como prolongamento daquele referente ao espaço doméstico, procurando mostrar continuidades (e ambiguidades) no catolicismo que apontam para a subordinação das mulheres, a despeito de algumas mudanças positivas para elas na igreja católica (ROSADO, 1996, p. 89-92; ver também BUSIN, 2011, p. 106-124; SOUSA LIMA, 2011, p. 125-138; BRITO, A. 2011, p. 13-33).

Aqui, dois episódios narrados por diferentes pessoas, em distintos momentos, acerca da maneira de agir (e reagir) de alguns vizinhos/as resultam exemplares. Certa vez, uma moradora falava sobre seu vizinho que este “não vai à igreja para não dar a mão [dele] à fulana”, uma prima com quem ele teria desentendimentos cujas razões jamais foram explicadas de fato. E, num outro relato surpreendente, um sacerdote que havia morado e trabalhado na Freguesia durante muitos anos contava ao que assistira, um dia, como expressão do modo de ser de algumas mulheres da vila, protagonizando atitudes destemidas e curiosas. Uma moradora teria procurado por ele na casa paroquial, muito irritada, dizendo: “Padre, desarrisca o meu nome do livro [de registro de batismo], porque eu quero dar uma surra na fulana”, no caso, na parenta que seria a madrinha de batismo da mulher raivosa. Do meu ponto de vista, além desses fatos registrados e de outros a eles estruturalmente semelhantes – um conflito familiar levando a um tipo de rompimento com “a igreja” ou “a religião” –, e observando algumas formas locais de religiosidade ou de negação (implícita) dela, por exemplo, pelas ausências “na igreja”, é possível sugerir que, na Freguesia do Ribeirão, as relações de parentesco (precedem) organizam a (e se organizam na) vida da comunidade de fé. De diversas formas, as relações desta (a igreja) reproduzem aquelas (entre familiares).

Entendo, nessa perspectiva, tratar-se do parentesco precedendo a religião no sentido de que, reiteradas vezes, um argumento familiar – aliás, em geral, não confessado por quem narra o ocorrido etc. – tende a prevalecer aos argumentos cristãos (perdão, reconciliação, amor, fraternidade etc.) nas relações locais. Diga-se de passagem, não sem importância é ver que, comumente, as pessoas dão a supor que os motivos familiares são, senão suficientes, eficientes para regular as relações na comunidade. Ou seja, se alguém deixa de ir à missa por desavenças com parentes, os que estão à volta não vão usar como primeiro discurso o amor ao próximo (ou a falta dele) para refletir sobre o acontecido. Existem razões que a própria razão da religião desconhece, poder-se-ia inferir. Sendo da ordem do procedimento, por assim dizer, essas práticas colocariam, por conseguinte, as relações familiares em primeiro plano na configuração local. Desse modo, muitas vezes, tem-se a impressão de que as/os fiéis podem, como grupo local (de famílias “do Ribeirão”), alcançar alguma unanimidade em assuntos da vida ordinária do lugar, mesmo ou também em eventuais polêmicas

envolvendo interesses das famílias contra, por exemplo, os de um padre (como autoridade da igreja).²⁵



Figura 54 – Famílias reunidas durante evento religioso da igreja católica (Fotos Marta Machado)

²⁵ Certa ocasião, uma moradora das mais antigas na Freguesia (e na igreja) narrou-me a história de um padre que havia sido transferido dali porque, segundo ela, teria feito “besteira”. Incomodado com a “sujeira” que determinada árvore (“linda”) fazia nas imediações do salão comunitário da igreja católica, portanto, na propriedade mesmo da igreja, o então pároco teria mandado cortar a tal. Ato contínuo, a “comunidade” (no caso, teriam sido “muitas” as pessoas), indignada com a atitude dele, registraria em mais de 50 boletins de ocorrência (“BO”), na “delegacia” da vila-sede, o feito do padre “contra” a natureza (“um crime”) e à revelia da vontade da comunidade. Além da “polícia”, moradores teriam se dirigido ao “bispo” para “fazer queixa” do sacerdote. O que teria resultado em sua consequente saída da localidade. Agora, surpresa com o firme argumento (de agressão ao meio-ambiente e arbitrariedade) com o qual a fiel sinalizava repreender também ela o comportamento do clérigo – sendo uma pessoa de mais idade e muito próxima das atividades eclesiais –, perguntei-lhe o que achava do referido homem como “padre”, ao que ela respondeu prontamente: “Tinha uma homilia ótima, falava como ninguém”. E por aí foi elogiando a eloquência e também um jeito tranquilo e amável de tratar a comunidade. “Mas”, continuava a moradora, “ele fez besteira”, e teve de ir embora. Insisti indagando se teria ocorrido algum tipo de racismo, já que o homem em questão era negro. Lembro-me que a fiel deu como resposta (muito franca) a afirmação da possibilidade de haver, sim, motivações “racistas” (incluindo a si entre as/os “racistinhas”, o que aprendera a ser desde criança), contudo estas não teriam sido as mais importantes, afinal, “o negão” tinha feito por merecer. Ora, não somente me chama a atenção esta última resposta, mas também o fato de que ela aponta para um elemento outro presente na revolta das/dos moradores frente à ação do citado padre, ou melhor, sugerindo que seriam aspectos inter-relacionados na socialidade local. Explico. Diversas vezes, ouvi pessoas diferentes dizerem que, na Freguesia, “a igreja” (matriz) tem seus “donos”. Algumas vezes, inclusive, “as/os proprietários” da igreja, em particular, nas falas de alguns negros/as, coincidiriam com “as/os brancos” do lugar. É bom lembrar também a pertinência de análises que, considerando historicamente o catolicismo implantado no Brasil, examinam diversos aspectos da religião relacionando categorias como classe, raça e gênero (conjuntamente) àquelas de parentesco e família (ROSADO, 1996; 1998; ver também MACHADO, 1999; DUARTE et al., 2006; BUSIN, 2011, dentre outros).

Os elementos aí subentendidos permitem pensar, nesse sentido, que parentes ficam juntos na igreja – rezando, sentando-se ao lado uns dos outros, agrupando-se como família etc. –, e, nesta, um modo de estar (ou não) revela aspectos acerca de afinidades e rivalidades presentes às relações locais. Mais que isso. Se, de um lado, é possível apreender alguma relevância do catolicismo para organizar a vida das famílias no lugar – as/os “católicos” devem se dar as mãos, precisam lavar-se os pés uns dos outros, ajudar-se como “irmãos” etc. –, de outro, nota-se que não apenas um único modo de religiosidade (“da igreja” ou nela) fixa facetas particulares da socialidade na vila, e, em todo caso, como procuro sublinhar aqui, as relações de parentesco-família indicam diversos matizes na dita configuração local. Ora, nem todas as mulheres (e homens) são atuantes na igreja como a Maria (“do Teté”), e nem todos os homens (e mulheres) estão fora dela por causa de um desafeto familiar, como se viu acima. De perto, as coisas são mais matizadas, podendo indicar: há modos diferenciados de católicos estarem dentro e fora da igreja; as religiosidades são diversas e não se limitam ao templo, por assim dizer; o catolicismo é tomado de maneiras diferentes pelas/os fiéis; as atividades religiosas têm significados distintos na vida pessoal e comunitária das/dos moradores; e, particularmente, as relações familiares precedem muitas das práticas ligadas a igrejas e/ou justificadas por elas.

Nas falas de Inês Maria, por exemplo, se o vínculo à igreja na Freguesia dá a ela certo poder, hoje, de enfrentamento das adversidades pessoais (fortalecendo-a pelos laços comunitários), é também um vínculo local, à rede de relações familiares, que a teria feito “segurar” por tanto tempo um casamento que, tempos atrás, lhe trazia tantas dores. Não é difícil conjecturar, aliás, que o duplo vínculo (igreja-família) tenha contribuído para a manutenção do matrimônio. O que procuro observar é quanto/como as questões são um tanto mais complexas do que se pode supor inicialmente. A citada moradora afirmaria certa vez quanto ao fato de ela (com as duas filhas) ficar na casa onde morava com o ex-marido: “Ele foi me buscar lá na casa do meu pai [Morro da Caixa], não me achou na rua. Agora [à época da separação], quer me jogar fora de casa? Não, daqui eu não saio e daqui ninguém me tira”.²⁶ Igualmente situações conflituosas com parentes podem levar, por outro lado, algumas pessoas a deixar a igreja. Parece até que desconfiança entre

²⁶ Algumas questões familiares recorrentes entre os da Freguesia (casa, herança, patrimônio familiar etc.) são analisadas em diversos exemplos que aparecem no quarto capítulo da tese.

parentes desencadearia uma afirmação constante de confiança (antes de tudo) em Deus, mesmo que aquela/e que assim professa a sua “fé em Deus” não seja assídua/o na igreja, ou, talvez, precisamente por causa disso. Com efeito, esses e outros contrastes entre formas distintas de viver religiosamente na Freguesia do Ribeirão desvelam complexidades relacionadas não somente ao catolicismo – embora ele tenha aí um lugar de destaque –, mas também a outras práticas e/ou profissões de fé que aproximam relações familiares e religião, sugerindo que, assim como a família, a religião (ou Deus e a fé nele) “é tudo!” para a gente da vila.

3.2 Fervor religioso: a Semana Santa, o teatro da Paixão, as procissões e a Senhora

A Paixão pelo teatro

Expressão particularmente intensa da fé católica na vila-sede, a “Semana Santa” corresponde a um tempo de muitas orações e celebrações na comunidade de fé, reunindo famílias e parentes em torno da igreja matriz. Na sequência da quinta-feira santa, acima mencionada, a sexta-feira santa aparece como um evento muito prestigiado na Freguesia e na paróquia, sobretudo porque, nesse dia, as/os fiéis são convidados a fazer memória do mistério fundamental da sua fé: a crucificação e morte de Jesus. Na ocasião, seguindo a tradição cristã, as/os católicos do lugar vão à igreja às 15 horas, para a liturgia da “Paixão”, observando durante o dia jejuns, penitências e participando de orações conduzidas por lideranças locais. Em geral, a cerimônia conta com a presença da maioria das/dos moradores adultos (vários casais) e as/os mais idosas/os da localidade, dentre os quais muitas mulheres do “Apostolado da Oração” que comparecem devidamente uniformizadas e, ao pescoço, com a “fita” (vermelha) do “Sagrado Coração de Jesus”. A liturgia é solene e longa, de muitas narrações e cantos, preces e súplicas, adorações e silêncios. Tudo isso caracterizaria um clima de recolhimento e penitência da “Semana Santa”.



Figura 55 – Preparação para o teatro religioso e ocupação da Praça Hermínio Silva pelos fiéis (Fotos Marta Machado)

Ora, na Freguesia do Ribeirão, instala-se paradoxalmente atmosfera de festa religiosa nesse dia. Há uma forte movimentação de pessoas, carros etc. nas imediações da matriz onde se passam os preparativos da “encenação da Paixão”, teatro²⁷ posto em cena por

²⁷ Como lembram muitas pessoas, sinal de “mudança” na igreja católica local, o “teatro religioso” foi, inicialmente, criado por um padre em 1981 à época da semana santa. A partir de 1987, após a saída do sacerdote da Paróquia Nossa Senhora da Lapa, seminaristas (candidatos ao sacerdócio em período de formação) teriam vindo “trabalhar” na matriz, motivando a juventude da vila-sede a “modernizar” as encenações da “Paixão” na sexta-feira santa, assim como a apresentar outros teatros para as famílias do lugar. Assim, seria possível substituir uma reflexão estritamente catequético-bíblica ligada à espiritualidade cristã por uma mensagem mais vivencial da “comunidade”, voltada à vida cotidiana da gente da vila, e incluindo neste “novo” os dilemas contemporâneos da “sociedade moderna” (FERREIRA, 2005). Cabe observar que os referidos candidatos a padre chegariam num momento (no caso, anos 1980) em que a teologia da libertação na América Latina e no Brasil propugnava “um novo jeito de

jovens, adultos e crianças da paróquia, em especial, organizado por lideranças jovens da vila, repetindo-se todos os anos há mais de 30 anos. O burburinho e a agitação das pessoas envolvidas, direta ou indiretamente, com o espetáculo teatral contrastam com o movimento contido das/dos fiéis que chegam para participar da cerimônia na igreja, sem, contudo, causar incômodo, afinal, todos aguardam a “encenação da Paixão”, a qual acontece no início da noite de sexta-feira.²⁸ Enquanto as mulheres, os casais e as/os mais idosos adoram o “Santíssimo Sacramento”, rezando e entoando hinos que lembram a morte de Jesus, as pessoas do teatro (coordenadora, seus colaboradores e elenco),²⁹ fora da igreja, fazem os últimos acertos para a apresentação (ensaio, figurino, cenário etc.) ali mesmo onde estão desde o início do dia.³⁰ Além da execução de tarefas por parte do grupo (grande) que atua no teatro religioso, no entorno da matriz, há diferentes profissionais em montagens de equipamentos de som, luz, palco etc.; vendedores com suas barraquinhas de alimentos (doces e salgados); pipoqueiros etc. Tudo tem lugar na “praça da igreja” (Praça Hermínio Silva), culminando com barulhos os mais diversos que se espalham facilmente pelo local.

ser igreja” (dos pobres e excluídos da sociedade, ou, pelo menos, voltada para estes etc.), o que certamente era do conhecimento desses jovens em formação, e possivelmente seria a opção de vida sacerdotal de muitos deles. Nesse sentido, pode-se supor que os seminaristas também traziam consigo visões de igreja e pastoral baseadas em experiências de religiosidade e fé inspiradas pela mesma teologia (MACHADO 1999).

²⁸ Grosso modo, na sexta-feira santa, as/os fiéis católicos fazem “jejum” (em especial, evitam a ingestão de carne bovina, de aves e de porco); “penitência” (confessando-se pessoal ou comunitariamente); “adoração ao Santíssimo Sacramento”; e comparecem aos demais eventos litúrgicos organizados pela igreja, particularmente ao espetáculo teatral, após o qual seguem em procissão, pelas ruas da vila, acompanhando “o Senhor Morto”, ao som da Banda da Lapa e de orações e cantos religiosos. O teatro religioso, como se afirmou antes, tempos atrás, teria sido uma forma de motivar a juventude local e as famílias para as celebrações da “Semana Santa”, sendo que a sua apresentação, ao longo desses anos todos, teria sido interrompida uma única vez (FERREIRA, 2005, p. 24).

²⁹ A coordenação e direção do espetáculo, atualmente, ficam por conta de uma moradora que, muito jovem, já atuava na igreja local em várias frentes, por assim dizer. Hoje, aos 46 anos, mostra em pedagogia, professora do Colégio de Aplicação (UFSC) e com grande habilidade para dirigir peças teatrais, Marilei Maria da Silva coordena um grupo numeroso de voluntários/as que compõem o elenco e colaboradores da “Encenação da Paixão de Cristo”, todos os anos, estando nessa função desde 1991 (FERREIRA, 2005, p. 24).

³⁰ Uma equipe de lideranças da igreja (mulheres e homens) prepara e serve almoço para as pessoas do “teatro religioso”, pois, além da gente da vila-sede, muitas são as que vêm de outras comunidades paroquiais, atuar na encenação, fazendo desse dia um momento também de confraternização entre paroquianos/as.



Figura 56 – Encenação da “Paixão de Cristo” na frente da igreja matriz, sexta-feira santa de 2015 (Fotos Marta Machado)

O período anterior ao espetáculo propriamente dito e tudo o que a ele corresponde – incluindo os ruídos e a agitação – têm o apoio da grande maioria dos moradores. Estes, na hora do teatro, trazem para a praça a família e, ao lado de filhos (grandes e pequenos), pais e parentes outros (muitos vindos de localidades intradistritais próximas da vila e até de bairros distantes “do Ribeirão”), assistem à representação, vibram atentos ao desempenho do elenco no qual, muitas vezes, está gente da família, choram e vivem as emoções da encenação, e, finalmente, aplaudem largamente o grupo teatral de paroquianos.³¹ Ocupando arquibancadas ou cadeiras enfileiradas na rua, exclusivamente para acomodar o público do evento, as famílias experimentam esse momento ambientando-se ao clima da praça da igreja (à noite, com holofotes, efeitos especiais, músicas, sons etc.) como se estivessem dentro de um teatro.³² Os que atuam ou os que apoiam levam a sério a realização do

³¹ A paróquia Nossa Senhora da Lapa corresponde territorial e pastoralmente a sete capelas dentro do Distrito de Ribeirão da Ilha. São comunidades cristãs locais (intradistritais) relativamente independentes entre si, cuja organização se vincula à administração e aos serviços gerais paroquiais coordenados, em diversas atribuições e equipes, pelo pároco e/ou outros sacerdotes que o auxiliam, além das/dos muitas/os fiéis que exercem as mais diferentes funções em suas capelas e/ou igrejas. No caso, a chamada “matriz” é a igreja situada na Freguesia, onde está também a casa paroquial, residência do pároco. Embora guardem certa autonomia para as atividades ordinárias da comunidade de fiéis, as capelas mantêm uma unidade de pertença à mesma paróquia. O que se pode compreender em algumas festas religiosas, quando todas as capelas e suas/seus santos de devoção também se fazem presentes na vila-sede.

³² Patrocínios de instituições públicas e privadas são obtidos para a realização do evento. Em geral, a prefeitura municipal fornece auxílio financeiro à paróquia, mas costuma-se contar igualmente com o apoio de empresas particulares. A propósito, entre alguns contrastes (sagrado/profano) na paisagem da praça da igreja na sexta-feira santa, pode estar uma ou outra propaganda, por exemplo, de um banco privado que, nesse caso, faria da igreja matriz uma espécie de pano de fundo para a sua enorme logomarca à entrada do largo. São disponibilizados, ainda, serviços públicos, como o da Guarda Municipal, que atua no trânsito

teatro nesse dia. Levam a sério o que diz a igreja católica mediante a encenação. Isso é possível de apreender não apenas pelo número de horas e meses dedicados às atividades do “teatro religioso” (e da igreja) para a sexta-feira santa, mas, em particular, por ser um tempo “trabalhado” pelas coisas de Deus, i.e., o “viver na igreja”, anteriormente mencionado, significa trabalhar pelas coisas de Deus e fazê-lo da melhor maneira, ou seja, para que “tudo dê certo”. Nesse sentido, as expectativas do elenco, a sua atuação em palco e a euforia no final do espetáculo teatral estão diretamente ligadas à recepção pela “comunidade” da mensagem³³ a ela transmitida, que se faz ver, ouvir e sentir pela interpretação do conjunto de “atrizes/atores” locais.³⁴ Essa troca entre elenco e plateia é alguma coisa muito valorizada na vila-sede.

da Freguesia durante o dia e à noite, quando acontece a encenação, e, depois desta, no momento da procissão do “Senhor Morto”; ou como o de iluminação pública, para garantir o desligamento das lâmpadas da praça da igreja, tornando possível o uso de efeitos especiais de luzes e refletores etc. no cenário da “encenação da Paixão”. Para “autoridades”, reserva-se um camarote (em local mais alto e destacado do público em geral), onde se acomodam o padre e outros convidados apoiadores do espetáculo. Algumas pessoas explicam que o lugar seria reservado para “o prefeito” e outras personalidades políticas. As encenações dos últimos anos, até onde eu pude apurar, não contaram com a presença do prefeito. Mais recentemente, um secretário de Estado (atualmente, deputado estadual) e sua esposa compareceram ao evento.

³³ Sobretudo a partir da década de 1990, o tom da mensagem deixada para o público que prestigia o teatro vem da chamada “Campanha da Fraternidade”, realizada pela igreja católica no Brasil (desde 1964), todos os anos, à época que antecede a liturgia da “Páscoa”. Promovida pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) durante a “Quaresma” (40 dias “antes da Páscoa”), as campanhas tomam para temas de reflexão diversos aspectos da “sociedade” brasileira, procurando denunciar, debater e provocar mudança de comportamentos quanto às injustiças e desigualdades prevaletentes entre as/os mais vulneráveis da população do país. Iniciando na “quarta-feira de cinzas” (após o carnaval) e estendendo-se ao domingo de Páscoa (encerra-se a campanha, mas não os seus propósitos, que seguem ano adentro), as campanhas privilegiam situações consideradas contrárias à dignidade humana, contemporâneas à vida “moderna”, e fazem apelos às/aos fiéis no sentido da “fraternidade” para com “injustiçados” e “excluídos” (negros, mulheres, crianças, portadores de necessidades especiais, dentre outros).

³⁴ Interessante notar que muitas pessoas, ao comentar o “sucesso” do teatro religioso na Freguesia do Ribeirão, ressaltam a particularidade deste por existir já “há muitos anos” na vila-sede. Lembram que a “encenação” tem a aprovação da “comunidade” e também do público vindo de fora do distrito. Observam, ainda, que, por estar a cada ano “mais profissional”, e contando com recursos técnicos e financeiros maiores, o teatro juntaria mais e mais espectadores, todos os anos, dentre outras coisas, confirmando a sua excelente qualidade “artística”. Um dos jovens da equipe organizadora do espetáculo em 2005 assim escreve sobre tal iniciativa na Freguesia: “Esta comunidade possui lideranças motivadas em criar grupos que trabalhem a manifestação artística. Grupos esses que fortaleceram a minha paixão pela dramatização” (FERREIRA, 2005, p. 9).



Figura 57 – Plateia e elenco do teatro da Paixão acompanham a procissão do “Senhor Morto” pelas ruas da vila-sede, 2015 (Fotos Marta Machado)

Em seu trabalho de conclusão de curso, intitulado *O papel do teatro religioso na comunidade do Ribeirão da Ilha: a Encenação da Paixão de Cristo*, Reginaldo Maurício Ferreira (2005), morador da Freguesia e integrante do elenco local, reflete sobre os “benefícios” do espetáculo teatral para as pessoas que neste atuam, para a “comunidade” e sua religiosidade, e para o próprio “teatro” do lugar, colocando-se entre os beneficiários das coisas boas advindas da “encenação”: “[...] é mais do que falar de Deus...”. E lembra que se trata de algo mais profundo e complexo ligado à vida das famílias e das pessoas: “[...] é ver que o tempo passa, que as pessoas crescem, casam, envelhecem, que amigos se vão e novos aparecem e, mesmo diante de todas as adversidades, o grupo permanece ali e continua unido naquele mesmo espetáculo...” (FERREIRA, 2005, p. 75-76). O autor refere-se, ainda, à “encenação” como “prática cultural” (FERREIRA, 2005, p. 43-59). Nesse caso, poder-se-ia inferir que religião significa cultura, e vice-versa. Por outro lado, a recorrente ideia de prevalecer entre os membros do teatro “uma relação de família” parece indicar, ao menos em parte, por onde passa o modo de experimentar a religião na Freguesia. Nas palavras da coordenadora e diretora do “teatro religioso”, retiradas do estudo supracitado:

[...] Então, hoje a gente cria quase que uma família, dentro do ano abre-se um espaço, abre-se um parênteses: a nossa família naquele momento: de fazer as refeições juntos... Criou-se um clima de família. [...] E também algo de sucesso, eu acho. De fazer uma coisa que dá certo, eu acho isso muito legal. Eu tenho cenas assim: as pessoas felizes, porque aquilo deu certo. Ou então, outras

coisas assim: ver as pessoas vibrarem de felicidade, como quem diz: “Que bom, eu quase não faço nada de diferente: da casa para o trabalho, do trabalho pra casa”. Então... são pessoas que viram na peça uma oportunidade de fazer uma coisa diferente... [...]. (Marilei Maria da Silva apud FERREIRA, 2005, p. 75).

Há um “clima” de família agindo entre as pessoas, que, se não substitui por completo um sentido da “nossa família”, no espetáculo teatral, é capaz de transformar as/os fiéis e a comunidade, em seu conjunto, na “grande família de Deus”. Aí há, portanto, espaço para a linguagem do amor, da paixão e da compaixão. É também nessa atmosfera cristã da “Encenação da Paixão de Cristo” que as/os moradores se comovem, choram e aceitam a mensagem da religião, reafirmando igualmente a sua profissão de fé na igreja católica.

O amor em cena: religião e a “verdade” compartilhada na Freguesia

É comum ouvir, entre moradores da vila, sobretudo as/os mais velhas/os, conforme já assinali no primeiro capítulo, uma frase que dá sequência a muitas de suas narrações: “o que eu te conto é a verdade!” Ao trazer a “boa nova” da religião para as famílias do lugar, o “teatro religioso” evoca um “clima” familiar para dramatizar as consequências do “amor” de Jesus pela “humanidade” e convidar as pessoas da “comunidade” a experimentarem uma transformação mediante a “Paixão e Ressurreição de Cristo” – grosso modo, nos termos acima descritos. Gostaria de recordar, aqui, o argumento de Bruno Latour (2004) que, “no debate ciência-religião”, afirma se interessar pelas “condições práticas do ‘dizer a verdade’”, procurando “como se pôr em sintonia com as condições de felicidade de diversos tipos de ‘geradores de verdades’”. Partindo da tradição cristã (na qual o autor se inclui), o sociólogo lembra que aí a religião é “um modo de pregar, de predicar, de enunciar a verdade” (LATOURE, 2004, p. 350). Nesse sentido, é quanto a “falar religiosamente” que Latour entende ser possível “analisar as condições de felicidade desse ato de fala”, para pensar a referida religião. Em suas palavras:

Nada há de extravagante, espiritual ou misterioso em começar a descrever dessa forma a fala religiosa. Estamos habituados a outras formas de discurso perfeitamente mundanas, que tampouco são avaliadas segundo sua correspondência com algum estado de coisas, e sim pela qualidade da interação que produzem graças à forma como são pronunciadas. Essa experiência – e é experiência o que desejamos aqui compartilhar – é comum no domínio do ‘discurso amoroso’ e, mais amplamente, nas relações pessoais. “Você me ama?” não é julgado pela originalidade da frase – não há outra que seja mais batida, banal, trivial, tediosa, recauchutada –, mas sim pela *transformação* que opera no ouvinte e também no falante. Conversa de informação é uma coisa, e de transformação, outra. Quando aquelas palavras são proferidas, algo acontece. Um pequeno deslocamento na marcha ordinária das coisas. Uma diminuta mudança na cadência do tempo. A pessoa tem de se decidir, se envolver; talvez comprometer-se irreversivelmente. Não nos submetemos aqui apenas a uma experiência entre outras, mas a uma alteração da pulsação e do andamento da experiência: ‘*kairos*’ é a palavra que os gregos teriam empregado para designar esse sentido novo de urgência. (LATOUR, 2004, p. 351, grifos do autor).

Nessa perspectiva, Latour ressalta duas características em que se enquadrariam “frases portadoras de amor” quanto à experiência de “pronunciá-las ou escutá-las”, a saber, “suas capacidades performativas”, i.e., “na injunção do amor, a atenção é redirecionada, não para o conteúdo da mensagem, mas para o continente mesmo, a feitura da pessoa”; e a segunda particularidade seria sua qualidade satisfatória de “mudar o modo de se habitar o espaço e o fluir do tempo”. Nessa “forma de discurso”, sobressaem três pontos: ela “tem a ver com a transformação daqueles que trocam a mensagem, e não com o transporte de informação”; ela “é sensível ao tom com que a mensagem é proferida [...] ela apresenta novamente [“representa”] o que é estar presente naquilo que se fala”; ela “é a um só tempo completamente comum, extremamente complexa, e não muito frequentemente descrita em detalhes” (LATOUR, 2004, p. 351-354). Analogamente à fala

amorosa, Bruno Latour procura pensar a fala religiosa enquanto um discurso “transformativo” (antes que “informativo”), o qual teria menos a ver com “crença” e mais com falar-fazer (do) “próximo e presente”. Isso quer dizer: “Assim como as sentenças amorosas devem transformar os ouvintes, tornando-os próximos e presentes, sob pena de serem nulas, os modos de ‘falar religião’ devem trazer o ouvinte e também o falante à mesma proximidade e ao mesmo sentido de presença...” (LATOURE, 2004, p. 354-355, grifos do autor).

Quando as pessoas (falantes e ouvintes) da Freguesia se fazem próximas e presentes, por exemplo, pelo teatro da Paixão, há um discurso religioso que parece transportar pessoas (e “famílias”), permitindo que estas se compreendam como “comunidade”, e empenhando-se nesse sentido para culminar com “a verdade” que acreditam experimentar. Nesse caso, inúmeras vezes o “falar religião” das famílias na vila-sede se assemelha a um “modo da fala” que “evoca o espírito que pronuncia”. Talvez seja esse o sentido da palavra do jovem ator local afirmando que o teatro “é mais que falar de Deus...”, e lembrando que ela, a “Encenação da Paixão de Cristo”, aproxima e torna presente, a cada vez, múltiplas relações, não por acaso percebidas como “relação de família” (FERREIRA, 2005, p. 75-76).

Em procissão: uma presença religiosa nas ruas da vila

Habitualmente, na sexta-feira santa, após a apresentação do teatro religioso, grande parte das/dos fiéis segue, pelas ruas da vila-sede, a “procissão do Senhor Morto”, devoção considerada na localidade como uma das mais importantes expressões da (“tradicional”) religiosidade local. Coordenada por lideranças leigas da igreja – muitas das quais integram também o elenco e a equipe do teatro –, presidida por um padre (devidamente paramentado), acompanhada por homens da “Irmandade Nossa Senhora da Lapa”³⁵ na dianteira da procissão, esta conta ainda com a prestigiosa execução de músicas religiosas pela

³⁵ Irmandades são organizações leigas muito antigas da igreja católica que teriam, entre outras coisas, na religiosidade popular um traço mais festivo com relação ao catolicismo oficial (MACHADO, 1999, 118; para conhecer outros aspectos das irmandades no Brasil ao longo do período colonial, ver KARASCH, 2000, p. 130-137). Algumas pessoas da Freguesia costumam lembrar que, aí, a “Irmandade de Nossa Senhora do Rosário” (ou “dos pretos”) já teve, no passado, um lugar importante, mas, com o fim da “separação” entre negros e brancos “no Ribeirão”, ela teria se extinguido, permanecendo a forte devoção à santa. Por outro lado, hoje, existe na igreja local a “Irmandade do Divino Espírito Santo”, que será lembrada mais adiante.

Banda da Lapa (oportunamente, voltarei ao assunto da banda). Revestida de pompa e em tom solene, a imagem do Senhor Morto leva às casas do lugar, junto com a comunidade de fiéis, a mensagem que, antes, nas imediações da matriz, aproximara as pessoas e suas famílias na encenação da morte de Jesus. Em sequência ao evento na praça da igreja, portanto, o préstito percorre liturgicamente as vias locais em clima de recolhimento e respeito, em alguns momentos, ele é tomado por silêncio ou orações puxadas por senhoras do Apostolado e outras lideranças da igreja.³⁶ Nos últimos anos, quase sempre, a procissão tem feito um mesmo trajeto, adentrando a Rodovia Baldicero Filomeno (a “rua de baixo”), passando pelo “centrinho” da vila, e retornando à igreja pela Rua Alberto Cavalheiro (a “rua de cima” ou “rua da igreja”). Por vezes, esse percurso pode se alongar e atingir um número maior de residências, estendendo-se e contornando outras ruas do lugar.



Figura 58 – Procissão do Senhor Morto na sexta-feira santa de 2013
(Fotos Marta Machado)

³⁶ Grosso modo, à continuidade da quinta e sexta-feira santa, a igreja católica guarda o sábado (durante a madrugada e, em especial, ao longo desse dia) como de orações e silêncio, em sinal de “luto” pela “morte de Jesus”. As/os fiéis visitam a igreja que, devidamente preparada, se torna local de sua “adoração ao Santíssimo”, prática que, em geral, conta com a coordenação de lideranças da “comunidade”. O luto seria rompido, então, na chamada “celebração da Vigília Pascal”, cerimônia litúrgica realizada no sábado à noite, aliás, em grande parte das igrejas da cidade de Florianópolis. Trata-se de uma “missa solene” cheia de símbolos (fogo, vela, água, óleo, incenso etc.), leituras, orações, cantos e outros “ritos cristãos”. Nesse sentido, a comunidade cristã local é motivada a ouvir e celebrar a “boa notícia” da “ressurreição de Cristo”, cuja Páscoa a igreja católica narra como “a verdade” (e o fundamento) da fé cristã: a “passagem da morte para a vida”. De fato, é um longo rito litúrgico, com a “proclamação” de diversos e extensos textos bíblicos, muitos dos quais são cantados, com inúmeras preces e reflexões, e, como tal, culmina com “a grande festa da humanidade” para “a nova vida”. Na sequência, o “domingo da ressurreição” corresponde à missa (ordinária) propriamente de Páscoa, quando “Jesus ressuscitado” é celebrado pela “comunhão” das/dos fiéis na “Eucaristia”, a qual faz “memória” da morte e ressurreição de Cristo. Na Freguesia do Ribeirão, essas cerimônias e simbologias são vivenciadas com muita piedade e comoção pelas famílias.

Uma presença religiosa da igreja católica em meio às famílias locais pelas ruas da Freguesia se faz marcante, sobretudo, em eventos como a semana santa, os festejos do Divino Espírito Santo, a festa de Nossa Senhora da Lapa – padroeira da paróquia (de mesmo nome) –, e a de Nossa Senhora do Rosário, festa litúrgica que, segundo vários moradores, foi trazida para a vila-sede pelos “pretos”. Aliás, com exceção desta última, o surgimento e a “tradição” das demais festas na localidade têm sido atribuídos, por muitas pessoas, à chegada de “açorianos” no litoral sul da Ilha de Santa Catarina.³⁷ Mais adiante, voltarei a alguns aspectos dessas festividades religiosas na sede distrital. Agora, é interessante lembrar que, embora cada uma das festas e/ou celebrações litúrgicas citadas tenha a sua especificidade no calendário da igreja, guardando cada qual a sua importância particular para a comunidade de fé, existe uma espécie de lugar comum entre elas relativamente ao modo de as famílias experimentarem as diversas devoções católicas na vila. Trata-se das procissões. Estas, em geral, reúnem um número considerável de fiéis que, após participarem das missas e solenidades festivas na matriz, acompanham o préstito e demonstram a sua piedade ou o seu fervor religioso junto com familiares e parentes, vizinhos e amigos. É verdade que muitas pessoas, mesmo dizendo-se católicas e “devotas”, não vão à igreja. No entanto, pode-se ver que é a igreja que vai em direção às famílias, passando por suas casas e sendo por elas recebida com “respeito” e gestos de apoio à procissão, à igreja e ao evento religioso.



Figura 59 – Croqui do percurso, em geral, realizado durante as procissões na vila (Elaborado por Andrea Eichenberger)

³⁷ Segundo documento (1992) de “evangelização” da Arquidiocese de Florianópolis, a origem de um “catolicismo popular” em Florianópolis dataria da chegada de casais açorianos na então denominada Desterro, a partir do ano de 1748. Com uma “religiosidade laical”, as irmandades teriam cultivado devoções e práticas de fé, entre outras, como as da semana santa, do Divino Espírito Santo e das procissões (MACHADO, 1999, p. 118).

Nesse caso, as moradias ficam com janelas e portas abertas, luzes acesas, gente aposta etc. Os membros de uma família podem se juntar na frente de sua residência, para ver a santa ou o santo passar, às vezes, segurando objetos religiosos (imagens, terços, velas etc.) ou deixando-os à mostra dentro ou fora da casa, ou ainda, improvisando uma espécie de altar com diferentes símbolos religiosos, de toda forma, procurando demonstrar a sua fé, permitindo a entrada da “religião” em seus lares, onde esta já se faz presente (assim o demonstram), e até mesmo fazendo súplicas às imagens que, cerimoniosamente, são carregadas por homens da igreja. Mais fortemente esse clima cerimonioso se vê instaurado, porquanto a Banda da Lapa executa várias músicas, antigas e mais recentes, comovendo a gente (muitas mulheres, homens, vários casais e seus filhos, muitos “parentes”) e fazendo do acontecimento litúrgico itinerante, por assim dizer, um dia de “festa”. Paradoxalmente, um momento de introspecção e “luto”, por exemplo, na semana santa pode se transformar em lugar de encontro, abraços e conversas amistosas entre parentes e amigos durante o trajeto do préstito. Alguém combina de receber amigos em casa após a procissão para um “café”, ou coisa do gênero. E assim por diante. Na esteira de alguma antropologia de Bruno Latour (2004), eu diria que, de certa maneira, as procissões carregam mais do que santos e crenças³⁸ (ainda que estas se façam igualmente presentes na vila), elas “transportam pessoas” aproximando-as e tornando-as presentes umas às outras e àquilo que o seu sentido de fé/crença procura atualizar pelo discurso religioso.

³⁸ Para Bruno Latour, ver e/ou experimentar a religião como “crença” (e a ciência como “conhecimento”) resulta numa “caricatural redução” de ambas. Nas palavras do autor: “A suposição de que, para além do conhecimento racional daquilo que é palpável, também exista uma espécie de crença desarrazoada e respeitável em coisas por demais distantes para serem palpáveis me parece uma forma muito condescendente de tolerância. Prefiro dizer que a racionalidade nunca é excessiva, que a ciência não conhece fronteiras, e que não há absolutamente nada misterioso, ou mesmo não-razoável, no discurso religioso – salvo os mistérios artificiais, produzidos, como acabei de dizer, pelas indagações erradas, feitas no modo errado, na *tonalidade* errada, às argumentações perfeitamente razoáveis que se aplicam à feitura de pessoas” (LATOUR, 2004, p. 357, grifo do autor). Quanto à Freguesia, penso que é razoável perguntar: “o que seria o dado para” (VIVEIROS DE CASTRO, 2000, p. 7) a gente da vila-sede? Ou ainda o que seria a crença para ela? Vou tentando mostrar pelas descrições subsequentes.

Vem chegando a Senhora: da Lapa, da Conceição, do Rosário...

Na Freguesia dos católicos (como se observa em muitas das igrejas de fé católica em Florianópolis), à “Mãe de Jesus” é reservado um lugar de destaque dentro do templo cristão.³⁹ Padroeira da paróquia que leva seu nome, “Nossa Senhora da Lapa” é vista no “altar” principal (o da “mesa eucarística”) da matriz, ao centro do mesmo, e imediatamente acima do sacrário. A pequena imagem da santa teria sido trazida para essa região no século XVIII.⁴⁰ Contrastando com ela, numa parte ainda mais elevada desse espaço litúrgico, encontra-se “Nossa Senhora da Conceição”, imagem bem maior que a anterior, ocupando um local onde muitas vezes em igrejas de outras paróquias se veria “Jesus crucificado”. Agora, na vila-sede, mesmo em tamanho menor, a Senhora da Lapa é, sem dúvida, a mais fervorosamente lembrada pelos moradores – se comparada, por exemplo, com Nossa Senhora da Conceição, da qual não se ouve falar com tanta frequência –, e venerada pela tradição católica (e história) local como aquela que teria dado origem à “Freguesia do Ribeirão”, daí a localidade designada pelo nome da santa cuja devoção nasceria com o próprio lugar. Nesse sentido, moradoras e moradores enfatizam que a Freguesia foi (e é) local “escolhido” pela mãe de Deus, razão por que ela habita a vila hoje e “sempre”. O poder milagroso de Nossa Senhora da Lapa também costuma aparecer em suas falas atribuindo à padroeira as muitas e extraordinárias “graças” recebidas pelas “famílias do Ribeirão” (NOVA, 1997, por exemplo).

³⁹ Para conhecer Ídolos, mitos, legendas. Sobre a interpretação da iconografia católica, ver CALAVIA SÁEZ, 2005, p. 203-227.

⁴⁰ Como já foi mencionado antes, um dado da história repetida por algumas pessoas da Freguesia, encontrado em livros, atribui a chegada da santa à região a um homem de nome Manuel Vargas (ou Valgas) Rodrigues. Este, no ano de 1760, teria navegado por esses mares trazendo de Portugal a imagem de Nossa Senhora. Seguindo essas informações, seria possível, assim acreditam alguns, estabelecer certa relação entre a devoção local cultivada desde o passado e aquela já encontrada em terras portuguesas muito antes da referida data de surgimento na vila-sede (para conhecer mais detalhes da origem dessa imagem e sua devoção na história local, ver PEREIRA, N.; PEREIRA, F.; SILVA NETO, 1990, p. 144-155).



Figura 60 – Imagem original de Nossa Senhora da Lapa, e fiéis diante da imagem na festa da santa (Fotos Marta Machada)

De fato, quando uma história local (PEREIRA, N.; PEREIRA, F.; SILVA NETO, 1990) assenta os inícios da veneração à santa, em tempos passados, nas imediações da Freguesia (local conhecido hoje como Barro Vermelho), ela procura mostrar que foi em torno desta, a atual sede do Distrito de Ribeirão da Ilha, que o fervor religioso ganhou força e vigor, trazendo para o lugar uma fé transformadora da região onde teria iniciado o povoamento no litoral sul da Ilha. Em especial, a gente da vila tem hoje um discurso comovente sobre o “amor” de “Nossa Senhora” às pessoas do lugar. Por vezes, são falas que corresponderiam mais a informações, em geral, veiculadas pelo ensinamento oficial da igreja católica sobre a “Mãe de Deus”. Assim, quando os “do Ribeirão” falam da padroeira, não há uma preocupação em relacionar a presença da santa aos eventos da colonização propriamente dita. A referência primeira que se busca ressaltar é alguma intimidade com a Senhora da Lapa, a quem as pessoas mostram gratidão por graças e bênçãos recebidas continuamente. Nessa perspectiva, “Nossa Senhora” poderia ser até, por exemplo, “madrinha” de batismo de algum fiel – como teria, de fato, ocorrido em épocas remotas. No caso, a relação íntima entre as famílias e a santa da Lapa sugere uma forma de confiança mútua que seria alimentada dia-a-dia pela gente ao

invocar o nome de Nossa Senhora, e pela “Mãe de Deus” ao socorrer suas/seus “filhas/os” em suas dificuldades e aflições.⁴¹

Ilustra esse devotamento à padroeira o tom agradecido de seu Agenor Firmino da Silva (e de muitos outros músicos) narrando histórias da “Banda Nossa Senhora da Lapa”, indicando que a mão protetora (e materna) da santa sempre guiou a “sociedade musical” ao longo dos anos desde que esta foi “fundada” em 1896. Só assim para a banda ter sobrevivido a tantas adversidades e problemas de toda ordem! Nesse sentido, portanto, falar da santa da Lapa é também pensar a localidade e “tudo” o que nela existe, e vice-versa. Dentre as coisas consideradas como “riquezas” encontradas na Freguesia atualmente, estão aquelas cujos nomes lembram, direta ou indiretamente, o título da referida Nossa Senhora: a paróquia, a igreja, a banda e o próprio lugar. Por outro lado, as pessoas também “cuidam” da santa. Como contara dona Anita Lopes,⁴² certa ocasião, havia alguns anos, a “verdadeira” Nossa Senhora da Lapa teria sido quase roubada por um casal de visitantes. Mas a sua intuição e o zelo pela “preciosa” imagem acabariam evitando o roubo. Segundo a moradora, a porta da igreja fora arrombada, mas “Nossa Senhora” teria sido “bem protegida” dos “ladrões” ficando, preventivamente, na casa de uma família paroquiana na noite do “assalto”. Por essa razão, durante vários anos, a imagem da santa da Lapa exposta na igreja seria apenas uma réplica da original, até o momento em que a matriz foi devidamente reformada (e restaurada), recebendo também um sistema de vigilância eletrônica (câmeras, monitores, alarmes etc.) de última geração. Além das/dos fiéis que estão sempre “de olho” na igreja e seu patrimônio.

⁴¹ Quanto ao que poderia ser observado na localidade como um catolicismo oficial e um catolicismo popular, de certa forma, existem alguns sinais presentes às devoções e práticas religiosas da gente da vila, que indicariam particularidades de um e de outro. Por exemplo, é do catolicismo oficial um calendário litúrgico cuja realização ao longo do ano conta com a “presidência” do pároco no encaminhamento de atividades, eventos e celebrações rituais (missas e outras cerimônias) etc. na “comunidade”. Por outro lado, há manifestações locais – mencionadas neste capítulo – que, segundo as/os fiéis, seriam modos “tradicionais” dos católicos expressarem a sua fé tendo como ponto de partida crenças e religiosidades do “povo”, diferentemente daquela mais ortodoxa e clerical. Tal seria o caso da festa do Divino, das procissões e veneração a santos/as; das irmandades etc. De fato, na vila-sede, eu entendo que o oficial e o popular andam juntos (ou, são dois aspectos de uma mesma religião), e precisam ser vistos assim, inclusive para mostrar a centralidade da fé na vida das pessoas.

⁴² Informações sobre dona Anita Lopes encontram-se no primeiro capítulo da tese.



Figura 61 – Banda da Lapa antes da procissão de Nossa Senhora da Lapa na festa da padroeira, com uniforme da mesma cor do manto da santa (Fotos Marta Machado)

Agora, de certa forma, é interessante pensar que a própria padroeira – a santa protetora das/dos fiéis – teria recebido favores de seus devotos, afinal, ela fora protegida por uma moradora no caso supracitado. Aliás, cuidar da santa, da igreja e das coisas de Deus é tarefa incumbida a determinadas pessoas da “comunidade”, em geral, “famílias” que, segundo alguns paroquianos, “mandariam na igreja”. De fato, o que é possível perceber nesse tema tem a ver com diversos desdobramentos de ordem prática quanto aos cuidados do local, a sua preservação, manutenção e o uso para visitação pública e/ou para as pessoas da comunidade. Por exemplo, quando perguntei a uma moradora (casada com um “filho do Ribeirão”) sobre as imagens de Nossa Senhora da Lapa e da Conceição postas no altar da matriz, a fiel respondeu que ela pouco saberia esclarecer alguns detalhes (nomes e motivo de as imagens terem sido colocadas na posição em que se encontram na igreja), melhor seria interrogar moradoras antigas da vila cujo ofício é “zelar” pela igreja. Ou seja, pessoas das famílias nascidas “no Ribeirão”, que “cuidam” do templo, saberiam melhor informar. Em diferentes falas, moradoras e moradores sinalizam que a igreja e tudo o que a ela diz respeito teriam à sua frente “famílias” de longa história na paróquia, passando-se aí “gerações” de alguns sobrenomes diretamente ligados a um “controle” da igreja.⁴³

⁴³ Sobrenomes que, em vários casos, coincidiriam hoje com nomes de rua, praça etc. na Freguesia, e remeteriam às famílias constituídas “no Ribeirão” desde a chegada de europeus no sul do Brasil no século XVIII. No quarto capítulo, nomes e sobrenomes identificam oportunamente famílias locais, para dar destaque àquelas examinadas neste estudo.



Figura 62 – Imagem de Nossa Senhora do Rosário, protetora “dos pretos”, e da padroeira Nossa Senhora da Lapa (Fotos Marta Machado)

Efetivamente, quanto às devoções na localidade, as/os católicos costumam sublinhar sua preferência religiosa, por assim dizer, pelas duas santas mais queridas e populares junto à gente do lugar, a saber, Nossa Senhora da Lapa e Nossa Senhora do Rosário.⁴⁴ Esta última, mais recentemente, tem sido novamente homenageada pela comunidade de fiéis desde que lideranças da igreja aí “reintroduziram” a festa litúrgica da Senhora do Rosário. Alguns moradores dizem que os “pretos” da Freguesia teriam trazido essa prática devocional para a vila, e que tal

⁴⁴ Embora as pessoas lembrem mais frequentemente dessas duas santas (além do popular Divino Espírito Santo), há (ou teria havido em outros tempos) diversos santos cuja devoção não apenas na igreja matriz, mas igualmente em suas capelas, se reconhece como importante também para as/os católicos da Freguesia. Seria o caso, por exemplo, da “procissão de santos padroeiros do mar” (Nossa Senhora dos Navegantes; São Pedro; Senhor dos Passos; Santo Antônio dos Anjos da Laguna; Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão), aludida por Eugênio Pascele Lacerda (2003, p. 142), celebração comunitária que aconteceria no mês de fevereiro, sendo fixadas as datas para a festa litúrgica de cada santo em diferentes épocas do ano. Por outro lado, é interessante notar que, em geral, juntamente com “Nossa Senhora” (a “Mãe de Deus”), o “Espírito Santo” figura como divindade mais invocada na Freguesia do Ribeirão. Este aparece às/aos fiéis como aquele de quem toda vida procede e acontece como tal na vila, o “Divino” concederia à “humanidade” os seus “sete dons” (sabedoria, inteligência, temor de Deus, ciência, conselho, fortaleza e piedade), e as graças emanadas destes. Um lugar central dos festejos do Divino na Freguesia do Ribeirão será examinado ainda neste capítulo.

santa seria “a protetora dos escravos”.⁴⁵ Afirmam, ainda, que a festa de Nossa Senhora do Rosário, em tempos idos, era das mais participadas e movimentadas na matriz local. No entanto, como observa o atual coordenador do Conselho Pastoral Comunitário (CPC), Zito Nerto Fraga – cujos antepassados (pai e avós paterno e materno) teriam pertencido à “Irmandade de Nossa Senhora da Lapa” –, a festa da santa do Rosário ficara “esquecida na paróquia por 26 anos”. Após a sua posse no CPC, em 2004, ele e o tesoureiro do Conselho (Leopoldo Júlio Cardozo Filho, casado com uma prima de sua mulher e empossado na mesma ocasião) se empenham para “resgatar” a celebração litúrgica de Nossa Senhora do Rosário na igreja da sede distrital.⁴⁶ As pessoas costumam estabelecer uma relação entre a Senhora do Rosário e escravos. Tempos atrás, um dos sacerdotes da paróquia local ressaltava que ela teria sido venerada pelos escravizados, porque estes só sabiam (e podiam) “rezar o terço” – a terça parte de um rosário (formado por três terços), que seria uma espécie de coroa de rosas para “Nossa Senhora”.⁴⁷

⁴⁵ Informação curiosa sobre negros e a religião católica no Rio de Janeiro durante o período colonial diz respeito à construção de igrejas para os/as padroeiros/as: “[...] em especial no século XVIII, quando se construíram muitas das belas igrejas barrocas do Rio, os líderes brancos da cidade fizeram igrejas pequenas, mas elegantes, para seus santos patronos. Em suas capelas laterais, permitiam que outras irmandades, até mesmo de mulatos ou negros, erguessem altares para as imagens de seus santos e realizassem cerimônias ali. Em consequência, as irmandades pobres de negros e pardos realizavam seus cultos em uma das velhas igrejas da elite; mas ali permaneciam por convite de uma irmandade branca, cuja mesa tomava decisões importantes das quais elas estavam excluídas” (KARASCH, 2000, p. 131). Na Freguesia do Ribeirão, a imagem de Nossa Senhora do Rosário ocupa um altar lateral (próximo ao principal) dentro da matriz, mas, no caso, a gente do lugar não conhece uma razão específica para isso.

⁴⁶ Algumas fiéis explicam que a imagem da santa do Rosário teria sido doada pela “Irmandade dos Pretos”, a qual teria existido na Freguesia em tempos passados, cultivando a referida devoção no lugar. Porém, irmandade e devoção teriam desaparecido, e, hoje, “nós estamos resgatando tudo isso novamente”, afirmam as paroquianas.

⁴⁷ A devoção a Nossa Senhora do Rosário teria sido introduzida em terras brasileiras pela hierarquia da igreja católica no período colonial, datando de 1639 o surgimento das “Irmandades dos Homens Pretos” no Brasil, “sendo a primeira a do Rio de Janeiro” (PEREIRA, N.; PEREIRA, F.; SILVA NETO, 1990, p. 161). É oportuno anotar, seguindo a historiadora Mary C. Karasch (2000) quanto à escravidão no Rio de Janeiro, que as irmandades religiosas da igreja católica admitiam escravos negros e mulatos na instituição somente como “leigos e membros”. Assim, “[...] as irmandades leigas ajudam a esclarecer como os escravos se encaixavam na Igreja Católica institucional do Rio”. E mais: “Não era apenas a cor que mantinha a inferioridade das irmandades negras. A falta de construção de igrejas, que as tornava dependentes de outras irmandades, era também um fator”. A autora salienta que, particularmente nos séculos XVIII e XIX, as irmandades refletiam realidades locais importantes e apontavam para questões sócio-religiosas entre negros e brancos católicos (KARASCH, 2000, p. 130-142). Já o historiador Osvaldo Rodrigues Cabral (1950) sublinhara o ano de 1750 como de fundação da “Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito” em Desterro. Esta teria passado por uma “reorganização” em 1778; após esse período (em



Figura 63 – Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora da Lapa no altar principal da igreja matriz. Nossa Senhora do Rosário sendo carregada pelos fiéis, à frente, Zito Neto Fraga, coordenador da “comissão da igreja” (Fotos Marta Machado)

Nas festas religiosas dessas santas e de outros santos da devoção local, a procissão, em seguida à missa na igreja, mostra uma forte reverência das/dos fiéis diante das imagens carregadas pelas ruas da vila-sede. Mulheres choram à passagem de “Nossa Senhora”, famílias caminham unidas entre os demais grupos de devotos, e o préstito tem o tom solene do “respeito” de grande parte da comunidade à religião católica na vila. Há um caráter performativo (LATOUR, 2004), por assim dizer, no conjunto das ações que envolvem e/ou aproximam algumas celebrações litúrgicas em torno das festas de santas e de santos da piedade católica na vila. Por exemplo, ao descrever a festa de Nossa Senhora da Lapa, a história local sublinha:

A festa propriamente dita constava de novenas, missas, festejos populares, bailes e procissão solene no domingo à tarde, obedecendo ao mesmo trajeto e ao mesmo ritual da festa de Nossa Senhora da Lapa e próxima à do Espírito Santo. Saía da Igreja Matriz, dobrava à direita pela rua de cima e ia até descer no segundo quarteirão e pegando a rua principal, junto a praia, hoje Rua

1787), escravos e alforriados conseguiriam licença episcopal vinda do Rio de Janeiro para construir, “a duras penas”, uma “nova” igreja de Nossa Senhora do Rosário, tal como se vê no centro da capital catarinense hoje. Em trabalho anterior (MACHADO, 1999), apresento alguns aspectos da influência da igreja católica junto aos negros nos inícios do povoamento de Desterro, atual Florianópolis.

Marcelino Antônio Dutra [Rodovia Baldicero Filomeno]. Seguia até a Praia do Rita, e retornando pela rua de cima, passando defronte do Clube Social dos Pretos antes de adentrar à Igreja. Ao se aproximar às 22 horas do domingo, após as quermesses, queimavam fogos de artifício e os mais jovens dirigiam-se para o clube dos Pretos participando do grande baile de confraternização. Lá, branco não entrava! (PEREIRA, N.; PEREIRA, F.; SILVA NETO, 1990, p. 162).

A procissão com as imagens de santos/as passa, hoje, diante de inúmeras residências, num percurso que cobre um trecho (ou mais) da área central da sede distrital, onde se encontram as casas de um número expressivo das famílias contempladas neste estudo. Esse trajeto, repetido em diversas ocasiões, de certo modo, privilegia a moradia dos negros no “centrinho” da vila, bem como a de outras famílias aí instaladas em épocas remotas. Enfim, o tema das procissões em eventos religiosos na Freguesia desperta a atenção para a forma de expressão da fé católica e, mais amplamente, da socialidade na vila-sede.

Da devoção ao milagre: a fé que (re)mova pessoas

Não é difícil imaginar que, entre fiéis católicos dessa igreja tão bem servida de santos/as e divindades, as procissões sejam momentos importantes de acionar todo o fervor religioso das famílias locais. Nesse sentido, como venho descrevendo, a prática litúrgica da procissão transporta pessoas, aproximam-nas pelo discurso religioso, pelo modo repetido de “representar renovadamente aquilo de que fala” (LATOIR, 2004, p. 361),⁴⁸ e, dessa forma, servindo de mediação para as famílias que se (re)unem em torno da religião católica na Freguesia do Ribeirão. Uma perspectiva tal permite evocar a ideia de “capacidades performativas” da “fala religiosa” (LATOIR, 2004, p. 351-354), para

⁴⁸ É bom lembrar que Bruno Latour (2004) não sustenta um argumento de condescendência para com a religião. Como já foi aludido antes, a ele interessa, primariamente, entender o “debate ciência-religião”, procurando demonstrar como há “dois modos distintos de conectar enunciados”. Nessa perspectiva, o sociólogo observa: “[...] a crença é uma caricatura da religião, exatamente como o conhecimento é uma caricatura da ciência. A crença é modelada por uma falsa ideia de ciência [...]” (LATOIR, 2004, p. 370, grifos do autor).

tentar compreender modos de “dizer religião” entre a gente da vila-sede. Em outras palavras:

Na fala religiosa há de fato um salto de fé, mas este não é um salto mortal de acrobacia, que visa superar a referência por meios mais ousados e arriscados; é uma acrobacia, sim, mas que tem por objetivo pular e dançar na direção do que é próximo e presente, redirecionar a atenção, afastando-a do hábito e da indiferença, preparar a pessoa para que seja tomada novamente pela presença que quebra a passagem usual e habitual do tempo. [...] Poderíamos avançar um pouco, se designássemos como *fé* o movimento que nos traz para o próximo e o presente, e mantivéssemos a palavra *crença* para essa mistura necessária de confiança e desconfiança com que temos necessidade de considerar todas as coisas que não podemos ver *diretamente*. [...] (LATOURE, 2004, p. 371, grifos do autor).

Uma peculiar religiosidade das famílias do lugar é possível ver igualmente dentro de suas casas, onde existem pequenos altares e/ou nichos com diversos santos e santas,⁴⁹ particularmente, da piedade local, os/as quais são evocados diariamente pelos membros das famílias, sobretudo, quando surgem “problemas” (doenças, infidelidade conjugal, desemprego, finanças etc.). A casa teria, então, um sentido religioso (sagrado) que move as pessoas na comunidade de fé. Claudete Fraga – filha mais velha de dona Desalda e seu Manoel Fraga (falecido), citada no início deste capítulo – diz ser crente fervorosa de “Nossa Senhora”. Ela não apenas tem um altar em sua residência, onde reza o “terço” todos os dias,⁵⁰ mas também afirma que “Nossa Senhora aparece” para

⁴⁹ Uma curiosa observação sobre o uso desses termos ajuda a compreendê-las “no campo religioso brasileiro”. Assim, “[...] *Santo* é uma palavra de curso muito livre no Brasil; precisamente aquela diferença essencial entre santo e Deus carece de validade no Brasil, onde, como já se falou, são santos os santos do catolicismo e os orixás do candomblé e afins, são santas as entidades que em outros catolicismos não recebem esse nome, como as Nossas Senhoras, Deus, a Trindade ou o Divino Espírito Santo; e são santas, enfim, as representações de madeira ou argila de uns ou de outros” (CALAVIA SÁEZ, 1996, p. 138, grifo do autor).

⁵⁰ Hoje, Claudete (52 anos) passa a maior parte do tempo junto à sua mãe (na casa desta) que, enferma, demanda cuidados durante o dia e à noite. No entanto, a moradora tem sua residência própria na localidade intradistrital denominada Barro Vermelho, onde está o “altar” arrumado pela fiel na “sala” da sua casa. Claudete estava casada com José Carlos Garcia (o “Zê da

ela, transmitindo-lhe mensagens e delegando-lhe a “missão” de “divulgar seu santo nome”.⁵¹ Segundo a devota, ela teria “visto” a imagem de “Nossa Senhora de Fátima”,⁵² pela primeira vez, em 27 de julho de 2000, à noite, “estampada” numa parede interna da sala de sua casa, num “canto” onde costuma fazer suas orações e manter imagens e objetos religiosos. Sentada no sofá da sala, rezando o terço, uma imagem “inteira” da santa teria se manifestado: “(...) O clarão era como este [do sol forte de uma tarde de verão], um esplendor que entrou na minha casa!” À época das “visões”, Claudete enfrentava dificuldades na vida pessoal e familiar, sofria muito com atitudes “irreconhecíveis” do marido e, depois, com a saída deste de casa.⁵³

Diante das adversidades, “Nossa Senhora” viria em socorro dela, sua devota, trazendo-lhe “paz” num momento de “dor”. A aparição seria também uma “graça” especial de Deus, elegendo-a para uma “missão” revelada por meio da santa.⁵⁴ A fiel observa que ela “reza o terço desde

Claudete”, nascido na Freguesia) quando o casal foi festeiro da festa do Divino (2006), como foi mencionado antes, separando-se logo após os festejos. Aliás, uma série de eventos “inexplicavelmente” ruins teriam abalado a vida e a família da moradora depois dos festejos: separação; morte do pai; doença e morte do filho, enfermidade da mãe, e diversas outras “provações” que ela narra como “problemas” em sua “família”, para os quais somente a fê seria consolo. Técnica em enfermagem, tendo trabalhado no posto municipal de saúde da vila-sede nos últimos anos, a moradora tem também uma filha adulta (30 anos) que a ajuda a cuidar da “vó”.

⁵¹ Em 2007, na residência de Claudete, a moradora mostrava as folhas de caderno avulsas que guardara com textos “transcritos” por ela durante as “aparições”. Havia também textos que ela teria ouvido do próprio “Deus” e de “Chico Xavier” (quando este ainda estava entre os vivos). Aqui, não procuro me estender ao tema dos conteúdos de textos escritos pela devota. Nessa ocasião, inclusive, ela afirmava que eu seria a primeira pessoa a quem ela “dava entrevista” sobre as aparições. Embora ela não tenha recomendado “segredo” sobre o assunto, entendo ser mais importante, neste estudo, como venho apontando, apreender as formas pelas quais uma religiosidade local transforma e transporta pessoas, e é vivida pelas famílias (no caso, pela família de Claudete) como uma experiência de “comunidade”.

⁵² Claudete Fraga faz um relato detalhado de suas “visões”, que têm muitas nuances: coincidem com uma grave crise no seu casamento e com outros problemas familiares; seria um evento “sobrenatural” envolvendo entidades diversas (divindades, como Deus e Nossa Senhora de Fátima, e o espírito Chico Xavier); seriam “aparições”, por vezes, testemunhadas também pelo filho (hoje falecido) ou assistidas por membros da “família” (filha e irmã, por exemplo); em geral, as mensagens recebidas durante as aparições pedem “conversão”, “oração” e anunciam “catástrofes” no mundo, como a “destruição dos lares” e a ação do “demônio”, dentre outros apelos e avisos.

⁵³ O comportamento misterioso do marido foi explicado pela moradora como resultado de “feitiço” preparado por parentes e/ou pessoas conhecidas de Claudete, cujo propósito seria o de separar o casal. Mais adiante, voltarei ao assunto.

⁵⁴ Grosso modo, o título de “Nossa Senhora de Fátima”, muito popular entre as/os católicos, corresponde à aparição da “Mãe de Deus” a três crianças na cidade de Fátima (Portugal) em 1917. Em contínuos encontros entre a santa e os pequenos devotos (duas meninas e um menino) – que continuariam a receber a “visita” de Nossa Senhora depois de jovens e adultos –

criança”, sempre teve “muita fé”, e que a sua sensibilidade para o “sobrenatural” – ainda que ela não o compreendesse e/ou aceitasse no passado – havia surgido aos 14 anos de idade. Quanto às aparições de Nossa Senhora, hoje, Claudete observa que a santa se manifesta em diversas ocasiões, embora isso não ocorra “sempre” e nem a depender da “vontade” da devota. “Nossa Senhora” se mostra quando assim o deseja, “determinando”, ela própria, o momento de aparecer. De todo modo, a fiel afirma ver “nitidamente” a santa, também é capaz de ouvi-la conversando consigo. No instante da aparição, surge uma luminosidade incomum, um “forte clarão”, e, após passar pela experiência da “visão”, a moradora explica que ela não consegue se lembrar do episódio, ou seja, não recorda o que faz, fala e nem sabe dizer como se comporta na presença da “Mãe de Deus”. Por outro lado, na Freguesia do Ribeirão, tempos atrás, um dos sacerdotes da paróquia local teria escutado atentamente sua história antes de uma missa dominical, quando “insistentemente” Nossa Senhora de Fátima havia persuadido Claudete a levantar-se da cama e dirigir-se à igreja, para “divulgar seu santo nome”.

Segundo a devota, após ouvir o seu pedido, o padre beijou sua testa, e disse que ela poderia, sim, fazer a leitura da mensagem “enviada” por “Nossa Senhora” na missa, o que teria causado grande comoção entre as pessoas na igreja: “Oh, um choro! Choro, porque, né, dá emoção na gente...”⁵⁵ Outro sacerdote, “orientador espiritual” de um “grupo carismático”⁵⁶ frequentado por Claudete e sua irmã (em uma

a “Virgem” confiaria aos três diversos “segredos” sobre o destino da humanidade, os quais não deveriam ser “revelados”, esse havia sido o apelo da santa, e ela indicaria o momento certo para uma revelação ao mundo. As especulações das/dos fiéis em torno dos “segredos de Fátima” tornaram-se objeto da curiosidade de muitos, sobremaneira, porque seu conteúdo anunciaria desgraças e catástrofes futuras provocadas pelo afastamento das pessoas com relação a Deus. Refletindo sobre o “ciclo do Divino” e as festas religiosas desse período, Lacerda (2003) faz notar que, no sul da Ilha de Santa Catarina, “há também todo um culto a N. Sra. de Fátima (13 de maio) protegida em grutinhas construídas nos caminhos das vilas e nos quintais das casas [no Distrito de Pântano do Sul, vizinho ao Distrito de Ribeirão da Ilha]” (LACERDA, 2003, p. 153).

⁵⁵ Segundo a devota, embora ela tenha recebido muitas “cartas” e mensagens de Nossa Senhora de Fátima desde o ano 2000 (quando viu a santa pela primeira vez), Claudete só faria uma divulgação da mensagem entre católicos da igreja local em 2005. Antes disso, apenas sua “família” (filhos, pais e irmã) sabia das “aparições”. Nesse sentido, interessante notar que um ano após essa “revelação” pública na igreja – portanto, quando eu já havia me instalado na Freguesia para trabalho de campo (2006/2007) – não houve qualquer manifestação de moradores e/ou fiéis católicos sobre o ocorrido.

⁵⁶ Em geral, grupos “carismáticos”, na igreja católica, têm uma forma particular de espiritualidade, muitas vezes não bem aceita (ou mesmo rejeitada) por boa parte de padres e lideranças católicas cuja opção pastoral estaria comprometida com as questões de pobreza e

paróquia fora “do Ribeirão”), teria dito crer nas palavras da devota, porém pedindo a ela que não “contasse nada a ninguém”. O “jovem padre” acreditava tratar-se, sim, de uma “graça de Deus” por ela alcançada. Dentre várias “visões” narradas por Claudete, pelo menos, um evento “sobrenatural” teria ocorrido durante a reunião desse grupo carismático de “oração”, quando a devota “transcreveria” num papel uma mensagem “ouvida de Nossa Senhora”. Claudete ressalta que, no passado recente, ela teria sido “agraciada” pelos favores de “Deus” e de “Nossa Senhora”, recuperando-se de graves enfermidades em duas ocasiões.⁵⁷ Em tratamento na casa de seus pais (2005), na Freguesia do Ribeirão, no “dia da festa do Divino”, a devota teria chamado a sua mãe para que esta visse a sua “cura”. Aos poucos, Claudete recobrava o movimento das pernas e dos pés, amparada pelo pai e pela mãe, ela poderia, então, “ir à igreja” novamente, para “agradecer” o “dom da cura”. À época de sua convalescença, Claudete Fraga teria “sonhos estranhos”, compartilhando-os com o pai, seu Manoel Fraga. As “imagens” sugeririam uma “festa do Divino Espírito Santo”, e, à “insistência” dos sonhos, a devota “compreendeu” que ela deveria se apresentar na igreja como “festeira” para os festejos do “Divino” no ano seguinte (2006), contando com o total “apoio” de sua “família” (pai, mãe, irmã, filhos e, inclusive, marido, que, nesse momento, teria voltado para casa).

Antes de passar à próxima seção, gostaria de fazer algumas anotações rápidas acerca de um aspecto que entendo fazer parte das experiências religiosas na vila-sede, em perspectiva ao que Bruno Latour (2004) chama de “capacidades performativas” enquanto “argumento” que “transporta” (e transforma) e “aproxima” pessoas (como na “conversa de amor”), tornando-as presentes umas às outras, como foi supramencionado. No exame que proponho das relações de família na “Freguesia”, sugiro que um modo performático na vida local agencia uma série de comportamentos e situações para os quais os discursos religiosamente realizados no lugar culminam com a referida configuração hoje. Dessa forma, ouve-se com não rara frequência pessoas reconhecendo o peculiar “valor” nas famílias da vila da “fé”, do

exclusão social do “povo”. O “carismático”, pelo contrário, reuniria pessoas que acreditam no “poder da oração” para transformar o mundo, e suas práticas religiosas estariam fundamentadas na devoção ao “Espírito Santo”, por meio de quem as/os fiéis recebem e transmitem muitos “dons”.

⁵⁷ Quanto às doenças “curadas” (um câncer e uma lesão quase irreversível na coluna), a devota afirma ter sentido, no momento das intervenções – primeiro de “Deus” e, no segundo episódio, de “Nossa Senhora” –, que “parecia alguém me operando”.

“talento”, da “veia artística”, da “brincadeira” (jocosidade), da “poética”, da “raça” para a música, por exemplo, em referência a alguns negros da “comunidade”, da “liderança”, da “vocação política”, da competência “criativa” e de “desempenho” artístico (como no teatro da Paixão, por exemplo) etc. Eu diria que há um recurso-discurso (nos termos de LATOUR 2004) evocado religiosamente no culto às/aos santas/os, nas procissões, nas festas, nas celebrações comunitárias e em diversos eventos em que o “dizer religião” aproxima e faz as pessoas presentes umas às outras nessa figuração local.

Embora eu não leve, aqui, às últimas consequências, um estudo no “campo da performance”⁵⁸ (TURNER, 2013 [1969]; BAUMAN; BRIGGS, 2008 [1990]; LANGDON, 2007; 2008; CARDOSO, V. 2010; CAVALCANTI, 2012; DAWSEY, 2010; 2012, dentre outros), é oportuno aludir a algumas de suas intuições quanto à “compreensão dos gêneros de ação simbólica” no mundo contemporâneo (LANGDON, 2008, p. 163), para pensar a socialidade na Freguesia do Ribeirão hoje. Grosso modo, alguns elementos se mostram particularmente relevantes na descrição de rituais e práticas religiosas na vila-sede, tal como procuro enfatizar neste capítulo. É, pois, nessa perspectiva que o referido campo pode ser inspirador. Em outras palavras:

A performance é um evento situado num contexto particular, construído pelos participantes. Há papéis e maneiras de falar e agir. Performance é um ato de comunicação, mas como categoria distingue-se dos outros atos de fala principalmente por sua função expressiva ou “poética”, seguindo a definição de Jakobson (1960). A função poética ressalta o *modo* de expressar a mensagem e não o conteúdo da mensagem. Assim como Bakhtin (1968) dirige

⁵⁸ Sem dúvida, um estudo merecidamente minucioso nesse campo resultaria em uma tese outra, dadas as possibilidades vislumbradas na Freguesia do Ribeirão por manifestações locais em diversos planos (ritual, teatral, musical, jocoso, político, religioso etc.). Por outro lado, não se pode negligenciar as implicações teórico-metodológicas relativas às discussões atuais acerca dos estudos “em performance”. Como esclarece Esther Jean Langdon (2008), referindo-se a uma “fase de reflexão crítica” da antropologia (1970) e a uma diversificada onda de novos estudos (e seus corolários) marcados por “um mundo pós-moderno e pós-colonial”, em particular, citando o trabalho de Sherry Ortner (1984): “[...] No campo de linguística antropológica, ela [Ortner] reconhece que a abordagem de performance de Bauman e de seus pares foi resultado da rejeição da noção de estrutura [C. Geertz e V. Turner] e de modelos estáticos em favor do estudo da linguagem em ação” (LANGDON, 2008, p. 170-171; ver também BAUMAN; BRIGGS, 2008 [1990], p. 185-229).

sua atenção para *como* o romance é construído, os estudos desta abordagem dirigem seu interesse para como performances são construídas pelos participantes do evento, examinando o evento artístico (a situação de performance) e o ato artístico (a realização do evento por parte do(s) performer(s)). (LANGDON, 2008, p. 167, grifos da autora).

3.3 Pelo sopro do Divino: o Espírito da vida

Divina festa: a família na comunidade

Depois da Semana Santa e das celebrações de Páscoa, a atenção das famílias locais volta-se para a realização da festa do Divino,⁵⁹ sobremaneira as energias do grupo familiar mais próximo do casal festeiro, seus parentes, vizinhos e amigos.⁶⁰ Do envolvimento das famílias, dos parentes e moradores em geral depende, pois, o bom êxito do evento. Isso significa que ninguém pode deixar de “ajudar”, de se envolver com as coisas do “Divino”, por exemplo, participando de

⁵⁹ Quanto à realização da festa do Divino, seguindo o calendário litúrgico católico, ela acontece usualmente nos meses de maio e/ou junho, completando cinquenta dias após a Páscoa e culminando com a chamada festa de Pentecostes (“vinda do Espírito Santo”), após a “morte e ressurreição de Jesus”, evento bíblico (Pentecostes) lembrado pela comunidade de fiéis durante os festejos do Divino. Em Santa Catarina, a festa realiza-se em cerca de 20 municípios do litoral, e na cidade de Florianópolis ela está presente em 14 localidades, dentre as quais se encontra a “comunidade” de Ribeirão da Ilha (NUNES, 2010, p. 21-22). Para conhecer alguns aspectos das origens da festa do Divino, ver PEREIRA, N. 2003, p. 172-191; CAVALCANTI; GONÇALVES, 2010, p. 279-280. Estudos complexos sobre o assunto, dentre inúmeros outros, apresentados como tese de doutorado, foram desenvolvidos por Lélia Pereira da Silva Nunes (2010 [1987]) no Estado catarinense (Brasil), e por João Leal (1994) em Açores (Portugal), trabalhos que, posteriormente, viriam a ser publicados nos respectivos países (para compreender um panorama atual acerca de campos e estudos sobre a “festa do Divino” no Brasil e em outros países, ver CAVALCANTI; GONÇALVES, 2010, p. 278-282).

⁶⁰ Grosso modo, quando se faz referência a “celebrações” do “calendário litúrgico da igreja católica”, procura-se indicar certa sequência referente a épocas do ano em que são celebrados acontecimentos bíblicos (e teológicos) considerados os mais importantes da fé católica, tendo na “paixão, morte e ressurreição” de Jesus o seu ponto culminante. Nesse sentido, em seguida à “Páscoa”, os católicos celebram “Pentecostes”, i.e., a “descida do Espírito Santo sobre os apóstolos” 50 dias após o evento pascal. Na Freguesia do Ribeirão, a festa do Divino, cuja preparação se estende ao longo do ano, é um momento aguardado com muita expectativa pelas/pelos fiéis. No caso, alguns estudos procuram descrever a festa catarinense do Divino Espírito Santo em suas peculiaridades, particularmente, ligadas a uma tradição cultural popular luso-açoriana (PEREIRA, N.; PEREIRA, F.; SILVA NETO, 1990; PEREIRA, N. 2003; NUNES, 2002; 2010, LACERDA, 2003, por exemplo).

atividades desenvolvidas com o objetivo de angariar fundos para a realização da festa e/ou de motivar a todos para esse tempo intenso muito aguardado na Freguesia do Ribeirão (e também no distrito como um todo). De certa maneira, espera-se (e planeja-se) mais a festa do Divino que a própria Semana Santa e Páscoa, ao menos, quanto aos preparativos daquela e às conversas entusiasmadas sobre os festejos, em especial, quanto às expectativas da família festeira, de seus parentes e amigos relativamente ao “sucesso” da festa. Nesse sentido, as pessoas “trabalham” para o “Divino”. Como afirma uma moradora sobre a sua “ajuda”: “Eu não faço parte [da família festeira], mas eu ajudo, porque é da comunidade”.⁶¹

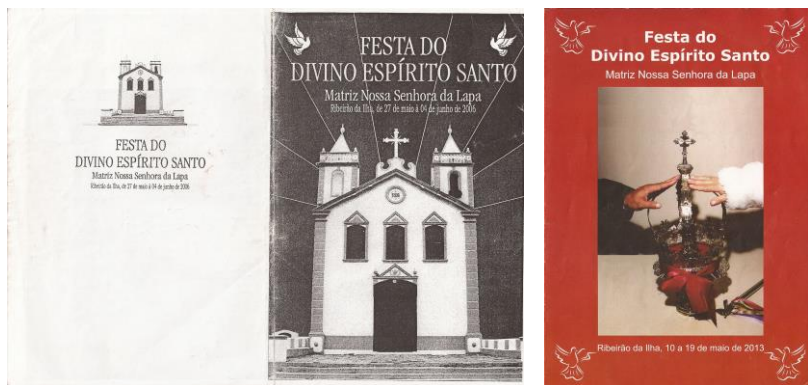


Figura 64 – Panfletos de divulgação das festas do Divino de 2006 e 2013, preparados pelo “casal festeiro”

Ora, “não fazer parte”, por um lado, diz respeito a não pertencer, diretamente, às relações familiares em que um “casal” figura como “festeiro”, não se ligando a este e às demais pessoas da “família” (os parentes) imediatamente comprometidas com a organização e execução da festa.⁶² Por outro lado, a frase revela um dado interessante, a saber,

⁶¹ Observações sobre o uso do termo “comunidade” pelos moradores da Freguesia do Ribeirão e a sua polissemia estão contemplados no início deste capítulo.

⁶² Quanto ao tema das “festas”, Maria Laura V. de Castro Cavalcanti e José Reginaldo S. Gonçalves (2010), referentemente ao “amplíssimo espectro de teorias” no assunto, destacam o seu ponto de partida, interessante para pensar, aqui, as festividades do “Divino” na igreja católica da vila-sede: “[...] nosso ponto de partida é a visão da festa, não como instituição autônoma, mas como atividade ritual por excelência a compartilhar características chaves com outras atividades rituais” (CAVALCANTI; GONÇALVES, 2010, p. 267). Ou como sublinham esses dois autores na apresentação de um livro que reúne vários pesquisadores do tema: “Ritos são, antes de tudo, constitutivos das diversas formas da vida social e não se limitam à condição

“os parentes” têm um lugar de destaque nas dinâmicas de configuração do evento religioso. No caso, nem todos são parentes, porém os que “não fazem parte” da família festeira podem contribuir igualmente, como se fossem, para que a festa do Divino alcance bom êxito. Ou seja, de várias formas, o como se fosse pode estar mais ou menos próximo dos festeiros, dependendo, além do parentesco, em particular, das afinidades compartilhadas diariamente pelas pessoas. É comum, por exemplo, que vizinhos de porta colaborem de modo significativo com a família festeira. E assim por diante.

Agora, nessa perspectiva, há também o que eu chamo aqui de micropolíticas⁶³ locais referentes à distribuição de lugares (sociais, por assim dizer), de tarefas e funções diversas, entre parentes, vizinhos, amigos, membros da igreja e/ou da “comunidade” etc. Depreende-se dessa maneira de escolhas e acertos alguma espécie de hierarquização dos postos ocupados religiosamente nesse tempo intenso em que trocas e diferentes arranjos no lugar parecem mais evidentes no conjunto das relações comunitárias. Uma dimensão tal das festividades do Divino na Freguesia e as implicações familiares que a elas se referem ocupam consideravelmente os dias, as horas e a existência das/dos moradores da localidade, não apenas à época do evento religioso propriamente dito (meses de maio e junho), mas ao longo do ano que antecede a festa, pois esta tem de ser planejada e programada com bastante antecedência, como lembram alguns fiéis. A forma com que o “Divino” vai ocupar o tempo, o lugar e a vida na vila é tema fundamental para as famílias. Nessa direção, a Semana Santa na Freguesia mais se mostra algo como um “advento”.⁶⁴ Ou melhor, “todos/as” que esperam pelo “Divino” têm

de serem ‘expressões’ destas ou de nelas desempenharem ‘funções’ sociais ou políticas. Como sintetizou a antropóloga Mary Douglas (1966), na condição de animal social, o homem [sic] é um animal ritual” (CAVALCANTI; GONÇALVES, 2009, p. 7).

⁶³ Por micropolíticas locais, neste estudo, compreendo práticas de poder (FOUCAULT, 1993 [1975]; 1996; ROSADO, 1998; MACHADO, 1999) levadas diariamente pelas pessoas na “comunidade”, para estabelecimento de suas relações conformando escolhas, decisões e afinidades que ligam indivíduos, famílias, parentes, vizinhos e amigos de distintos modos. Tratar-se-ia, pois, de ações motivadas por demandas de convívio social (da coletividade), cuja configuração resultaria no que é hoje a Freguesia do Ribeirão – também com relação a um contexto mais abrangente, o da cidade de Florianópolis. Embora eu acredite que “uma teoria etnográfica da política” (GOLDMAN, 2006) seria bastante produtiva partindo da vila-sede, aqui, procuro tão somente captar algumas concepções locais que apontam para o assunto, sem desenvolver um estudo aprofundado nesse campo.

⁶⁴ Para os católicos, “advento” corresponde ao período imediatamente anterior ao Natal – no caso, “chegada” (nascimento) de Jesus –, ou seja, as quatro semanas litúrgicas que o antecedem. O deliberado deslocamento, aqui, dessa palavra (tão conhecida na liturgia católica como “tempo de preparação” do Natal) para descrever um aspecto referente ao período de Páscoa tem o propósito de sublinhar a importância do “Divino” que, durante a Semana Santa,

de “colaborar” com a família festeira – e, em particular, a gente mais próxima do casal festeiro se compromete com os detalhes e as incumbências da festa –, porque, afinal, é “para” o “Espírito Santo” que se fazem realizar as festividades, é por “ele” que nestas se “trabalha” incansavelmente.



Figura 65 – Família festeira no ano de 2008, e a pomba símbolo do Divino (Fotos Marta Machado)

Além dos muitos auxílios de inúmeras pessoas da localidade em diversas tarefas e atividades preparatórias para/durante os festejos, existem ainda apoios de ordem financeira a que os responsáveis pela organização da festa recorrem, frequentemente, angariando “patrocinadores” e/ou apoiadores junto a órgãos públicos e empresas privadas, haja vista os altos “custos” de uma festa desse porte, como observam os que vêm participando do evento desde longos anos. Por exemplo, no caso de Claudete Fraga e sua família (em 2006), aquela lembraria que só “conseguiu” arcar com as despesas de uma festa do Divino valendo-se da ajuda de seu pai e da “comunidade”. Como ressaltaria também a irmã mais nova de Claudete (Cláudia Fraga), a “comunidade” havia podido contar “sempre” com a dedicação profissional desta enquanto técnica de enfermagem no posto de saúde local havia bastante tempo, reconhecendo em suas “ajudas” razões para tê-la como “muito querida” na sede distrital. Aliás, não apenas moradores da Freguesia iriam considerar a “festeira” nesse sentido, mas igualmente pessoas de outras localidades do Distrito de Ribeirão da Ilha

já é “esperado”, por certo clima paradoxalmente festivo, pelas/pelos moradores da Freguesia (e demais comunidades paroquiais do Distrito de Ribeirão da Ilha). Como é possível notar na comunidade local, trata-se de um tempo de “espera”, motivando a participação das pessoas para/nas atividades religiosas que culminam com a festa do “Espírito Santo” na sede distrital.

beneficiadas pelos préstimos da irmã mais velha em diferentes momentos.

Com efeito, por vezes, evocando uma “tradição”⁶⁵ local, a gente da vila-sede procura indicar a importância da “festa do Divino” na Freguesia do Ribeirão, cujas famílias em suas dinâmicas de planejamento das festividades desvelam não somente ajudas, apoios, colaborações e auxílios, mas também desentendimentos, conflitos, disputas e inimizades. Tratar-se-ia, por conseguinte, de um tempo e espaço intensos especialmente nessa perspectiva, quando se apreendem relações entre indivíduos, grupos, famílias, entidades, experiências, agências etc., e a socialidade se pode aí compreender como fato social total (MAUSS, 2003 [1950]).⁶⁶ Em seguida, procuro descrever alguns aspectos desta que entendo como uma aproximação religiosa entre “o santo” e crentes da vila, e vice-versa. O que desvela distintas facetas da interação humana na vila-sede desde uma configuração local.



Figura 66 – Igreja matriz decorada para os festejos do Divino em 2015 (Foto Marta Machado)

⁶⁵ O assunto da “tradição” e/ou “comunidade tradicional”, por vezes sugerido pelas falas da gente da Freguesia do Ribeirão, está contemplado em nota no segundo capítulo da tese. Aqui, talvez seja interessante acrescentar que as pessoas na vila, antes e durante os festejos, não se ocupam muito de justificar uma tradição local pelas vias de um passado açorian no lugar, quando muito, falam da “época de reis e rainhas”. Antes, procuram indicar uma continuidade histórica da presença da fé “no Ribeirão” e da ação do “Divino” em meio às famílias “desde sempre”. Poder-se-ia pensar, nesse caso, na observação que faz a historiadora Maria Bernadete Ramos Flores (1997), na esteira de Raymond Williams (1979): “A tradição é uma versão do passado que se deve ligar ao presente e ratificá-lo. O que ela oferece, na prática, é um senso de continuidade”. Nesse sentido, conforme Williams, as tradições seriam “sempre seletivas” (FLORES, 1997, p. 134-135).

⁶⁶ Na perspectiva de Marcel Mauss (2003), Maria Laura V. de Castro Cavalcanti e José Reginaldo S. Gonçalves (2010) sublinham acerca das “festas” e dos “patrimônios”: “[...] o obrigatório parece desejável, as ambivalências imperam, e homens e coisas misturam-se e constituem-se reciprocamente de modo inextricável. [...] são, portanto, fenômenos totais, isto é, fenômenos de ordem fisiológica, performativa, moral, estética, cosmológica e econômica. Neles, a dimensão inconsciente e não controlável da experiência humana atua de modo marcante” (CAVALCANTI; GONÇALVES, 2010, p. 259-260).

Do tempo e espaço: quando e onde “tudo” é feito para o Divino

No celebrado acontecimento do “Divino Espírito Santo”, as/os católicos parecem tornar próxima e presente uma relação entre céu e terra, divino e humano, sagrado e profano, mas essa aparente aproximação entre contrários, pelas práticas e/ou pelo discurso religioso local, ganha nuances peculiares aos modos de viver das famílias na Freguesia do Ribeirão hoje. Nesse sentido, tendo em conta um tempo e espaço⁶⁷ em que divino e humano atuariam para transformar (e transportar) pessoas na vila-sede, gostaria de examinar algumas formas segundo as quais as/os fiéis “trabalham” para o “Espírito Santo” (e “por” ele, certamente). Em geral, dizem os do lugar que a “festa do Divino” se realiza, liturgicamente, ao longo de nove dias, quando as festividades propriamente ditas se desenvolvem com “novenas” preparatórias (rezas, orações, cantos e “confraternização”), sete das quais ocorrem nas capelas paroquiais;⁶⁸ e, em seguida, com a festa “principal” em dois dias de cerimônias religiosas na igreja, ou seja, “missas”. Esses momentos (sobretudo os dois dias do “Divino”) são solenemente experimentados pelas pessoas, estejam estas direta ou indiretamente envolvidas com os “cortejos” que dramatizam a presença do “Império” na localidade. Daí também explicar-se a necessária “antecedência” dos preparativos para a festa, i.e., algo em torno de um

⁶⁷ Ao recorrer à ideia de tempo e espaço do “Divino”, procuro apreender um aspecto importante do discurso das/dos devotos em torno desses termos quando (e se) tentam exprimir o “momento” tão valorizado das festividades na “comunidade” (na Freguesia). No estudo supracitado, *Cultura, festas e patrimônios*, Cavalcanti e Gonçalves (2010), referindo-se ao tema das festas, retêm as implicações sócio-antropológicas de “certa noção de tempo” do “catolicismo ibérico”: “Ao contrário do tempo veloz e cronometrado, de ritmo constante e progressivo, consagrado na ideia do ‘tempo é dinheiro’, o tempo agido pelos ibéricos seria o tempo a serviço do homem [sic]” (CAVALCANTI; GONÇALVES, 2010, p. 269, grifo dos autores; nesse sentido, ver também LACERDA, 2003, p. 136-163).

⁶⁸ Conforme algumas lideranças “da igreja”, as capelas da denominada Paróquia de Nossa Senhora da Lapa correspondem atualmente a sete “comunidades” intradistritais, a saber: Caieira da Barra do Sul; Tapera da Barra do Sul; Costeira do Ribeirão; Barro Vermelho; Alto Ribeirão; Tapera da Base Aérea e Pedregal. Além destas, e encabeçando a lista, cita-se a “igreja matriz”. Quanto às rezas e novenas, elas são realizadas nas comunidades, seguindo a disponibilidade de cada uma delas no caso, dependendo também do “calendário da paróquia”. Alguns paroquianos lembram que, “antigamente”, havia novena somente na casa dos festeiros. Mais recentemente, organizam-se novenas nas capelas com a finalidade de “integrar” mais as pessoas da “comunidade”, para que elas “acompanhem” as festividades do “Divino” e neste “acreditem mais”.

ano antes da data festiva, quando se faz o anúncio do nome do “novo casal festeiro” entre as/os paroquianos.⁶⁹

Nessa perspectiva, é possível notar certo encadeamento de eventos⁷⁰ desde o qual as pessoas falam e deixam ver como o Divino atua animando a vida da “comunidade” na igreja, nas casas e suas famílias, nas ruas, nas capelas paroquiais e em outros espaços da paróquia, e também nas expectativas das/dos fiéis, enfim, “no Ribeirão”. Na vila, a gente reconhece “o lugar” onde o “Espírito Santo” instaura um tempo propício “para” curar, realizar, transformar etc. “Ele” dá “a graça” – cada fiel tem uma história a contar sobre a profusão do “Divino” em sua vida –, caberia, portanto, às/aos agraciadas/os retribuir por “tudo” alcançado, dirigindo à divindade louvores e gestos de gratidão. Nesse sentido, é preciso que todas as coisas sejam realizadas “para a glória de Deus”, i.e., do “Divino Espírito Santo”. Por vezes, entende-se que quanto mais é feito, tanto mais será recebido em favores na vida diária. Não sem razão, com frequência, as pessoas procuram mostrar o quanto se “trabalha” pela festa do Divino, sugerindo que sua oferta de “ajuda” (trabalho) seria mais do que justa diante do “muito” que a divindade tem feito para as/os fiéis na localidade. Tratar-se-ia de uma obrigação abraçada por quem reconhece uma relação de amor entre divino e humano.

⁶⁹ O critério para definição do casal festeiro pode variar. Dependendo do número de paroquianos dispostos a assumir a vaga desse posto, um “casal” pode ser “escolhido” por sorteio, ou mesmo por indicação quando (e se) as pessoas colocam seus nomes à disposição da “igreja”. Como foi assinalado antes, o “casal festeiro” de 2006, Claudete Fraga Garcia e José Carlos Garcia (hoje divorciados), fizera seu propósito de assumir as festividades por conta da decisão da devota (filha mais velha de seu Manoel João Fraga Filho e Desalda Januária Fraga) de cumprir “uma missão” recebida em “sonhos” na ocasião próxima aos festejos do ano de 2005. Assim Claudete apresentaria o nome do casal para a vaga do ano seguinte, segundo ela, concretizando inclusive “um sonho” de seu pai que, nessa época, gozava de saúde e participava de eventos na “comunidade”.

⁷⁰ Em seu estudo sobre “uma antropologia dos contextos globais e locais da açorianidade”, na esteira de outras pesquisas no Brasil, Eugênio Pascele Lacerda (2003, p. 136-139) dá destaque à análise dos chamados “ciclos do calendário ilhéu” em Santa Catarina, apreendendo-os segundo uma “sociologia nativa” enquanto “tempos socialmente relevantes”. No caso, seguindo o autor, o “ciclo do Divino” teria início já na quaresma (antes da Páscoa) – com “a saída das bandeiras” pelas ruas e casas –, e se realizaria mais especificamente nos meses de maio e junho, com “visitações do Divino”, novenas, “pagamentos de dívidas” ao “santo”, assim como outras manifestações de fé e devoção, além das confraternizações entre devotos e suas comunidades (LACERDA, 2003, p. 149-152). Neste estudo, procuro identificar os modos pelos quais as/os moradores da Freguesia do Ribeirão experimentam o “tempo” do Divino, não necessariamente relacionando este último a algum ciclo, ou coisas do gênero, mas, antes, percebendo-o nas falas das pessoas como eventos cuja sequência aponta para as formas religiosas do catolicismo no lugar hoje.



Figura 67 – Moradoras e moradores participando da Festa do Divino de 2015 na Igreja da Lapa (Fotos Marta Machado)

Com efeito, pode-se falar de uma troca em que sagrado e profano se aproximam e se tornam presentes numa relação de continuidade da vida na vila-sede, um envolvimento da coletividade com o tempo e o espaço das famílias locais, o que evoca a socialidade: inúmeros gestos de ajuda, solidariedade, apoio, assentimento, comprometimento etc.; outros tantos de formas intranquilas de disputas e/ou exercícios de poder os mais diversos. Enquanto o Divino “pede passagem”, ao tremular das bandeiras, em meio a muita oração, louvação, súplica, comoção e cantos em honra ao santo, as pessoas da vila se sentem mais próximas do “Espírito”, razão para elas afirmarem a religião e a fé, e para anunciarem a sua confiança na “proteção” divina. O contrário não é menos verdadeiro. Ou seja, quanto mais distantes do “Divino”, mais sujeitas às ações do “maligno” elas estariam. Assim, o tempo divino é humano, o de “colaborar” com o casal festeiro, o de “fazer as coisas” para Deus. Essa é, pois, a urgência do tempo e do espaço, por assim dizer. Em nome do “Espírito Santo”, realizam-se “visitas às casas” com a bandeira encimada pela pomba, símbolo do santo. Em nome “dele”, a residência “dos festeiros” é aberta para receber a “comunidade” numa novena festiva. Pelo/para o Divino, missas especiais, cerimônias longas e solenes, têm lugar na matriz. Igualmente em nome do Divino, confraternizações e partilhas de alimentos são organizadas no encerramento das novenas, e têm sua culminância nas celebrações litúrgicas dos dois mais aguardados dias (sábado e domingo) de comemoração comunitária, como foi supramencionado.⁷¹

⁷¹ Apontando alguns trabalhos classificados em “três categorias” de estudiosos (de folclore, historiadores e antropólogos), na “vasta literatura” sobre as “festas do Divino Espírito Santo”, Maria Laura V. de Castro Cavalcanti e José Reginaldo S. Gonçalves (2010) destacam quanto a uma “avaliação” das “limitações” resultantes de “pressupostos etnocêntricos” característicos a muitas pesquisas: “[...] estudos antropológicos e históricos modernos deslocaram sua atenção



Figura 68 – Fiéis da Irmandade do Divino e pessoas da comunidade reunidas durante a Festa do Divino de 2008 (Fotos Marta Machado)

Ora, a família festeira e as lideranças da igreja se encarregam, particularmente, de verificar cada detalhe, esperando que “tudo” dê “certo”, há uma fala recorrente em torno das expectativas das/dos devotos quanto ao sucesso das festividades. E, dependendo da disponibilidade de recursos financeiros ou da sua obtenção pelo “trabalho” do casal festeiro (e colaboradores) e/ou pelo auxílio da igreja e seus fiéis,⁷² o esforço dos que estão à frente do evento pode exigir a superação de vários desafios. Ou seja, cada acontecimento em determinado ano demanda um conjunto de variáveis que coloca a família festeira em evidência, para os elogios e também para as críticas da “comunidade”. Num cenário tal, surgem diversas questões ligadas à família festeira, aos seus parentes, vizinhos e amigos diretamente

dos ‘traços culturais’ que distinguiriam essas festas, assim como de seu processo de difusão, para as funções sociais e simbólicas que elas desempenham em determinadas sociedades e períodos históricos” (CAVALCANTI; GONÇALVES, 2010, p. 279). Nessa perspectiva, por exemplo, ver GONÇALVES; COTINS, 2009.

⁷² Uma das formas de angariar recursos para as festividades do Divino na Freguesia do Ribeirão vem da “Irmandade do Divino Espírito Santo”, que reúne fiéis da Paróquia Nossa Senhora da Lapa. Ao fazer “ofertas” em dinheiro quando a bandeira do “Espírito Santo” visita as casas das famílias, as/os devotos se tornam “irmãos” do Santo Espírito, tendo o seu nome inscrito numa lista de irmãos e irmãs que, mediante carnê, contribuem com despesas referentes aos festejos, a cada ano, por ocasião da festa. O montante arrecadado é utilizado pela “diretoria” do Conselho Pastoral Comunitário (CPC) como “ajuda de custo” para o casal festeiro. Como observa o atual coordenador (Zito Nerto Fraga) do CPC, depois de sua posse (2004), “a igreja” passaria a disponibilizar um auxílio financeiro, “bancando” a decoração da festa, ou melhor, da matriz e do “império” (situado ao lado da igreja, e onde se acomodam os membros da “Corte” imperial durante as festividades). De acordo com o líder paroquial, tempos atrás, o casal festeiro tinha de “banciar” sozinho os gastos da festa do Divino, contando apenas com a participação da “comunidade” em eventos organizados para obter fundos nesse sentido – como teria ocorrido no ano de 2000, quando ele e sua mulher foram “o casal festeiro” no referido ano.

envolvidos com a organização e realização da festa. Procuo, aqui, indicar alguns elementos para pensar “as coisas” do “Divino”.

A devoção pela prática religiosa: as gentes, a fé e os símbolos do divino

Um dia muito importante é esperado pelos moradores com particular curiosidade no período intenso das festividades do “Divino Espírito Santo” na Freguesia, trata-se da “novena” (rezas, cantos e confraternização) na residência do “festeiro”, de fato, do “casal”, oito dias antes da “grande festa”, em cuja casa um momento de louvação e agradecimentos é cuidadosamente preparado pelos donos da residência (e seus colaboradores), porque aí o “Divino” vem habitar e “derramar” as suas “graças”.⁷³ No ano de 2006, a novena seria realizada no endereço dos pais da festeira Claudete Fraga, em especial, porque a sua mãe (dona Desalda Fraga) “prometera abrir as portas de casa” para rezar em “ação de graças ao Divino” pela “cura da filha” – conforme descrição anteriormente feita neste capítulo. No início da noite, a porta da entrada aberta e seu entorno revelam que é dia de festa na casa. Luzes acesas, bandeirinhas vermelhas dependuradas e outros “enfeites”, a cor (vermelha) do “Divino” predomina no local, destacando a residência “dos festeiros” das demais. Aos poucos, adentram as/os devotos recepcionados pelos donos da casa, dentre as/os quais muitos “parentes”, além de vizinhos, amigos e/ou conhecidos “da igreja”. O ambiente doméstico transforma-se para acomodar a gente durante a reza e, mais tarde, confraternização. Um altar devidamente ornamentado com tecidos e flores vermelhas (chamadas “do Espírito Santo”) e imagens de santo/a, tudo evocando a presença do “Santo Espírito”, este simbolizado

⁷³ Por ser um evento religioso e festivo de particular importância, que reúne grande número de participantes, a “novena na casa do festeiro” (em geral, um casal) pode acontecer em outros locais circunvizinhos que sejam emprestados pelo casal festeiro de parentes e/ou da vizinhança, dependendo dos espaços para acolher as/os devotos e atender a toda gente na reza e na confraternização final quando da oferta de alimentos e bebidas pela família festeira. Por exemplo, em 2006, Claudete Fraga e sua “família” organizaram essa atividade religiosa na casa dos pais da “festeira”, localizada no “centrinho” da Freguesia (na Rodovia Baldicero Filomeno ou “rua de baixo”), entre outras coisas, porque o pai de Claudete (“seu Manoel”) trabalhava nos preparativos para a festa do Divino também “bancando” os gastos com esse dia da novena. Segundo a sua filha Claudete, o morador “ajudou-a” com uma significativa parte em dinheiro para despesas diversas, além de todo o apoio e a dedicação para que “tudo” desse “certo” nas festividades daquele ano.

igualmente pela “bandeira do Divino” à frente do altar improvisado, e à vista das/dos fiéis.



Figura 69 – Símbolos do Divino: a bandeira com a pomba do Divino; a coroa; o cetno e painel informativo sobre o evento (Fotos Marta Machado)

Na ocasião, a família que abre as portas de casa se sobressai às muitas outras que vêm com ela rezar e cantar para o “Divino”. Inúmeros “parentes” se fazem presentes na novena festiva, e pessoas de diversas procedências (de perto e longe) participam do evento. Até mesmo gente não muito chegada à igreja etc. comparece ao aglomerado na rua, até porque os “comes e bebes” de encerramento tendem a juntar os convidados e os que se convidam. Na “reza”, há devotos de todas as idades, em geral, um número maior de mulheres adultas e idosas que ocupam os assentos disponíveis. Os membros da família residente colocam-se de frente para as demais pessoas, nesse momento, assumindo as incumbências da festa do Divino como “família”, e incorporando o posto que tenha sido designado a uma ou outra pessoa para as festividades, por exemplo, “ser o imperador”, “ser a imperatriz” etc. Para conduzir cantos e orações, algumas lideranças ligadas à “equipe de liturgia” da igreja local colaboram com os “festeiros” durante a reza. A hora mais aguardada por todos é a do desfile da “bandeira do Divino” em meio às/aos fiéis. Auge da novena, a passagem do estandarte entre os presentes provoca emoção e piedade, as/os devotos querem tocar, beijar e segurar a bandeira, o “Santo Espírito”. Procuram encostar o pano santo no rosto (de adultos e crianças). Ao som da música, “deixa a bandeira passar”, o estandarte demora-se à passagem, dentro e fora da casa, pois “todos” podem tocar o “Divino”. Finalmente, fortemente aplaudida, a bandeira volta para o local de onde partiu, à vista das/dos fiéis. A bandeira imponente, desde o topo, com fitas de “promessas”, feitas ao “Espírito Santo”, e com a “pomba do Divino”, mobiliza as famílias, as casas, a “comunidade”, o “Ribeirão” e

os “confraterniza” após a reza, quando da distribuição de alimentos para as/os participantes.

Uma cerimônia solene para o “Espírito Santo”: a divina “Corte Imperial”

No dia seguinte à novena na residência “do casal festeiro”, no cair da tarde de sábado, uma semana antes da “grande festa”, realiza-se uma cerimônia conhecida como de “entrega das alaias”, i.e., a bandeira/pomba do “Espírito Santo”, a coroa e o cetro da “realeza”, recebidos pelo “Casal Imperador”.⁷⁴ Além da família festeira, o evento conta com a atuação de cantadores (“Foliões”) do “Divino”; homens da “Irmandade do Espírito Santo”; parentes, vizinhos e amigos do casal festeiro; lideranças da igreja diretamente envolvidas com a organização das festividades; e músicos da Banda da Lapa. O casal e sua família vestem roupas de festa, mostram-se elegantes para um acontecimento especialmente esperado pelo grupo familiar diante da “comunidade”. Este fica em evidência na cerimônia em que as alaias são passadas às mãos do “Casal Imperador”, simbolizando uma espécie de “abertura oficial” da “festa do Divino”. Trata-se de uma rápida reunião solene, em geral, conduzida por lideranças da igreja e acompanhada por outros fiéis que vêm à matriz dar o seu apoio ao casal festeiro, a seus filhos e demais familiares. Em frente ao altar, posicionado em semicírculo, um grupo misto (quatro homens e três mulheres) entoia cantos arrastados, acompanhado por dois violões, um cavaquinho e um tambor,⁷⁵ em tom de saudação/invocação à presença do “Espírito Santo”. As mulheres e os homens deste “Grupo da Folia do Divino” são “cantadores, tocadores e puxador de versos” (NUNES, 2010, p. 140), espécie de cantoria popular que, segundo as/os devotos, dão “boas vindas” a todos. De fato, pela

⁷⁴ Na Freguesia do Ribeirão, durante as festividades do “Divino”, a festeira e o festeiro figuram com o título de “Casal Imperador”, sendo que a “Corte Imperial é formada por crianças da comunidade convidadas pelo Imperador e, geralmente, o Imperador-menino e a Imperatriz-menina são crianças ou adolescentes de sua família” (NUNES, 2010, p. 141). Por vezes, a escolha das pessoas que compõem o “cortejo” é ocasião para trocas de acusações e mal-estar entre parentes e amigos cujos filhos não tenham sido convidados.

⁷⁵ Embora muitos moradores não saibam nomear os instrumentos musicais usados na “cantoria do Divino”, eles dizem que são instrumentos “tradicionais” como seria a “Folia do Divino” no “Ribeirão”. Tudo isso comporia uma importante parte nos ritos da festa do “Espírito Santo”. Nesse caso, os/as cantadores/tocadores (designados de “Foliões”) seriam acompanhados por: cavaquinho, rabeca (parecido com violino), viola ou violão e tambor (PEREIRA, N.; PEREIRA, F.; SILVA NETO, 1990, p. 176; NUNES, 2010, p. 140).

cantoria, o grupo introduz a simbologia da festa do Divino, dando início às festividades na Freguesia do Ribeirão.



Figura 70 – Cortejo da Festa do Divino de 2013, casal festeiro e seus filhos representando o imperador e a imperatriz (Fotos Marta Machado)

“Deu tudo certo, graças a Deus!”: a festa, o Divino e o humano na vila

Ideia frequentemente evocada na Freguesia do Ribeirão, “dar tudo certo” corresponde às expectativas das pessoas quanto aos resultados de atividades locais, em particular as de cunho religioso, que tendem a atingir alguma coletividade do lugar, ou mesmo de áreas vizinhas e/ou próximas ao “Ribeirão”.⁷⁶ Por ocasião das festividades do “Divino”, a “família festeira” e as lideranças da igreja diretamente envolvidas com a organização e realização do evento costumam expressar-se nesses termos. Para o divino ser festejado, o humano tem que “dar certo”, e vice-versa. Nesse caso, para as/os devotos, tratar-se-ia de uma “missão” – o fazer a festa –, e as perspectivas em torno dela (a festa) têm a ver com a concretização de cada etapa dos festejos, ou seja, antes e durante até o seu encerramento oficial, e mesmo depois deste quando os desempenhos da família festeira e seus colaboradores podem ser mais fortemente avaliados por intermédio de comentários, observações e críticas do “pessoal” da “comunidade”. Dar certo significa que o “Divino” recebe as devidas homenagens e agradecimentos pelas “graças” concedidas à gente da vila. Isso significa

⁷⁶ Na vila-sede, é interessante pensar que uma fala acerca do “dar certo”, em muitas atividades locais (sobretudo as desenvolvidas pela “igreja”, mas não apenas elas), em geral, desvela um temor de ventos contrários ao “sopro do Espírito” e de outras divindades, algo que se faz notar em diversas oportunidades. São exemplares afirmações em torno do “sucesso” da Semana Santa e, em particular, do “teatro da Paixão”, além do aqui destacado uso da expressão com referência às festividades do “Divino”, como procuro mostrar nesta seção do capítulo.

que, “na comunidade” e para esta, o “Casal Imperador” e sua “família” têm de “trabalhar” no sentido de “conseguirem fazer a festa”. Dar certo é, por conseguinte, um sinal percebido pelo bom êxito ou o “sucesso” de rezas, cerimônias, confraternizações⁷⁷ e demais partilhas comunitárias características aos festejos, que primam pela beleza, elegância, fartura e participação massiva das/dos devotos. Nesse sentido, quanto mais se fizer, mais brilhante serão a festa e a família festeira diante da comunidade. Às manifestações de fé no “Divino”, crescerá também a alegria da família festeira pelo “cumprimento da missão”, i.e., a “realização” da festa.

Junto ao altar principal da igreja matriz, nos dois dias mais solenes de celebração litúrgica da festa (sábado e domingo), o “Casal Imperador” e a sua família, diante da “comunidade”, são muito aplaudidos, algo como um incentivo e/ou reconhecimento da coletividade pela incumbência de conduzir as festividades do “Divino”. De um lado, as/os fiéis demonstram a sua piedade e gratidão ao “Espírito Santo”, rezando, cantando e participando das missas (longas) em honra ao “Santo”. De outro, observam curiosamente a entrada pomposa do “Casal Imperador” e sua “Corte” cuja “realeza”, instaurada no tempo e no espaço do “Divino”, lança sobre a família festeira uma particular importância frente aos demais. Aliás, as “bandeiras do Divino” adentrando o templo são um sinal da chegada do “cortejo” que as acompanha. Dessa forma, as pessoas esforçam-se para ver de perto o espetáculo das/dos figurantes em trajes que imitam os da nobreza em séculos remotos, desfilando com elegância pelo corredor central da matriz, numa longa procissão iniciada na entrada da Freguesia,⁷⁸ e

⁷⁷ Quanto às confraternizações durante as festividades, Zito Nerto Fraga (coordenador do CPC) lembra que se trata de um “lanche” servido à “comunidade”, para “integrar” mais as/os paroquianos. De fato, em geral, são servidos bolos diversos e café, mas pode haver maior diversidade de alimentos dependendo do casal festeiro. Por exemplo, na novena realizada na casa dos pais da festeira Claudete Fraga (2006), além do bolo com café, no final da reza, foram servidos: rosca de polvilho; amendoim; pinhão; quentão e água, dentre outros produtos. Estes eram oferecidos em pacotinhos e/ou distribuídos já cortados, entregues a cada pessoa individualmente. Outras formas de partilha podem surgir, como ocorreu em 2008, na novena do casal festeiro Leopoldo Júlio Cardozo Filho e Rita da Silva Cardozo, quando os alimentos foram colocados em bandejas sobre uma grande mesa numa espécie de salão emprestado de um vizinho do casal. Assim, os presentes serviam-se à mesa.

⁷⁸ A procissão pela vila-sede é bastante apreciada pelos moradores, sendo anunciada com fogos de artifício, em geral, comprados pela família festeira e ficando ao encargo de parentes, vizinhos e/ou amigos (homens adultos) do “Casal Imperador”, que providenciam o foguetório à chegada da “Corte Imperial” e do “Divino” na igreja. Alguns estudos ressaltam tal característica como algo recorrente em celebrações festivas na Ilha de Santa Catarina: “Na Ilha e litoral fronteiriço, o sinal mais evidente destes eventos rituais são os fogos de artifício que explodem sistematicamente por todos os lugares” (LACERDA, 2003, p. 139, por exemplo).

composta também pelos “Foliões do Divino”, pelo casal festeiro e seus familiares, pelo padre e pela Banda da Lapa, além de outras lideranças paroquiais.

O “Divino” das bandeiras majestosas, os suntuosos desfiles da “Corte” e sua instalação cerimoniosa no “Império”,⁷⁹ a entrega das “promessas do Divino” por parte das/dos devotos,⁸⁰ a “Coroação do Imperador” – em geral, filho⁸¹ do “casal festeiro” – no domingo pela manhã, e o anúncio, após o almoço festivo desse dia, à tarde, do “novo casal festeiro”, “tudo” isso acontece aos olhares e aplausos da “comunidade” que experimenta esses momentos com grande comoção, e participa de “tudo” o que existe na festa, das diversas opções e/ou atrações oferecidas pelo casal festeiro e pelas lideranças da igreja.⁸² Trata-se de “o acontecimento familiar” para aquelas pessoas que “conseguem” fazer a festa na condição de “festeiro”. Trata-se de um “fato social total” (MAUSS, 2003 [1923-24], p. 183-314; ver também GONÇALVES; COTINS, 2009; CAVALCANTI; GONÇALVES, 2009; 2010, dentre outros).

⁷⁹ Tão antigo quanto a igreja matriz (1806) da Freguesia, o prédio do chamado “Império” compõe com esta um conjunto arquitetônico preservado como “patrimônio” da história local. Alguns moradores dizem que essa denominação teria a ver com a visita de Dom Pedro II à localidade, quando a sua “corte” se acomodaria nesse lugar. O que se tem de registro sobre o assunto, no entanto, informa: “Ao lado da Igreja Matriz, na mesma época de sua edificação, foi construído o Império do Divino Espírito Santo [...] por ocasião da visita à Província de Santa Catarina, em outubro de 1845, Suas Majestades Imperiais, Dom Pedro II e Dona Thereza Maria Christina, estiveram na Igreja Nossa Senhora da Lapa [...]” (NUNES, 2010, p. 137-138). Há não muito tempo, o local era utilizado para a exposição e venda de diversos produtos artesanais de mulheres e homens da vila-sede. Mais recentemente, o espaço foi todo restaurado e modificado, tornando-se lugar de visitação pública diária, com o ambiente interno (e os objetos aí expostos) monitorado por câmeras e alarmes de segurança, e o prédio protegido por sistema eletrônico de vigilância.

⁸⁰ Segundo relato de uma liderança da igreja local, extraído do estudo de Lélia Pereira da Silva Nunes (2010), quanto às festividades no sábado e domingo: “[...] Terminada a Missa a Corte se desloca para o império em procissão onde receberão cumprimentos dos fiéis e as promessas do Divino, geralmente ‘massa sovada’ em forma de coração, mão, perna, braço, cabeça, partes do corpo, conforme a promessa feita” (NUNES, 2010, p. 141, grifo da autora).

⁸¹ De acordo com alguns devotos, quase sempre, as pessoas da “corte” são escolhidas entre familiares próximos do casal festeiro, como acontece no caso do “imperador”, por exemplo, ser filho daquele. Agora, quando o casal não tem filho/a adolescente (ou jovem) para figurar no “cortejo”, ele pode convidar “filhos de parentes” (do homem ou da mulher).

⁸² As festividades do “Divino”, na vila-sede, oferecem também algumas “barraquinhas de rua”, algum show de grupo musical e outros divertimentos afins para o público em geral.

3.4 Ventos contrários entre divino e humano: o bem contra o mal

O que (re)suscitam os “finados” na Freguesia do Ribeirão?

Se a confiança no “Divino Espírito Santo”, na “Nossa Senhora da Lapa” e “do Rosário” e nas demais divindades permite às famílias “do Ribeirão” falar positivamente da fé como algo que (re)mova os vivos, “filhos de Deus”, na vila-sede hoje, não é menos verdade que estes são também sacudidos pelos ventos contrários, aqueles cuja força do “maligno” atinge as suas casas, famílias e as suas vidas, acende conflitos e provoca inimizades, seriam muitas as “provações” que aparecem inexplicáveis aos olhos das/dos que se sentem vítimas do “mal”. Há um mundo misterioso (desconhecido) que paira sobre as pessoas, e, vez por outra, tornando-as perplexas numa espécie de luta constante do bem contra o mal. Nesse universo religioso, os mortos têm um lugar especial, eles são respeitosamente lembrados pela gente da Freguesia. É possível compreender alguns matizes das relações locais nesse caso. Certa feita, seu Agenor Firmino da Silva, no portão da sua residência, indagou-me: “Eu tenho uma pergunta pra fazer pra senhora, por que ainda existe racismo aqui no Ribeirão? Eu quero que a senhora me responda!”. Surpresa com a pergunta inesperada, eu disse ao morador: “Eu também gostaria de saber.” Em seguida, perguntei a ele o porquê da sua interpelação. Com expressão severa e uma voz fortemente emocionada, seu Agenor continuava: “No Ribeirão, branco não vai a enterro de preto”. E repetia: “Tem gente aqui que não vai a enterro de preto”. Logo, explicaria a sua indignação: “Morreu um primo meu há pouco tempo, e teve gente aqui da Freguesia que não foi ao enterro e nem ao velório. O preto vai a enterro de branco, mas o branco não vai a enterro de preto”.⁸³

⁸³ O morador referia-se ao senhor Manoel Fraga, como era conhecido por todos. Marido de dona Desalda Fraga e pai da “festeira” (2006) Claudete Fraga (como foi acima informado), o falecido havia participado ativamente da festa do Divino, segundo a filha Claudete, sentindo-se “feliz” e “realizado” por isso. Infelizmente, logo após as festividades, seu Manoel teria apresentado problemas cardíacos, vindo a falecer em maio de 2007, cerca de um ano depois dos festejos conduzidos por sua família.



Figura 71 – Cemitério municipal da Freguesia do Ribeirão, administrado pela Intendência do distrito, ao lado da igreja da Lapa (Fotos Marta Machado)

O tom inflamado da fala do morador poderia indicar, pelo menos, de saída, três ou mais questões interessantes na localidade: certa relação de continuidade entre mortos e vivos; algo que tem a ver com as “famílias” constituídas “no Ribeirão”; um lugar especialmente guardado para os “finados”, cuja memória⁸⁴ os vivos mantêm atualizada; como relação, esta pode mostrar as contingências da vida e da morte, e, portanto, também dos problemas enfrentados pela gente da vila em seu dia-a-dia – como seria o caso do “racismo” mencionado por seu Agenor, segundo ele, presente atualmente “no Ribeirão”. A este último assunto, eu voltarei oportunamente. De todo modo, aqui, cabe sublinhar que os vínculos pelo parentesco – sobre os quais afirmei anteriormente alguma antecedência inclusive referentemente à religião – são um princípio de organização para vivos e mortos na vila-sede. Aliás, o destino futuro dos vivos no cemitério da localidade é assunto pensado e resolvido em família. Em seu estudo, *Fantasma falados: mitos e mortos no campo religioso brasileiro*, Oscar Calavia Sáez (1996) observa:

O cemitério, essa cidade do Além, foi construído na periferia da cidade viva; mas esta, ampliando-se, incorporou-o a seu centro. Pode servir, por isso, como metáfora da cidade brasileira que o alberga. Uma metáfora impensada, com esse valor

⁸⁴ Na definição que propõe pensando memória e história, Pierre Nora (1993) anota: “[...] A memória instala a lembrança no sagrado [...]. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada” (NORA, 1993, p. 9). Pelas memórias pronunciadas pelas famílias na Freguesia do Ribeirão, eu acrescentaria: a memória é seletiva. Voltarei ao tema da memória em ocasião oportuna neste estudo.

revelador que atribuímos às palavras, quando libertas do pensamento (CALAVIA SÁEZ, 1996, p. 71).

Nesse sentido, o campo-santo na Freguesia do Ribeirão serve como “metáfora” das dinâmicas familiares que se dão no centro mesmo da localidade, onde não por acaso estão também a “igreja matriz” e a presença (física e simbólica) do catolicismo professado por grande parte das famílias. Em outras palavras:

Finados é um dia em família. Em família estão, para começar, os mortos. As sepulturas exibem os arranjos de parentesco mais aleatórios, embora pareçam gravitar em volta de uma norma, a de duas gerações – e parte de uma terceira – de parentes consanguíneos centrados em um ego masculino da geração mais velha. Um estudo de parentesco – que não cabe aqui – se beneficiaria muito do exame desses acordos de última hora. (CALAVIA SÁEZ, 1996, p. 110).⁸⁵

No cemitério da vila-sede – situado no mesmo terreno da igreja, imediatamente ao lado desta (ver mapa da Freguesia no segundo capítulo da tese) –, o dia de “Finados” fala mais dos vivos que aí se encontram em família; acendem velas “para os parentes”, em particular, lembrando o “pai” e a “mãe”, por quem “choram” como forma de “matar a saudade”,⁸⁶ sobretudo, “arrumam” o túmulo como quem limpa e enfeita uma casa.⁸⁷ Na ocasião, pessoas se reencontram, abraçam-se

⁸⁵ Em *O processo ritual*, Vitor Turner (2013 [1969]) observa sobre “Samhain [‘fim do verão’, primeiro de novembro], Dia de Finados e Dia de Todos os Santos”: “O Dia de Finados [...] comemora as almas no purgatório, sublinhando simultaneamente sua posição hierárquica mais baixa do que a das almas no céu, e a ativa *communitas* dos vivos, que pede aos santos para intercederem por aqueles que sofrem a provação liminar no purgatório e pelos mortos já salvos, tanto no céu como no purgatório” (TURNER, 2013, p. 167-168, grifo do autor). Para um exame de assunto afim referentemente ao “campo religioso brasileiro”, ver CALAVIA SÁEZ, 1996, p. 145-148. Ver também WAGNER, 2011, p. 25-26.

⁸⁶ Como escreve Ênio Brito (2000) analisando alguma “antropologia brasileira” de Roberto Damatta (1993): “A saudade é adotada como categoria sociológica, básica no espírito humano e na existência cultural bem como portadora de profunda capacidade performativa” (BRITO, E. 2000, p. 41).

⁸⁷ Em geral, colocam-se flores de plástico e/ou tecido. Alguns túmulos, dependendo da situação financeira da família, demoram mais tempo, após o sepultamento de um ente querido, para serem “arrumados” (revestidos, nomeados e datados). No caso, o carneiro é coberto apenas com cimento, sem mais. De qualquer forma, mesmo esses recebem velas e flores no dia de “Finados”.

afetuosamente, em especial, os que não se falam há tempos. A gente “do Ribeirão” (também a de outras comunidades intradistritais) conversa festivamente entrando e saindo do cemitério, parando para cumprimentar os conhecidos. Seu Agenor Firmino da Silva dissera sobre esse dia: “Beijo o papai e a mamãe, limpo [o túmulo], choro um pouco, me concentro e faço oração pra todo mundo”.⁸⁸ Além das velas, que são um ponto fundamental da passagem dos parentes pela sepultura dos finados, superabundam as flores artificiais cujo colorido especialmente forte tem sido inclusive fotografado por turistas. Por outro lado, os que por ali andam entre os túmulos (duas ou três pessoas da “família”) se ajudam nas tarefas de limpeza e arrumação do campo-santo.⁸⁹



Figura 72 – Sepultura do seu Agenor Firmino da Silva e seus antepassados, e sepultura do seu Manoel João Fraga Filho (Fotos Andrea Eichenberger e Marta Machado)

⁸⁸ Procurando descrever características referentes a “eventos rituais” do “calendário ilhéu”, Eugênio Pascele Lacerda (2003) lembra o chamado “choro aos mortos”. Nessa perspectiva, o autor observa que tais eventos são “realizados pelos descendentes de açorianos na Ilha de Santa Catarina”, recorrendo a um depoimento de cujo conteúdo eu retiro a seguinte afirmação: “Novembro é o período pra chorar morto, ir no cemitério, rezar, chorar, contar as fofocas, rever parentes. Passou esse ciclo, o morto fica no seu lugar e a família segue” (LACERDA, 2003, p. 137). Ora, partindo das falas da gente da Freguesia, hoje, eu diria que o morto “segue” com a “família”, e vice-versa.

⁸⁹ Nesse dia, particularmente, há mais pessoas no cemitério que na vizinha igreja onde se reza uma missa “pelos mortos”. Como disse certa vez uma moradora da vila acerca do movimento intenso no recinto em dia de Finados, em especial quando faz sol, “lá fora [no cemitério] fica durinho [cheio de gente], que tu pensa que a missa é lá fora”.

Agora, como frequentemente se passa na igreja, no cemitério, as famílias e os parentes permanecem próximos. Talvez seja possível dizer que, para além das diferenças individuais, há um fator democrático, por assim dizer, entre parentes, por vezes, transformando um lugar no cemitério como “da família”, i.e., de quem, nascido/a “no Ribeirão”, venha a falecer “primeiro”. Nesse sentido, seu Agenor explicara que as famílias compram “o terreno no cemitério”, pagando-o para a Prefeitura Municipal de Florianópolis.⁹⁰ Uma vez adquirido mediante pagamento, “naquele terreno ninguém podia mexer”. Assim, ele e sua “esposa” (dona Iracy Maria dos Santos Silva) estariam “garantidos” quanto ao lugar que viriam a ocupar quando de seu falecimento. Já os pais de dona Iracy estavam enterrados numa sepultura “da família”. Dos filhos do casal falecido, quem morresse por primeiro “poderia” ocupar um lugar disponível “na carnera” (no carneiro) dos pais, sendo que, em um túmulo, seria possível enterrar até três pessoas.

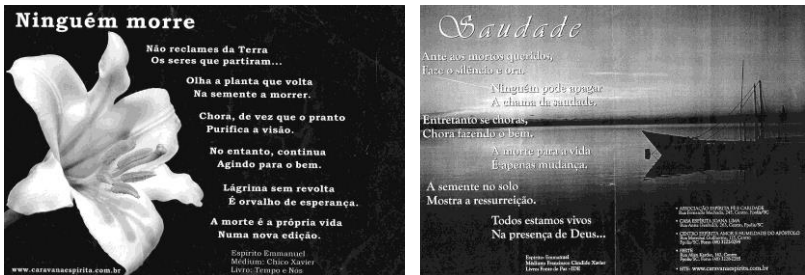


Figura 73 – Panfletos distribuídos na entrada do cemitério da Freguesia no dia de Finados

Por outro lado, os pais de seu Agenor também estavam sepultados no cemitério local. Nesse caso, se a sua “prima [por parte de mãe] morresse antes”, ela ocuparia a “vaga” disponível. E o morador concluía a sua fala com uma repetição e, segundo ele, “o nosso problema” naquele momento: “Pra mim e pra ela [sua esposa], está

⁹⁰ Até onde eu pude apurar junto a funcionários da Intendência local, hoje, o cemitério encontra-se “superlotado”, tendo sido modificado, nos últimos anos, esse modo de ocupação de terreno que o seu Agenor chamara de “compra”. De acordo com essa informação, atualmente, não existem terrenos para a venda, ou, nas palavras de alguns, “quem comprou, comprou; quem não comprou ficou sem...”. E os arranjos locais para o “problema” da falta de terrenos no campo-santo correspondem também às solidariedades de vivos para com os “seus” mortos (os “da família”).

seguro o negócio; agora, ele [o filho de 50 anos, dependente dos pais] é que não tem...”. Em seguida, explicando que seria possível “amontoar” pessoas “da família” num mesmo túmulo. Como “os antigos” – pais e avós de moradores locais hoje mais velhos (com 70 anos ou mais), como seu Agenor e sua “esposa” na ocasião dessa conversa (2007) – foram enterrados no cemitério da Freguesia, era comum ver as famílias se “ajeitarem” com o(s) túmulo(s) (terrenos) que já possuíam havia muito tempo. No estudo, supracitado, sobre “mitos e mortos no campo religioso brasileiro”,⁹¹ Calavia Sáez (1996) anota: “Não existe uma norma fixa para determinar as agrupações familiares na sepultura, e, embora a individualidade seja preservada, é raro o repouso individual dos mortos” (CALAVIA SÁEZ, 1996, p. 111).

Quanto aos parentescos que o cemitério pode mostrar na Freguesia hoje, é possível examinar alguma solidariedade que, do meu ponto de vista, apontaria para modos de ser “família”, ou “como se fosse”, na hora derradeira. Nessa perspectiva, escrevendo sobre a denominada “Sociedade da Saudade”,⁹² seu Alécio Heidenreich – vizinho e amigo de infância e músico-compadre de seu Agenor – ressalta o seguinte: “É normal que todos nós não pensamos na morte, que, além de trazer muitas tristezas, traz também despesas inadiáveis, e

⁹¹ É oportuno lembrar que eu não busco, neste estudo, uma longa discussão partindo, por exemplo, de uma “sociologia do Além” (CALAVIA SÁEZ, 1996, p. 145-184), entre outras coisas, porque a configuração das relações na Freguesia do Ribeirão que eu examino oferece um conjunto de aspectos correlacionados (família, religião, política, cultura etc.), a meu ver, apontando primariamente para certa peculiaridade dos arranjos familiares no lugar como uma espécie de eixo da socialidade local, o que procuro mostrar na tese.

⁹² Intitulada *Sociedade da Saudade* por moradores do Distrito de Ribeirão da Ilha, em uma reunião convocada pelo senhor Alécio Heidenreich, quando este era ainda “professor” e “músico” em atividade na Banda da Lapa, a entidade foi “fundada” no dia primeiro de janeiro de 1991. Tratar-se-ia de um tipo particular de agrupamento cujos moradores efetuavam o pagamento de certa quantia mensal que, devidamente gerenciada pela organização, servia como “reserva” para auxiliar as famílias associadas nos gastos não previstos com a “hora da morte”, como teria acontecido com o “amigo e colega de infância, escola, exército e banda” de seu Alécio. Como este era quem cuidava de tudo na referida sociedade, com o passar do tempo e da sua idade, nos últimos anos, após mais de uma década de serviço prestado à entidade, seu Alécio achou melhor “distribuir” a soma em dinheiro guardada “no banco” às famílias, para que elas próprias administrassem o seu quinhão do montante arrecadado. Encerrava-se, assim, a tal sociedade local. Quanto ao “amigo e colega” falecido, o da situação que motivou o surgimento do grupo associado, segundo seu Alécio, o seu enterro foi providenciado por músicos e pela Banda da Lapa, para que “nada faltasse para a partida” do amigo. Cabe notar também que, hoje, a Banda da Lapa funciona com alguma captação de recursos de associados, órgãos públicos e/ou outros agentes apoiadores das atividades musicais e profissionais da Banda da Lapa; ou seja, há uma configuração diferente à do passado a que os músicos mais antigos chamam presentemente de “novos tempos”. Para conhecer as “crises” pelas quais teria passado a Banda da Lapa e seus músicos quanto à “falta de recursos financeiros da entidade” na primeira metade do século XX, ver CORREA, 2013, p. 66-71.

que ninguém se prepara para essa viagem”. Assim ele começaria a última página do “livro” (um caderno de capa dura, já citado nesta tese) de memórias no ano de 1991, contando como surgiu uma espécie de associação distrital, cuja ideia teria nascido na vila-sede após a morte de um músico, seu “amigo” (Dalmiro Venâncio da Silva), objetivando “ajudar as famílias” na “hora” do sepultamento de seus membros. Agora, fazendo um contraponto ao discurso religioso de um padre, quando da “missa de Finados”, pedindo que as pessoas procurassem “falar da morte”, pois isso seria ocasião para “testemunhar a ressurreição”, parece curioso notar nos moradores locais que estes pensam e falam, sim, na morte, e mais, eles se preparam para as “despesas inadiáveis” da “viagem” – aliás, seu Alécio costuma afirmar com certa graça que, atualmente, ele se encontra “preparando o biscoito para a viagem”, com a proximidade dos seus 90 anos de idade.

Os meandros de uma espécie de institucionalização das relações locais, entre vivos e mortos, nesse sentido, permitem compreender atores – famílias, indivíduos, igreja, banda, sociedade, cemitério, religiosidades etc. – desde os quais a vida cotidiana se organiza e se move entre parentes, vizinhos, amigos e “colegas”, remetendo igualmente a experiências que aproximam fiéis e catolicismo de outros modos de dizer a religião e a vida comunitária “no Ribeirão”. É o que passo a examinar a seguir.

Quem é contra nós? De feitiçarias, “macumbarias” e bruxas

Se “o mal” é fato, como parece ser para a gente da vila-sede, ele é também, e especialmente, “feito”. Dessa forma, surgem entre melindres e segredos ⁹³ algumas histórias sugeridas acerca de coisas “sobrenaturais”, em geral, chamadas de “feitiçarias” ou “bruxarias”, i.e., “trabalhos espirituais”.⁹⁴ Numa versão depreciativa dirigida por alguns a

⁹³ Assim como certo suspense que cercara o tema da umbanda, candomblé e/ou “macumba”, nos primeiros anos de entrada em campo, igualmente difícil seria as pessoas discorrerem sobre “feitiçarias” e coisas afins, em geral, narradas por mulheres (mas não exclusivas destas). Não são poucas as pessoas que afirmam “não acreditar nisso”, e só com insistência algumas delas conversam com menos reservas sobre o assunto na Freguesia (com relação a dificuldades semelhantes encontradas em trabalho de campo, ver FAVRET-SAADA, 1977; GOLDMAN, 2005).

⁹⁴ Tentando “compreender a cultura das pessoas nativas” da Lagoa da Conceição (localizada no centro da Ilha), o livro de Elaine Borges e Bebel Orofino Schaefer (1995) recolhe depoimentos de moradores de “uma Lagoa tradicional”, de onde é possível extrair uma fala (de Manoel Agostinho) sobre o que seriam diferenças entre feiteceiras e bruxas: “A mulher feiteceira

mulheres negras, isso seria definido como “macumbarias” feitas por “elas lá na praia”.⁹⁵ Porém, a depreciação tem um espectro mais geral, entre negros e brancos, referentemente ao assunto do mal. Melhor dizendo, o que certamente se pode sublinhar hoje tem a ver com diversas nuances para um tema recorrente nas relações locais: a “luta” do bem contra o mal, e a constante afirmação da esperança de que aquele triunfará.⁹⁶ Algo que, em particular, o catolicismo prega por suas crenças e práticas devocionais em caráter oficial. De todo modo, como eu procuro assinalar no início deste capítulo, as religiosidades locais são múltiplas e extrapolam determinado contexto católico. Tanto que, por exemplo, em “Finados”, à entrada do cemitério, é possível ver a entrega de panfletos elaborados por outras “religiões” – marcadamente, “espiritismo” e profissões “evangélicas” –, distribuídos de mão em mão aos que chegam ao recinto. Além das notícias sobre o “mau” uso do local destinado à “macumba”.⁹⁷ Pode-se dizer mesmo que as questões escatológicas que movimentam o cemitério (e as igrejas), muitas vezes,

aprende uma com a outra, mas a bruxa já nasce bruxa. A bruxa não sabe que é bruxa. A bruxa, se morre, se salva, porque ela é bruxa e não sabe. Os outros é que desconfiam. [...] A feiteira faz mal, a bruxa só embruxa, bota quebranto nas pessoas. [...] A feiteira faz o que pode pra andar, à noite, com as outras. [...]” (BORGES; SCHAEFER, 1995, p. 128-129). Nesse trabalho, ver-se-ia uma relação de continuidade, do passado ao presente, entre os “nativos” (e suas “vozes”) da Lagoa e as tradições e a história de “açorianos” na Ilha de Santa Catarina. Em outra perspectiva, quanto a “uma cosmologia da bruxaria e outros poderes” na Lagoa da Conceição, ver MALUF, 1993, p. 112-118.

⁹⁵ Não se pode negar que, às vezes, uma ideia de “macumba” ligada tão somente a “pretos” da vila seria sugerida por algumas pessoas. Contudo, isso não é geral, ou seja, sobretudo nos últimos anos, quando um centro de Umbanda (o do “seu Tacques”, já citado neste capítulo) ganhou maior visibilidade no lugar, o qualificativo “macumbeiro/a” também seria utilizado para identificar “brancos” na Freguesia. Agora, em termos locais, o que mais pesa numa referência tal, do meu ponto de vista, tem a ver com relações de conflito e inimizades, desqualificando alguém visto como desafeto em questões da vida na “comunidade”.

⁹⁶ Refletindo e “testando possibilidades”, em seu artigo *Religious experience and culture*, Maria Amélia Schmidt Dickie (2007) anota acerca do tema experiência religiosa e moral – conforme duas das quatro experiências narradas pelos respectivos atores presentes em seu estudo – que o bem e o mal “são categorias definidas (explícitas)” tanto para a líder religiosa da Umbanda quanto para o argumento “racionalista” do Católico, entrevistados pela antropóloga. Nesse sentido, no discurso de ambos “o sagrado é moral” (tradução minha). Ou precisamente: “Good and evil are definite categories for the Umbanda priestess as they are in the account of the Catholic of his religious experience. For both these two individuals, the sacred is moral” (DICKIE, 2007, p. 14). Grosso modo, o que parece ecoar muitas das falas na vila em torno das experiências religiosas locais.

⁹⁷ Referindo-se ao que chama de “profanações”, Calavia Sáez (1996) descreve “usos ilegítimos do cemitério”. Nesse sentido, “a especificidade do Brasil dentro do conjunto *católico* funda-se talvez na alternativa entre o médium e a relíquia como lugar de presença do sagrado; se no catolicismo ibérico, o uso intenso da relíquia é acompanhado pela demonização de qualquer mediunidade, no Brasil, é a feitiçaria o único uso previsível do resto humano” (CALAVIA SÁEZ, 1996, p. 112-113, grifo do autor).

ocupam boa parte da vida dos vivos e que têm vários desdobramentos na maneira de as pessoas conceberem as suas existências na vila-sede, para o bem e para o mal.⁹⁸

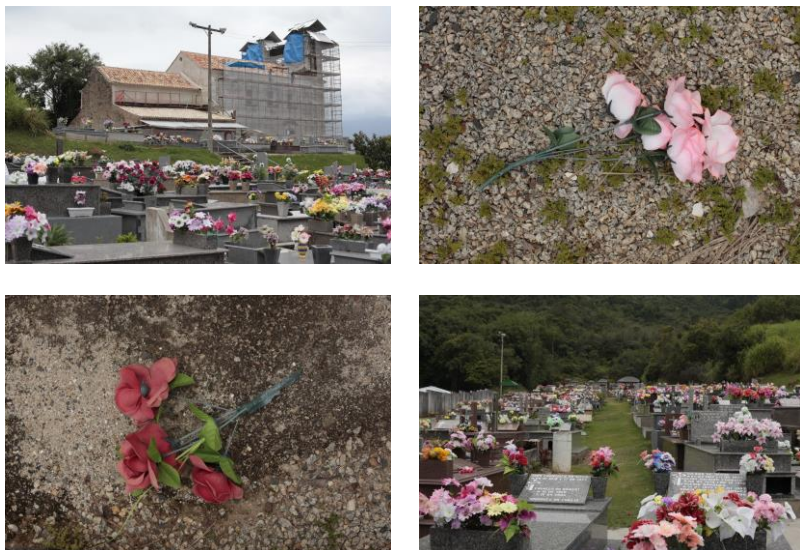


Figura 74 – Vistas internas e detalhes do cemitério da Freguesia (Fotos Andrea Eichenberger)

Uma moradora idosa (hoje com 93 anos), “do Ribeirão”, tenta responder como seriam algumas coisas misteriosas (“sobrenaturais”) – que teriam sido narradas por seus pais e/ou avós – presentes à vida das famílias locais desde “antigamente”. Ela explica que bruxaria e feitiçaria correspondem a uma “mesma coisa”, ambas são para fazer “o mal” a alguém. A “macumba” seria outro tipo de fenômeno, embora tenha a mesma “finalidade”: fazer o mal. Aliás, a macumba teria “sempre” o

⁹⁸ Ao privilegiar a figura da “benzedeira como personagem das narrativas” sobre bruxas e bruxarias entre moradores da Lagoa da Conceição, Sônia Maluf (1993) examina o tema do bem versus o mal: “O bem e o mal são, assim, duas faces de um mesmo poder presente em qualquer mulher da comunidade. As histórias sobre as bruxas são o momento em que os nativos falam desse poder e do combate que travam essas duas forças” (MALUF, 1993, p. 123). Na Freguesia do Ribeirão, o assunto tem seus matizes referentemente ao fervoroso catolicismo entre as famílias locais e a algumas variações nas práticas religiosas (e da vida familiar) no lugar, como procuro indicar nesta seção do capítulo. Quanto ao assunto do bem e do mal na umbanda relativamente ao “sentido judaico-cristão”, ver PRANDI, 1994, p. 92-94. Acerca de uma filosofia do mal, ver RICOEUR, 1988.

propósito de “fazer o mal” a alguém. Existem “macumbas” entre parentes, assim como inimizades entre pessoas “da família”. Quanto à feitiçaria/bruxaria, esta viria de uma “mulher”, sempre “misteriosa” – ninguém a vê –, que faz o mal, por exemplo, “chupa sangue das crianças, elas vão perdendo peso até morrer”. Diferentemente, a “macumba” é um “trabalho feito” por homem ou mulher, “tanto faz”, ele/ela é alguém que “trabalha” com isso. Há pessoas que “encomendam” uma macumba a um “macumbeiro” cujo “serviço” é “carregado” no cemitério, já que a intenção seria fazer o mal a um terceiro. De fato, embora as explicações tenham suas nuances conforme um ou outro indivíduo que “conta o que dizem” sobre isso, em geral, feitiçaria/bruxaria/macumba não é do “bem”. Quanto aos negros da vila-sede, entre pessoas das famílias aqui examinadas, nesse sentido do “mal”, há uma ou outra indicação de que “no passado” algum morador “mexia” com isso, mas as informações escapam facilmente pela afirmação recorrente de que “não existe mais”, ou, mais recentemente, o que “existe” vem “de fora”. Com frequência, entre essas famílias, alguns episódios narrados de eventos enigmáticos resultando em doenças, separações de casais, mortes, traições, brigas, “desgraças” e “desunião” nas famílias etc. são atribuídos à autoria de “parentes”.⁹⁹

Ora, retomando aqui as festividades do “Divino Espírito Santo”, acima descritas, é possível pensar, a título de exemplo, como a “macumba” é, por vezes, acionada para falar de forças ocultas, “sobrenaturais”, utilizadas por pessoas da “comunidade” (usualmente “parentes”) que teriam por fim último fazer o “mal”, i.e., agir contra o “bem” de uma família e de seus membros individualmente, o que significa dizer atuar mediante poderes mágicos (MALUF, 1993; HARTUNG, 2000), no caso, de “macumbeiros” (ou algo do gênero) interferindo negativamente na saúde e na harmonia do “lar”, culminando com o “não dar certo” na vida familiar. Nesse sentido, episódios “inexplicáveis” teriam acontecido com uma família festeira “logo após” a sua exitosa realização dos festejos do Divino, quando doenças, desuniões entre os membros do grupo e outros eventos “ruins” ou

⁹⁹ Em algumas narrações, há certa ideia de “cura” (mediante “orações” e “fê”) das vítimas de feitiçaria/bruxaria. Esta – como um “mal” de que é acometido um/uma morador/a para quem algum “trabalho espiritual” é “feito” – teria, portanto, um sentido próximo ao de macumba, que precisa ser “desfeita” (sobre temas afins, ver MALUF, 1993, p. 109-117; HARTUNG, 2000, p. 492-497). Na Freguesia, mais enigmática ainda é uma fala sobre “quem” desfaz um “trabalho espiritual”. Jamais consegui sabê-lo, mesmo tendo insistido com isso, ou, talvez precisamente por minha insistência no assunto. Quando muito, ouvi alguém dizer que se tratava de “um homem de fora”. Como já afirmei anteriormente, existe um discurso fugidivo nesse tema. Adiante, voltarei a essa questão.

“desgraças” teriam aparecido e tirado a “paz da família”. No caso, a “festa do Divino” torna-se uma espécie de marco (do bem) para situar o momento após o qual a “família” teria sofrido “uma atrás da outra” (coisa do mal). Daí que resta a surpresa (ruim), afinal, a festa do Divino havia sido “tão bonita”, ou seja, “tudo tinha dado certo”, só podia ser “coisa do maligno” a série de acontecimentos nocivos que vinham abalar a “família”. Em meio à perplexidade, a mãe da família diz confortada: “Muita gente achava que essa festa não sairia. Mas, graças a Deus, deu tudo certo! Nós somos pobres, mas, graças a Deus, a festa aconteceu, conseguimos...”. Nessas ocasiões, as do discurso sobre “o mal”, este aparece como “feito”, em geral, por pessoa “invejosa” que o precipitaria pela prática da “macumba”, “bruxaria” e/ou “feitiçaria”, repito, termos por vezes usados de modo aproximado, de toda forma, para enfatizar “o mal”.

Num turbilhão de incógnitas e temores, alguém do grupo familiar atingido acusa uma “parenta” (“prima” por parte do pai) de ser autora da “macumba” que teria vitimado de morte (por doença) um membro da família. Uma das alegações indicava ser algo como “vingança” relacionada aos bastidores da festa do Divino (o não convite para fazer parte da “Corte Imperial” ou coisa parecida). Certamente, a acusada contestaria veementemente tanto qualquer culpa “sua” quanto os motivos então levantados no caso. O longo desfecho polêmico e conflituoso das questões familiares nesse exemplo não precisa ser, neste momento, detalhado e esmiuçado para permitir alguma indagação acerca do sentido que um fato tal poderia (re)suscitar na vida da “comunidade”, ou, melhor dizendo, o que tudo isso pode dizer? É, pois, precisamente esse ponto a que se procura recorrer descrevendo o como se organizam as relações locais, cuja culminância é a socialidade na Freguesia do Ribeirão hoje, que procuro pensar etnograficamente nos capítulos da tese, e aqui em particular. Nessa perspectiva, bem observa Maria Laura V. de Castro Cavalcanti (2012) quanto a “formas do efêmero” ao refletir sobre “alegorias em performances rituais”: “Durkheim [*As formas elementares da vida religiosa*] já havia nos ensinado que é preciso que nos coloquemos sob o efeito dos símbolos – e nisso consistem os cultos – para que eles exerçam então sua eficácia sobre nós. [...]” (CAVALCANTI, 2012, p. 166). E eu acrescentaria, pensando a antropologia também com alguns autores contemporâneos além da antropóloga citada (VIVEIROS DE CASTRO, 2000; LATOUR, 2004; GOLDMAN, 2009; MALUF, 2011; WAGNER, 2014; STRATHERN, 2014, dentre outros), não se trata apenas de uma questão metodológica sem mais, ou, melhor dizendo, “um enquadramento

etnográfico” do estudo permite chegar (desde percepções “nativas”) a entendimentos teóricos interessantes a diferentes pesquisas e seus distintos contextos e/ou configurações (GOLDMAN, 2009, p. 9-22).

Com relação às famílias examinadas no presente estudo, poder-se-ia, por exemplo, seguir os passos de uma “religiosidade popular” e, nesta, certo “animismo negro” (CALAVIA SÁEZ, 1995, p. 148), afinal, dizem melindrosamente alguns que fulano (“cachaceiro”) bebe “toda a cachaça de macumba, à noite, no cemitério”,¹⁰⁰ ou não se esconde que “macumbarias” dos “pretos” aí existem (independente de saber quem as faz no “cemitério”); ou, ainda, nesse recinto, existiriam “escravos” enterrados,¹⁰¹ haja vista o fato de que entre os antepassados dos atuais moradores (nascidos de pais e avós do lugar “desde sempre”) havia escravos/as, embora atualmente as histórias não sejam comumente narradas; ou, então, alude-se a um “parente” que seria “pai-de-santo”, morador mais afastado da vila, cuja atividade religiosa “no Ribeirão” está suspensa por falta de um lugar adequado para os cultos, e assim por diante.¹⁰² Ainda nessa perspectiva, seria possível também ver as experiências das religiosidades locais vinculadas a um passado “lusoaçoriano” na Ilha de Santa Catarina e/ou a uma “herança cultural portuguesa” no sul do Brasil, com seu catolicismo popular, seus santos e suas devoções etc. (LACERDA, 2003; NUNES, 2010). Assim como seria interessante examinar outras possibilidades sugeridas pelos temas descritos até aqui. Não obstante, como venho repisando, penso que “a rede a pegar mais peixes” na vila é a do parentesco. Compreender

¹⁰⁰ Pensando alguma “atividade ritual do cemitério” em um campo santo na cidade de Campinas (Estado de São Paulo), o antropólogo afirma: “Gostem ou não os santos estabelecem com os pobres uma comensalidade que não existe entre os vivos” (CALAVIA SÁEZ, 1996, p. 109).

¹⁰¹ Citando um estudo de Luiz Fernando Dias Duarte (1984) em que o autor discute a “linearidade da História” tomando “uma história de escravos mortos”, Calavia Sáez lembra que “cemitérios de escravos” é algo encontrado “Brasil afora, é comum que a população assinala a presença de tais cemitérios, anônimos e propícios à prática da feitiçaria. Anônimos, diz Duarte, por contraposição ao cemitério burguês, *individualizante* e *eternalizante*. [...]” (CALAVIA SÁEZ, 1996, p. 200, grifos do autor).

¹⁰² Só depois de muito tempo da minha permanência em campo, consegui vencer um morador da Freguesia – Norberto Cardoso de Souza, nascido no “centro” de Florianópolis (bairro Agrônômica), casado com Lídia Solange de Souza (conhecida por todos como “Lidinha”), nascida na vila-sede – a me apresentar um “pai-de-santo” que (eu fiquei sabendo tardiamente pelo referido morador) era seu “parente”, i.e., um “sobrinho” (pelo “lado” da sua mulher). Nos primeiros anos de contato com a gente da vila, como já mencionei antes, costumava-se negar a existência de outras formas de religiosidade que não fosse “a católica”. Natural “do Ribeirão” (distrito), Jean André de Maria, um simpático jovem de 33 anos à época da nossa conversa, nos recebeu em sua casa numa localidade intradistrital próxima à vila num sábado à tarde em novembro de 2012.

primariamente as relações familiares na configuração atual do lugar permite entender um conjunto de agências e situações, dentre as quais “a religião”, que se conjugam no que é a Freguesia do Ribeirão hoje.

Como dizer a “fé”: as esperanças por entre o efêmero e o “eterno”

Um jovem pai-de-santo, Jean André de Maria, filho “do Ribeirão”, afirma: na sua prática religiosa, “a primeira coisa que tens que ter é fé. Primeira coisa é fé. [...] Fé é muito importante no espiritismo,¹⁰³ na umbanda,¹⁰⁴ na real, em qualquer religião”. E esclarece a sua fala: “[...] Nós, como espíritas – eu sou da parte umbandista, “Almas e Angolas” –, né, a gente tem muita fé, muita fé mesmo!” Em seguida, lembrando que “vai à igreja” e foi “batizado na Católica” onde está a maior parte dos membros da “família” atualmente, ele conta que ainda criança (entre 10 e 11 anos de idade), tendo migrado a sua mãe para a umbanda, este a acompanhou desde cedo, descobrindo aí a sua “mediunidade”. De fato, o interesse em outra religião teria vindo por intermédio de uma “tia” que, segundo o moço, “é nossa cambona”, ou seja, alguém que “serve o santo” etc. Ele observa, então, que “recebe santo”, no caso, uma entidade que “conforta e ajuda” as pessoas. Jean é pai-de-santo desde os 13 anos de idade, “a gente não escolhe, o santo pede”. Em meio às conversas, veio uma revelação: havia 22 anos, teria surgido o “primeiro centro de umbanda [o da sua mãe] no Ribeirão”, isto é, no distrito.¹⁰⁵

Este fragmento de uma conversa muito interessante (e que sugere outros matizes no exame da configuração local), a meu ver, de saída, vem reafirmar algo do que dou a refletir no início deste capítulo observando ser a questão da religião e das religiosidades na Freguesia, em particular, com referência a certa hegemonia católica, um assunto mais complexo do que se imagina à primeira vista. Nesse sentido, creio

¹⁰³ Sobre *Espiritismo: religião, ciência e modernidade*, ver ISAIA, 2005, p. 137-164.

¹⁰⁴ Quanto a alguns dos aspectos definidores da umbanda e suas especificidades relativamente ao candomblé e aos “sincretismos” com santos e divindades católicas, ver PRANDI, 1994, p. 91-102.

¹⁰⁵ Esse matiz (“no Ribeirão”, distrito) interessa aqui, porquanto, nas falas locais da Freguesia (como advirto no segundo capítulo da tese), muitas vezes, “Ribeirão” é sinônimo de “Freguesia”, i.e., a sede distrital. Quanto a esta última, o morador que me acompanhou à residência do jovem pai-de-santo lembraria também que, havia 34 anos, ele vivia no “Ribeirão” (na vila-sede), e “nunca teve um local no Ribeirão para os cultos [da umbanda e/ou do candomblé]”. Algo de que já falava a gente da vila, como já igualmente ressaltai antes.

que se possa pensar em uma ideia levada à conclusão por Calavia Sáez (1996) em seu estudo:

O campo religioso brasileiro ganhou no pulso sua peculiaridade. É necessário um enorme esforço simbólico para dar conta da diversidade cultural e da distância social presentes na história brasileira. Em termos mais concretos, para levar mitologias, liturgias, éticas e cosmologias alheias a um certo grau de interação, de inteligibilidade mútua – e de acomodação política. Não por acaso a sociologia brasileira terá sido talvez a que de modo mais convincente destacou a coerência – quando não a conjunção – dos opostos religiosos. (CALAVIA SÁEZ, 1996, p. 185).

Agora, aqui, para além das implicações e das nuances advindas da afirmação acima, ou, talvez justamente por isso, quanto à Freguesia do Ribeirão, eu entendo que é possível encontrar algum “consenso religioso” em torno “da conjunção entre Aquém e Além” no Brasil (CALAVIA SÁEZ, 1996, p. 186), no caso, seguindo os discursos locais – tal como procurei fazê-lo neste capítulo – relativamente ao primado da “fê” e da “família” na “comunidade”. Esses dois elementos são largamente reforçados pelas pessoas em suas formulações desde a religião e as suas existências como “família”. Eu diria que são valores de convergência entre os grupos familiares da vila. Talvez por isso o jovem pai-de-santo (de modo não desavisado) tenha iniciado a sua fala por esses dois “dados” característicos ao “Ribeirão”. Nesse ponto, há que se valer também da observação: para as “grandes distâncias entre os vivos”, estão uma mediação “dos mortos” e “seus veículos” (psicografia, reencarnação etc.), que (re)suscitam a possibilidade de “redesenhar qualquer relação e qualquer conflito na escala mínima das relações familiares e vizinhança” (CALAVIA SÁEZ, 1996, p. 186).

Mas, como os mortos, o cemitério é, na vila-sede, um mediador dentre tantos outros, uma passagem para relações outras, as “de família”, que, do meu ponto de vista, precedem às demais (as da “igreja”, da política etc.). Por essa razão, sugiro ver a socialidade local partindo das relações de parentesco, e da memória que as atualiza na “comunidade” – experimento reservado ao quarto capítulo deste estudo. Quanto à religião, como diria Bruno Latour (2004) – se bem eu o entendo –, é preciso ir além da “crença na crença”, ou seja, para um propósito antropológico, é mais importante o “como se pôr em sintonia

com as condições de felicidade de diversos tipos de ‘geradores de verdades’” (LATOURE, 2004, p. 350, grifo do autor). Portanto, seguindo “formas de discursos” (não somente linguagem, como adverte Latour, 2004, p. 352), as falas de “amor” a Deus, a Nossa Senhora da Lapa e do Rosário; as procissões; a Paixão pelo teatro; as devoções e transformações pelo/para o Divino etc., todas essas e outras formas de religiosidade vividas em nome da “fé” e da “família”, de fato, “transportam” pessoas, em diversas situações, “aproximando-as” e tornando-as “presentes” umas às outras enquanto “comunidade”.

CAPÍTULO IV

DAS RAÍZES NO RIBEIRÃO:

Família, parente e comunidade

“[...] Mas até mesmo no âmbito deste pequeno estudo as diferenças entre os tipos de relações familiares encontradas nos diferentes tipos de comunidades de cada bairro foram suficientemente marcantes para sugerir que a ideia da ‘família’ como unidade básica e primária da sociedade e como essencialmente autônoma e dispensando explicações constituía uma concepção equivocada.” 1994. Norbert Elias; John L. Scotson. *Os estabelecidos e os outsiders*.

O presente capítulo, em sequência ao anterior, procura eleger alguns dos aspectos vivenciais das famílias na Freguesia do Ribeirão hoje, especialmente daquelas de que me ocupo neste estudo, para mostrar como os/as moradores/as concebem e dinamizam a sua existência na vila-sede conforme os laços familiares e de parentesco, de vizinhança e amizade. Nessa perspectiva, como são as relações de comunidade aí vividas? Ou melhor, como são tecidas algumas das redes de parentesco no lugar? Ao apontar um conjunto de traços que descrevem, inicialmente, a “comunidade” entendida pelos moradores como sendo das famílias locais, e, em seguida, informam sobre um grupo de “parentes” aqui privilegiados, esta parte da pesquisa pretende mapear nomes de famílias ditas “de raiz” na Freguesia. De fato, procura-se compreender suas práticas cotidianas e refletir sobre os sentidos de família, casamento, parente, vizinhança e comunidade, dentre outros “valores” caros aos “ribeironenses”, nesse caso, apontando a sua importância para a socialidade local.

4.1 Em família: a “minha casa” e o meio doméstico

Para início de conversa

Quando as pessoas da Freguesia do Ribeirão contam curiosidades sobre suas famílias, procuram dar a ideia de uma longa presença destas no lugar. É nessa perspectiva que suas falas, muitas vezes, remontam a

entes queridos por meio dos quais a vida na Freguesia teria se tornado possível antes e agora. Ao narrar várias histórias do passado, moradores mais velhos (entre 60-80 anos ou mais) recordam as costumeiras práticas de alguns membros de sua família na lida pela sobrevivência, em geral, fazendo menção ao pai e à mãe e/ou aos irmãos, em seguida, referindo-se a avô ou avó e a outros parentes próximos ao seu convívio, quando (e se) aqueles/as conseguem trazer à memória o nome de um/a bisavô/ó, por exemplo.¹ No caso dos/das negros/as mais velhos/as consultados/as, frequentemente, é difícil isso acontecer, ou seja, recuperar muitos nomes de cabeça. A maioria dessas pessoas retrocede, com relativa facilidade, até duas gerações acima da sua, mais exatamente lembrando os pais (o casal) e os avós paternos (com maior frequência) e maternos quando estes também nasceram, viveram e morreram na Freguesia e seus arredores. Destes últimos (os avós), às vezes, lembram-se mais os apelidos, e nem sempre são lembrados os nomes dos dois casais (o materno e o paterno), pode-se recordar um casal e uma pessoa (avô ou avó), dependendo da convivência menos ou mais próxima dos parentes em questão.

A título de exemplo, tomam-se as informações da dona Desalda Januária Fraga (hoje com 77 anos), que se recordava apenas do apelido (“Licanota”) da avó por parte de pai (ela e o marido eram nascidos “no Ribeirão”) – embora a moradora tenha lembrado os primeiros nomes dos irmãos do seu pai. Teve mais sucesso com os primeiros nomes dos avós (o casal) maternos, também filhos da Freguesia do Ribeirão, ele “Manoel”, de apelido “Gadanho”, e ela Bernardina, mas recordou somente o nome de um irmão da sua mãe. Nesse sentido, por vezes, a vivência diária com avós nascidos na vila e/ou com uma rede local de parentes que se “ajudam” é possível de ser explicitada pela lembrança de nomes e/ou apelidos. Como diria Ivonira Julieta da Silva (74 anos, prima-irmã de dona Desalda “pelo lado da mãe”): “Eu sei as coisas [nomes e fatos da vida local etc.], porque a minha mãe me contava, e eu prestava bastante atenção”, isso enquanto fazia renda de bilro junto com

¹ Pensando concepções de família na Costa da Lagoa, em sua pesquisa intitulada *Rendas da vida: relações matrimoniais na Costa da Lagoa*, Juliana P. Lima Caruso (2011) faz uma observação acerca do que chama “os tempos da família”, assunto que encontra algum eco entre os moradores da Freguesia do Ribeirão. Nesse sentido, segundo a autora, para as pessoas mais velhas do lugar, “[...] há o tempo dos escravos, o dos antigos e o atual. A sequência entre o tempo dos escravos e o dos antigos não é sempre a mesma, sendo que para uns este pode ser anterior àquele ou vice-versa”. Para as de meia-idade, “o período em que seus avós nasceram é o tempo dos antigos, assim como para os mais jovens. Tudo o que é relativo a uma geração acima da qual um determinado ego nasce está classificado como o tempo dos antigos” (CARUSO, 2011, p. 45).

aquela (já o pai trabalhava “fora”), em casa, desde “criança”. Contudo, mesmo entre pessoas mais jovens (40-60 anos), há aqueles/as que dizem não lembrar nomes e sobrenomes de avós, tios e outros parentes, quando muito, recordam, além do nome (completo ou não) dos pais, um ou outro apelido familiar atribuído a um parente próximo de sua convivência na vila-sede. Em particular, um dado interessante é que há mais dificuldade por parte de alguns homens de “saberem” os nomes dos parentes do que no caso das mulheres. Estas, mesmo quando esquecem uma ou outra informação, têm maior êxito na tarefa de listar parentes (ver DAMATTA, 1987, p. 197; ZONABEND, 2000).



Figura 75 – Ao lado, retrato de Desalda Januária Fraga e, acima, retrato de Anita Lopes Moraes durante Festa do Divino de 2013 (Fotos Andrea Eichenberger e Marta Machado, respectivamente)

Agora, como é possível perceber uma relação, acima evocada, entre a lembrança dos antepassados e a convivência? Em geral, ao nomear um familiar, as pessoas costumam sugerir que ele/ela, no passado, “viveu junto com”, ou morando na mesma casa (família) ou no mesmo lugar, i.e., na vila-sede, nas imediações da vizinhança local, onde as relações recorrentes de colaborações mútuas entre parentes e/ou vizinhos ganham destaque nos detalhes em que tais ascendentes são trazidos à memória: o pai que vinha do mar com o peixe; a mãe que fazia renda de bilro para vender, o avô que tocava na Banda da Lapa; as tias que moravam “com a gente” e dependiam de cuidados, e assim por diante. As trocas no dia-a-dia, hoje, compreendem ajudas de diversos tipos, e o auxílio a parentes (aos avós idosos ou doentes, por exemplo)

surge, frequentemente, como uma atribuição de “todo mundo” que faz parte da “família”, comportamento observado desde o residir em pequenos grupos numa “casa” (identificada, muitas vezes, pela palavra “família”), até as práticas diárias, propriamente ditas, de cuidado, alimentação e interesses outros da vida de um parente e/ou vizinho.



Figura 76 – Casas: as pessoas e a vida local (Fotos Andrea Eichenberger e Marta Machado)

Quanto a este tema da memória genealógica (RIVERS, 1991 [1910]; LÉVI-STRAUSS, 2003 [1949]; ZONABEND, 2000) na Freguesia atualmente, uma exceção deve ser atribuída, por exemplo, ao seu Agenor Firmino da Silva (hoje falecido), que guardava nomes e sobrenomes de muitos dos seus antepassados.² Ele soube informar nomes completos do bisavô materno, dos avós paternos e maternos, dos muitos tios/tias por parte de pai e de mãe, de inúmeros primos/primas (de ambos os lados) de sua “família”. Como no caso da dona Desalda Januária Fraga (prima-irmã do seu Agenor por parte de pai), o citado morador dizia que “todos” os seus parentes, pelo lado materno e paterno, eram nascidos “na Freguesia”. Ora, a observação sobre a memória privilegiada dirigida a esse morador – já apresentado no primeiro capítulo da tese – é interessante, porque ele foi assim reconhecido na comunidade, ou melhor, como alguém que “lembra”, aliás, de “muita coisa”, e também de nomes e sobrenomes, reconhecimento que o mesmo comentava dizendo: “Eu não sei de

² Em suas conversas, seu Agenor chegou a observar que, apesar de seu “pouco estudo” (quarto ano primário), ele conseguia guardar muitas informações na “memória”, porque esta era “boa”, mas também porque ele costumava ouvir dos pais e avós as coisas sobre “o Ribeirão”. Essa relação com os fatos corriqueiros da Freguesia e com as falas e os comentários dos mais velhos (no passado) acerca dos acontecimentos permite compreender, pelo menos em parte, algumas das razões para a “boa memória” do morador e o seu modo particular de “lembrar” nomes, sobrenomes e “muita coisa”, como diz a gente do lugar. Por exemplo, a lembrança do bisavô materno (João Rosa Fraga) como um dos “fundadores” da primeira “banda de música” (a “Banda da Cera”) da Freguesia do Ribeirão, pelos idos de 1870.

nada...”, enquanto seguia se esforçando para recordar nomes e apresentar uma lista mais extensa de parentes.

Efetivamente, a afirmação sobre uma privilegiada memória³ do seu Agenor tem sentido – como fazem diversas pessoas do lugar ao mencionar o seu nome –, de início, comparando-o a outros membros das famílias que, na vila-sede, são tomadas pelo signo do parentesco: “Aqui, todo mundo é parente”, dizem os negros sobre si (indicando uma a uma as casas, os casais e seus/suas filhos/as), e asseveram igualmente sobre si os brancos do lugar. Neste estudo, é sabido, ocupo-me dos primeiros, e, desse modo, atentando para concepções locais de parentesco e família que seguem tal recorte, embora estas não possam ser entendidas como totalmente exclusivas de uns e/ou excludentes de outros. Observo-as apenas relativamente a aspectos recorrentes entre as gentes das famílias aqui descritas, como se depreende do exemplo do aviso frequente de não “lembrarem” os nomes dos ascendentes. Ora, diversas vezes, a pergunta pelos antepassados (paternos e maternos) torna-se uma questão difícil de resolver. Quando muito, sabe-se indicar um apelido, ou nem isso. De maneira geral, os parentes recordados mais facilmente são aqueles nascidos “no Ribeirão” (na Freguesia), i.e., aqueles que residiram na vila, muitos dos quais têm hoje o(s) seu(s) nome(s) ou apelidos gravados na memória coletiva, por assim dizer, em forma de notícias do tipo: “o pai do seu Agenor”, “a mãe da Licinha”, “o pai do seu Manoel”, “o marido da Didi”, “o tio da dona Desalda”, “a mãe da Ada”, “a mulher do seu Osmarino”, e assim por diante.

³ No primeiro capítulo da tese, introduzo uma reflexão sobre a memória (coletiva) e a pertinência de algumas ideias (POLLAK, 1989; 1992; NORA, 1993; SÁ, 2005) para pensar o modo como os moradores da Freguesia do Ribeirão compreendem memória e (sua) história nas dinâmicas das elaborações simbólicas sobre a sua existência no lugar. Nesta seção, o assunto ganha uma particular importância, porquanto é a memória que, de certa forma, ajuda a entender como as pessoas (os “parentes”) mantêm vínculos pelos quais planejam e operam a vida na vila-sede. Não se trata, porém, de trazer aqui os diversos desdobramentos e perspectivas referentes aos estudos sobre as diferentes “facetadas da memória”, tarefa que exigiria outros caminhos e escolhas (ver, por exemplo, CAVIGNAC; VALENÇA, 2005).



Figura 77 – Acima, Ada Jesuína dos Santos e seus netos; ao lado e acima, Alice Maria Martins, “Licinha”; ao lado e abaixo, Maria Solange [da Silva] Fraga, “Didi” (Fotos, acima, sem autoria; ao lado [acima e abaixo], fotos de Marta Machado e Andrea Eichenberger respectivamente)

Dá que é possível notar nos nomes dos/as moradores/as mais velhos/as (seu Agenor, Licinha, seu Manoel, dona Desalda, Didi, seu Osmarino, Dedinha, Ivonira, Delurdes, dentre outros), atualmente mantidos/as como alguma referência na comunidade (da família, dos parentes, da memória e/ou da história do lugar), algo que poderia garantir a (“verdadeira”) apreensão dos laços familiares que são reatualizados, para dizer de algum modo, na vila-sede, aí estabelecidos ao longo da vida das pessoas (as já falecidas e seus parentes de hoje), aliás, como se depreende também do que dizem agora os/as mais velhos/as acerca de si: “Nasci aqui, aqui me criei e aqui vou morrer”. Em outras palavras, essas pessoas são na atual época uma espécie de elo para a memória que vê no parentesco e nas relações familiares aquilo que organiza o seu mundo, a sua vida social. De modo geral, isso é o que procuro sugerir nesta tese. Razão por que o tema tem sido evocado ao longo do estudo, e o será particularmente em outros momentos do presente capítulo.



Figura 78 – Acima, Delurdes Vieira; ao lado e acima, Cláudio Agenor da Silva e Iracy Maria dos Santos Silva; ao lado e abaixo, Alécio Heidenreich e Arnaldo Manoel Feliciano, “Dedinha” (Fotos Marta Machado e foto do facebook da Banda da Lapa, sem autoria)



Agora, grosso modo, há quem afirme haver na Freguesia “duas famílias que fizeram o Ribeirão”: a família “de pretos” e a família “de alemães” (de partida, trata-se da referência a alguns sobrenomes: Heidenreich, Wolff e Fenner).⁴ Certamente, nas relações diárias, o assunto é bem mais complexo que isso. Adiante, retomarei a questão dos sobrenomes cujas famílias são apontadas como de “raiz” na Freguesia, e também os de outras famílias. De todo modo, é importante sublinhar que as indicações ora mais gerais, ora mais específicas sobre o que seja uma “família” na vila-sede, por um lado, sugere a ocorrência de significados múltiplos para o referido termo, como se constata também em estudos afins sobre outras localidades da Ilha (RIAL, 1988; MALUF, 1993, p. 24; WIGGERS, 2006, p. 115; CARUSO, 2011, p. 38, BRITTO, 2012, dentre outros). Aqui, será importante explicitar qual significado (ou quais) as pessoas partilham no lugar. Por outro lado, isso

⁴ Para *Algumas notas sobre a presença germânica na Freguesia do Ribeirão*, ver LUZ, 1997, p. 17-29.

ajuda a pensar uma complexidade tal levando em conta que uma “crença” nativa num parentesco consanguíneo comum a muitos indivíduos pode reforçar “[...] o fato de que mesmo hoje, quando se acentuam as tendências de uma nuclearização maior do grupo familiar, os contornos entre família, a parentela e os grupos de vizinhança são ainda difusos e muitas vezes se confundem” (MALUF, 1993, p. 19). Nesse sentido, a advertência é apropriada para lembrar os matizes de uma definição nativa, por exemplo, sobre família, e para considerá-los ao tentar dizer o que esta significa para a organização das pessoas na comunidade hoje. Ou seja, quanto à Freguesia do Ribeirão, ainda que a família conjugal e a casa tenham contornos particulares entre si e aparentemente bem definidos, há uma grande variação em torno do que lá se entende por família,⁵ parente e comunidade.



Figura 79 – À esquerda, Arnaldo Manoel Feliciano, “Dedinha”, e, à direita, Nilson Nerto Fraga e Agenor Firmino da Silva Júnior, “Desinho” (Fotos Marta Machado e Andrea Eichenberger)

⁵ Na primeira parte do seu livro *Sociologie de la famille*, dedicada ao “espaço do parentesco”, Martine Segalen (2004 [1981], p. 35-58) questiona, à partida, a ideia frequentemente corrente entre estudiosos de que as famílias antigas (ou os números de componentes destas) eram maiores relativamente àquelas das sociedades contemporâneas, cuja configuração apontaria para certo “estreitamento” familiar. Nesse sentido, a autora não apenas procura corrigir uma falsa visão, por exemplo, com relação à Europa, mas evoca um conceito mais amplo que permitiria abarcar uma variedade de tipos e estruturas familiares, inclusive para além do tamanho das famílias. Daí a noção de “grupo doméstico” (simples ou complexo) preferentemente à de família. No caso, a autora privilegia a dinâmica dos grupos de família diversos e considera esta como processo no tempo e no espaço, coerente com uma abordagem que se beneficia igualmente de pesquisas históricas e demográficas (ver também SEGALEN, 1992, p. 37-54). Embora esse conceito resulte interessante à descrição das mudanças e continuidades na organização familiar no Distrito de Ribeirão da Ilha hoje (WIGGERS, 2006), gostaria de manter, aqui, a noção de família, no caso, ligada a casa, e vice-versa, por razões que serão (espero) esclarecidas neste capítulo.

Entre perspectivas e expectativas familiares

Com efeito, diante de certa fluidez das perspectivas orientadas pelas falas dos/das moradores/as sobre família e parentesco, torna-se relevante expor algumas expectativas desta pesquisa com relação a conceitos e definições que, pelo longo percurso dos estudos de parentesco na antropologia (FOX, 1986) – e pelas constantes mudanças apontadas por esse campo do saber hoje –, possam indicar escolhas feitas nesta etnografia para descrever e comparar concepções e práticas entre “parentes” – aqueles aqui privilegiados – na Freguesia do Ribeirão. Da visão de uma antropologia clássica sobre família e/ou parentesco (por exemplo, LÉVI-STRAUSS, 1982 [1956]; HÉRITIER, 1989) às diversas formas de discutir o assunto “desnaturalizando-o” (FONSECA, 2010; ver também SARTI, 1992) em proveito da complexidade e diversidade de situações existentes em diferentes sociedades contemporâneas, parece haver atualmente uma nítida constatação de que o parentesco nunca sai (ou saiu) “da moda”. É oportuno, então, saber a que (ou quais) moda(s) eu estou me referindo no presente estudo. Nesse sentido, não menos clássica seria a pergunta que Martine Segalen (2004 [1981]) faz na conclusão do seu livro (escrito em 1979) traduzido em vários países, intitulado *Sociologie de la famille* sobre o modelo da chamada família ocidental. Indaga a autora: “um mito?” E o (modelo) descreve sucintamente: “Fundado por um casamento monogâmico, apoiado sobre um casal estável, articulado em torno de papéis sexuais estritamente partilhados (divididos) entre os cônjuges” (SEGALEN, 2004, p. 277, tradução minha), este seria o protótipo de família entre os anos 1960-70, como produto da industrialização e trazendo consigo a vocação universal de uma forma acabada da instituição (a família) pelas vias da modernidade.⁶

⁶ Nessa obra, à introdução, ao referir-se às relações entre história e sociologia, Martine Segalen (2004 [1981]) fala sobre “as diferentes modernidades” – diga-se de passagem, assunto que aparece como recorrente e atual nas ciências sociais contemporâneas (SINGLY, 2007 [1993]; LATOUR, 1994; GIDDENS, 2000; EISENSTADT, 2001; HALL, 2011; STRATHERN, 2014; 2015, dentre outros) –, enfatizando diversos aspectos das mudanças e das continuidades observadas na modernidade quanto ao tema família, suas práticas e teorias. Assim, ora a modernidade seria confundida pelos sociólogos (1950-60) com urbanização e industrialização, opondo uma “família moderna” àquela “tradicional”; ora a modernidade seria explicada (a partir dos anos 1970) pelo advento da afetividade e dos novos sentimentos, associada à ascensão da vida privada, e, nesse sentido, a “família moderna” seria o lugar de socialização da criança, unindo infância e conjugalidade, entre outros fatores de inovação (ARIÈS, 1981). Colocando em perspectiva (histórica e etnológica) “o mito do modelo familiar ocidental”, a

Explorando a polissemia da palavra família – “[...] ele [o termo] designa indivíduos ligados pelo sangue e pela aliança exatamente como [‘tout comme’] a instituição que rege esses laços” (SEGALEN, 2004, p. 18, tradução minha) –, a socióloga/etnóloga parte da dimensão dinâmica da organização social e de suas transformações em contextos específicos, tendo em conta processos históricos de mudança das sociedades e das relações familiares, questionando “um modelo ocidental” de família, e abrindo-se à pluralidade de versões variantes desse fenômeno. Como bem lembra Juan Bestard Camps no prólogo à edição espanhola de *Antropología histórica de la familia* (SEGALEN, 1992): “Ni la familia nuclear puede considerarse como un producto de la industrialización, ni los lazos de parentesco han dejado de tener vigencia en nuestras sociedades contemporáneas completamente urbanizadas” (CAMPS, 1992, p. 13). Tal é o salto de refinamento teórico que se veria surgir em diferentes partes do mundo cujas mudanças nos estudos de parentesco e família caracterizariam novas pesquisas e outros rumos de abordagem para além de interpretações “simples, únicas e lineares” (SEGALEN, 2004, p. 14). Além dos estudos, inovadores à época, da autora sugerindo a interação analítica entre diferentes campos das ciências sociais e juntando extensão histórica (tradição e modernidade) à dimensão etnológica (descrição minuciosa dos tipos e das estruturas de parentesco em determinadas figurações, por exemplo, SEGALEN, 1991 [1985]), outros enfoques, nesse sentido, vêm de pesquisas desenvolvidas em situações (e matizes) os mais diversos nos Estados Unidos e na Europa (por exemplo, GUTMAN, 1977; CLAVERIE; LAMAISON, 1982; CAMPS, 1986).⁷

No Brasil, as expectativas surgidas na antropologia brasileira com as transformações referentes às famílias no final do século XX e com os consequentes debates acadêmicos em torno do assunto parentesco e família – discussões capitaneadas internacionalmente pela

autora aponta para “as modernidades reinventadas sem cessar”, e propõe uma antropologia histórica da família onde “certa simpatia” pelos sujeitos indica uma abordagem aberta aos processos históricos de mudanças das sociedades e das famílias, sem esquecer que estas estão na ordem do dia do mundo contemporâneo ou precisamente por conta disso (SEGALEN, 2004, p. 9-19; 1992, p. 19-24; ver também BURGUIÈRE; KLAPISCH-ZUBER; SEGALEN; ZONABEND, 1986; GULLESTAD; SEGALEN, 1995). Em momento oportuno, adiante, voltarei à definição de modernidade, no caso, para situar tal conceito na descrição etnográfica das relações familiares na Freguesia do Ribeirão hoje.

⁷ Para um exame crítico mais pormenorizado sobre estudos antropológicos acerca de “padrões familiares alternativos na sociedade complexa”, ver FONSECA, 2004, p. 53-58. Particularmente, quanto às transformações consideradas desde o campo da “sociologia da família” na França e seus contrapontos, ver PEIXOTO, 2007, p. 11-28.

crítica de David Schneider (1984) aos estudos de parentesco então vigentes na disciplina nos anos 1970-80⁸ – abririam novas pautas de investigação para décadas seguintes, colocando em destaque o estudo das sociedades complexas e os novos problemas característicos a elas (FONSECA, 2010, p. 123-131).⁹ Nesse caso, o amplo espectro de abordagens contemporâneas no campo do parentesco, neste momento, motiva-me a buscar algumas pesquisas junto às quais entendo ser possível propor um exame etnográfico desde as relações familiares na Freguesia do Ribeirão hoje. Como tenho lembrado, o ponto de partida são as/os moradores “do Ribeirão” e seus discursos (não apenas a linguagem, seguindo LATOUR, 2004) acerca de ideias correntes em seu cotidiano, como “família”, “parente”, “comunidade”, e tantas outras pelas quais procuro descrever a configuração local.

Em seu artigo *O xadrez do parentesco e o parentesco do xadrez*, Roy Wagner (2011) não deixa a/o leitor esquecer, mais recentemente, que o parentesco “no momento em que se torna um objeto de estudo antropológico já é quase uma abstração matemática, um gerador de eventos que o seu parente comum dificilmente reconheceria” (WAGNER, 2011, p. 32). De fato, o antropólogo usa a sua privilegiada imaginação para pensar que “tanto o *campo de jogo* quanto o *elenco dos jogadores* fazem parte de um desenho mais amplo, de um quadro arbitrário para o desdobramento de destinos” (WAGNER, 2011, p. 17, grifos do autor). Nessa advertência parece haver subentendidos alguns dos argumentos do autor (que merece ser lido na íntegra) para eu situar minhas escolhas (teórico-metodológicas) em ordem a privilegiar alguns dos temas relevantes tomados das falas da gente “nascida” e “criada” na vila-sede que, penso, me permitem introduzir questões fundamentais à

⁸ Ver, por exemplo, o que sublinha Chantal Collard (2000, p. 639-640) sobre “David Schneider: o parentesco como símbolo”, e outras pesquisas inovadoras nesse campo de estudos. Nesse sentido, a autora lembra, além de Schneider, as críticas teóricas ao parentesco de Edmund Leach (1961 apud COLLARD, 2000) e Rodney Needham (1971 apud COLLARD, 2000), e o importante trabalho das feministas, sobretudo nos Estados Unidos, dando “um novo impulso” ao estudo do parentesco e contribuindo amplamente para a “reconstituição” desse campo. Collard cita o exemplo do livro editado por Jane Fishburne Collier e Sylvia Junko Yanagisako, que coloca em questão as fronteiras entre os estudos do parentesco e do gênero na teoria antropológica (1987 apud COLLARD, 2000, p. 636-637, tradução minha).

⁹ Para uma avaliação mais detalhada sobre as diferentes circunstâncias e etapas pelas quais as transformações no campo antropológico de estudos de família e parentesco, particularmente no Brasil, podem (e devem) ser consideradas, ver FONSECA 2010, p. 123-154. Incluindo nessa panorâmica os estudos de gênero e suas interfaces com o parentesco, ver FONSECA, 2003, p. 5-31. Para um exame sobre a orientação e os desenvolvimentos mais significativos do campo de pesquisas de parentesco no cenário internacional, ver GONZÁLEZ ECHEVARRÍA, 1994; COLLARD, 2000, p. 635-658; RIVAS, 2009, p. 7-19, dentre outros.

antropologia no sul do Brasil, mormente relacionadas ao parentesco, à família, às/aos negros e a formas alternativas de vida (FONSECA, 2002; 2004; 2005; DUARTE, 1988) no mundo contemporâneo.

Se “os fenômenos antropológicos cobertos pelo rótulo ‘parentesco’ estão longe de compor uma matéria homogênea, dotada de organização interna e limites definidos” (SILVA, 2014, p. 2, grifo do autor),¹⁰ este estudo, tendo em conta tal assertiva, procura se mover dentro de algumas possibilidades sugeridas pela descrição etnográfica, a qual fornece, primariamente, certa unidade descritiva (EVANS-PRITCHARD, 1972) e aponta para aspectos salientes que, é minha convicção, permitem observar com minúcia a situação da localidade em pauta. Um elemento seguinte, por assim dizer, de tratamento do tema refere-se ao uso que faço de parentesco e família como conceitos relacionais assim considerados nas pesquisas sobre sociedades complexas, em especial, desde fins dos anos 1990 (MARCELIN, 1999; FONSECA, 2004; 2010). Nessa direção, outro elemento é compreender enfoques e preocupações etnográficas diversas do assunto, seja em áreas reconhecidas como urbanas ou rurais, cujas particularidades têm sido apresentadas partindo das concepções e elaborações dos sujeitos investigados (FONSECA, 2002; 2004; DUARTE, 1986; WOORTMANN, 1987; WOORTMANN, E. 1995; BRANDÃO, 1994; HARTUNG 2000). O que tenho em mente – e este é mais um elemento para o exame da figuração na Freguesia do Ribeirão e, sobretudo, das famílias aí constituídas – é reter dessas contribuições evidências etnográficas entre camadas mais pobres, tomando o parentesco (e a família) como organizador da existência das pessoas, permitindo que estas falem por seus discursos, por suas práticas e modos de viver.

É sabido que as abordagens sobre parentesco e família podem ter interesses, focos e eixos muito díspares de análise no conjunto atual de estudos antropológicos no Brasil (FONSECA, 2010), com construções de ênfase ora mais teórica e/ou da ordem dos princípios, por exemplo,

¹⁰ Fragmento retirado de um texto, chamado pelo autor de “versão preliminar”, apresentado por Márcio Silva como palestra de encerramento do seminário *Parentesco, Redes Empíricas Matrimoniais e Metodologias Computacionais*, organizado pelo A-Funda (Núcleo de Estudo em Antropologia Fundamental) e realizado no PPGAS/UFSC em junho de 2014. O antropólogo “argumenta em favor da construção de procedimentos que permitam o tratamento unificado de categorias, normas e práticas em um mesmo plano analítico, com o emprego de métodos computacionais” (SILVA, 2014, p. 1; ver também HAMBERGER et al., 2004, dentre outros). Embora eu reconheça a importância e o interesse da “construção de métodos computacionais nos estudos de parentesco” atualmente, advirto que esta tese percorre um caminho distinto. Reservo para futuros trabalhos a análise computacional da “rede empírica” por mim recolhida em campo, que serve às reflexões ora propostas.

ora mais sociológica e/ou da ordem das relações interpessoais, e assim por diante. Não obstante, entendo que as diferenças não são instâncias excludentes entre si, antes, são matizes e escolhas de perspectivas que lembram algo ultimamente assinalado por Marilyn Strathern (2015):

[...] Os tipos que interessam aqui abrangem o campo conceitual (ou categórico) e o campo interpessoal. De um lado, estão as relações que parecem fazer conexões por meio da lógica ou do poder de articulação que desenvolve sua própria dinâmica; de outro, as relações conduzidas em termos interpessoais, conexões entre pessoas moduladas com uma história detalhada e particular. Podemos focalizar tanto a divisão pressuposta nos dois tipos como o fato social rotineiro de que ambos são bem administrados, ao mesmo tempo, lado a lado. De um modo ou de outro, *é a capacidade de lidar com ambos, conjuntamente*, isto é, operar dois tipos de relações ao mesmo tempo: essa é a ferramenta. [...] Em suma, o modelo de relação usado pelos antropólogos é uma ferramenta investigativa que a disciplina tomou emprestada de uma habilidade amplamente presente e compartilhada na vida social. [...] É por isso que o enfoque naquilo que é relacional permanece um ponto forte crucial na antropologia social; dentre outros motivos, devido ao desejo da antropologia de transitar entre relações conceituais e interpessoais e suas descrições da vida social. De minha parte, acredito que a antropologia, assim, atinge uma certa verdade sobre a socialidade que não poderia ser capturada de nenhuma outra forma. (STRATHERN, 2015, p. 12-14, grifos da autora).

Na presente etnografia, o experimento (WAGNER, 2014) descritivo das relações familiares na vila-sede inscreve-se ainda num plano comparativo no qual se encontram pesquisas, já citadas em outros capítulos e/ou seções desta tese, dedicadas ao estudo de comunidades locais da Ilha de Santa Catarina (RIAL, 1988; MALUF, 1993 [1989]; GIMENO, 1992; FLORES, 1997; LACERDA, 2003; WIGGERS, 2006; CARUSO, 2011; BRITTO, 2012, entre outros), procurando sublinhar as especificidades que marcam a configuração da Freguesia e seus

moradores hoje. Cabe igualmente anotar que, dentre inúmeras pistas possíveis, este trabalho se concentra na ideia de casa (e “família de raiz”) que, juntamente com outros dados e concepções, a meu ver, ajuda a melhor entender a socialidade na sede distrital hoje (CAMPS, 1986; LÉVI-STRAUSS, 1991; HUGH-JONES, 1995; PINA-CABRAL, 1995; MARCELIN, 1999; WIGGERS, 2006).



Figura 80 – Acima, o casal Marivaldo Pereira e Auréia Rios Pereira em sua casa na “rua de baixo”, e, abaixo, Alice Maria Martins, “Licinha”, em sua casa na “rua de cima”. (Fotos Marta Machado)

Uma “casa” e seus múltiplos significados

Nas primeiras vezes que conversamos, Cláudia Fraga (47 anos) me dizia com frequência: “Vai lá na minha casa!” Logo, eu viria a saber do que se tratava. De fato, ela me convidava a conhecer “a minha família”, como acabou explicando, o que quer dizer a casa dos seus pais, onde Cláudia já não morava mais à época (2006) e nem mora hoje – ela vive com o pai do seu filho (único) e com este na localidade de Rio Tavares. No entanto, desde quando a conheci, Cláudia frequenta, quase

todos os dias, a casa dos pais, sobretudo, porque, trabalhando como agente do “posto de saúde” instalado na Freguesia do Ribeirão,¹¹ aí ela permanece a maior parte do tempo. Como a própria Cláudia lembra, ela está “sempre” junto de sua família. Filha mais nova do seu Manoel João Fraga Filho (falecido em maio de 2007) e da dona Desalda Januária Fraga (atualmente acamada e totalmente dependente das duas únicas filhas), ela divide com sua irmã mais velha (divorciada) os cuidados com a mãe na casa desta. Então, no caso da Cláudia, assim como é possível notar nas práticas dos moradores da vila-sede, a palavra família ganha diferentes conotações, compartilhadas em diferentes circunstâncias em que uma ideia tal é evocada. Inicial e fundamentalmente, família é aquela “na casa” onde alguém nasceu e foi criado, em geral, junto aos pais e a um/a ou mais irmãos/ãs (seria, então, chamada “a minha família” da Cláudia). Na Freguesia, uma nuclearização dos grupos familiares levaria aparentemente, portanto, à ideia de família conjugal (nuclear), fazendo-se referência às pessoas com quem se vive (na casa) grande parte da vida, do nascimento de um grupo familiar (pais e filhos dependentes) até a sobrevivência e convivência deste – com o desenvolvimento das pessoas do grupo – no decorrer dos anos.¹²

¹¹ Segundo alguns moradores, “posto de saúde” na Freguesia do Ribeirão é algo que existe, aproximadamente, desde os anos 1970, quando eram oferecidos tratamentos médicos e odontológicos para os moradores do distrito. Inicialmente, o posto teria funcionado nas dependências da Intendência. Mais tarde (anos 1990), o atendimento passaria para o Centro Comunitário da vila-sede, época em que estariam ativos outros postos médicos em quatro outras localidades intradistritais (Alto Ribeirão, Tapera, Base Aérea e Caieira da Barra do Sul). Atualmente, há um prédio novo com instalações especialmente feitas para o chamado “Centro de Saúde Ribeirão da Ilha”, o qual é mantido pela administração municipal (Secretaria de Saúde), e homenageia um antigo morador (hoje falecido) não “nascido” na vila-sede, que aí teria vindo residir, sendo lembrado pela gente do lugar como “o primeiro enfermeiro da Freguesia” (a vila): Angelo Bonatelli. Situado na “rua da igreja” (Rua Alberto Cavalheiro), a “rua de cima”, o posto passou recentemente por reformas subsidiadas pelo governo federal e pela prefeitura. Algumas pessoas afirmam que o “postinho” seria da “época da Angela Amin” (prefeita de Florianópolis entre 1997-2000).

¹² A imagem de família da infância aos dias atuais, sugerida pela Cláudia em suas falas, coloca pai, mãe e filhas (ela e a irmã) como referência, à partida, do grupo familiar. Entretanto, outras pessoas podem ser – e com frequência são – citadas por “morarem com” e/ou conviverem com a gente da “casa”. Entendo que é importante aqui considerar ambas as formas de descrição (pais e filhos/pais, filhos e outros parentes na casa) do que a moradora denomina por “família”, até porque isso demonstra a capacidade móvel de uma figuração tal. Procura-se apontar esse aspecto na sequência do texto.

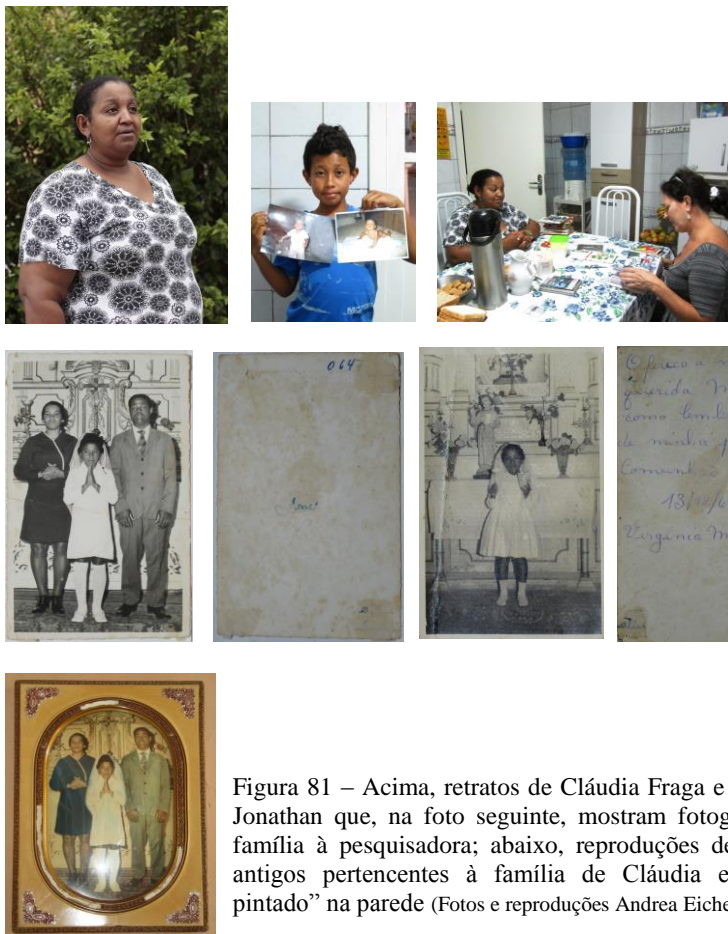


Figura 81 – Acima, retratos de Cláudia Fraga e seu filho Jonathan que, na foto seguinte, mostram fotografias de família à pesquisadora; abaixo, reproduções de retratos antigos pertencentes à família de Cláudia e “retrato pintado” na parede (Fotos e reproduções Andrea Eichenberger)

Em seguida, porém, como acontece no caso da Cláudia, esse termo pode atingir maior proporção, sendo utilizado para falar de algo como uma família estendida, i.e., incluindo-se na lista dos “de casa” outras relações de “sangue” e/ou de afinidade pelo “casamento” (à época acima referida, no relato da Cláudia, ela cita o seu “marido”, o “filho”, a sua “irmã”, um casal de “sobrinhos” e o pai destes, hoje, “ex-marido” da irmã), além de outros eventuais parentes consanguíneos e/ou afins que habitem ou tenham habitado, em algum momento (do presente ou passado), a casa da “minha família” e que, pelo convívio frequente (SEGALEN, 1992; 2004), desta partilhem o cotidiano, sendo

lembrados/as como “da nossa família”.¹³ Assim, pelo menos dois aspectos sobressaem na fala da moradora: de um lado, a forma constituinte e/ou reduzida (pais e filhos dependentes ou não) de algumas dessas relações familiares, e certa tendência à nuclearização em torno da ideia de família conjugal; de outro, o fato de que esta última se dá também nas relações, em geral, ampliadas para além desse formato restringido (SEGALEN, 1992; 2004) de pessoas dentro de uma casa, o que permite anotar alguma tensão entre ideias distintas de família (conjugal e/ou extensa) cujo reconhecimento e legitimidade local passam pelas regras de residência e convivência. Será preciso voltar a este segundo ponto, pois ele tem particular importância para a organização das famílias na vila-sede, e deve ser compreendido relativamente ao primeiro aspecto assinalado. Sem dúvida, nesse quadro presumivelmente mais geral sobre um padrão familiar compartilhado por todos, há exceções, e elas apontam para uma diversidade daquilo que se vê como a família idealmente trazida à baila pelos moradores. Ou seja, de fato, nesses arranjos familiares, há jovens casais sem filhos ou de solteiros (namorados morando juntos), viúvas/os, separados/as, ajuntados/as (com ou sem filhos), e assim por diante, coabitando na mesma casa e/ou no mesmo terreno.

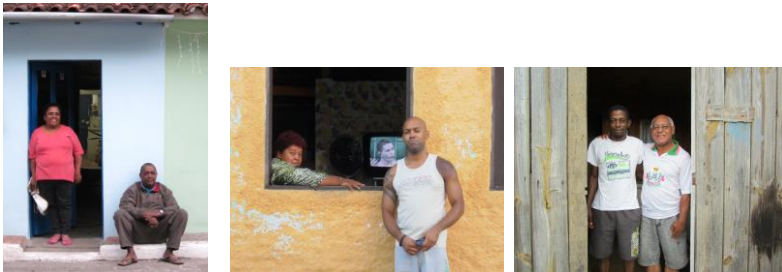


Figura 82 – Retratos de Virgínia Maria da Silva Cunha e Agenor Firmino da Silva Júnior “Desinho”; Maria Aparecida Garcia, “Cida”, e Carlos Eduardo Cunha, “Pitu”; Jean André de Maria e Norberto Cardoso de Souza (Fotos Marta Machado)

De todo modo, note-se, há diferenças no emprego que fazem os moradores da Freguesia do termo família. O que se mostra como um

¹³ Na narração da moradora, duas tias por parte de pai são lembradas nesse sentido. O finado pai da Cláudia, no passado, teria construído uma “casinha” atrás da residência da família para as duas irmãs (hoje falecidas) que precisavam de cuidados (elas sofreriam de “problema mental”). Ambas as tias moravam “com a gente” (a família), afirma Cláudia.

problema para a apreensão de como as pessoas a definem no lugar e qual experiência, no caso, é partilhada por todos. A questão é também interessante, porque sugere nuances que, acima, procuro identificar. Em geral, como se deduz das ponderações anteriores, família é compreendida no sentido de “casa”, i.e., algo que se aproximaria da chamada família conjugal (ou nuclear), a saber, pai, mãe e filhos, cujas relações cotidianas têm lugar no meio doméstico (a “casa”) entre as pessoas que deste compartilham graus de parentesco por “consanguinidade (pais e filhos; germanos entre si)”¹⁴ e afinidade (casamento dos pais). Agora, é interessante examinar o uso desses conceitos que, grosso modo, descreveriam uma “família” (conjugal ou nuclear). O problema está não apenas em determinar o que (e se isso) seria uma unidade social mínima (o grupo familiar doméstico) capaz de ser definida nesses termos pelos moradores, mas também em captar a especificidade local quando se usa a palavra família, para compreender suas variações e relações. E poder igualmente balizar concepções que ajudem a pensar o tema família e parentesco na vila. Certa unidade formada por um casamento entre um homem e uma mulher e seus filhos parece, em princípio, o que está na base da fala da Cláudia sobre a sua “família”.

No entanto, é preciso não tomar esse dado como natural (FOX, 1986 [1967]; ver também ELIAS, 2000 [1965]), o que me leva a compreender algumas das práticas dos moradores no lugar hoje quanto aos fatos do parentesco, este tão repisado pela gente da vila-sede. De fato, como supraindicado, eu procuro fazer menção a dois elementos distintos (em tensão) no discurso da moradora: uma ideia geral, “a família”, enquanto unidade local (a casa) de relações entre pessoas

¹⁴ Entendo, aqui, por germanos os/as filhos/as nascidos da mesma mãe e do mesmo pai (FOX, 1986 [1967], p. 33). É oportuno observar que, na Freguesia do Ribeirão – como de resto em muitos contextos da vida brasileira (por exemplo, sobre “circulação de crianças”, FONSECA, 2002) –, há casos de adoção de crianças nas famílias estudadas. No entanto, como a prática mais corrente nessa configuração repousa sobre uma ideia de que as gentes nasceram para “procriar”, procuro alinhar com a maioria das falas quando o assunto é “irmãos”, sem descuidar o fato interessante das adoções por alguns casais na vila-sede. Creio mesmo que, neste ponto, quanto aos grupos familiares investigados, há um costume particular à localidade, que é o de certa circulação de pessoas (crianças ou não) em algumas casas (famílias), como na menção que faz Cláudia Fraga a duas tias paternas. Em outras palavras, embora sejam coisas diferentes – adotar uma criança e cuidar de um/a parente (dependente) –, talvez resultasse produtivo um exame dos casos pelo viés da “circulação” (FONSECA, 2002; ver também SEGALÉN, 1992; 2004 sobre as funções de “assistência” da família). Nesta tese, contudo, o tema não será desenvolvido nessa perspectiva, ele terá lugar tão somente à luz de questões familiares mencionadas pelos próprios moradores, quando (e se) o assunto se mostrar importante para a descrição das relações locais.

unidas por diversos laços de “sangue” e “casamento”, sem que aí esteja uma residência (fixa) de todos os correlacionados nesse sentido, mas um lugar idealmente pensado como de convívio constante (“os de casa”), focalizando pessoas e relações (ver SINGLY, 2007, p. 46-47);¹⁵ por outro lado, há uma forma restringida (SEGALEN, 1992; 2004) de agrupamento dentro da “casa”, correspondendo à família de origem de alguém (pai, mãe e germanos), no caso, especificando também a residência (fixa) e a propriedade do imóvel, além das relações de ajuda e cooperação entre os seus membros levadas a cabo diariamente. Em contraste com esta última – para a qual François de Singly (2007) utiliza a expressão “família restrita” –, aparece uma imagem estendida, por assim dizer, de “uma família” cujos membros estariam reunidos por vínculos “de sangue”, de “casamento”, de convivência e “ajuda” e por residência enfim. Como se depreende da fala da moradora (Cláudia Fraga), na vila-sede, há vários matizes envolvendo um discurso acerca “da minha família”.



Figura 83 – Silvana Adir Cardozo Santiago e Vanderlei Santiago com a filha e o namorado desta (Foto Marta Machado)

No caso, o conceito de “família nuclear” (ou conjugal), muitas vezes, não se opõe ao de “família extensa” (ou, como em SINGLY, 2007: “família restrita” versus “família extensa”), antes, compõe com esta um conjunto possível para certa unidade local. Como indagaria uma moradora e sua filha “do Ribeirão” pensando o seu modo de viver: “Família? É um monte de gente dentro de uma casa, não é?” Dentre múltiplos sentidos que se poderia supor disso, há um plano situando

¹⁵ Na esteira de Émile Durkheim, refletindo sobre escola e família, François de Singly (2007) lembra “o argumento principal” daquele em torno da “focalização nas pessoas”. Nessa perspectiva, considerando a sociologia francesa, o autor ressalta: “[...] A equivalência entre a palavra família e o conteúdo ‘pai, mãe e filhos’ só passa a ser evidente no século XIX. [...] A intimidade da família foi progressivamente preservada, sinal de sua valorização. A organização do espaço familiar reflete, também, este cuidado para estar entre si, distante dos amigos, dos clientes, dos servidores” (SINGLY, 2007, p. 47, grifo do autor).

pessoas e relações (“parentes”), de formas diferenciadas, porém complementares, num jogo de trocas e ajudas incessantes, “a família”, dentro de uma “casa” ou relacionadas a esta. Existe, pois, algo como um estatuto local de estar (móvel) família em geral. Isso não dispensa – muito pelo contrário – as tensões e rupturas nos grupos, ou talvez o esforço das gentes para contornar as vicissitudes da “modernidade” cuja tendência atual ameaçaria “a família” etc. Portanto, para os interesses deste estudo, considero a família nuclear (BRANDÃO, 1994, p. 118) ou conjugal de maneira restringida (pai, mãe e filhos), mas apenas para compreendê-la relacionalmente ao sentido de família extensa (SEGALEN, 1992; 2004; BRANDÃO, 1994; WOORTMANN, E. 1995; WIGGERS, 2006; CARUSO, 2011, entre outros)¹⁶ enquanto um agrupamento estendido que incorpora diversos elementos (descendência e/ou filiação, casamento, diversas gerações e parentescos outros, e relações de variados tipos em torno deles). O que me parece mais adequado ao exame das relações familiares na Freguesia do Ribeirão hoje é manter certa tensão entre família conjugal (ou nuclear) e família extensa (vista com “menor rigor”, BRANDÃO, 1994, p. 119). Talvez os exemplos nas seções seguintes possam dar um melhor entendimento à questão.

Conjugal ou extensa? “É tudo família!”

Na Freguesia do Ribeirão, a imagem frequente de família sugerida pela Cláudia Fraga e por grande parte dos/das moradores/as parece corresponder, muitas vezes, a uma forma de organização social patriarcal,¹⁷ e, nesse sentido, os fatos do parentesco no lugar permitiriam

¹⁶ É importante frisar que as inúmeras formas e situações familiares, desde as quais seria possível discutir conceitos e concepções, por exemplo, em torno dos tipos de família (ou o que as pessoas entendem por isso ou aquilo), extrapolam, e muito, os limites desta reflexão, e os estudos dos autores citados como exemplo assim apontam para uma multiplicidade de noções, discursos e práticas. Aqui, procuro uma espécie de meio termo entre modos familiares na vila-sede, que me permita mostrar uma tensão entre continuidades e mudanças na maneira da gente dizer “a família”, em geral, nessa configuração.

¹⁷ No caso da Freguesia do Ribeirão, denomino de patriarcal uma figuração tal cujas relações de família, muitas vezes, são explicadas pela autoridade do “honrado pai de família”, e pelo modo como “pai” e “chefe” seriam equivalentes em diversas práticas (e seus sentidos) que exigem dos homens (e atribuem a eles) poder, decisão, força política etc. No entanto, é sabido que muitas pesquisas têm ampliado (e questionado) certa tendência de limitar (e opor) as formas de organização das famílias no Brasil em estudos voltados ou para um modelo patriarcal, ou para um padrão conjugal moderno (CORRÊA, 1994, p. 15-17). O que decorre das formas familiares na vila-sede, diferentemente, sugere que as suas transformações

perguntar por que os laços conjugais estão “firmemente institucionalizados” (FOX, 1986, p. 44) na vila-sede, como no caso dos pais da Cláudia, por exemplo? E quanto às exceções a um suposto padrão local de família conjugal institucionalizada? A própria Cláudia não se casou pelas vias legais (na “igreja” e no “civil”), diz-se “ajuntada” com o pai do seu filho. A sua irmã é divorciada, embora tenha feito grande esforço para “salvar” o casamento (este realizado no religioso e no civil, em geral, matrimônio chamado pelos do lugar de “certinho” ou algo do gênero).¹⁸ E quanto a outros exemplos que relativizam, na localidade, a concepção de família conjugal, apontando, como supracitado, “contornos difusos” (MALUF, 1993) entre as relações de família, parentes, vizinhos etc.? No caso, seria possível questionar, partindo de tal configuração, um modelo único (e universal) de família. Ora, gostaria de sugerir, em contraponto, o interesse pela descrição que leve em conta tanto uma institucionalização do laço conjugal quanto certo declínio deste nos dias de hoje na Freguesia, considerando igualmente outros elementos importantes para algumas mudanças, como, por exemplo, o significado dos laços entre mãe e filhos – incluindo a agência das mulheres (mães e/ou esposas) na convivência familiar em questão –, a vinculação entre casa-família, e o conjunto mais abrangente das relações de solidariedade, ajuda, amizade etc. na “comunidade”.

Com efeito, nessa definição de família inicialmente captada estariam igualmente ideias de intimidade (entre pais e filhos, e entre

pulverizam uma ideia única de família saída desse ou daquele modelo. Procuo, portanto, sublinhar o contexto local das relações familiares e aquilo que este aponta no sentido de algumas das especificidades da vila-sede hoje.

¹⁸ Em geral, nas famílias da vila, os matrimônios são institucionalizados no “religioso” (igreja católica) e no “civil” (cartório), como informam as/os moradores, sobretudo entre casais mais velhos (com mais de 30-40 anos de união). Eu diria que esse modo continua a ser uma espécie de horizonte dos discursos que afirmam pretender e optar por fazer “tudo certinho”. No entanto, entre as famílias examinadas, atualmente, há notícias de diversas separações e/ou uniões informais (casais jovens “ajuntados”), em especial, entre os mais pobres. Agora, numa configuração tal, em que há um forte catolicismo e uma moral religiosa a integrar o espectro local das relações ditas familiares, uso a imagem do “institucionalizado” para compreender as formas de “casamento” reconhecidas pela gente do lugar como “certinhas” (religioso/civil) e aquelas referentes a contingências, por exemplo, devidas a “falta de escolhas” (DAMATTA, 1987, p. 227) ou ao descuido de filhas e filhos, ou mesmo aos infortúnios da convivência etc. Nesse caso, dir-se-ia que uma filha “se separou”, porque ela não teria sabido escolher o “marido”, este, uma “boa pessoa”, e tudo mais, “mas”. Mais adiante essas e outras variações direta ou indiretamente relacionadas à institucionalização do casamento no lugar serão mencionadas.

irmãos no sentido de certa particularidade familiar)¹⁹ e rotina entre os membros, trocas diárias de tarefas da casa (e nela) que realizam o doméstico nesses termos, e as demais relações necessárias à manutenção da casa, ou melhor, da família conjugal tal como idealizada pelas pessoas (na fala inicial da Cláudia, por exemplo). O que significa dizer também que, em casos extremos, dados possíveis conflitos dentro da família, muitas vezes, sobretudo entre casais (pai e mãe) que hoje são mais velhos, a unidade conjugal, a casa, não se desfaz, por exemplo, com uma separação legalmente formalizada, o que é diferente entre casais mais novos. Ao trazer, neste capítulo, o conceito de “casa” na vila-sede, algumas de suas implicações na vida das famílias serão salientadas. Por ora, é interessante indicar uma estreita relação entre família (conjugal e/ou extensa) e casa.

Em seu estudo *Rendas da vida: relações matrimoniais na Costa da Lagoa* (localidade da região nordeste de Florianópolis, no Distrito da Lagoa da Conceição), Juliana Pereira L. Caruso (2011) sublinha o uso do termo família pelos moradores locais para expressar uma convivência mais intensa entre os seus membros, particularmente em ocasiões de “festividades” e de “trabalho”. Assim, na Costa da Lagoa, não apenas “laços de afinidade ou consanguinidade” de um “conjunto de casas” num “mesmo terreno” evocariam o sentido de família para as pessoas aí residentes, mas o modo como esses laços são construídos diariamente pelos grupos familiares (CARUSO, 2011, p. 43). Na Freguesia do Ribeirão, um “maior convívio” também é tecido pelas relações cotidianas no meio doméstico (a “casa”), pela cooperação entre

¹⁹ Pensando mudanças que afetam o tipo de “família patriarcal” na modernidade (recente), Anthony Giddens (2000) observa: “As mudanças aí envolvidas assinalam não apenas a transformação da intimidade, mas também, de certo modo, a invenção da intimidade. A retórica da intimidade é relativamente nova e reflete um mundo pós-tradicional onde a comunicação afetiva torna-se crucial para manter as relações dentro e fora do casamento. A família patriarcal refletia, é claro, o domínio econômico masculino, mas suas desigualdades afetivas me parecem igualmente importantes. [...] Essa visão discriminatória das mulheres ainda persiste, entre ambos os sexos, porém é manifestamente incompatível com as relações formadas através da igualdade de comunicação. Uma vez estabelecida, a ‘intimidade’ implica igualdade nos (como se diz hoje) relacionamentos, termo também relativamente novo, quando empregado nesse contexto de noções e ações ligadas à intimidade” (GIDDENS, 2000, p. 89, grifo do autor; ver também GIDDENS, 1993). Quanto à Freguesia do Ribeirão, a ideia de intimidade pode ser vista como vinculada a uma “modernidade” preconizada pelas pessoas do lugar em suas famílias hoje – algo próximo ao surgimento da “comunicação afetiva” (democrática) de que fala Anthony Giddens –, sobretudo entre gerações mais novas, mas os matizes de uma mudança tal na vila-sede indicam que existe muito dos traços de estruturas patriarcais (hierarquizadas) na organização das famílias. O que é possível perceber aqui na descrição das relações locais (para um exemplo outro, entre “grupos populares”, ver FONSECA, 2002).

os membros da família quanto à realização das tarefas domésticas – mesmo quando, como é o caso, mulheres e homens têm suas “obrigações” fortemente marcadas pelas ideias de uma natural divisão entre coisas características a uns e a outros –, e pela manutenção e sobrevivência da “família”. Nesse sentido, dois aspectos chamam a atenção na vila-sede: as famílias “cuidam” dos seus (por exemplo, uma mãe viúva, uma avó viúva, uma tia ou sobrinha com “problemas mentais” etc.); as colaborações intrafamiliares podem, por assim dizer, se estender a atividades de que participem os membros de uma família na “comunidade” (por exemplo, uma filha pode “ajudar” a mãe que está “trabalhando” na “festa da igreja”; ou, uma “família” prestigia os eventos da banda local onde toca um ou mais de seus membros, e assim por diante).

Ainda quanto à relação entre casa e família na Freguesia do Ribeirão, a mãe de Cláudia, dona Desalda Januária Fraga, nascida na vila há 77 anos (1938), tempos atrás, quando estava com plena saúde, recordava as chamadas épocas (passadas) difíceis para as famílias locais:

Naquele tempo, os filhos trabalhavam e ajudavam a casa... Meu marido [ajudava, seu Manoel Fraga], as irmãs [dele], todas elas foram rendeiras. [...] Até eu, com o dinheiro da minha renda, noiva, tirava [dinheiro] pra ajudar a comprar mantimento pra casa. [...] A gente agradece a Deus: nunca ninguém pediu nas casas... Sempre a mãe fazia o sacrifício de trabalhar, meu pai [também o fazia]... Até fora de hora, a gente esperava ele vir com o peixe, pra limpar o peixe, fazer um caldo de peixe, três horas da tarde que era para nós [hora de] almoçar [...]. Limpava o peixe, mergulhava na água com sal, fazia o caldo... Fazia aquele pirão num alguidar grande, e todo mundo comia... . Depois, eu casei com o Manoel, então, eu podia dizer assim, meu Deus, eu agradeço a Deus, estou rica! E as minhas gurias já se criaram numa boa, né, o pai empregado, fartura... [Ele] ganhava muita coisa lá do serviço [UFSC], descarregava caminhão... Ganhava peixe, verdura, muita coisa... Chegava até a ajudar os vizinhos, família [dele]... Era tudo assim [...]. Começamos a vida e estamos aqui... Minha mãe morreu com 85, meu pai com 91 anos, né, não morreu ninguém [de fome], graças a

Deus! (Desalda Januária Fraga, informação verbal).²⁰



Figura 84 – Lúcia Solange Fraga, “Lidinha” fazendo renda de bilro (Fotos Marta Machado)

Sobre certo vínculo entre casa e família, Raquel Wiggers (2006) anota em sua pesquisa, *‘Sou daqui, da Caieira da Barra do sul’: parentesco, família, casa e pertença em uma localidade no sul do Brasil*, realizada na localidade da Caieira, no mesmo distrito: “Casa na Caieira da Barra do Sul permite acessar as relações entre as famílias conjugais e as redes mais amplas de parentesco, e resgatar o papel destas redes na própria organização da sociedade” (WIGGERS, 2006, p. 114).²¹ Não obstante, a pertinência desse conceito aplicado às relações de parentesco na Caieira toma por base determinado padrão residencial do lugar: “[...] cada casal com seus filhos solteiros habitam uma casa, que, no entanto, idealmente, deve ser construída próxima a dos pais de um dos cônjuges” (WIGGERS, 2006, p. 114). Nesse sentido, a figuração espacial e domiciliar da Freguesia do Ribeirão tem suas particularidades, as quais são comparativamente distintas daquelas

²⁰ Conversa gravada no dia 20 de outubro de 2007 (a moradora estava viúva desde maio desse mesmo ano). Em maio de 2012, ficando só aos finais de semana, a dona Desalda foi encontrada, por uma das filhas, caída no chão do banheiro da sua casa. Ela havia desmaiado quando se preparava para ir à missa de domingo do dia das mães. Vítima de acidente vascular cerebral (AVC), hoje, ela se recupera lentamente das sequelas da doença, estando a moradora totalmente dependente dos cuidados das suas duas únicas filhas, as quais se revezam nessa tarefa eventualmente realizada também por mulheres (vizinhas ou conhecidas da circunvizinhança) que assumem os trabalhos de atenção à enferma, em troca de uma remuneração utilizada como complemento da renda familiar.

²¹ Ver também CARUSO, 2011, p. 38-44.

descritas por Wiggers, em especial no caso das famílias contempladas neste estudo. De fato, há fatores decorrentes do chamado processo de urbanização, destacado antes (no segundo capítulo), desencadeado em Florianópolis a partir dos anos 1970, e que teria chegado mais cedo à Freguesia do que nas demais localidades intradistritais. Ele provocaria diversas mudanças, assinaladas nos próximos parágrafos, quanto ao uso e à apropriação e/ou transformação das terras e do solo na vila-sede.²² Essa configuração urbana do lugar significaria também um adensamento de casas e construções outras, a venda de propriedades e imóveis dos aí nascidos, e a “modernização”²³ da vila nas últimas décadas, de acordo com o relato dos moradores.

Na prática, trocar-se-ia isso em miúdos da seguinte forma: as famílias locais se reorganizavam no espaço que ia sendo urbanizado. Os que, naturais da Freguesia, à época, tinham posses, propriedades e/ou imóveis, podiam vender parte de seus bens para pessoas “de fora”, vindas de outros bairros do município, outras cidades de Santa Catarina e de outros estados brasileiros, atrás de sossego e belas paisagens²⁴. Ou,

²² Segundo a gente da Freguesia, até os anos 1970, as pessoas plantavam e caçavam nos morros locais. Por exemplo, “o seu João da dona Lídia” tinha uma “plantação” de aipim, cana-de-açúcar, entre outras coisas, onde atualmente funciona o horto municipal (na “rua da igreja” ou “rua de cima”), cuja propriedade pertence à prefeitura de Florianópolis. Como dizem os da vila-sede, “hoje tudo é proibido”, fazendo referência às leis de preservação ambiental, aplicadas à conservação das matas nativas, que impedem a exploração humana dessas áreas locais tal como se fez num passado recente.

²³ Em geral, quando se referem à modernização da cidade de Florianópolis e/ou de suas localidades, estudiosos têm indicado os anos de 1970 como período a partir do qual certa efervescência econômica, política, tecnológica e social responderia pelas acentuadas mudanças vistas a olho nu por todo canto do Estado e da Ilha de Santa Catarina, como se lê na nota seguinte. No que toca à gente da Freguesia do Ribeirão, a “modernidade” (ou expressões afins a essa) significou uma transformação para “melhor” em vários aspectos: luz, água encanada, transporte coletivo, televisão, acesso a trabalho (público) remunerado, oportunidade de continuidade nos estudos (fora do Ribeirão), contatos mais efetivos (e afetivos) da “comunidade” com a “cidade”, ampliando muito os horizontes de uma localidade rural para um bairro progressivamente urbanizado desde então. É, pois, essa modernidade que menciono quando o assunto aparece nestas páginas. No entanto, há diferentes razões e/ou motivações para se falar atualmente em modernidades. Assim, é bom ressaltar, como o faz Martin O’Brien (2000) em uma introdução à sociologia de Anthony Giddens, perguntando-se “acaso somos modernos?”, que uma distinção entre passado e presente define “a modernidade do mundo” como “uma condição histórica da diferença”, substituindo tudo o que era o passado, sem, contudo, afirmar a não existência das tradições e das crenças (e tudo mais) no presente: “Ao contrário, [...] o mundo de hoje é um mundo ‘pós-tradicional’, na medida em que inúmeras tradições, crenças e costumes se misturam entre si” (O’BRIEN, 2000, p. 19-22, grifo do autor). E assim por diante (vale a pena ler o argumento completo de Martin O’Brien nas referidas páginas).

²⁴ Vários estudos (BASTOS, 1993; FLORES, 1997; FANTIN, 2000; LOHN, 2002; 2007; FONSECA, J. 2008; RIZZO, 2013, dentre outros) procuram lembrar, como já foi mencionado antes, que a onda de modernização na cidade de Florianópolis trouxe consigo – além de

mesmo sem desfazer-se das chamadas “casas de família”, podiam migrar para regiões mais urbanizadas de Florianópolis. Sobre esse tipo de casa (de família), Eugênio Pascele Lacerda (2003, p. 180, nota 13) procura esclarecer que, na Freguesia do Ribeirão, esta é “herdada dos pais ou avós, onde os filhos, netos, cunhados, noras, amigos e afins costumam passar o fim de semana ou períodos de férias”. Cabe observar que, embora o autor não explicita para quem algumas das casas locais são assim designadas pelos moradores, considerando que a sua pesquisa se volta para os chamados “açoriano-descendentes”, é possível deduzir que ele se refere a uma parte da gente da vila, mais exatamente aos brancos do lugar. Quanto aos negros, estes não têm casas de família no sentido verificado por Lacerda. Há, sim, casa das famílias que lá residem e que, eventualmente, recebem parentes e amigos. Como casa de veraneio (ou para férias), entre os últimos isso também é mais difícil de ver. Em anos recentes, duas casas foram adquiridas por dois irmãos (um irmão e uma irmã), os imóveis foram comprados depois que ele e ela já estavam casados e com filhos, ambos possuindo residência fixa no bairro Coqueiros (parte continental da cidade), e mantendo-se estreitamente vinculados aos seus familiares e à vida das famílias na Freguesia e nos arredores da vila-sede.



Figura 85 – “Casa do Nilson” Nerto Fraga (Fotomontagem Andrea Eichenberger)

progresso e investimentos diversos em Santa Catarina e, especialmente, na capital – levou de novos moradores (provenientes da referida cidade e do interior catarinense, assim como de outros Estados) que buscavam, nos quatro cantos da Ilha de Santa Catarina, terrenos e imóveis onde pudessem fixar residência e/ou manter uma casa de veraneio. No caso da Caieira da Barra do Sul, por exemplo, essas pessoas e suas famílias, chamadas “de fora” pelos moradores, “valorizavam estes terrenos próximos da praia”, adquirindo-os a partir do ano de 1978, e, pelos valores pagos aos do lugar, possibilitando “a construção e reforma de muitas casas no bairro, uma vez que a maior parte das famílias investiu o dinheiro recebido na construção de suas casas ou de casas para seus filhos, próximas daquelas dos pais” (WIGGERS, 2006, p. 26-27). Na Freguesia do Ribeirão, de certa forma, isso também ocorreu, mas existem lá suas peculiaridades, que são apresentadas no texto.

A reorganização do espaço na sede distrital em tempos de urbanização podia ainda fazer com que as pessoas permanecessem nas casas que, hoje, são vistas em seu conjunto como residências ocupadas por “uma só família”, onde se avizinham famílias conjugais (um casal e seus filhos em uma casa), e onde se agrupam famílias extensas (duas ou mais famílias conjugais ligadas por parentesco afim e/ou consanguíneo) num mesmo terreno – na Caieira da Barra do Sul, este último conjunto bastante comum à localidade é, segundo Wiggers (2006, p. 115), denominado de Casa.²⁵ Quanto às mudanças na Freguesia, diferentes situações caracterizariam a distribuição das famílias no espaço mais “modernizado” do distrito, o da sua vila-sede. Se vários moradores e suas famílias migravam, por exemplo, para o centro da cidade, mantendo na vila uma ou mais propriedades, muitos outros não tinham condições (econômicas) e nem interesse de sair dela para morar fora do “Ribeirão”. As pessoas que oportunamente puderam (e quiseram) fazê-lo, em algum momento, dispunham de recursos para adquirir um bem e optar por outros lugares. Ou, simplesmente foram embora vendendo o que tinham e fixando residência fora da Freguesia. É bom lembrar também que muita gente se “voltou” para a cidade, como foi afirmado antes, trabalhando no comércio e no serviço público – inclusive, muitos se instalaram nas áreas centrais de Florianópolis –, e buscando formação escolar de nível superior.

Por outro lado, estão agora na vila-sede os moradores e suas famílias que se adaptam aos novos tempos “modernos” da cidade, compondo com a paisagem urbana da sede distrital um conjunto mais nuclearizado de famílias, para dizer de algum modo. No entanto, esse quadro, que poderia parecer simplificado quanto às ideias sobre família (e parentesco) na Freguesia (cada casa é “uma família”, sem mais), indica precisamente o contrário. Ou seja, não há uma formulação única sobre família ou parente, como eu venho afirmando, e uma definição

²⁵ Raquel Wiggers (2006, p. 117) faz uma distinção conceitual entre casa e Casa, problematizando o que chama de “complicação no uso ênico”, por parte dos moradores da Caieira, do termo casa. A estratégia adotada pela pesquisadora tem o propósito de evitar certa confusão entre “duas possibilidades” de utilização local da palavra: com a letra inicial maiúscula, Casa corresponde à “unidade de co-residência” (família e parentela etc.); e casa com a letra inicial minúscula refere-se à residência (imóvel). Na Freguesia do Ribeirão, essa ambiguidade do uso (“misturado”) de casa, do meu ponto de vista, tem de ser preservado, haja vista que as nuances de sentido conferido pelos moradores às palavras são interessantes à análise antropológica. Em outras palavras, o jogo ambíguo das diferentes possibilidades de uso do termo é ele próprio importante na descrição dos contextos em que a palavra funciona de um jeito e/ou de outro.

local daquilo que se pratica no dia-a-dia, quanto a esse assunto, varia relativamente às regras de residência e lealdades entre membros das famílias no trato cotidiano.²⁶ Embora se possa fazer (didaticamente) certa referência a distintas formas de falar sobre família, é oportuno anotar, trata-se antes de um recurso ilustrativo, pois as características para explicá-las, muitas vezes, são móveis e inconstantes. Assim, grosso modo, as pessoas sugerem modos distintos de ver as famílias “do Ribeirão” apontando: a) uma casa e a família conjugal a que esta corresponde; ou b) várias unidades de casas (contíguas ou não) e cada família (idealmente) conjugal a que estas correspondem, vistas em seu conjunto; ou c) duas ou mais casas que estão num mesmo terreno e uma família (idealmente) extensa a que estas correspondem em seu conjunto (aqui, há uma aproximação do que Wiggers chama de “Casa” na Caieira); ou d) os referidos termos podem sugerir também que “é tudo parente”, no seu sentido mais abrangente, i.e., “todos os pretos são parentes” entre si (assim como todos os brancos do lugar o seriam).

²⁶ Há um aspecto do parentesco assinalado por Roberto Damatta (1987) quanto a um “universo individualista” que ajuda a pensar relações cotidianas entre as famílias da vila. Segundo o antropólogo, “[...] o parentesco é um operador para a alocação de privilégios de propriedade, titulação social, demarcação de direitos espaciais, e tudo o que se chama de ‘direitos de classe’ ou ‘privilégios de classe’” (DAMATTA, 1987, p. 226-227, grifos do autor). Desde a Freguesia, procuro apreender tal aspecto relativamente a algo mais a que leva a refletir estudos do tema, a saber, as formas de casamento nas famílias investigadas. Embora sejam coisas diferentes, descendência, filiação e casamento, na vila-sede, podem ser descritos relacionalmente na configuração atual do lugar.

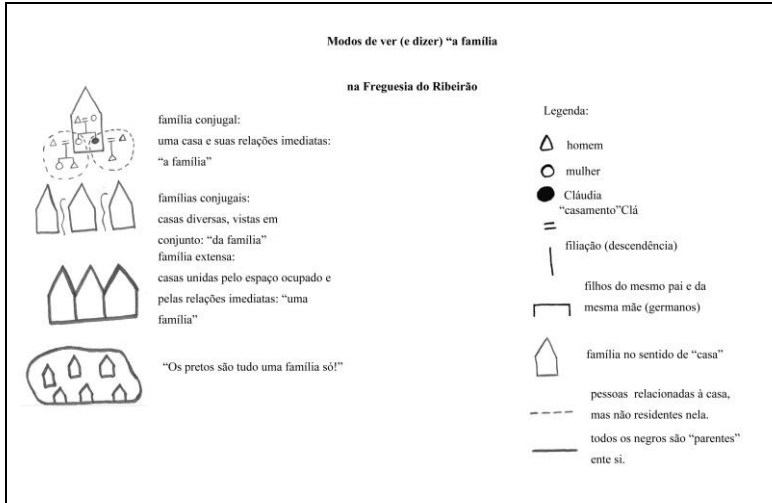


Figura 86 – “A família da Cláudia”, vista por esta desde a residência de seus pais e a estes relacionando, além dela e da irmã, outras pessoas; em seguida, formas diversas de aproximar o sentido de casa e família, capturadas nas falas dos moradores (Desenho Marta Machado)

Nessa perspectiva, as regras de residência, o convívio, as solidariedades (nos vínculos recíprocos da “comunidade”) e as lealdades (nos compromissos locais entre pessoas etc.) são importantes indicadores dos grupos de família da/na Freguesia. Aqui, diga-se de passagem, família e parentesco são categorias próximas e relacionais (FONSECA, 2002; 2004) nos discursos das pessoas da vila-sede, em geral, correspondendo a vínculos pelo “sangue” e/ou pelo “casamento”, e chamando a atenção igualmente para a convivência entre gerações. Todavia, em alguns momentos, “parente” pode sugerir que alguém está mais ou menos próximo/distante do meio doméstico, a casa, entendido como “família”. Esta, por exemplo, pode ser evocada para incluir vizinhos (e amigos) cuja intimidade (relações cordiais e de afeto) com a casa serve, em diferentes situações, como apoio ao grupo familiar (MALUF, 1993, p. 20-21). À medida que as descrições avançarem, alguns pontos serão retomados e exemplificados.

4.2 Entre parentes: algum parentesco na rede

A composição residencial (as casas) na vila-sede

Na seção anterior, ao descrever aspectos gerais sobre a família e o meio doméstico na Freguesia do Ribeirão, procurei mostrar um estreito vínculo entre ambos (família e casa), e a diversidade de figurações pelas quais os moradores explicam o que é uma família para eles/as. Ora, depreende-se das variadas ideias em torno do assunto família e parentes, acima enumeradas, a pergunta pelo modo como as pessoas dispõem as suas casas na vila e se organizam nelas e por meio delas. Passo, então, a refletir sobre algumas características extraídas das falas locais quanto ao que seriam regras de residência (e formas de convivência), tentando alargar a visão sobre o que antes foi exposto. Antes, porém, examino o conjunto das casas. Nessa perspectiva, tempos atrás (2012), andando com um morador de meia-idade pela Freguesia, na direção norte-sul da sede distrital, desde a sua entrada, buscávamos identificar cada edificação, e particularmente as casas, de que tanto falam as pessoas quando querem se remeter às famílias locais ou quando usam como ponto de referência, em suas falas, “a casa da dona Anita”, “a casa do seu Alécio”, “a casa do Júlio”, e assim por diante.²⁷ De fato, a tarefa tornar-se-ia não apenas árdua, mas impraticável, do meu ponto de vista, porque, de perto, as coisas eram ainda mais complicadas de se entender (retornarei a esse ponto adiante). De qualquer forma, com a boa vontade de Claudionor Andrade, conhecido por todos como Nonô, a atividade foi concluída em um par de horas ou pouco mais que isso.²⁸ A despeito de inevitáveis imprecisões na execução desse tipo de tarefa e de algumas mudanças ocorridas de lá para cá na composição residencial

²⁷ A motivação para proceder a tal tarefa veio da própria recomendação dos moradores e de funcionários da Intendência, dizendo que, para saber quantas famílias há na vila, “só contando” o número de casas, i.e., as unidades de habitação na Freguesia.

²⁸ Funcionário da Prefeitura Municipal de Florianópolis há 39 anos, trabalhando na Intendência local há 25, Claudionor Andrade (“Nonô”) exerce aí a função de auxiliar administrativo. Hoje, ele está com 58 anos. Nasceu no Saco dos Limões, e veio morar na Freguesia aos cinco meses de vida, quando foi trazido pelos seus finados “pai” e “mãe” para morar com eles na vila, sendo adotado como filho do casal. Segundo Nonô, os pais adotivos – Manoel Vicente da Silva e Carolina Dutra da Silva – são naturais da Caieira da Barra do Sul, no mesmo distrito, e receberam Nonô de seu genitor, com a incumbência de “criá-lo”, já que ele era o quinto filho da família. Seu Manoel e dona Carolina batizaram o Nonô e o trouxeram para a sua casa. Claudionor é casado com Maria Sousa Andrade, nascida (há 55 anos) na Costeira do Pirajubaé (bairro em direção ao sul da Ilha). O casal não tem filhos e mora numa casa construída atrás da antiga residência dos pais adotivos do Nonô. No caso, além dessas duas casas, existem outras duas moradias num mesmo terreno considerado da “família”.

da Freguesia, esse exercício permite constatar distintas maneiras de os moradores se agruparem em família.



Figura 87 – Casa do seu Alécio Heidenreich e retrato do mesmo com integrantes da Banda da Lapa (Imagem *Google Street View* e foto do facebook da Banda da Lapa)

De acordo com a nossa contagem, e seguindo a ordem das indicações detalhadas pelo referido morador quanto às pessoas (“nativas” ou não) residentes ou proprietárias de imóvel na vila-sede, atualmente, haveria 198 unidades de moradia, chamadas por Claudionor de “casas”.²⁹ Cada unidade corresponde, em regra, a uma família (idealmente, conjugal). Ou seja, o arranjo de um terreno com uma casa compreende, habitualmente, uma família (um casal e seus filhos, ou um dos pais e filhos) que aí vive e realiza as tarefas domésticas e/ou assume as responsabilidades implicadas nesse meio. Simples seria assim se a multiplicidade dessas composições não colocasse por terra uma figuração ideal de casas e famílias na Freguesia acompanhando apenas uma tendência a nuclearização dos grupos familiares. Isso existe, e é verificável na vila. Os terrenos, por exemplo, em sua grande maioria, estão repartidos em lotes. Todavia, para além de certa delimitação em unidades de habitação, há modos diversos de agrupamento que desafiam

²⁹ Como é possível ver no mapa elaborado por Elsom Bertoldo Passos (segundo capítulo), além das casas (assim designadas por Nonô) das “famílias” da Freguesia do Ribeirão, existem muitas outras edificações que, com elas, completam a arquitetura do traçado urbano da vila hoje. Nesse sentido, por exemplo, há uma pousada cujo proprietário paulista foi casado com uma moradora local (hoje, eles estão separados), e que, vivendo há muitos anos no lugar, mora nesse imóvel, sendo este (precisamente, uma parte da pousada) a sua “casa”. Ou seja, eu procurei seguir os critérios de definição do morador sobre o que seria, para ele, uma casa, no momento de execução da contagem das unidades residenciais. Isso indica, do meu ponto de vista, a complexidade não apenas dos critérios locais para explicar o que é uma casa, mas também das concepções e relações que vinculam família e casa na vida das pessoas da vila-sede.

as tentativas de precisar os limites de uma família. O assunto é interessante, porque, não obstante as influências do “moderno”, como dizem alguns, as famílias da vila-sede recriam seus espaços domésticos para, na medida do possível, estarem (e permanecerem) muito próximas ou quase isso.

Com efeito, o mapeamento que fizemos (o morador e eu) das moradias, a título de rascunho, revela, inicialmente, uma variação de pessoas (de diversas gerações) em número de uma a 10 habitando hoje as residências de gente “nascida” na vila, e que são reconhecidas (as casas) como de “famílias do Ribeirão” (da Freguesia). Por outro lado, existem também muitos imóveis “vazios” (cerca de 30%), sendo vários deles chamados de “casas de família” (LACERDA, 2003, p. 180), cujos donos (ou herdeiros) nascidos “no Ribeirão”, atualmente, vivem em outros bairros da cidade, mantendo na sede distrital uma ou mais propriedades. Várias destas são, por vezes, utilizadas pelos membros (avô/ó, mãe/pai, filhos/as, noras/genros, netos/as, bisnetos/as e outros parentes próximos) dessas famílias naturais do lugar, que mantêm fortes laços com as casas, e que as frequentam em diferentes épocas do ano, sobretudo em finais de semana, nos eventos festivos promovidos na comunidade, especialmente os da igreja católica, e nas temporadas de verão. Dentre as identificadas como “casas vazias” (em geral, mobiliadas), há diversas unidades de habitação espalhadas pela Freguesia que são eventualmente ocupadas como “casas de praia” por seus proprietários, segundo os moradores. Nesse caso, além dos já citados imóveis de gente nascida na vila-sede que reside em outros bairros, mas mantém-se ligada às redes de parentesco locais, existem aqueles pertencentes a pessoas denominadas pelos da vila como “de fora”, em particular catarinenses da capital e de outras cidades, paulistas, paranaenses, gaúchos e cariocas.³⁰

³⁰ Seguindo a fala de Claudionor Andrade (Nonô) quanto às indicações sobre as “famílias” e suas “casas” na Freguesia hoje, os proprietários de imóveis identificados por ele como “de fora” somam 8,5% do total de algo em torno a 30% das chamadas residências “vazias”. É oportuno lembrar ainda que as pessoas falam de alguns “moradores” de fora provenientes de outros países, como é o caso de um argentino que (de fato, não mora) seria proprietário de uma “casa de praia”, e de um casal morador da Freguesia, que teria vindo da Inglaterra, identificado por Nonô (e pela gente do lugar) como “a casa dos ingleses”. Além desses, recentemente, um francês (dono de restaurante) foi embora do Ribeirão de volta para a sua terra natal. Por outro lado, o tema das relações entre os “daqui” e os “de fora” (ou categorias variantes a essas, e suas implicações) é tratado ou lembrado em diversos estudos (MALUF, 1993; BASTOS, 1993; FANTIN, 2000; WIGGERS, 2006, para citar apenas alguns deles). Quanto à Freguesia, esse aspecto certamente aparece entre as conversas dos moradores, mas ele não é recorrente ou frequente nos termos em que, por exemplo, examinam Fantin (2000, p. 35-69) e Wiggers

Agora, os que nasceram fora “do Ribeirão” podem ainda ser identificados por sua “casa” como quem mora ou não na vila. Desses últimos (os de fora), alguns dos que têm residência fixa na comunidade, há cerca de 30 anos ou mais, fazem (ou fizeram) parte das redes de parentesco pelo casamento (ou, mais atualmente, o que a isso corresponda) e pelas relações de vizinhança e/ou amizade. Diferentemente dos que residem na Freguesia, os de fora que para aí vêm, por exemplo, apenas em tempo de veraneio (comumente, entre dezembro e fevereiro) não se integram às relações diárias locais, ou só muito dificilmente o fazem, embora possam ser reconhecidos como “bons vizinhos” e manter diálogos frequentes com algumas pessoas, em especial mulheres, que lhes prestam favores ou serviços ocasionais em troca de remuneração (faxina e outras tarefas domésticas, limpeza de quintal etc.). De fato, não apenas hábitos, costumes e trocas são diferentes entre os da Freguesia e os de outras partes do Brasil, mas há uma série de aspectos a configurar estes que podem ser compreendidos como contatos temporários de verão. Os que chegam à vila vêm para descansar e passear com a “família”, e o tempo de férias é vivido inteiramente para isso; ao mesmo tempo, de certa forma, como uma espécie de turistas, essas pessoas procuram aproveitar a temporada, ao máximo, também para se locomover pela Ilha e aproveitar outras praias, não apenas as que estão no distrito ou mais próximas dele.



Figura 88 – Da esquerda para a direita, “casa dos paulistas”, como dizem os do lugar, e casa alugada para a moradia da pesquisadora durante o trabalho de campo (Fotos Andrea Eichenberger e Marta Machado)

Fator importante de algumas dessas famílias que curtem o veraneio é a sua característica de classe média urbana,³¹ cultivando práticas distintas daquelas, em geral, observadas na comunidade, o que contrasta com o cotidiano das famílias locais, das quais os/as veranistas são vizinhos/as, por exemplo, na parte central (no “miolo”) do lugar. Assim, os de fora podem passar o dia inteiro nas praias de Florianópolis e retornar à vila somente no final de tarde ou à noite; sair para jantar em restaurantes requintados da cidade (inclusive nos da Freguesia e dos arredores);³² ou promover jantares em casa para juntar a família e amigos, jogar cartas etc.³³ Tudo isso, em seus detalhes diários, dá a essas famílias “de fora” um poder tal de privacidade e conforto verificado em camadas médias urbanas, mas muito pouco familiar à vida de diversas pessoas na comunidade, sobretudo daquelas de menor poder aquisitivo. No entanto, as diferenças não estão apenas nas relações entre classes sociais distintas, afinal, há gente de “classe

³¹ Por classe média urbana entendo, aqui, famílias que demonstram possuir certo padrão de moradia (a casa adquirida na Freguesia), bens e atividades profissionais, de cultura e lazer, etc. Por exemplo, um casal que frequenta a localidade, em geral, de dezembro a fevereiro já há muitos anos, é proprietário de uma clínica médica no interior de São Paulo. Ele é médico e ela (artista plástica) ajuda o marido na administração da clínica, segundo seu próprio relato. O casal tem dois filhos, pelo menos um deles já formado em medicina, e a família vem para Santa Catarina passar férias (de verão) e descansar de seus trabalhos ao longo do ano. Sua casa de praia, situada na parte central da vila-sede (nas imediações da “rua de cima”), passou por várias reformas, alguma recente, para tornar o lugar mais agradável para a família e interessante igualmente para receber visitas, uma vez que, como diz a proprietária do imóvel, ela gosta de fazer jantares para amigos (alguns dos quais também passam férias na vila) e aproveitar a estadia na capital passeando, curtindo praias, restaurantes etc. e descansando bastante.

³² O Distrito de Ribeirão da Ilha, hoje, é famoso pelos restaurantes, em sua orla marítima, que oferecem culinária à base de frutos do mar cultivados por produtores locais (BRITTO 2012), especialmente ostra e marisco, além dos peixes característicos aos mares da Ilha e outros atrativos da “gastronomia” da região litorânea. Esta chama clientes das camadas médias de Florianópolis, visitantes ocasionais e turistas também pelas propagandas em torno das belas paisagens da natureza preservada e da herança histórico-cultural deixada pela colonização açoriana. Sobretudo nos últimos 20 anos, com o incremento das atividades de maricultura (cultivo de ostra, marisco e vieira), muitos restaurantes foram abertos por famílias locais e por pessoas das mais diversas procedências. Na Freguesia, por exemplo, encontra-se um dos mais conhecidos e disputados restaurantes do distrito, cujo dono é “filho do Ribeirão”, como dizem os da vila. Além deste, existem outros quatro só no território da sede distrital. Várias mulheres e homens das famílias locais (em especial daquelas aqui examinadas) são ou foram funcionários/as desses estabelecimentos na Freguesia ou nos arredores. Embora não frequentem os restaurantes, até porque, como lembram, “eles são muito caros”, muitos moradores os veem como sinal de prosperidade para a vida da comunidade.

³³ Uma moradora da Freguesia explica que, em geral, os “amigos” convidados para os jantares na residência dos de fora são, na verdade, velhos conhecidos oriundos do mesmo estado brasileiro ou da mesma cidade, e que, possuindo casa na Freguesia já há muitos anos, passam juntos a temporada de verão na vila-sede.

média” também na vila. Elas (as diferenças) aparecem, em especial, nas relações comunitárias, de parentesco e vizinhança e nos modos de se constituírem cotidiana e continuamente a convivência familiar na Freguesia do Ribeirão.

Residência e dinâmicas familiares

Como vivem as suas “casas” as pessoas da Freguesia, aqueles/as cujo “ramo familiar é daqui”, como disse um morador? Ou melhor, como podem ser descritos alguns modos das famílias viverem o meio doméstico hoje? Se o levantamento feito juntamente com Claudionor Andrade (“o Nonô”) aponta cerca de 30% de casas “vazias”, de gente “de fora” ou de “família” que não mais mora “no Ribeirão”, outros 70% (ou quase isso) da contagem corresponderiam às famílias que residem no lugar. Tratar-se-ia de algo em torno a 139 casas de moradores nascidos ou não no Ribeirão (distrito) e na Freguesia.³⁴ Uma maioria de habitantes permanentes da vila-sede. É conveniente salientar, aqui, o que eu observava acima quanto ao caráter impraticável desta tarefa de contagem das casas, realizada informalmente por mim e pelo morador de cuja boa vontade resulta a finalização da empreitada com os números apresentados nesta seção. Dito isso, uma comparação entre as informações que nós dois apuramos (ano de 2012) e aqueles oficialmente fornecidos pelo IBGE, segundo o último Censo Demográfico 2010, permite dimensionar quão difícil se torna o exercício de tentar mapear “casas” e “famílias”, ou, mais exatamente, transformar nomes, coisas e pessoas em números. Entendo que tal advertência é apropriada para explicar não somente os limites do nosso arrolamento informal, mas para lembrar (e problematizar) certo descompasso entre categorias locais (modos de classificar dos moradores “nativos”) e aquelas formalmente aplicadas por órgãos oficiais – algo a que já me referi, por exemplo, sobre o uso do conceito bairro, no início do segundo capítulo. Destacando alguns dados do IBGE (2010)³⁵ quanto à variável “Domicílios particulares permanentes

³⁴ A maior parte das casas pertence aos moradores, nativos ou não, mas existem diversas unidades residenciais alugadas. No que concerne às famílias aqui descritas como sendo “de raiz”, i.e., “nativas do Ribeirão”, igualmente a maioria dos moradores tem casa própria. Porém, em alguns casos, as residências estão alugadas de proprietários locais por membros de outras famílias do lugar, como se verá adiante.

³⁵ Essas e outras informações do Instituto que serão oportunamente inseridas neste capítulo foram gentilmente fornecidas, em 2013, pelo então funcionário contratado do IBGE Diego

(Unidades)”, aparecem 501 unidades domiciliares no “bairro” Ribeirão da Ilha, assim classificados:

Tipo de domicílio ³⁶	Total
Casa	494
Casa de vila ou em condomínio	1
Apartamento	6

Quadro 5 – Domicílios particulares permanentes (unidades)

A despeito da enorme disparidade entre os números informais e oficiais, cuja dessemelhança corresponde a um conjunto complexo de fatores considerados ou não, é sabido, mantenho neste momento os critérios (de contagem e identificação das casas e famílias) definidos pelo acima citado morador, pois, compreendendo as falas da gente do lugar, reafirmo que esse exame ajuda a pensar (e comparar) as suas formas distintas de habitar uma casa na Freguesia, e a relação entre esta e família. Nesse sentido, como já foi sublinhado antes, idealmente, cada “casa” (em um terreno) pertence (ou pertenceu) a uma família conjugal, i.e., um casal – na maioria dos casos, casado na igreja católica – e seus filhos/as. Como operam as variações nesse quadro mais geral? Ou melhor, a que se deve uma variabilidade nas composições familiares? Os rearranjos ocorrem, por exemplo, quando os filhos crescem e, em idade de casar, formam novas famílias. Ou, igualmente quando alguém do núcleo familiar responsável por uma casa (pai, mãe ou cônjuge) morre e a “família” reagrupa-se em torno de quem fica no lugar do “casal”. A título de ilustração, ver-se-á, adiante, a nova situação do seu Osmarino quando do falecimento (repentino) da sua “esposa”. O importante é ressaltar que a pessoa que permanece na casa (“seu Osmarino”, no caso), de certa forma, continua a configurar um espaço antes ocupado pelo casal, ao mesmo tempo em que filhos, noras e/ou

Fabrizio Damiani. Em 2014, outros dados foram acrescentados à seleção de materiais feita no ano anterior, na segunda vez, com constantes esclarecimentos e uma incansável colaboração de Luiz Paulo Vieira, técnico em informações e estatística do Instituto.

³⁶ De acordo com o manual de orientações às pesquisas do IBGE (2010, p. 308), “domicílio é o local separado [limitado por paredes, muros ou cercas e coberto por um teto; despesas de alimentação e moradia são assumidas por seus moradores] e independente [acesso direto para entrada e saída de seus moradores sem passar por local de moradia de outras pessoas] que serve de habitação a uma ou mais pessoas. Só se caracteriza a existência de mais de um domicílio quando forem atendidos, simultaneamente, os critérios de separação e independência, que devem ser aplicados por unidades domiciliares localizadas em uma mesma propriedade ou terreno”.

genros e até netos/as se mobilizam para ajudar aquele/a que ficou viúvo/a. Nesse sentido, ocorre, sim, uma transformação decorrente do fato da morte, sobretudo quando esta acontece “de repente”.



Figura 89 – Seu Bertoldo Manoel dos Passos e dona Edite Verônica Passos em sua casa (Fotos Marta Machado)

Com relação aos negros/as da Freguesia, de quem me ocupo mais detidamente, é possível identificar algumas práticas em caso de vida (casamento) e de morte (ausência física). Procuo, então, indicá-las seguindo algum caso exemplar. Em geral, quando casam, os filhos homens podem construir sua nova casa no terreno do pai ou aí recebem um lote de terra para fazê-lo. O que significa que os filhos casados trazem suas esposas para viverem perto de sua família de origem, onde os filhos do novo casal crescerão e serão educados. De onde vêm as mulheres trazidas para a Freguesia? Frequentemente, no caso de uniões cujos moradores têm hoje entre 50 e 80 anos de idade, elas vinham ou da própria vila-sede (quando havia noivas disponíveis)³⁷ ou das redondezas, i.e., das demais localidades intradistritais (Alto Ribeirão, Costeira do Ribeirão, por exemplo), de regiões circunvizinhas (como Morro das Pedras e Rio Tavares), ou como, em particular, “o centro da cidade”, entenda-se bairro Agrônômica, Morro da Caixa (da Ilha) ou outros bairros do centro. Agora, voltando ao tema da dimensão espacial

³⁷ De maneira geral, existem comentários (da parte de negros e brancos) sobre rivalidades levadas, no passado, entre localidades próximas (por exemplo, Alto Ribeirão e Freguesia) também por conta da “escassez” de mulheres. Quando questionados sobre o que isso significava (faltavam mulheres?), os moradores respondem que “era difícil de arrumar mulher aqui no Ribeirão”, indicando que cada localidade procurava “cuidar” das suas candidatas a namoro. A julgar por uma e outra disputa de que ouvi falar, o que estava em jogo, no caso, era uma preferência pelo “bom partido”, o que para os menos afortunados (e vários negros em especial), de fato, se tornava um problema.

das moradias e alguns sinais de suas transformações, é comum, na Freguesia, ver casas de famílias separadas apenas por muros e/ou paredes, sugerindo que, nalgum momento, o início da “família” (conjugal) teria sido uma residência num único terreno que foi aos poucos sendo repartido e delimitado (ver o mapa da vila no segundo capítulo). Hoje, na figuração “moderna” da sede distrital urbanizada, há uma demarcação mais explícita de casas e lotes. Entretanto, as relações familiares, de parentesco e vizinhança, de vários modos, também extrapolam os limites materiais da “casa” e tomam a forma do que os do lugar chamam de “família” – ou seja, um grupo móvel de relações de “sangue”, de afinidade pelo “casamento”, de amizade pelos auxílios diários, enfim, de/entre “parentes” (ou quase isso), que, aliás, nada se parece, em diversos aspectos, a uma definição de família conjugal, como se denota a seguir.

A casa do seu Osmarino Avelino Vieira (nascido em 1936, e falecido em 2007) está num terreno que fica entre dois lotes (e duas casas) – a disposição das três casas, uma de frente para a servidão em que se encontra e duas voltadas para a rua da igreja, faz uma espécie de L – onde seus dois filhos homens construíram, no passado, suas residências para morar com as respectivas esposas e filhos. Segundo consta, mais tarde, o filho mais velho venderia a sua parte (um lote e a casa) para terceiros, indo embora da Freguesia. O filho homem mais novo (hoje com 59 anos), sua “esposa” e filhos permanecem morando nesse mesmo lugar. Quando, em 2006, seu Osmarino ficou viúvo, a sua nora (vizinha de parede, já que a sua residência fica atrás e quase “colada” com a do sogro) e uma de suas duas filhas casadas (a mais velha) se revezavam na tarefa de cuidar da casa e do pai/sogro.³⁸ Digase de passagem, na vila-sede, as mulheres também podem trazer (de perto ou de fora do distrito) seus maridos para viver junto ou no entorno da família da esposa. Foi o que aconteceu no caso da citada filha mais velha do seu Osmarino. Ela e o marido (nascido na cidade de Lages,

³⁸ A nora chamava o seu Osmarino de “vô” (como o faziam os filhos dela), e a proximidade diária entre as casas do sogro e da nora aproximava também as pessoas da “família”. Com a morte da mulher do seu Osmarino, ficando este só, as novas circunstâncias levaram a filha mais velha, tempos depois, a se mudar da sua residência (na localidade Canto do Rio) para a do pai, junto com o marido e filhas. Ora, essa mudança viria a provocar conflitos familiares quando da morte do “vô”. É oportuno salientar que, em geral, a partilha de bens feita, em vida, pelo pai de família é aceita pelos filhos/as sem grandes problemas, até onde pude observar. Quando da morte dos pais, ou de um deles, as coisas podem complicar especialmente se a partilha tiver sido feita “de boca” pelo pai, como costuma ocorrer entre os mais pobres. No exemplo em pauta – assim como em outros casos ocorridos particularmente com mulheres –, vários episódios de brigas familiares e até de vizinhança se deram por conta disso.

Planalto catarinense) moram na localidade conhecida por todos como Canto do Rio (vizinha à Freguesia, na Rodovia Baldicero Filomeno), segundo consta, numa casa que teria sido comprada com a “ajuda” do pai da moça (e da sua mãe também) na ocasião do casamento daquela. Com a morte da mãe, ficando o pai “sozinho” e demandando auxílios diversos da família (no caso dele, especialmente da filha e da nora), ela e sua “família” (sem desfazer-se de seu imóvel próprio) passavam a maior parte do tempo na casa do pai, instalando-se aos poucos na residência dele.



Figura 90 – Na “rua de cima”, “casa do seu Osmarino” e “casa da Licinha” (Fotomontagem Andrea Eichenberger)

Dessa forma, as trocas se intensificam, os familiares podem passar diariamente de uma casa a outra como se as moradias fossem de algum modo uma só.³⁹ Por exemplo, duas dessas casas praticamente conjugadas (a do sogro e a da nora acima mencionada), de início, davam a impressão de ser um único edifício estando num mesmo terreno. No entanto, as pessoas do lugar distinguem “a casa do seu Osmarino” e “a casa do César” (filho dele), ao mesmo tempo em que acrescentam: “É tudo uma família só”. Ou seja, na Freguesia, uma “casa” pode assegurar a alguém que ele/ela esteja, de diferentes maneiras, ligado/a a redes locais de parentesco. Por outro lado, estas (as redes locais), de alguma forma, permitem que alguém possa ter aí uma casa (própria ou mesmo alugada), e que se sinta, portanto, vinculado de modo privilegiado às famílias do lugar. O que significa dizer, grosso modo, em termos de organização residencial urbana na Freguesia, hoje, uma família é uma casa e uma casa é uma família, apreendidas em relação recíproca, mesmo se aquele/a que a habita vive sozinho/a, ou, talvez, nesse caso, precisamente por isso. Não é, pois, somente um conjunto numérico

³⁹ Além dos parentes mais próximos, a vizinhança também atua de várias maneiras no sentido de participar desses cuidados familiares, particularmente quando se trata de “vizinhos de porta”. Adiante, o assunto será abordado.

padronizado (família conjugal ou extensa etc.) de pessoas e casas que delimita uma figuração chamada de “família”, mas sobremaneira as relações que identificam e/ou pressupõem filiação, descendência, consanguinidade e/ou afinidade entre elas. Acrescenta-se a isso o qualificativo “de raiz”. Hoje, a ideia de proximidade entre os imóveis (as casas) e as famílias na vila-sede tem a ver com isso, ou, melhor dizendo, aí isso é fundamental.

Da raiz a uma nova família: sobre a hora de casar e morar

Quanto às mulheres que estão na “hora de casar”,⁴⁰ ocorre algo nas famílias da vila-sede semelhante ao percebido em outras pesquisas (por exemplo, GIMENO, 1992; CARUSO, 2011), aqui, interessante de ressaltar. De um lado, em geral, as filhas que casam vão morar com o esposo na propriedade do pai deste, cujo quinhão é recebido pelo marido na ocasião do casamento – o próprio pai (quando vivo) procede à distribuição dos lotes. Mas, pode acontecer do noivo ter “condições” (CARUSO, 2011, p. 43) de comprar um lote ou propriedade, algo recomendável para quem quer casar, sobretudo quando se trata de famílias “pobres”. Então, a mulher é levada para morar numa casa comprada pelo noivo, que pode ter pertencido, por exemplo, ao pai ou avô materno dele (o noivo), certamente envolvendo negociações

⁴⁰ A “hora de casar”, hoje, pode variar bastante para homens e para mulheres, e ela tem a ver também com o grupo familiar doméstico de um jovem ou uma jovem, dentro do qual este/esta vive. Numa família sem muitas posses, com recursos limitados de sobrevivência e convivência, o contexto domiciliar pressiona os filhos, sobretudo homens, a buscarem seu rumo. Pode ser o momento “de casar”. Em geral, os rapazes com 20 anos de idade já procuram construir uma relação de namoro mais “firme”. As moças podem demorar um pouco mais que isso. De qualquer forma, entre 20 e 30 anos, especialmente quando os/as jovens frequentam bailes e festas, essa “hora” pode lhes ser cobrada da mãe, do pai ou de outros familiares. É importante lembrar também que, nessa faixa de idade, muitos jovens namoram e, em diversos casos, se juntam com a namorada ou o namorado. Em geral, as pessoas chamam essa condição de morar juntos de “casamento”, mesmo sabendo (e algumas vezes observando o fato) que não se trata de uma união conjugal nos termos em que a concebem os mais velhos da Freguesia e nem os adultos casados, a maioria dos quais tem a sua união formalizada no religioso e no civil. De todo modo, quando o novo casal se junta, ele pode ou não permanecer ou vir morar na vila-sede, isso depende, entre outras coisas, das condições da família para receber novos moradores na casa dos pais (se a família não possui outros bens ou muitos recursos financeiros, por exemplo), ou para apoiar o novo casal a se estabelecer em outra localidade ou outro bairro. Nesse sentido, uma tendência, em regra, ao casamento com residência virilocal pode sofrer mudança.

com/entre “herdeiros”.⁴¹ Ou seja, o novo casal e seus filhos vivem, o mais perto possível, dos pais do marido ou da mulher (ou de ambos) cujo “ramo familiar” é “do Ribeirão” (Freguesia), mantendo os vínculos com “a família”. O novo casal pode até residir numa outra localidade intradistrital – frequentemente, Barro Vermelho, Canto do Rio, Costeira do Ribeirão etc. –, porém num raio de distância que torna a tão citada Rodovia Baldicero Filomeno e seus trechos contíguos o caminho de “casa”.

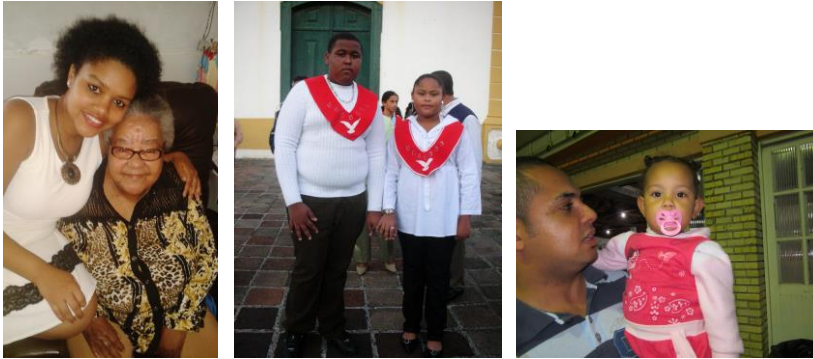


Figura 91 – Camila Regina Santana com a avó, dona Iracy Maria dos Santos Silva, respectivamente, neta e esposa do seu Agenor Firmino da Silva ; “Imperador e Imperatriz” da festa do Divino de 2008, filho e filha do casal Leopoldo Júlio Cardozo e Rita de Cássia Cardozo, estes provindos da família Silva ; Lucas Vieira com a filha Dandara Vieira (Fotos Marta Machado)

De outro lado, se por ventura o pai de uma mulher em idade de casar tem “economias” ou recursos financeiros disponíveis, ele pode ajudar a filha, i.e., o novo casal a comprar um lote e construir a sua nova casa, isso quando não o instala (por falta de recursos) em sua própria residência ou propriedade. Nesse caso, procura-se ficar perto ou no entorno dos pais da mulher que é esposada (e pertence a ramo familiar da vila-sede). Agora, às vezes, quando chega a “hora de casar” de uma mulher, como explicam algumas pessoas, e se esta conhece um homem de outra localidade, cuja família (ou ele próprio) tem espaço para edificar uma casa em terreno ou lote seu, ainda que seja em bairro distante da Freguesia, a mulher de família “do Ribeirão” pode passar a

⁴¹ Há questões muito interessantes neste aspecto da herança, pois, para além de um direito jurídico-legal estabelecido na sociedade abrangente, de fato, existem situações na comunidade que continuam sendo resolvidas “de boca”, aliás, de muito bate-boca. Adiante, retomarei o assunto.

viver junto aos parentes do marido. Em outras palavras, em regra, na vila-sede o novo casal reside no terreno e/ou na propriedade da família do marido (GIMENO, 1992; CARUSO, 2011). No entanto, muitas vezes a exiguidade de auxílio financeiro obriga as famílias pobres e os novos casais a encontrar soluções alternativas. Aliás, mais adiante, exemplos de algumas exceções à referida regra geral – maridos que vieram para as terras da família das esposas – talvez possam ser úteis para torná-la (a regra) mais compreensível desde a figuração do lugar, e para matizá-la nas relações familiares de hoje.

Em sua pesquisa, *O destino viaja de barco: um estudo histórico, político e social da Costa da Lagoa e de seu processo de modernização (1930-1990)*, Silvia Inês Gimeno (1992, p. 15-21), seguindo a fala dos moradores da referida localidade, procura explicar as relações de trabalho e sobrevivência na antiga “família costense” – no contexto local de “uma economia de subsistência organizada em torno da figura do patriarca” – como um “sistema de solidariedade” que faz supor “uma interdependência entre os membros do grupo familiar”. Nesse sentido, a autora ressalta o que considera um dos aspectos mais interessantes dessa organização familiar, i.e., a sua “forma de clãs”. Daí a denominação de “família do Monte”, ou, “família do trabalho pro Monte” (família definida como sistema de clã, onde aquela acumula o dinheiro destinado ao conjunto de seus indivíduos). Ora, guardadas as peculiaridades (e diferenças) que caracterizam uma “sociedade local” composta por clãs na Costa da Lagoa, esse modo coletivo em que a interdependência familiar culmina com o benefício de sobrevivência do grupo como um todo faz lembrar muitas das afirmações dos moradores da Freguesia do Ribeirão sobre o seu passado recente, quando estes recordam as ajudas de “todos/as” referentemente a “casa” (a família), contando o trabalho de cada membro da família como necessário à manutenção do meio doméstico, do grupo familiar, tal como se depreende da fala da dona Desalda Januária Fraga, supracitada. Mais que isso. Há, por outro lado, um elemento curioso no que sublinha Silvia Gimeno sobre certas exigências ao homem para a formação de uma “nova família”:

A exceção à tendência da patrilocalidade nos casamentos se dá quando o homem não possui terras [...] ou quando o clã paterno da mulher dispõe de poucos homens na família. Neste caso, o pai das jovens, quando com posses, dotava suas filhas como forma de trazer o genro pra o interior do seu clã. [...] Ter um pedaço de terra onde

construir a futura casa era uma destas exigências, satisfeita em algumas famílias pelo costume, ainda hoje existente, do pai fazer a distribuição de lotes de terras entre os filhos quando estes estão na idade de casarem. Esta herança da terra em vida só beneficiava os rapazes, pois as moças só recebiam a sua parte quando os seus pais falecessem ou quando o seu marido não tivesse para onde a levar. (GIMENO, 1992, p. 20-21).

Com efeito, na vila-sede, o que se observa quanto àquilo que contam as pessoas sobre o modo de distribuição de lotes e/ou terrenos e casas entre os membros das famílias locais permite vislumbrar uma estrutura, desenhada no passado recente evocado pelos/as moradores, cujos elementos se assemelham ao tipo de organização identificada pela autora citada. Características familiares que são atribuídas, como se verá adiante, às gerações passadas – bisavôs/os, avôs/os, pais e mães especialmente – destes/as que, hoje, são os/as “mais velhos/as de idade” no lugar, aliás, vários deles já “viajaram” (morreram), como dizia o seu Agenor Firmino da Silva. A recorrência aos ascendentes permite identificar alguns traços marcantes de outros tempos em certa configuração social na Freguesia, e diversas mudanças aí ocorridas em resposta às circunstâncias e demandas de hoje. Nesse sentido, é oportuna a abordagem de Ellen Woortmann (1995) em seu livro *Herdeiros, parentes e compadres*, onde a antropóloga privilegia o estudo do parentesco entre famílias camponesas, examinando práticas pelas quais diferentes grupos (e gerações) vivem no campo os vínculos familiares como valores, assim possíveis de “compreender a reprodução camponesa, de geração a geração, através das relações de parentesco” (WOORTMANN, E. 1995, p. 16). É, pois, nesse enfoque que a autora sublinha “categorias simbólicas fundamentais” para entender o modo como sitiantes nordestinos e colonos teuto-brasileiros pensam o parentesco. Inspirada em Françoise Zonabend (1980 apud WOORTMANN, E. 1995), Ellen Woortmann observa:

A cultura dos colonos concebe a família em diversos sentidos: como um grupo doméstico; como uma unidade constituída pelo casamento e pelos filhos dele decorrentes; como um equivalente à noção de colônia e no sentido mais amplo, de uma descendência. Neste último

sentido, a família é percebida como sendo uma árvore. Essa árvore tem raízes, tronco, ramos e frutos. [...] seria, portanto, uma árvore-tronco, em tradução literal. A ênfase está no tronco, envolvendo um forte viés patrilateral, apesar de também se incluir na árvore seus “ramos”. Embora a árvore seja um conjunto, privilegia-se o tronco, que constitui como que seu centro. (WOORTMANN, 1995, p. 130, grifo da autora).

Há uma interessante advertência da antropóloga quanto às “diferenças”, por ela pontuadas, entre o sentido de uma árvore tal para os colonos investigados e o “significado atual de ‘árvore genealógica’”, por exemplo, para “descendentes de colonos, urbanizados e, sobretudo, enriquecidos”, esta última produzida por profissionais do assunto (WOORTMANN, E., 1995, p. 130, grifo da autora). Quanto aos colonos em pauta, dentre outros aspectos particulares, a autora contrasta a sua forma de “conceber” (sem desenhar) uma árvore familiar àquela de traço “individualista” de homenagem “de um Ego”, feita “a si mesmo”, que caracterizaria as genealogias dos “enriquecidos”. Diferentemente destes, os colonos situam “as pessoas nas pontas dos galhos, como fruto ou flores, e seus pais nos ramos pertencentes a troncos geograficamente localizados [...]”. Por outro lado, segundo a antropóloga, a árvore dos seus informantes tem “casais, mas a referência é apenas patrilinear, isto é, a árvore só continua (para baixo) através do membro masculino do casal” (WOORTMANN, E. 1995, 130-131). Essa passagem me faz remontar às falas dos moradores da Freguesia, contemplados neste estudo, quando (igualmente sem ilustrações no papel) dão a entender que elas/eles são de “família de raiz”, ou seja, que seus antepassados enraizaram as suas existências na vila-sede – tal como as árvores, aliás, plantadas por homens da “comunidade” na praça central da vila (ver segundo capítulo) onde está boa parte das suas casas. Ainda que a referência dessas pessoas seja uma “raiz” materna e uma paterna (“parentesco urbano” de tipo cognático), também nesse caso, por vezes, existe uma tendência no lugar de privilegiar o lado do “pai” em certos momentos. Tanto que algumas pessoas só lembram nomes de avós e/ou bisavós homens.



Figura 92 – Praça “Dona Chiquinha” com árvores plantadas pelos moradores (Fotos Marta Machado)

De todo modo, esse reconhecimento das pessoas com relação aos ascendentes e a “tudo” o que eles/elas teriam feito pela “família” é algo indiscutivelmente parte importante da memória que atualiza a ausência presente dos parentes que “já viajaram”, lembram os da Freguesia. Como sublinha Ellen Woortmann (1995, p. 131), os “frutos” e as “flores” da árvore dos colonos estão “nas pontas dos galhos” desta, ligados à raiz. Foi assim que, ao perguntar inicialmente (em 2007) por famílias e seus membros na sede distrital, eu recebi como resposta uma espécie de árvore outra, a das ramificações familiares na vila segundo informações acerca das “famílias” das/dos “pretos” na localidade (ver desenho a seguir, o primeiro esboço que fiz tentando capturar as falas locais nesse sentido).⁴² Ora, um mapeamento geral de casas e casais com ou sem filhos levaria à memória (POLLAK, 1989; 1992; NORA, 1993; FLORES, 1997, p. 139-140) dos que, segundo seus próprios familiares, “lutaram” muito (para sobreviver) no lugar e aí teriam constituído “a família”. O ponto de partida dessas pessoas, como venho repisando, é a sua história na vila, e os antepassados tanto engendram uma trajetória nessa expectativa (da gente) quanto a alimentam pela memória hoje. Suscita-me uma breve anotação de Ellen Woortmann sobre os colonos teuto-brasileiros de sua pesquisa: “A memória dos colonos elimina a Alemanha de sua temporalidade: o mundo começa com o desbravamento da floresta ameaçadora” (WOORTMANN, 1995, p. 131). Se for possível dizer dessa forma, lembro os argumentos do primeiro capítulo desta tese para sugerir que, muitas vezes, as/os

⁴² Ainda assim, é de se notar que o esboço tem muito do que a “pesquisadora” conseguia ver nos inícios de conversas e contatos com a gente da vila-sede nesse momento. Posteriormente, as ideias sobre casas e famílias transformaram-se em ordem a certa configuração local, muito mais complexa e nuançada por diversos elementos do seu modo de vida, que aqui procuro descrever.

moradores locais “eliminam” algum “açoriano” cuja imaginação sobrevoa o lugar, construída de fora para dentro “do Ribeirão”, muito ao gosto de certos discursos sobre Açores e seu legado histórico no Brasil (“a saga” açoriana, ou um empreendimento “colonizador” e “planejado” etc.), e que, pelo menos, desde as falas locais, não coincide (ou não se confunde) com aqueles/aquelas que dão sentido a uma figuração tal nos dias de hoje.

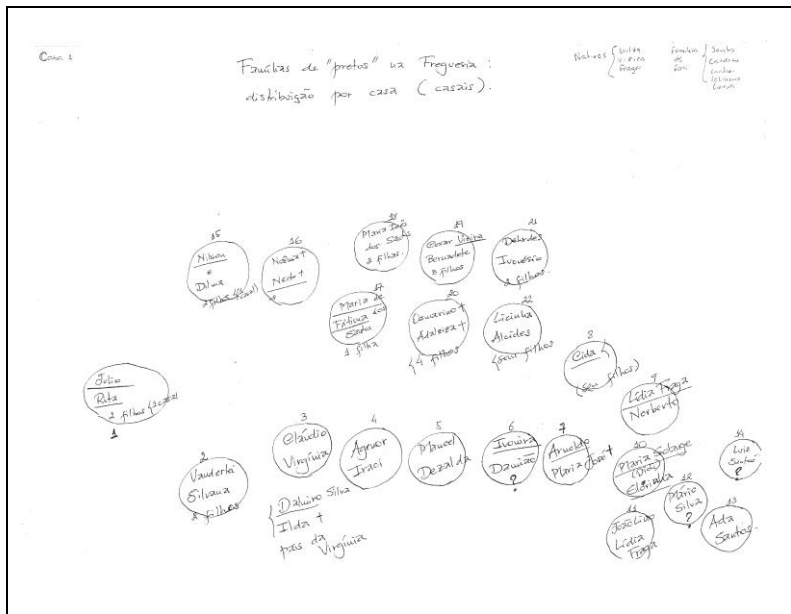


Figura 93 – Esboço das casas e famílias da Freguesia conforme as informações iniciais dos moradores e das moradoras da vila (Desenho Marta Machado)

Voltando às práticas dos grupos familiares privilegiados nesta tese, como sinalizei anteriormente, exceções referentes a vários episódios (passados ou de época recente) envolvendo pessoas das famílias de “ramo” local – como questões de herança, terrenos, residência, casa e família etc. – indicam haver nas dinâmicas da vida e da morte na vila-sede, atualmente, fatores de mudança que ajudam a pensar o parentesco desde situações divergentes, ou, pelo menos, diferentes de algumas das regras gerais. O que poderia sugerir a existência de certos deslocamentos, por exemplo, em temas discutidos por outras pesquisas (dentre outras, RIAL, 1988; MALUF, 1989 [1993];

GIMENO, 1992; CARUSO, 2011), como seria o caso da “patrilocalidade” e “matrilocalidade”, mostrando assim que as respostas dos/das moradores/as da “comunidade” às vicissitudes da vida e aos desafios dos novos tempos revelam a criatividade dos referidos sujeitos nesse assunto.⁴³

A propósito, na longa nota de número quatro, no final do primeiro capítulo da sua dissertação, Silvia Inês Gimeno (1992), supracitada, discute uma afirmação encontrada em dois outros trabalhos realizados em localidade distrital (Canto da Lagoa) relativamente próxima à de sua pesquisa. Segundo a autora, os dois estudos (RIAL, 1988; MALUF, 1989 [1993]) teriam identificado, entre as uniões de pessoas mais velhas, casamentos com residência “matrilocal” (o novo casal instala-se nas terras da família da esposa), o que divergiria dos dados por ela apontados na região da Costa da Lagoa, onde predominariam casamentos com residência “patrilocal” (o novo casal reside nas propriedades do pai e/ou da família do esposo). A autora explica ainda que, dada uma proximidade dos lugares investigados, há necessidade de debater os argumentos dos referidos estudos nesse caso (GIMENO, p. 42-43). Agora, quanto à Freguesia do Ribeirão, a julgar pela dinâmica das relações familiares no lugar e tudo o que estas envolvem atualmente nos modos de organização das famílias, aqui, cabe lembrar a importância da análise que leve em conta os matizes presentes aos diversos contextos, compreendendo respostas locais para situações e regras mais gerais. É o que procuro apontar nas seções deste capítulo.

Um nome e lugar próprios do ramo familiar

Nas casas da sede distrital, é comum a sua gente descrever a “minha família” pelo convívio diário de várias gerações (três ou mais) numa mesma residência ou no mesmo lote. E um detalhe interessante dessa coabitação é saber quem mora com quem. De fato, não é detalhe, antes, é um dado fundamental da organização das pessoas em torno da casa e da família, o que diz respeito, por exemplo, a ideias sobre descendência, consanguinidade, afinidade etc. Nessa perspectiva, a

⁴³ Para os interesses deste estudo, considero como “residência virilocal” (num sentido mais amplo que “residência patrilocal”) uma tendência frequente observada na Freguesia do Ribeirão, de o novo casal morar em terras ou propriedades da “família” do noivo. Quanto à “residência matrilocal”, verificada também em alguns casos, eu entendo a situação em que o novo casal se instala nas terras da “família” da noiva após o casamento (BARRY; BONTE et al., 2000, p. 731).

herança que se passa para os filhos, a primeira de todas, é o nome da família. Ligado a esta vem o patrimônio familiar. Por pouco que seja – ou talvez precisamente por isso –, uma herança mostra-se particularmente importante na vida das famílias que se constituíram na Freguesia ou daquelas que se dizem enraizadas na vila-sede, tal como as árvores da Praça Dona Chiquinha (descrita no segundo capítulo). Ora, se a maneira de morar (e suas transformações) das famílias locais é coisa que desperta a atenção, torna-se ainda mais complexa ao se pensar nas mudanças percebidas na Freguesia ao longo dos últimos 40 anos, e, em especial, na ocupação de um espaço que ia sendo urbanizado nesse transcurso, assim como nas condições econômicas das famílias do lugar frente a novas figurações resultantes dos chamados tempos modernos. Algo que se vê influenciar, em diferentes comunidades da Ilha de Santa Catarina, um “tipo de convivência social” caracterizado pelos laços de família e parentesco, e pelas “redes locais de solidariedade”:

A partir do final da década de 70, no entanto, os contornos das famílias começam a ficar mais demarcados e visíveis. A diminuição das terras disponíveis [no caso, no Canto da Lagoa da Conceição], com a partilha cada vez maior entre as novas gerações, o contato mais intenso e cotidiano com a cidade e com outros bairros, ampliando o universo das escolhas matrimoniais e impulsionando o deslocamento das novas famílias para outros lugares, são fatores que pressionam no sentido de uma dispersão da família extensa e das redes locais de solidariedade. Os serviços prestados são agora remunerados. Diminui a contribuição da roça e da horta para a subsistência familiar, e o que falta em casa é comprado na venda, na feira ou na cidade, no ‘sacolão’ do governo. (MALUF, 1993, p. 23).

Quanto à Freguesia, é possível afirmar que ocorreram transformações semelhantes a essas na vida das famílias “do Ribeirão”. No entanto, se muita gente saiu da localidade e conseguiu estabelecer-se em outros bairros, boa parte dela permaneceu na vila-sede onde nasceu, e reinventou antigas formas de viver em família e mesmo de agrupar-se entre os parentes e a vizinhança. Há, inclusive, diversas pessoas que moraram, por anos, em outras localidades, e que regressaram à Freguesia para ficar. Daí ser possível notar também um conjunto móvel

de situações chamadas de “família”, como foi ressaltado acima. Atualmente, tomando-se a comunidade como um todo, vale recordar, a contagem informal (2012) computa de uma a 10 pessoas vivendo dentro de um mesmo terreno. De acordo com dados do IBGE (2010), o número total de residentes na Freguesia é de 1444 pessoas. Discriminando esse número de moradores por domicílio (considerados os dados do Instituto, um total de 501 unidades e o referido número de residentes), com mais frequência, no “bairro” Ribeirão da Ilha (na vila-sede), a ocupação varia entre dois e cinco moradores. Nos demais casos, por unidade doméstica, o número de residentes diminui sensivelmente, conforme a tabela abaixo:

Número de moradores	Domicílios
Total	501
1 morador	81
2 moradores	140
3 moradores	130
4 moradores	89
5 moradores	39
6 moradores	15
7 moradores	5
8 moradores	1
9 moradores	1
10 moradores	-

Quadro 6 – Número de moradores por domicílio (IBGE, 2010)

Levando em conta a fala dos “nativos” sobre o que chamam de “família”, hoje, em geral, os moradores se organizam em uma ou duas “casas” num mesmo lote – ou em um mesmo terreno que pode ter sido, ou não, dividido em lotes por muros, paredes ou cercas (ver desenho abaixo). Muitas dessas unidades familiares são apontadas como sendo “família de raiz”, i.e., aquela cujos membros aí relacionados nasceram no lugar e/ou eles têm “ramo familiar” (do lado paterno ou do lado materno, ou de ambos) oriundo da Freguesia do Ribeirão, como foi visto antes. Ou seja, no caso, a coabitação é não apenas um dado relevante sobre a concepção de família, mas ela revela peculiaridades quanto ao modo como os moradores se adaptam do ponto de vista espacial e familiar à urbanização (e certa diminuição dos espaços) na vila. Dessa forma, casa e herança – além do nome que vincula alguém a famílias nascidas no lugar – são assuntos recorrentes e, muitas vezes, respondem por diversos conflitos entre irmãos por exemplo. Por vezes, antes

mesmo que a mãe e/ou o pai tenham falecido, questões em torno da casa (bastante valorizada também por estar localizada na Freguesia) suscitam impasses entre herdeiros/as.

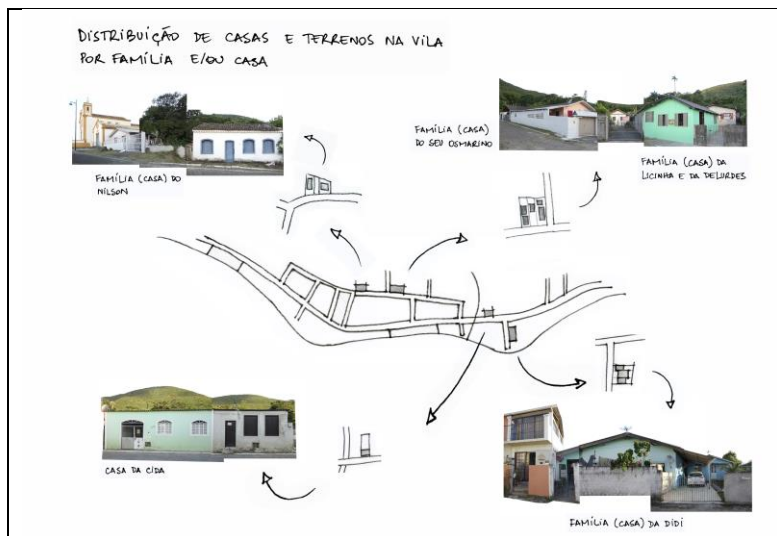


Figura 94 – Diferentes modos de relacionar casa e “família”: unidades vistas conjuntamente, em separado ou relacionadas pela vizinhança (Desenhos e fotos Gustavo Andrade e Andrea Eichenberger)

Agora, sem dúvida, o fato de se tratar da “casa dos pais”, daquela onde o grupo familiar foi constituído na localidade, ganha uma força particular. O imóvel não é apenas uma herança material, ele representa um valor afetivo, familiar, social etc. inestimável e perene das relações engendradas por diversas gerações, atestando o enraizamento dos grupos familiares no lugar, o que se vê igualmente significar pelo simbolismo da casa (enquanto família), aliás, alvo do desejo e, várias vezes, da animosidade entre as pessoas identificadas como “da família”, i.e., “herdeiras”.

Na vila-sede, os números numa “casa” (família) podem variar com a chegada de netos e bisnetos, ou se alguém morre e a pessoa que fica (um pai ou uma mãe de mais idade, por exemplo) demanda cuidados de filhos e parentes mais próximos. Por outro lado, os terrenos, na maioria dos casos já não muito grandes, comportam a “casa” de pais

e filhos (ou o que dessa família tenha restado; eventualmente, pode incluir um ou outro parente, por exemplo, uma avó viúva ou uma tia solteira etc.), e, ao mesmo tempo, eles são o bem econômico mais importante (e único para os mais pobres, como acontece com grande parte das famílias de que me ocupo neste estudo) da “herança” familiar, que, de certa maneira, é referência para os indivíduos nas redes de parentesco locais. Herdar determinado terreno e casa significa permanecer perto da família e dos parentes, e dar continuidade aos laços familiares e de vizinhança outrora construídos pelo pai, pela mãe, por avós etc., vínculos muitas vezes atualizados pelas novas gerações hoje. Mais do que isso: significa garantir, de algum modo, um lugar nestas “redes locais de solidariedade” (MALUF, 1993). Aqui, exceções explicitam as regras, apenas para mostrar que a figuração local é mais multiforme quanto às relações e trocas diárias.

Pela herança espiritual: um nome recebido no batismo

Ada Jesuína dos Santos (nascida em 1941 e falecida em 2013 aos 72 anos) era “filha da Costeira do Ribeirão”, os seus pais eram naturais do distrito – o pai, Valfrido Manoel dos Santos, da Costeira do Ribeirão e a mãe, Jesuína Adelaide Fraga, da Freguesia, ambos falecidos. Cedo, por volta de um ano de idade, Ada foi com sua mãe morar no bairro Estreito (parte continental da cidade), quando esta enviuvou pouco tempo depois do casamento, e precisou trabalhar para criar os dois filhos (além da Ada, a mãe estava grávida de um menino), pois “no Ribeirão” não tinha como a família sobreviver.⁴⁴ Ou seja, após passar

⁴⁴ Jesuína Adelaide Fraga ficou “famosa”, como dizem muitos moradores da Freguesia, e conhecida na cidade de Florianópolis pelo apelido de “Gininha”, tendo o seu nome ligado ao carnaval de Santa Catarina como fundadora da escola de samba denominada “Império do Samba”, destacando-se nos anos de 1960 como a primeira presidenta de uma escola musical e recreativa no Estado (*Jornal do Estreito*, 2014, p. 19). Várias pessoas afirmam também que ela era figura muito popular no bairro Balneário (parte continental da cidade), onde residiu por longos anos. Há quem diga que “dona Gininha” frequentava terreiros. Entretanto, na ocasião em que Ada e eu conversamos, ela não fez qualquer menção a esta última informação, nem sobre alguma relação entre a sua mãe e práticas religiosas afins. Ada falou, sim, sobre as “escolas de samba” fundadas por Gininha, além de outros detalhes interessantes sobre a mãe, aqui recuperados. Aliás, quando se pergunta aos moradores por candomblé ou umbanda na Freguesia hoje, alguns dizem que aí “tinha macumba” em tempos passados, outros contam que atualmente ainda tem. Muitos outros lembram que ali “só existe a religião católica”, e, mais recentemente, algumas pessoas acrescentam que o centro de umbanda que existe à entrada da vila é coisa de “gente de fora”, e não tem nada a ver com as famílias locais. De todo modo, uma coisa é certa, as referências nesse assunto, pelo menos inicialmente, são genéricas e quase

grande parte da sua vida fora do distrito, havia alguns anos, por razões de saúde, Ada tinha resolvido voltar e fixar residência na vila-sede, e aí permaneceu (por cerca de 10 anos) até a sua morte.⁴⁵ Na Freguesia, ela morava de aluguel. Diferentemente da maioria dos seus parentes que vivem na vila, Ada não tinha aí uma casa própria. Em 2007, quando conversamos, a moradora falou “até tenho”, sobre a vontade de comprar uma casa no lugar, “mas é muito caro, né, querida!”. Contou ainda que a sua filha mais nova, o marido e os filhos desta, um casal de netos, residiam com ela.

Tempos atrás, trabalhando como “agente de portaria” na Universidade Federal de Santa Catarina – mais um dos vários empregos para os “parentes” conseguidos com a “indicação” do seu primo-irmão Agenor Firmino da Silva, e por influência do “político” Antônio Antunes da Cruz (o “Funga-Funga”)⁴⁶ –, aí sofreu infarto (no CFH) em 1994 e se aposentou por invalidez aos 53 anos de idade, pedindo a Deus que lhe concedesse saúde, ao menos, para “casar” a sua filha mais nova, para que esta “não sofresse”. Tendo Deus atendido o seu pedido, Ada dizia dedicar a sua vida atual aos cuidados dos netos, colaborando com a filha (25 anos de idade à época) especialmente para dar à família aquilo que ela própria não teve: “O que eu consegui com os meus braços, eu devolvi para os meus filhos, o que eu não tive, eu fiz pra eles...”. Com o quarto ano primário apenas, a moradora completou parte do estudo fundamental na UFSC (programa destinado aos servidores), e, na época

proibitivas. No terceiro capítulo, faço menção ao tema quando examino a religião e as religiosidades locais.

⁴⁵ Uma longa conversa com Ada Jesuína dos Santos foi gravada na casa da moradora em 30 de outubro de 2007. Na ocasião, ela contou que havia nascido num “rancho de canoa”, dentro de uma canoa de pescador. A pesca era ofício do seu pai, que, muito jovem, “morreu afogado no mar” cerca de um ano após ter se casado. Segundo Ada, ele sentiu-se mal, ficou tonto e caiu no mar. O amigo que estava pescando junto com seu pai teria tentado salvá-lo, mas foi em vão. Assim como o pai e a própria Ada – que voltou para o Ribeirão, porque o “médico recomendou um lugar sossegado” –, muitos outros negros da Freguesia são acometidos por doenças cardíacas. Vários dos que deram a sua contribuição a este estudo faleceram doentes do coração nos últimos anos, inclusive a Ada. É oportuno observar ainda que, referindo-se a si mesmos, moradores/as afirmam que “os pretos têm coração grande ou inchado”.

⁴⁶ Nesta tese, tenho procurado indicar, nas várias seções do trabalho, uma ou outra fala dos/das moradores/as sobre a presença e as influências de moradores “políticos” (no dizer local), particularmente do senhor Antônio Antunes da Cruz, na vida das famílias da vila-sede, em especial no que diz respeito aos inúmeros empregos “arrumados”, sobretudo, por este último, um “líder político” como o definia o seu Agenor Firmino da Silva. Agora, embora as questões políticas e seus contornos na organização das famílias da Freguesia do Ribeirão sejam assunto importante e passível de investigações mais detalhadas, neste trabalho, seguindo os próprios moradores quando (e como) recorrem ao tema, procuro tão somente perceber os inter cruzamentos de fatos e interesses que culminam com uma configuração própria ao lugar, digna de ser examinada. Assim, retomarei alguns aspectos “políticos” na conclusão da tese.

em que ela “teve” de fazer “concurso” (um teste) na instituição, a sua filha mais velha (formada em Pedagogia pela mesma universidade) lhe deu aulas em casa, e, felizmente, Ada passou pelos “quatro meses de experiência”, e garantiu a sua vaga no cargo de agente de portaria.

Mãe de duas filhas (a mais velha, residente no bairro Estreito, também é casada e mãe de três moças), Ada afirmava ter sido casada, porém se negava a falar do ex-marido de quem sequer recordava o nome. Apenas ressaltava que teve suas filhas em “outros relacionamentos”. De fato, lembrava a moradora que as filhas só tiveram mãe, e se mostrava decidida a dar por encerrado o assunto. Dizia-se sobrevivente de uma infância de penúria, fora do distrito (foi morar “no Estreito”, bairro continental), ela e o irmão (já falecido à época) passaram fome, frio, não tiveram sapatos para ir à escola, não ganharam festa de aniversário e nem presentes de Natal, enfim, experimentaram uma “infância pesada”. Sua mãe teve que “batalhar muito”, ficava 10 a 15 dias viajando, vendendo muita, “muita mesmo”, renda de bilro em Blumenau, Joinville etc., “ela pegava renda até das amigas dela daqui”, da Freguesia, e as comercializava em diversas cidades. Ada e o irmão, pequenos, eram levados pela mãe para “a casa de uma senhora” no bairro José Mendes (na Ilha) – enquanto trabalhava, em viagem, a mãe deixava dinheiro para a “senhora” cuidar dos dois filhos, mas esta o usava para outros fins. Quando indagada sobre alguma ajuda à sua mãe vinda não somente “das amigas” da Freguesia, mas também da “família” dela na vila, Ada deu resposta direta: “Não, cada um por si, cada um por si. E [pra] falar a verdade, a família não é unida, sabe, a família não é unida”, repetiu a moradora.

Ora, neste momento, alguns elementos podem ser analisados levando em conta as observações feitas antes quanto às regras e ao modo das pessoas viverem as suas “casas” na Freguesia, distribuírem alguma herança entre filhos homens e mulheres, e quanto aos rearranjos familiares no espaço urbanizado da vila. Inicialmente, o caso da mãe da Ada e o dela mesma parecem ilustrar uma prática local de deixar as mulheres, em princípio, fora da herança familiar (quando esta existe), sobretudo, como sublinha Ada, se a família é “muito pobre” e se há “muitos filhos”, por exemplo, como acontecia com os antepassados da sua mãe. Às mulheres cabia a residência virilocal, i.e., viver nas terras da família do marido após o casamento. Entretanto, a sua mãe casou-se com um “pescador” que era também filho de um homem dado à pesca artesanal (seu avô paterno), ou seja, não tinham trabalho remunerado (formal) e nem grandes posses. Além disso, o pai dela, desafortunadamente, morreu afogado no mar. Foi quando sua mãe

“ficou sem nada”, saiu do distrito carregando apenas “uma mala, um tipo de um guarda-roupa”. Já era pobre e ficou à míngua. Por outro lado, o seu avô materno, segundo Ada, “até aposentou-se”, quer dizer, ele tinha um trabalho assalariado, mas eram muitos os filhos e “muita pobreza” – algo que os moradores mais velhos costumam lembrar como tempos de “muita dificuldade”. Que chance tinha a sua mãe (e os filhos, Ada e seu irmão) de receber “herança”? É bem verdade que as circunstâncias da pobreza familiar, da morte prematura do pai e da necessidade de sobrevivência da mãe e dos filhos tenham desencadeado uma alternativa (mudar-se para o bairro Estreito) à permanência no Ribeirão. De todo modo, os diferentes aspectos, presentes em sua fala (filha mulher, de pai nascido na Costeira do Ribeirão e muito pobre), do meu ponto de vista, contribuem conjuntamente para que Ada e seu irmão não apenas não tivessem herança a receber, mas também para que a moradora explicasse a não ajuda à sua mãe, no passado, como falta de união entre familiares.

Em seguida, há um segundo elemento que chama a atenção quando Ada afirma: “A mãe foi mãe e pai toda a vida, né?” De certa maneira, a herança deixada pela mãe foi o nome da família (em particular o seu sobrenome “Fraga”, da Freguesia), os laços de parentesco, de vizinhança e amizade que, em determinado momento, levam Ada a optar por uma residência na vila-sede, lugar de “sossego”, de onde, junto com o mar, vêm as boas “energias”, a despeito inclusive da sua observação anterior de “a família” não ser “unida”. Diga-se de passagem, enquanto moradora da vila, ela residiu em dois locais e casas diferentes, ambas as construções de alvenaria eram confortáveis e em ótimo estado de conservação. Mas, a segunda casa alugada pela “família da Ada” fica à entrada da vila, no trecho designado por muitos (interessados em caracterizar a vila “antiga” por detalhes incomuns) como a parte “dos ricos” (ou a “praia dos ricos”). O mais interessante é que, nessa residência, Ada passava a ficar bem mais próxima também de alguns de seus parentes, por exemplo, os de sobrenome Silva/Santos, cuja casa está no “centrinho” da vila em frente à Praça Dona Chiquinha, onde ela costumava estar com frequência, sobretudo, à tarde, já que na parte da manhã Ada preparava o almoço da família e cuidava de outros afazeres domésticos. Agora, em especial, ainda mais perto ela passava a ficar das “casas de família” de alguns outros moradores de mesmo sobrenome Silva,⁴⁷ de quem curiosamente herdou o seu primeiro nome:

⁴⁷ Detalhes acerca de vários nomes e sobrenomes na vila serão mencionados mais para frente.

Porque o meu nome, mesmo, meu nome [o primeiro]... Que a minha mãe é nascida e criada aqui, e ela tinha uma amiga que era da igreja Nossa Senhora da Lapa. Eles [os familiares da amiga] eram muito católicos. A minha mãe era muito amiga dela. [...] Acontece que a minha mãe casou e essa não. Então, ela disse pra minha mãe que, se ela [a mãe] casasse e tivesse uma filha, ia botar o nome dela [o da amiga] o meu, porque ela ia para o convento. E, naquela época, elas iam para o convento e o nome... Saía o nome verdadeiro. Aí, ela passou-se a chamar irmã Domínia, e eu fiquei com o nome dela. O nome dela era Ada Silva. A família Silva é aqui do Ribeirão [Freguesia] mesmo também, sabe? Então, ela foi ser freira, e era muito amiga... A minha mãe cantava no coro com ela aqui na igreja Nossa Senhora da Lapa. Então, as duas andavam iguais, de trança ou [com] uma fita amarrada [no cabelo]. Depois que a minha mãe casou, ela foi para o convento, eu nasci. Ela deu o nome pra mim, e ela foi para o convento... [Ela era] branca, galega... Ela, então, sumiu. Hoje, a minha madrinha já é morta, né? Mas ela era freira. (Ada Jesuína dos Santos).⁴⁸

No terceiro capítulo de sua pesquisa, intitulada *Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha e sua população: 1810-1930*, Sérgio Ribeiro da Luz (1994) procura “identificar a origem dos pais e dos avós” nos registros de batizados, e nos registros de casamento quando se trata da “origem dos noivos”. Quanto à “população negra e mestiça”, o autor recorre às “qualificações que indicam as origens dos recém-nascidos e dos negros batizados adultos”, e também aos “resultados dos levantamentos populacionais do século XIX”. Nesse sentido, a despeito das dificuldades relativas a esse trabalho de identificação, o pesquisador enumera uma “diversidade” de origens dos estabelecidos ou descendentes destes na Freguesia. Assim, “os avós estrangeiros” dos habitantes do lugar seriam, primeiramente, açorianos e portugueses imigrados da Península. Em seguida, viriam madeirenses, canários e espanhóis; além dos “numericamente pouco significativos”, i.e., ingleses, franceses, alemães, italianos, paraguaios e uruguaios. Sobre a “população de origem africana”, o autor informa que, numericamente, predominam africanos provindos da região de Angola-Congo, e, em seguida, da região de Moçambique, concluindo que “os negros africanos introduzidos em Nossa Senhora da Lapa eram, na maioria, pertencentes ao grupo bantu...” (LUZ, 1994, p. 38-57; ver também o primeiro capítulo da tese).

⁴⁸ Informação verbal em 30 de outubro de 2007. Nessa ocasião, Ada lembrou que, segundo a sua própria mãe, esta não pôde ser freira, porque, “naquela época, não podia ter freiras negras, por causa do preconceito, do racismo”, e também porque a situação financeira da “família” da finada mãe era péssima.

O chamado compadrio (aqui, justo seria dizer “comadrio” ou algo mais adequado ao caso) é um fenômeno recorrente nas ciências sociais, particularmente em textos etnográficos da antropologia que se ocupa do tema parentesco e família (WOORTMANN, 1987; ARANTES, 1994; WOORTMANN, E. 1995; HARTUNG, 2000; VENÂNCIO; SOUSA; PEREIRA, MT. 2006; LANNA, 2009, entre outros).⁴⁹ Seguindo Antonio Augusto Arantes (1994), “o compadrio pode ser definido como uma instituição social constituída principalmente a partir dos ritos católicos de batismo e de crisma” (ARANTES, 1994, p. 195). Nesse sentido, atualmente, os chamados “pais espirituais de uma criança” teriam por “tarefa” junto a afilhados, no “sistema de relações rituais” constituintes do compadrio conforme determinação (datada do século XVI) da igreja católica, “a formação moral e religiosa” das/dos apadrinhados. Além disso, anota-se um aspecto de proibição no âmbito do referido sistema, ou seja, não pode haver “o casamento e relações sexuais entre as pessoas ligadas ritualmente”. Com efeito, como ressalta o antropólogo, “[...] várias sociedades criaram sistemas de relações regulamentadas *pelo costume*, ampliando e reinterprestando a concepção religiosa oficial” (ARANTES, 1994, p. 195, grifos do autor).

Na Freguesia do Ribeirão, é muito comum que os apadrinhamentos se deem entre familiares: avós (paternos e maternos), tias/tios e outros parentes próximos (de ambos os lados) dos pais da criança, em geral, pessoas cujos vínculos (reconhecidos) “de sangue” são reforçados e/ou legitimados social e ritualmente, por assim dizer (ARANTES, 1994). Há, porém, diversos casos em que a madrinha e o padrinho são “amigos” e, dentre estes, com frequência, “os padrinhos” são “vizinhos” da localidade, gente também “nascida” na vila-sede e que aí constituiu “família”, estabelecendo junto aos demais moradores relações de solidariedade, ajuda e troca. Um ou outro caso pode ser também de apadrinhamento feito, por exemplo, por um “casal amigo” identificado como não parente e nem vizinho, mas, na maioria das vezes, trata-se de pessoas “da família” ou muito próximas dela (“do

⁴⁹ Em seu artigo, *O compadre governador: redes de compadrio em Vila Rica de fins do século XVIII*, Renato Venâncio, Maria José de Sousa e Maria Tereza Pereira (2006) observam acerca de uma abordagem histórica dessa questão: “[...] procuramos mostrar a diversidade dos laços de compadrio, assim como procuramos preencher uma lacuna no que diz respeito às pesquisas referentes ao tema. Conforme revelam levantamentos bibliográficos, as análises da escolha de padrinhos do período colonial quase sempre se restringem à população escrava. As investigações sobre o compadrio na população livre são raras e, no que diz respeito às elites políticas, só muito recentemente começaram a ser realizadas” (VENÂNCIO; SOUSA; PEREIRA, MT. 2006, p. 274).

Ribeirão”), particularmente chegadas a “casa”, i.e., às relações familiares imediatas, como se dá no caso de alguma vizinhança.

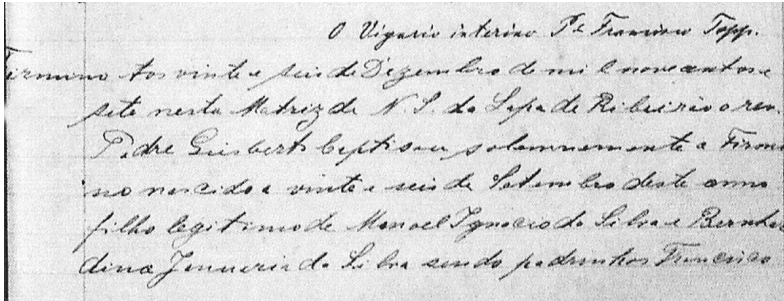


Figura 95 – Registro de batismo de seu Firmino Manoel Ignacio da Silva, pai do seu Agenor Firmino da Silva (Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina / AHESC, pesquisa Maria Angélica Antunes Machado)

Embora como “instituição” o compadrio possa suscitar um debate importante nas ciências sociais em torno das práticas e/ou de suas interpretações possíveis para compreender relações complexas no mundo contemporâneo (ARANTES, [1971]; 1994; LANNA, 2009, por exemplo), desde as falas e práticas na Freguesia do Ribeirão hoje, eu gostaria de reter aqui apenas alguns elementos que, do meu ponto de vista, ajudam a perceber o significado social e religioso (já apontado no terceiro capítulo) do referido “costume” no lugar partindo da experiência de Ada Jesuína dos Santos, acima citada. Nesse sentido, é interessante sublinhar o que sugere Antonio Augusto Arantes (1994) em seus estudos sobre o tema:

A hipótese de trabalho que tem orientado a minha própria pesquisa é a de que o compadrio constitui-se a partir da reelaboração, em termos da prática social efetiva de grupos católicos em situações históricas e estruturais determinadas, de uma concepção religiosa acerca de família e de nascimento expressa nas Sagradas Escrituras e no rito do batismo. Essa reelaboração pode servir a fins práticos. Mas nada, a meu ver, justifica supor que em sua “utilidade” resida a razão de ser da instituição (ARANTES, 1994, p. 197, grifo do autor).

A finada madrinha da Ada, a “freira” Dominícia – da congregação religiosa das “Irmãs da Divina Providência” –, falecida em 1984, era filha de Oscar Silva cuja família é considerada pela história local (PEREIRA, N.; PEREIRA, F.; SILVA NETO, 1990, p. 124-127) como proveniente do “tronco mais tradicional” do Distrito de Ribeirão da Ilha: “Hermínio [Antônio da Silva] era filho de Joaquim Rodrigues da Silva (provavelmente descendente de Manoel Valgas Rodrigues)”. Além deste, cita-se um segundo tronco Silva que “provinha de Sabino Feliciano da Silva, avô de Norberto e Etelvina Silva Heidenreich, dona Tida...”.⁵⁰ Cabe anotar que alguns dos nomes aqui apontados aparecem relacionados à vida da gente da vila-sede e, frequentemente, seus nomes são assim lembrados pelos moradores. Por exemplo, Hermínio Antônio da Silva é o nome da praça da igreja, esta homenageia (e atualiza) a figura familiar do homem nascido na Freguesia em 1865 (falecido em 1936), e reconhecido por muitos como “um grande líder” político, religioso e comunitário oriundo de uma família “do Ribeirão”.⁵¹ Quanto a Norberto Silva, este é o finado marido da dona Chiquinha (também falecida) cujo nome é homenageado pela praça do “centrinho” da sede distrital – Praça Maria Francisca da Silva (a “dona Chiquinha do seu Norberto”). Por seu lado, dona Tida Heidenreich é a finada mãe de seu Alécio Heidenreich, que foi “criado” junto com seu Agenor Firmino da Silva (ambos já citados no primeiro capítulo). Os dois eram vizinhos “de porta” e amigos de infância, foram companheiros na Banda da Lapa e se tornaram compadres – seu Alécio batizou uma das filhas de seu Agenor. Como no exemplo de Ada Jesuína dos Santos (prima-irmã de seu Agenor), os vizinhos (“amigos”) transformam-se em parentes. De fato, algumas vezes, ouvi os dois moradores (Agenor e Alécio) dizerem, um do outro, que “é como se fosse um irmão”. Ora, na organização

⁵⁰ Mais adiante, o assunto dos nomes de famílias locais será retomado.

⁵¹ A história local destaca a “vida social, política e religiosa” de Hermínio Antônio da Silva como “das mais criativas e dinâmicas”. Nesse sentido: “Exerceu Hermínio grande liderança política, atividade que iniciou durante o Império filiando-se ao Partido Republicano [...], ao qual permaneceu até a Nova República quando o Partido Republicano foi substituído pela União Democrática Nacional [UDN]. Entre 1921 e 1930 exerceu o cargo de Intendente Distrital, o qual perdeu com a vitória da Aliança Liberal na Revolução de 30. No campo econômico, Hermínio foi construtor de baleeiras, e outros tipos de barcos, transferindo esta tecnologia tradicional dos Açores para seus filhos Waldemar e Oscar. Foi cofundador da Banda Nossa Senhora da Lapa e sendo católico fervoroso esteve sempre à frente das atividades da Igreja de Nossa Senhora da Lapa” (o referido morador é citado já no primeiro capítulo). Conhecida como Irmã Dominícia, a religiosa, “madrinha” de Ada Jesuína dos Santos, era neta de Hermínio Silva (pai do supracitado Oscar Silva), e, a respeito dela, observa-se: “Foi, a exemplo do avô, uma líder, administradora de hospitais e de educandários, política de grande amizade com governadores [...]” (PEREIRA, N.; PEREIRA, F.; SILVA NETO, 1990, p. 127).

familiar da Freguesia do Ribeirão, essas relações entre parentes, vizinhos e amigos, e suas transformações, parecem interessar à compreensão da socialidade local, ou melhor, elas podem ser percebidas nesse sentido pelas falas e/ou práticas das “famílias”, que aqui procuro examinar.

Outros bens herdados: relações e transformações

Quanto a costumes locais e questões familiares que chamam a atenção nas conversas da gente da vila, por exemplo, com relação a filhos, parentes, casa, herança e outros temas envolvendo “a família”, a meu ver, há uma peculiaridade referente a diversas mulheres (tomadas, aqui, como exceção à regra ou algo do gênero) cujas práticas tendem a transformar o que seria um modo predominante de afirmação da autoridade dos homens (como “pais” e “chefes” de família) na Freguesia do Ribeirão hoje. Ou seja, algumas moradoras se sobressaem na vila por construir certo prestígio diante da família ou mesmo da comunidade quando, sozinhas, têm de assumir o controle da casa e, por vezes, incorporar a figura de “pai e mãe ao mesmo tempo”. Nesse caso, parece haver um deslocamento entre as atribuições de pai e mãe, o qual permite a um grupo de parentes (ou pessoas relacionadas como “família”) se manter unido e/ou organizado na rede de relações familiares da Freguesia. Assim, a imagem da mulher que supera “dificuldades” e se coloca à frente da “família” e de sua sobrevivência tem lá um grande valor social (WOORTMANN, 1987). Talvez alguns dos exemplos examinados nesta tese possam ser ilustrativos do tema em questão.



Figura 96 – “Didi” mostra reportagem de jornal dedicada a sua pessoa (Fotos Marta Machado)

Na história narrada por Ada, o primeiro dado: a mãe grávida (Jesuína Adelaide Fraga) e Ada têm de deixar o distrito para “sobreviver”. Em seguida, como foi dito acima, de um lado, a herança recebida por Ada da sua mãe foi o nome familiar e as relações de parentesco, vizinhança e amizade travadas na vila-sede por diferentes gerações entre seus “parentes” e a “comunidade”. Por outro lado, na condição de “pai e mãe”, sem ter recebido bens materiais e/ou herança familiar, a mãe deixou como legado para a filha e o filho o que Ada sublinha como o sentido de “batalha” pela vida, i.e., um modelo de trabalho e “luta” pela sobrevivência. Nesse caso, a mãe teria feito por Ada e seu irmão aquilo que, em condições outras, caberia ao “pai” fazê-lo num sistema idealmente patriarcal ou algo do gênero. A mãe torna-se “chefe” da família e assume a criação dos filhos à custa, note-se, de estar longe dos seus parentes, o que significa também buscar outros meios de cooperação (na atenção aos filhos, por exemplo) fora “do Ribeirão”, junto a pessoas estranhas às relações familiares.

Agora, quanto à Freguesia, observa-se um padrão familiar idealmente presente ao conjunto das redes locais de parentesco, o qual é marcado, entre outras coisas, pelo par casamento-casa onde uma família conjugal (pai, mãe e filhos) estenderia o seu convívio, i.e., a “casa” pensada como família, a parentes, vizinhos e/ou amigos mais próximos. Efetivamente, esse modelo familiar ideal sofre várias alterações nas práticas cotidianas quando, por exemplo, laços conjugais são desfeitos entre casais mais jovens, ou quando um dos cônjuges (de um casal mais velho) morre, ou ainda quando alguns familiares (por exemplo, uma mãe viúva, uma tia solteira, um filho ou irmão separado etc.) passam a fazer parte do grupo familiar no meio doméstico. O que supõe uma ampliação das relações de “parentesco”. No exemplo em questão, ao mesmo tempo em que reforçam este padrão de casamento (casa-família) com residência virilocal especialmente pelo lado da falta (sem patrimônio, sem marido e/ou sem pai), as experiências da mãe e da Ada (e de seus filhos) apontam para soluções alternativas das moradoras diante dos desafios colocados pelos imponderáveis da vida e igualmente por sua recepção aos “novos tempos”.

Nesse sentido, parece haver algum deslocamento possível de uma regra prescrita (um casamento com residência idealmente virilocal) para outro praticamente constatável em que, embora o ideal permaneça como horizonte de organização, ou talvez precisamente por isso, algumas mulheres ou ocupam o (pretenso) lugar da autoridade masculina e a

revertem a uma espécie de família cujo prestígio é da mãe (elas são “pai e mãe ao mesmo tempo”); ou reivindicam o seu quinhão da herança familiar e desencadeiam outros tipos de fenômenos que fogem a uma tendência mais geral. Em todo caso, observam-se famílias nas quais as relações no lugar são mais bem explicadas “pelo lado da mãe”. Como lembra Klaas Woortmann (1987, p. 15): “[...] o parentesco é uma variável importante, pois é através dele que se organiza boa parte do espaço social imediato, e é através dele, em boa medida, que as pessoas se ajustam às dificuldades da vida”. Assim, nessa perspectiva, Ada volta para a Freguesia depois de ficar fora “do Ribeirão” por muitos anos, aluga uma casa e recupera um espaço (o da sua “família”) nas redes locais de solidariedade e trocas – entre parentes (maternos e paternos), vizinhos e amigos herdados dos vínculos familiares na localidade –, formando com a filha mais nova, o marido e o filho deles, na vila, “a família da Ada”. Nessa perspectiva, nota-se também que, em diversos casos, mesmo existindo um padrão corrente de tendência ao parentesco bilateral – i.e., àquele referente a ambos os lados, o do pai e o da mãe –, especialmente quando pai e mãe são “nascidos” na Freguesia e/ou ambos têm no lugar a história de seus ascendentes, é possível identificar nas relações familiares centradas na autoridade ou no prestígio da mãe um modo diverso e importante de organização das famílias na vila-sede hoje.

4.3 De mulheres e relações familiares: para os/as “filhos/as”

Primeiro exemplo: um casamento com residência virilocal

Quanto ao tema da herança (patrimônio) familiar, há diferentes situações cujos arranjos locais ajudam a pensar como algumas mulheres, diante do fato ou da possibilidade (ou impossibilidade) de receber bens de família como herança, por exemplo, do pai e/ou do marido, exercem certa autoridade que aponta para a particularidade dos laços entre mãe, pai e filhos no lugar. Procuo identificar, em seguida, algo que parece se repetir (a autoridade) em três exemplos indicadores de uma figuração peculiar na vila-sede em cada caso no referido assunto. O primeiro deles é o da viúva (Maria Solange [da Silva] Fraga, nascida no Alto Ribeirão em 1923) de um casamento com residência virilocal, i.e., uma vez casada, “Didi” – como é carinhosamente conhecida por todos – veio

morar nas terras da família do marido, tendo ela contraído matrimônio com um filho⁵² de uma “família de raiz” da Freguesia – família “Fraga”. Acometido por doença cardíaca, o marido falecera prematuramente, tendo Didi assumido a figura de “pai e mãe ao mesmo tempo” após a morte do cônjuge. Ora, com o passar dos anos, a moradora vende e/ou “perde” grande parte das terras que, segundo a sua família, o finado marido teria “ganhado” de um antigo intendente local para quem ele havia trabalhado (como uma espécie de caseiro, cuidando de pomar ou outras plantações).⁵³ Didi dividiria a propriedade restante entre as suas duas filhas na época do casamento destas. No caso, os genros vieram de fora “do Ribeirão”, e apenas um deles – nascido num dos morros “da cidade” (no bairro Agrônômica) – permanece casado com a filha mais velha da citada moradora, com quem tem três filhos, vivendo com parte da “família” ao lado da casa da sogra que ele diz ter como uma “mãe”. De fato, existe um vínculo muito valorizado localmente que é este entre mãe e filhos/as. E o que chama à atenção, nesse sentido, é a autoridade das mulheres (da “mãe”) quanto à organização e ao estabelecimento dos grupos familiares, em particular, quando elas são sozinhas, por assim dizer.

⁵² O morador em questão vem a ser Martimiano Manoel Fraga, nome oficial dado ao beco onde vive a sua família atualmente (conforme descrição no segundo capítulo). Familiares e parentes de “seu Martimiano”, incluindo este, teriam “arranjado emprego” em diversos órgãos públicos com a repisada “ajuda” do senhor Antônio Antunes da Cruz. A filha mais nova de Martimiano, então funcionária da prefeitura municipal (hoje aposentada), conseguiu homenagear o seu finado pai com a denominação da via pública nesse local onde o morador “trabalhou muito” e viveu com “a família”.

⁵³ Até onde eu pude apurar, o finado marido da Didi cultivava a terra na Freguesia do Ribeirão em terrenos que pertenceriam ao senhor Antônio Antunes da Cruz (na “casa” do intendente), e dele teria recebido uma enorme extensão de terra perto da praia (onde estão as casas da “família da Didi” ainda hoje), como uma forma de paga pelos serviços e produtos cultivados. Por outro lado, sobre a posse das terras na vila-sede no passado, a história local fala em “ocupação espontânea” (PEREIRA, N.; PEREIRA, F.; SILVA NETO, 1990). Mais recentemente – em decorrência até, imagino, da escassez de espaço disponível às famílias do lugar, e da especulação imobiliária em torno de casas e terrenos na área urbanizada da Freguesia –, muitos moradores manifestam a sua reprovação, em diversas observações, quanto ao que consideram uma “invasão” de terras, em tempos idos, por algumas famílias e/ou seus membros. De todo modo, em geral, não há disputas atuais que coloquem famílias em confronto direto. Ou melhor, há desentendimentos vários entre os próprios membros de uma ou outra família, mais ligados ao tema de uma herança ou divisão de bens que, frequentemente, seria de responsabilidade do “pai” de família, e, na falta deste, da mãe. Exceção a esse quadro geral é o caso de uma moradora (e sua família) que, mediante processo judicial, reivindica grande parte de imóveis na região central da vila, especialmente casas e terrenos de propriedade das famílias aqui examinadas (mas não apenas destas). Segundo as/os moradores, os argumentos infundados da moradora teriam sofrido já várias derrotas na justiça.



Figura 97 – Terreno onde se encontram três casas distintas da “família da Didi”, ou “casa da Didi”, como se diz por lá (Fotomontagem Andrea Eichenberger)

No presente exemplo, o que era inicialmente um único terreno foi, aos poucos, sendo loteado e delimitado por muros, paredes e cercas que, hoje, separam três casas cujos moradores, em seu conjunto, são identificados como “a família da Didi”. Embora, a moradora seja idosa e, nessa condição, dependa dos cuidados das filhas, do genro, das netas e do neto casado⁵⁴ que mora perto dela (este é vizinho da mãe e da avó, ambas habitam a mesma residência), Didi é a figura familiar socialmente reconhecida na Freguesia como a autoridade do grupo de parentes relacionados à sua “casa”. Alguma vizinhança ao redor da residência, inclusive, é capaz de reformular pela memória tempos passados em que “a Didi” recebia muitas pessoas em sua casa, por exemplo, antes das filhas e seus amigos irem para “um baile”. Nesse caso, ressalta-se uma “casa” (família) que recebe, acolhe e apoia a “todos”, mas também se fala do pulso firme da mulher respeitada como uma espécie de pai e mãe, i.e., uma autoridade familiar e comunitária. Remontando à experiência da mãe da Ada e examinando o exemplo em pauta, por razões e circunstâncias diversas, há um relevo nos laços pelo lado da mãe, se bem que, como venho sublinhando, o modelo de parentesco bilateral idealizado pelas pessoas permaneça como fonte e/ou horizonte para as relações locais.

⁵⁴ O referido neto “se juntou” com a namorada que nasceu fora “do Ribeirão”, sendo a moça do bairro Estreito onde mora a sua família, que é de Porto Alegre.



Figura 98 – Maria Solange [da Silva] Fraga ("Didi") ao lado do genro Norberto Cardoso de Souza (casado com a "Lidinha") e junto da filha Maria da Glória Solange Fraga ("Glorinha"); "Didi" e sua irmã (Fotos Marta Machado)

Segundo exemplo: uma herança (“do pai”) entre duas irmãs

Outro fato diz respeito a duas filhas casadas – a mais velha e a mais nova entre quatro irmãos (dois homens e duas mulheres),⁵⁵ todos, filhos de um casamento com residência virilocal –, cujo pai enviuvou e precisa de cuidados da família, recebendo da nora (sua vizinha) e da filha mais velha (que vem morar na casa do pai com o marido e as filhas) a atenção aos afazeres da casa, à alimentação e às demais demandas materiais e afetivas do morador viúvo. Acontece que, com a morte deste (pouco tempo depois de enviudar), a filha mais velha entende que ela e sua família têm o direito de permanecer na casa paterna, haja vista terem eles se dedicado aos cuidados do “pai”. Entretanto, ela foi fortemente desaprovada por várias pessoas, a começar pelos dois irmãos homens (como lembro em nota, ambos já tinham recebido do pai, em vida, o seu quinhão), estendendo-se a reação contrária a vários moradores, especialmente vizinhos/as, incluindo “o padre”. A recusa à irmã mais velha tornou-se mais explícita face ao conflito gerado pela reivindicação da irmã mais nova diante da residência do pai. Impedida de entrar na casa, esta esbravejava contra a

⁵⁵ Nesse caso, segundo informações de familiares, na ocasião do acontecido, assim como as duas filhas mulheres, ambos os filhos homens já estavam casados e com filhos, tendo recebido de seu pai, à época do casamento deles (os homens), um pedaço de terra onde construíram as suas casas. O mais moço permanece morando ao lado da casa paterna, aparentemente, a sua residência seria unida àquela, mas, de fato, há uma separação dos terrenos por paredes e/ou muros. O filho mais velho (dentre os quatro filhos/as do casal) teria igualmente recebido a sua parte quando se casou, vivendo por certo tempo ao lado da casa dos pais. Posteriormente, teria vendido o seu imóvel, fixando residência fora “do Ribeirão”.

irmã mais velha lembrando que aquela era, segundo a vontade e determinação do falecido, a “sua” casa.⁵⁶

Segundo consta, tempos atrás, a filha mais velha teria recebido “ajuda” do pai para adquirir um terreno e uma casa na localidade Canto do Rio, quando de seu casamento com um homem de poucas posses, nascido fora “do Ribeirão”. Agora, a casa dos pais, depois da morte do viúvo, seria a herança deixada expressamente (“de boca”) pelo pai, pouco antes de morrer, para a filha mais nova, desejo que ele teria manifestado diante da nora, da própria filha mais velha e de uma vizinha amiga da família, o que reforçava a desautorização da mais velha de pleitear a casa na Freguesia.⁵⁷ Finalmente, a filha mais nova, que “vive de aluguel”, ganha o seu quinhão, e se muda com o marido e a filha para a antiga residência dos pais. Por seu lado, a mais velha rompe com a família, os/as vizinhos/as do contra, volta para a sua casa na localidade distrital próxima à vila-sede, e, aliás, muda também de religião (deixa a igreja católica e se torna “evangélica”).

⁵⁶ As razões pelas quais a filha mais nova não teria vindo, para a Freguesia, cuidar do pai viúvo, em si, não foram dadas, ou melhor, isso não entrava nas conversas sobre o caso, pelo menos, não em primeiro plano. De qualquer forma, é possível supor alguns matizes do ocorrido. Dos quatro filhos, três já haviam recebido “ajuda” do pai para construir a sua casa. A mais nova, diferentemente dos demais, foi morar com o “marido” (tratava-se de viver com ele e a filha do casal num imóvel alugado nos arredores da vila-sede). Além de estar fisicamente mais longe da casa paterna, a mais nova da família, segundo consta, teria problemas com bebida e violência do companheiro contra ela. Talvez esse seja um dos motivos para não ter a moça (ou a “família” dela) na casa do pai. Por outro lado, a filha mais velha, à época, trabalhava (como merendeira) no grupo escolar da sede distrital, o que lhe permitia um contato diário com o pai, e certamente o que também facilitou a ela (e sua “família”) a mudança para a residência do viúvo. Assim, nesse exemplo, poder-se-ia conjecturar quanto ao conflito entre as irmãs mais velha e mais nova uma reivindicação desta última, em regra, presente ao modo de organização das relações de parentesco na vila.

⁵⁷ No caso em pauta, assim como acontece com algumas outras pessoas, a disputa entre as filhas (ou filhos) de um casal, entre germanos, atualmente, parece ocorrer também em torno do fato de ser a residência que foi de propriedade dos “pais” – em geral, trata-se de imóvel mais bem conservado ou de mais valor comercial –, ou ainda, acrescido dos motivos anteriores, que se localiza na Freguesia. Nesse sentido, além do valor imobiliário atribuído a um terreno e uma edificação na sede distrital, há em especial o valor simbólico da “casa” onde viveu a “família”, de certa maneira, o que permite a alguém ficar perto dos parentes, vizinhos e amigos da “comunidade”, ligados às redes locais de solidariedade. Por vezes, mesmo os que “já têm” um imóvel adquirido com a “ajuda” dos pais podem reivindicar alguma parte da residência destes após o falecimento do casal, não sem conflitos e polêmicas entre germanos.

Terceiro exemplo: quem casa e quer casa

Uma terceira situação, ainda mais peculiar, toca a uma família de três filhos, dois homens e uma mulher, os mais velhos (um casal) são gêmeos. Há mais de 30 anos, quando o filho mais velho se casou com uma jovem “do centro” (Morro da Caixa da Ilha), ele ganhou uma boa porção de um terreno enorme do pai na parte central da Freguesia (próximo à “rua de cima”, para o lado dos morros), onde construiu uma casa em que morou o novo casal durante muito tempo, até se separar definitivamente em anos recentes – a propriedade ficou com a mulher e as duas filhas do casal. Mais tarde, à época de casar, o irmão mais novo teria preferido receber a sua parte em dinheiro, tendo construído uma casa na localidade distrital da Tapera, onde vive hoje sua ex-mulher. A irmã gêmea (mais velha), no entanto, teria ficado fora da “divisão” (de bens) feita apenas entre os filhos homens – segundo a moradora, os seus pais a consideravam “rica” por ela ser funcionária “federal” (da UFSC). Por outro lado, como se vê frequentemente na vila, a mulher trouxe o marido⁵⁸ de fora “do Ribeirão”, “juntando-se” com o homem nascido em Santo Amaro da Imperatriz, teve com ele uma filha (única), e o casal foi viver, inicialmente, ao lado da atual casa dos pais da irmã gêmea.⁵⁹ A casa destes, hoje, está num lote à beira-mar (o casal viveu perto de alguns “parentes” da mulher, esta falecida recentemente), em outra parte da Freguesia, próxima à “rua de baixo”, atrás do Centro Social, terreno que o pai teria “ganhado” do senhor Antônio Antunes da Cruz (já citado antes por ser uma espécie de benfeitor de várias famílias aqui examinadas).

⁵⁸ O fato de que várias mulheres da vila-sede não apenas trazem os seus maridos de bairros distantes “do Ribeirão”, mas, particularmente, os acolhem em suas casas, sendo elas independentes financeiramente (mesmo quando “pobres”) e tendo as moradoras renda própria ou pensão deixada pelo pai, essa peculiaridade local, por vezes, suscita comentários de alguns moradores (homens) no sentido de afirmar: “Aqui, elas compram maridos”.

⁵⁹ A filha gêmea morava numa pequena casa de um quarto, à beira-mar, junto com o marido e a filha, ao lado da atual residência dos pais. De fato, tratava-se de dois “ranchos de canoa” que pertenciam um ao pai, e o outro a um amigo deste (um oficial da Base Aérea) de quem a filha gêmea teria comprado o terreno. Os ranchos transformaram-se em “casas”, separadas apenas por uma parede. Quando a filha gêmea adquiriu o terreno grande do pai na parte central da vila-sede, onde reside hoje, ela vendeu a sua casa à beira-mar para um vizinho da família Silva morar com a mulher e os filhos dele (hoje, o casal está separado, a casa está com a mãe e os filhos).



Figura 99 – Casa de Antônio Antunes da Cruz
(Foto Marta Machado)

Ora, casada e com a filha pequena, tendo o seu pai manifestado a vontade de vender a propriedade dele na parte central da vila para compradores “paulistas” que passam a temporada de verão “no Ribeirão”, a irmã gêmea propôs ao pai um negócio, “comprando” deste o referido terreno (e a casa de madeira) e pagando pelo mesmo o valor que teria sido cobrado dos “paulistas”, caso tivesse se efetivado a venda para estes últimos. Desse modo, a filha instalaria, na ocasião, os seus pais na atual casa onde agora reside apenas o viúvo. Negociação concluída, mudança de residência realizada, depois de 15 anos de casamento, a filha gêmea se separa do marido e fica morando com a sua filha na propriedade comprada do pai – o ex-marido já tinha sido “avisado” de que ele não teria direito a nada, já que foi a mulher quem adquiriu tudo. Mais recentemente, porém, teria havido desentendimentos entre os três irmãos, sobretudo entre o mais moço e a irmã gêmea, por conta dessa propriedade. Acusações e insultos teriam sido motivados pela desaprovação dos irmãos quanto à iniciativa da irmã de “colocar em seu nome” uma propriedade que, segundo eles, seria “da família”. Ou seja, os irmãos, em especial o mais novo, estariam reivindicando para si alguma herança familiar. Inclusive, o irmão mais novo teria se dirigido à casa da irmã mais velha, destratando-a e ameaçando a ela e à filha.

Por princípio: a/o filha/o mais nova/o

Agora, para além das supostas razões das discórdias familiares, nestes dois últimos exemplos (e em outros casos na Freguesia), há dados locais que apontam para uma regra de ultimogenitura (WOORTMANN, 1995), i.e., na vila, a/o filha/o mais nova/o, em geral, o que fica em casa (da mãe e do pai) quando é também a/o última/o filha/o a casar, permanecendo ou não na residência dos pais depois de casada/o, receberia o referido imóvel como herança, após a morte do casal, especialmente quando (e se) os demais filhos já tiverem sido “ajudados” pelo “pai” na “hora de casar”. Idealmente, este/a filho/a (o/a último/a), por ficar mais tempo na casa dos pais, teria a incumbência de “cuidar” da mãe e/ou do pai em idade avançada ou em situação de enfermidade de um ou outro. No entanto, existem circunstâncias diversas que indicam soluções muito distintas nas famílias contempladas neste estudo. Nem sempre a/o filha/o mais nova/o fica em casa e é a/o último/a que casa. Às vezes, a/o último/a está com os pais, porque depende deles de modo especial (não só financeiramente), por exemplo, em razão de “doença mental”, como acontece em alguns casos.⁶⁰ E muitas vezes as dinâmicas familiares resultam em diferentes tipos de acertos entre as/os filhas/os quanto aos cuidados com os pais.

De toda forma, pela reivindicação de vários filhos mais novos em famílias da Freguesia no que se refere ao “direito” de ficar com a casa dos pais após a morte destes, é possível inferir uma tendência geral no lugar a privilegiar a/o ultimogênita/o quanto à transmissão da herança paterna. Com respeito às famílias da vila-sede aqui analisadas, particularmente, eu diria, a condição financeira dificultosa é um fator determinante para que, quase sempre, os/as filhos saiam de casa para

⁶⁰ Em alguns casos, moradores da vila-sede costumam insinuar que as ocorrências locais de “doentes mentais” teriam a ver com “casamento entre primos”, aliás, uma categoria bastante recorrente entre os do lugar é a de “primosirmão”, cujo significado próximo ao de germanos (FOX, 1986) coloca primos-irmãos e primas-irmãs como categorias relacionais àquela de “família” (os “de casa” por filiação e/ou descendência), suscitando uma interrogação sobre as regras de casamento e sugerindo um campo promissor de investigação na “comunidade” (a propósito da Costa da Lagoa, ver CARUSO, 2011, dentre outros). Sabe-se que esse assunto é, para boa parte dos que se aventuram pelos estudos do parentesco, a menina dos olhos da antropologia (SILVA, 2014). De fato, esta tese já havia andado muito quando eu consegui descobrir alguns casamentos entre primos-cruzados. Embora as descrições e conclusões que aqui apresento não remem contra essa correnteza (a do “jogo do casamento”, LÉVI-STRAUSS, 1982 [1956]), e talvez precisamente por isso, é oportuno reconhecer os limites das escolhas feitas neste momento, e advertir que este é também um experimento (LATOUR, 2008; WAGNER, 2014) para futuras pesquisas.

“casar” incentivados pelos pais e familiares. Como já exposto neste capítulo, na medida das possibilidades financeiras do pai, os/as que casam podem receber sua “ajuda” para construir uma casa em terreno da família ou próximo desta, sobretudo, os homens, e as mulheres em famílias que só tenham filhas. Ou podem mesmo sair “do Ribeirão” para viver junto à família do cônjuge ou numa nova residência do casal. Nesse sentido, um princípio comum a grande parte das famílias, na prática, teria outros matizes relativamente às vicissitudes das relações e da configuração local.

Pontos fixos para as mudanças: regras e exceções

Efetivamente, o interessante nos exemplos evocados tem a ver, como foi supramencionado, com a autoridade de mulheres num contexto em que a figura do homem, pai e chefe de família é bastante valorizada. Por sua peculiaridade, o terceiro exemplo (o de um casal de gêmeos e o irmão mais novo) pode, assim, ser examinado na perspectiva da filha mulher. Ou seja, a resposta que esta dá às reclamações do irmão (mais novo), entre outras coisas, é um reforço na segurança da casa e do terreno onde ela mora com a filha, mantendo aí cinco cães de guarda. Isso significa, a meu ver, que a moradora procura assegurar o que julga ser o “seu” direito a algum patrimônio familiar que, uma vez “comprado” do pai, com o consentimento deste, dá a ela uma garantia que, de outra forma (em regra), não seria permitido ver, i.e., receber uma herança paterna. Ou melhor, não sendo contemplada pela divisão de bens outrora feita pelo pai (como teriam sido os irmãos), a irmã gêmea tem de comprar alguma parte e garantir o seu futuro e, especialmente, o da sua filha. Evidentemente, comprar e herdar são coisas bem diferentes, mas, de todo modo, chama à atenção a maneira como uma mulher alcança, como venho anotando, prestígio para um desfecho diferente daquele comumente presente às regras locais. Isso faz ver também diversos aspectos de sua iniciativa que, não por acaso, pode lembrar algo dos demais exemplos citados: certa independência econômica; uma autonomia com relação ao casamento (que não significa negá-lo); uma prática (ou reivindicação) baseada em valores da vida local (utilizados em favor de si e da herdeira), como o primado da “família”, o vínculo mãe-filha/o e o sentido deste nas redes de solidariedade da vila etc.

Em outras palavras, se as condições reais de vida e morte nessa configuração fazem aparecer algumas exceções às normas prevalecentes

na vila-sede quanto à maneira de pais e filhos/as resolverem questões de interesse familiar, entendo que as mudanças possíveis ocorrem desde alguns “pontos fixos” (DAMATTA, 1987, p. 137) das relações familiares no lugar, idealmente pensadas pelas pessoas, como a realização dos indivíduos⁶¹ na e pela instituição do casamento (ou o que a isso corresponda mais recentemente) com residência virilocal, onde a figura do pai (e do filho homem) é importante para a constituição dos grupos de família. Não menos relevante, nesse caso, o valor da mãe, do seu vínculo com as/os filhos e alguma autoridade assim entendida pelas mulheres reforçam (e completam) esse modo de socialidade na Freguesia. Nos casos anteriormente aludidos, por ora, independentemente das relações mais ou menos tensas entre familiares,⁶² o que se deseja sublinhar é uma atuação decisiva de mulheres frente à “família”, para a organização das relações ligadas a assuntos como herança (ou à falta dela). Nessa perspectiva, a exceção confirmaria a regra. Ou melhor, talvez o que os exemplos sugerem é uma espécie de complementaridade, em geral, presente às relações familiares da vila, entre concepções relativas às linhas paterna e materna, conferindo certa estabilidade entre as redes locais de solidariedade na Freguesia, particularmente no conjunto das famílias descritas neste estudo, ou, melhor dizendo, para a gente da vila, é isso que faz a Freguesia do Ribeirão ser uma “comunidade”.

Nesse sentido, o sistema de alianças matrimoniais (LÉVI-STRAUSS, 2003 [1949]; DUMONT, 1975; 1997) e de parentesco no lugar opera em ordem à construção de casamentos-casas idealmente estáveis, menos pela garantia de duração do matrimônio (no caso das famílias aqui examinadas, há diversas separações); nem tampouco pelas

⁶¹ Pensando tempo e história, Roberto Damatta (1987) observa: “Assim, os valores ligados ao desenvolvimento a todo o custo da personalidade individual e de suas emoções básicas são ideias eternas. Se tudo deve mudar, é sempre para agrado do indivíduo, entidade que entre nós, conforme revelou Dumont [...], é o centro do sistema. Nesta perspectiva, tudo deve modificar-se para tornar feliz o indivíduo. E com esta ideologia, legitimamos a modificação da família, do casamento, do Estado e da própria moralidade. [...] Ao lado desta ideia básica e dominante de ‘indivíduo’ como centro e razão do nosso sistema social, encontramos as esferas que lhes são concomitantes: a do amor, da justiça, da igualdade, do trabalho, do consumo, da arte. [...]” (DAMATTA, 1987, p. 137-138, grifo do autor).

⁶² Embora a maior parte das mulheres pertencentes às famílias aqui examinadas não tenha se queixado de sofrer violência doméstica, por exemplo, há relatos de um ou outro caso envolvendo membros de uma mesma família ou casais em que a figura do homem “cachaceiro” e “valentão” aparece como motivação para situações violentas. Mas, se é possível entre essas famílias identificar também certa naturalização da imagem do macho, por outro lado, é interessante como algumas mulheres da vila conseguem impor-se diante de uma tendência (a violência contra mulheres) ainda prevalecente no mundo contemporâneo.

condições socioeconômicas das famílias (por vezes, elas são exíguas ou precárias, como dizem alguns, “nós somos pobres”); ou, menos ainda, por uma atual nuclearização dos grupos familiares (as famílias podem “se amontoar” em uma casa), e mais fortemente pelo modo como esse padrão local ideal age enquanto modelo de “família”, permitindo novos ajustes (físicos e sociais) dos/das moradores/as frente às mudanças da vida hodierna. Algo que se torna possível mediante o parentesco na rede. Como fazem alguns moradores jogando uma rede nas águas da Praia da Freguesia para pescar, aqui, por assim dizer, “a rede que mais pega peixe” é a do parentesco-família. A fala da Ada sobre seu Agenor Firmino da Silva parece ilustrar algo da afirmação:

O Agenor... Ele é meu compadre [Ada batizou o filho mais novo deste, Agenor Filho, “o Desinho”], ele é meu primo-irmão, porque a mãe dele é irmã da minha mãe. [...] E é meu tio, porque a esposa dele é minha tia. Porque a esposa dele é irmã do meu pai. Quer dizer, é parentesco bem..., né? (Ada Jesuína dos Santos, informação verbal).⁶³

4.4 Na comunidade: as casas, os casamentos e outras alianças

Os/as negros/as dentre “antigos” moradores: no “centro” da vila

À continuidade do que foi descrito até o momento, quanto aos grupos familiares privilegiados neste estudo, poder-se-ia indagar como estes são identificados, por exemplo, no conjunto mais amplo de moradores locais. Como eu já ressaltai acima, dentre as famílias aqui examinadas, grande parte das pessoas “nascidas no Ribeirão” tem sobrenome reconhecido na localidade como sendo “de raiz”, i.e., de “família” oriunda da Freguesia do Ribeirão, aí constituída e estabelecida “desde sempre”. Portanto, na sede distrital, famílias ou pessoas “de raiz” são aquelas nascidas, criadas e/ou definidas por relações de descendência (parentesco por filiação), de “sangue” e de afinidade (pelo “casamento”) no lugar, vistas assim como “da Freguesia”, o que supõe uma ligação estreita e constante com a vila-sede e os demais moradores naturais da “comunidade”. Nesse sentido, quanto mais perto (física e/ou

⁶³ Fragmento de uma longa conversa gravada na casa da moradora no dia 30 de outubro de 2007.

socialmente) “do Ribeirão” alguém fica, tanto mais permanece unido às suas redes de solidariedade e troca. Procuo, pois, fazer uma espécie de mapeamento das famílias ditas, na vila, “de raiz”, indicando alguma rede local de parentesco, vizinhança e amizade. Por outro lado, nem só de raiz vive a Freguesia, ou, melhor dizendo, “ramos” familiares outros, sobretudo provindos dos arredores da vila, hoje, compõem com os primeiros um grupo importante de moradores que se entendem e relacionam como “parentes” entre si, e afirmando particularmente acerca disso: “Os pretos são tudo parente”.

Efetivamente, na sede distrital, alguns sobrenomes (“de raiz”) vinculados às famílias descritas neste capítulo são citados pela gente da vila quando esta quer sublinhar o nascimento local de pessoas que, juntamente com indivíduos de outros grupos familiares constituídos (ou não) no lugar, em conjunto, compreendem aquilo que é hoje a “Freguesia do Ribeirão” em termos populacionais. No caso, quanto às relações de “família”, em geral, os laços apontados pelas pessoas nesse sentido colocam em primeiro plano a ideia de parentesco pelo “sangue” (SCHNEIDER, 1984; WOORTMANN, 1987), indicando uma proximidade genealógica entre “famílias” da vila-sede e, por vezes, de outras localidades intradistritais contíguas à Freguesia; da mesma forma identificando vínculos pelo casamento, e especificando ainda alguma filiação (relação entre pais e filhos), e assim por diante. Agora, antes mesmo de olhar mais de perto as “famílias de raiz” interessantes a este exame, é oportuno considerar aspectos gerais referentes a elas dentre os moradores da vila, ou seja, no universo das famílias aí residentes. Nessa perspectiva, grosso modo, tendo em conta o número de casas como indicador de alguma totalidade local acerca das “famílias” contempladas neste estudo, tratar-se-ia de algo em torno a 23 residências (duas delas identificadas como casas de “veraneio”),⁶⁴ correspondendo esse número às famílias de sobrenomes Silva, Fraga e Vieira (os “de raiz”); Santos,

⁶⁴ Sempre que necessário, para fins de compreensão de algumas das relações estabelecidas entre sobrenomes e casas (ou “famílias”), remeto o leitor ao mapa da Freguesia do Ribeirão elaborado por Elsom Bertoldo Passos, apresentado no segundo capítulo, salientando que, salvo pequenas modificações, o mapa procura representar a figuração atual da localidade, indicando especificamente as casas de moradoras e moradores envolvidos mais diretamente pela pesquisa. Em razão do aproveitamento de espaço, optou-se por desenhar a vila-sede privilegiando essas residências e alguns pontos considerados importantes pelos moradores quando estes falam sobre a Freguesia. A parte que corresponderia à “Praia do Rita” não está representada com casas e outras edificações que se encontram no local, embora este seja considerado como pertencente à sede distrital. Quanto à Praia do Rita, algumas observações serão feitas oportunamente.

Feliciano, Cardozo, Martins, Garcia, Cunha e Pereira.⁶⁵ Com mais frequência, esses são os sobrenomes lembrados nas falas da gente da Freguesia, certamente, entre outras “casas” (famílias) e outros sobrenomes “nativos” (ou não). As 23 casas, tomadas em conjunto, reúnem as famílias compostas pelos negros da vila-sede, a maioria das pessoas aí nascida. Os que não nasceram na sede distrital, mas que nela formaram famílias, em geral, eles/as vêm das redondezas do lugar, de outras áreas intradistritais ou vizinhas ao Distrito de Ribeirão da Ilha, ou ainda da “cidade” – de diversas localidades do “centro” e algumas da parte continental de Florianópolis, por exemplo.

Como foi supraindicado, de acordo com números oficiais (IBGE 2010), atualmente, há na Freguesia 501 domicílios particulares permanentes. Tomada cada unidade domiciliar como uma “família”, seguindo a fala dos moradores, esse seria também o número total de famílias idealmente conjugais (pai, mãe e filhos, uma espécie de unidade familiar mínima) na vila. Como refleti em seção anterior deste capítulo, não existe apenas uma e homogênea definição de “família”, o que sugere pensar também as variadas nuances (já realçadas antes) em torno do assunto. Por ora, é interessante enfatizar que os grupos familiares descritos neste estudo são significativos na figuração local. Como disse, certa vez, um morador da vila de forma divertida: “Eu acho que eles [europeus] traziam caravelas da África, traziam uma para Desterro e nove pra cá [risos], porque o lugar que tem mais pretos na Ilha é aqui”. Mesmo que a brincadeira dê lugar a algum exagero,

⁶⁵ O sobrenome Pereira tem a sua particularidade na Freguesia, pois a família é composta por pais (adotivos) brancos e dois filhos “negros” adotados de uma “preta”, como informou o casal. Quando o mapa da vila foi elaborado, a casa dessa família não aparecia no desenho inicial. Ao mostrá-lo para os moradores, seu Marivaldo Pereira (nascido em Florianópolis, e conhecido por todos pelo nome de batismo, “Morivaldo”) observou a falta da “sua” casa no croqui. Esta fica na parte central da vila, sendo uma das edificações mais antigas do lugar, e situando-se ao lado da residência do seu Manoel João Fraga Filho (hoje falecido), de cuja “família” o morador comprou o imóvel há mais de 30 anos. De fato, nessa parte, as casas são geminadas. É possível notar, no mapa, que a residência do “seu Morivaldo” (como gosta de ser chamado) foi acrescentada posteriormente, em resposta ao registro feito pelo morador. Sobre os seus dois “filhos”, ambos foram gerados por uma moça, tempos atrás, empregada em sua casa como doméstica. Ela teria vindo de Imaruí (sul de Santa Catarina), e, tendo sido “mãe solteira”, teria passado a guarda definitiva das crianças para seu Morivaldo e sua esposa, Auréia Rios Pereira (“dona Léia”), que os registraram em cartório como filhos. Hoje, ambos são jovens estudantes, um deles casado e residindo fora “do Ribeirão”. Quanto ao seu Morivaldo e à dona Léia, o casal é muito bem quisto na “comunidade”, sobretudo porque ele é médico e, não raras vezes, este (e sua esposa) atende a diversos pedidos da vizinhança sobre orientações médicas e farmacêuticas. Seu Morivaldo é também citado no “livro do professor Nereu” por sua “descendência açoriana” (ver PEREIRA, N.; PEREIRA, F.; SILVA NETO, 1990, p. 126).

importa notar que as pessoas observam comumente a presença diferenciada das/dos negras/os na vila-sede. Para os moradores das “famílias de raiz”, três seriam as que teriam originado as demais famílias “de pretos” da Freguesia do Ribeirão.

Os antepassados dos Silva, dos Fraga e dos Vieira, até onde se sabe, teriam nascido, “todos”, na vila-sede, estes seriam sobrenomes “do Ribeirão” (da vila). Já os demais sobrenomes acima mencionados teriam vindo para o lugar com pessoas provenientes de outras localidades próximas, juntando-se aos Silva, aos Fraga e aos Vieira e com eles formando novas famílias pelo casamento, pelas relações de afinidade e filiação etc. Recentemente, um morador acrescentaria “Cordeiro” à lista dos sobrenomes “de raiz”, dizendo que aquele seria de “pretos” também “nascidos” na sede distrital, embora não se tivesse notícias mais precisas sobre a “família”. Como não foi possível encontrar membros da referida família – vários deles já falecidos inclusive – e, portanto, saber “o que pensam os Cordeiro” sobre isso, aqui, eu me refiro tão somente aos sobrenomes confirmados pelos moradores atualmente, em particular porque muitas pessoas das famílias examinadas sequer citam este último como sobrenome do seu parentesco na rede. Nesta, grosso modo, as famílias nascem de “casamentos” entre “os pretos” nascidos na própria vila, como afirmam as/os moradores. Alguns matrimônios resultam do encontro da gente da Freguesia com pessoas não nascidas na sede distrital, muitas das quais provêm de localidades, áreas ou regiões vizinhas (por exemplo, Costeira do Ribeirão; Alto Ribeirão; Rio Tavares; Morro das Pedras; “centro”; Estreito; São José etc.).

Cabe observar que, na fala dos moradores, a expressão “de fora” pode ter diferentes gradações relativas a uma maior ou menor proximidade (familiar, afetiva, geográfica etc.) de quem não nasceu na vila com a “comunidade” e/ou com a gente do “Ribeirão”. A título de exemplo, uma frase em que Ada Jesuína dos Santos (hoje falecida), reportando-se ao local de seu nascimento, sublinha: “Eu nem sou nascida aqui [na Freguesia], eu sou nascida na Costeira do Ribeirão”, e lembrando em seguida que a sua mãe, sim, era “nascida” na vila-sede. Como Ada, outras pessoas costumam deixar claro que elas se consideram “do Ribeirão” (da Freguesia), porque o seu “ramo familiar” (avô ou avó, mãe ou pai etc.) é natural da vila.

Por diferentes raízes e sobrenomes: modos de “família”

Na sede distrital, existem famílias “de raiz”, i.e., “nascidas” na Freguesia, diferentes daquelas (três) acima enumeradas e assim qualificadas pelos moradores, que completam com estas últimas o universo de grupos familiares “do” lugar. Mas, como eu também afirmei antes, além dos grupos constituídos na vila, há sobrenomes cujas famílias ou membros migraram para a localidade (oriundos das redondezas) e aí se estabeleceram permanentemente. Com base nesses aspectos diferenciais, os moradores especificam alguns sobrenomes outros de famílias “nativas”: Silva, Cavalheiro, D’Ávila, Vieira, Lopes, Heidenreich, Fenner, Antunes da Cruz, Ferreira, Dutra, Xavier, então lembrados como dos “brancos” de raízes locais, sendo estes sobrenomes os mais recorrentes na lista dos moradores.⁶⁶ Dessa forma, ao citar “as famílias do Ribeirão” (da Freguesia), no conjunto, as pessoas distinguem os nomes que são “dos pretos” e “dos brancos” da vila, e salientando o fato de não haver “casamento” ou trocas matrimoniais entre tais moradores. Nas falas do lugar, costuma-se dizer que “pretos casam com pretos e brancos casam com brancos”. Nessa faceta (a do casamento), tanto negros quanto brancos mantêm hoje certa ideia de não haver “mistura” entre si, sobremaneira a gente de mais idade.⁶⁷ Para

⁶⁶ Procurando identificar relações de descendência entre famílias do Distrito de Ribeirão da Ilha e os “primitivos imigrantes açorianos”, o trabalho de Pereira, N.; Pereira, F.; Silva Neto (1990) informa uma “ordem” percentual acerca da presença de alguns sobrenomes no distrito, distinguindo estes por sua origem açoriana e importância numérica na região. Nesse sentido, os autores listam diversos outros nomes de família mais ou menos “significativos numericamente”. Para conhecer a diversidade de sobrenomes e seus percentuais no distrito, consultar o referido estudo (PEREIRA, N.; PEREIRA, F.; SILVA NETO, 1990, p. 124s). Quanto à sede distrital, propriamente dita, os nomes acima citados são, em geral, os enumerados pelos moradores. Aqui, sem perder de vista um quadro mais complexo de sobrenomes locais, eu atendo-me especialmente à listagem feita pelos moradores.

⁶⁷ Em sua pesquisa sobre a Freguesia do Ribeirão, Eugênio Pascele Lacerda (2003) lembra: “Consultando vários moradores, verifiquei que nunca foi registrado um caso de casamento inter-racial na comunidade. Embora exista na comunidade uma convivência publicamente cordial entre negros e brancos, a regra social básica entre as famílias parece ser aquela de ‘aliar’ sem ‘filiar’. Esta distinção nativa entre ‘aliar’ e ‘filiar’ opera as relações entre brancos e negros. Aliar significa somar, prestar ‘ajudas’, unir em esforços comuns, participar sem distinção, batizar e acolher afilhados e compadres, enfim, afinizar. Filiação remete diretamente a casamentos, uniões estáveis e mesmo ‘namoros firmes’, consaguinizar” (LACERDA, 2003, p. 183, grifos do autor). O que o antropólogo chama de “regra social básica” parece ter vigorado, sobretudo, em diferentes gerações (entre os mais velhos) das famílias ditas “de raiz”, nascidas na sede distrital, como venho sublinhando. No entanto, entre os mais velhos, existem alguns relatos de casamentos inter-raciais. Por exemplo, certa ocasião, dona Desalda Januária Fraga dissera: “A minha cor é morena. Tem moreno escuro. O meu pai já era mais claro, que tinha mistura, né?” Em particular, mais recentemente, é possível encontrar, entre pessoas mais

entender os matizes de uma afirmação tal é oportuno evocar o exemplo de uma moradora antiga comentando atualmente: “branco não tem que casar com preto”. Remontando ao passado, ela dizia ter sido nesse sentido “sempre racistinha”, porque “naquele tempo” era assim: “branco é branco, preto é preto”, em especial recordando que a sua mãe “era racista”. Não obstante, penso que a questão exige mais reflexão à luz do tema percorrido neste capítulo, o parentesco.

Assim, é interessante anotar que, se há cerca de 40 anos, existia uma proibição de matrimônios entre negros e brancos, mais recentemente, há inúmeros casos de “mistura” nas famílias da vila. Contudo, moradores explicam que se trata de pessoas (brancos “casados” ou “ajuntados” com negros) “de fora”, nascidas em outros locais do distrito e/ou da cidade, e assim por diante. Ou seja, na vila, entre as famílias locais (as “de raiz”) só há casamentos sem “mistura”. No entanto, se pelas uniões matrimoniais os sobrenomes podem ser vistos separadamente, como se eles não misturassem “pretos” e “brancos” na Freguesia, diferentemente disso, há formas outras de se perceber algumas trocas entre as referidas famílias: seja pelo compadrio, pelas relações de vizinhança, pelas lealdades políticas, pela parceria em atividades artísticas e/ou culturais etc., além das trocas diárias sustentadas por diversos tipos de solidariedade entre vizinhos e famílias afins (que mostram afinidades). Nessa perspectiva, é possível relativizar a questão de uma não mistura local pela afirmação da vigência das regras de parentesco e “família” como modos de organização dos distintos grupos.

jovens das famílias aqui estudadas, namoros ou uniões estáveis entre negros e brancos. Acontece que, nesses casos, os moradores observam que o cônjuge é “de fora”, i.e., não “nascido” na Freguesia, observação desenvolvida no texto.



Figura 100 – Algumas pessoas conversam enquanto aguardam o início da apresentação do teatro religioso na Sexta-feira Santa de 2013 (Fotos Marta Machado)

Para melhor dizer, negros e brancos tornam-se parentes mediante algumas práticas diárias de solidariedade e troca, o compadrio e as lealdades entre vizinhos, amigos etc. Como, na vila-sede, em regra, parentes não se casam entre si, e como aí as pessoas se transformariam em uma espécie de “parente” pelas trocas cotidianas, também relativamente a negros e brancos, poder-se-ia inferir: os que se tornam parentes – “como se fosse” – não se unem pelo matrimônio, ou, algum “parentesco” o impede. De fato, o mesmo parentesco que atualiza no lugar e mantém a vitalidade dos diferentes grupos. Ilustra essa ideia a frase de uma moradora nascida na Freguesia do Ribeirão, referindo-se aos netos/as em idade de “namorar”. Segundo dona Adir Florisbela (da Silva) Cardozo,⁶⁸ em sua opinião, eles/elas teriam que procurar “gente da nossa cor, para continuar a nossa raça”. Se existem outras razões a motivar as famílias locais a não se “misturarem”, penso que não é menos verdade que os parentescos na rede apontam para a manutenção e perpetuação dos grupos familiares locais. No caso, formas diversas de

⁶⁸ Nascida em 1930, viúva há muitos anos, Adir Florisbela da Silva (nome de solteira) é irmã de seu Agenor Firmino da Silva (já citado diversas vezes nesta tese). A moradora, conhecida por todos como “dona Di”, participa ativamente das atividades da igreja católica na vila, sendo muitas vezes apoiada e/ou acompanhada pela família (netas/os, quatro filhas e um filho, aliás, este é atualmente o ecônomo do Conselho Paroquial Comunitário/CPC) em diversos eventos religiosos. Dona Di nasceu na Freguesia e, atualmente, mora na localidade intradistrital denominada Barro Vermelho, trecho contíguo à vila-sede.

solidariedade e troca podem ser descritas a título de exemplos. É o que procuro mostrar nas seções seguintes.

Entre números e vivências: matizes da vida na vila-sede

Ao situar as famílias examinadas neste estudo num quadro mais amplo referente aos números oficiais que especificam a atual população da vila-sede e particularidades suas, tento avançar no sentido de oferecer algumas informações comparativas sobre os grupos familiares no lugar. No caso, tem-se a totalidade de habitantes da vila, e, em seguida, por assim dizer, a apresentação das pessoas de que me ocupo na tese. Interessante enfatizar, antes de tudo, que as famílias e os indivíduos colocados em primeiro plano no meu trabalho têm uma destacada presença na sede distrital, como venho repisando. A despeito das estatísticas corresponderem aparentemente a um número reduzido de negros na localidade se comparados à parcela branca dos moradores, é importante lembrar que um dado tal permite indagar: como essas famílias se destacam? Para refletir sobre isso, começo pelos números. De acordo com o IBGE (2010), entre as 1444 pessoas residentes na área urbana (bairro) denominada Ribeirão da Ilha (Freguesia), discriminam-se os seguintes dados:

Cor ou raça	Sexo	Total
Branca	Homens: 631 Mulheres: 656	1.287
Preta	Homens: 23 Mulheres: 36	59
Parda	Homens: 49 Mulheres: 48	97
Indígena	Homens: 1 Mulheres: -	1

Quadro 7- Número de mulheres e homens por cor ou raça (IBGE, 2010)

É adequado observar, aqui também, o que tenho mencionado nos capítulos da tese quanto a alguns contrastes entre categorias ou modos de classificação nativos e aqueles oficiais. No caso, isso ajuda a pensar, por exemplo, que o “bairro” considerado pelo Instituto corresponde ao trecho urbano também chamado pelos moradores de “Freguesia do Ribeirão”. Até aí, tudo bem. Entretanto, nas práticas diárias, tendo em conta as relações na vila-sede, esta teria um “centro” ao qual se costuma

atribuir um valor simbólico diferenciado, ou seja, visto como mais dinâmico que outras partes do lugar. Como diria um morador (já citado antes) da área central da vila, o “centrinho” é como se fosse o “centro da cidade” de Florianópolis. Dessa forma, trata-se de relevo (físico, histórico, social, político e “cultural”) o lugar em que se encontram as famílias aqui descritas, dentre as mais “antigas” da localidade. Por exemplo, por contraste, a “Praia do Rita”, cuja população está contemplada no quadro acima, de fato, parece ser uma “comunidade” outra, embora o conjunto dos moradores da sede distrital negue alguma divisão de qualquer espécie. Creio mesmo haver algo como disputas simbólicas entre distintos trechos da Freguesia.⁶⁹ De todo modo, o que se apreende disso vem das dinâmicas do dia-a-dia – descritas no segundo capítulo – em torno do “centrinho” da vila, onde se concentra o maior número de “famílias” privilegiadas neste estudo. Assim, seguindo os dados do IBGE, 156 pessoas corresponderiam às/aos negros cujas famílias vivem na vila-sede, aproximadamente 11% do total de 1444 moradores locais. Mais do que uma expressão em números, a presença desses sujeitos aparece pelas relações de parentesco que desde a vila, com frequência, se estendem a outras pessoas e vários lugares do distrito (e até para fora dele).

Por outro lado, quanto à figuração local, há um aspecto respeitante às casas das famílias de que me ocupo neste estudo, cuja grande maioria é de propriedade (casa e terreno) das/dos suas/seus moradores. Ou seja, essas famílias têm na parte central da vila-sede uma ocupação permanente e/ou estável, que lhes permite manter e atualizar os vínculos familiares e de vizinhança no lugar. Eu diria que a casa é um feito importante das famílias para as vivências de seus membros com relação à “comunidade”. Do ponto de vista físico, em geral, os imóveis dos grupos familiares aqui privilegiados são mais simples que boa parte

⁶⁹ A Praia do Rita tem sua peculiaridade nas falas do lugar. Explico. Algumas pessoas informam que “lá”, num passado não tão distante, “os negros não podiam morar”. Indagados sobre a razão disso, afirmam em frases soltas que as pessoas desse trecho da vila “não gostam de negros”. Quando questionados sobre isso, moradores e moradoras da referida área dizem desconhecer o assunto, ou remetem casos de “racismo” a “antigamente” (algun dono ou algozes de “escravos” negros em tempos idos nesse local etc.), ou, ainda, reendereçam aos “pretos” alguma acusação: “Eles é que não gostam da gente”. Há também quem diga que a Praia do Rita funcionaria como uma espécie de “primo pobre” da vila-sede. Enfim, até onde eu consegui apurar, os motivos de fato escapam à compreensão. Mesmo porque, hoje, muitas pessoas de “lá” e de “cá” mantêm boas e constantes relações de amizade, vizinhança etc. Talvez uma pista possível fosse examinar “a imagem” que um local (parte da Freguesia) “mais antigo” tem com relação a uma área (Praia do Rita) “mais recente”, como propõe o estudo de Norbert Elias e John L. Scotson (2000). Mas este seria assunto para outra tese.

do conjunto de residências locais. Em especial, há na vila-sede grandes terrenos e/ou casas que passaram por significativas reformas e restaurações, ou mesmo novas construções, mostrando-se particularmente diferentes na vila não apenas por uma arquitetura centenária, mas também por estilos, materiais e acabamentos “modernos” dos imóveis. Daí que muita gente do lugar prefere definir certos trechos dele por aquilo que seriam “os ricos” e “poderosos” e os demais (entre mais ou menos “pobres”) – em que pese o fato, assinalado no segundo capítulo, de haver menos aceitação hoje desse tipo de classificação local por parte de muitos. De todo modo, as distintas construções apontam, no caso das famílias deste estudo, para os discursos de suas/seus donos expressando o quão difícil terá sido adquirir o seu patrimônio e estar “onde elas/eles” estão hoje. A casa fala, pois, não somente de um espaço físico-local, mas indica igualmente um lugar social-comunitário, e, portanto, um lugar também na “cidade”, um espaço construído pelo universo das regras e convivências do parentesco. Dentre outros (ver, por exemplo, BOURDIEU, 1972; CAMPS, 1986; LÉVI-STRAUSS, 1991; HUGH-JONES, 1995; PINA-CABRAL, 1995; MARCELIN, 1999; WIGGERS, 2006), nas palavras de Louis Hersn Marcelin (1999):

[...] a casa é uma referência permanente. Ela tem, digamos, um *status* mítico no imaginário daqueles que dela se separaram há dez anos ou mais. Bem simbólico coletivo, ela se transforma em uma matriz simbólica na qual nascem a coletividade familiar e os mitos de família. A casa não é somente um bem individual transmissível, uma coisa, um bem familiar, uma ideologia. Ela é uma prática, uma construção estratégica na produção da domesticidade. Ela também não é uma entidade isolada, voltada para si mesma. A casa só existe no contexto de uma rede de unidades domésticas. Ela é pensada e vivida em inter-relação com as outras casas que participam e sua construção — no sentido simbólico e concreto. Ela faz parte de uma *configuração*. (MARCELIN, 1999, p. 36-37, grifos do autor).



Figura 101 – “Casa da mãe do Nilson”, dona Noêmia Fraga (hoje falecida)
(Fotos Marta Machado)

Desses últimos, dizem alguns deles/delas que a sua casa é “humilde”, por vezes, revelando a precariedade do imóvel que “precisaria” de várias “reformas”: o teto ameaça desabar ou há infiltrações pelo telhado; o chão da casa não tem piso apropriado ou o que existe parece algo saído do provisório para o permanente; falta repintura (interna e externa) na casa, esta carece de reparos na instalação elétrica, na parte hidráulica etc. Como advertem as/os moradores, sua residência “está precisando” de “melhoramentos” ou de conservação dos cômodos que, frequentemente, são rearranjados à entrada de um filho ou uma filha e agregados, e assim por diante. Essas debilidades nas casas (umas mais e outras menos) demandariam das/dos proprietários desembolsar uma quantia em dinheiro de que estas/estes afirmam não dispor “no momento”. Em geral, essas famílias dizem de si e de suas casas: “a gente é pobre”. Porém, comparando hoje com “antigamente”, em épocas lembradas como de muita “luta” e “dificuldades” na Freguesia, as pessoas da vila costumam ressaltar: agora “a gente” pode se considerar “rica”. De toda forma, em sua maioria, tais famílias não fazem parte, por exemplo, do grupo de negociantes locais. Em geral, estes últimos pertencem às famílias de maior poder aquisitivo, cuja situação financeira e/ou familiar lhes permite investir no próprio negócio. Ou, ainda, pertencem a famílias não nascidas na Freguesia, que vieram morar na sede distrital, adquirindo propriedades e desenvolvendo alguma atividade comercial voltada para o turismo “no Ribeirão”, no caso, aproveitando e utilizando a seu favor as propaladas propagandas do lugar como terra de açorianos e seus descendentes etc.



Figura 102 – “Casa da Cida” (hoje falecida), à direita, geminada com outra (Fotomontagem Andrea Eichenberger)

Atualmente, em considerando alguma classificação do conjunto das famílias locais no que se refere à renda mensal, dados fornecidos pelo IBGE (2010) talvez possam ser lidos tendo em conta o total de 501 domicílios particulares permanentes levantados pelo mesmo Instituto, cujo número de referência para o que os moradores denominam de “famílias” foi acima exposto. Nesse total, incluem-se os chamados “domicílios sem declaração de rendimento nominal mensal domiciliar per capita”. Outra observação é quanto ao último item da referida tabela – “sem rendimento” –, incluído no quadro abaixo, que se trata de uma categoria usada para os “domicílios com rendimento nominal mensal domiciliar per capita somente em benefícios”. É bom lembrar, ainda, que o IBGE considera o “salário mínimo” de R\$ 510,00. Assim, quanto a “classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita”, os dados correspondentes ao bairro Ribeirão da Ilha são dispostos da seguinte maneira:

Ribeirão da Ilha (Bairro) Florianópolis - SC	Total	501
	Até 1/4 de salário mínimo	
	Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	5
	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	10
	Mais de 1 a 2 salários mínimos	68
	Mais de 2 a 3 salários mínimos	4
	Mais de 3 a 5 salários mínimos	6
	Mais de cinco salários mínimos	2
	Sem rendimento	

Quadro 8 - Média de rendimento por domicílio (IBGE, 2010)

É oportuno recordar algo já anotado antes, entre muitos moradores das famílias da vila, em especial daquelas aqui examinadas, há uma ideia pronunciada correntemente no sentido de se dizerem “pobres”. Ora, segundo a renda familiar a mim informada por diversos moradores, é possível constatar que existe uma variação importante entre as rendas recebidas por distintas pessoas e/ou famílias consultadas. Grosso modo, os valores variam entre um e sete salários mínimos, tendo em conta que, quando do meu levantamento de dados referentes a esse tema, em 2007, o salário mínimo era fixado em R\$ 380,00. Ou seja, no caso, a atual tabela fornecida pelo IBGE (2010), acima reproduzida, permite dimensionar a situação das famílias estudadas no conjunto dos grupos familiares da vila-sede hoje, sendo que há, comparativamente, certa convergência quanto ao número de salários mínimos, “per capita”, observados à época da minha pesquisa. Nessa perspectiva, a maioria das famílias de que me ocupo na tese estaria situada nas duas linhas intermediárias que correspondem aos dois números maiores de domicílios da tabela anterior. Em outras palavras, em geral, elas fazem parte dos dois maiores grupos de domicílios cujas famílias percebem uma renda mensal per capita a que se pode reconhecer, segundo as/os moradores, alguma estabilidade econômica. Isso significa dizer que há uma renda mensal familiar continuada, a qual assegura a manutenção da

casa e de seus membros, e, em alguns casos, possibilita a um ou outro morador guardar um “dinheirinho”. Aparentemente, tal classificação (a do IBGE 2010) dá conta de explicar essa realidade domiciliar na Freguesia. Mas, como se sabe, na prática, a teoria é outra. Isso, para dizer que cabem também aqui algumas ponderações.

Diferentemente da maioria delas, algumas das famílias de que me ocupo nesta tese se encontram em situação não intermediária, mas entre os grupos de domicílios que têm as menores rendas, conforme a tabela acima. Uma ou outra pode igualmente figurar entre as famílias que recebem rendas maiores. No entanto, como um conjunto de famílias – especificamente neste estudo aquelas em que se encontram os “pretos” da Freguesia –, prevalece na configuração local certa desvantagem das famílias investigadas com relação aos grupos de domicílios que percebem as melhores rendas, i.e., de fato, aqueles constituídos por uma maioria de “brancos” da vila-sede, mais uma vez, comparando estes com o grupo investigado, e segundo as falas deste último. Trocando em miúdos: entre os moradores da localidade, como assinalado antes, há os que dizem existir aí famílias “ricas” (e/ou “poderosas”) e famílias “pobres” (em geral, estes últimos são os que assim se diferenciam dos primeiros); entre os negros, repito, há uma recorrente afirmação das pessoas de serem ou provirem estas de “família pobre”, como se todos o fossem de algum modo e num mesmo patamar ou algo do gênero. Do meu ponto de vista, para além dos matizes encontrados nos grupos familiares examinados, o que acontece nesse caso é que as distintas histórias das famílias na sede distrital, ao longo dos tempos, até onde as pessoas conhecem e reconhecem algo como sendo a “sua” história de vida no lugar, servem atualmente à percepção (e certa continuidade dela) que os diferentes grupos familiares têm de/entre si nessa questão e em outros aspectos que os distinguem na comunidade. Contudo, hoje, o assunto tem várias nuances.



Figura 103 – Moradores e moradoras “do Ribeirão” durante o Carnaval do Zé Pereira de 2013 (Fotos Marta Machado)

Família, casa e casamento: parentescos, lealdades e alianças do cotidiano

Reservo para esta derradeira seção do capítulo apenas uma breve palavra sobre a tentativa de capturar alguma figura mais ampla das relações locais, a título de um mapeamento de algumas das famílias. Efetivamente, procuro identificar como nomes e famílias se transportam e transformam (LATOUR, 2004) nas solidariedades e trocas diárias, compreendendo aí redes de socialidade. No caso, observo que os aspectos diversos escolhidos ao longo deste texto, a despeito de seus muitos limites, compreendendo uma descrição da Freguesia do

Ribeirão, agora, podem ser vistos à maneira de uma “representação gráfica” da configuração local, aproximando os dados, as coisas, os acontecimentos e lugares, as famílias etc., em perspectiva igualmente abrangente, permitindo anotar questões da vida no lugar interessantes a um entendimento atual das relações na vila-sede. Nesse sentido, como foi sublinhado anteriormente diversas vezes, “família” pode ter significados diferentes que correspondem, grosso modo, às distintas formas dos moradores considerarem as suas relações de parentesco dentro de uma casa ou fora dela (incluindo nessas relações os “parentes” de outras casas do lugar, por exemplo) quando as pessoas assim relacionadas apontam para certa unidade idealmente familiar: onde existe consanguinidade e/ou afinidade. Em geral, uma casa lembra ou pode lembrar uma relação conjugal e/ou união matrimonial e relações entre pais e filhos (e vice-versa), e ainda relações dos filhos entre si, ou, eventualmente, de parentes mais próximos (uma avó viúva, uma tia solteira etc.) que habitem na mesma residência.

Embora as famílias da vila-sede tenham seguido alguma tendência recente à maior nuclearização das unidades familiares (famílias conjugais), até mesmo em face das mudanças (espaciais) ocorridas na localidade, sobretudo, ao longo dos últimos 40 anos, é possível perceber que a família se constitui de modo abrangente para além dos limites da casa. Dessa forma, existem alguns elementos que, em regra, revelam como a “família” é compreendida pelos do lugar e como os “parentes” são aí classificados. É oportuno relembrar, nesse sentido, que família e parente são palavras que podem ou não ser tomadas como sinônimos por determinados usos e contextos locais. De todo modo, interessante é observar que cabem algumas ponderações sobre os distintos modos de pensar a família – como “casa” e para além desta – na Freguesia do Ribeirão hoje, como procuro enfatizar. Assim o farei na conclusão da tese, tornando mais visíveis ou imagináveis (penso eu) certos elementos para novas e amplas possibilidades de debate nas ciências sociais.

CONCLUSÃO

Da tese e da banda: um ensaio para “doce calibre”

“A banda toca a esperança da sua gente. Junta o seu povo em ardente devoção. Do som, a fé traz nova aurora à cidade. Banda da Lapa: vida da comunidade! [...] Banda da Lapa, o teu sopro é imortal, como um manto de esperança, vem abrindo o carnaval. Hoje é carnaval!” 2015. MM. *Banda da Lapa: um sopro de esperança.*

Advertência

Esta não pretende ser uma conclusão no sentido de “fim” ou “desfecho”, como uma espécie de ponto final dado a algo que se encerra por completo. Bem ao contrário, as palavras e considerações ora apresentadas o serão à moda dos ensaios de música instrumental, como os que acontecem frequentemente na “sede” da Banda da Lapa, na Freguesia do Ribeirão. Aí se ouvem as notas musicais aos poucos, um som aqui e outro acolá, de um instrumento e outro, uma sequência de notas, uma ruptura brusca do som, e novamente as tentativas para afinar os instrumentos, colocá-los em algum conjunto e dar condições à execução das músicas (diversas) que serão tocadas pelos/as instrumentistas a título de ensaio. Os instrumentos são os mesmos utilizados nos eventos e exposições formais e/ou oficiais do grupo, o que muda é a sua forma de sê-lo (informal/formal) enquanto ensaio ou exibição. Nessa perspectiva, importa neste momento buscar alguns “ajustes finais” (outro sentido para conclusão) que não terminem o debate ensaiado na tese, antes, o motivem à continuidade, porque, de fato, estou convencida da importância de questões presentes à socialidade local, e só levemente tocadas por esta tese. O que não é necessariamente um limite (intransponível), mas uma forma de ensaiar temas caros às ciências sociais brasileiras nas linhas finais desta etnografia. E as/os leitores têm particularmente lugar relevante nesse debate.

Pela memória

Em um texto não datado onde escreve sobre *Ribeirão da Ilha e suas bandas*, seu Alécio Heidenreich⁷⁰ narra uma história já bastante conhecida na vila-sede, a de duas bandas surgidas num passado remoto, e contada pelas gerações mais velhas (60-80 anos ou mais) como o mito de origem do que é a “Sociedade Musical e Recreativa Lapa”, a “banda do Ribeirão”, nos dias de hoje.⁷¹ Segundo o autor, a primeira banda teria nascido em 1870 quando moradores que viviam da pesca, “apreciando as artes”, e a música especialmente, resolveram “fundar uma banda de música.” Aquilo que, inicialmente, parecera “uma piada”, em seguida, se transformaria em realidade pela iniciativa de “Benevenuto Silva, Fabriciano Souza, João Rosa e outros”. Estes teriam “conseguido” instrumentos “em péssimas condições de uso” (de origem desconhecida), nascendo assim “a primeira banda do Ribeirão”. Dado o péssimo estado do instrumental, os homens fariam manobras de urgentes concertos utilizando “cera de abelhas”, daí o batismo popular do nome do grupo musical de “Banda da Cera”, o qual fazia “esquecer” entre a gente “o seu verdadeiro nome: ‘Sociedade Musical Amantes do Progresso’”. E acrescenta o autor, um “apelido” que não “incomodava”, porque o importante era ter a “bandinha em todos os eventos”. Seu Alécio lembra também o “baixo grau de escolaridade” do “povo” (em meio ao qual nascera a ideia da banda) que costumeiramente cantava nas calçadas em “noites quentes de luar [...] até altas horas da noite”, isso “ao som do cavaquinho, violão, pandeiro e outros instrumentos

⁷⁰ Recentemente, convidada por lideranças da banda a participar da festa de Nossa Senhora da Lapa (15 de agosto de 2015), durante o almoço de confraternização, seu Alécio (hoje com 87 anos, sendo lembrado na comunidade como o mais “antigo integrante da banda”) foi à sua casa e voltou trazendo um texto digitado (de capa meio amarelada, que o levou a pedir “desculpa” por seu estado), então me dizendo que ali havia “a história da banda” por ele escrita. Em linhas gerais, aí se encontra um conteúdo constante do seu “livro de memórias” (caderno já mencionado no primeiro capítulo) do qual retiro inúmeras informações, cujas datas de referência em alguns escritos situam o trabalho do morador nos anos de 1990 em diante. Os dados aqui sublinhados têm por base esse texto a mim oferecido por seu Alécio Heidenreich.

⁷¹ Para estudo atual da Banda da Lapa, remeto o/a leitor/a aos trabalhos de dois integrantes da sociedade musical (aliás, um casal recém-casado, Valéria Martins e Wellington Corrêa), elaborados como trabalho de conclusão de curso (TCC/UNIVALI/UFSC), e a um livro-CD cujos autores (um casal de pós-graduados da UDESC/UFSC) procuram fazer memória, por documentário, do acervo musical e cultural da banda, dando voz a músicos e musicistas locais, e situando a banda num circuito de entidades reconhecidas hoje no Brasil como “Ponto de Cultura” (ver CORREA, 2013; MARTINS, 2012; CHOMA; COSTA, 2011; sobre páginas afins na web, ver <http://www.bandadalapa.com.br>; <https://www.youtube.com>; <https://pt-br.facebook.com/bandalalapa>; <http://www.camaraclara.org.br>).

populares”.⁷² E essa “sociedade” não terminaria por aí, mas, aqui, uma parada pode ser oportuna.

Seu Agenor Firmino da Silva costumava se referir, quando o assunto era a Banda da Lapa, aos instrumentos de “doce calibre”, segundo ele, expressão que vinha “dos antigos”. Seu Alécio Heidenreich (colega de banda, vizinho, amigo e compadre do seu Agenor), recentemente, não soube me dizer do que se trata a frase. Como o bisavô materno (João Rosa Fraga, citado também por Alécio) do primeiro teria sido um dos “fundadores” da banda na Freguesia do Ribeirão, imagino que o seu Agenor trazia à memória expressões ouvidas de seus antepassados, ou algo do gênero. De qualquer forma, o que parece interessante, dado o uso de tal formulação pelo morador, penso, é um ponto de contraste entre “famílias do Ribeirão”. Explico. Mais do que uma informação acerca da qualidade e/ou do volume (e tamanho) de certos instrumentos (no caso, de “doce calibre”),⁷³ a meu ver, o

⁷² Quanto à escolaridade, os moradores mais velhos “da idade” – como dizia o seu Agenor Silva –, muitos dos quais já faleceram (inclusive o citado senhor), em geral, interromperam os estudos no primário ou completaram apenas o que lhes era possível estudar na escola da localidade “antigamente”; ou seja, a quase totalidade dessas pessoas diz que “chegou” até a terceira ou quarta série “do primário”. Há, entre eles, vários analfabetos, note-se, dentre estes existe certa recorrência de mulheres analfabetas, em especial entre as negras. Por outro lado, a maioria das pessoas que estão agora com meia-idade, membros das famílias aqui examinadas, quando muito, conseguiu concluir o ensino médio. Alguns desses/as profissionais dizem ter feito curso de formação técnica, direcionado a uma área profissional, i.e., “cursos técnicos” de enfermagem em nível de segundo grau. Talvez aqui se encontre a razão por que moradores afirmam que há pessoas da Freguesia trabalhando em “hospitais”. Na verdade, além do trabalho na parte da saúde propriamente dita, há igualmente pessoas empregadas em setores burocráticos de secretaria ou instituição pública (municipal, estadual e federal) de saúde. De todo modo, pode-se afirmar que é muito pequeno o número de pessoas de meia-idade dessas famílias que conseguiram frequentar um curso de ensino superior. Para as/os mais jovens isso se torna possível de realizar atualmente, como se vê acontecer em alguns casos, porém, sem deixar de prevalecer uma grande desvantagem com relação à formação escolar e profissional das/dos negros dessas famílias locais.

⁷³ Uma visita rápida a web fornece alguns significados (e imagens) para a palavra “calibre”. De maneira geral, na língua portuguesa, ela significa “diâmetro de um cilindro oco”, ou, pode se referir também a “volume” e “tamanho”. Mais especificamente vinculado a instrumentos musicais, o termo permite outros sentidos, creio eu, mais próximos daquilo que procurava dizer o seu Agenor: sobre o trombone (tocado pelo morador), “o calibre muda muito o timbre do instrumento”; ou, sobre um objeto chamado “tubax”: “instrumento alemão desenvolvido a partir do saxofone, mas com calibre mais fino” (<https://pt.wikipedia.org>; ver também <http://www.dicionarioaurelio.com>; e <http://www.dicio.com.br>). Certas especificidades muito comuns à linguagem de instrumentistas e conhecedores do mundo da música faziam parte do repertório do seu Agenor quando ele falava (entusiasmado) sobre a banda e seus instrumentos.

morador, que foi instrumentista e um dos integrantes líderes da banda por mais de 50 anos, ajuda a compreender o que venho procurando afirmar ao longo deste estudo. Ou seja, a história que dá sentido à existência das pessoas na vila-sede hoje, e que as diferencia, se confunde com fatos e acontecimentos evocados pela memória, primariamente, aquela ligada à “família”, e compartilhada pela “comunidade” e nela.

Aqui, é possível ver a memória, desde a Freguesia do Ribeirão, como um problema e uma solução. Na esteira de Maurice Halbwachs, Michael Pollak (1989) chama a atenção para “a seletividade de toda memória, mas também um processo de ‘negociação’ para conciliar memória coletiva e memórias individuais” (POLLAK, 1989, p. 3-4, grifo do autor). Se, por um lado, existem pontos de não contato (HALBWACHS 1968 apud POLLAK, 1989, p. 4) entre coisas, fatos e situações lembrados ou esquecidos pelos moradores, por outro lado, “nas lembranças mais próximas, aquelas de que guardamos recordações pessoais, os pontos de referência geralmente apresentados [...] são [...] de ordem sensorial: o barulho, os cheiros, as cores” (POLLAK, 1989, p. 11). Nesse sentido, há outros e muitos pontos de contato entre as recordações do passado das/dos moradores da vila, como, por exemplo, a própria Banda da Lapa e os sentidos de “comunidade” e “família” suscitados por ela entre muita gente do lugar hoje, o que concorre para a “coesão” das redes locais e a “defesa” do que as famílias têm em comum, para além das “oposições irredutíveis” (ou precisamente por conta disso). Ora, do meu ponto de vista, quanto a um “trabalho de enquadramento da memória” (ROUSSO 1985 apud POLLAK, 1989, p. 9) na vila-sede, não é um discurso em torno do “açoriano” colonizador que importa às famílias aqui estudadas. Ou melhor, esse é um argumento homogeneizante que serve a alguns propósitos e, como tal, pode ser acionado eventualmente também por algumas pessoas dessas famílias, porém, não é algo que se confunda com ou substitua a história que as famílias têm para contar no lugar, como se depreende dos capítulos da tese e dos temas de reflexão oferecidos neles.

A arte de ser parente

Acima, seguindo o relato do seu Alécio, eu dizia que a “sociedade musical” não ficaria na primeira formação apenas (a de 1870). Conta-se que, passado o tempo, diante da precariedade dos “equipamentos” da banda, esta não tendo recursos para recuperar e/ou substituir os instrumentos imprestáveis, “numa festa de Nossa Senhora da Lapa, o povo percebeu e sentiu [...] A comunidade não aceitava mais a hipótese de ficar sem música nas suas festas”. Assim, um grupo de moradores criaria uma segunda banda: “Hermínio Silva, Gustavo Fenner, Macário Wolf, José Carl Heidenreich e outros tomaram a iniciativa e fundaram a Sociedade Musical Nossa Senhora da Lapa em homenagem ao dia da sua santa padroeira, na festa do dia 15 de agosto de 1896”. Diferentemente da banda iniciada com o bisavô do seu Agenor e companheiros, esta segunda banda “conseguiu recursos e importou da Alemanha, através da firma Carl Hoepcke, um instrumental novo”. Quanto àquela primeira banda, seu Alécio afirma: “A ‘Cera’, apesar de muito distanciada da sua coirmã no que diz respeito a equipamentos, levava vantagem no material humano – seus músicos eram mais experientes”. Na sequência de fatos, seu Alécio lembra que a primeira banda estava “ferida no seu orgulho”, mas continuava “humildemente o seu trabalho”. Mais tarde, quando os instrumentos desta última apresentavam um “desgaste do material” irrecuperável, sendo impossível seguir com a primeira banda, vários integrantes desta passariam para a Banda Nossa Senhora da Lapa. Diga-se de passagem, atualmente, o ano indicado por todos como de surgimento da banda do Ribeirão é o de 1896. A “Banda da Cera” permaneceria como mito de origem. Voltarei ao assunto da banda mais adiante.

No final do quarto capítulo, eu procuro sublinhar, de um lado, um vínculo estreito na vila-sede entre casa e casamento; de outro, assinalo a constituição das famílias de modo abrangente, i.e., para além dos limites da casa. Dessa forma, existem alguns elementos que, em regra, revelam como a “família” é compreendida pelos do lugar e como os “parentes” são aí classificados. É oportuno lembrar, nesse sentido, que família e parente são palavras que podem ou não ser tomadas como sinônimos por determinados usos e contextos locais (WOORTMANN, 1987). De todo modo, interessante é observar distintas maneiras de dizer (LATOURET 2004) a família – como “casa” e para além desta – na Freguesia do Ribeirão hoje, como procuro enfatizar, sobretudo, no referido capítulo. Assim, nas presentes ponderações, creio ser adequado lembrar possibilidades outras (e novas) de estudos nas ciências sociais.

Nesse sentido, em seu artigo, intitulado *A linguagem da casa entre os negros no Recôncavo Baiano*, Louis Herns Marcelin (1999) sugere:

[...] que uma antropologia da experiência familiar nas classes populares, que toma como foco a *casa* e suas implicações na produção dos laços sociais, pode contribuir para renovar a abordagem antropológica das condições socioétnicas e para superar as dificuldades das antropologias regionais (e nacionais) para (re)formular seus objetos em contextos específicos. (MARCELIN, 1999, p. 33, grifo do autor).⁷⁴

Procuro mostrar, nessa perspectiva, que casa e casamento, por exemplo, andam de par na Freguesia, ou melhor, juntos esses valores socialmente reconhecidos na vila dão às famílias, além de um lugar físico, uma singular força moral (WOORTMANN, 1987; WOORTMANN, E. 1995; HARTUNG, 2000) para os grupos familiares.⁷⁵ No caso, o vínculo conjugal (ou mesmo a desvinculação simbólica e/ou efetiva do casal) tem a sua importância num sistema de trocas (LÉVI-STRAUSS, 2003 [1949]; SILVA, 2014). Agora, devo reconhecer a minha identificação, neste trabalho, com aquilo que Márcio Silva (2014) chamaria de “entes [ou temas] ecléticos” a propósito dos estudos de parentesco que não apresentam um “tratamento unificado de categorias, normas e práticas em um mesmo plano analítico”, que o autor propõe “com o emprego de métodos computacionais”. De fato, dentro dos limites a mim impostos pelos diversos fatores a considerar no estudo em pauta, como já assinalei em nota no quarto capítulo, privilegio aqui uma etnografia que deseja mapear, pelo menos inicialmente, as famílias de negras e negros na

⁷⁴ Sobre o tema da casa, ver também CAMPS, 1986; LÉVI-STRAUSS, 1991; HUGH-JONES, 1995; PINA-CABRAL, 1995; WIGGERS, 2006, entre outros.

⁷⁵ A fuga, enquanto “troca” (LÉVI-STRAUSS, 2003 [1945]), é um tema interessante na Freguesia, assunto que aparece em diversos estudos de localidades distintas na Ilha de Santa Catarina (MALUF, 1993; GIMENO 1993; WIGGERS, 2006; CARUSO, 2011, dentre outros). Só mais recentemente, algumas pessoas das famílias examinadas falaram sobre fugas de “parentes” e “vizinhas”, mas de maneira muito tímida. Há quem diga que se trata de fatos de “antigamente”, explicando pelos tempos passados tal fenômeno. O que já é um indicador relevante para pesquisas mais apuradas entre famílias locais. De todo modo, para os interesses desta tese, é oportuno observar que, no quadro de um forte catolicismo e tendo no “casamento certo” um horizonte ideal de família, é de imaginar que as pessoas, em especial de gerações mais velhas, resistam a falar de “fuga”, até porque há tempos grande parte dos casais é casada no civil e no religioso.

Freguesia do Ribeirão partindo de seus discursos (LATOURE, 2004) e/ou de suas práticas, seus costumes e “habitus” (BOURDIEU, 2000 [1972], p. 256). Embora eu saiba que entre os três planos mencionados pelo autor (categorias, normas e práticas) não seja possível uma separação rígida e excludente, um “isolamento” dos temas correspondentes aos estudos de parentesco, neste momento, dou ênfase a outras estratégias etnográficas (VIVEIROS DE CASTRO, 2002; GOLDMAN, 2006; WAGNER, 2014; STRATHERN, 2014), por assim dizer.⁷⁶

Outro assunto pertinente na vila-sede é o da filiação, em geral, usada pelas/os moradores para relacionar ascendência e descendência, e inserida nos argumentos da casa-casamento-família, como se depreende das descrições do quarto capítulo, ênfase que procuro assinalar na tese. No entanto, é sabido que há um debate longo e, por vezes, intranquilo quanto a essa questão nas abordagens das teorias (e práticas) de parentesco (DUMONT, 1975; 1997; SILVA, 2014). Mais uma vez, lembro que eu não entrei nas discussões complexas da temática, por entender que o meu texto privilegiaria outro “ente eclético”. Pode-se arguir que este é um estudo que não leva o parentesco às últimas consequências no “plano analítico” desse campo de investigação. Eu concordo. E acrescento que o meu ponto de partida não foi pensado nessa expectativa, ou melhor, a etnografia que ora apresento quer estar aberta ao debate, como venho afirmando, pelas características próprias à socialidade local, cujas possibilidades para as ciências sociais são novas e amplas. Deixou-as para futuros trabalhos. Quanto a alguma discussão sobre parentesco, lembro o antropólogo Márcio Silva citando Eduardo Viveiros de Castro para quem o casamento (“por razões óbvias”) e igualmente a filiação podem ser pensados enquanto “processo de transmissão de coisas inalienáveis – partes corporais e substâncias, classicamente, mas também memórias, narrativas, vínculos territoriais – que criam pessoas que por isso permanecem em estado de dependência recíproca” (VIVEIROS DE CASTRO 2009 apud SILVA, 2014, p. 4).

⁷⁶ Durante a pesquisa na Freguesia do Ribeirão (e mesmo depois de ter deixado o campo), investi boa parte do tempo no levantamento das genealogias, o que me permitiu colecionar um número significativo de dados e informações sobre as famílias contempladas neste estudo. No caso, a “rede empírica” (SILVA, 2014) da qual resultam todas as reflexões da tese compreende mais de 420 indivíduos, ou seja, tendo em conta pessoas e nomes (de vivos e mortos) enumerados pelas/os moradores em suas falas como sendo “da família”. Esse material de investigação – uma espécie de “corpo” de dados familiares e de parentesco – será futuramente disponibilizado (espero) em redes de pesquisa internacionais.

Árvores das praças, ramos de famílias: as negras e os negros

Na Freguesia do Ribeirão, o vínculo conjugal (formal ou informalmente estabelecido) tende a alimentar as redes de parentesco na localidade, desde as quais as pessoas argumentam em favor da “família”, reconhecendo-se aí como tal. Isso significa dizer que aquele/a que “casa” e tem “filhos”⁷⁷ somaria a sua família (conjugal) às redes familiares mais abrangentes de solidariedade da vila, tanto mais (e constantemente) se permanecer vivendo “no Ribeirão” ou em seus arredores. Por um lado, eu diria que é o estatuto da troca o que constitui as famílias locais. Contudo, sem poder entrar aqui nos meandros das teorias da aliança matrimonial e da filiação (LÉVI-STRAUSS, 2003 [1949]; DUMONT, 1975; 1997; FOX, 1986, por exemplo), observo tão somente que, na vila-sede, “casamento” ou “ajuntamento” denota uma espécie de compromisso, este, uma vez “seriamente” assumido entre os jovens casais, faz crescer a “família” não apenas em tamanho físico, mas especialmente em importância social (e moral), inserindo um novo casal numa configuração onde casamento, família e casa têm estreita vinculação. Estes são valores fundamentais das/dos moradores. Como lembrou uma liderança local de meia idade, “a gente nasceu para procriar”, referindo-se a uniões matrimoniais na sua família e “no Ribeirão”. Por outro lado, como supracitado, uma troca pode vir pela filiação. Assim, um assunto interessante na Freguesia é o das “famílias de raiz”, i.e., aquelas nascidas e criadas na vila-sede, e que, portanto, compõem as referidas redes.

Quanto às negras e aos negros pertencentes às famílias nascidas “no Ribeirão” (Freguesia), segundo a gente da vila, são três os sobrenomes considerados “de raiz”, a saber, “os Silva”, “os Vieira” e “os Fraga”. Estes teriam se vinculado, pelo matrimônio, a outros sobrenomes cujas famílias seriam originadas em localidades das redondezas ou na própria sede distrital, ou mesmo no entorno do próprio distrito, como descrevo na tese. Teria sido o caso, por exemplo, da família “Santos” (da Costeira), alguns membros (mulheres e homens) desta teriam se unido a pessoas das famílias Silva e Fraga, e assim por diante. Portanto, sobrenomes chamados “de fora” (da vila) seriam

⁷⁷ Embora entre casais mais novos existam aqueles que planejam ou já têm filhos, segundo algumas moradoras, há uma tendência local entre casais das famílias aqui investigadas de não “desejarem ter filhos tão cedo”. Note-se, no entanto, que não se fala em não ter filhos, até porque há certo incentivo dos familiares neste sentido de “dar netos” etc.

Santos, Feliciano, Cardozo, Martins, Garcia, Cunha.⁷⁸ Mas, as trocas locais não se dão apenas pelo casamento, existem outras formas de se tornar “parente” na vila-sede. Um exemplo já apresentado, aqui, ajuda apenas a reforçar esse tema na Freguesia, para considerações outras.

Ada Jesuína dos Santos (hoje falecida) recebeu o nome de batismo da sua madrinha Irmã Dominícia (falecida), da família Silva, ambas pertencentes a famílias “do Ribeirão” (dos membros desta última, Ada ressalta: “eles eram muito católicos”) – embora o pai de Ada fosse da Costeira do Ribeirão (e ela assim o lembrava), a mãe nascera na Freguesia, e Ada se considerava também do “ramo” familiar local. Na vila-sede, de acordo com as/os moradores, as famílias de raiz são assim consideradas, porque teriam dado origem às demais. Agora, entre outros, de raiz são também “os Silva” de dois ramos diferentes dos acima indicados: um ramo do lado da mãe do seu Alécio (do bisavô materno), e o outro da família da madrinha Dominícia, neta de Hermínio Antônio Silva, hoje homenageado com a denominação da “praça da igreja”. Este último é considerado também um dos fundadores da segunda “banda do Ribeirão” (a de 1896), chamada por todos de “Banda da Lapa”. Quanto ao seu Alécio, o ramo familiar Silva vem do bisavô (Sabino Feliciano da Silva) que teria sido comerciante de sucesso na vila-sede e deixaria herdeiros igualmente notáveis nos negócios: destacadamente, o neto “Norberto Silva”, marido da “dona Chiquinha” (nome da “praça do centrinho”, a “Praça Maria Francisca”, na Praia da Freguesia), famílias e vizinhos mencionados com frequência pela gente da vila, ou por apadrinhamento, ou por “emprego”, ou simplesmente por receber em sua casa a “criança” da vizinhança para ver televisão quando esta era objeto raríssimo na sede distrital. Esses seriam apenas alguns aspectos que permitem à imaginação antropológica identificar, entre algumas pessoas já mencionadas no quarto e ao longo da tese, questões múltiplas (familiares, religiosas, políticas etc.) que conformam as diferentes famílias ditas “de raiz” na vila-sede hoje.

⁷⁸ Sobretudo no caso das mulheres mais velhas, é comum que os seus sobrenomes de nascimento (do pai) tenham sido retirados para receberem apenas o sobrenome do marido. Quanto aos nomes dados às filhas e aos filhos, a regra geral é clara: sobretudo entre casais mais velhos, o primeiro nome do pai é o segundo dos filhos homens, ou, um dos filhos pode ter o nome completo do pai seguido de “Filho” ou “Júnior” (é o caso de Agenor Firmino da Silva Júnior, “Desinho”, 61 anos, filho mais novo do seu Agenor); igualmente com relação à mãe, o primeiro nome desta pode ser o segundo das filhas (como Karyne Claudete Garcia, 31 anos, neta da dona Desalda Januária Fraga e do seu Manoel João Fraga Filho, sendo a jovem filha de Claudete Fraga). É raro que a filha tenha o nome completo da mãe. Outro assunto interessante na Freguesia do Ribeirão para oportunas reflexões é este da onomástica.

De fato, é possível notar certa dinâmica das relações no cotidiano da Freguesia, uma espécie de troca que vincula pessoas e as transforma em “parentes”.⁷⁹ O seu Alécio dissera “o Agenor é como um irmão pra mim!” Seu Agenor o chamava de “compadre”, assim como a Ada se referiu à sua “madrinha”. Esses exemplos, ainda que possam se mostrar escorregadios fora de uma análise mais controlada do ponto de vista das genealogias e do tratamento de dados, desde as falas locais, a meu ver, são indicadores das formas variantes como os ramos familiares (no caso, os três ramos “Silva”) criam suas próprias redes de solidariedade, incluindo significados diversos para a socialidade local. Se há verdade em dizer que negros e brancos não se dão em matrimônio (afinal, como dizem muitas pessoas, “branco não casa com preto e preto não casa com branco”), não é menos interessante que hoje as famílias se aproximam pelas relações de vizinhança e amizade (CAMPS, 1986); pela religião (nos apadrinhamentos e “amadrinhamentos” de batismos, de casamentos etc.); pelas parcerias na banda, “na igreja” e “na família” (nas casas); ou, pelas benfeitorias na “comunidade”. Segundo as/os moradores, diversos “trabalhos arranjados” por lideranças “políticas” nascidas “no Ribeirão” eram colocações profissionais em inúmeros setores das esferas federal, estadual e municipal do serviço público em Florianópolis, que garantiriam a muita gente “pobre” da vila direito salarial e vantagens trabalhistas até a aposentadoria, e aos seus dependentes após a morte do titular de um cargo público.⁸⁰ Assim,

⁷⁹ No Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina (AHESC), encontrei informações sobre os antepassados de seu Agenor Firmino da Silva, as quais ligam o morador a “Manoel” (1875) que teria sido “filho natural de Ignacia, escrava de João Antônio da Silva”. Daí poder-se-ia inferir alguma relação da qual viria o sobrenome Silva dos negros da vila-sede. Aliás, os dados colhidos foram confirmados por Ivonira Julieta da Silva (73 anos), “primasirmã” do seu Agenor. Há aqui um campo vasto de pesquisa, encontrei e anotei diversos nomes de batismo e casamento que revelam uma antiga relação entre os “Silva/Heidenreich” (pais do seu Alécio) e os Silva do seu Agenor e seus parentes e familiares. Talvez por isso alguém da sua família, tempos atrás, dizia que “o Ribeirão” foi “feito” pelos “negros” e pelos “alemães”.

⁸⁰ Particularmente entre os/as negros/as da Freguesia, de acordo com os seus relatos, há vários funcionários/as aposentados/as, por exemplo, da UFSC, da Prefeitura Municipal, de Secretarias de Estado e de outros estabelecimentos públicos. Com relação aos moradores mais antigos (entre 60-80 anos ou mais), alguns dos quais já faleceram inclusive, os “serviços” por estes desempenhados compreendiam cargos de “serviços gerais” (portaria, almoxarifado, limpeza e/ou copa-cozinha etc.), ou, em caso de alguém com mais escolaridade (segundo grau completo, por exemplo), as colocações podiam incluir tarefas de secretaria e atividades administrativas afins. Gerações mais novas (entre 50-60 anos), por vezes, alcançam postos de serviços específicos para os quais se exige formação ou aptidão reconhecida (motorista, técnico/a em enfermagem, trabalhos administrativos mais complexos etc.). Por outro lado, é igualmente oportuno registrar um significativo número de homens das famílias da vila-sede, em particular daquelas por mim investigadas, ainda conforme a gente do lugar, que ingressaram em corporações militares, por exemplo, na “Base Aérea” (instalada no Distrito de

muitas pessoas teriam sido beneficiadas pelo “grande político” Antônio Antunes da Cruz, o “Funga-Funga”, que conseguiu emprego, por exemplo, para o seu Agenor na UFSC, e, por intermédio deste, a diversos parentes do morador, além de tantos outros “ajudados” no lugar.

Por outro lado, um dos organizadores do livro *Ribeirão da Ilha - vida e retratos: um distrito em destaque* (obra citada no primeiro capítulo), Waldemar Joaquim da Silva Neto, pertence à família Silva vinculada a Ada, ele é bisneto de Hermínio Antônio da Silva. Nessa obra, como foi assinalado antes, procura-se enfatizar a origem açoriana da “quase totalidade” das famílias do Distrito de Ribeirão da Ilha, cujos “descendentes” apresentam sobrenomes que seriam indicativos da presença luso-açoriana na composição do distrito. Nesse sentido, dentre outros, “os sobrenomes SILVA são predominantes e mais numerosos na comunidade.” São destacados, junto com Silva, os sobrenomes: Vieira; Martins; Lopes; Silveira; Cordeiro; Dutra; Souza; Aguiar; e Siqueira. Além desses, há diversos sobrenomes identificados por suas diferentes origens e/ou sua maior ou menor “expressividade” numérica, ou por sua “valorização social” na localidade. São eles: Barcelos; Pereira; Antunes e Antunes da Cruz; Gonçalves; Cavalheiro; Conceição; Santos; Correia ou Correa; Fenner; Costa; Heidenreich; Cunha; Orleans; Xavier; de Jesus; Pinho; Ramos; D’Avila (PEREIRA, N; PEREIRA, F.; SILVA NETO, 1990, p. 124).

Para além dos sobrenomes e da sua presumida relevância histórico-cultural, neste momento, voltando à configuração local descrita ao longo dos capítulos da tese, as ideias sobre casa, casamento, família e etc. talvez possam indicar que, na vila-sede, ser parente é uma arte de muitos matizes. Nesse sentido, Louis HERN Marcelin (1999) observa:

Restituir o sentido da casa como categoria cultural é partir do lugar étnico-social no qual ela se inventa. A casa se constrói e se lê dentro das relações socioeconômicas e culturais da sociedade. Ela deve ser pensada como o lugar no qual se sobressaem as contradições e as ambivalências da sociedade global, em relação ao grupo que se estuda. A hierarquia

Ribeirão da Ilha), no “Corpo de Bombeiros Militares”, na “Polícia Militar de Santa Catarina” etc. Dos moradores mais velhos, vários deles trabalharam como “civis” em “serviços gerais”. Outros moradores (entre 50-60 anos ou mais) fizeram “carreira” nas instituições. De todo modo, nota-se que os postos e suas promoções, em geral, são limitados pela baixa escolaridade desses homens.

social conjugada com a hierarquia racial molda todos os níveis da sociedade brasileira. Ela é constitutiva das condições sociais nas quais as casas se concretizam. No entanto, esta abordagem não é um fim em si, não esgota a necessidade de pesquisar: ela é um ponto de partida que leva a várias rupturas e posicionamentos teórico-metodológicos. (MARCELIN, 1999, p. 50).

Em tal perspectiva, é possível ensaiar uma alternativa a conceitos utilizados nas ciências sociais em estudos, por exemplo, sobre a chamada “família subalterna”, ou “família matrifocal”, ou “família parcial”, ou “família consanguínea”, ou “família negra” etc. (com destaque para as mulheres e o eclipse dos homens etc.). Sem deixar de reconhecer a importância das pesquisas que surgiram, sobretudo a partir dos anos 1970, ocupadas com o desafio de explicar “alteridades familiares” (FONSECA, 2004, p. 54-88), o presente estudo, por seu escopo etnográfico (GOLDMAN; VIVEIROS DE CASTRO, 2006), entende que, na Freguesia do Ribeirão, essas categorias não dão conta da figuração local. Os arranjos familiares no lugar apontam para especificidades que conjugam fatores outros relativos também à casa das famílias e ao modo como esta expressa simbolicamente as dinâmicas e mudanças das famílias na vila. É o que procuro mostrar, por exemplo, nas descrições do quarto capítulo. Nesse sentido, parece mais instigante aos interesses desta tese, além da casa, uma imagem de “configuração de casas” trazida por Louis HERNES Marcelin (1999):

A configuração de casas não se refere a um conjunto imediatamente localizável. Ela não corresponde ao conceito de “família extensa”. Trata-se de uma conceitualização, por meio da categoria cultural “casa” de *processos relacionais* entre agentes familiares originários de várias casas. Uma configuração não se revela ao pesquisador de um momento para o outro; nesse sentido ela não tem seus fundamentos em valores exclusivamente holísticos. Da mesma maneira que a casa cria em si mecanismos de regulação do individualismo de seus agentes, expressos em seu espaço interior que organiza o comunitário e o individual, a configuração de casas dá conta de um espaço cujas fronteiras são paradoxalmente confusas (do ponto de vista do observador) e nítidas (do ponto de vista dos

agentes), no qual se dá um processo contínuo de criação e recriação de laços de cooperação e de troca entre entidades autônomas (as casas). (MARCELIN, 1999, p. 37, grifos do autor).

Na Freguesia do Ribeirão, o parentesco tem a sua importância observada por muitas pessoas também quando estas querem, por exemplo, afirmar que alguém – um vizinho, amigo, um conhecido etc. – é bastante próximo e/ou especialmente considerado. Nesse caso, elas lembram que tal figura é “como se fosse da família” ou “um parente”. Esse tipo de afirmação está, em geral, relacionado às ajudas que um/a morador/a oferece a outro ou à “família” deste. Ou seja, efetivamente, trata-se de atitudes e comportamentos idealmente desejados na convivência diária de uma família, i.e., algo que as pessoas de uma “casa” (enquanto “família”) esperariam e cultivariam entre si. Aqui, certamente, não se podem olvidar eventuais conflitos de interesses, de gerações, de prioridades e demais demandas de cada membro de uma família no seu dia-a-dia. E mais. Não se pode esquecer igualmente – como já foi repisado antes – que “a família”, de várias maneiras, se estende para além da casa, por vezes, significando uma família extensa ou algo do gênero.

Por outro lado, relativamente à variabilidade de formações de um grupo de pessoas reconhecido como “família” na Freguesia, uma casa, em regra, revela basicamente a dinâmica do casal e da sua prole no sentido de uma solidariedade fundamental ou especialmente engendrada para garantir a sobrevivência do grupo familiar. Para explicitar o valor simbólico e prático desse sistema de parentesco, grosso modo, eu diria que o casamento faz parte do horizonte de vida dos moradores, e, hoje, dos/das jovens da vila-sede, até porque pais e mães, sobremaneira as pessoas de mais idade, em sua maioria, tomam a experiência do matrimônio como um “desígnio de Deus” – a “procriação” – e/ou como uma ordem natural da vida inescapável para todos. É, pois, nessa imagem de “configuração de casas” – guardadas as proporções dos contextos considerados em cada caso – uma saída interessante para incluir coisas, pessoas, lugares, espaços, concepções e sua conformação local na vila-sede atualmente, tendo em conta primariamente o que diz a gente quanto às suas vivências familiares e, em particular, resguardando o caráter dinâmico e mutável das relações sociais.

Uma constatação peculiar à localidade, quanto ao parentesco, é a de que “sangue”, por vezes, se destacaria como “o símbolo-princípio

central da ideologia de parentesco” (WOORTMANN, 1987; MARCELIN, 1999). Nesse sentido, criam-se laços mais estreitos entre pessoas de uma mesma família (uma “casa”), e estas partilham certas prerrogativas e certos compromissos com relação aos mais próximos. Em outras palavras, o “sangue” compartilhado pelo parentesco e pela família especialmente pode fazer crer que parente deve ser “ajudado”. Não obstante, nas práticas diárias dos moradores da vila-sede, esse princípio tem aí as suas ambiguidades. Por um lado, as pessoas entendem que “a família é tudo”. Ajudar a “família” e os “parentes” é uma consequência óbvia do fato de ser o “sangue do meu sangue”, como dizem alguns, algo muito valorizado na vila. Dessa forma, enquanto símbolo da família, uma “casa” revelaria quais são os parentes mais próximos, aqueles reunidos por laços de obrigações contínuas e, em geral, mais estáveis, como as relações entre pais e filhos, no caso da Freguesia, especialmente entre mães e filhos.⁸¹ Por outro lado, como existem diversos conflitos entre parentes consanguíneos e afins das famílias aqui investigadas, é possível afirmar que, para além da casa, a concepção de solidariedade se estende igualmente a “vizinhos” e “amigos”.

Às vezes, o vizinho e amigo é também parente. Agora, muitas vezes, ele é alguém considerado “como se fosse” um parente próximo (um irmão, por exemplo) sem, de fato, ser da “família”, i.e., dos membros reunidos por laços de sangue e/ou de casamento. Isso sugere gradações – como lembra Klaas Woortmann (1987, p. 150) – quanto à compreensão de família e parentesco. Agora, o que parece interessante reter aqui, no caso das negras e dos negros, é a ideia de sangue vinculada a de raça. Certa vez, tendo eu feito um elogio a um adolescente da família Vieira por seu desempenho na missa, tocando bateria com muita propriedade, sendo ele tão novo para dominar o

⁸¹ Segundo Klaas Woortmann, “[...] não obstante as relações de irmandade e as filiais serem pensadas como sendo de igual distância, têm-se obrigações mais fortes para com os pais que para com os irmãos (de fato, a concentração das obrigações se dá na relação *mãe-filhos*)” (WOORTMANN, 1987, p. 157, grifo do autor). Embora essa forma concentrada de obrigações possa ser vista na Freguesia do Ribeirão, tal como a descreve o citado pesquisador, é interessante observar que determinadas situações levam, algumas vezes, a uma proximidade especial entre irmãs/irmãos na vila-sede, o que significa dizer a um cuidado (ajudas e/ou auxílios diversos) praticamente oferecido pelos que, em tese, teriam uma situação de vida mais estável, por assim dizer, àqueles que estariam enfrentando diferentes tipos de dificuldade (financeira, matrimonial, de moradia etc.), sobretudo, quando os pais (ou um deles) já tenham falecido. Nesse sentido, a “casa” aparece também aqui como símbolo de uma “família”, e, no caso, como lugar da pretérita moradia dos pais, ela faz lembrar aí os deveres e direitos referentes às pessoas relacionadas a uma residência.

instrumento, recebi de uma senhora da comunidade a imediata explicação: “Está no sangue, é da raça dele, a família toda toca...”. Embora a fala sobre sangue e raça não seja moeda corrente no lugar, de fato, há um entendimento naturalizado quanto a isso, e há consequências significativas na vila-sede hoje. É só lembrar a fala do seu Agenor perguntando-me “por que ainda existe racismo no Ribeirão?” (ver terceiro capítulo). Referindo-se a um dos sentidos de “raça” mencionados pelos agentes por ele investigados, Louis Herns Marcelin (1999) faz notar, quanto à ideia do (negro) “lutador” e da “sua determinação de vencer”, uma concepção local de raça enquanto “vontade de viver e de construir, custe o que custar, um lugar no mundo”. O autor sublinha que, nessa acepção, “raça [...] é uma energia distintiva das famílias estudadas, ela seria uma qualidade do sangue” (MARCELIN, 1999, p. 43).

Pensada assim, raça poderia acionar tanto imagens positivas quanto negativas. Mas, de fato uma questão fundamental para o debate não se coloca nesses termos. E, sim, pela constatação de que tal categoria “persiste” como forma corrente de classificação das pessoas e explicação das relações sociais. Em *A persistência da raça*, Peter Fry (2005) argumenta: “[...] quando a crença generalizada em raças adquire a força da lei, ela se torna cada vez mais difícil de erradicar” (FRY, 2005, p. 15). O antropólogo aponta este como o fio condutor de suas ponderações acerca da “persistência da crença em raças”. No Brasil, os estudos “sobre o negro” têm larga tradição nas formulações do conceito de raça ao longo dos tempos nas ciências sociais brasileiras, tendo se desenvolvido a partir do início do século XX (BANDEIRA, 1988, p. 15-34). Na esteira dessa tradição, inúmeras pesquisas situam suas abordagens no campo das chamadas “relações raciais entre negros e brancos”, relegando muitas vezes formas alternativas de organização familiar à definição de “anomia” e seus corolários, crítica encontrada em vários estudos (CORRÊA, 1994; MARCELIN, 1999; FONSECA, 2004, entre outros). Diferentemente dessa perspectiva, a presente tese se alinha com trabalhos cuja ênfase é a negação da raça como conceito para descrição das relações sociais (GUILLAUMIN, 1989; FRY, 2005; DORLIN, 2006).

Ao contar que estuda na UFSC, uma das netas (Camila) do seu Agenor Firmino da Silva acrescenta: “Mas eu passei por cotas”. Em seguida, a jovem afirma: “Ser negro é muito difícil. Negro sofre preconceito em todos os lugares. Estar dentro de uma universidade, sendo negro, é difícil”. E ela segue falando de disputas, de olhares, de situações constrangedoras, de preconceitos etc. O comentário da jovem

estudante me faz lembrar o que diz Peter Fry (2005) sobre “a persistência da raça” no país: “No Brasil encontrei outro tipo de racismo, um racismo que grassava debaixo dos panos lindos da democracia racial”. Nesse sentido, “[...] a crença em raças – que nada mais é do que a crença de que atributos morais e intelectuais decorrem de atributos biológicos – é o maior mal do nosso tempo” (FRY, 2005, p. 18-26). As relações de família na Freguesia do Ribeirão, tal como procuro indicar, falam desses e de muitos outros matizes interessantes para alguma antropologia.

REFERÊNCIAS

AGEE, J.; EVANS, W. **Elogiemos os homens ilustres**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALVES, M. **Entre a folia e a sacristia**: as (re) significações e intervenções da elite clerical e civil na festa do Divino em Florianópolis (1896-1925). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

ANTÔNIO, J. C. **Fortuna e escravidão de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão através da análise do inventário de João Antonio da Silva (1878)**. 73p. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

ARANTES, A. A. et al. **Colcha de retalhos**: estudos sobre família no Brasil. 3. ed., Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

ARANTES, A. A. Pais, padrinhos e Espírito Santo. In: ARANTES, A. A. et al. **Colcha de retalhos**: estudos sobre família no Brasil. 3. ed., Campinas: Editora da UNICAMP, p. 195-206, 1994.

ARANTES, A. A. Compadrio in rural Brazil: structural analysis of a ritual institution. In: **Vibrant**. v. 8, n. 2, p. 69-112, [s.d.].

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed., Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ARIÈS, P.; CHARTIER, R. (Org.). **História da vida privada**: da Renascença ao Século das Luzes. v. 3, São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

AUGÉ, M. et al. **Os domínios do parentesco**. São Paulo, Martins Fontes, 1978.

AUGÉ, M. **O sentido dos outros**. Petrópolis: Vozes, 1999.

BALDESSAR, Q. D. **Imigrantes**: sua história, costumes e tradições. 3. ed., Florianópolis: FORMSUL, 2007.

BANDEIRA, M. L. **Território negro em espaço branco**. Brasília: Editora Brasiliense, 1988.

BASTOS, R. J. M. À luz de Dioniso – uma contribuição à etnografia do boi no campo (farra do boi) catarinense. In: BASTOS, R. J. M. (Org.). **Dioniso em Santa Catarina**: ensaios sobre a farra do boi. Florianópolis: Ed. da UFSC, p. 143-156, 1993.

BASTOS, R. J. M. Introdução. In: BASTOS, R. J. M. (Org.). **Dioniso em Santa Catarina**: ensaios sobre a farra do boi. Florianópolis: Ed. da UFSC, p. 9-33, 1993.

BAUMAN, R.; BRIGGS, C. Poética e performance como perspectivas críticas sobre a linguagem e a vida social. In: **Ilha Revista de Antropologia**. v. 8, n. 1, p. 185-230, 2008.

BONDÍA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. In: **Revista Brasileira de Educação**. n. 19, p. 20-28. jan/fev/mar/abr., 2002.

BONTE, P.; IZARD, M. Âge. Alliance. Famille. Filiation. Inceste. Ancêtres. Échange. Maison. Mariage. Matriarcat. Organisation sociale. Parenté. Politique. Religion. Résidence. In: **Dictionnaire de l'ethnologie et de l'anthropologie**. Paris: Presses Universitaires de France, 1991.

BORGES, E.; SCHAEFER, B. O. **Vozes da Lagoa**. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes; Fundação Banco do Brasil, 1995.

BORGES, J. B. J. Diversidade e pluralidade: o negro na sociedade brasileira. In: **Revista USP**. n. 89, p. 278-284, São Paulo, 2011.

BOURDIEU, P. **El sentido práctico**. Madri: Taurus Ediciones, 1991.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas/SP: Papiurus, 1996.

BOURDIEU, P. **Esquisse d'une théorie de la pratique**: précédé de trois études d'ethnologie kabyle. Paris: du Seuil, 2000.

BRANDÃO, C. R. Parentes e parceiros. In: ARANTES, A. A. et al. **Colcha de retalhos**: estudos sobre família no Brasil. 3. ed., Campinas: Editora da UNICAMP, p. 115-160, 1994.

BRITO, A. X. Exame de consciência, sentimento de culpa e formação de um habitus feminino. In: **Rever**. Ano 11, n. 1, p. 13- 34, 2011.

BRITO, E. **Anima Brasilis**: identidade cultural e experiência religiosa. São Paulo: Olho d'água, 2000.

BRITO, E. J. C.; GORGULHO, G. S. (Org.). **Religião Ano 2000**. São Paulo: Loyola, 1998.

BRITTO, R. A. **Trabalho, família e amizade**: entre maricultores/as de uma associação do sul da ilha de Florianópolis: a AMPROSUL. 174 p. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

BROWN, D. **Umbanda**: religion and politics in urban Brazil. New York: Columbia University Press, 1994.

BURGUIÈRE, A.; KLAPISCH-ZUBER, C.; SEGALEN, M.; ZONABEND, F. **Histoire de la famille**. Paris: Armand Colin, 1986.

BUSIN, V. M. Religião, sexualidades e gênero. In: **Rever**. Ano 11, n. 1, p. 105-124, 2011.

BUTLER, J. **O clamor de Antígona**: parentesco entre a vida e a morte. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

CABRAL, O. R. **História de Santa Catarina**. 3. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1987.

CALAVIA SÁEZ, O. **Fantasmas falados**: mitos e mortos no campo religioso brasileiro. Campinas/SP: Ed. da UNICAMP, 1996.

CALAVIA SÁEZ, O. Ídolos, mitos, legendas. Sobre a interpretação da iconografia católica. In: MANOEL, I. A.; ANDRADE, S. R. (Org.). **Identities religiosas**. Franca: UNESP-FHDSS; Civitas Editora, Cap. 11, p. 203-228, 2008.

CAMPS, J. B. **Casa y família**: parentesco y reproducción doméstica em Formentera. Barcelona: Institut d'estudis baleàrics Palma de Mallorca, 1986.

CARDOSO, F. H.; IANNI, O. **Cor e mobilidade social em Florianópolis**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

CARDOSO, F. H. **Negros em Florianópolis**: relações sociais e econômicas. Florianópolis: Insular, 2000.

CARDOSO, P. J. F. Apresentação. In: CARDOSO, Fernando Henrique. **Negros em Florianópolis**: relações sociais e econômicas. Florianópolis: Insular, p. 15-22, 2000.

CARDOSO, P. J. F. **Negros em Desterro**: experiências de populares de origem africana em Florianópolis na segunda metade do século XIX. Itajaí: NEAB; casAberta, 2008.

CARDOSO, V. H. B. O comércio de escravos para a capitania de Santa Catarina (1815-1826): notas preliminares. In: **Revista Santa Catarina em História**. v. 1, n. 1, p. 43-51, Florianópolis, 2010.

CARDOSO, V. Z. Antropologias em performance. In: **Ilha Revista de Antropologia**. v. 11, n. 1, p. 9-16, 2009.

CARSTEN, J.; HUGH-JONES, S. (Editors). **About the house**: Lévi-Strauss and beyond. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

CARSTEN, J. **After Kinship**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2004.

CARUSO, J. P. L. **Rendas da vida**: relações matrimoniais na Costa da Lagoa. 125p. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

CASTILLO, J. M. S. O movimento da Reforma e a “paroquialização” do espaço eclesial do século XIX ao XX. In: TORRES-LONDOÑO, F. **Paróquia e comunidade no Brasil**. Cap. 3, p. 91-130, São Paulo: PAULUS, 1997.

CAVALCANTI, M. L. V. C.; Gonçalves, J. R. S. (Org.). **As festas e os dias: ritos e sociabilidades festivas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009.

CAVALCANTI, M. L. V. C. Formas do efêmero: alegorias em performances rituais. In: **Ilha Revista de Antropologia**. v. 13, n. 1, p. 163-183, 2012.

CHOMA, D.; COSTA, T. **Memórias e harmonias da Banda da Lapa**. Florianópolis: Câmara Clara, 2011.

CLAVERIE, E.; LAMAISON, P. **L'impossible mariage: violence et parenté en Gévaudan 17^e, 18^e et 19^e siècles**. Paris: Hachette, 1982.

COLLARD, C. “Kinship Studies” au tournant du siècle. In: **L'homme**. n. 154-155, p. 635-658, 2000.

CORRÊA, M. Repensando a família patriarcal brasileira. In: ARANTES, A. A. et al. **Colcha de retalhos: estudos sobre família no Brasil**. 3. ed., Campinas: Editora da UNICAMP, p. 15-42, 1994.

CORREA, W. C. **Construção da memória social na sociedade musical recreativa Lapa e na sociedade musical Amor à Arte**. 132 p. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

CORSO, M. D. Paróquia e religião do povo: paróquias e comunidades no universo rural brasileiro nos últimos 50 anos. In: TORRES-LONDOÑO, F. **Paróquia e comunidade no Brasil**. Cap. 5, p. 171-208, São Paulo: PAULUS, 1997.

CUNHA, M. C.; ALMEIDA, M. W. B. Populações indígenas, povos tradicionais e preservação na Amazônia. In: CAPOBIANCO, R. et al. **Biodiversidade na Amazônia brasileira**. Avaliação e ações prioritárias

para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. São Paulo: Instituto Socioambiental e Estação Liberdade, p. 184-193, 2001.

DAMATTA, R. **Relativizando**: uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

DAMATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Ed. Rocco Ltda., 1997.

DARNTON, R. **O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa**. 5. ed., Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DAWSEY, J.C. Corpo, máscara e f(r)icção: a “fabula das três raças” no Buraco dos Capetas. In: **Ilha. Revista de Antropologia**. v. 11, n.1,2, p.41-62, Florianópolis, 2010.

DAWSEY, J.C. Bonecos da rua do Porto: performance, *mimesis* e memória involuntária. In: **Ilha. Revista de Antropologia**. v.13, n.1,2, p.186-219, Florianópolis, 2011.

DELIÈGE, R. **Anthropologie de la famille et de la parente**. 2. ed., Paris: Armand Colin, 2006.

DICKIE, M. A. S. Religious experience and culture – testing possibilities. In: **Antropologia em primeira mão**. n. 98, 2007.

DIEL, P. F. A paróquia no Brasil na restauração católica durante a Primeira República. In: TORRES-LONDOÑO, F. **Paróquia e comunidade no Brasil**. Cap. 4, p. 131-170, São Paulo: PAULUS, 1997.

DOMEZI, M. C. A paróquia desafiada a ser comunidade de comunidades 1950-1986. In: TORRES-LONDOÑO, F. **Paróquia e comunidade no Brasil**. Cap. 6, p. 209-247, São Paulo: PAULUS, 1997.

DORLIN, E. Autopsie du sexe. In: **Les Temps Modernes** (“Présences de Simone de Beauvoir”). n. 619, juin-juillet, p. 115-143, 2002.

DORLIN, E. **La matrice de la race**: généalogie sexuelle et coloniale de la nation française. Paris: Éditions La Découverte, 2006.

DUARTE, L. F. D. **Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas**. 2. ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1988.

DUMONT, L. **Introduccion a dos teorias de la antropologia social**. Barcelona: Anagrama, 1975.

DUMONT, L. **Groupes de filiation et alliance de mariage**: introduction à deux theories d'anthropologie sociale. Éditions Gallimard, 1997.

EDEME; IPUF. **Guia Ruas Florianópolis**. Florianópolis: IPUF, 1999.

EDEME; IPUF. **Guia Ruas Florianópolis**. Florianópolis: IPUF, 2003.

EICHENBERGER, A. **Images d'indiens: d'objet a sujet. La photographie chez les Guarani du Village Yynn Morotí Wherá à Santa Catarina (sud du Brasil)**. Tese de Doutorado. Université Paris VII - Paris Diderot, Paris, 2011.

EICHENBERGER, A. "(in)Security" project: stimulating a dialogue between Art and Anthropology. In: **Visual Ethnography**. v.3, n. 1, 2014.

EISENSTADT, S. N. Modernidades múltiplas. In: **Sociologia**. v. 35, p. 139-163, 2001.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000 [1994].

ESPÍNOLA, A. M. A vida rural na Freguesia do Ribeirão da Ilha no século XIX. In: **Revista Santa Catarina em História**. v.1, n. 2, p. 73-85, Florianópolis, 2010.

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Antropologia social**. São Paulo: Martins Fontes, [s.d.]

FANTIN, M. **Cidade dividida**: dilemas e disputas simbólicas em Florianópolis. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

FARIAS, V. F. **A Freguesia de Enseada de Brito**: evolução histórico-demográfica no período de 1778 a 1907. 275p. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1980.

FARIAS, V. F. **Dos Açores ao Brasil meridional**: uma viagem no tempo. Florianópolis: Ed. do autor, 1998.

FAVRET-SAADA, J. **Les mots, la mort, les sorts**. Paris: Folio essais, 2005 [1985].

FERREIRA, A. B. H. **Miniaurélio**. 7. ed., Curitiba: Ed. Positivo, 2008.

FERREIRA, R. M. **O papel do teatro religioso na comunidade do Ribeirão da Ilha**: a encenação da Paixão de Cristo. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

FERREIRA, S. L. **O banho de mar na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. das Águas, 1998.

FERREIRA, S. L. **“Nós não somos de origem”**: populares de ascendência açoriana e africana numa freguesia do Sul do Brasil (1780-1960). 261p. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

FLORENTINO, M.; GÓES, J. R. **A paz das senzalas**: famílias escravas e tráfico atlântico. Rio de Janeiro, c.1790 - c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FLORENTINO, M. (Org.). **Tráfico, cativo e liberdade**: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FLORES, M. B. R. A farra do boi: entre o mito e o fantástico, o riso rabelaisiano. In: BASTOS, R. J. M. (Org.). **Dioniso em Santa Catarina**: ensaios sobre a farra do boi. Florianópolis: Editora da UFSC, Cap. 6, p. 125-142, 1993.

FLORES, M. B. R. **A farra do boi**: palavras, sentidos, ficções. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997.

FLORES, M. B. R. **Povoadores da fronteira**: os casais açorianos rumo ao sul do Brasil. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2000.

FLORES, M. B. R. **Os espanhóis conquistam a Ilha de Santa Catarina: 1777**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.

FONSECA, C. **Caminhos da adoção**. 2. ed., São Paulo: Cortez, 2002.

FONSECA, C. De afinidades a coalizões: uma reflexão sobre a “transpolinização” entre gênero e parentesco em décadas recentes da antropologia. In: **Ilha Revista de Antropologia**. v. 5, n. 2, p. 05-31, 2003.

FONSECA, C. **Família, fofoca e honra**: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. 2. ed., Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FONSECA, C. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. In: **Saúde e Sociedade**. v. 14, n. 2, p. 50-59, 2005.

FONSECA, C. Família e parentesco na Antropologia brasileira contemporânea. In: MARTINS, C. B.; DUARTE, L. F. **Antropologia**. São Paulo: ANAPOCS, p. 124-154, 2010.

FONSECA, J. R. **Nossa Senhora do Aterro**: Florianópolis a partir das crônicas ligeiras de Beto Stodieck (1971-1980). 165p. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 12. ed., Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996.

FOX, R. **Parentesco e casamento**: uma perspectiva antropológica. Lisboa: Vega, 1986.

FRANKLIN FERREIRA, R. **Afro-descendente**: identidade em construção. São Paulo: EDUC; Rio de Janeiro: Pallas, 2000.

FRY, P. **A persistência da raça**: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África austral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GERBER, R. M. **Mulheres e o mar**: uma etnografia sobre pescadoras
GOLDMAN, M.; CASTRO, E. V. Abaeté, rede de antropologia simétrica. **Cadernos de Campo**. n. 14/15, p. 177-190, 2006.

embarcadas na pesca artesanal no litoral de Santa Catarina, Brasil. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

GIDDENS, A. **A transformação da intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1993.

GIMENO, S. I. D. **O destino viaja de barco**: um estudo histórico, político e social da Costa da Lagoa e de seu processo de modernização (1930-1990). 125p. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1992.

GIABELLINA BRUMANA, F. La palabra en antropologia. In: **Ilha Revista de Antropologia**. v. 8, n. 1, p. 41-71, Florianópolis, 2008.

GIUMBELLI, E. Para além do “trabalho de campo”: reflexões supostamente malinowskianas. In: **RBCS**. v. 17, n. 48, fevereiro, p. 91-107, 2002.

GOLDMAN, M. **Alguma antropologia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

GOLDMAN, M.; LIMA, T. S. Como se faz um grande divisor? In: **Alguma antropologia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, p. 83-92, 1999.

GOLDMAN, M. **Poder e resistência**: um ensaio sobre a dimensão conceitual do “Império”. In: **Mana**. v. 9, n. 2, 2003a.

GOLDMAN, M. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. In: **Mana**. v. 46, n. 2, 2003b.

GOLDMAN, M. Jeanne Favret-Saada, os afetos, a etnografia. In: **Cadernos de Campo**. n. 13, p. 149-153, 2005.

GOLDMAN, M. **Como funciona a democracia**: uma teoria etnográfica da política. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

GOLDMAN, M. Introdução: Políticas e subjetividades nos “novos movimentos culturais”. In: **Ilha Revista de Antropologia**. v. 9, n. 1, p. 7-22, 2009.

GONÇALVES, J. R. S.; CONTINS, M. **A escassez e a fartura**: categorias cosmológicas e subjetividades nas festas do Divino Espírito Santo entre imigrantes açorianos no Rio de Janeiro. In: CAVALCANTI, M. L. V. C.; Gonçalves, J. R. S. (Org.). **As festas e os dias**: ritos e sociabilidades festivas. Rio de Janeiro: Contra Capa, p. 11-35, 2009.

GROSSI, M. P.; SCHWADE, E. (Org.). **Política e cotidiano**: estudos antropológicos sobre gênero, família e sexualidade. Blumenau: Nova Letra, 2006.

GROSSI, M. P.; LAGO, M. C. S.; NUERNBERG, A. H.; **Estudos in(ter)disciplinados**: gênero, feminismo, sexualidade. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. 15. ed., Campinas: Papirus, 2004 [1990].

GUILLAUMIN, C. Relações de raça, relações naturais ou relações sociais? In: FREYSSINET, M.; MAGRI, S. **Les rapports sociaux et leurs enjeux**. Paris: Centre de Sociologie Urbaine, 1989.

GUTMAN, H. G. **The black family in slavery and freedom, 1750-1925**. New York: Vintage Books, 1977.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HAMBERGER, K.; HOUSEMAN, M.; DAILLANT, I.; WHITE, D. R.; BARRY, L. Matrimonial ring structures. In: **Mathematics and Social Science**. v. 42, n. 4, p. 83-120, 2004.

HARTUNG, M. F. Parentesco, casamento e terra em um grupo rural de negros em Santa Catarina. In: LEITE, I. B. (Org.). **Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, p. 105-130, 1996.

HARTUNG, M. F. **A comunidade do Sutil**: história e etnografia de um grupo negro na área rural do Paraná. Tese de Doutorado. v. 1 e 2. Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2000.

HARTUNG, M. F. Os limites da assessoria antropológica: o caso dos descendentes de escravos e libertos da Invernada Paiol de Telha/PR. In: LEITE, I. B. (Org.). **Laudos periciais antropológicos em debate**. Florianópolis: NUER/ABA, p. 137-145, 2005.

HÉRITIER, F. Casamento. Família. Masculino/Feminino. Mulher. Parentesco. In: **Enciclopédia Einaudi**. v. 20, Lisboa, 1989.

HURTIG, M. C.; KAIL, M.; ROUCH, H. (Orgs.). **Sexe et genre**: de la hiérarchie entre les sexes. Paris: CNRS, 2003.

ISAIA, A. C. Espiritismo: religião, ciência e modernidade. In: MANOEL, I. A.; ANDRADE, S. R. (Org.). **Identidades religiosas**. Franca: UNESP-FHDSS; Civitas Editora, Cap. 8, p. 137-164, 2008.

ISAIA, A. C. O outro lado da repressão: a Umbanda em tempos de Estado Novo. In: **Crenças, sacralidades e religiosidades**: entre o consentido e o marginal. p. 123-137. Florianópolis: Insular, 2009.

KARASCH, M. C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LACERDA, E. P. **O Atlântico açoriano**: uma antropologia dos contextos globais e locais da açorianidade. 290p. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

LANDES, R. **A cidade das mulheres**. 2. ed., Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

LANGDON, E. J. Performance e sua diversidade como paradigma analítico: a contribuição da abordagem de Bauman e Briggs. In: **Antropologia em primeira mão**. n. 94, 2007.

LANGDON, E. J. Performance e sua diversidade como paradigma analítico: a contribuição da abordagem de Bauman e Briggs. In: **Ilha Revista de Antropologia**. v. 8, n. 1, p. 163-184, 2008.

LANNA, M. A estrutura sacrificial do compadrio: uma ontologia da desigualdade? In: **Ciências Sociais Unisinos**. v. 45, n. 1, p. 5-15, 2009.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LATOUR, B. “Não congelarás a imagem”, ou: como não desentender o debate ciência-religião. In: **Mana**. v. 10, n. 2, p. 349-376, 2004.

LATOUR, B. **Políticas da natureza**: como fazer ciência na democracia. Bauru: EDUSC, 2004.

LATOUR, B. **Reensamblar lo social**: una introducción a la teoría del actor-red. Buenos Aires: Manantial, 2008.

LE GOFF, J. **História e memória**. 5. ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2003.

LEACH, E. R. **A diversidade da antropologia**. Lisboa: Edições 70, 1982.

LEACH, E. R. **Sistemas políticos da Alta Birmânia**. São Paulo: EDUSP, 1996 [1964].

LEITE, I. B. (Org.). **Negros no sul do Brasil**: invisibilidade e territorialidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

LEITE, I. B. Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. In: LEITE, Ilka Boaventura (Org.). **Negros no sul do Brasil**: invisibilidade e territorialidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas, p. 105-130, 1996.

LÉVI-STRAUSS, C. A família. In: SHAPIRO, H. L. **Homem, cultura e sociedade**. São Paulo: Martins Fontes. Cap. XIII, p. 355-380, 1982 [1956].

LÉVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem**. 6. ed. Campinas/SP: Papirus, 1989.

LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia estrutural**. 6. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003 [1957].

LÉVI-STRAUSS, C. **As estruturas elementares do parentesco**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

LÉVI-STRAUSS, C. Introdução à obra de Marcel Mauss. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. p. 11-46. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

LÉVI-STRAUSS, C. **Mitológicas II**: do mel às cinzas. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

LIMA, H. E. Trabalho e lei para os libertos na ilha de Santa Catarina no século XIX: arranjos e contratos entre a autonomia e a domesticidade. In: **Cad. AEL**. v. 14, n. 26, p. 138-175, 2009.

LIMA, H. E. Da escravidão à liberdade na Ilha de Santa Catarina. In: MAMIGONIAN, B. G.; VIDAL, J. Z. (Org.). **História diversa**: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.

LIMA, R. S. S. “Ela é um modelo de esposa”: representações viçosenses sobre a vida conjugal de Santa Rita. In: **Rever**. Ano 11, n. 1, p. 125-138, 2011.

LOHN, R. L. **Pontes para o futuro: relações de poder e cultura urbana, Florianópolis, 1950 a 1970.** 442p. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

LOHN, R. L. Limites da utopia: cidade e modernização no Brasil desenvolvimentista (Florianópolis, década de 1950). In: **Revista Brasileira de História.** v. 27, n. 53, p. 297-322, 2007.

LUZ, S. R. **Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha e sua população: 1810-1930.** 205p. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1994.

LUZ, S. R. Algumas notas sobre a presença germânica na Freguesia do Ribeirão. In: **ÁGORA.** v. 12, n. 26, p. 17-29, Florianópolis, 1997.

MACHADO, M. M. A. **Palavra feminina na periferia da igreja: a participação das mulheres na organização da comunidade “Mont Serrat”, Morro da Caixa d’Água, em Florianópolis/SC.** Dissertação de Mestrado. 321p. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

MACHADO, M. M. A. Conversando sobre gênero e raça. In: **Textos e Debates.** Etnicidade e gênero. n. 12, Florianópolis: NUER/UFSC, 2004.

MACHADO, M. M. A. **Por uma antropologia das transformações: da política do campo ao campo da política.** Ensaio de qualificação do Doutorado. 15p. Florianópolis: PPGAS/UFSC, 2005.

MALINOWSKI, B. **Os argonautas do Pacífico ocidental.** (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1978 [1922].

MALUF, S. W. **Encontros noturnos: bruxas e bruxarias na Lagoa da Conceição.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

MALUF, S. W. A antropologia reversa e “nós”: alteridade e diferença. In: **Ilha Revista de Antropologia.** v. 12, n. 1, p. 39-56, 2010.

MAMIGONIAN, B. G. Documento. Em nome de beleza, comodidade e benefício público: um projeto de intervenção urbana para Desterro na

metade do século XIX. In: **Geosul**. v. 14, n. 28, p. 179-188, Florianópolis, 1999.

MAMIGONIAN, B. G. José Majojo e Francisco Moçambique, marinheiros das rotas atlânticas: notas sobre a reconstituição de trajetórias da era da abolição. In: **Topoi**. v. 11, n. 20, p. 75-91, 2010.

MAMIGONIAN, B. G.; CARDOSO, V. H. B. Tráfico de escravos e a presença africana na Ilha de Santa Catarina. In: MAMIGONIAN, B. G.; VIDAL, J. Z. (Org.). **História diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina**. p. 17-42. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.

MAMIGONIAN, B. G.; VIDAL, J. Z. (Org.). **História diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.

MARCELIN, L. H. A linguagem da casa entre os negros no Recôncavo Baiano. In: **Mana**. v. 5, n. 2, p. 31-60, 1999.

MARTINS, V. V. **Estratégias de comunicação em grupos culturais: banda da Lapa, grupo folclórico e foliões do Divino**. 103p. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, 2012.

MATOS, M. Teoria de gênero ou teorias de gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. In: **Estudos Feministas**. v. 16, n. 2, p. 333-357, 2008.

MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003 [1950].

MOMBELLI, R. **Visagens e profecias: ecos da territorialidade quilombola**. Tese de Doutorado. 253p. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

NECKEL, R. **A República em Santa Catarina: modernidade e exclusão (1889-1920)**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP. n. 10, dez., p. 7-28. São Paulo: PUC/SP, 1993.

NOVA, F. M. **Ribeirão da Ilha**: a vila e sua Freguesia. 1997. 53p. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

NUNES, L. P. S. Sobrevivências culturais açorianas: a identidade da Ilha de Santa Catarina. In: PEREIRA, N. V. et al. **A Ilha de Santa Catarina**: espaço, tempo e gente. v. 2. P. 71-77. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2002.

NUNES, L. P. S. **Caminhos do Divino**: um olhar sobre a festa do Espírito Santo em Santa Catarina. 2. ed. revisada e ampliada. Florianópolis: Editora Insular, 2010.

O'BRIEN, M. Uma introdução à sociologia de Anthony Guiddens. In: GIDDENS, A.; PIERSON, C. (Org.). **Conversas com Anthony Guiddens**: o sentido da modernidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 11-28, 2000.

OLIVEIRA, R. C. **Sobre o pensamento antropológico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988.

OLIVEIRA, R. C. (Org.). **A antropologia de Rivers**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1991.

OLIVEIRA, R. C. **O trabalho do antropólogo**. 2. ed., Brasília: Paralelo 15; São Paulo: UNESP, 2000.

OLIVEIRA, R. C. **Caminhos da identidade**: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo. São Paulo: Ed. Unesp; Brasília: Paralelo 15, 2006.

ORTH, D. M. et al. Mapas dos limites legais das ALP's da Ilha de Santa Catarina. In: **Metodologia de identificação de limites das unidades de conservação ambiental da Ilha de Santa Catarina**: uma contribuição

à gestão ambiental (Programa CELESC de pesquisa e desenvolvimento). Agosto de 2005.

PEDRO, J. M. Escravidão e preconceito em Santa Catarina: história e historiografia. In: LEITE, Ilka B. (Org.). **Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. p. 229-245. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

PEDRO, J. M. et al. **Negro em terra de branco: escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

PEIRANO, M. **Uma antropologia no plural: três experiências contemporâneas**. Brasília: Ed. Universitária de Brasília, 1992.

PEREIRA, N. V.; PEREIRA, F. V.; SILVA NETO, W. J. **Ribeirão da Ilha, vida e retratos: um distrito em destaque**. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1990.

PEREIRA, N. V. (et al.). **A Ilha de Santa Catarina: espaço, tempo e gente**. v. 2 Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2002.

PEREIRA, N. V. **Contributo açoriano para a construção do mosaico cultural catarinense**. Florianópolis: Papa-Livro, 2003.

PIAZZA, W. F. **O escravo numa economia minifundiária**. Florianópolis: Ed. da UDESC; São Paulo: Resenha Universitária Ltda, 1975.

PIAZZA, W. F. **A epopéia açórico-madeirense (1747-1756)**. Florianópolis: Ed. da UFSC: Ed. Lunardelli, 1992.

PIAZZA, W. F. **A colonização de Santa Catarina**. 3. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

PINA-CABRAL, J. Au Portugal: reconstruire la généalogie, garder la maison. In: GULLESTAD, M.; SEGALÉN, M. **La famille en Europe:**

parenté et perpetuation familiale. Paris: La Découverte, Cap. 5, p. 93-115, 1995.

PISCITELLI, A. Gênero em perspectiva. In: BESSA, Karla Adriana M. (Org.). **Cadernos Pagu**, trajetórias do gênero, masculinidades... n. 11, p. 141-155. Campinas: Unicamp, 1998.

POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio. In: **Estudos Históricos**. v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, M. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POPINIGIS, F. “Aos pés dos pretos e das pretas quitandeiras”: experiências de trabalho e estratégias de vida em torno do primeiro mercado público de Desterro – 1840-1890. In: **Afro-Ásia**. v. 46, p. 193-226, 2012.

POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade**. Seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Fundação editora da UNESP, 1998.

PRANDI, R. Pombagira dos candomblés e umbandas e as faces inconfessadas do Brasil. In: **RBCS**. n. 26, a. 9, 1994.

PRIORE, M.; BASSANEZIM C. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

QUEIROZ, J. J. et al. **Interfaces do sagrado em véspera de milênio**. São Paulo: CRE/PUC-SP; Editora Olho d'água, 1996.

REBELLATO, M. Uma saída pelo mar: rotas marítimas de fuga escrava em Santa Catarina no século XIX. **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis, n. 40, p. 423-442, 2006.

REBELATTO, M. Fugas e quilombos na Ilha de Santa Catarina, século XIX. In: **Afro-Ásia**. v. 36, p. 81-110, 2007.

REYNOSO, C. **Corrientes teóricas en antropología**: perspectivas para el tercero milenio. 313p. Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, [s.d.].

RIAL, C. S. **Mar-de-dentro**: a transformação do espaço social na Lagoa da Conceição. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1988.

RICOEUR, P. **O mal**: um desafio à filosofia e à teologia. Campinas: Papirus, 1988.

RIVAS, A. M. R. Pluriparentalidades y parentescos electivos. Presentación del volumen monográfico. In: **Revista de Antropología Social**. v. 18, p. 7-19, 2009.

RIZZO, P. M. B. **O planejamento urbano no contexto da globalização**: caso do plano diretor do Campeche em Florianópolis, Santa Catarina. 327 p. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

ROSADO, M. J. Mulheres e catolicismo: uma questão de poder. In: QUEIROZ, J. J. et al. **Interfaces do sagrado em véspera de milênio**. São Paulo: CRE/PUC-SP; Editora Olho d'água, p. 74-96, 1996.

ROSADO, M. J. Freiras no Brasil. In: PRIORE, M.; BASSANEZIM, C. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, p. 482-509, 1997.

ROSADO, M. J. Por uma sociologia do poder religioso. In: BRITO, E. J. C.; GORGULHO, G. S. **Religião Ano 2000**. São Paulo: Loyola, Cap. 7, p. 131-148, 1998.

ROSADO, M. J. Aborto, maternidade e a dignidade da vida das mulheres. In: CAVALCANTE, A; XAVIER, D. **Em defesa da vida**: aborto e direitos humanos. São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir, 2006.

RUBIN, G. A circulação de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo. In: REITER, Rayna (ed.). **Towards an anthropology of**

women. New York: Monthly Review Press, p. 157-210 (tradução Edith Piza/PUCSP), 1975.

RUBIN, G. The traffic in women. In REITER, R. (Ed.). **Towards an anthropology of women.** New York, Monthly Review Press, p. 157-210, 1975.

SÁ, A. F. A. História e memória na era das comemorações. In: **Vivência.** n. 28, p. 37-55, 2005.

SAHLINS, M. D. **Ilhas de história.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

SANTOS, S. C. **Nova história de Santa Catarina.** 5. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.

SARTI, C. A. Contribuições da antropologia para o estudo da família. In: **Psicologia USP.** v. 3, n. 1/2, p. 69-76, 1992.

SCHWEITZER, M. H. R. População escrava e africanos na Ilha de Santa Catarina (1830-1860). **4.º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional,** Curitiba, 2009.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade.** v.20, n. 2, p. 71-99, julho-dezembro de 1995.

SCOTT, J. W. O enigma da igualdade. In: **Estudos Feministas.** n. 13, v. 1, p. 11-30 (www.scielo.br), 2005.

SEGALEN, M. **Fifteen generations of Bretons:** kinship and society in Lower Brittany, 1720-1980. New York: Cambridge University Press, 1991.

SEGALEN, M. **Antropología histórica de la familia.** Madrid: Taurus, 1992.

SEGALEN, M. **Sociologie de la famille.** 5. ed. Paris: Armand Colin, 2000.

SILVA, M. F. **A construção de métodos computacionais nos estudos de parentesco**. Parentesco, redes empíricas matrimoniais e metodologias computacionais (seminário). Universidade Federal de Santa Catarina, A-funda – Núcleo de Estudo de Antropologia Fundamental, Florianópolis, 2014.

SIMMEL, G. **Questões fundamentais da sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006 [1917].

SINGLY, F. **Sociologia da família contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SOARES, I. (Org.). **Santo Antônio de Lisboa: vida e memória**. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1990.

SOIHET, R. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, M.; BASSANEZIM, C. (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, p. 362- 400, 1997.

SOUZA, A. V. **As unidades espaciais de planejamento de Florianópolis**. Florianópolis: IPUF, fevereiro de 1996.

STOLCKE, V. Velhos valores, novas tecnologias, quem é o pai? In: **Anuário Antropológico: identidade, etnia, pós-modernidade, construção do gênero, parentesco, crítica**. n. 86. p. 93-114. Brasília/DF: Editora da UnB: Tempo Brasileiro, 1988.

STRATHERN, M. Necessidade de pais, necessidade de mães. In: **Estudos Feministas**. v. 3, n. 2, p. 303-329, 1995.

STRATHERN, M. **O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia**. Campinas/SP: Ed. da UNICAMP, 2006.

STRATHERN, M. **O efeito etnográfico**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

STRATHERN, M. **Parentesco, direito e o inesperado: Parentes são sempre uma surpresa**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

TEIXEIRA-PINTO, M. Sobre saias, perucas e apitos: notas etnográficas sobre disfarce ritual e sociabilidade humana entre os Arara (Karib, Pará). In: CAVALCANTI, M. L. V. C.; Gonçalves, J. R. S. (Org.). **As festas e os dias: ritos e sociabilidades festivas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, p. 197-206, 2009.

TORRES-LONDOÑO, F. Paróquia e comunidade na representação do sagrado na colônia. In: TORRES-LONDOÑO, F. **Paróquia e comunidade no Brasil**. São Paulo: Paulus, cap. 2, p. 51-90, 1997.

TORRES-LONDOÑO, F. **Paróquia e comunidade no Brasil**. São Paulo: Paulus, 1997.

TORRES-LONDOÑO, F. **A outra família: concubinato, igreja e escândalo na colônia**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

TURNER, V. W. **O processo ritual: estrutura e antiestrutura**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

VALLE, C. G. O.; GRÜNEWALD, R. A. Pluralismo rural: povos e comunidades tradicionais no Brasil. In: **Raízes**. v.33, n.1, 2011.

VALLE, E. Experiência religiosa: enfoque psicológico. In: BRITO, E. J. C.; GORGULHO, G. S. (Org.). **Religião Ano 2000**. São Paulo: Loyola, cap. 2, p. 35-62, 1998.

VÁRZEA, V. **Santa Catarina: A Ilha**. Florianópolis: Lunardelli, 1900.

VEIGA, E. V. **Memória urbana**. Florianópolis: Editora da UFSC e Fundação Franklin Cascaes, 1993.

VENÂNCIO, R. P.; SOUSA, M. J. F.; PEREIRA, M. T. G. O compadre governador: redes de compadrio em Vila Rica de fins do século XVIII. In: **Revista Brasileira de História**. v. 26, n. 52, p. 273-294, São Paulo, 2006.

VILLAR, D. Uma abordagem crítica do conceito de ‘etnicidade’ na obra de Fredrik Barth. In: **Mana**. v. 10, n. 1, 2004 (PDF).

VIVEIROS DE CASTRO, E. Atualização e contra-efetuação do virtual na socialidade amazônica: o processo de parentesco. In: **Ilha Revista de Antropologia**. v. 2, n. 1, p. 5-46, 2000.

VIVEIROS de CASTRO , E. O nativo relativo. In: **Mana**. v. 8, n. 1, p. 113-148, 2002.

WAGNER, R. O xadrez do parentesco e o parentesco do xadrez. In: **Ilha Revista de Antropologia**. v. 12, n. 1, p. 15-37, 2010.

WAGNER, R. **A invenção da cultura**. São Paulo: CosacNaify, 2014.

WIGGERS, R. “**Sou daqui da Caieira da Barra do Sul**”: parentesco, família, casa e pertença em uma localidade no sul do Brasil. 184p. Tese de Doutorado. Universidade de Campinas, Campinas/SP, 2006.

WOORTMANN, E. F. **Herdeiros, parentes e compadres**. Brasília: EdUnb, 1995.

WOORTMANN, K. Casa e família operária. In: **Anuário Antropológico**. n. 80, p. 119-150, 1984.

WOORTMANN, K. **A família das mulheres**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.

ZIMMERMANN, F. **O funcionamento da armação da Lagoinha**: hierarquia do trabalho e o controle dos escravos na caça à baleia (Ilha de Santa Catarina, 1772-1825). 81p. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

ZONABEND, F. Les maîtres de parenté. Une femme de mémoire en Basse-Normandie. In: **L’homme**. n. 154-155, p. 505-524, 2000.

DOCUMENTOS, TEXTOS, ENTREVISTAS E OUTRAS FONTES

HEIDENREICH, A. **Caderno de memórias**. Arquivo pessoal.

HEIDENREICH, A. **Ribeirão da Ilha e suas bandas**. Arquivo pessoal.

HEIDENREICH, M. A. **Caderno de memórias**. Arquivo pessoal.

HEIDENREICH, M. A., **Caderno de poesias**. Arquivo pessoal

MACHADO, M. M. A. **Caderno de campo I**, 2006

MACHADO, M. M. A. **Caderno de campo II**, 2007a

MACHADO, M. M. A. **Caderno de campo III**, 2007b

MACHADO, M. M. A. **Caderno de campo IV**, 2014

Ada Jesuína dos Santos (falecida): conversa gravada em 30 de outubro de 2007.

Adão de Souza (e outros funcionários da Intendência): conversa gravada em 01 de novembro de 2007.

Adir Berlamino: conversa gravada em 01 de novembro de 2007.

Agenor Firmino da Silva (falecido): conversas gravadas em 22 de outubro de 2007; 01 de novembro de 2007; 11 de novembro de 2007.

Agenor Firmino da Silva Júnior (“Desinho”): conversa em 23 de novembro de 2007.

Alécio Heidenreich: conversa gravada em 15 de julho de 2008; conversa em 10 de janeiro de 2014; conversa em 15 de agosto de 2015.

Alice Maria Martins (“Licinha”) e Alcides Silva Filho: conversa gravada em 26 de outubro de 2007.

Ana Falcão: conversa gravada em 16 de dezembro de 2009.

Anita Lopes de Moraes: conversas gravadas em 04 de novembro de 2007; 13 de dezembro de 2007; 17 de novembro de 2012.

Arnoldo Manoel Feliciano (“Dedinha”): conversa gravada em 27 de novembro de 2007.

Batuel Apolônio da Cunha Júnior; Cláudio Batuel da Cunha; Agenor Firmino da Silva: conversa gravada em 18 de dezembro de 2007.

Bertoldo Manoel dos Passos: conversa em 07 de novembro de 2007.

Claudete Fraga: conversa gravada em 17 de novembro de 2009.

Cláudia Fraga: conversa gravada em 20 de outubro de 2007.

Cláudio Batuel da Cunha: conversa em 18 de julho de 2015.

Claudionor Andrade (“Nonô”): conversa gravada em 01 de novembro de 2007.

Custódio André Martins: conversa em 12 de dezembro de 2009.

Dárcio Arcelino Nunes Filho: conversa gravada em 20 de agosto de 2012.

Delurdes Vieira: conversa gravada em 24 de outubro de 2007.

Desalda Januária Fraga: conversa gravada em 20 de outubro de 2007.

Dilma Fermiano Fraga: conversa gravada em 28 de outubro de 2007.

Elsom Bertoldo Passos: conversa gravada em 25 de fevereiro de 2013.

Eva e Max Mendes: conversa em 08 de novembro de 2007.

Jean André de Maria (pai de santo): conversa gravada em 26 de novembro de 2012.

Inês Maria da Silva (“Maria do Teté”): conversas gravadas em 15 de novembro de 2007; 06 de novembro de 2009.

Inês Maria da Silva; Joyce Maria dos Santos; Alceu Ebel: conversa gravada em 17 de dezembro de 2007.

Iracy Maria dos Santos Silva; Agenor Firmino da Silva Júnior (“Desinho”); Regina Silva Santana; Camila Santana: conversa gravada em 28 de março de 2015.

Ivonira Julieta da Silva: conversa gravada em 14 de setembro de 2012.

José Carlos Correa (“Zé Correa”): conversa gravada em 09 de dezembro de 2012.

Lídia Fraga dos Santos e João Lino dos Santos: conversa gravada em 25 de outubro de 2009.

Margarete e Gentil Mendes: conversa gravada em 28 de novembro de 2007.

Maria Aparecida Garcia (“Cida”): conversa gravada em 05 de novembro de 2007.

Maria Bernadete Vieira (“Berna”) e Paulo Cesar Vieira: conversa gravada em 18 de setembro de 2012.

Maria de Fátima dos Santos (“Mariazinha”): conversa gravada em 21 de novembro de 2007.

Maria Solange [da Silva] Fraga (“Didi”) e Norberto Cardoso de Souza: conversa gravada em 09 de novembro de 2007.

Marivaldo Pereira (“seu Morivaldo”) e Auréia Malvina Rios Pereira (“dona Léia”): conversa gravada em 03 de novembro de 2007; 07 de novembro de 2007.

Marly d’Avila Heidenreich e Jane Heidenreich: conversa gravada em 24 de setembro de 2015.

Nereu do Vale Pereira: conversa gravada em 31 de julho de 2012.

Nilson Nerto Fraga: conversa gravada em 30 de novembro de 2007.

Oswaldo Laurindo (“Vadinho”): conversas em 19 de outubro de 2007; 02 de agosto de 2014.

Padre Siro Manuel de Oliveira: conversa gravada em 20 de março de 2008.

Roberto Avelino Vieira: conversa gravada em 19 de novembro de 2007.

Valéria Valdeci Martins; Wellington Carlos Corréa: conversa gravada em 08 de dezembro de 2012.

Vera Lúcia Vieira: conversa gravada em 22 de outubro de 2007.

Vilson Roberto Xavier: conversa gravada em 06 de agosto de 2012.

Virgínia Maria da Silva Cunha; Ilda Maria da Silva (falecida): conversa gravada em 14 de novembro de 2007.

Zito Nerto Fraga: conversa gravada em 12 de dezembro de 2009.

Tabela 2094 - População residente por cor ou raça e religião	
Município = Florianópolis - SC	
Variável = População residente (Pessoas)	
Cor ou raça = Total	
Ano = 2010	
Religião	
Total	421.240
Católica Apostólica Romana	267.618
Católica Apostólica Brasileira	1.014
Católica Ortodoxa	393
Evangélicas	54.720
Evangélicas de Missão	13.476
Evangélicas de Missão - Igreja Evangélica Luterana	4.614
Evangélicas de Missão - Igreja Evangélica Presbiteriana	1.765
Evangélicas de Missão - Igreja Evangélica Metodista	360
Evangélicas de Missão - Igreja Evangélica Batista	3.771
Evangélicas de Missão - Igreja Evangélica Congregacional	-
Evangélicas de Missão - Igreja Evangélica Adventista	2.789
Evangélicas de Missão - outras	176
Evangélicas de Missão - outras Evangélicas de Missão	-
Evangélicas de origem pentecostal	26.600
Evangélicas de origem pentecostal - Igreja Assembléia de Deus	12.591
Evangélicas de origem pentecostal - Igreja Congregação Cristã do Brasil	871
Evangélicas de origem pentecostal - Igreja o Brasil para Cristo	281
Evangélicas de origem pentecostal - Igreja Evangelho Quadrangular	3.220
Evangélicas de origem pentecostal - Igreja Universal do Reino de Deus	2.736
Evangélicas de origem pentecostal - Igreja Casa da Bênção	142
Evangélicas de origem pentecostal - Igreja Deus é Amor	969
Evangélicas de origem pentecostal - Igreja Maranata	158
Evangélicas de origem pentecostal - Igreja Nova Vida	-
Evangélicas de origem pentecostal - Evangélica renovada não determinada	-
Evangélicas de origem pentecostal - Comunidade Evangélica	129
Evangélicas de origem pentecostal - outras	5.503
Evangélicas de origem pentecostal - outras Evangélicas de origem pentecostal	-
Evangélicas sem vínculo institucional	-
Evangélicas sem vínculo institucional - Evangélicos	-
Evangélicas sem vínculo institucional - Evangélicos de origem pentecostal	-
Evangélicas - outras religiões evangélicas	-
Evangélica não determinada	14.644
Outras religiosidades cristãs	3.688
Outras cristãs	-
Outras cristãs - Cristãs	-
Outras Cristãs - outras religiosidades cristãs	-
Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias	1.122
Testemunhas de Jeová	3.426
Espiritualista	722
Espírita	30.793
Umbanda e Candomblé	2.832
Umbanda	2.553
Candomblé	226
Outras declarações de religiosidades afrobrasileira	53
Judaísmo	350
Hinduísmo	122
Budismo	851

23/11/2015

Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA

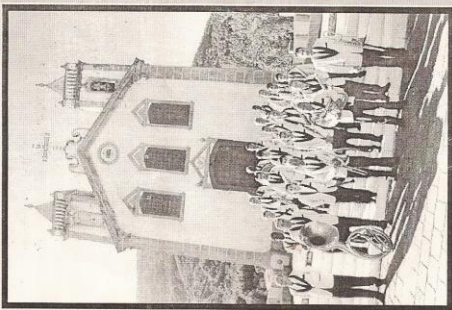
Novas religiões orientais	522
Novas religiões orientais - Igreja Messiânica Mundial	297
Novas religiões orientais - Outras novas religiões orientais	225
Outras religiões orientais	8
Islamismo	227
Tradições esotéricas	313
Tradições indígenas	206
Outras religiosidades	58
Sem religião	50.247
Sem religião - Sem religião	44.287
Sem religião - Ateu	4.496
Sem religião - Agnóstico	1.464
Não determinada e múltiplo pertencimento	1.144
Não determinada e múltiplo pertencimento - Religiosidade não determinada ou mal definida	1.110
Não determinada e múltiplo pertencimento - Declaração de múltipla religiosidade	34
Não determinadas	-
Não sabe	753
Sem declaração	110

Nota:

1 - Os dados são da Amostra

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Ribeirão da Ilha e suas Bandas



brado, o **RESSURGIMENTO**. Composição do Maestro **Brasílio Machado**, mestre da banda, feito especialmente para esta ocasião. Aplausos, risos, choros e lágrimas de emoção era tudo o que existia. Todos diziam: *agora sim, temos festa. Viva a banda!* Não a deixaremos mais sem apoio, precisamos dela. Tudo promessa de momento. O instrumental e o uniforme eram novos, a banda não precisava de nada. Trinta e dois anos se passaram da sua reorganização e a bandinha continua o seu trabalho sozinha. O povo esqueceu da sua promessa e não levanta um dedo em seu favor. Mesmo assim ela é a primeira que chega trazendo a sua mensagem através da música. Lembramos com tristeza que, daqueles 17 componentes que se apresentaram felizes, alegres, naquele agosto de 1952, apenas cinco ainda continuam com dedicação o seu trabalho.

Através deles várias turmas de principiantes já ingressaram na banda, aprenderam e foram fazer carreira nas bandas militares, Polícia e Exército. Pela amizade que desfrutam trouxeram excelentes músicos profissionais de outras localidades que aqui vieram trazer a sua experiência, a sua colaboração. Aos nossos amigos e mestres que já se foram deste mundo, queremos registrar aqui em nome da comunidade ribeirãoense a nossa saudade, os nossos agradecimentos pela dedicação e bons serviços prestados ao seu povo. E em homenagem a eles que pretendemos levar avanti os trabalhos que iniciaram com tanto carinho. Tentaremos remover as dificuldades que surgiram durante. Entretanto, reconhecemos que é uma missão muito difícil, pois sabemos que outros também tentaram fazer o mesmo mas não puderam suportar sozinho problemas financeiros. Esperamos que a nossa não seja a próxima a encerrar as suas atividades. Por isto fazemos aqui um apelo a todos os que gostam de música, principalmente aos

conterrâneos que a banda também é deles. Saibam que três dos instrumentos em uso são emprestados, e uma grande parte do restante já está precisando de reparos. Isto significa que a sua existência está limitada. Ajudem-nos a renovar. Procurem saber o custo de cada instrumento e julguem se os músicos devem ou podem arcar sozinho com tão valiosa soma. Devemos dizer que sentimos-nos satisfeitos, felizes e até honrados, em permanecer o dia inteiro presos a um barco, sem nada exigir, sem poder dar atenção aos filhos, esposas ou mesmo conversar com o ambiente. Cabe a nós a preocupação de formar novos músicos, ensaiar, para estarmos atualizados e oferecer o melhor nesta arte. Finalizando, lembramos que será muito doloroso para um povo que já teve duas bandas, um povo que está acostumado há mais de 100 anos com a sua melodia, deixar que volte a tristeza que passou na festa de Nossa Senhora da Lapa em 1951. Por favor, ajudem-nos. Vamos seguir o exemplo de nossos pais, avós, bisavós, que não mediram esforços para ter a sua bandinha. Só com a participação de todos e que poderemos continuar obtendo alegria às crianças, aos jovens, aos idosos, ensinamos todos. Nós, músicos, agradecemos a sua participação.

SOCIEDADE MUSICAL NOSSA SENHORA DA LAPA - 1896

Continuando o Trabalho da SOCIEDADE MUSICAL AMANTES DO PROGRESSO - (CÉRA) - 1870.

Curiosidade: - A Nota Fiscal (Fatura) do instrumental importado da Alemanha 1896, encontra-se exposta no Museu - Costeira do Ribeirão.

Fonte: 337-40281 - Sérgio

RIBEIRÃO DA ILHA E SUAS BANDAS

Aproximadamente no ano de 1870 vivia na Freguesia de Nossa Senhora da Lapa um povo cuja atividade principal era a pesca. Poucos eram os que se dedicavam à cultura da terra. Embora fosse um povo com grau de instrução relativamente baixo, sabiam apreciar as artes, principalmente a música. Tinham como costume nas noites quentes e de luar, sentarem-se nas calçadas para cantarem ao som do cavquinho, violão, pandeiro, etc. O amor pela música fez com que Benvenuto Silva, Fabriciano Souza, João Rosa e outros pensassem numa bandinha. Era sombar muito alto, mas não impossível. Pela renda média da população tudo indicava que seria uma sociedade muito pobre. Mesmo assim, sem pensar em detalhes, não sabemos como, nem onde, conseguiram um instrumental em péssimas condições de uso. Para fazê-los funcionar era preciso eliminar os vazamentos com cera de abelhas. A quantidade de cera empregada chamava a atenção do público que não perdeu tempo em denominá-la "Banda de Cera". Apelido este que fez esquecer o seu verdadeiro nome, **SOCIEDADE MUSICAL AMANTES DO PROGRESSO**. O apelido não encomodava os músicos. O importante era a presença da sua bandinha em todas as ocasiões. O tempo corre e a deficiência do instrumental aumenta. A cera de abelhas já não consegue corrigir os defeitos satisfatoriamente, dificultando a execução. O povo observa e sente que alguma coisa deve ser feita, imediatamente, antes que a sua bandinha desapareça. A comunidade não aceita mais a hipótese de ficar sem música nas suas festas. Já são 25 anos de alegria. Diante do problema, Gustavo Fenner, Hermínio Silva, Angelo Cordeiro, José Heidenreich, Juvêncio Fraga e outros tomam a iniciativa e fundam a Sociedade Musical Nossa Se-

nhora da Lapa. Esta mais poderosa financielmente, importa da Alemanha, através da Firma Carlos Hoepcke, um instrumental OK em 1896. A Cera, apesar de muito distanciada da sua co-irmã em equipamentos leva a vantagem do material humano, seus músicos eram mais experientes. Fênida no seu orgulho reage e continua humildemente o seu trabalho, executando belas melodias nas mesmas condições da sua rival, mesmo à base da cera. Durante alguns anos as duas bandas apresentavam-se lado a lado, em todos os acontecimentos religiosos, civicos, carnavalescos, etc. disputando a preferência do público. Só uma coisa as duas não podiam evitar, o desgaste do equipamento. A Cera já sente a aproximação do fim de suas atividades. O material empregado nos reparos dos instrumentos já não oferece mais resistência tendo em vista o alto grau de desgaste. A situação agrava-se ao ponto dos músicos reconhecerem com tristeza que não poderão mais continuarem o seu trabalho. Para os mais insistentes e inconformados só resta uma solução: juntar-se à Sociedade Musical Nossa Senhora da Lapa. E esta, embora aparentemente com vantagem, lamenta a extinção da sua rival e acolhe com todo o carinho os velhos artistas reforçando assim o seu quadro. Em 1937a Soc. consegue recursos pela segunda vez e adquire um novo instrumental para todos os seus componentes. Desta vez nacional, pois já existia fabricação no Brasil. As atividades continuam normalmente, as apresentações são feitas em todas as localidades vizinhas e até no continente. O povo da Freguesia de Nossa Senhora da Lapa orgulha-se de ter a sua banda sendo um lugar tão pequeno. Sabia que em muitas cidades grandes não existia e que em tantas outras já existiu mas terminou. Passam-se 15 anos. Os instrumentos agora nacionais, não têm a mesma resistência daqueles importados que duraram

40 anos, e começam a apresentar problemas. Desistem de cera de abelhas e apelam para o elástico, esparadrapo etc. mas nada resolve, o material não resiste. Um novo instrumental se faz necessário, porém a falta de recursos é total e não há condições de substituir pelo menos alguns que já se encontram fora de uso. A banda começa a cair. Aos poucos ela vai diminuindo as suas apresentações. Finalmente chega a Festa da Padroeira. É agosto de 1951. A banda não pode comparecer. O povo sentiu, chorou a sua falta, mas reconheceu que era em grande parte o culpado. Não deu atenção aos apelos feitos pelos músicos; aí está as consequências. Eramos jovens, talvez os mais interessados pelo movimento. Não parecia ser dia de festa. Terminada a missa o povo recolheu-se à sua casa. Nada havia que pudesse prendê-los, faltava a Banda. Procuramos alguns poucos músicos que estavam presentes e arrasados. Uma reunião foi marcada urgente para estudar as possibilidades de reorganização, imediatamente. Nesta mesma noite, na residência do Sr. João José de Avila comparecem todos os músicos e mais 17 jovens interessados em participar. Discutiram até altas horas da noite todos os detalhes indispensáveis à reorganização da banda incluindo a contratação de um maestro, transporte, hospedagem, etc. A luta começou. Vários instrumentos foram encomendados pelos novatos; outros foram encaminhados à fábrica para a total recuperação. Enquanto isto, os principiantes recebiam aulas intensivas de teoria musical. Três meses se passam. Chegam os instrumentos, começam os ensaios, durante nove meses. Aproxima-se agosto de 1952. É dia de Festa da Padroeira. A expectativa é grande. Todos aguardam a bandinha que vem chegando com 18 componentes, cinco veteranos e 13 novatos. A bandinha nervosa, acomodada-se e executa o seu primeiro do-





Banda da Lapa
Sociedade Recreativa e Musical Lapa
 Ponto de Cultura Educação Musical Popular

Site: www.bandadalapa.com.br
 E-mail: bandadalapa@hotmail.com

Rodovia Baldicero Filomeno, 7792
 Ribeirão da Ilha | Florianópolis-SC | 88064-001

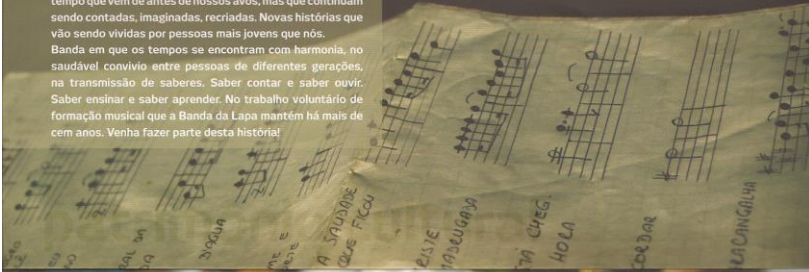




Com o projeto Educação Musical Popular a Banda da Lapa passou a integrar a rede de Pontos de Cultura de Santa Catarina, em parceria com a Fundação Catarinense de Cultura e o Ministério da Cultura. A iniciativa conquistou recursos para dar continuidade à formação de músicos, ao aprimoramento técnico dos instrutores e à valorização da cultura ilhéu, fomentando ações como o coral da terceira idade, grupo de danças afroanas, palestras e diversas oficinas.

Muita história. Fundada em 15 de Agosto de 1896 por moradores do Ribeirão da Ilha, no dia da festa da santa padroeira deste tradicional bairro de Florianópolis-SC, a Banda da Lapa tem em sua trajetória muitas histórias de amor à música e à amizade. Histórias que contam sobre um tempo que vem de antes de nossos avós, mas que continuam sendo contadas, imaginadas, recriadas. Novas histórias que vão sendo vividas por pessoas mais jovens que nós.

Banda em que os tempos se encontram com harmonia, no saudável convívio entre pessoas de diferentes gerações, na transmissão de saberes. Saber contar e saber ouvir. Saber ensinar e saber aprender. No trabalho voluntário de formação musical que a Banda da Lapa mantém há mais de cem anos. Venha fazer parte desta história!



Anualmente a Banda da Lapa abre inscrições gratuitas para as Oficinas de Música nos instrumentos de sopro e percussão (flauta, clarinete, saxofones, trompete, trombone, bombardino, tuba, bateria, entre outros). O objetivo é formar instrumentistas para integrar o quadro de músicos da Banda, enriquecer o cotidiano dos participantes e oportunizar a geração de emprego e renda. As inscrições são divulgadas no site www.bandadalapa.com.br e abertas a pessoas de todas as idades. Participe!



A Banda da Lapa se apresenta nas principais festas populares de Florianópolis e região, animando as Festas do Divino de inúmeras comunidades, a Procissão dos Passos, Procissão de Navegantes, de Nossa Senhora da Lapa, entre outras. É a banda de todos os florianenses e de todos os ritmos: dos chorinhos e dobrados, das marchinhas de carnaval e das marchas religiosas; de quem já foi da valsa, do bolero e do samba-canção, e que agora é samba, rock, outras canções. Dos diferentes ritmos em que pulsam os corações.

A Banda da Lapa é também a organizadora do Carnaval de Rua do Ribeirão da Ilha, quando a banda passa a ser conhecida como Banda do Zé Pereira, em evento que reúne milhares de pessoas na freguesia do bairro. Com um repertório composto principalmente por marchinhas, a Banda do Zé Pereira leva alegria por onde passa.



apresentações

LEI Nº 10.716, de 13 de janeiro de 1998

Procedência – Dep. César Souza
Natureza – PL 145/97
DO. 15.839 de 13/01/98
Fonte – ALESC/Div. Documentação

Denomina Aparício Ramos Cordeiro, a Rodovia Estadual Via Parque, no Município de Florianópolis.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado Aparício Ramos Cordeiro, o acesso Tapera - SC-405, conhecido como contorno do aeroporto, no Município de Florianópolis.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 13 de janeiro de 1998

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA
Governador do Estado

LEI Nº 6.393, de 12 de julho de 1984

Procedência: Dep. Edison Andriano
Natureza: PL 69/84
DO: 12.506 de 16/07/84
Fonte: ALESC/Div. Documentação

Dá denominação.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,
Faço saber a todos os habitantes deste Estado, que a Assembléia Legislativa
decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada Baldicero Filomeno, a via pública Estadual que parte
do encruso Santa Cruz do Erasmo, até a localidade de Caeira da Barra do Sul, nesta Capital.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo, em Florianópolis, 12 de julho de 1984

ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO
Governador do Estado



Coluna do JAJÁ

www.jajafloripa.com.br

So fumar, use locais adequados.

ediojaja@hotmail.com

NIVER DE LUCINHA

Lucinha, pessoa da melhor qualidade, apaixonada pela Unidos da Colônia, inclusive fazendo parte da Velha Guarda da Escola, colega de serviço do Jajá na Secretaria do Continente, completou mais um ano de vida, e pra comemorar convidou a galera para uns comes e bebes. Parabéns, saúde e muitas felicidades minha amiga, continue a ser essa pessoa especial e atenciosa com todos.



BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL BARREIROS FILHO

Quem frequenta a Biblioteca Barreiros Filho se surpreende pela dedicação da equipe de funcionários, realmente não é de se estranhar o porquê que a mesma está entre as 10 melhores do Brasil, situando-se em 5º lugar, reconhecida pelo Ministério da Cultura. Acessibilidade, leitura em braille, vasto acervo de livros, cursos dos mais diversos, com excelentes parceiros, entre os quais, Fiesc, Senai e Sesc, que oferecem um suporte muito bom. Não custa dizer que o espaço está aqui de suas necessidades, precisando de ampliação urgente. Em conversa com a coordenadora Maritza, que está dando um banho em competência, estamos bolando algo para o futuro, e quem sairá ganhando é a comunidade, aguardem. Portanto meus amigos, essa equipe não é brincadeira não, parabéns a todos pela dedicação.



Nilza, Patrick, Maritza, Leila, Vanessa, Paulo Cesar, Silvana, Ana Maria, Alda, Viviane, Alexandra, Beatriz, Adeli, Elisângela e Carmem. Ausentes nesta foto que também fazem parte do processo: Daniel, Juçara, Alcione, Eduardo, Edvaldo, Gabriel, Paulinho, Elis, Léia, Eliane, Bárbara e Andressa.

EXPOSIÇÃO NA BIBLIOTECA BARREIROS FILHO

Renato Ferreira, autodidata em "gravuras de alumínio com relevo", natural do Estreito, está expondo sua arte na Biblioteca Barreiros Filho. Renato trabalha com essa técnica desde 1980, vale a pena conferir, é gente nossa, é Tripeiro do Estreito.



Renato e a obra do Mercado Público

DONA GININHA

Dona Gininha, primeira mulher presidente de uma Escola de Samba em Santa Catarina, a gloriosa "Império do Samba", isso na década de 60, onde os ensaios aconteciam na av. Santa Catarina, esquina com rua Tijuca, Balneário, onde hoje é um estacionamento. Em 2004, eu e o Philon da Bobgueira, depois de 30 anos sem as festas de momo no Estreito, revivemos os desfiles de carnaval, com trio elétrico, blocos de sujos, presença do Prefeito, Rei Momo e Rainha do Carnaval e a comunidade em peso, na oportunidade a agradecemos com uma medalha pelos serviços prestados ao Carnaval Florianopolitano. "Estreito, um bairro que vive e respira memória".



QUINTETO DO ESTREITO

Olha meu amigo, se o Estreito tem uma história, com certeza esse quinteto está inserido, sabem tudo e mais alguma coisa desse pedacinho de terra do lado de cá da ponte. Jajá (líder comunitário), Marco Antonio (empresário), Irani, Neném e Davi (líderes comunitários), estão mandando prender e soitar no Estreito, no bom sentido, o que vai acontecer aqui eles já sabem a muito tempo, merecem todo respeito. O Jajá flagrou-os em sua caminhada matinal no Estreito, onde recebeu a reivindicação do pontilhão localizado na Praia do Balneário, próximo a Pedra das Três Irmãs, diz que está quase caindo. Fomos lá e verificamos a autenticidade do pedido, onde registramos nesta postagem, iremos a luta pra que seja recuperado este equipamento público o mais rápido possível. Estamos de olho!



Jajá, Marco Antonio, Irani, Neném e Davi

Refrão da Canção Direito de Viver
Alvaro Socci e Cêlauro Matta

Todo mundo têm
Direito a viver
E o milagre vem
Pra mim e pra você
Todos têm que ter
Direito a ser feliz
Que é pra não morrer
O futuro do País!

APOIOS

RESTAURANTE OSTRADAMUS
SALA DE MAJU
CICLE DANIEL

PATROCINADORES

Itaú feito
para
você


Eletrosul


PREFEITURA MUNICIPAL
DE FLORIANÓPOLIS

**PROGRAMA DA ENCENAÇÃO
DA PAIXÃO DE CRISTO**

Igreja Matriz - Ribeirão da Ilha - Florianópolis
14 de Abril - 18:30 h

Adaptada ao tema da Campanha da Fraternidade
2006 CNBB.

Fraternidade e Pessoas com Deficiência



A peça é encenada por mais de
100 moradores das comunidades
do Sul da Ilha e outras regiões
da cidade.

PROGRAMA

Apresentação do tema - Contextualização do Tema da CF 2006: **Levanta-te e vem para o meio!**

Encenação da passagem do Evangelho de São Marcos em que Jesus convida uma pessoa com a mão atrofiada a levantar-se. A concretização do milagre, narrado no Evangelho, passa pela construção de uma sociedade onde as pessoas, indistintamente de sua idade, sexo, credo, raça e condição econômica tenham condições e espaço para uma vida digna. Canção: Hino da CF 2006.

1ª Parte

a) **O amor de Deus criou o Mundo** - "Gênesis 1 .1 - 26"

Texto, imagens e coreografia com enfoque na beleza, na diversidade da obra do Criador.

b) **Iguais e diferentes - As muitas faces de Deus**

"Somos feitos a imagem e semelhança de Deus". Apesar das muitas diferenças que constituem a identidade de cada um, na humanidade que pulsa em nossas veias, somos feitos do amor infinito de Deus. Canção: "Todos somos um" (Cantores de Deus)

2ª Parte - **Deficiência é diferente de Incapacidade**

Se o óculos não tivesse sido inventado, muitas pessoas atualmente seriam incapazes de ler. A deficiência é uma limitação humana, já a incapacidade é um produto social.

Canção: Tocando em Frente (Almir Sater)

3ª Parte - **Perfeitos e Imperfeitos: Uma sociedade de Corpos e Mentes Eficientes e corações Deficientes**

A idéia de felicidade, na sociedade contemporânea, se plenifica na realização de projetos individuais relacionados a critérios como Dinheiro, Beleza e Poder.

Música Tema do Filme Carruagens de Fogo

4ª Parte - **Nem vencidos, nem vencedores!....apenas a solidão**

A indiferença e o abandono dos que ficam pelo caminho; a incompreensão dos que preferem abandonar a corrida; a batalha

infinita dos que "quase conseguiram chegar"; o medo dos que cruzaram a linha da "vitória".

Canção: Somos quem podemos ser / Engenheiros do Hawaii
Porto Solidão / Jesse

5ª Parte - **O Milagre da Oferta: Um novo conceito de felicidade**

Ao invés de reter, possuir, juntar, a ideia é REPARTIR

"Quem ganha perde, perde quem pensa estar ganhando."

É a lógica de Jesus, na contramão da história.

Canção: Brincar de Viver / Maria Bethânia

6ª Parte - **O caminho passa pela cruz nossa de cada dia**

Jesus não se impõe se propõe, nos dá liberdade para fazermos nossas escolhas. Não se constrói "um novo jeito de viver!", onde as pessoas sejam valorizadas em suas potencialidades, diferenças e deficiências sem sacrifício cotidiano. Não há outro caminho para recrear a vida, senão aquele da Cruz.

Dinâmica cênica: A indiferença de Pilatos / A Cruz de Jesus Cristo

7ª Parte - **Via Sacra da vida**

- As quedas de Jesus - na indiferença com as pessoas com deficiência, na rejeição aos idosos dependentes, na ausência de perdão.

- O encontro com Maria - no discurso emocionado e agradecido de uma pessoa com deficiência: - "Mãe, obrigada por me fazer sorrir, quando eu tinha vontade de chorar".

- O gesto de Cirineu - nos fazendo refletir: "Todo mundo precisa de ajuda!"

- O canto de Verônica - exemplo de solidariedade.

- Jesus pregado na cruz - na violência no trânsito, na negligência médica, no mundo das drogas.... deficiências gerando deficiências.

8ª Parte - **"Então por que não estender a mão...."**

O amor incondicional é pré-requisito para que o verdadeiro milagre aconteça... 'e o milagre vem, pra mim e pra você'... pra quem precisa e pra quem 'acha que não precisa'.

Ao convidar, permitir e criar as condições para que o outro (os muitos outros) venha para o nosso meio, acabamos por criar um outro meio, onde a periferia e o centro sejam apenas geografia.

Canção: **Direito de Viver** (Cantores de Deus)

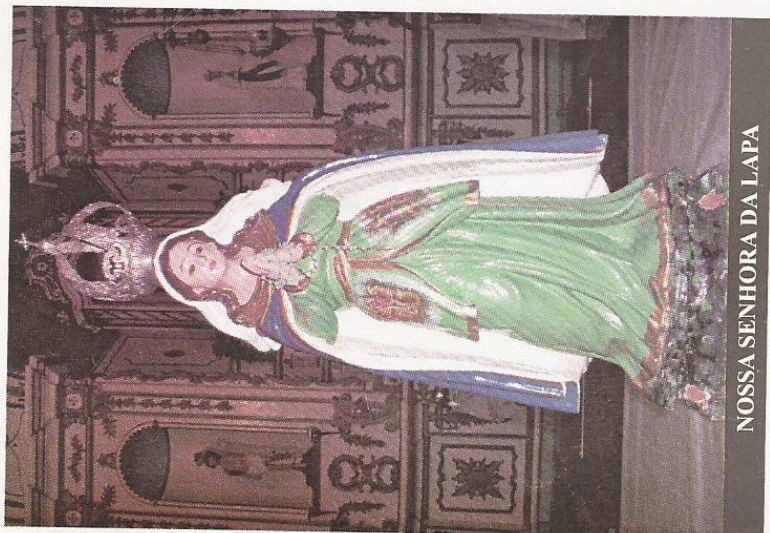
ORAÇÃO

Nossa Senhora da Lapa, que há mais de quinhentos anos aparecestes em imagem humilde à pastora Joana, lhe destes o dom da fala e, na gruta rochosa, fizestes descer tantas graças de Deus sobre a humanidade, sede sempre a estrela que brilha em nossa vida.

Mãe admirável, volvei para nós o Vosso olhar bondoso e atendei-nos em todas as nossas necessidades.

Nossa Senhora da Lapa, confiamos em Vós. Dai a paz ao mundo, protegei nossas famílias, amparai-nos nas horas de aflição, aumentai nossa fé e alcançai-nos a graça e perseverança final.

Ave Maria.....



NOSSA SENHORA DA LAPA

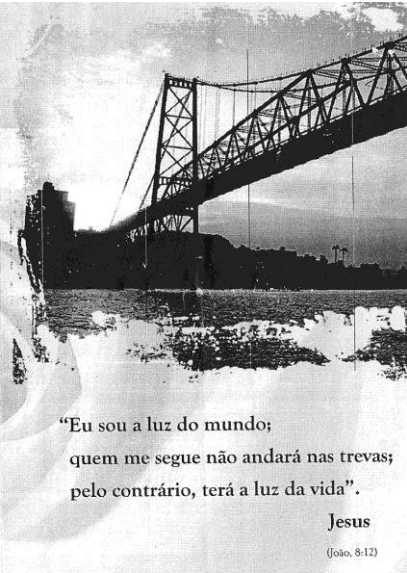
PRECE À MÃE SANTÍSSIMA

Anjo dos bons e Mãe dos pecadores,
Enquanto ruge o mal, Senhora,
enquanto
Reina a sombra da angústia, abre o
teu manto,
Que agasalha e consola as nossas
dores.

Nos caminhos do mundo, há treva e
pranto
No infortúnio dos homens
sofredores,
Volve à Terra ferida de amargores
O teu olhar imaculado e santo!

Ó Rainha dos Anjos, meiga e pura,
Estende tuas mãos à desventura

Espírito: Bittencourt Sampayo
Mêlham: Francisco Cândido Xavier
Mensagem: Stópica à Mãe Santíssima
Livro: Coletânea do Além • LAKE



“Eu sou a luz do mundo;
quem me segue não andará nas trevas;
pelo contrário, terá a luz da vida”.

Jesus

(João, 8:12)



PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA LAPA
IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DA LAPA

CARTA CONVITE.

Em virtude da realização da festa da Nossa Senhora do Rosário, nos dias 20 e 21 de outubro próximo, vimos através desta convidar você Morador, Visitante juntamente com sua família, para participar deste evento religioso em nossa Igreja Matriz Nossa Senhora da Lapa. Sendo que no dia 20 às 20:30 haverá uma novena em homenagem a Nossa Senhora e no dia 21 às 9:30 h a Santa Missa, após Procissão com a Imagem, ao termo da Procissão haverá Almoço no salão (Um Carreteiro no valor de R\$ 5,00).

Antecipadamente agradecemos.

Atenciosamente,

Zito Nerto Fraga
Coordenador do CAEP da Matriz

Tens Tempo
Café - Doces - Português - Churrasco
"Dinhos e Salsinhas"
"Um Curiolito e 10 tipos de "Tens" em Salada, mais "Sopão Sabonete"
de R\$ 22,90!
www.tens.com.br
tens@tens.com.br

Um café diferente *Outros Preparados*

Agrigo Chetradamus

Tecnologia para um consumo seguro

Tecnologia Agrícola Chetradamus

Desde cultivar o que há de bom nesse solo...
Como cultivar o que há de bom nesse solo...
Como cultivar o que há de bom nesse solo...













www.ostradamus.com.br

ostras@ostradamus.com.br

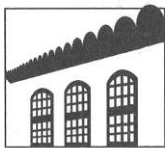


Rod. Baldicero Filomeno, 7640
Ribeirão da Ilha - Florianópolis
Santa Catarina - Brasil
0055 48 3337.5711







**POUSADA E
RESTAURANTE
DO MUSEU**



A **pousada** fica numa antiga propriedade rural, com arquitetura do século XIX. O **restaurante** traz as delícias dos pratos típicos da colonização açoriana. O **ecomuseu** conserva lembranças do tempo em que os primeiros imigrantes portugueses aterraram em Florianópolis, entre 1748 e 1756. E nas **trilhas ecológicas** você encontra a natureza em estado puro, em harmonia com o passado e o futuro.



Rua Baldicero Filomeno 10100
Ribeirão da Ilha . Florianópolis .
Santa Catarina . Brasil
(48) 3237.8148

Venha conhecer o que há de mais belo na natureza e o que há de mais típico na história de Florianópolis.

www.pousadadomuseu.com.br • ecomuseu@pousadadomuseu.com.br

100% manezinho 1997 1998

Ostradamus®
Ribeirão
Ostras Depuradas

1999

O Ribeirão da Ilha é um convite para um passeio diferente, que encanta tanto os turistas que aqui passeiam, como também os habitantes da região que, independente do tempo e da distância, estão sempre redescobindo essa localidade. Com seu patrimônio arquitetônico preservado, a Freguesia do Ribeirão da Ilha é um conjunto de edificações coloniais portuguesas bem conservadas, onde podemos encontrar costumes e traços culturais muito peculiares.

2000 2001

2003 É neste cenário encantador que começa a História de Jaime José de Barcelos, um nativo local que iniciou seu trabalho em uma simples oficina de mecânica e pintura de automóveis na região. Em 1997, Jaime resolveu transformar a oficina em uma lanchonete, oferecendo sorvetes, caldo de cana, água de coco e cachorro quente, aproveitando o bom fluxo de turistas nas temporadas de verão. A procura dos turistas e moradores por ostras fez Jaime rever o caminho iniciado. Trabalhando com a esposa e a avó, resolveu ampliar a antiga construção e começou a servir ostras ao natural, ao bafo e gratinadas.

2004 2005

Aqui inicia a nova fase de belas e inéditas inspirações com o Restaurante Ostradamus. Uma das primeiras casas a servir ostras no Ribeirão da Ilha.

2006 Originalmente as ostras nativas eram extraídas das pedras onde se reproduziam. Depois, foram sendo substituídas pelas Ostras do Pacífico e incrementadas com tecnologia de cultivo. A partir de 2012, Jaime iniciou o próprio processo de cultivo com a Fazenda Marinha Ostradamus, tendo toda a produção acompanhada diariamente por profissionais habilitados.

2007 2008

Uma grande novidade que surgiu com a preocupação na qualidade de consumo foi o depurador de ostras. O primeiro no Brasil! A dar toda a garantia de ostras sem contaminações, sem poluição e sem riscos para a saúde, o Depurador pode ser visitado na entrada do restaurante, onde ficam as ostras vivas.

2009 E para quem gosta de apreciar um bom vinho, a Adega Ostradamus foi idealizada e construída por Jaime. Sua estrutura subterrânea abaixo do nível do mar, conta com rótulos de vários países e sommeliers que estão sempre a postos para o bem servir.

2010 Com muito orgulho de servir e preparar as melhores ostras do litoral brasileiro, outros pratos à base de frutos do mar são especialmente elaborados para atender nossos clientes.

2011 2012

2013 Volte sempre. A casa é sua, mas o prazer sempre será nosso. Família Ostradamus.

2014

Via Gastronômica

2015

2016

Centro Histórico

Ribeirão da Ilha
Codificado do Sítio
8.974.204 / W 0.487.33.851

Sala principal

O Restaurante

Uma estação de consentimentos que revela seu estado de espírito logo na entrada. As verdades naturalmente aparecem nos momentos de silêncio, quando você está sentado e dá a primeira garfada. Rota neste momento uma ligação entre os espaços - do coração à cozinha e o patrimônio marinho - seu corpo. O carilho empregado na transformação do alimento, declara através de pequenas janelas, a satisfação que observamos em um simples gesto - uma mastigada que revela tudo. Esse momento então, não tem mais fim, e fica eternizado pela confiança. E como não falar também da junção, de quem faz e se dedica ao outro e os que frequentam o ambiente proporcionando a existência desse espaço. O ponto de elevação máxima da alma é a alegria e o interruptor para a felicidade pode estar à frente de um bom prato, com a luz de um acompanhante, no espaço de um restaurante.

Ilum. Appetite
Jaime Barcelos

Melhores Pratos de Cozinha

MELHORES VINHO 2015

MESA

veja

MELHORES RESTAURANTE 2014

Certificado de Excelência

Parque Histórico Gastronômico - 2014

Destinado Pratos e Pratos de Mesa

Vencedor Adega

TERÇA A SÁBADO DAS 12 AS 23 h | DOMINGO DAS 12 AS 17 h
Rod. Baldeiro Filomeno 7640 - Ribeirão da Ilha | Florianópolis - SC - Brasil
www.ostradamus.com.br
+55 486-3337-5711

Instagram @ostradamus_restaurante



SIMPLICIDADE
Casario com seus moradores antigos parece celebrar a chegada de visitantes a cada novo verão de suas vidas



Ecomuseu vai virar complexo turístico

Para melhor entender a história da colonização açoriana da Ilha de Santa Catarina, o visitante que chegar ao Ribeirão da Ilha não pode deixar de conhecer o Ecomuseu, que fica após o centrinho da comunidade, em um terreno amplo na beira do mar. Em seis anos, os proprietários da área querem transformar o local em um complexo turístico, que já conta com pousada e restaurante. O museu está instalado em uma casa clássica, cujo alicerce foi construído no ano de 1830. Em 1921 ela foi restaurada. No local estão guardadas peças com idade média de 200 anos. São redes de pesca feitas de corda, bóias de cortiça e catuto, bacias de banho, gramofone, tear usado para fazer roupas e panos, presépio açorita feito pelos escravos e açorianos, além de uma pedra Mó, de origem vulcânica, trazida dos Açores e utilizada para fazer massas de pão e bolo. O museu ainda guarda um braço de ferro para iluminação elétrica, que foi o primeiro usado na Praça 15, no Centro da Capital, em 1910. Entre as peças mais antigas, existem tijolos da Fortaleza de Anhatomirim, feitos com barro em 1739. Estes tijolos, também aplicados na construção das casas da época, eram ligados uns aos outros com óleo de baleia. Ao lado do museu está montado um engenho de farinha de mandioca, original de 1890, inventado pelos açorianos e movido a boi. O engenho está coberto por telhas de barro que eram feitas com as coxas dos escravos utilizadas como forma. No terreno do Ecomuseu estão espalhadas árvores nativas muito antigas, como uma jabuticabeira de 1890 e uma pitanguieira de 1900, além de vários tipos de orquídeas. (AG)

Saiba mais

• COMO CHEGAR

O visitante deve seguir pela estrada do Casteiro da Praia Botol em direção ao Sul. O Ribeirão da Ilha fica depois da entrada para o campêche. No trevo seguinte, deve-se pegar à direita por uma rua de calçamento.

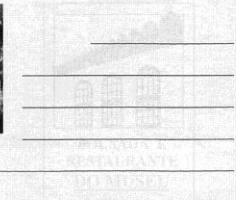
• ONDE IR

A pousada do Ecomuseu possui quartos com banheiro, ventilador de teto e televisão. As diárias estão entre R\$ 30,00 e R\$ 40,00 nos apartamentos com duas camas para solteiros e R\$ 50,00 e R\$ 60,00 para casal. No restaurante são servidos vários pratos da cozinha tradicional açoriana, como o polvo guisado com batatas e vinho tinto, a caldeirada de bacalhau, flocos de feijão e doces sem creme de leite e sem leite condensado. A taxa de visitação do museu é R\$ 2,00. Endereço: Rua do Casteiro, 15 - Praia Botol, Ilha de Santa Catarina.



*A natureza
em estado puro,
em harmonia com
o passado e o futuro.*

Pousada DO MUSEU, um local à beira mar, muito bem arborizado com ampla área de lazer e descanso, onde os ruídos produzidos por automóveis são quase imperceptíveis. Um ambiente ideal para quem aprecia as pequenas coisas que a natureza oferece como o cantar dos pássaros e o indescritível pôr-do-sol. O complexo busca levar o hóspede à uma viagem ao passado, harmonizando arquitetura, culinária e literatura de nossos colonizadores açorianos.



Rua Baldicero Filomeno 10100
Ribeirão da Ilha . Florianópolis
Santa Catarina . Brasil
(48) 3237.8148



Venha conhecer o que há de mais belo na natureza e o que há de mais típico na história de Florianópolis.
www.pousadadomuseu.com.br • ecomuseu@pousadadomuseu.com.br

JOKERMAN POSTAIS PUBLICITÁRIOS - (48) 3234.8482 - www.jokerman.com.br e "Theinner"



Troféu 2014
Açorianidade

Festa da Cultura Açoriana de Santa Catarina
21º AÇOR
Florianópolis/SC



A Prefeitura Municipal de Florianópolis e a Universidade Federal de Santa Catarina têm a honra de convidar Vossa Senhoria e Ilustríssima Família para a solenidade de entrega do Troféu Açorianidade – 2014 e o lançamento do 21º AÇOR – Festa da Cultura Açoriana de Santa Catarina.

Data:
8 de agosto de 2014, às 19:30 horas

Local:
Salão Paroquial da Igreja Matriz do Ribeirão da Ilha.

Rua Alberto Cavalheiro, 258
Praça Herminio Silva.

Freguesia do Ribeirão da Ilha
Florianópolis / SC

AGRACIADOS EM 2014

Troféu Açorianidade 2014 - Ilha Terceira
Grupo Folclórico
Grupo Reis do Oriente – Içara

Troféu Açorianidade 2014 - Ilha de São Jorge
Personalidade
Celso Sandrini – Florianópolis

Troféu Açorianidade 2014 - Ilha do Pico
Mestre dos Saberes e Fazeres
Luzair Mauro Martins – Palhoça

Troféu Açorianidade 2014 - Ilha do Faial
Administração Municipal
Prefeitura Municipal de Itapema

Troféu Açorianidade 2014 - Ilha Graciosa
Pesquisador
Etza de Mello Fernandes – Içara

Troféu Açorianidade 2014 - Ilha das Flores
Artista Plástico
Marcelo Calazans Ribeiro – Florianópolis

Troféu Açorianidade 2014 - Ilha de São Miguel
Instituição de Ensino Superior ou Cultural
Irmandade Senhor do Passos – Florianópolis

Troféu Açorianidade 2014 - Ilha do Corvo
Artesão
Manoel Constante – Garopaba

Troféu Açorianidade 2014 - Ilha de Santa Catarina
Escola de Ensino Fundamental ou Médio
Escola Básica Anibal Nunes Pires – Florianópolis

Troféu Açorianidade 2014 - Especial
Grupo Folclórico Casa dos Açores de São Paulo

Troféu Açorianidade 2014 - 21º AÇOR
21ª Festa da Cultura Açoriana de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Florianópolis

21º AÇOR
22 a 24 de agosto de 2014
Florianópolis / SC



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA



PREFEITURA DE
FLORIANÓPOLIS

Realização
COOP. ONEA
NÚCLEO DE ESTUDOS AÇORIANOS



PREFEITURA DE
PALHOÇA

Patrocínio
PLINOCULTURAL

COMISSÃO DE
CULTURA E PATRIMÔNIO
MUNICIPAL



Patrocínio Cultural
S
SANTARÉM
GOVERNO DO ESTADO

Agradecimento especial ao apoio do Conselho Deliberativo do NEA
(48) 3324.1115 www.pmf.sc.gov.br/entidades/cultura
(48) 371.8605 www.nea.ufsc.br



Retrato de Marly d'Ávila Heidenreich no dia de seu casamento



TRIBUTO AO RIBEIRÃO

(Meu torrão Natal)

Que lugar é este?
Que bela paisagem,
Onde tudo é mensagem
De amor e de paz.

E o perfume das flores
Me envolve e seduz
E a matisse das cores
Em tudo reluz.

Meu recanto encantado
De amor e de sonho
Da infância vivida
Da ilusão perdida

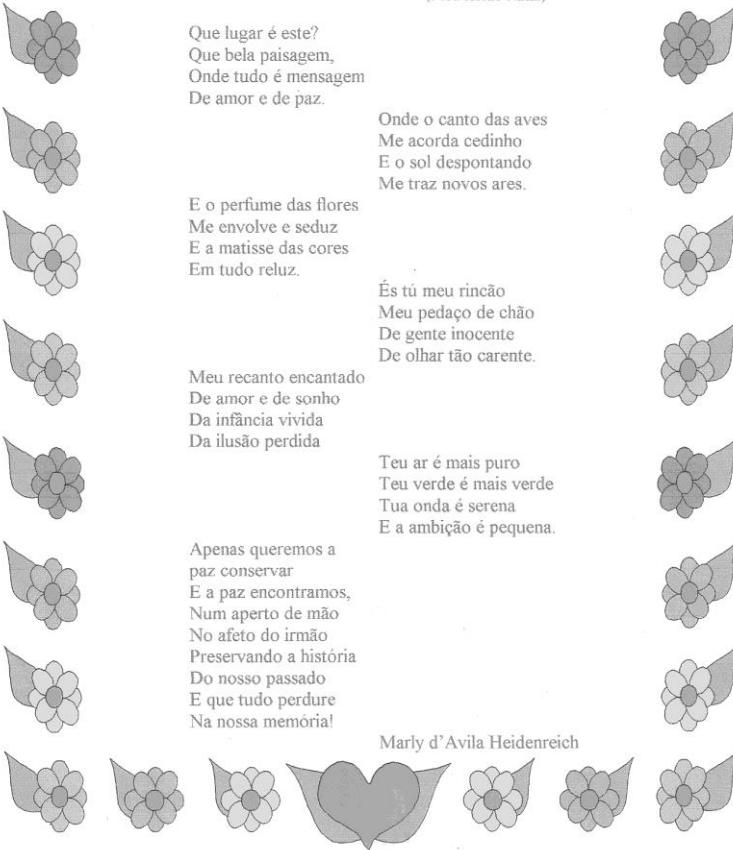
Apenas queremos a
paz conservar
E a paz encontramos,
Num aperto de mão
No afeto do irmão
Preservando a história
Do nosso passado
E que tudo perdue
Na nossa memória!

Onde o canto das aves
Me acorda cedinho
E o sol despontando
Me traz novos ares.

És tú meu rincão
Meu pedaço de chão
De gente inocente
De olhar tão carente.

Teu ar é mais puro
Teu verde é mais verde
Tua onda é serena
E a ambição é pequena.

Marly d'Avila Heidenreich





O PESCADOR

Hoje não tem pescaria
O vento sul sopra forte
Nem sinal de vento norte.

Na praia, os batelões
Amarrados com cordões
As mãos do dono esperando
E no tempo confiando
Afim de seguir seus rumos
Em busca do mata-fome,
Dos bacuris barrigudos
Amarelos e pançudos.

De olhos esbugalhados
Dá dó, olhar pros coitados

E onde fica a esperança
Dessa pobre criança?

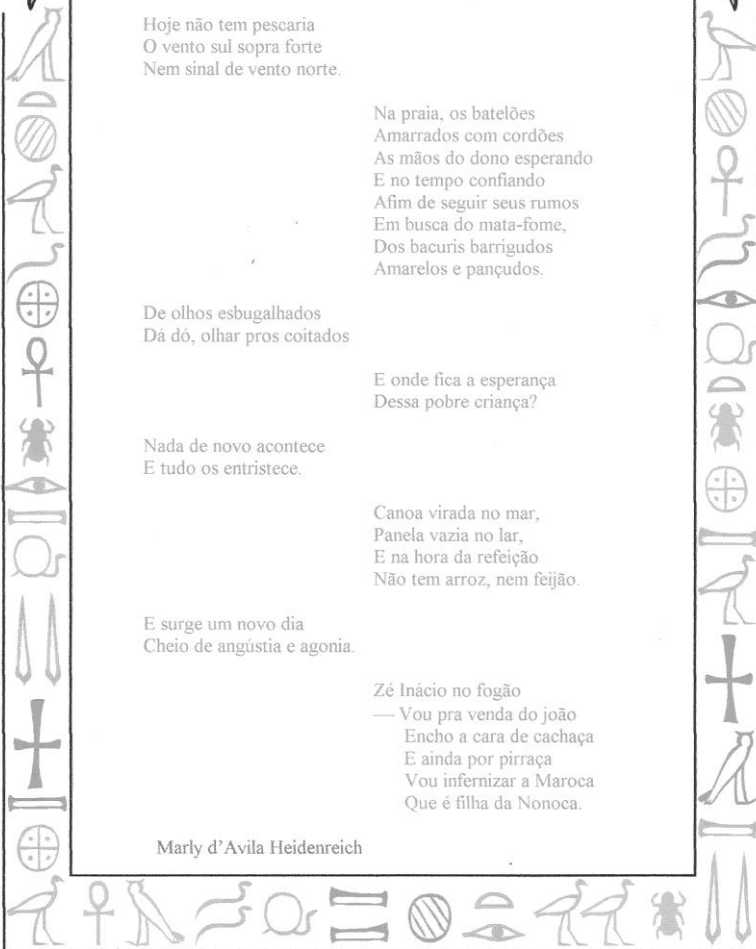
Nada de novo acontece
E tudo os entristece.

Canoa virada no mar,
Panela vazia no lar,
E na hora da refeição
Não tem arroz, nem feijão.

E surge um novo dia
Cheio de angústia e agonia.

Zé Inácio no fogão
— Vou pra venda do João
Encho a cara de cachaça
E ainda por pirraça
Vou infernizar a Maroca
Que é filha da Nonoca.

Marty d'Avila Heidenreich



MINHA INFÂNCIA

Minha infância tão longinqua
 Das tardes dos joguinhos de pedra
 Das tarefas das rendas de bilros
 Da escola da "D. Otília"
 Do pé de sapata ao lado da Escola
 Dos jogos de taco na hora do recreio
 Da fonte grande de águas cristalinas
 Onde íamos nos banhar
 Do velho coqueiro
 Onde juntávamos os coquinhos
 Dos gansos da vovó a nos perseguir
 Das borboletas coloridas perseguidas por nós e,
 Presas nas paredes com alfinetes.
 Dos vagalumes saltitantes
 Sob os copos a pular
 — Pula Martinho, pula Martinho.
 E eles pulavam

Minha infância tão longinqua
 Das casinhas feitas de bambú
 Cobertas com folhas de piteira
 Das bonecas de pedra
 E de toquinhos de pau.
 Do gato branco em cima do fogão de lenha
 Roubando o leite da panela.
 Da puxa-puxa saborosa
 Nas tardes de inverno.
 Do bolo escorreguento da vovó.

Minha infância tão longinqua
 Dos teatrinhos cujos palcos eram iluminados
 Com lampiões à querosene.
 Das procissões em dias de festa na freguesia.
 Dos blocos de sujo no carnaval animados pela
 Banda do Zé Pereira.
 Da pureza nos olhares dos meninos, nossos
 amiguinhos.
 Da fraternidade que nos unia.

Minha infância tão longinqua
 O que mais dói é saber
 Que nunca mais vais voltar.

Marly d'Ávila Heidenreich

SAUDADE DO CARUSO

Valdemar da Silva Filho,
Nosso ilustre conterrâneo
Foi um grande advogado
E também vereador.
Orgulho da nossa terra
Também era trovador.

Nosso saudoso caruso
Tinha um grande coração
E sentia muito orgulho
Em ser aqui do Ribeirão
Não negava que comia
Peixe frito com pirão.

Amigo de toda gente
As raízes não negava
E também acreditava
No surgir de um novo dia
Com paz e prosperidade
Pra nossa linda cidade.

Mas ela a fatalidade
Nos tirou de nosso meio
De maneira prematura
E de forma implacável
Foi levando nosso amigo
Que deixou muita saudade.

Marly d'Avila Heidenreich



O POETA DO BREJO

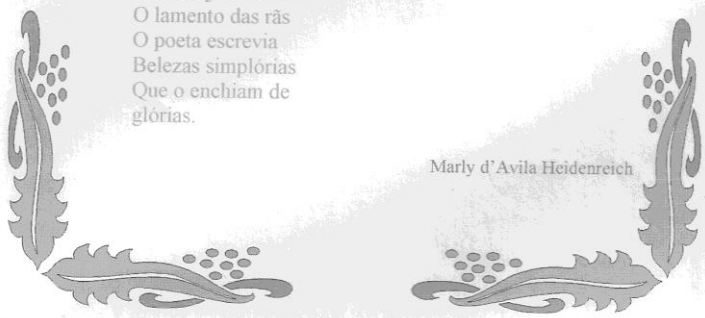
Marcelino Dutra
 O poeta do brejo
 Assim denominado
 E também respeitado.

Sua inspiração
 Brotava do nada
 E do nada surgia
 Todo verso e poesia.

Era prosa era verso
 O poeta do brejo
 Contava o reverso
 Da noite e do dia.

E nas noites de lua
 Contava as estrelas
 E o vento soprava
 E assim se inspirava.

Quando a noite caía
 E do brejo se ouvia
 O lamento das rãs
 O poeta escrevia
 Belezas simplórias
 Que o enchiam de
 glórias.



Marly d'Ávila Heidenreich

